

# SEGURANÇA E DEFESA:

cidade, criminalidade,  
tecnologia e diversidade  
volume 3

Organizadores:

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Ivone Freire Costa

Sônia Lima Cristina Chaves

André Luiz Nunes Zogahib

Maria Regina Lopes Gomes

Edgard Vinicius Cacho Zanette

Fernandina Lopes Fernandes

Silvia dos Santos de Almeida

Leonardo Naves dos Reis

Humberto Ribeiro Junior

UNIVERSIDADE  
CABO VERDE  
**uni**CV



**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
SAFRITO SANTO



# Segurança e Defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades

## Volume 3

### Organizadores

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**

**Ivone Freire Costa**

**Sônia Cristina Lima Chaves**

**André Luiz Nunes Zogahib**

**Maria Regina Lopes Gomes**

**Edgard Vinicius Cacho Zanette**

**Fernandina Lopes Fernandes**

**Silvia dos Santos de Almeida**

**Leonardo Naves dos Reis**

**Humberto Ribeiro Junior**



Edições Uni-CV  
2019

**Reitora**

*Judite Medina do Nascimento*

**Vice-Reitor - Área de Integração**

**Tecnológica e Inovação**

*António de Cruz Semedo Varela*

**Vice-Reitora para a Extensão Universitária**

*Astrigilda Pires Rocha Silveira*

**Pró-Reitora para a Pós-Graduação e  
Investigação**

*Aristides Lopes Silva*

**Pró-Reitor - Área de Graduação e Formação  
profissionalizante**

*João Gomes Cardoso*

**Pró-Reitor - Área de Ação Social, Assuntos  
Estudantis e Cultura Universitária**

*Mário José Carvalho de Lima*

**Administrador-Geral**

*Iderlindo da Costa de Pina*

**Diretora dos Serviços de Documentação e Edições**

*Maria Salomé Miranda*

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib (UEA)

Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis (UEA)

Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette (UERR)

Prof. Dr. Manuel Monteiro Guedes Valente (UAL)

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos (UFPA)

Profa. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (UVV)

Profa. Dra. Fernandina Lopes Fernandes (Uni-CV)

Profa. Dra. Mónica de Melo Freitas (UNL)

Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV)

Profa. Dra. Sílvia dos Santos de Almeida (UFPA)

Profa. Dra. Ivone Freire Costa (UFBA)

Profa. Dra. Sônia Cristina Lima Chaves (UFBA)

**Agradecimentos**



Somos gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Segurança e Defesa: cidades, criminalidades,  
tecnologias e diversidades  
Volume 3**

**Organizadores**

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**

**Ivone Freire Costa**

**Sônia Cristina Lima Chaves**

**André Luiz Nunes Zogahib**

**Maria Regina Lopes Gomes**

**Edgard Vinicius Cacho Zanette**

**Fernandina Lopes Fernandes**

**Silvia dos Santos de Almeida**

**Leonardo Naves dos Reis**

**Humberto Ribeiro Junior**

Edições Uni-CV  
2019

**Revisão Gramatical**  
Elisandra Nunes Pereira

**Capa**  
Anderson Souza da Silva

**Diagramação**  
Cleyson Alberto Nunes Chagas

**Ficha Catalográfica:**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca / Uni-CV – Praia–Cabo Verde

---

Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades /  
organizadores: Edson Marcos Leal Soares Ramos, Ivone Freire Costa, Sônia  
Cristina Lima Chaves, André Luiz Nunes Zogahib, Maria Regina Lopes Gomes,  
Edgard Vinicius Cacho Zanette, Fernandina Lopes Fernandes, Sílvia dos Santos  
de Almeida, Leonardo Naves dos Reis, Humberto Ribeiro Junior. – 1. ed., –  
Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2019.

v. 3

525 p.: il, 21 cm

ISBN: 978-989-8707-59-8

Vários autores.

1. Segurança pública – Brasil. 2. Políticas públicas – Prevenção de crimes. 3. Programa Sistema Único de Segurança Pública (Brasil). 4. Prisioneiros – Direitos fundamentais. 5. Policiais – Qualidade de vida no trabalho. 6. Políticas públicas – Drogas – Abuso - Prevenção. 7. Criminologia. 8. Políticas públicas – Idosos. 9. Violência urbana. 10. Violência familiar. 11. Controle social. 12. Assédio na escola. 13. Assédio virtual. 14. Violência no trânsito. 15. Acidentes de trânsito – Prevenção. I. Ramos, Edson Marcos Leal Soares. II. Costa, Ivone Freire. III. Chaves, Sônia Cristina Lima. IV. Zogahib, André Luiz Nunes. V. Gomes, Maria Regina Lopes. VI. Zanette, Edgard Vinicius Cacho. VII. Fernandes, Fernandina Lopes. VIII. Almeida, Sílvia dos Santos de. IX. Reis, Leonardo Naves dos, X. Ribeiro Junior, Humberto. Título.

CDD – 363.106

---

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de  
responsabilidade exclusiva do (s) autor(es).

Todos os direitos reservados

Ed. Uni-CV

## ORGANIZADORES

### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

ramosedson@gmail.com

Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1994), mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). É professor Titular Universidade Federal do Pará e Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. É Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É professor colaborador da Universidade de Cabo Verde no mestrado de Segurança Pública.

### **Ivone Freire Costa**

ivoneco2019@gmail.com

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa - UTL (2003). Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1990). Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1974). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP) vinculado à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) - Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Vice Coordenadora Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC).

### **Sônia Cristina Lima Chaves**

sclichaves@gmail.com

Cirurgiã-dentista. Mestre em Saúde Comunitária e Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorado em Sociologia pela UFBA. É professora do quadro permanente da pós-graduação em Saúde Coletiva do ISC-UFBA e do Mestrado Profissional em Segurança Pública do Progesp-UFBA.

## **André Luiz Nunes Zogahib**

zogahib@gmail.com

Bacharel em administração de empresas com habilitação em comércio exterior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2004), bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (2005), especialista em Administração Pública pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2006), mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2008) e doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

## **Maria Regina Lopes Gomes**

maria.gomes@uvv.br

Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, professora do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Vila Velha (UVV/ES) e pedagoga aposentada da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. É coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Currículos-formação em redes, Cotidianos de escolas e Direitos Humanos, pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de Conhecimentos” e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq Currículos, redes educativas e imagens (PROPED/UERJ). Professora associada da ANPED - Associação Nacional de Pesquisa em Educação e ABdC - Associação Brasileira de Currículo.

## **Edgard Vinicius Cacho Zanette**

edgardzanette1@gmail.com

Bolsista IC Pet-Filosofia. Bacharel/Licenciado e Mestre em Filosofia Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor colaborador da UNICAMP (Bolsista/Estágio Remunerado PED B/2011, Bolsista Capes/2011 a 2013). Professor efetivo do Curso de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Membro dos grupos de pesquisa Estudos Cartesianos - ANPOF e da Escola Amazônica de Filosofia - EAF. Coordenador das atividades: NEV-UERR (Núcleo de Estudos da Violência); PIBIC (2017/2018); Pibid/ Filosofia UERR (2015 a 2018); Projeto de Extensão Descartes: Clube de estudo

da língua francesa com recheio filosófico. Coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR (2019). Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com pesquisa filosófica no Instituto Católico de Toulouse/França (2017). Pós-Doutorado pela Unioeste com pesquisa filosófica na Universidade do Salento/Lecce/ Itália (2018).

### **Fernandina Lopes Fernandes**

fernandina.fernandes@docente.unicv.edu.cv

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Multimídia em Educação pela Universidade de Aveiro. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do rio de Janeiro. Professora da Universidade de Cabo Verde.

### **Silvia dos Santos de Almeida**

salmeida@ufpa.br

Possui Bacharelado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), professora colaboradora no Mestrado em Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade de Cabo Verde e professora titular da Universidade Federal do Pará. É associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Associação Brasileira de Estatística e membro da Comissão de segurança pública da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Pará. Atuando na área Interdisciplinar com experiência em Modelagem Estatística, Controle Estatístico da Qualidade e Estatística Aplicada a Segurança Pública.

### **Leonardo Naves dos Reis**

lnreis@uea.edu.br

Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP. Doutor e mestre pelo Programa de pós-graduação do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da EERP-USP. Docente da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) atuando no ensino de graduação, nos cursos de Enfermagem, Odontologia e Medicina, ministrando disciplinas em saúde



coletiva, epidemiologia e bioestatística. Na pós-graduação, atualmente é coordenador do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos com atuação também no Mestrado Profissional em Enfermagem em Saúde Pública. Tem realizado estudos relacionados à dinâmica da violência por parceiro íntimo, em especial no que se refere aos aspectos inerentes aos agressores sob as óticas da saúde, da psicologia e dos direitos humanos.

**Humberto Ribeiro Junior**

humberto.junior@uvv.br

Doutor em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF), Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito (CPGD/UFSC), Bacharel em em Direito pela (FDV/ES). É professor titular da Universidade Vila Vila (UVV/ES) atuando como Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSPo) e como Professor do curso de Graduação em Direito e Pedagogia. É Coordenador do Grupo de Pesquisa Zacimba Gaba “Criminologias, Segurança Pública e Políticas Prisionais”.

## AUTORES

### **Adriano Roberto de Souza Ferreira**

adrianoferreiracoach@gmail.com.br

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Policial Rodoviário Federal. Belém-Pará-Brasil.

### **Adriano Xavier Araújo**

xavier.araujo@prf.gov.br

Mestre em Física (UFSC), Policial Rodoviário Federal, Chefe do Núcleo de Registro e Prevenção de Acidentes.

### **Aloísio Machado da Silva Filho**

aloisioestatistico@yahoo.com.br

Estatístico, Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo SENAI CIMATEC e professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

### **Ana Clara de Rebouças Carvalho**

clara.reboucas@ufba.br

Doutora em Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC - UFBA). Participa dos seguintes grupos de pesquisa (Diretório CNPq): Segurança Pública, Direitos Humanos, Justiça e Cidadania (UFBA); e do Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (LASSOS - UFBA). É docente do Departamento de Odontologia Social e Pediátrica (UFBA).

### **Ana Maria Lima de Freitas**

anamariarr.freitas@yahoo.com.br

Graduada em Direito. Pós-graduanda no curso de Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

### **André Luiz de Almeida e Cunha**

cel.andre.cunha@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública (IFCH/UFPA), Coronel da Polícia Militar do

Pará, Secretário Adjunto de Operações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Belém – Pará – Brasil.

### **Andréa Bittencourt Pires Chaves**

andreachaves@ufpa.br

Doutora em Ciências (UFPA) e Professora da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

### **Antonio Gelson de Oliveira Nascimento**

gepas.gelson@gmail.com

Doutor em Demografia e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus.

### **Brenno Morais Miranda**

brenno.morais.miranda@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (UFPA), Advogado e Professor da UNAMA e UNINASSAU. Belém-Pará-Brasil.

### **Bruna Cabral Silva**

brunacabralsilva@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

### **Camila Stefany Silva de Souza**

camisouzaenf@gmail.com

Enfermeira (UFPA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PROEX (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

### **Carlos Alberto Malcher Bastos**

camalcherbastos@id.uff.br

Doutor em Ciências em Informática e professor da UFF. Niterói - Rio de Janeiro-Brasil.

### **Carolina Moreira da Costa**

carolcmc2@gmail.com

Graduanda em Serviço Social (UFPA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PROEX (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Clarina de Cássia da Silva Cavalcante**  
clarina.cavalcante@webmail.susipe.gov.br

Especialista em Enfermagem do Trabalho (UNIP) e Enfermagem Neonatal (UFPA). Graduada e Licenciada em Enfermagem (UFPA). Pesquisadora convidada do Observatório Anánkê (ESMAC/PA). Técnica em Gestão Penitenciária (Enfermagem) da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE/PA. Pós-Graduada em Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento (ESMAC/PA).

**Clay Anderson Nunes Chagas**  
claychagas@ufpa.br

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado (UFPA). Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Coordenador do LABGEOVCRIM da UEPA.

**Cristiane Alves dos Santos**  
cristyane\_alves@hotmail.com

Especialista em Bioestatística (UFPA) e Graduada em Estatística (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Cristiane Nazaré Pamplona de Souza**  
cpamplonasouza@gmail.com

Mestre em Matemática (UFBA) e Graduada em Estatística (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Daniel Deivson Alves Portella**  
dportella@uneb.br

Fisioterapeuta, Doutorando em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em

Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Professor do Departamento de Ciências da Vida (DCV) e Orientador do Programa de Iniciação Científica (PICIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Edevaldo Sousa Gomes**  
edevaldosgomes@hotmail.com

Graduado em Psicologia (UNIME) e Praça da Polícia Militar da Bahia.

**Edimar Marcelo Coelho Costa**  
edimarcelo76@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará.

**Edna Maria de Araújo Enfermeira**  
ednakam@gmail.com

PhD na Public Health School of the University of North Carolina at Chapel Hill (UNC) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**  
ramosedson@gmail.com

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Emilson Pinheiro Coelho Neto**  
emilson.neto@gmail.com

Graduado em Engenharia Civil. Pós-graduando no curso de Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

**Eva Bulcão Mota**  
evabmota@gmail.com

Psicóloga, Instrutora de Segurança Pública e Investigadora da Polícia Civil da Bahia.

**Fernando da Cunha Dantas**

fernandocunhato@gmail.com

Mestre em Saúde na Amazônia (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará.

**Flaviane Pantoja Garcia**

flaviane.garcia@yahoo.com.br

Graduada em Estatística (UFPA) e Discente de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém-Pará-Brasil.

**Francisco Wesley Patrício Vieira**

wesley\_patricio@hotmail.com

Bacharel em Administração (UECE), graduando em Administração (FGV/RJ) Fortaleza-Ceará-Brasil.

**Gabriel Santiago**

gabriel.cfsantiago@gmail.com

Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado, estagiário no Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil na Bahia.

**Giselle dos Santos de Almeida**

gisellerua15@gmail.com

Graduanda em Fonoaudiologia do Departamento de Ciências da Vida (DCV) e Bolsista pelo Programa de Iniciação Científica (PICIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Glacy Lenny de Souza Rocha**

glacyrocha@yahoo.com.br

Especialista em Gestão Pública em Defesa Social (Fundação João Pinheiro-MG/EGPA), Bacharel em Direito (UNAMA-PA), Pedagoga (UEPA), Docente da Universidade Paulista.

**Helisa Couto Vidigal**

helisavidigal@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública na Universidade de Vila Velha.

**Herick Wendell Antônio José Gomes**

herickwendell@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Especialista em Defesa Social e Cidadania (IESP) e Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento (ESMAC). Graduado em Ciências de Defesa Social (IESP). Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará. Pesquisador Convidado do Observatório Anánkê (ESMAC).

**Horácio Nelson Hastenreiter Filho**

hnhfilho@gmail.com

Doutor em Administração (UFBA) e Professor da UFBA Salvador-Bahia-Brasil.

**Hugo Alexandre Santos Regateiro**

hregateiro@gmail.com

Especialista em Sociedade e Gestão em Segurança Pública (UFPA), Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará e Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal. Belém-Pará-Brasil.

**Humberto Ribeiro Junior**

humberto.junior@uvv.br

Orientador e Professor Doutor no mestrado de Segurança Pública da Universidade de Vila Velha

**Isabella Erthal Villarroel**

isaerthal@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Perita Criminal do Departamento de Polícia Técnico Científica do Estado do Amazonas.

**Iuri Aguiar de Melo**

iurimelo@yahoo.com.br

Especialista em Desenvolvimento Infantil (UEPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará.

**Ivone Freire Costa**

ivoneco2019@gmail.com

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações Professora da UFBA. Salvador-Bahia-Brasil.

**Izaura Rodrigues Nascimento**

izaura27@gmail.com

Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional (UnB/UFRR/Flacso); Professora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

**Jaciane do Carmo Ribeiro**

jaciane@ufpa.br

Mestre em Estatística e técnico-administrativo da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Jatniel Rodrigues Januário**

jrj.januario@gmail.com

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA) e Diretor de Campus de Ensino do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas. Manaus-Amazonas-Brasil.

**Jeanderson da Silva Saraiva**

jean.saraiva@hotmail.com

Mestrando em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

**Joana Macedo Abdel Hai Ahmoud**

joana\_manauas@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Assistente Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

**Joara Raíza Fontes Barros Bomfim**

joararaiza@gmail.com

Graduanda em Fonoaudiologia do

Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**José Gracildo de Carvalho Júnior**

gracildo@ufpa.br

Doutor em Engenharia Elétrica (UFPA) e Docente da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Josemar Dias Cerqueira**

josemar.dias@gmail.com

Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e juiz de direito do Tribunal de Justiça da Bahia.

**Joyce Gama Souza**

joycegama7060@gmail.com

Enfermeira (UFPA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Karol Stefany Oliveira Rabelo**

karolrabelo3@gmail.com

Graduada em Direito. Pós-graduanda no curso de Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

**Katianne Cabral Nunes Mattos**

kati.anne@outlook.com

Pós-Graduada em Direito Administrativo (UCAM) e Praça da Polícia Militar da Bahia.

**Leandro Dominguez Barretto**

ldb.leandro@gmail.com

Mestre em Saúde Coletiva (UEFS), Médico de família, coordenador do CAPSad Gregório de Mattos (SESAB/UFBA).

**Leila Chagas de Souza Costa**

leilachagas\_rr@yahoo.com.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social e

do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR - Boa Vista – Roraima – Brasil.

**Leomar Narzila Maués Pereira**

leomauespc@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Delgada da Polícia Civil (Pará).

**Leonardo André Seefeld**

leoseefeld@gmail.com

Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFRR) e pós-graduado em Gerenciamento de Projetos (WPoS).

**Leticia Estefany Santana Pensador**

Graduanda em Nutrição (UFPA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PROEX (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Lídia Maria Batista Brandão Toutain**

lidiabrandaotoutain@gmail.com

Doutora em Filosofia pela Universidade de Léon – Espanha Professora do Instituto de Ciência da Informação (UFBA).

**Luciane Cavalcante Lopes**

lucyane\_lopes@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Analista Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

**Luciano Nascimento Silva**

pmlucianosilva@gmail.com

Especialista em Direitos Humanos (UNEB), em Segurança Pública (UNEB/PMBA), em Docência do Ensino Superior (UNIFACS) e Oficial da Polícia Militar da Bahia. Salvador-Bahia-Brasil.

**Manoel Alves de Araujo Neto**

uh\_neto@hotmail.com

Mestrando em Educação e Contemporaneidade (UNEB) e pesquisador (FAPESB). Salvador-Bahia-Brasil.

**Marchezan Nacarato Rocha**

nacaratom@gmail.com

Mestrando em Informática Educativa (UECE). Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública (FIC). Bacharel em Segurança Pública (APMGEF). Licenciatura em Educação Física Militar (APMGEF). Fortaleza-Ceará-Brasil.

**Márcio Costa de Souza**

mcsouzafisio@gmail.com

Fisioterapeuta, Doutorando em Medicina e Saúde Pública pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e Professor do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Márcio Luiz Azevedo Pereira**

professormlap@gmail.com

Policial Rodoviário Federal e Consultor Sênior em Segurança e Inteligência (UFF). Niterói-Rio de Janeiro - Brasil.

**Marco Antônio Maia dos Santos**

marcomaia1000@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PROGESP-UFBA), especialista em Direitos Humanos e Democracia (UESB), especialista em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional (UFRB), bacharel em Direito (UESC).

**Marco Antônio Rocha dos Remédios**

ygmrocha@yahoo.com.br

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA), especialista em Gestão Governamental (FGV/SP), Educação e Problemas Ambientais

(UFPA), Gestão em Segurança Pública e Defesa Social (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Maria Salete Souza de Amorim**

maria.salette@ufba.br

Doutora em Ciência Política (UFRGS) e Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Mário Luís Cardoso Oliveira**

marioluisoe@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

**Maristela Bortolon de Matos**

maristela@ifrr.edu.br

Doutora em Educação e professora no Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima - UERR e no Mestrado em Educação– UERR/IFRR.

**Matheus Souza**

matheus.souza@unijorge.edu.br

Graduado em Relações Internacionais pela UNIJORGE, especialista em Política e Estratégia com ênfase em Planejamento Estratégico pela UNEB e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia, especialista em Gestão da Inteligência Estratégica pela Faculdade Batista Brasileira e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Bahia, mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor e coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais da UNIJORGE.

**Melquisedeque Cerqueira dos Anjos**

anjos2001@gmail.com

Mestrando em Ciência da Informação pelo

Instituto de Ciência da Informação (UFBA) Capitão da Polícia Militar do Estado da Bahia.

**Nanníbia Oliveira Cabral**

nannibialucca@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. Boa Vista- Roraima - Brasil.

**Natália dos Reis Andrade**

natalia.reis.andrade@gmail.com

Graduanda em Fonoaudiologia do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Nelmo dos Santos Passos**

nelmo.passos@hotmail.com

Mestrando em Ciências Policiais na Especialização Gestão da Segurança (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna – ISCPIS - Lisboa).

**Patrícia Brandão Ribeiro**

patibribeiro@yahoo.com.br

Especialista em Saúde do Idoso (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará.

**Paula Monique de Oliveira Januário**

Bacharel em Direito (Uninorte) e Advogada. paulamoniqueoj@gmail.com

**Paulo Henrique Stoeberl**

paulo.stoeberl@prf.gov.br

Especialista em Perícia em Acidentes de Trânsito (IFSC), Policial Rodoviário Federal.

**Paulo Victor do Espírito Santo da Silva**

paulovicsilva@hotmail.com

Graduando em Estatística (UFPA) e Discente de Iniciação Científica PIBIC/ CNPq. Belém-Pará-Brasil.



**Pedro Ivo Nogueira Loureiro**

ivonogueira15@gmail.com

Pós-graduando em Direito Penal e Processual Penal (ESTÁCIO/CERS) e Policial Rodoviário Federal. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

**Pedro Rogério Castro Godinho**

pedrorgodinho@hotmail.com

Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA), professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador (FTC) e Juiz de Direito da Comarca de Salvador.

**Poliana Conceição dos Santos**

poliana-fisioterapia@hotmail.com

Graduanda em Fisioterapia do Departamento de Ciências da Vida (DCV) e Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PICIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Rair Valente Soares**

essenciarai@hotmail.com

Especialista em Atenção ao Uso de Drogas (UFBA), soldado da Polícia Militar da Bahia, psicóloga (UFBA).

**Reinaldo Marcio Costa**

reimarcio13@gmail.com

Tecnólogo em Gestão da Segurança Pública (Unisul-SC) e Policial Rodoviário Federal.

**Roberto Magno Reis Netto**

bob\_reis\_ufpa@yahoo.com.br

Mestre em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Direito Processual Civil (UGF/DF), Docência no Ensino Superior (UGF/DF) e Atividade de inteligência e gestão do conhecimento (ESMAC/PA). Bacharel em Direito (UFPA). Oficial de Justiça Avaliador

do TJ/PA, Professor (IESP/PA e ESMAC/PA) e Pesquisador (Observatório Anánkê/ESMAC e LABGEOVCRIM/UEPA).

**Rodolfo Gomes do Nascimento**

rodgn@hotmail.com

Doutor em Psicologia (UFPA) e professor da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Rui Machado Junior**

ruimachadojr01@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (UERR), Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFRR), Professor de Direito Penal e Direito Tributário do Centro Universitário Estácio da Amazônia e Escrivão da Polícia Federal.

**Samara Dantas Pinheiro**

samaradp@hotmail.com

Especialista em Farmacologia Forense (Darcy Ribeiro). Oficial do Corpo de Bombeiros do Ceará. Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza-Ceará-Brasil.

**Samara Viana Costa**

samarasvc@fab.mil.br

Mestre em Segurança Pública e graduada em Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA - Brasil). Oficial da Força Área Brasileira.

**Sheila Marta Carregosa Rocha**

smrocha@uneb.br

Universidade do Estado da Bahia.

**Silvia dos Santos de Almeida**

salmeida@ufpa.br

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora do Programa de Pós-graduação em segurança Pública da UFPA. Belém-Pará-Brasil.



**Simone Souza da Costa**

symon.ufpa@gmail.com

Pós-Doutora em Ciência da Reabilitação (Universidade de Dortmund) e professora da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Sueli Ribeiro Mota Souza**

sumota.uneb@gmail.com

Doutora em Ciências Sociais (UFBA) e professora da (UNEB). Salvador-Bahia-Brasil.

**Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho**

tatiana.eleuterio@ssp.ba.gov.br

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e Oficiala da Polícia Militar da Bahia.

**Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa**

tatyane.tolosa@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA), Especialista em Segurança Pública nas áreas de Polícia Comunitária (UNISUL) e Segurança Pública e Gestão de Informação (RENAESP), Pedagoga (UEPA) e Praça da Polícia Militar do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Tércio Silva Damasceno**

tercio.silva@prf.gov.br

Mestrando em Administração Pública (UFCEG), Policial Rodoviário Federal.

**Thayane Caroline Oliveira da Conceição**

carolinethayane13@gmail.com

Graduanda em Estatística (UFPA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Thays Suelen Santos Brito**

thaysuelen096@gmail.com

Graduada em Estatística (UFPA) e Discente

de Mestrado em Estatística na Universidade de Brasília. Belém-Pará-Brasil.

**Vanessa Francisca Chagas de Oliveira**

vane\_chicachagas@hotmail.com

Graduada em Serviço Social (UERR). Boa Vista – Roraima – Brasil.

**Waldriane Nascimento da Silva**

waldriane.seso@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Assistente Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

**Wander Cleber Maria Pereira da Silva**

wandercleber@gmail.com

Doutor em Psicologia (UnB) e Professor da Universidade de Brasília. Brasília-Distrito Federal-Brasil.

**Wando Dias Miranda**

wandomiranda@outlook.com

Doutor em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA), Mestre em Ciência Política (UFPA), Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (UEPA) e Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento (ESMAC); Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFPA). Professor (ESMAC e IESP) e pesquisador (OBED/UFPA e Observatório Anánkê/ESMAC).

**Wesley Bomfim Siqueira**

siqueira@pm.ba.gov.br

Mestrando em Mediação e Resolução de Conflitos (FUNIBER) e Oficial da Polícia Militar da Bahia.

## Sumário

---

<b>Prefácio</b>	21
<b>A Teoria Abolicionista Penal de Hulsman na perspectiva comunitária do Pacto pela Vida</b>	23
<i>Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho</i>	
<b>Elemento Suspeito: análise da criminologia crítica acerca da interlocução entre pobreza, negritude e criminalidade</b>	37
<i>Helisa Couto Vidigal; Humberto Ribeiro Junior</i>	
<b>Parceria público-privada no sistema penitenciário: opção ou solução?</b>	53
<i>André Luiz de Almeida e Cunha; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Implantação do SUSP e os desafios para os municípios brasileiros</b>	67
<i>Josemar Dias Cerqueira; Maria Salete Souza de Amorim</i>	
<b>O entorno geoestratégico brasileiro e o tráfico internacional de drogas: desafios e respostas sob um olhar geopolítico</b>	79
<i>Gabriel Santiago; Matheus Souza</i>	
<b>Os povos indígenas e as políticas públicas de gestão territorial e ambiental no Brasil</b>	93
<i>Karol Stefany Oliveira Rabelo; Ana Maria Lima de Freitas; Emilson Pinheiro Coelho Neto; Maristela Bortolon de Matos</i>	
<b>A assistência de caráter preventivo e curativo à saúde como direito do preso recluso na penitenciária</b>	107
<i>Karol Stefany Oliveira Rabelo; Leonardo André Seefeld; Rui Machado Junior</i>	
<b>A saúde da tropa: um diagnóstico sobre o Índice de Massa Corporal do efetivo da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará</b>	119
<i>Mário Luís Cardoso Oliveira; Jeanderson da Silva Saraiva; Simone Souza da Costa; Rodolfo Gomes do Nascimento</i>	
<b>Acompanhamento do nível de estresse policial para saúde da segurança pública</b>	129
<i>Wesley Bomfim Siqueira; Edevaldo Sousa Gomes; Katianne Cabral Nunes Mattos</i>	
<b>Análise do impacto das atividades profissionais à saúde física de polici-ais militares: contribuições da terapia ocupacional sob o viés da neuro-reabilitação</b>	139
<i>Edimar Marcelo Coelho Costa; Fernando da Cunha Dantas; Iuri Aguiar de Melo; Patrícia Brandão Ribeiro</i>	

---

---

<b>Geração <i>Silver</i> ameaçada pelas instituições</b>	151
<i>Sheila Marta Carregosa Rocha</i>	
<b>Homicídios dolosos, tráfico de drogas e desigualdade social na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil</b>	167
<i>Poliana Conceição dos Santos; Edna Maria de Araújo; Eva Bulcão Mota; Márcio Costa de Souza; Daniel Deivson Alves Portella</i>	
<b>Homicídios por agressões em Salvador: tendência no período de 2000 a 2015</b>	181
<i>Giselle dos Santos de Almeida; Daniel Deivson Alves Portella; Aloísio Machado da Silva Filho; Joara Raíza Fontes Barros Bomfim; Natália dos Reis Andrade</i>	
<b>Perfil das vítimas de crimes ocorridos na Região Metropolitana de Belém do Pará, que sofreram lesão corporal no período de 2010 a 2017</b>	193
<i>Flaviane Pantoja Garcia; José Gracildo de Carvalho Júnior; Silvia dos Santos de Almeida; Paulo Victor do Espírito Santo da Silva; Thays Suelen Santos Brito</i>	
<b>Proibicionismo, drogas e saúde mental: possibilidades e limites na atuação policial junto aos usuários de drogas ilícitas</b>	205
<i>Rair Valente Soares; Leandro Dominguez Barretto</i>	
<b>Saúde e Trabalho: um estudo da atenção à saúde do servidor da Polícia Civil/PA</b>	219
<i>Leomar Narzila Maués Pereira; Andréa Bittencourt Pires Chaves</i>	
<b>Retratos da violência intrafamiliar: filicídios em jornais do Amazonas</b>	227
<i>Waldriane Nascimento da Silva; Izaura Rodrigues Nascimento</i>	
<b>Apreensões de drogas sintéticas no estado do Amazonas: novos desafios para o sistema de segurança pública</b>	239
<i>Isabella Erthal Villarroel; Luciane Cavalcante Lopes; Joana Macedo Abdel Hai Ahmoud; Antonio Gelson de Oliveira Nascimento</i>	
<b>Aspectos biopolíticos das sanções aplicadas pelas facções criminosas no Brasil</b>	251
<i>Roberto Magno Reis Netto; Clay Anderson Nunes Chagas; Clarina de Cássia da Silva Cavalcante; Samara Viana Costa; Wando Dias Miranda</i>	
<b>Violência urbana: fatores relacionais entre homicídio, tráfico de drogas e urbanização</b>	263
<i>Marco Antônio Rocha dos Remédios; Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa; Brenno Morais Miranda; Glacy Lenny de Souza Rocha; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	

---

---

<b>Análise axiológica da tabela de velocidade de travessia de pedestres adotada pela doutrina brasileira e sua influência nas conclusões periciais nos atropelamentos clássicos</b>	275
<i>Paulo Henrique Stoeberl; Adriano Xavier Araújo; Tércio Silva Damasceno</i>	
<b>Como trabalhar no Brasil com unificação de dados sobre acidentes de trânsito se não existe padronização nacional nos conceitos para coleta dos dados?</b>	287
<i>Reinaldo Marcio Costa; Adriano Roberto de Souza Ferreira</i>	
<b>O crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor nos acidentes de trânsito atendidos pela Polícia Rodoviária Federal</b>	301
<i>Pedro Ivo Nogueira Loureiro; Adriano Roberto de Souza Ferreira</i>	
<b>Perícia preventiva de local de acidente: uma ação inovadora e eficaz para a redução da letalidade no trânsito</b>	313
<i>Carlos Alberto Malcher Bastos; Márcio Luiz Azevedo Pereira</i>	
<b>A participação social no conselho municipal de segurança para implementação das políticas públicas de segurança no município de Feira de Santana</b>	327
<i>Marco Antônio Maia dos Santos; Ana Clara de Rebouças Carvalho</i>	
<b>Comando e Controle Aplicável na Segurança para Grandes Eventos</b>	337
<i>Melquisedeque Cerqueira dos Anjos; Lídia Maria Batista Brandão Toutain</i>	
<b>Gestão da segurança pública de um país em transformações: desafios da polícia judiciária brasileira</b>	351
<i>Nelmo dos Santos Passos</i>	
<b>Gestão do conhecimento em segurança pública: a experiência de cooperação do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública no Amazonas</b>	363
<i>Jatniel Rodrigues Januário; Wander Cleber Maria Pereira da Silva; Paula Monique de Oliveira Januário</i>	
<b>Tecnologia da Informação e Perspectivas para Administração dos Sistemas Judiciais e Segurança Pública no Brasil</b>	375
<i>Pedro Rogério Castro Godinho; Ivone Freire Costa; Horácio Nelson Hastenreiter Filho</i>	
<b>A violência na cidade universitária Professor José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará</b>	387
<i>Jaciane do Carmo Ribeiro; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	

---

---

<b>Combate multidisciplinar da violência social: um estudo de caso das ações desenvolvidas pelo 18º Batalhão Policial Militar do Ceará</b>	395
<i>Marchezan Nacarato Rocha; Francisco Wesley Patrício Vieira; Luciano Nascimento Silva; Samara Dantas Pinheiro</i>	
<b>Índice de criminalidade aplicado aos municípios do estado do Pará</b>	409
<i>Herick Wendell Antônio José Gomes; Cristiane Nazaré Pamplona de Souza; Hugo Alexandre Santos Regateiro; Roberto Magno Reis Netto; Cristiane Alves dos Santos</i>	
<b>Lutas e protagonismo social dos(as) MC's no Recôncavo da Bahia</b>	423
<i>Manoel Alves de Araujo Neto; Sueli Ribeiro Mota Souza</i>	
<b>Crimes virtuais contra mulheres no Estado do Pará</b>	437
<i>Bruna Cabral Silva; Edson Marcos Leal Soares Ramos; Joyce Gama Souza</i>	
<b>Perfil do <i>Bullying</i> no contexto escolar da periferia de Belém-Pará</b>	453
<i>Joyce Gama Souza; Carolina Moreira da Costa; Thayane Caroline Oliveira da Conceição; Camila Stefany Silva de Souza; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Perfil dos Egressos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará</b>	467
<i>Joyce Gama Souza; Edson Marcos Leal Soares Ramos, Letícia Estefany Santana Pensador</i>	
<b>Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará</b>	481
<i>Joyce Gama Souza; Letícia Estefany Santana Pensador; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Perfil das Presas do Estado do Pará</b>	493
<i>Thayane Caroline Oliveira da Conceição; Joyce Gama Souza; Carolina Moreira da Costa; Camila Stefany Silva de Souza; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>O atendimento aos adolescentes institucionalizados no centro socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho: uma análise crítica da aplicabilidade das políticas públicas como garantia de direitos</b>	505
<i>Vanessa Francisca Chagas de Oliveira; Nanníbia Oliveira Cabral; Leila Chagas de Souza Costa</i>	
<b>Índice Remissivo</b>	517

---

## PREFÁCIO

A violência nos centros urbanos no Brasil instaura um discurso no âmbito político com profundas implicações sociais, as quais requerem reformas estruturais na economia, mudanças na sociedade e, principalmente, autocontrole e regulação das instituições vinculadas à segurança e a defesa. Suportes institucionais, mediante dispositivos constitucionais visualizando o debate e a formulação de agendas em relação aos níveis de violências e avanços de criminalidade urbana, envolvendo tráfico de drogas, homicídios, dentre outros temas emergentes da sociedade brasileira. Tais preocupações realçam a relevância da consolidação de bases institucionais adequadas e para a formulação e implementação de políticas e gestão de segurança pública e gestão das políticas, fundamentadas na ampla participação social e modelos que aproximem de forma democrática o sistema de justiça e defesa da sociedade com níveis de confiança e cidadania. Eis uma obra inovadora, corajosa, propositiva, pois ela é destinada aos gestores, pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação em Segurança e Defesa e a todos aqueles que se preocupam em encontrar novas soluções para os problemas relativos aos temas aqui abordados.

Os organizadores

# A Teoria Abolicionista Penal de Hulsman na perspectiva comunitária do Pacto pela Vida

*Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho*

## RESUMO

**Importância:** O entendimento mais ampliado da Segurança Pública como um sistema complexo e impactado por inúmeras variáveis alheias ao desempenho das organizações policiais tem se evidenciado nas políticas públicas contemporâneas afetas à essa área. A ponderação sobre a situação caótica do sistema prisional brasileiro e sobre as concepções pertinentes aos arranjos sociais tecidos fora dos presídios tornaram os pensamentos abolicionistas de Louk Hulsman cada vez mais inquietantes e aderentes à esta problemática. **Objetivo:** Esta pesquisa objetiva compreender em que medida a efetivação do Pacto pela Vida, na Bahia, tendo em vista suas características e arranjos sociais das Bases Comunitárias de Segurança, pode colaborar para a concretização da proposta abolicionista de Hulsman. **Metodologia:** Para isto, foi escolhida uma abordagem quali-quantitativa e descritiva, fundamentada em pesquisas bibliográficas, documental e aplicação de questionários juntos aos Comandantes das 18 Bases Comunitárias de Segurança implantadas pelo PPV. A literatura escolhida cruzou os fundamentos da teoria abolicionista penal, apresentado por Hulsman, com as práticas usuais no campo da segurança pública, identificadas no Pacto pela Vida e suas bases comunitárias. **Resultados:** O estudo qualitativo revelou que as singularidades implantadas pelo Pacto pela Vida, estruturadoras dessa política, apresentam total aderência às premissas de Hulsman. A pesquisa quantitativa trouxe a luz sobre essa percepção, na perspectiva dos Comandantes das Bases. **Conclusão:** Destaca-se que do apurado, depreende-se que as novas perspectivas preventivas de controle social, acentuadas nas políticas de segurança pública contemporâneas, concretizadas na Bahia através do Pacto pela Vida, revigora as premissas abolicionista defendidas por Louk Hulsman, que em essência busca estabelecer um novo paradigma de justiça social, apartada do sentimento de vingança social.

**Palavras-chave:** Abolicionismo Penal. Segurança Pública. Pacto pela Vida.

## Introdução

O entendimento mais ampliado da Segurança Pública como um sistema complexo e impactado por inúmeras variáveis alheias ao desempenho das organizações policiais tem se evidenciado nas políticas públicas contemporâneas afetas à essa área. Essa concepção objetiva das causas e efeitos relacionados à violência tem caracterizado as políticas públicas de segurança com um bloco forte de medidas de prevenção e controle das situações geradoras de violência.

Neste contexto, o Pacto pela Vida, política pública de segurança da Bahia desde 2011, foi estruturado em uma interpretação holística da questão da segurança pública, arraigada em ações sociais, de prevenção, de estruturação do aparato policial, bem como em uma gestão participativa, integrada entre os vários setores do Estado.

Ao refletir sobre a necessidade do fim do sistema penal, devido à sua ineficiência e seus efeitos nocivos, a teoria abolicionista penal de Hulsman apresenta outras possibilidades de resolução dos conflitos penais, executadas pela própria sociedade, sem a intervenção estatal, estabelecendo uma nova concepção de enfrentamento aos problemas sociais, estabelecendo o que seria uma nova ordem na segurança pública.

Desta forma, esta pesquisa buscou analisar em que medida a efetivação do Pacto pela Vida, na Bahia, tendo em vista suas características e arranjos sociais pode colaborar para a concretização da proposta abolicionista de Hulsman.

## Revisão bibliográfica

Antes de adentrar nas concepções abolicionistas de Louk Hulsman faz-se necessário esclarecer que a concepção de Hulsman não se trata de um olhar único sobre o tema, que possa ser confundido com a própria teoria abolicionista. Há outras nuances sobre o pensamento abolicionista e segundo Zaffaroni (1991, p. 98) os autores abolicionistas não partilham de uma total coincidência de métodos, pressupostos filosóficos e táticas para alcançar os objetivos.

Da forma como está estruturado, o sistema penal, através da intervenção estatal, não consegue solucionar os conflitos, tão pouco poderá prevenir e reprimir o cometimento de delitos. Para Zaffaroni (1991), Hulsman sustenta, entre outros motivos, três razões fundamentais para a abolição do sistema penal. Trata-se de um sistema gerador de sofrimentos desnecessários, injustamente



distribuídos na sociedade; não apresenta efeito positivo sobre os indivíduos envolvidos nos conflitos; e o seu controle é extremamente difícil de ser mantido.

Hulsman propõe a compreensão de um novo paradigma, através da formação de uma nova mentalidade isenta de conceitos discriminatórios, em uma linguagem nova, que substitua os termos estigmatizantes sobre as pessoas e as situações vividas (HULSMAN; DE CELIS, 1993, p. 96).

Contudo, não basta mudar a nomenclatura e a mentalidade não sofrer modificação, pois esse etiquetamento influencia sobremaneira a mentalidade da sociedade e, por conseguinte, dos julgadores e operadores do sistema penal. Zaffaroni e Pierangeli (2011) discorrem sobre essa seletividade:

Tudo isso demonstra que, ao menos em boa medida, o sistema penal seleciona pessoas ou ações, como também criminaliza certas pessoas segundo sua classe e posição social. [...] Há uma clara demonstração de que não somos todos igualmente ‘vulneráveis’ ao sistema penal, que costuma orientar-se por ‘estereótipos’ que recolhem os caracteres dos setores marginalizados e humildes, [...] (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2011, p. 73).

O abolicionismo penal afirma que o sistema penal não previne a prática de novos delitos, posto que diante de sua completa ausência de argumentos robustos, impõe a violência e o medo como mecanismo de educação social. Essa insensibilidade também é percebida no sistema penal a partir da maneira estereotipada que este olha tanto para o acusado como sobre a vítima.

Nessa perspectiva, Louk Hulsman destaca que no dia do julgamento a vítima pode considerar o problema inicialmente vivido de outra forma, passando a não desejar a punição prevista legalmente, mas ainda assim a questão será julgada com o rigor da lei. A vítima não passa de um mero instrumento da acusação, transforma-se em grande parte, numa simples testemunha (HULSMAN, 1997, p. 6).

Para efetivação da abolição do sistema penal, Hulsman apresenta em seu estudo três ações viabilizantes dessa ruptura estrutural do sistema, quais sejam: expansão de políticas públicas preventivas do delito; adoção de soluções conciliadoras para os conflitos, através do diálogo amplo sobre estes, propiciado pelo resgate da maioria dos indivíduos envolvidos em situações-problemas; e, por fim, a prática de soluções judiciais não-penais.

Contudo, isso não implica em abolição total das formas coercitivas de controle social. Tem, porém, por objetivo mais do que transferir os conflitos da jurisdição penal para a civil, supondo que a conciliação poderia ser a solução dos problemas, dos conflitos. E esta perspectiva pode ser alvo de avaliação pelos agentes públicos para uma possível operacionalização por meio das políticas públicas.

A política de Segurança Pública na Bahia, o Programa Pacto pela Vida (PPV), teve como fonte de inspiração um outro pacto realizado anteriormente no estado de Pernambuco. Em 2007, o Pacto pela Vida naquele estado foi estabelecido com foco no enfrentamento da violência e na redução dos índices criminais. Segundo Pinho (2015), desde sua implantação em 2007, o PPV diminuiu, até 2013, em 39,10% a taxa de CVLI, significando em um total de 7.899 vidas salvas naquele estado.

A inauguração do PPV na Bahia, ocorrida em 2011, foi a alternativa apresentada pelo governo do estado à época, à problemática enfrentada pela segurança pública, cujas ações até então refletiam ainda as velhas práticas tradicionais de combate à criminalidade, mesmo diante do crescimento acelerado de mortes violentas no estado.

Lançado oficialmente pelo Governo da Bahia em 06 de junho de 2011, o programa foi regulamentado com a promulgação da Lei Nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, que instituiu o Sistema de Defesa Social da Bahia (BAHIA, 2011a). Sua base de diretrizes foi estabelecida durante o Fórum Estadual de Segurança Pública, ocorrido em 13 de junho de 2011, em Salvador, capital do estado. A participação social nesse grande evento foi efetivada por meio de representantes da sociedade civil organizada, de organizações empresariais e da população em geral.

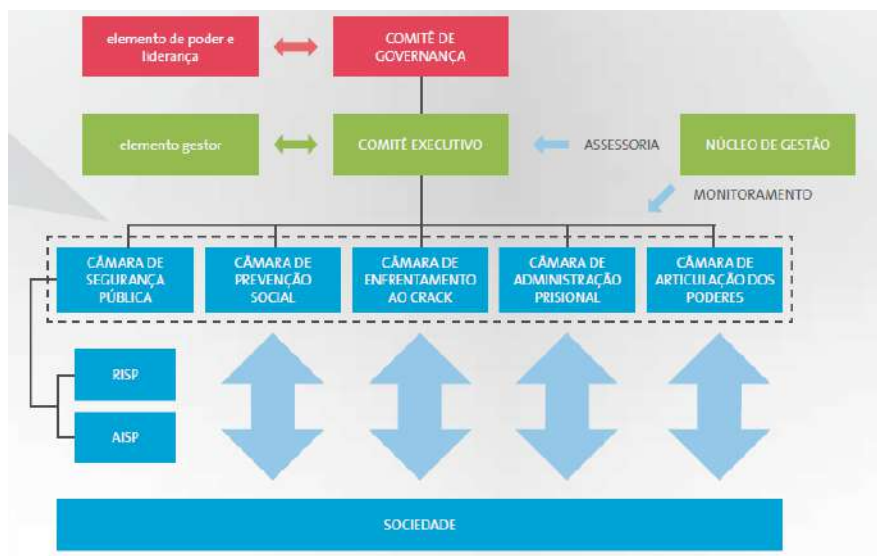
Mediante a realização de 10 oficinas temáticas foram discutidos assuntos relevantes, como Violência contra a Mulher; Violência Racial; Drogas e Violência; Criança e Adolescente; Juventude; Atividade Policial; Prevenção da Violência; Violência e Grupos Vulneráveis (idosos, pessoa com deficiência, LGBT); Sistema de Justiça e Sistema Prisional.

Os resultados do trabalho desenvolvido nas oficinas do PLANESP foram consolidados, transformando-se nas propostas de iniciativas estratégicas desta Secretaria da Segurança Pública e viabilizando a estruturação preliminar

do que, tempos depois, iria se transformar no nosso PORTFÓLIO DE PROJETOS para o período 2012-2015 (BAHIA, 2011b).

Esse portfólio de projetos contemplou ainda ações nas áreas de Trabalho, Emprego e Renda; Desenvolvimento Social; Promoção da Igualdade Racial; Cidadania e Direitos Humanos; Educação e Combate à Pobreza entre outros. O PPV estruturou-se nos princípios norteadores de territorialidade, participação ativa, transversalidade, repressão qualificada e prevenção social.

**Figura 1:** Modelo de Gestão da segurança pública implantado pelo PPV



**Fonte:** BAHIA. SSP (2016).

Cabe ao Comitê de Governança a responsabilidade de formalizar as diretrizes estratégicas. Já o planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das ações do programa cabem ao Comitê Executivo. Às Câmaras Setoriais cabe o desdobramento das diretrizes dentro de cada câmara. E é nas câmaras setoriais que a participação social é efetivada. A base de todo o modelo de gestão é composta pela sociedade.

As Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) são compostas por um conjunto de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). São 10 RISP

no estado. 01 na Região Metropolitana de Salvador (RMS), 03 na Capital e 06 no interior do estado – Sudoeste, Chapada, Leste, Oeste, Norte e Sul. Atualmente, são 52 AISP no estado. 29 no interior, 16 na capital e 07 na RMS.

Tanto a RISP quanto a AISP organizam os limites de atuação das unidades policiais do estado e são os locais onde são aferidos os resultados dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), correspondente ao somatório dos homicídios dolosos, roubos seguido de morte e lesões corporais seguidas de morte. É o CVLI o principal indicador do PPV e, desde o seu início, sua meta é a contenção dos CVLI em 6%.

O PPV apresentou inovações importantes para a melhoria do desempenho da segurança pública, de acordo com o Núcleo de Gestão, através da implantação de Centrais de Flagrantes, Núcleo de Inteligência do sistema prisional, Centros Integrados de Comunicação, Delegacias especializadas em investigação de homicídio e outras.

Contudo, foi por meio do estabelecimento de 18 Bases Comunitárias de Segurança (BCS), das quais 07 se localizam no interior do estado, que o PPV concretizou as intervenções da área de segurança pública voltadas objetivamente para a prevenção social, executadas em parceria com os diversos órgãos do Estado. As BCS estão direcionadas para a população vulnerável das áreas identificadas como críticas em termos de criminalidade. Segundo Silva Junior:

É dentro dessa nova estrutura estabelecida pelo Pacto que surge a Base Comunitária de Segurança (BCS), que se constitui num ponto de gerenciamento da operacionalização das atividades policiais com o fim de garantir segurança à comunidade a partir de estratégias preventivas dentro dos pressupostos do policiamento comunitário (SILVA JUNIOR, 2013, p. 62).

Em situações em que o confronto não se faça necessário, a doutrina de polícia comunitária recomenda que meios de resolução pacífica de conflitos sejam utilizados. Sobre isto, a SENASP, conforme o manual do curso de gestor de policiamento comunitário – Sistema Koban (BRASIL, 2010), assevera que esta abordagem também propicia a cidadania ativa para a contenção da escalada dos conflitos interpessoais em seu nascedouro (a comunidade), evitando a eclosão de episódios de violência e de crime.

As ADR (Alternative Dispute Resolution) ou meios de solução alternativa de disputas são alternativas pacíficas às práticas tradicionais de solução de contendas, em que uma terceira pessoa, em nome do Estado, delibera uma decisão para o conflito. De acordo, com a filosofia de Polícia Comunitária, as BCS podem estabelecer a mediação de conflitos como uma de suas ações, onde os próprios policiais, capacitados para tal propósito, poderão mediar conflitos na implantação de projetos de Polícia Comunitária, bem como atuarem como mediadores em núcleos de mediação.

As BCS são responsáveis pelo gerenciamento operacional do policiamento em determinada área e têm como objetivo promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, focando no desenvolvimento de ações preventivas, de forma a contribuir também para a recuperação de infratores.

**Figura 2:** Fachada da Base Comunitária de Segurança localizada em Narandiba, Salvador, BA



**Fonte:** BAHIA. SSP (2017).

Nesse diapasão, caracteriza o desenvolvimento das ações de polícia comunitária a implantação de ações que fomentem a mediação de conflitos, que promovam uma maior integração entre a polícia e a comunidade, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições policiais do Estado. A respeito desse tema, o Manual do Curso de Gestor de Policiamento Comunitário – Sistema Koban (BRASIL, 2010):

Os meios de resolução pacífica de conflitos [...] vêm, de um lado, como um instrumental de auxílio na intervenção das polícias e guardas em momentos em que o confronto não se faça necessário e, de outro, como meio a sua integração, às ações comunitárias, dos gestores públicos e operadores do Direito (BRASIL, 2010, p. 76).

No estado de São Paulo, a mediação comunitária é uma realidade sustentada pelo Tribunal de Justiça. A mediação na Polícia Militar do Estado de São Paulo é realizada através dos Núcleos de Mediação Comunitária (NUMEC), onde um Policial Militar, devidamente capacitado de acordo com os parâmetros exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça, exerce a função de mediador de conflitos, como som alto, questões ligadas ao direito de vizinhança, acidentes de trânsito e outras de natureza cíveis.

Na obra *Mediação comunitária na Segurança Pública*, Oliveira e Vieira (2018) esclarecem que “a ideia da mediação não é se imiscuir na atividade-fim do agente de segurança pública, mas sim auxiliá-lo com esse novo instrumento de trabalho. [...] a mediação veio para prestar um serviço primoroso no trato com as divergências surgidas no meio social [...]”. Desta forma, os Núcleos de mediação técnico-comunitária podem fortalecer a implantação da mediação comunitária.

## **Material e métodos**

Direcionada pelos objetivos estabelecidos, esta pesquisa precisou observar, registrar e descrever o PPV, bem como as Bases Comunitárias de Segurança, assim, podendo ser classificada como descritiva. O método indutivo foi norteador das ações desenvolvidas.

Tendo em vista a necessidade de aprofundamento sobre o tema, esta pesquisa adotou um enfoque quali-quantitativo, ampliando a gama de informações coletadas. Nesta perspectiva, Creswell e Clark (2013), ressaltam a complementariedade que pode advir com a combinação de resultados quantitativos e qualitativos, onde um apresenta o entendimento mais detalhado que falta ao outro.

Foram aplicados 18 questionários, por e-mail, durante o mês de setembro de 2018, junto aos Comandantes de BCS da Bahia, dos quais 16 foram respondidos, delimitando uma amostra de, aproximadamente, 89% do universo. Os dados, primários e secundários, foram obtidos também através de

pesquisas bibliográficas e documentais, através de material já publicado, como por exemplo páginas na internet, pesquisas científicas, planos estratégicos da Segurança Pública e manuais de cursos relacionadas às capacitações em Polícia Comunitária, da SENASP.

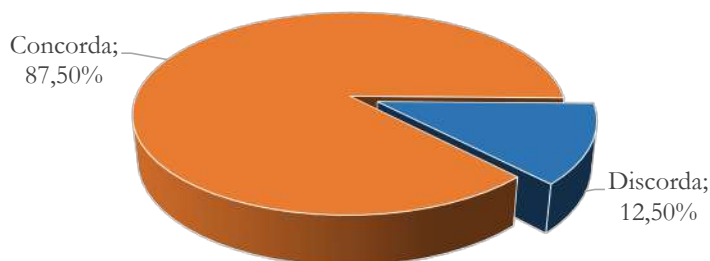
## Resultados e discussões

A Bahia investiu em uma política de segurança pública centrada na integração de seus atores e na potencialização da cidadania, por meio de ações comunitárias sustentadas pelas forças policiais, integradas a filosofia de polícia de aproximação. Da observação, constatou-se que as BCS são instrumentos fundamentais para operacionalização das ações públicas voltadas às áreas consideradas de risco.

Dos 18 Comandantes de BCS, 16 responderam ao questionário, cerca de 88,88%. Desses, a maioria, 43,75%, possuem até 08 anos de serviço na Polícia Militar da Bahia. Já em relação ao tempo de atuação nas BCS, mais de 81% já possuem mais de um ano de experiência. Todos os comandantes são oficiais da PM, são tenentes ou capitães.

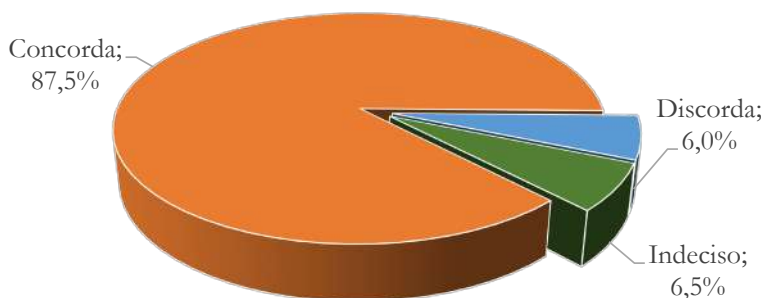
Aos respondentes, foi questionada a opinião sobre a mediação comunitária, como instrumento de empoderamento e a autodeterminação de grupos sociais, premissas apresentadas pela SENASP, no Manual de Curso de Gestor de Policiamento Comunitário – Sistema Koban. A maioria, 87,50% (Figura 3), concorda com a afirmação apresentada.

**Figura 3:** Opinião sobre a mediação comunitária como um mecanismo que resulta no empoderamento e a autodeterminação de grupos sociais



Assim, embora cada BCS possua uma realidade social própria, há congruência de conflitos que permitem aos comandantes reconhecer na mediação comunitária uma opção para transformação do cenário atual da comunidade local. Segundo eles, a modificação de realidade com a mediação poderiam alcançar até a problemática da violência, na medida da contenção desta, porquanto, tendo em vista as solicitações de atendimento recebidas pelas bases, relacionadas a conflitos interpessoais ainda não violentos e que não constituam fato típico criminal, 87,5% dos comandantes, (Figura 4), concordam que a mediação comunitária poderia se apresentar como uma prática viável para a contenção de problemas e prevenção da violência, nas comunidades do entorno das BCS.

**Figura 4:** Opinião sobre a viabilidade da mediação comunitária como uma prática para a contenção de problemas e prevenção da violência, nas comunidades do entorno das BCS

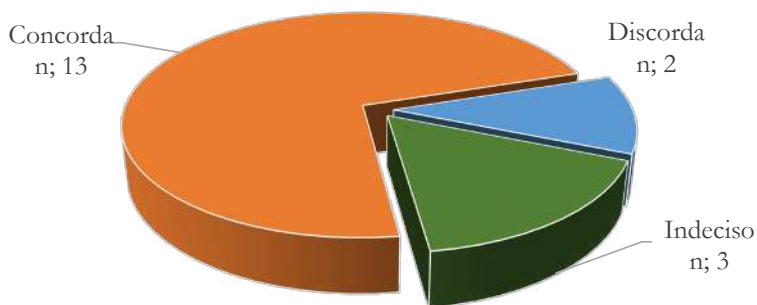


A despeito da aceitação dos respondentes da mediação comunitária como ferramenta de fortalecimento democrático, analisando os serviços ofertados pelas BCS à comunidade, 68% dos respondentes consideram que a prática de mediação comunitária, de forma sistemática, ainda não é uma realidade sólida nas BCS da Bahia. Contudo, há a possibilidade de se avançar nesse sentido, até mesmo com a participação efetiva de PM da BCS. Dos atuais 18 Comandantes de BCS, 15 deles, ou seja, 93,75%, concordaram com a possibilidade de que os próprios Policiais Militares da BCS, desde que com a devida capacitação específica em ADR possam atuar na mediação dos conflitos interpessoais.



Como uma opção para a inserção sistêmica da mediação, 13 respondentes concordam que a existência de Núcleos de mediação técnico-comunitária, fortaleceria a implantação da mediação comunitária.

**Figura 5:** Opinião sobre o fortalecimento da implantação da mediação comunitária, por meio da existência de Núcleos de mediação técnico-comunitária



Isto posto, tornou-se razoável, após o confrontamento das informações revisitadas, conceber o Programa Pacto pela Vida como possível vetor de operacionalização das premissas teóricas abolicionista penais defendidas por Hulsman, por intermédio da aplicabilidade da modalidade de mediação de conflitos, mediante instrução das ADR.

### Considerações finais

Os aspectos aqui elencados puderam representar o pensamento Hulsmaniano e foram suficientes para estimular a reflexão sobre as possíveis interconexões do abolicionismo penal com a política pública de segurança vigente no estado da Bahia.

A argumentação crítica de Hulsman sobre a falência do sistema prisional brasileiro, que efetivamente amplia e reproduz as desigualdades sociais, e a sua proposta de substituição desse sistema por outras possibilidades de resolução dos conflitos penais, executadas pela própria sociedade, sem a intervenção estatal, encontram, em parte, guarita na filosofia de polícia comunitária, fortalecida pelo Pacto pela Vida.

Sob essa ótica, a pesquisa desenvolvida, ao revelar as particularidades do PPV, permitiu estabelecer uma conexão entre a criação de centros de mediação nas BCS e o ideal proposto por Hulsman para resolução pacífica de conflitos sociais. Esta possibilidade fora validade pela maioria dos comandantes de BCS.

A mediação de conflitos, como ferramenta de ação preventiva a ser adotada pelo PPV, tornar-se-ia instrumento de justiça e segurança social ao buscar administrar os conflitos sociais existentes nos bairros, que quando mal administrados e não solucionados, podem gerar violência e ações criminosas.

Outro aspecto exposto pela pesquisa, o modelo de prevenção social da criminalidade do PPV, estruturado em ações sociais de segurança pública, executadas por todas as secretarias de Estado de forma transversal, encontra aderência ao proposto abolicionista à medida em que o investimento em outras áreas que não o cárcere, possibilitam um enfrentamento preventivo às causas da violência.

Do exposto, pode-se inferir que as novas perspectivas preventivas de controle social, acentuadas nas políticas públicas de segurança contemporâneas, concretizadas na Bahia através do Pacto pela Vida, revigora as premissas abolicionista defendidas por Louk Hulsman, que em essência busca estabelecer um novo paradigma de justiça social, apartada do sentimento de vingança social. Por fim, é possível produzir um novo modelo integrado do saber penal partindo de uma deslegitimação – inclusive admitindo a alternativa abolicionista – do sistema penal.

## Referências

BAHIA. Lei Nº 12.357, de 26 de setembro de 2011. Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 26 set. 2011a.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estadual da Segurança Pública -PLANESP**: Governo da Bahia - 2012 a 2015, Salvador, 2011b.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública -PLANESP**: Governo da Bahia - 2016 a 2025, Salvador, BA, 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Gestor de Policiamento Comunitário – Sistema Koban**. 1. ed., Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V.L. **Pesquisa de métodos misto**. Porto Alegre: Penso, 2013.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. **Penas Perdidas**. O sistema penal em questão. Trad. Maria Lúcia Karan. 1. ed., 1993.

OLIVEIRA, F. A. W.; VIEIRA, R. C. **Mediação Comunitária na Segurança Pública**: da aplicação às suas especificidades. 1. ed., São Paulo: Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, p. 116, 2018.

PINHO, T. E. D. **Pacto pela vida**: por trás do CVLI. In: Congresso Nacional de Administração Conad, 20, 2015, Goiânia. Anais. Goiânia, p. 435-448, 2015.

SILVA JUNIOR, D. A. **A governança securitária em torno das bases comunitárias de segurança**: uma proposta de administração dos riscos a partir de intervenções preventivas. Salvador, 2013.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Trad. Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 11. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.



# Elemento Suspeito: análise da criminologia crítica acerca da interlocução entre pobreza, negritude e criminalidade

*Helisa Couto Vidigal  
Humberto Ribeiro Junior*

## RESUMO

**Importância:** É necessário tomar por base as peculiaridades do país, em especial pela herança de escravidão e pelo racismo que devem ser consideradas como engrenagens do sistema penal, no que tange às suas funções não declaradas. **Objetivo:** O trabalho pretende analisar, com base na criminologia crítica e, mais especificamente, no realismo marginal, alguns conceitos caros, tais como a criminalização, a cifra oculta, a seletividade, para proceder ao estudo do que geralmente se entende por “elemento suspeito” no Brasil. **Metodologia:** Valer-se-á das pesquisas realizadas por Ramos e Musumeci, incorporadas na obra “Elemento Suspeito”, verificando-se que o sujeito abordado geralmente tem cor, endereço, status social e idade bem delimitados, sendo isso uma das heranças do legado da Escola Positivista, ao assumir discursos racistas acerca do que deveria se considerar delinquente, sendo que tais estudos considerados científicos à época, inclusive, foram objeto de disciplinas em salas de aula em academia de polícia brasileira. **Conclusão:** Com efeito, sabendo-se que o Sistema Criminal de Justiça fornece subsídios para que se reproduza o discurso falacioso de defesa social, o que se pretende com o trabalho é demonstrar que ele não é igualitário, não recai sobre a criminalidade associada ao status social positivo e, ainda, reproduz violência, racismo e mortes, pelo que necessita de ser totalmente repensado, questionado, pelo que se propõe uma caminhada até a sua ruptura. **Palavras-chave:** Criminologia; Elemento suspeito. Realismo marginal.

## Introdução

O artigo, inicialmente, versará sobre o realismo marginal de Zaffaroni, visando demarcar as peculiaridades do sistema penal de justiça e, em especial, deixar assentado que no Brasil o racismo é crucial para que o negro, jovem, morador de periferia e pobre seja tomado como elemento suspeito.

No capítulo posterior, a abordagem se efetuará tomando-se por base os resultados de muitos levantamentos realizados na obra “Elemento suspeito”, de Ramos e Musumeci (2005), verificando os principais critérios de “suspeição”, de modo a refletir sobre os propósitos do sistema penal para a sua “clientela”, e também do agente componente do sistema penal de justiça como atuante da engrenagem desse mesmo sistema, apto a “moer” sempre as mesmas pessoas, esmiuçando conceitos essenciais à criminologia crítica, tais como seletividade e cifra oculta.

Nesse passo, será possível entender que o princípio de igualdade, defendido pela ideologia da defesa social, é falacioso, porquanto o sistema penal não serve para proteger igualmente a todos os cidadãos contra as ofensas aos bens jurídicos, sendo certo que não é qualquer violador da norma jurídica que terá a chance de ser criminalizado, mas somente uma parcela da população menos favorecida e geralmente negra que sofrerá os processos de criminalização.

Por fim, é de importância manifesta a reflexão acerca desse tema, pois se deve aliar o conhecimento da realidade, no que tange aos operadores de segurança pública, e o amadurecimento crítico acerca do sistema penal, além das razões pelas quais ele está disposto a atingir as mesmas infrações e os mesmos infratores penais, repudiando a interlocução que cotidianamente se faz entre a criminalidade e a pobreza (juntamente com o fato de o sujeito, autor da infração, objeto da criminalização, ser negro, ter baixa instrução e ser morador de comunidade) questionando as balizas do sistema penal de justiça, encarando-o como racista, genocida e reproduzidor de violências.

### A percepção “realista” do sistema penal brasileiro

Para que se consiga delimitar o sistema penal brasileiro, verificando como opera, seus efeitos, por que e como se ocultam os defeitos, além de estudar o vínculo que esse sistema mantém com o resto do controle social e de poder, faz-se necessário o estudo do realismo marginal, de Zaffaroni, contido

na obra “Em busca das penas perdidas” (1991), devendo-se compreender que tem por principal fundamento uma séria reflexão acerca do sistema penal de justiça e de suas ideologias sustentadoras, de modo que se priorize a pessoa e a vida humana, em contrapartida a um desvalor prioritário da destruição da vida.

Esse estudo é crucial, pois consoante explica o citado autor argentino, a construção desse saber não pode ser realizada com a reprodução das teorias centrais; porquanto, o que se visualiza é um sistema penal com altíssimo custo de vidas humanas, haja vista que o sistema penal marginal possui uma realidade genocida que passa por milhões de mortes e oculta a ameaça de um genocídio derivado do tecnocolonialismo (ZAFFARONI, 1991), nesse passo, deve-se consignar que a formação do Brasil deu-se com peculiaridades que não podem ser deixadas de lado, veja-se:

Sob a dependência do neocolonialismo industrial, os programas de transporte de população – particularmente para o “Cone Sul” – trouxeram a população excedente de camponeses europeus que se concentravam urbanamente e que, como não podiam ser satisfatoriamente incorporados à produção industrial europeia, convertiam-se na “população perigosa” dos países do Sul da Europa. [...] Na Europa, foram desenvolvidas diversas avaliações sobre nossa região marginal que, ao ser descoberta pelos europeus, gerou uma verdadeira euforia idealizante que, com o avanço da civilização industrial e a consolidação do neocolonialismo, deu lugar a uma versão “científica” de inferioridade, com raízes geológicas e zoológicas facilmente transportadas para o humano. Esta versão resultou no racismo neocolonialista do paradigma lombrosiano – derivado do spencerianismo – como ideologia das potências neocolonialista do norte e centro europeu que, nos séculos XVIII e XIX, desbancaram as potências ibéricas, que não se industrializavam (ZAFFARONI, 1991, p. 167)

Com efeito, ao se pensar no contexto brasileiro histórico e na formação do sistema penal de punição não se pode olvidar da situação dos negros e dos índios que foram brutalmente marginalizados, para que, assim, possa-se pensar em um realismo marginal, voltado, em especial, para revelar mais nitidamente as características estruturais de todo o sistema penal, considerando-se que no Brasil, por exemplo, essas características são mais evidentes em virtude da

maior violência e, também, de modo a mostrar mais claramente como atua a rede de poder (ZAFFARONI, 1991).

Nesse diapasão, Flauzina (2006), com toda a sua potência, apoiada na criminologia crítica, abre os olhos dos leitores acerca de qual a tônica da reflexão que deve ser feita sobre a associação do racismo e o sistema penal. Observe-se:

A reflexão que pretendemos suscitar a partir de uma abordagem calcada nos pressupostos da criminologia crítica, aponta para a existência de um projeto de Estado de caráter genocida dirigido à população negra no Brasil. Ancorado nas várias dimensões da atuação institucional, esse empreendimento, resguardado pela simbologia do mito da democracia racial, vai se materializando nas vulnerabilidades construídas em torno do segmento negro – das políticas de esterilização às limitações educacionais – passando por todas as interdições quanto à estruturação de uma identidade negra e, principalmente, pela produção em série de mortes, em grande medida, de competência do aparato de controle penal. Dado que a intervenção condicionada pelo racismo tem caráter mais explicitado nas abordagens truculentas, nos encarceramentos desproporcionais e na produção de mortes abruptas, entendemos o sistema penal como o âmbito mais vulnerável dessa plataforma de extermínio (FLAUZINA, 2006, p. 3).

A referida autora (2006) relata que para que se valha de uma criminologia comprometida com o desenvolvimento humano é imprescindível que se considere o racismo como variável substantiva da constituição do sistema penal brasileiro, entendendo o Estado como uma ferramenta para o controle e para o extermínio da população negra no país, de modo a quebrar com o paradigma do mito da democracia racial brasileira.

Deve-se atentar, ainda, para o fato de que o discurso nacional do direito penal é construído sobre um vazio, do qual os códigos, os estudos jurídicos, as jurisprudências, as doutrinas ocultam a realidade contraditória do direito penal e que se presta a operacionalizar o racismo, fatalmente incrustado no sistema penal. Nesse giro, Evandro Piza Duarte (1988) dispõe que:

Isso permite a tais manuais negarem as contradições insuperáveis no plano de uma narrativa tradicional central, presente no modelo de progresso acidentado, ou seja, o



caráter violento da implantação dos sistemas penais em sociedades como a brasileira, seus vínculos genocidas e sua operacionalidade racista, sua utilização abertamente política, com a criminalização da questão social e a fragilidade da retórica liberal (DUARTE, 1988, p. 41).

E mais, ainda hoje o sistema penal é construído e legitimado, em grande medida, tendo como base os argumentos da ideologia da defesa social, partindo da compreensão de que a criminologia é ciência que busca explicar as causas da criminalidade e precisa prever os remédios para combatê-la, segundo o método científico experimental e com o auxílio das estatísticas criminais oficiais, crendo que o desvio criminal representa mal que deve ser evitado por meio de uma reação legítima da sociedade, qual seja, a política criminal, conseqüentemente, a “ideologia da defesa social compreende a criminalidade como uma realidade ontológica e anterior ao Direito Penal, cabendo a este apenas identificá-la e positivá-la (princípio do delito natural), sendo possível descobrir as causas do crime e, então, colocar a ciência a serviço do seu combate, em defesa da sociedade” (ANDRADE, 2003 apud ROSA et al., 2017, p. 105).

Interessa salientar que muitos princípios sobre os quais está ancorada a ideologia da defesa social são falaciosos, dentre os quais pode-se destacar o princípio da igualdade que reza que o direito penal protege igualmente todos os cidadãos contra as ofensas aos interesses sociais e que a aplicação do direito penal é igual para todos, na medida em que quaisquer violadores das normas jurídicas teriam a mesma oportunidade de se tornarem sujeitos dos processos de criminalização. Isso significaria dizer, por exemplo, que ricos e pobres são igualmente atingidos pelo direito penal e que criminosos de colarinho branco e pequenos delinquentes de rua têm as mesmas chances de serem submetidos aos rigores da lei penal, o que sabidamente não é verdade (ROSA et al., 2017).

Ora, a experiência tem demonstrado que, ainda que o Estado crie tipos penais de colarinho branco e fortaleça seus mecanismos de fiscalização, o sistema penal permanece recaindo de forma drástica sobre a classe pobre e politicamente mais fraca, tendo em vista que o sistema punitivo é sempre reflexo da estrutura de poder que recai sobre determinada sociedade, ficando claro que a premissa da punição igualitária é retórica para continuar alimentado o Estado de Polícia (LEMOS, 2014), conseqüentemente, o princípio da igualdade e o mito da defesa social são devidamente afastados

pela criminologia crítica, na qual se pode demarcar a origem na obra “Punição e estrutura social” de Rusche e Kichheimer, publicada e republicada, servindo de referência para vários autores, na década de 1960, quando se buscou uma resposta diferente aos modelos liberais, tais como o de defesa social, sendo orientada pelo método materialista (ROSA et al., 2017).

Nessa toada, considerando-se que a etiquetagem como criminoso é distribuída de forma desigual entre os indivíduos, por meio da criminologia crítica evidenciou-se um elemento estrutural profundo que afeta os processos de criminalização, qual seja, o *status social* (ROSA et al., 2017).

No entanto, para além dessa notória constatação, também se verificou que para compreender a funcionalidade do sistema penal tal como colocado na ordem capitalista é necessário diferenciar as suas funções declaradas das funções latentes (ou não declaradas), sendo certo dizer que enquanto se considera a crise de legitimidade do sistema penal resultante do déficit do cumprimento das promessas oficialmente declaradas no discurso oficial, no que tange às funções não declaradas, o sistema penal se cumpre com toda a sua eficácia, pois resta por imunizar comportamentos nocivos praticados por membros dos altos estratos sociais, ao mesmo tempo em que violam direitos, estigmatizam e encarceram grandes parcelas das camadas mais populares (ROSA et al., 2017).

É nesse giro que se deve dar especial atenção ao que o sistema penal produz da América Latina, pois como bem sustentou Zaffaroni (1991) aqui a eficácia invertida ainda possui tons mais radicais e opera-se pelo extermínio em massa, em especial pela peculiar situação de atingir a consciência ética e não requerendo qualquer demonstração científica diante das atrocidades cometidas, acaba por proceder a atrocidades contra a população jovem e negra, devendo-se também considerar o racismo e a intensa desigualdade que assola, em especial, o Brasil.

Assim, assumindo o entendimento de que a criminologia crítica deve ser analisada pela ótica das peculiaridades brasileiras, incluindo-se a situação do negro e o que a escravidão representou ao longo da história no país, bem como entendendo que o racismo também opera como engrenagem do sistema de justiça penal que será possível refletir o ranço histórico e questionar a cientificidade do positivismo criminológico e suas contribuições na seleção quantitativa e qualitativa dos sujeitos que compõem as penitenciárias nacionais, questionando também a razão pela qual o sujeito não-branco é rotineiramente objeto das abordagens policiais, sendo institucionalizado como elemento suspeito.

## Elemento suspeito: esse ser definido

Sabe-se que o alvo da polícia possui cor, endereço e condições econômicas e sociais bem definidas, variando apenas em casos excepcionais que não permitem que o cenário, avaliado em seu conjunto, apresente uma mudança significativa. Nesse diapasão, segundo pesquisas realizadas por Ramos e Musumeci, exteriorizadas na obra “Elemento suspeito: abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro”, fora constatado que para o estamento repressor o elemento suspeito tem cor, idade e endereço determinados, extraindo-se tal resultado da mescla de métodos quantitativos e qualitativos, pois se aplicou um questionário com 79 (setenta e nove) perguntas, fechadas e abertas, a uma amostra estatisticamente representativa da população carioca, com o fim de conhecer suas experiências e percepções acerca das abordagens policiais na cidade, assim como suas visões gerais sobre polícia, Justiça, segurança pública e discriminação social (RAMOS; MUSUMECI, 2005).

No Artigo 240, Parágrafo 2º, do Código de Processo Penal brasileiro verifica-se a autorização para que se proceda à busca pessoal quando houver “fundada suspeita” de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos; todavia, não é somente esse dispositivo que orienta, mesmo que de forma discricionária, a conduta policial acerca da clientela do sistema penal de justiça, sendo certo que há uma questão muito mais forte que determina a atuação e a escolha que são marcadas racialmente sobre os excluídos como forma estratégica de controle social.

Isso porque as teorias inerentes à criminologia positivista pretenderam considerar “raça” como um fator criminógeno e o Brasil foi um dos países que adotaram este entendimento, até porque o modelo criminológico racista era compatível com as práticas e os discursos racistas presentes na sociedade brasileira desde o período colonial, sendo certo que tais práticas são constitutivas da forma de organização do controle social no Brasil. Isto é, a variável raça passará, mediante processos históricos determinados, a ser utilizada pelos agentes do sistema para selecionarem determinados indivíduos (DUARTE, 1988), até porque a sociedade escravista da época necessitava de amparo para que restasse legítimo o aprisionamento de milhares de pessoas negras e a imposição de trabalhos, subjuguando o povo não branco, sejam os africanos, sejam os índios, sendo que o discurso disseminado era no sentido de que o

trabalho combateria os vícios dos negros, sendo o melhor remédio para trazer os servos sujeitos e bem domados, para que não se rebelassem (DUARTE, 1988).

A propósito, observe a descrição de parte de discurso dos criminológicos da época que difundiam elementos racistas para justificação do trabalho servil que possuem efeitos deletérios até hoje:

O ócio é a escola onde os escravos aprendem a ser viciosos e ofender a Deus [...] E como os pretos são sem comparação mais hábeis para o gênero de maldades que os brancos, por isso, eles com menos tempo de estudo saem grandes licenciados do vício na classe do ócio (VAIFANS, 1986 apud DUARTE, 1988, p. 82)

Nesse passo, pelo fato de a escravidão ter fundamentado muitos discursos, ideologias, formas de saber e ciência produzidos à época, não se pode desconsiderar as relações que existem entre classe e raça, uma vez que no contexto brasileiro há uma especificidade muito significativa que a generalidade não pode explicar, tendo em vista que na formação histórica brasileira as classes sociais se constituíram a partir de grupos raciais diferenciados, com relações raciais racistas, dando azo a um espaço privilegiado de manutenção e reprodução das relações de poder capitalistas. Deve-se frisar que nas relações raciais presentes o preconceito e a discriminação se inserem na prática das relações sociais de produção, isso porque a categorização da diversidade humana pode ser tomada como estratégia de controle das classes subalternas em geral e especificamente das populações não brancas (DUARTE, 1989).

Nesse diapasão, considerando que a punição estatal não se opera em processo de criminalização objetivo, mas por entendê-lo intencionalmente seletivo, deve-se saber que ele se dá em duas etapas:

Na lição de Zaffaroni e Nilo Batista, **o poder punitivo penal se traduz num processo seletivo de criminalização** que se desenvolve em duas etapas denominadas, primária e secundária. A criminalização primária, exercida pelas agências políticas (poder legislativo), é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas. Trata-se de um programa de punição a ser cumprido pelas agências de criminalização secundária (policiais, promotores, juízes, advogados, agentes

penitenciários). A criminalização secundária é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas, que se desenvolve desde a investigação policial até a imposição e a execução de uma pena e que, necessariamente, se estabelece através de um processo seletivo (ZACCONE, 2017, p. 16, grifo nosso).

Interessa investigar de que forma o sistema penal realiza a seleção das pessoas que vão responder pelas condutas criminais; porquanto se sabe bem que existe uma cifra oculta da criminalidade em que há delitos cometidos na sociedade que nunca chegam ao conhecimento da autoridade constituída, e outros que, apesar de gerarem um procedimento investigatório, não resultam em processo criminal (ZACCONE, 2017), tendo em vista que a polícia e os demais órgãos de repressão penal não conseguem atuar sobre todas as formas de infrações penais que existem e que são praticadas em todos os momentos, sendo patente a ideia formada pela criminologia quanto à existência de uma cifra oculta. Entretanto, não se pode admitir que se tomem por praticamente inexistentes crimes de colarinho branco<sup>1</sup> que geram tantos ou mais efeitos negativos como os demais crimes que são reprimidos e praticados por quem não faz parte de um poderio econômico elevado dentro da sociedade. Assim, delimita-se “cifra oculta” como sendo a diferença entre o conhecimento oficial (aparência) dos crimes e o volume total dos crimes (realidade), sendo esta formada por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados (por desinteresse da polícia nos crimes sem vítima, ou por interesse da polícia, sob pressões do poder econômico e político), além das limitações técnicas materiais dos órgãos de controle social: a cifra negra afeta toda a criminalidade (SANTOS, 1981).

Deve-se asseverar que Sutherland (2016), ao estudar os crimes de colarinho branco (“*White Collar Crime*” – 1949 – resultado de 17 anos de pesquisa), denominação que deu aos crimes relacionados a condições econômicas positivas (crimes enunciados pelo autor: restrição de comércio, uso de rebote, violação de direitos autorais, propaganda enganosa, violação de direitos trabalhistas, manipulação financeira e violação das leis de guerra), descobriu que:

<sup>1</sup> Sutherland (2016) não indica em sua obra, nem mesmo nos artigos que a precederam o motivo da expressão “colarinho branco”, todavia, historicamente as indústrias possuíam uma divisão entre os portadores de colarinho azul (trabalhadores braçais, operários) e os de colarinho branco (trabalhadores intelectuais, da classe social mais privilegiada).

[...] os crimes de colarinho branco geravam graves consequências na organização social dos EUA. **São citados crimes cujo valor isolado do prejuízo causado ao Estado por uma empresa representava cifra superior à somatória de todos os crimes patrimoniais ordinários (roubos, furtos, extorsões, estelionatos) cometidos no mesmo ano** (SUTHERLAND, 2016, p. 19, grifo nosso).

Nesse passo, ciente da seletividade operada pelo sistema criminal de justiça, para se entender o fenômeno seletivo, pode-se valer das lições de Thompson (1998 apud ZACCONE, 2017, p. 18) que declara que quatro fatores são preponderantes, são eles: a visibilidade da infração, a adequação do autor ao estereótipo do criminoso construído pela ideologia prevalente; a incapacidade do agente em beneficiar-se da corrupção ou prevaricação; e a vulnerabilidade à violência.

Com efeito, o denominado estereótipo criminoso foi bem definido e delimitado pela Escola Positiva de Criminologia, muito aceita no Brasil, sendo seus preceitos ensinados até mesmo dentro da academia de polícia, servindo para fundamentar, por meio de um discurso científico, o racismo no país:

A escola Positiva se via como um agente de busca da cientificação de todas as atividades de combate ao crime e ao anti-social. A reivindicação de uma formação policial de qualidade fazia parte desse projeto. Por isso, os positivistas iriam defender recorrentemente a instituição e o aprimoramento das escolas de polícia. Tratava-se de uma retórica que se acomodava perfeitamente ao discurso modernizador que se desenvolvera no país após a Proclamação da República (FERLA, 2005, p. 87).

Nesse giro, é necessário salientar que a primeira escola de polícia fundada no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1912, teve em seu programa o atendimento aos anseios positivistas; porquanto buscava habilitar os alunos ao exame de todos os indícios materiais do crime e também ao exame psíquico e antropológico do homem delinquente, tendo em vista que eram previstas aulas para ensinar a proceder a classificação dos delinquentes ou que se prestavam a identificar os caracteres que distinguem o homem criminoso do homem normal (FERLA, 2005, p. 89). Isso reforça que a forma como o estudo da criminologia se deu e também

qual o seu objeto que, resumidamente, pode ser apontado como o “homem delinquente”, sendo essa denominação dada a outra “raça”, em tudo diferente da dos seres humanos normais, complementando Anitua (2008) que afirma:

**A influência do racismo é evidente, pois quando se destacava que alguém era diferente, isso queria indicar também que era inferior, de acordo com toda a construção teórica que se faria no século XIX.** Vale assinalar, contudo, a novidade dessa construção, as inúmeras continuidades que existem entre seres “inferiores” – **negros, doentes mentais**, e, para a criminologia, delinquentes – e aqueles que, durante o Antigo Regime, eram destacados pela posse de demoníaca. [...] De acordo com essa nova disciplina, haveria um suporte científico para adequar as penas às necessidades sociais de defesa, mas também às características de cada delinquente, algo que não poderia ser sustentado com os princípios liberais do Iluminismo. [...]. A justificativa racista e não-igualitária do positivismo criminológico (vale lembrar que para Lombroso “a maioria dos delinquentes natos tinha orelhas de abano, cabelos abundantes, barba escassa, seis frontais separados, mandíbula enorme, queixo quadrado ou saliente, pomos largos, gesticulação frequente, um tipo, em resumo, semelhante ao mongol e algumas vezes ao negróide”) baseava-se no que as polícias no caso, do nascente Estado italiano – realmente faziam. Mediante a observação daqueles pobres homens que eram mandados para os calabouços, o positivismo realiza a síntese do delito e do delinquente (ANITUA, 2008, p. 297-298, grifo nosso).

Repisa-se que os “frutos” da Escola Positivista não se limitaram à sua época, atravessando e orientando as formas de saber e os modos de atuação, em especial no Brasil; porquanto se nota muito fortemente que os ranços dessa escola ficaram incrustados na forma de proceder dos principais órgãos do sistema penal de justiça, devendo-se relatar que um dos resultados constatados na pesquisa acerca das impressões da população carioca sobre o sistema de justiça criminal foi o de que as abordagens, em regra, recaem sobre o indivíduo de “cor padrão” – expressão comumente utilizada pelos policiais militares fluminenses em comunicação de rádio – para se referir aos negros (pretos e pardos), isto é, a seleção do suspeito, trata-se de escolha orientada

pelo preconceito contra o jovem, mormente do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres e pelo racismo (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 16).

Na referida pesquisa também se verificou que os locais para atuação policial são determinados por escolha, que nem sempre é tomada com base em estudos ou em investigação apurada, mas muitas vezes é reproduzida por “profecia autorrealizável”<sup>2</sup>. Isso porque se o policial atuar sobre o elemento suspeito envolvido com o comércio ilegal de drogas, por exemplo, e houver flagrante, é provável que a guarnição voltará a esse mesmo local e não vá se dirigir a outro onde jamais ocorreu esse tipo de registro, o que não significa que em um local esse crime seja mais frequente que em outro, mas apenas que os registros passados geram registros futuros, “confirmando” por tempo indefinido a hipótese de que em certa localidade há concentração de tráfico. Nesse diapasão, também se mostra essencial a fala de Zaccone (2017, p. 18), qual seja: “a polícia não enxerga um palmo além do espaço público” e, considerando-se que as classes média e alta tendem a passar a maior parte do tempo em locais fechados, compreende-se haver muito mais probabilidade de serem os delitos dos miseráveis vistos pela polícia do que os perpetrados pelas pessoas de posição mais elevada.

Com efeito, percebe-se que o território de atuação da polícia orienta a suspeita de seus integrantes, mas não é somente este, devendo-se considerar que o pensamento do que se constitui “suspeita” se estrutura a partir de um senso comum. Em outras palavras; existem determinados atores ou grupos que se encontram mal posicionados no “mercado da cidadania” e se tornam “propriedade” da polícia, pois ela se dedica prioritariamente às classes de risco que incluem os pobres, os jovens negros, os excêntricos e as minorias sexuais (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 39), sem falar que crime e miséria têm sido constantemente associados, como explícito na fala de Zaccone (2017):

Setores ditos progressistas consideram a pobreza como causa do crime, sendo que o primeiro traço definidor da imagem do delinquente é o seu *status* social. Afirmar que

---

<sup>2</sup> Howard S. Becker, em *Outsiders* (2008, p. 11) explica: “[...] Como em todos os grupos profissionais, as pessoas nessas organizações de justiça criminal tinham seus próprios interesses e perspectivas a proteger. Parecia-lhes óbvio que a responsabilidade pelo crime pertencia aos criminosos, e não havia dúvida quanto a quem eram eles: as pessoas que suas organizações haviam apanhado e prendido. E sabiam que o problema de pesquisa importante era: “Por que as pessoas que identificamos como criminosos fazem as coisas que identificamos como crimes?”.



o criminoso é caracteristicamente pobre facilita inverter os termos da proposição para afirmar que o pobre é caracteristicamente criminoso (ZACCONE, 2017, p. 17).

Nesse giro, o estereótipo do delinquente perpassa a figura do jovem, negro, às vezes de cabelo amarelo, morador de bairro de periferia, vestido com bermuda, boné de aba reta, ostentando cordões grossos, não se resignando com o destino de miséria e fome que geralmente se impõe.

É necessário que se faça uma indagação criminológica, aliando a verdade e o conhecimento, de forma a refletir criticamente sobre o próprio sistema penal, em relação aos seus anseios e objetivos, porque apesar de existirem muitos tipos penais nos quais, em tese, podem incidir sobre parcela mais abastada da população (como por exemplo, crimes contra a Administração Pública ou ainda crimes de colarinho branco), a verdade é que o sistema penal permanece voltado e incentivado a reprimir apenas as condutas antissociais, exclusivas ou quase exclusivas da população pobre e geralmente não branca.

[...] A clientela do sistema penal vai sendo regularmente construída de maneira tão homogênea e harmônica que de nada poderíamos suspeitar. **Sempre os mesmos, sempre pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem mesmo representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo. A ideia de inadequação dos indivíduos, forjada pelos mecanismos do controle penal, entretanto, acaba por revelar sua vocação estigmatizadora, manuseada para a reprodução da violência estrutural.** Constatadas as seletividades quantitativa e qualitativa como pressupostos da atuação do sistema penal, salta aos olhos um instrumento que, pelo uso ostensivo da violência, opera em todo o mundo, **em prejuízo dos grupos vulneráveis, visando a manutenção do *status quo*** (FLAUZINA, 2006, p. 16).

Assim, a intervenção mínima como forma de viabilizar a diminuição da violência do sistema penal e seus efeitos deletérios sobre parte da população é crucial. Porquanto verifica-se, ao longo do tempo, que o sistema penal de punição opera, em seu conjunto, de modo a atingir sempre os mesmos cidadãos, geralmente pobres, não brancos e jovens, sendo assim, apropriando-se do conceito de realismo marginal, compromissado com a vida humana,

que se deve ancorar a política criminal, de forma a instrumentalizar a decisão política para diminuir a violência, suprimindo o sistema penal atual ancorado em bases racistas e genocidas para formas efetivas de solução de conflitos.

### Considerações finais

O racismo que se reconhece inerente à sociedade brasileira e também às suas instituições deve ser objeto de profundo debate e reflexão, superando o mito da democracia racial que estampou muitos discursos, responsável pela continuidade de práticas discriminadoras e lesivas, devendo-se ter em mente que a quebra de estereótipos não deve estar circunscrita às academias de polícia. Por ora se sabe que a lógica racista está inserida na sociedade desde a formação do Brasil, sendo também necessário reconhecer que todo o sistema penal de justiça foi construído também sobre esse viés, sendo necessárias ações muito mais profundas e enraizadas que não se circunscrevem apenas à formação policial.

Apesar dos postulados estampados constitucionalmente, a ação da polícia tem se dado e sendo reforçada sobre determinada parcela da população, relativamente no que tange à abordagem e à caracterização da “fundada suspeita”, ancorando-se em estereótipos com endereço, cor da pele e *status* social bem definidos, sendo isso resultado de entendimentos positivistas que perduram influenciando o imaginário da população e dos profissionais atuantes da segurança pública, profissionais que reforçam, muitas vezes, a lógica falaciosa de que o sistema penal presta-se à defesa social. Todavia, diante do cenário histórico pelo qual passou o país, deve-se repudiar qualquer interlocução entre cor negra, pobreza e criminalidade. Porquanto, tal relação se coaduna aos pensamentos racistas defendidos pelo ideal da Escola Positivista.

É necessário reconhecer, por fim, a falta de isonomia do sistema penal que vez ou outra elege “bodes expiatórios”, de modo a disfarçar que a punição representa, em verdade, a estrutura de poder que robustece o quadro socioeconômico e a sanção penal, e não é capaz de construir por meio da punição, realidade mais pacífica; pelo contrário: auxilia na intensificação da desigualdade e da discriminação. Sendo assim, deve-se compreender o realismo marginal, compromissado com a vida humana, para que ele oriente a política criminal, a fim de que se possa instrumentalizar a decisão política

de salvar vidas humanas, diminuindo a violência, substituindo o sistema penal atual ancorado em bases racistas e genocidas para formas efetivas de solução de conflitos.

## Referências

ANITUA, G. I. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, 1941.

DUARTE, E. C. P. **Criminologia e Racismo**: Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

FERLA, L. A. C. **Feios, sujos e malvados sob medida**: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, 2005.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade de Brasília, 2006.

HOWARD, S. B. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEMOS, C. Tradução, apresentação e notas do livro crime de colarinho branco: versão sem cortes. In: SUTHERLAND, Edwin H., **Crime de Colarinho branco**: versão sem cortes; 1. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2015.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. 1. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROSA, P. O. et al. **Sociologia da violência, do crime e da punição**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

SANTOS, J. C. **A criminologia radical**. 1. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ZACCONE, O. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. 3. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2017.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Trad. Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

# Parceria público-privada no sistema penitenciário: opção ou solução?

*André Luiz de Almeida e Cunha  
Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** O cenário de déficit de vagas no sistema penitenciário brasileiro demanda um volume de investimentos muito elevado para enfrentar o problema de construção de novas unidades prisionais exclusivamente com recursos estatais. Por outro lado, as limitações de gastos com pessoal impostas aos governos pela Lei Complementar N<sup>o</sup> 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – impede o aumento do número de servidores, necessários ao funcionamento de novos estabelecimentos de custódia.

**Objetivo:** Dentro desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar o modelo de Parceria Público-Privada no âmbito do sistema penitenciário brasileiro como possível alternativa para solucionar o grave problema de superlotação existente. **Metodologia:** para isso, utilizou-se a análise descritiva do cenário prisional nacional e local – Pará, e do conhecimento de experiências de cogestão existentes dentro e fora do país, adentrando, com maior profundidade, no único modelo já em funcionamento no Brasil, de Parceria Público-Privada no sistema penitenciário brasileiro. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos percebe-se que a participação da iniciativa privada nos serviços penais já ocorre em diversos países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e África do Sul. **Conclusão:** destaca-se que enquanto opção para geração de novas vagas no sistema prisional é uma alternativa economicamente viável, desde que a unidade federativa possua capacidade fiscal de endividamento a longo prazo, pois os contratos nessa modalidade são estabelecidos, via de regra, em 25 anos.

**Palavras-chave:** Cogestão; Lei de Responsabilidade Fiscal; Sistema Prisional.

## Introdução

O sistema penitenciário brasileiro é uma estrutura de gestão governamental com características eminentemente reativas. E em muitas unidades federativas atingiu realidade verdadeiramente caótica, demonstrada pelos recentes eventos em diversas regiões do país, numa sequência sangrenta de motins, bárbaros assassinatos e guerra entre facções ocorridos entre 2016 e 2018. Infelizmente, as informações confiáveis, de base nacional sobre essa temática, só começaram a ser construídas a partir do início do século XXI, com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, plataforma desenvolvida pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com a finalidade de consolidar os dados quantitativos de população carcerária de cada uma das unidades federativas, produzindo o mapa nacional. A informação definida e confiável é a principal base para a construção de qualquer política pública.

Ao longo dos anos, diversas soluções foram (e estão sendo) propostas para resolver, ou ao menos minimizar, a questão da superlotação carcerária no Brasil: penas alternativas, sistemas de cogestão com a participação da igreja (caso das Associações de Proteção e Assistência Carcerária – APACs), monitoramento eletrônico, dentre outras, são alguns exemplos de inovações na busca de resolutividade do problema da superlotação que hoje afeta o Brasil e a grande maioria dos países do continente americano, segundo dados do *Institute for Criminal Policy Research (ICPR)*, instituição não governamental que elabora anualmente o *World Prison Brief* (um banco de dados que oferece acesso gratuito a informações sobre os sistemas prisionais em todo o mundo).

A Parceria Público-Privada desponta no cenário prisional brasileiro como uma dessas alternativas para solucionar problemas graves enfrentados pelos governantes. O presente artigo tem por objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira de celebração de parceria Público-Privada no âmbito do sistema penitenciário como alternativa para enfrentamento do problema da superlotação carcerária, a partir do estudo comparativo do modelo em funcionamento na cidade de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, primeiro, e, até agora, único em operação no Brasil, em relação aos custos praticados no sistema penitenciário do estado do Pará.

## O sistema penitenciário: panorama nacional e estadual

### *Panorama nacional*

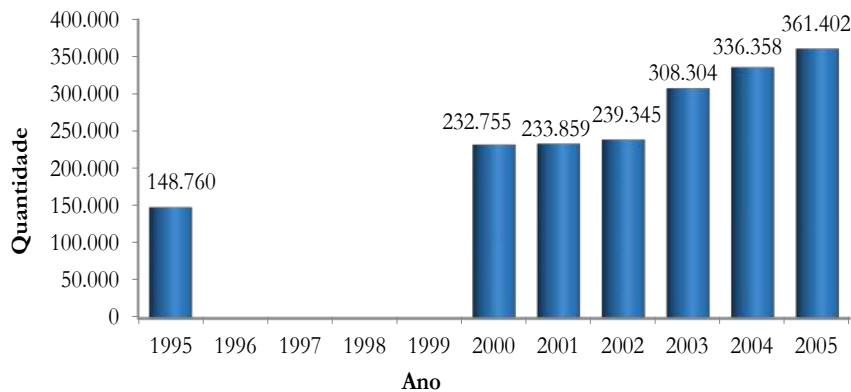
É notório que o Brasil enfrenta uma grave crise carcerária que se arrasta ao longo de mais de trinta anos. Segundo dados consolidados de junho de 2016, do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a população carcerária brasileira atingiu a marca de 726.712 presos. Esse quantitativo de presos está custodiado em 368.049 vagas espalhadas em 1.422 estabelecimentos prisionais. Os dados demonstram que o sistema penitenciário brasileiro enfrenta um problema seríssimo de superlotação em suas prisões. Um déficit de vagas que permeia o montante de 260 mil em todo o país, representando uma densidade carcerária de, praticamente, dois presos para uma vaga (ILANUD, 2009).

E o mais assustador é a velocidade de crescimento dessa população carcerária. Entre dezembro de 2006 e junho de 2016, segundo o levantamento do DEPEN, a população carcerária brasileira aumentou em mais de 320 mil presos, o equivalente a 81,13% de crescimento em cerca de dez anos. Isso equivale a uma taxa média de crescimento, na ordem de 8% ao ano, muito acima da média anual de crescimento da população em geral, cuja variação, conforme dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) aumentou cerca de 12% em um período de 10 anos.

Comentar esses números perpassa necessariamente pela imensa dificuldade em consolidação de dados de base nacional sobre o sistema penitenciário brasileiro. E como bem comenta Beato Filho (2009), o Brasil, como a América Latina, sofre de uma infeliz tradição: não valoriza registros de informações. Em diversas áreas da administração pública – não apenas na segurança pública, aqui inserida no contexto, a prisional. Por essa razão, os dados oficiais mais confiáveis que se tem sobre o total da população carcerária brasileira começam em 1995, com a realização, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, do que foi chamado “Censo Penitenciário” (BRASIL, 1996). Naquela ocasião, o levantamento consolidado totalizou 148.760 presos abrigados em 72.514 vagas. Ou seja, em 1995, há 23 anos, a taxa de ocupação era de 205,14%, representando uma densidade carcerária de 2,05 presos/vaga. A mesma dos dias atuais.

O gráfico a seguir foi construído com base em dados coletados pelo DEPEN, por meio do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Ele demonstra a evolução da população carcerária brasileira, a partir de 1995, ano do Censo Penitenciário, até o ano de 2005.

**Figura 1:** Evolução da população carcerária brasileira e número de vagas, período de 1995 a 2005

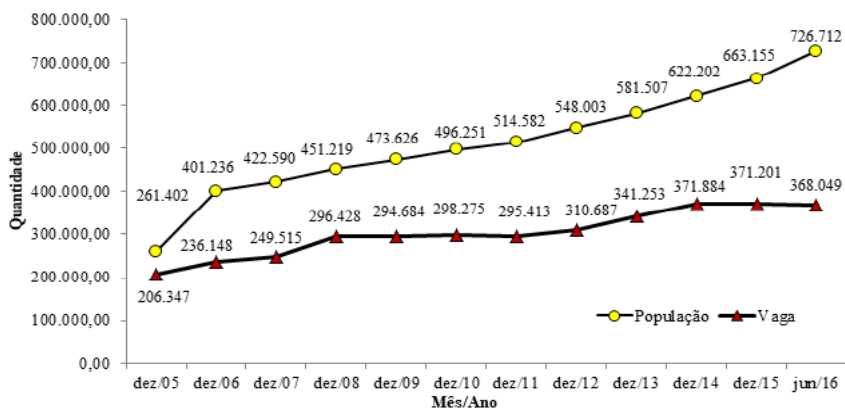


**Fonte:** DEPEN (2018).

Na década compreendida entre 1995 e 2005 a população carcerária do Brasil saltou de 148.760 mil presos para 361.402 ao final do período. Esse assustador incremento populacional nas prisões brasileiras, mensurado em 143,91% em apenas uma década, foi atingido por meio de uma taxa anual de crescimento oscilante entre 10 e 12% ao ano (a.a) (Figura 1). A partir de 2006, embora experimentando uma ligeira redução na taxa anual de incremento da população carcerária (6 a 7% a.a), o Brasil permanece com o que chamaremos de problema (ainda) sem solução: o déficit de vagas, em especial, nos regimes fechado e semiaberto (Figura 2).



**Figura 2:** Evolução da população carcerária brasileira e número de vagas, período de 2005 a 2016



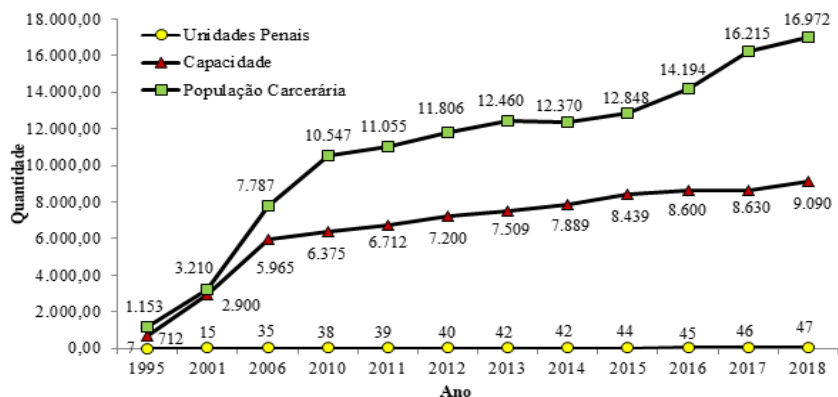
Fonte: DEPEN (2018).

### ***Panorama estadual: sistema penitenciário do Pará***

Nesse contexto nacional problemático, o estado do Pará, embora não sendo exceção quanto ao déficit de vagas, apresenta circunstâncias próprias que o deslocam para um patamar mais problemático, a saber: (i) a pouca geração de novas vagas no período de 2007 a 2010 (Figura 3); (ii) incremento populacional expressivo, decorrente de movimento migratório, em especial para as regiões sul e oeste do estado, além da região metropolitana. Esse movimento vem motivado pela alocação de grandes projetos, tais como a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, dentre outras obras; (iii) elevado número de presos provisórios e (iv) alterações na Lei de Execução Penal promovidas pela Lei N<sup>o</sup> 10.792/2003, que tornou não obrigatório o Parecer Técnico da Comissão Técnica de Classificação – CTC, para fins de progressão de regime.

A partir da Figura 3, no período de 23 anos, pode-se concluir que: (i) o número de unidades prisionais aumentou de 7 para 47; (ii) o aumento no número de vagas de vagas foi de 712, no ano de 1995, para 9.090 em 2018. Esse aumento corresponde a um crescimento de 1.176% no número de vagas; (iii) no mesmo período, o número de presos aumentou de 1.153, em 31 de dezembro de 1995, para 16.972, em agosto de 2018. Esse dado corresponde a um crescimento de 1.372% no número de presos; (iv) a taxa de variação no incremento de presos é maior que a variação do incremento de vagas.

**Figura 3:** Evolução do número de unidades prisionais, número de presos e número de vagas no sistema penitenciário do estado do Pará, período de 1995 a 2018



**Fonte:** SEAD (2018); SUSIPE (2018).

É possível perceber que o melhor momento na história recente do sistema penitenciário paraense aconteceu no ano de 2001, momento em que a relação preso/vaga ficou quase equilibrada. Com um excedente de 300 presos em todo o estado – menor excedente registrado nos últimos 23 anos. A partir de 2001, volta a crescer o encarceramento, como também a construção de novas unidades prisionais e, por conseguinte, novas vagas. Entre 2001 e 2006 o número de unidades aumentou de 15 para 35 (mais que o dobro) (Figura 3). E, praticamente, na mesma proporção, as vagas aumentaram de 2.910 para 5.965 (104%) (Figura 3). Ao final de 2006, mesmo com uma sequência de construção de novas unidades prisionais e geração de vagas que duplicou a capacidade operacional de custódia, o déficit de vagas totalizava 1.822 (Figura 3). A partir dos dados e informações apresentados, é possível inferir que a situação carcerária no Pará em nada difere da realidade nacional, seja no montante de excedente carcerário, seja nas taxas de encarceramento. Todavia, esse difícil cenário de superlotação aqui demonstrado está passando por novo período de grandes investimentos na geração de novas vagas com a construção de 20 novas unidades prisionais.

### *O sistema de co-gestão de unidades prisionais*

A participação da iniciativa privada no sistema prisional não é um modelo de desenvolvimento recente. Desde o século XVIII diversas prisões

pelo mundo, em especial, pela Europa, foram operadas por particulares que fizeram lucros por meio da contratação e exploração de trabalho prisional (ISS, 2001). Essa participação da iniciativa privada no sistema prisional foi particularmente evidente nos Estados Unidos e Reino Unido durante este período. Foi somente a partir dos anos 1900, início do século XX, que os governos ao redor do mundo assumiram a responsabilidade por quase todas as áreas de prisão, sinalizando uma mudança de paradigma (TURP, 2000). Um novo modelo de participação da iniciativa privada no sistema prisional começou em meados dos anos 1980, destacando-se os Estados Unidos como principal alavancador desse novo modelo.

Inicialmente, os contratos foram firmados entre empresas públicas e privadas, em que estas assumiam seções ou serviços específicos em prisões. Isso foi feito por meio da terceirização e assinatura de contratos de concessão. Mais tarde, algumas dessas empresas assumiram integralmente todos os setores das prisões. Como consequência, a transferência dos serviços prisionais, em alguns casos, passou inteiramente para a iniciativa privada (TURP, 2000). O novo modelo de participação da iniciativa privada na questão prisional, alavancado a partir dos anos 1980, espalha-se para diversos países como França, Inglaterra, Itália, África do Sul e Austrália (país que proporcionalmente tem o maior percentual de presos em unidades sob administração privada, cerca de 17% da população total), variando, é claro, no alcance dos serviços repassados à iniciativa privada.

Todavia, sabe-se que a introdução da iniciativa privada no sistema prisional surge, supostamente, a partir da deficiência do Estado, enquanto Poder Público, conseguir atender às necessidades de aumento e/ou aprimoramento de infraestrutura e serviços públicos. Em especial, em decorrência da superlotação carcerária e da necessidade de geração de vagas.

### ***Início do modelo de cogestão no sistema penitenciário brasileiro***

Inicialmente é preciso compreender os conceitos existentes no modelo que vem sendo praticado no Brasil, atualmente. Cogestão, terceirização, privatização e parceria público-privada são termos que se misturam no entendimento sobre o assunto ligado ao sistema prisional.

Di Pietro (2002, p. 174), define o termo terceirização como “... a contratação, por determinada empresa, de serviços de terceiros para o

desempenho de atividades meio”. Para Cordeiro (2006, p. 133), a terceirização consiste na “... contratação de uma empresa (tomadora), por uma prestadora de serviço para a realização de determinadas atividades-meio, que podem tratar de bens, serviços ou produtos”.

O conceito de cogestão, por sua vez, muito se confunde ou se sobrepõe ao conceito de terceirização. A cogestão pressupõe um modelo de dupla responsabilidade no qual cabe à empresa contratada e ao próprio Estado dividirem o processo de administração da unidade prisional, cada qual com papéis pré-definidos. Ambos estão presentes no funcionamento da prisão. Para Cordeiro (2006, p. 153), “nada mais é do que uma forma mais amena de privatização”.

De fato, a terceirização pode se confundir com cogestão ou mesmo privatização, se o conjunto de serviços terceirizados for de tal monta que represente verdadeira repartição da administração da unidade prisional. Cabe esclarecer que a privatização total no sistema prisional é um modelo não permitido pela legislação brasileira; todavia, existente em vários países, sendo o principal exemplo os Estados Unidos.

A Parceria Público-Privada compreende um contrato administrativo de longo prazo de duração, por meio do qual o Estado atribui a uma empresa ou grupo empresarial privado o dever de executar uma obra pública e/ou prestar um serviço público, com ou sem direito à remuneração, mediante a exploração de infraestrutura, e com uma garantia especial e reforçada prestada pelo Poder Público. No Brasil, as Parcerias Público-Privadas são reguladas na Lei Federal Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), e a participação da iniciativa privada na gestão prisional é assunto vem sendo discutido em debates calorosos há algum tempo, em especial, a partir da década de 90. Posicionamentos a favor e contrários dividem opiniões em meio aos estudiosos da matéria. O próprio Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP tem posicionamentos favoráveis e contrários ao modelo.

Na prática, o primeiro Estado a adotar a participação da iniciativa privada da gestão de unidades ou serviços penais foi o Paraná, em 1999, com a inauguração da Penitenciária Industrial de Guarapuava – PIG. No exemplo pioneiro do Paraná, o governo estadual foi o responsável pela construção e equipagem da unidade, que tem capacidade para 240 vagas. Após construí-la, celebrou contrato com uma empresa privada para que esta assumisse os serviços de segurança interna, alimentação, rouparia, assistência médica,

psicológica, social, jurídica, além da oferta de trabalho à população carcerária, que poderia ser objeto de subcontratação, como de fato foi. Nesse modelo, o estado manteve consigo os cargos de Diretor-Geral da Unidade, Vice-Diretor e Diretor de Segurança e Disciplina. Todo o restante de funções e serviços ficou a cargo do ente privado. Em pouco mais de três anos, o modelo de Guarapuava expandiu-se para diversos outros municípios do Paraná. Atualmente, todos os contratos dessa natureza, existentes naquele estado, foram encerrados.

Ainda que no estado pioneiro da participação da iniciativa privada na gestão prisional não haja mais exemplos dessa atividade, o pioneirismo despertou interesse em outras unidades da federação. E o modelo de terceirização adotado no Paraná migrou para diversos estados: Ceará, Amazonas, Espírito Santo, Tocantins, Bahia, dentre outros. Em todos os locais onde foi adotado o modelo sofreu críticas e elogios. Mesmo na Inglaterra, Austrália e Estados Unidos, países com percentuais de presos oscilando na faixa de 10 a 17% da população carcerária em unidades privadas, os debates sobre o tema também são acalorados. Todavia, o modelo precursor adotado no Paraná evoluiu para o modelo de Parceria Público-Privada, que reúne algumas diferenças bem significativas, tanto no aspecto construtivo, como de contratação, aparelhamento, dentre outros.

No Brasil, o estado de Minas Gerais iniciou em 2005 o processo para contratação de Parceria Público-Privada na área prisional: o Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, administrado pela empresa de sociedade anônima Gestores Prisionais Associados S/A, prevendo a construção de cinco unidades prisionais com capacidade para 672 vagas, cada uma. A primeira unidade foi inaugurada em 28 de janeiro de 2013. Por essa razão, nos debruçaremos na análise pormenorizada desse modelo (único em funcionamento no Brasil, até o momento), que foi visitado em sede de pesquisa de campo nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2013. Além de Minas Gerais, o Maranhão é a unidade federativa que está mais adiantada em processo de contratação de PPP para construção de 2 mil vagas, divididas em quatro unidades prisionais (500 vagas cada uma), com edital de projetos publicado em março de 2017.

Conforme a Cláusula 12 do contrato celebrado em Minas Gerais, o valor da vaga/dia, após os reajustes do período, está em R\$ 126,84, e o valor da vaga/mês está em R\$ 3.805,20 (mês de 30 dias) e R\$ 3.923,04 (mês de 31

dias). Nesse custo estão incluídas as despesas com a construção, equipagem, manutenção e operacionalização da unidade.

### **Análise comparativa econômico-financeira e considerações finais**

A análise comparativa que adotaremos a seguir deve ser interpretada como um estudo de caráter superficial e de aproximação de custos, em razão das limitações próprias de um artigo acadêmico limitado a poucas laudas. E não adentra nos pressupostos de viabilidade econômica e financeira para contratação de uma Parceria Público-Privada, necessários de serem observados por qualquer unidade federativa, tais como limite fiscal e capacidade jurídica da unidade federativa em celebrar contratos de longo prazo.

Utilizar-se-á como modelo comparativo de análise, o custo do conjunto de serviços contratados na PPP de Ribeirão das Neves (MG) (pessoal e custeio) *versus* o custo do mesmo conjunto de serviços, hipoteticamente ofertados pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará – SUSIPE (pessoal e custeio), levando em conta os valores remuneratórios pagos pela administração pública aos cargos e funções existentes no rol de serviços contratados na PPP e com os mesmos coeficientes de fornecimento.

Dessa forma, adotaremos os seguintes grupos de despesas no modelo comparativo: (i) pessoal (vencimento, gratificações, encargos, auxílio alimentação e transporte), (ii) vestuário e higiene pessoal da população carcerária (utilizamos como parâmetro de custo o mesmo enxoval fornecido na PPP, considerando os custos de aquisição no banco de preços do Pará), e (iii) alimentação da população carcerária (utilizamos os preços praticados no sistema penitenciário do Pará, adaptados para o fornecimento de 4 refeições/dia, que é o padrão da PPP).

Considerando que o custo/mês/preso na PPP de Ribeirão das Neves para a administração pública varia entre meses com 30 dias (R\$ 3.805,20) e com 31 dias (R\$ 3.923,04), calculamos o custo ponderado mensal por preso = R\$ 3.873,94; esclarecendo que nesse valor cobrado à administração pública, a empresa já embute custos fixos e variáveis, despesas, investimentos e lucro.

O quadro de pessoal da PPP estipulado em contrato é constituído de: Gerente Operacional (1), Coordenador de Segurança (1), Supervisor de Equipe (4), Auxiliar de Supervisor (4), Coordenador de Saúde (1), Coordenador de Ensino (1), Coordenador de Trabalho, Profissionalização e Espiritualidade

(1), Assistente Social (3), Psicólogo (2), Enfermeiro (2), Odontólogo (2), Técnico de Enfermagem (5), Auxiliar de Odontologia (3), Psiquiatra (1), Professor (14), Pedagogo (2), Analista Técnico Jurídico (5) e Monitor (120). Esse conjunto de profissionais (172), hipoteticamente ofertados pela SUSIPE, conforme referencial de salários do Governo do Estado do Pará, em agosto de 2018, totalizam uma folha de pagamento correspondente ao montante mensal de R\$ 648.687,77. Esse valor, quando dividido pela capacidade da unidade prisional (672 vagas), resulta em R\$ 965,30 por preso.

O enxoval fornecido ao preso, quando do seu ingresso, é composto de: agasalho, calça comprida, bermuda, camiseta regata, chinelos, tênis, dentre outros, totalizando 30 itens, entregues em quantidade e periodicidade estabelecida no contrato. Esse conjunto, hipoteticamente ofertados pela SUSIPE, conforme referencial do banco de preços de agosto de 2018, totalizam o valor mensal de R\$ 1.001,78, por preso.

A alimentação fornecida aos presos na PPP (etapa/dia) é constituída de quatro refeições, assim distribuídas: café da manhã, almoço, jantar e lanche noturno. Essa etapa/dia, hipoteticamente ofertada pela SUSIPE, conforme referencial do contrato de alimentação vigente, acrescido do lanche noturno totalizam o valor mensal de R\$ 724,47 (31 dias), por preso. Somando-se os valores (pessoal+enxoval+alimentação) teremos o montante mensal de R\$ 2.691,55, por preso. Esse valor equivale a 69,47% do custo ponderado mensal por preso (R\$ 3.873,94).

Logo, é possível concluir que a diferença de valores entre o custo ponderado mensal (R\$ 3.873,94) e o custo mensal destacado para análise (R\$ 2.691,55) = R\$ 1.182,39 (30,53%) representa o resultado no qual estariam embutidos os custos fixos e variáveis, despesas, investimentos e lucro da empresa. Ressaltando que, conforme cláusula contratual, o custo de construção deve ser amortizado nos primeiros 10 (dez) anos do contrato. Findo esse lapso temporal, o percentual correspondente é retirado do valor da mensalidade, permanecendo os demais componentes para funcionamento da unidade.

Diante do exposto, é possível concluir que a utilização do modelo de Parceria Público-Privada como alternativa para geração de novas vagas no sistema prisional é uma opção viável, respeitados os pressupostos de viabilidade econômica e financeira da unidade federativa em celebrar contratos de longo prazo e a característica de que o custo remuneratório do contrato com a empresa responsável é apropriado como despesa de custeio.

## Referências

BEATO F., Cláudio Chaves Gestão da Informação e Estatísticas de Segurança Pública no Brasil-Coleção Segurança com Cidadania-SENASP, p. 9-10, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen>.

BRASIL. **Censo Penitenciário de 1995**. Publicação oficial do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, 2004.

CARRARA, R. M. Parceria Público Privada para realização dos serviços públicos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 54, jun 2008.

CORDEIRO, G. C. **Privatização do Sistema Prisional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Pessoas presas no Brasil**, 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração Pública**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

FERRAZ, L. Apontamentos sobre Parcerias Público-Privadas. **Interesse Público**. Porto Alegre, ano 5, n. 27, p. 55-59, set/out. 2004.

ILANUD. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. **Cárcere e Justiça Penal na América Latina e Caribe**. Primeira edição. México, 2009.

ISS. Institute of Security Studies. “Correction Challenges”. **Nedbank ISS Crime Index**. v. 4, n. 4, jul–aug., 2001.

MAGALHÃES, J. L. Q. Privatizar o sistema carcerário? In: OLIVEIRA, Rodrigo Torres, MATTOS, Virgílio de (Org.). **Estudos de execução Criminal: Direito e Psicologia**. 2009.



MINAS GERAIS. **Edital de licitação concorrência Nº 01/2008**. Secretaria do estado de defesa social do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 14868, de 16 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, 2003.

MINAS GERAIS. **Unidade Parceria Público-Privada - MG – Unidade PPP**. Disponível em: [www.ppp.mg.gov.br](http://www.ppp.mg.gov.br).

NSW - New South Wales: Parliamentary Library Research Service. **Privatisation of Prisons**. Background Paper Nº 3/2004, 2004.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Lei Nº 7.649, de 24 de julho de 2012**. Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências, nos seguintes termos. 2012.

PARCERIAS Público - Privadas. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília, v. 18, n. 185, p. 22-34, set. 2004.

TURP. Trade Union Research Project. **Privatization of Prisons and Prison Services: The International experience**. 30 June. Durban: University of Natal, 2000.



# Implantação do SUSP e os desafios para os municípios brasileiros

*Josemar Dias Cerqueira*

*Maria Salete Souza de Amorim*

## RESUMO

**Importância:** O Brasil aprovou em 2018 uma nova legislação para disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e, dentre as inovações, criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que visa a uma política de atuação conjunta e integrada entre os órgãos de segurança pública do governo federal, dos estados e dos municípios. Neste artigo buscamos problematizar o importante papel dos municípios na prevenção e no combate à violência e as implicações da implantação do SUSP e suas controvérsias no contexto brasileiro.

**Objetivo:** O artigo tem como objetivo analisar o papel dos municípios e a forma como têm atuado na gestão da segurança pública, bem como os novos paradigmas propostos pelo SUSP e as dificuldades a serem enfrentadas pelos municípios para contornar os obstáculos e alcançar uma atuação diferenciada neste campo da gestão pública.

**Metodologia:** A pesquisa tem como base a abordagem qualitativa, de cunho analítico e reflexivo, tendo como principal aporte metodológico a análise documental. Foram analisadas as legislações relativas à segurança pública no Brasil e utilizados dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Justiça e pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Municípios.

**Resultados:** No campo preventivo, o trabalho desempenhado pelos municípios apresenta resultados mais rápidos diante da proximidade com o problema. Ainda que dimensionar a violência urbana seja difícil, pela falta de padronização e sistemas eficientes de estatísticas, os gestores municipais têm condições de mapear as singularidades de seus problemas e necessidades específicas de forma mais rápida que os estados ou a União. Por outro lado, contudo, existem diversos paradigmas a serem contornados, além do contínuo problema de falta de orçamento e baixa qualificação de pessoas.

**Conclusão:** Foi possível observar que as competências municipais permitem uma ação mais eficaz e coordenada no combate à violência, com a estrutura vigente, a despeito das dificuldades frente à implantação do SUSP. O trabalho apresenta um modelo de Organograma da Área de Segurança Pública Municipal com base no SUSP, relacionando-o com soluções já existentes no cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** Municípios; Segurança pública; SUSP.

## Introdução

O aumento de furtos e roubos está mudando a dinâmica das cidades do interior do Brasil. O cidadão não se sente mais seguro em ficar na zona rural, distante da proteção do aparato estatal, e está migrando em grande número para zonas urbanas. Pequenas cidades do interior presenciam o fenômeno dos roubos cinematográficos a instituições financeiras, sem falar em atos de violência até então vistos apenas nos grandes centros urbanos, ocasionando, para o brasileiro a “incapacidade, como povo, de definir o que é intolerável como injustiça” (LEITE, 2017, p. 5).

Mesmo diante da complexidade do fenômeno da violência ainda se percebe um apelo, por parte da mídia e da sociedade em geral, por mais policiamento, mesmo que uma simples análise demonstre que os crimes domésticos contra a mulher ou a violência sexual sofrida por crianças no seu núcleo de relacionamento próximo pouco sejam impactados por um incremento de policiamento no bairro, por exemplo.

Estudos recentes revelam que o papel dos municípios na gestão da segurança pública ainda é relegado, com raras exceções, ao simples controle de seu patrimônio e atuação subordinada da Guarda Municipal, que não é aceita pelos demais integrantes do aparato estatal como parte do sistema de segurança pública. Ainda assim, o município subsidia as polícias subordinadas aos governos estaduais em todo o Brasil, reformando prédios e pagando diárias e gasolinas, por meio de convênios sempre questionados (CERQUEIRA, 2014; 2017).

Neste cenário, a Lei Nº 13022/2014 – Estatuto das Guardas Municipais - trouxe inúmeras diretrizes para reconhecimento das cidades como agente atuante no combate à violência, o que foi sacramentado por posicionamentos jurisprudenciais posteriores e com a Lei Nº 13675/2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e especificou de forma clara:

Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais (Art. 3º).

A nova legislação definiu estratégias, planos e normatizações, visando sempre uma atuação coordenada dos agentes públicos envolvidos no combate à violência, realçando a presença dos municípios, introduzindo possibilidades novas para os gestores das cidades, mas trazendo dificuldades para sua implantação. Diante do novo cenário, este trabalho tem como objetivo analisar o papel dos municípios e a forma como têm atuado na gestão da segurança pública, bem como os novos paradigmas propostos pelo SUSP e as dificuldades a serem enfrentadas pelos municípios para contornar os obstáculos e alcançar uma atuação diferenciada neste campo da gestão pública.

### Revisão bibliográfica

No atual padrão de atuação, os municípios, ao contrário do que se imagina, gastam e muito com segurança pública, referente à manutenção de pessoal para proteção do patrimônio, convênios com forças estaduais, guardas municipais ou funções afins, superando 5 bilhões, apenas entre cidades que prestaram informações em 2017 (menos de 40%) (Tabela 1).

**Tabela 1:** Percentual de Municípios que Declararam Despesas na Função Segurança Pública, nos Anos de 2015 e 2016

Ano	Percentual
2015	33,0
2016	39,1

**Fonte:** FINBRA/STN; FBSP, 2017.

Mesmo que o grau de participação financeira dos municípios surpreenda alguns, há diversas ações municipais que interferem diretamente no fenômeno violência, quer visando a prevenção, quer colaborando na repressão. Neste cenário, a sensação de segurança coletiva varia em função de serviços públicos eficazes (FILOCRE, 2010, p. 23), pela consciência de proximidade do cidadão com a cidade e por ser o local onde se materializa a ação das políticas públicas.

Com a expansão da criminalidade para locais até então preservados desta situação, percebe-se a necessidade de presença mais ativa dos municípios neste campo, quer pelo seu papel natural de proximidade do cidadão, quer pelo seu conhecimento privilegiado da realidade que o cerca, quer pelas

limitações dos estados em suprir as cidades com aparatos que possibilitem uma atuação mais eficaz. Longe de ser um fenômeno criminológico passageiro, a violência nos aglomerados urbanos só aumenta e não sinaliza que vai diminuir. Relegar o município ao controle de prédios ou do trânsito não se sustenta mais. Defender que município não pode fazer atividade de policiamento não tem mais espaço no cenário normativo funcional brasileiro. O estatuto das guardas municipais (Lei Nº 13022/2014) foi claro ao atribuir às guardas o papel de Polícia Preventiva e chega a usar este termo por dez vezes (são princípios mínimos de atuação das guardas municipais (...) patrulhamento preventivo. Art. 3º).

O SUSP sacramentou a questão trazendo as guardas municipais para o rol de forças públicas e o município como partícipe do Sistema. Os gestores devem se afastar, portanto, dentre outras, da imagem do guarda municipal como porteiro, como vigilante. Apenas em relação ao novo papel das guardas municipais já haverá uma resistência das polícias, inseridas dentro de uma estrutura no Brasil com grande segmentação corporativa, na qual é difícil integrar programas setoriais (SOARES, 2007, p. 84). Nesta seara de resistência, por exemplo, “a Polícia Militar impetrou ação judicial em 2017 para que a Guarda Municipal de São Paulo não mudasse o nome para Polícia Municipal” (NIEDERAUER, 2017).

Esta mudança de paradigma é importante dentro do fenômeno criminológico, normalmente célere em introdução de novas modalidades de crimes, enquanto o Estado é lento na adequação e criação de formas de combate, isto sem falar na dificuldade natural dos governadores em implementar uma mera mudança de comando do policiamento de uma cidade do interior. Enquanto os munícipes, prefeito incluso, tem acesso a diversas informações sobre a realidade que o cerca, desde o tipo de criminalidade que enfrenta até o desempenho dos policiais estaduais lá alocados. O governador se vale de informações da cadeia de comando, por vezes lentas e eventualmente comprometidas.

As disponibilidades orçamentárias são outro ponto a se discutir. Enquanto o governador tem um estado todo a gerir e respectivos pedidos na área da segurança a atender, com as repercussões políticas inerentes, o gestor municipal se volta apenas para seu entorno, fazendo uma equação mais diminuta no momento em que delibera se a premissa mais urgente é de iluminar a rua “A” ou adquirir mais uma viatura para policiamento.

Na realidade, até então em vigor para os municípios, estes ficam com os gastos, mas não decidem. Dito de outra forma, os gestores municipais têm custos com o policiamento, mas não podem interferir no planejamento e execução deste policiamento. Os municípios são cobrados pelos cidadãos sobre a falta de policiamento ou sobre o aumento de crimes, mas não podem alocar os recursos humanos ou materiais que minimizariam a questão. Os gestores municipais não podem determinar uma mera blitz, sempre sujeita à cadeia policial de comando, mas são cobrados pela população, aí incluindo a sociedade organizada (comerciantes, fazendeiros, etc.) pelos danos causados pela violência, sem falar nos desgastes políticos levantados por adversários. Os exemplos dos gastos relatados são diversos. Em maior ou menor escala, é difícil encontrar um município que não tenha uma conta significativa nos denominados convênios com a Secretaria Estadual de Segurança Pública: aluguel de imóveis para policiais ou escritórios, pagamento de horas extras e diárias, reforma e consertos de veículos e imóveis, cessão de servidores, liberação de combustível e gastos afins.

## **Material e métodos**

### ***Descrição dos dados***

A pesquisa tem como base a abordagem qualitativa, de cunho analítico e reflexivo, tendo como principal aporte metodológico a análise documental. Foram analisadas as legislações relativas à segurança pública no Brasil e utilizados dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Justiça e pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados e municípios. Resultados: no campo preventivo, o trabalho desempenhado pelos municípios apresenta resultados mais rápidos diante da proximidade com o problema. Ainda que dimensionar a violência urbana seja difícil, pela falta de padronização e sistemas eficientes de estatísticas, os gestores municipais têm condições de mapear as singularidades de seus problemas e necessidades específicas de forma mais rápida que os estados ou a União. Por outro lado, contudo, existem diversos paradigmas a serem contornados, além do contínuo problema de falta de orçamento e baixa qualificação de pessoas.

Por meio da análise documental, com ênfase na legislação aplicável e dados disponibilizados pelas entidades que mensuram o fenômeno da violência no Brasil, foi possível observar o papel preponderante, até então

renegado, dos municípios no campo do combate à violência, finalmente normatizado e reconhecido pela Lei Nº 13675/2018. Inobstante o reconhecimento e a maior proximidade dos municípios com o problema a enfrentar, pode ser afirmado que os desafios serão significativos, inclusive pela precariedade das estatísticas sobre o tema e as dificuldades das cidades em montar o aparato técnico exigido para enquadramento na nova legislação.

### *Análise descritiva*

Neste cenário, existem investimentos promissores que sofrem descontinuidade, como comumente acontecem com a aquisição pelos municípios de sistemas de videomonitoramento, posteriormente cedidos às polícias estaduais, mas que acabam por não ter recursos humanos ou materiais para dar continuidade à atividade. Observando as diretrizes programáticas do SUSP, podemos extrair como medidas prioritárias para os municípios: 1) Estruturar a área de segurança pública; 2) Fomentar os Conselhos com participação da sociedade; 3) Conhecer a realidade da violência local por meio de estatísticas confiáveis; 4) Criar e profissionalizar a Guarda Municipal; 5) Implantar videomonitoramento; 6) Incrementar e ampliar as políticas públicas de forma coordenadas com a prevenção.

A inclusão da segurança pública no raio de ação dos municípios exige preparo técnico específico. A introdução de forma técnica desta nova atribuição ou sua ampliação exige que esteja vinculada ao gabinete do prefeito, não como um apêndice com status secundário, mas com nível de secretaria especial ou no mínimo no mesmo grau de hierarquia das outras secretarias:

Em 2006, 48,6% dos municípios com alguma estrutura na área de segurança informaram que o órgão gestor estava diretamente ligado à Chefia do Executivo. Já em 2009, esse percentual vai para 47,2% e em 2012 chega a 37,2%, ou seja, nos últimos seis anos pesquisados, houve uma diminuição considerável de municípios com a estrutura de segurança diretamente ligada ao gabinete do prefeito. Em contrapartida, o aumento das prefeituras, cujas pastas de segurança são geridas em conjunto com outras secretarias ou secretarias municipais exclusivas, indica um nível organizacional mais elevado (IBGE, 2012).



Os profissionais deste novo segmento da administração devem estar aptos a interagir com outros municípios e com outras instituições (Polícias, Ministério Público, etc.) diante da natural forma de se combater a violência. Na chegada do SUSP foi realçada a preponderância da presença da sociedade civil por meio dos conselhos de segurança pública e defesa social como órgãos de extrema importância para viabilização do SUSP. A parceria da cidade, politicamente falando, dilui a preponderância e visão puramente pública no trato com a questão e garante atender aos anseios do público diretamente interessado. Os conselhos viabilizam o planejamento das ações e discutem seus resultados. A maior participação social aumentará a eficácia no atendimento das demandas locais (SILVA; BATITUCCI, 2011).

Embora prevista a criação de conselhos de segurança pública, inclusive no campo da execução penal e preocupação com egressos do sistema prisional, os números ainda são tímidos: de acordo com o IBGE (2012) apenas 11,5% das cidades possuíam conselho de segurança pública. O gestor municipal da segurança pública precisa conhecer a sua realidade e nem sempre encontra estatísticas confiáveis nos registros policiais ou mesmo nas reportagens da grande mídia. Numa situação que acontecia em grandes centros urbanos e agora se reproduz em cidade de médio porte, a maioria das pessoas desconhece quantos bairros têm serviços que só funcionam com anuência de grupos criminosos. Esta limitação envolve a entrada de carro do gás, agentes de saúde, correios e semelhantes (PALMA et al., 2017).

A população tem convivido com altos índices de mortes violentas nos últimos anos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 63.880 assassinatos em 2017, um aumento de 2,9% em relação a 2016. Apesar de não existir uma base de informações nacional, uma padronização na coleta de dados, esses dados são oficiais. O registro de uma ocorrência em um estado é feito de um jeito e no estado vizinho de outro. Além desta situação crônica, o Brasil tem alto índice de estatística cinza, de crimes não noticiados pelas vítimas. Poucas pessoas reportam quando seu celular é roubado, por exemplo (CERQUEIRA, 2017).

Esta carência de informações não é um problema recente e tem previsão de solução no SUSP, em processo de implantação e de efetivação na prática. De qualquer forma, há muito tempo se reclama da precariedade dos dados, pois mesmo com diversas fontes de informações, ainda não se aumentou o conhecimento sobre os principais dilemas do tema em relação há alguns anos

(LIMA, 2008, p. 69). A população e os agentes públicos podem contribuir com as informações iniciais e o gestor estimular a participação por outros canais, inclusive nas redes sociais. As secretarias são importantes para dados adicionais, como evasão escolar, condições de habitação e acesso a emprego, por exemplo.

As estatísticas no grau mais próximo da realidade vigente permitem ao gestor administrar de forma técnica e, no cenário vigente de recursos escassos, se torna uma ferramenta imprescindível. Como saber se uma cidade precisa de homens ou viaturas, como definir a política pública mais adequada a reduzir a violência em uma região do município, como aferir os resultados encontrados?

Sem esquecer o corpo de servidores vinculados à gestão da segurança municipal (secretário, técnicos e analistas), a Guarda Municipal representa a ponta visível da atuação do município, em regra, para a comunidade, ainda que deva ter seu papel desvinculado do aspecto policial tradicional. Aliás, ainda que o SUSP tenha introduzido a Guarda Municipal como partícipe do sistema de segurança, sempre existiu uma preocupação em lhe dar um viés de policiamento preventivo e comunitário, lastreando-se no princípio da mediação, evitando a atuação na repressão dos conflitos, tanto interindividuais quanto coletivos<sup>1</sup>.

A Guarda Municipal deve ser criada nos moldes do estatuto, que detalha o treinamento e é expresso ao afastar o viés militar, proibindo vínculos com a polícia militar, como similitude de patentes ou símbolos. Em relação ao porte de arma, não existe, no momento, vinculação entre possibilidade de uso de arma de fogo e a população do município.

O contingente pode ser mínimo, 0,4% na população até 50 mil habitantes, mas precisa ser devidamente equipado e treinado. A implantação de videomonitoramento se mostra como uma das ferramentas disponíveis aos gestores municipais e desejável nas diretrizes do SUSP, cujo controle deve ficar sob o município, com o devido compartilhamento dentro do processo de participação existente entre os agentes do sistema de segurança pública. As políticas públicas devem ser coordenadas com base nos objetivos do Conselho, instituição indispensável no cenário previsto para o SUSP e elevado a integrante estratégico, nos termos do Art. 9º-§ 1º da Lei Nº

<sup>1</sup> A Segurança Pública e os Municípios. Relatório do Grupo de Trabalho de Segurança Pública do Comitê de Articulação Federativa, 2003.

13675/2018.

Em três dispositivos, a legislação específica, que não é um mero órgão de fachada, os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social congregarão representantes com poder de decisão dentro de suas estruturas governamentais (Art. 20 § 2º); os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública e Defesa Social contarão também com representantes da sociedade civil organizada e de representantes dos trabalhadores (Art. 20 §7º); o processo de avaliação das políticas de segurança pública e defesa social deverá contar com a participação de representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social (Art. 29).

Há muitos desafios para a participação dos municípios no combate à violência, entre eles: orçamentos limitados, corporativismo e resistência das entidades policiais, militarização/precarização da guarda municipal e dificuldades com o planejamento e integração com a administração. O orçamento é reduzido, mas o município tem a possibilidade de manter e firmar novos convênios e garantir uma gestão equilibrada de alocação dos recursos disponíveis. A União, de qualquer forma, fomenta linhas de crédito específicas (monitoramento, por exemplo) e outras de cunho genérico (agora com diversas hipóteses, via SUSP).

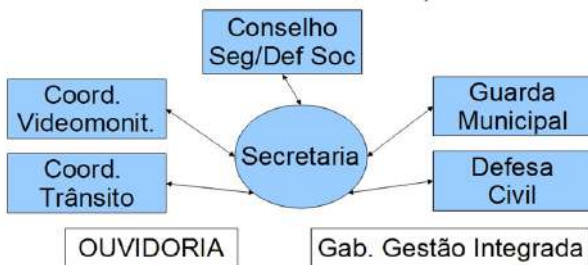
## Resultados e discussão

Há uma grande disputa de poder corporativo entre forças de segurança estaduais, o que compreende basicamente polícia militar e polícia civil. Diversos projetos embrionários envolvendo Guarda Municipal, por exemplo, começaram bem intencionados, mas falharam por conta de se considerar a guarda municipal uma força subalterna. Existe um misto de desconhecimento e má vontade com admissão dos novos papéis da Guarda Municipal, especialmente no tocante à sua (não)militarização.

Existem diversos municípios com criação descoordenadas das Guardas Municipais, sem a devida integração com o gabinete do prefeito e fora das determinações do Estatuto das Guardas Municipais, o que leva a um funcionamento precário, inexistência de treinamento e falta de equipamentos. Sem funcionamento integrado e planejamento adequado, a ação do município além de inócua vira fonte de problemas, com personagens despreparados,

agredindo a população, ou sendo cooptados pela marginalidade. No cenário previsto, podemos esboçar uma estrutura mínima para os municípios na área da segurança pública (Figura 1).

**Figura 1:** Organograma Padrão SUSP – Nº 13.675/2018



**Fonte:** Elaboração própria, com base na Lei Nº 13675/2018.

Pairando na avaliação da atuação do município, devemos obrigatoriamente ter uma ouvidoria (Art. 34) e é desejável a criação de um gabinete de gestão integrada, em que as diversas secretarias municipais possam articular as ações, particularmente aquelas com impacto na segurança pública. Nesta ampliação do papel dos municípios, é exigida uma qualificação devida dos profissionais, uma vez que a área da segurança envolve e exige treinamento eficaz e permanente. Por outro lado, o SUSP prevê e exige cooperação em todos os níveis, de dados, de recursos e ações, com conselhos diversos e atuações que precisam do agir conjunto dos atores do Sistema da Segurança Pública, aí incluídos os municípios.

Dessa forma, a ampliação da atuação municipal e a consequente gestão governamental geram preocupações, pois “a grande maioria dos 5.564 municípios no país possui estruturas administrativas próprias acanhadas e pouco preparadas e/ou poucos recursos humanos, financeiros e operacionais para operá-los” (ROLNIK, 2008, p. 1).

### Considerações finais

O artigo apresentou a nova realidade trazida com a introdução do SUSP na legislação vigente e o impacto desta mudança na forma como o município participa no combate à violência. Longe de apenas esclarecer

que o município estará na mesma posição que os estados na formulação das políticas de segurança, a nova lei sacramenta o que já foi sugerido pelo estatuto das Guardas Municipais, colocando este órgão como participante operacional do SUSP.

Da mesma forma, a participação da sociedade e a preocupação com os dados e as estatísticas repercutem na seara municipal, evidenciando, dentro de tudo o que preconiza a nova Lei, a necessidade de uma nova visão da gestão municipal sobre o arcabouço humano a ser vinculado na implantação do SUSP em âmbito municipal. As cidades, neste segmento de sua atuação, interagirão fortemente e de forma célere com outras entidades e isto exige um grau de profissionalismo e de preparo que requer atenção.

Obviamente não se fará uma mudança desta ordem sem resistência e dificuldades, mormente em municípios de pequeno porte, mas o cuidado e preparo adequado, dentro dos paradigmas previstos nas novas leis, permitem uma implantação adequada, sendo previstas linhas de financiamento para as cidades.

## Referências

- BATITUCCI, E. C. Sistema de Justiça Criminal em Belo Horizonte: diagnósticos e perspectivas. **Revista Pensar BH/Política Social**. n. 21, p. 17-22, nov. 2008.
- CERQUEIRA, J. D. **O município na segurança pública**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- CERQUEIRA, J. D. **Prisão e segurança pública: um silogismo falho**. Disponível em: [https://www.academia.edu/35477270/pris%C3%83o\\_e\\_seguran%C3%87a\\_p%C3%9Ablica\\_um\\_silogismo\\_falho](https://www.academia.edu/35477270/pris%C3%83o_e_seguran%C3%87a_p%C3%9Ablica_um_silogismo_falho). Acesso em: 14 dez. 2017.
- FILOCRE, L. D. **Direito de segurança Pública: limites para políticas de Segurança Pública**. Coimbra: Almedina, 2010.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2017**. Ano 11, 2017.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**, 2012.

LEITE, M. P. **O que fazer do Brasil?** LE MONDE Diplomatique Brasil. ano 11. n. 121, agosto de 2017.

LIMA, R. S. **A produção da opacidade**. Estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. Novos Estudos Cebrap, 80, mar. 2008.

NIEDERAUER, A. P. **Doria vai recorrer da proibição de mudar o nome da GCM para Polícia Municipal**. Disponível em: <http://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-vai-recorrer-da-proibicao-de-mudar-onome-da-gcm-para-policia-municipal,70002028590>. Acesso em: 22 out. 2017.

PALMA, A; VIGNÉ, J.; MARINHO, N. **Violência deixa bairros de Salvador sem alguns serviços**. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/violencia-deixa-bairros-desalvador-sem-alguns-servicos-veja/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ROLNIK, R. Pactuar o território - desafio para a gestão de nossas cidades. **Revista Princípios revista teórica, política de informação**, n. 97, ago./set. 2008.

SANTOS, W. F. O papel do poder executivo municipal na adoção de políticas públicas de segurança: perspectivas. **Caderno Neder**, N° 3 – Violência e Criminalidade. Núcleo de Estudos Sobre Desenvolvimento Regional da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. 2012.

SILVA, L. A. M.; BATITUCCI, E. C. **A atuação da guarda municipal de Belo Horizonte/MG no contexto de descentralização da política pública de segurança**. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308348948\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_LUSO.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308348948_ARQUIVO_Artigo_LUSO.pdf). Acesso em: 18 jan. 2013.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, p. 21.61: 77-97, 2007.

# O entorno geoestratégico brasileiro e o tráfico internacional de drogas: desafios e respostas sob um olhar geopolítico

*Gabriel Santiago  
Matheus Souza*

## RESUMO

**Importância:** O entorno geoestratégico brasileiro compreende toda a América do Sul, o Atlântico Sul e parte do oeste da África. O tráfico internacional de drogas nas regiões provoca impactos diretos no Brasil.

**Objetivo:** Apresentar os desafios que o tráfico internacional de drogas apresenta para o entorno estratégico brasileiro, assim como as respostas dadas a ele – a exemplo de experiências como a Operação Ágata.

**Metodologia:** Após revisão de literatura para fundamentação de modelo de análise, a pesquisa (bibliográfica e documental) estruturou-se com base na conceituação dicotômica apresentada por Arnold Joseph Toynbee – a Teoria do Desafio e da Resposta. Assim, o trabalho está dividido em três partes axiais, a saber: apresentação dos conceitos fundamentais e do modelo de análise; apresentação dos desafios postos pelo narcotráfico ao entorno geoestratégico brasileiro; apresentação das respostas brasileiras aos supracitados desafios. **Resultados:** A pesquisa contribuiu para jogar mais luz sobre a importância do pensamento geopolítico brasileiro enquanto ferramenta auxiliar para reflexão acerca dos desafios atuais enfrentados pelo país. A articulação entre a leitura sobre a geopolítica do narcotráfico no entorno geoestratégico brasileiro e o modelo de análise do Desafio e Resposta facilitou a apresentação sistematizada de uma temática tão complexa quanto a tratada neste artigo. **Conclusão:** A pesquisa permitiu concluir que há espaço para, e necessidade de ampliação das respostas dadas aos desafios colocados pelo narcotráfico internacional no entorno geoestratégico brasileiro, e que o conhecimento geopolítico nacional continua sendo importante ferramenta para o planejamento e para a tomada de decisões no Brasil.

**Palavras-chave:** Defesa Nacional; Entorno Geoestratégico Brasileiro; Geopolítica Narcotráfico.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar desafios impostos pelo tráfico internacional de drogas para o entorno estratégico brasileiro, assim como as respostas dadas a eles. Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012, p. 14), o entorno estratégico brasileiro é constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártica. Seu conceito se mostra difuso no Livro, que apenas define as regiões geográficas que compõem o chamado entorno estratégico. Por sua vez, o general Luiz Eduardo Rocha Paiva (2015, p. 186) entende por entorno estratégico o espaço onde o Brasil “pretende garantir a própria defesa contra ameaças concretas ou potenciais e projetar poder de modo a aumentar a presença e influência internacional”. Assim, não há como desconsiderar o peso que o tráfico internacional de drogas tem sobre os objetivos geoestratégicos do Brasil. A dificuldade em controlar melhor as fronteiras, por motivos diversos, faz com que o país esteja vulnerável ao narcotráfico que tem no Brasil um grande mercado consumidor, especialmente de cocaína, mas também rota de passagem para Europa, África Ocidental e, em menor escala, Ásia.

Como o segundo maior consumidor de cocaína do mundo (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2016, p. 117) e, como um dos principais países de origem das drogas que chegam à Europa, sobretudo enquanto potência regional, o Brasil tem sofrido pressão da comunidade internacional para ações mais efetivas no combate ao comércio ilegal de drogas. Diante dos desafios, o país tem tomado medidas que visam reprimir o crime organizado nas fronteiras, como a operação Ágata, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, além de operações conjuntas com países vizinhos e acordos de cooperação internacional para compartilhamento de inteligência e trabalho conjunto entre polícias.

Para melhor sistematizar as discussões aqui propostas, a metodologia do trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica e documental, baseada na conceituação proposta por Arnold Joseph Toynbee, a Teoria do Desafio e da Resposta (MAFRA, 2006). Divido em três partes, o trabalho traz uma apresentação de conceitos fundamentais, dos desafios postos pelo narcotráfico ao entorno geoestratégico brasileiro e das respostas brasileiras a esses desafios.



## Revisão bibliográfica

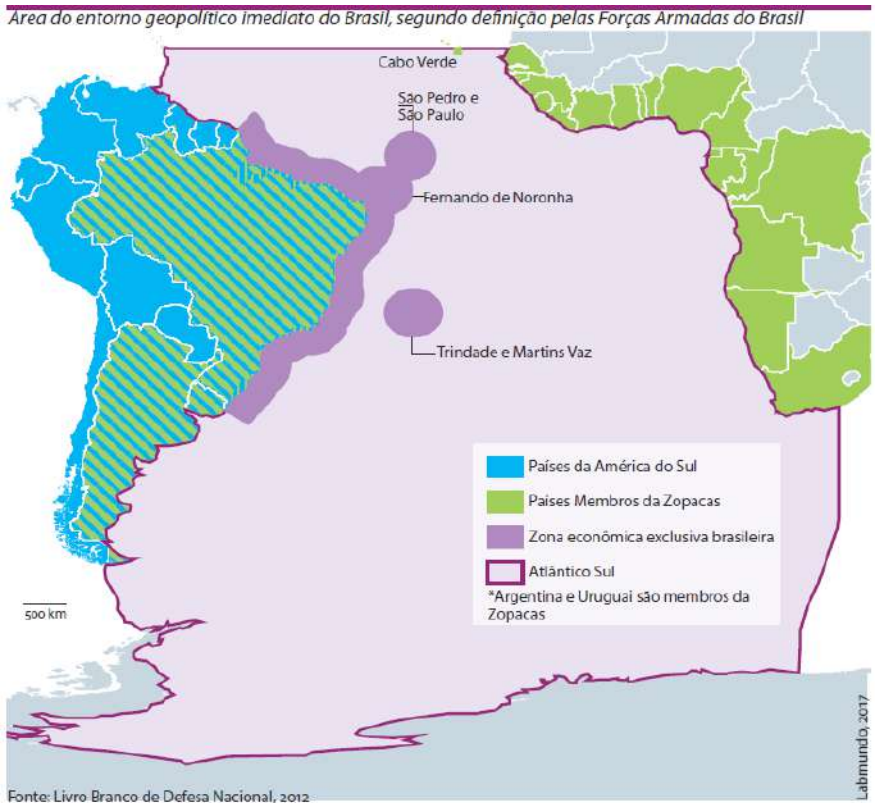
### *Entorno estratégico*

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente (KEOHANE; NYE, 2012), faz-se mais necessário que países com a magnitude do Brasil busquem se relacionarem com os quatro cantos do planeta. Não obstante, a proximidade geográfica entre os países gera situações, oportunidades e desafios que impõem um olhar mais cuidadoso sobre algo conhecido como entorno estratégico. A importância da região para o Brasil é vital em aspectos econômicos, diplomáticos e de defesa, já que para o país “[...] ter projeção mundial precisa exercê-la em sua própria vizinhança, para depois ampliá-la a outras regiões” (PAIVA, 2015, p. 186). É preciso cuidado especial para com o entorno estratégico brasileiro, fundamental para a projeção de poder do Brasil no tabuleiro internacional.

Além de oportunidades, o entorno estratégico impõe desafios, e o tráfico internacional de drogas tem se mostrado como um dos recorrentes nas últimas décadas. A droga produzida nos países vizinhos, como Colômbia, Bolívia e Peru, chega ao Brasil por vias terrestres, aéreas e marítimas, e tem como destino final o consumidor brasileiro, o europeu e o africano, além do mercado asiático, ainda que em menor grau (UNODC, 2018, p. 32-33).

Como evidenciado no mapa acima, a área em questão é gigantesca, o que potencializa os desafios logísticos e de monitoramento para o Estado brasileiro. Além dos recursos estratégicos – estejam presentes na porção oeste ou leste do entorno estratégico brasileiro (minérios, biodiversidade, água, flora, etc.) – que demandam vigilância contínua, os desafios atinentes a migrações, crises econômicas e políticas nos países vizinhos e na costa africana, presença de potências estrangeiras no Atlântico Sul e pirataria na África atlântica, dentre outros (FILHO, 2015), somam-se à questão do tráfico internacional de drogas, tornando o desafio posto ao Brasil mais complexo ainda. Para melhor compreendê-los, é preciso detalhar mais sobre a teoria a ser aplicada para sua discussão.

**Figura 1:** Entorno geopolítico estratégico



**Fonte:** LIMA; MILANI et al., 2017, p. 52.

## Materiais e métodos

### *Teoria do Desafio e da Resposta*

Dentre as muitas possibilidades de análise geopolítica, aquela desenvolvida pelo historiador e diplomata Arnold Joseph Toynbee é adequada para abordar a questão do narcotráfico no entorno estratégico brasileiro. Em sua Teoria do Desafio e da Resposta, o autor britânico afirma que “[...] as dificuldades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não os superam e são condenadas à estagnação ou à desagregação” (TOYNBEE apud MAFRA, 2006, p. 121).

O sucesso das nações que progrediram seria fruto do enfrentamento de desafios por meio de soluções pensadas para resolver determinados problemas. Toynbee classificava os desafios entre físicos ou humanos: os físicos são aqueles relacionados às regiões áspers, de difícil adaptação e controle. Já os humanos estão relacionados aos reverses, às pressões e às inferiorizações de ordem política, social, etc. Outro aspecto interessante da teoria de Toynbee é o papel essencial das elites, aqui entendidas como “[...] o conjunto de pessoas que, nos diferentes segmentos da sociedade, exercem papéis de condução ou representação das necessidades, dos anseios e das aspirações coletivas” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA 2003 apud MAFRA, 2006, p. 122). As elites teriam a missão de aceitar ou não os desafios postos, e de conduzir a nação rumo à superação destes.

Ao analisar-se a questão do tráfico internacional de drogas no entorno estratégico brasileiro, não é difícil concluir que esse problema é um desafio a ser superado pelo Brasil na sua busca por afirmação e projeção de poder na região do seu entorno. A porta de saída das exportações brasileiras para o Atlântico Sul, o porto de Santos, é também de onde sai a droga produzida na Colômbia, Peru e Bolívia rumo à costa oeste africana e a Europa, por exemplo (TOMAZELA, 2018). Assim, o modelo de análise aqui proposto torna-se ainda mais eficiente ao estabelecer a divisão dos desafios entre físicos e humanos, o que permite uma visão mais adequada e realista da situação e contribui para a compreensão sistematizada das repostas mais eficientes necessárias a estes, e propostas pelo Estado brasileiro.

## Resultados e discussões

### *Desafios postos pelo narcotráfico ao entorno geoestratégico brasileiro*

O tráfico internacional de drogas no entorno estratégico brasileiro chegou a proporções inéditas nos últimos anos segundo o *World Drug Report 2018*, do *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), que estima que a produção mundial de cocaína chegou a 1.410 toneladas, 886 das quais provenientes da Colômbia. A droga produzida aí vem para o Brasil pela fronteira ao norte ou da fronteira com o Paraguai, que, além de rota de passagem da produção colombiana, peruana e boliviana, é o maior produtor de maconha da América do Sul, tendo boa parte desta traficada para o Brasil (EXAME, 2018b). Em território nacional, parte da droga é absorvida pelo consumo interno e outra segue para o oeste africano, tendo como destino final

a Europa. Em escala menor, a droga sai do Brasil direto para o mercado asiático. O narcotráfico na região, que teve início na segunda metade do século passado, impõe desafios que superam as questões relacionadas à segurança pública, produzindo riscos para a soberania nacional, despertando a necessidade de acordos de cooperação e operações conjuntas entre polícias de diferentes países.

A partir da Teoria do Desafio e da Reposta foi possível dividir os desafios entre físicos e humanos para uma melhor compreensão do problema. Não serão aqui apresentados todos os desafios relacionados ao narcotráfico, mas aqueles mais relevantes sob o ponto de vista do entorno estratégico brasileiro. Dentre os desafios físicos, destacam-se: as rotas fluviais abundantes na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, especialmente; a grande extensão da fronteira do Brasil com os vizinhos<sup>1</sup>; características específicas de certas regiões fronteiriças,

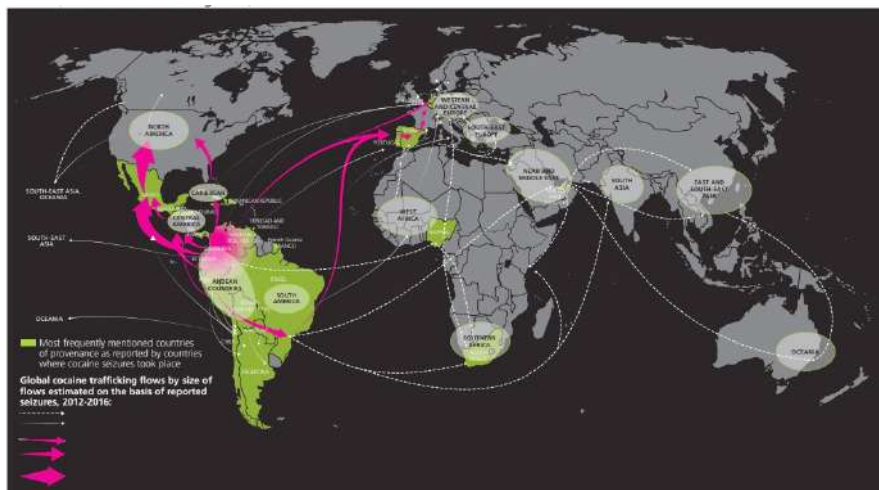
---

<sup>1</sup> “O Brasil possui fronteiras com 10 dos 12 outros países da América do Sul. Somente Chile e Equador não possuem fronteiras com nosso país. [...] A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais. Estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia: AC, RO, MT e MS. [...] A fronteira do Brasil com o Peru tem extensão de 2.995,3 km, dos quais 2.003,1 km são por rios e canais, 283,5 km por linhas convencionais e 708,7 km por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com o Peru: AC e AM. [...] A fronteira do Brasil com a Venezuela tem extensão de 2.199,0 km, dos quais 90,0 km são por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas. Estados que fazem fronteira com a Venezuela: AM e RR. [...] A fronteira do Brasil com a Colômbia tem extensão de 1.644,2 km, dos quais 808,9 km são por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas. Estado brasileiro que faz fronteira com a Colômbia: AM. [...] A fronteira do Brasil com a Guiana tem extensão de 1.605,8 km, dos quais 698,2 km são por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com a Guiana: RR e PA. [...] A fronteira do Brasil com o Paraguai tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai: PR e MS. [...] A fronteira Brasil com a Argentina tem extensão de 1.261,3 km, dos quais 1.236,2 km são por rios e apenas 25,1 km por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com a Argentina: PR, SC e RS. [...] A fronteira do Brasil com o Uruguai tem extensão de 1.068,1 km, dos quais 608,4 km são em rios e canais, 140,1 km em lagoas, 57,6 km por linhas convencionais e 262,0 km por divisor de águas. Estado brasileiro que faz fronteira com o Uruguai: RS. [...] A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa tem extensão de 730,4 km, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas. Estado brasileiro que faz fronteira com a Guiana Francesa: AP. [...] A fronteira do Brasil com o Suriname tem extensão de 593,0 km, dos quais os 593,0 km são por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com o Suriname: AP e PA” (FUNAG, 2018, p. 1-2, com adaptações). Somente a fronteira entre o Brasil e a Bolívia (3.423,2 km) é maior do que a entre Estados Unidos e México (3.141 km) (EXAME, 2018a); além disso, o Brasil tem fronteira com a Europa por meio da Guiana Francesa.

constituídas de mata fechada e de difícil acesso, por exemplo. Quanto aos desafios humanos, destacam-se: fiscalização precária das fronteiras e dos portos; facções criminosas atuando em mais de um país; ausência do Estado em parte das rotas do narcotráfico. O mapa abaixo exprime uma das dimensões do desafio posto, especificamente no que concerne ao tráfico internacional de cocaína.

As rotas fluviais abundantes têm se revelado como um desafio aos meios de patrulha de fronteira no norte do país, na divisa com a Colômbia e o Peru. O rio Amazonas corta os três países, havendo, no lado brasileiro, em Tabatinga, uma base da Polícia Federal para a fiscalização de embarcações. Apesar do esforço da operação conjunta da Polícia com as Forças Armadas, a fiscalização não é suficiente para a apreensão da droga que tem seu caminho desviado por “furos”, braços do rio, especialmente durante a cheia (MAISONNAVE, 2017). A presença da base na região fez com que os traficantes alterassem a rota, utilizando-se do rio Içá para realizar o transporte da droga (MAISONNAVE, 2017).

**Figura 2:** Principais fluxos do tráfico de cocaína, 2012-2016



Fonte: UNODC, 2018, p. 19.

Outro grande desafio que dificulta o combate ao narcotráfico é o tamanho da fronteira brasileira propriamente dita, com seus 17 mil quilômetros de extensão. Os esforços para o controle de toda essa área têm sido insuficientes. Arelado ao desafio físico está o desafio humano de prover meios efetivos de

fiscalização em terrenos e tipos diferentes de ecossistema nas mais diversas regiões fronteiriças: ao norte, a divisa com a Colômbia é marcada basicamente pelas florestas e rios da Bacia Amazônica; mais ao sul, a fronteira com o Paraguai é marcada por áreas urbanas e desertos inóspitos; a fronteira com a Bolívia começa no pantanal mato-grossense e desemboca na Floresta Amazônica. Além das fronteiras por onde a droga entra no Brasil, existe um problema de fiscalização nos portos, de onde a droga sai em direção Europa e África, e, em menor grau, Ásia. Em entrevista, o promotor de justiça Lincoln Gakyia, afirmou que se acredita que cerca de 1 tonelada de cocaína saia somente de São Paulo em direção aos continentes europeu e africano todos os meses (O POVO, 2018b).

Outro enorme desafio para o Brasil em seu entorno estratégico é o combate a facções criminosas que, além de atuarem em território nacional, cada vez mais expandem suas zonas de influência para os países vizinhos, produtores da droga consumida no Brasil e enviada para Europa pela costa oeste africana. O crime organizado, encarnado em grupos como PCC (Primeiro Comando da Capital), Comando Vermelho e Família do Norte, possui articulação por diferentes regiões no entorno, artilharia pesada e facilidade de infiltração nas comunidades próximas às fronteiras, geralmente precárias e sem presença forte do Estado, dificultando a ação de agentes governamentais (O POVO, 2018b).

O desafio imposto pela ação de facções criminosas é grande. Com a morte do líder do tráfico no Paraguai, Jorge Rafaat, o PCC busca dominar não só o tráfico, mas a produção de maconha no país vizinho, recrutando pessoas e infiltrando-se em presídios (O POVO, 2018a; 2018b). Em 2017, um grupo de 50 pessoas da facção criminosa realizou o que foi considerado o maior assalto da história do Paraguai (O POVO, 2018a; 2018b). A expansão de grupos criminosos, que criam muitas vezes um estado paralelo, põe em xeque a segurança no entorno estratégico, desafiando o Brasil a buscar uma presença efetiva em áreas quase que completamente isoladas.

### ***Respostas aos desafios postos pelo narcotráfico ao entorno geoestratégico brasileiro***

Parte não desprezível dos desafios que o narcotráfico apresenta têm sido objeto de políticas que, contudo, nem sempre saem do papel, ou são efetivamente cumpridas e levadas a cabo. Critica-se muito a falta de integração entre as forças competentes, sejam nacionais ou fruto de cooperação regional, além, é claro, da falta de recursos destinados ao combate ao narcotráfico. As

rotas fluviais que variam de quantidade em períodos de cheia na fronteira norte do país, têm sido de alguma forma monitoradas numa operação conjunta entre a Polícia Federal e as Forças Armadas. A Base Anzol foi instalada no Rio Solimões, início do Rio Amazonas no Brasil, próximo ao município de Tabatinga – AM. Contudo, a base é fixa e não consegue realizar a fiscalização nos “furos” do rio. Segundo agente da Polícia Federal, Rosimar Sena, a operação necessita de duas embarcações blindadas e maior efetivo policial para monitoramento satisfatório (MAISONNAVE, 2017).

A extensão das fronteiras brasileiras atrelada aos diferentes tipos de terreno que ela possui tem sido monitorada de forma insatisfatória. Concebido em 2008 pelo Comando do Exército, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto importante no que se refere ao combate ao narcotráfico, além de outros crimes que envolvem o cruzamento de fronteira (ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018). Hoje o projeto sofre com cortes no orçamento e dá conta de apenas 4% dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras do Brasil (MARIZ, 2017). Segundo levantamento, com base no sistema de informações sobre o orçamento federal, o investimento no projeto caiu de R\$285,7 milhões para R\$132,4 milhões de 2016 para 2017, o que evidencia os entraves para uma fiscalização efetiva. De acordo com o gerente do projeto, general Gerson Forini, o custo para implementação daquele ao longo de toda fronteira nacional é de R\$11,9 bilhões (PRAZERES; RAMALHOSO, 2018).

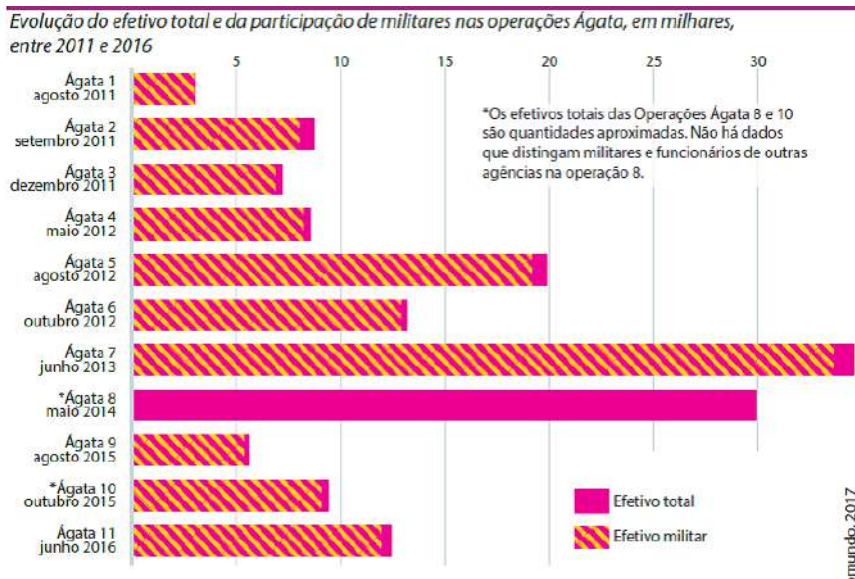
Uma ação importante para o fortalecimento da segurança nas fronteiras é a operação Ágata, que está integrada ao Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído em 2016 pelo presidente Michel Temer, em substituição ao Plano Estratégico de Fronteiras, de 2011 (BRASIL, 2018). A operação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas foi reformulada em 2017, prevendo operações de duração limitada e com fator surpresa (BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018). O número de apreensões está diretamente relacionado ao efetivo militar e investimento na operação. Como se pode observar no gráfico abaixo, os anos de maior investimento foram o de 2007 e 2008. No primeiro foram apreendidas 19 toneladas de entorpecentes, enquanto que no segundo houve o recorde de 40 toneladas de drogas apreendidas (BRASIL, 2014).

O combate às facções criminosas (brasileiras ou não) que atuam além das fronteiras nacionais tem se tornado cada vez mais difícil diante



da sofisticação que o crime organizado tem adquirido nos anos recentes. Além disso, a ausência do Estado em boa parte da fronteira facilita o tráfico. Segunda a Polícia Militar amazonense, em Tabatinga – AM, 90% das 15 mil motos que circulam pela fronteira estavam sem registro, até março de 2017 (MAISONNAVE, 2017). O combate às facções transnacionais passa necessariamente por acordos de cooperação entre os países envolvidos. O Brasil tem firmado parcerias com diversos países do entorno, especialmente na América do Sul, visando operações conjuntas de combate ao narcotráfico. Em 2017, por exemplo, O Brasil firmou acordo bilateral com a Colômbia para impedir que dissidentes das FARC agissem na região de fronteira entre os dois países (PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO, 2017). Em parceria com o Paraguai, o Brasil participou da operação *Nueva Alianza XIII*, que impediu a circulação de 553 toneladas de maconha, que significariam U\$16 milhões de dólares para o narcotráfico (BRASIL, 2016). O que se observa é que a cooperação entre forças de inteligência e militares são o caminho mais eficiente para desmantelar o crime organizado.

**Figura 3:** Operações Ágata e Controle de Fronteiras



Fonte: LIMA; MILANI; et. al., 2017, p. 52



## Considerações finais

Como se pôde perceber, o narcotráfico impõe grandes desafios ao entorno estratégico brasileiro, delegando ao Brasil a necessidade de buscar respostas com diferentes graus de urgência e complexidade. Eles foram apresentados neste trabalho, tomando como base o arcabouço teórico desenvolvido por Arnold Toynbee. Pôde-se observar que esses obstáculos a serem transpostos vão além das fronteiras nacionais, e não apenas impactam o entorno estratégico brasileiro, como também são de responsabilidade dos países que o compõem.

Assim como os desafios, as respostas são igualmente de responsabilidade compartilhada. Apesar dos esforços empreendidos, faz-se necessária maior cooperação e atuação do Estado na região de fronteira, terrestre, marítima e aérea. Se do oeste a droga chega, do leste a droga sai, e vai abastecer mercados que rendem milhões de dólares ao narcotráfico todos os anos. A eficácia no combate ao crime organizado, cada vez mais sofisticado, está diretamente relacionada à capacidade dos Estados envolvidos de cooperarem, por meio de operações conjuntas e compartilhamento de informações e inteligência. Enquanto país consumidor e de trânsito, sendo aquele com melhores condições de articular-se do que seus vizinhos, o Brasil deve assumir posição de liderança no combate ao narcotráfico que põe em xeque os interesses brasileiros em projetar-se no tabuleiro internacional a partir de seu entorno estratégico.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. (2012a). Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em: jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa.. **Operação na fronteira registra recorde de apreensão de drogas**. (2014). Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/12841-agata-8-operacao-na-fronteira-registra-recorde-de-apreensao-de-drogas>>. Acesso em: jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Brasil e Paraguai apresentam resultado de operação conjunta de combate ao tráfico de drogas.** (2016). Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-e-paraguai-apresentam-resultado-de-operacao-conjunta-de-combate-ao-traffic-de-drogas>>. Acesso em: ago. 2018.

ÉPOCA. **Mega assalto no Paraguai pode ter ligação com facção brasileira.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/04/mega-assalto-no-paraguai-pode-ter-ligacao-com-facao-brasileira.html>>. Acesso em: jul. 2018.

ÉPOCA. **O violento plano de expansão no Paraguai da maior facção brasileira.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/06/o-violento-plano-de-expansao-no-paraguai-da-maior-facao-brasileira.html>>. Acesso em: jul. 2018.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras.** Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>>. Acesso em: ago. 2018.

EXAME. **A fronteira México-EUA.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/a-fronteira-mexico-eua/>>. Acesso em: set. 2018.

EXAME. **Paraguai apreende 252 toneladas de maconha na fronteira com Brasil.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/paraguai-apreende-252-toneladas-de-maconha-na-fronteira-com-brasil/>>. Acesso em: jul. 2018.

FILHO, Pio Penna. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta de (org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil.** Brasília: IPEA: NEP, 2015.

FUNAG. **Brasil: Fronteiras terrestres.** Brasília, DF: FUNAG, s/a. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil\\_df](http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil_df)>. Acesso em: set. 2018.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence: world politics in transition.** 4. ed., New York: Longman, 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos; et. al., **Atlas da política brasileira de defesa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

MAISONNAVE, Fabiano. **Frenteira amazônica vira passagem livre de drogas com presença de facção**. Folha de São Paulo. 12/03/2017, 02h00. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1865768-fronteira-amazonica-vira-passagem-livre-de-drogas-com-presenca-de-facao.shtml>>. Acesso em: jul. 2018.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica**: introdução ao estudo. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MARIZ, Renata. **Apenas 4% das fronteiras são monitoradas**. O Globo, 29/01/2017 4:30 / atualizado 29/01/2017 14:52. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apenas-4-das-fronteiras-do-brasil-sao-monitoradas-20839665>>. Acesso em: jul 2018.

O POVO. **O avanço do PCC no Paraguai e países vizinhos**. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/07/o-avanco-do-pcc-no-paraguai-e-paises-vizinhos.html>>. Acesso em: ago 2018.

O POVO. **PCC no exterior**: “Eles não tem fronteira”, diz promotor. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/07/pcc-no-exterior-eles-nao-tem-fronteira-diz-promotor.html>> Acesso em: jul. 2018b.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta de (org.). **Amazônia e Atlântico Sul**: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: IPEA: NEP, 2015.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. **Brasil e Colômbia firmam acordo de combate ao narcotráfico na fronteira**. (2017). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/seguranca-e-justica/2017/02/brasil-e-colombia-firmam-acordo-de-combate-ao-narcotrafico-na-fronteira>>. Acesso em: ago. 2018.

PRAZERES, Leandro; RAMALHOSO, Wellington. **Governo corta pela metade investimento em monitoramento de fronteiras.** UOL, em Brasília e em São Paulo, 05/03/2018 04h00. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/05/governo-corta-pela-metade-investimento-em-monitoramento-de-fronteiras.htm>>. Acesso em: jul. 2018.

TOMAZELA, José Maria. **PF acha 1,2 tonelada de cocaína em rolos compressores no Porto de Santos.** O Estado de São Paulo, 18 Setembro 2018 | 10h10. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pf-acha-1-2-tonelada-de-cocaina-em-rolos-compressores-no-porto-de-santos,70002507482>>. Acesso em: set. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE – Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International narcotics control strategy report.** 2016. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/253655.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

UNODC. World Drug Report 2018 – **Pre-briefing to the Member States.** Disponível em: <<https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/Pre-briefingAM-fixed.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

# Os povos indígenas e as políticas públicas de gestão territorial e ambiental no Brasil

*Karol Stefany Oliveira Rabelo*  
*Ana Maria Lima de Freitas*  
*Emilson Pinheiro Coelho Neto*  
*Maristela Bortolon de Matos*

## RESUMO

**Importância:** Os povos indígenas vêm ganhando espaço ao preconizar sua cosmologia como fator importante para a constituição e garantia de direitos. Essa luta pela valorização cultural gerou mudanças na compreensão a respeito da relação entre estes indivíduos e o meio ambiente. Assim, com o decorrer do tempo, tornou-se perceptível o protagonismo indígena na construção de normas que definissem direitos e deveres específicos. A própria Constituição Federal de 1988 prevê direitos indígenas no que se refere ao domínio territorial, bem como sua gestão, direitos religiosos e de liberdade de expressão. Além dela, encontramos ainda, no Direito Internacional, jurisprudência importante que leva em consideração a cosmologia indígena como fonte de criação, garantia e interpretação de direitos. **Objetivo:** Este artigo tem como objetivo apresentar os povos indígenas como atores principais no desenvolvimento de políticas públicas de gestão territorial e ambiental no Brasil. **Metodologia:** Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa e se desenvolveu a partir da reunião de materiais bibliográficos retirados de livros, artigos, leis nacionais e outros. A análise dos dados se deu a partir da leitura de documentos legais que tratam sobre o tema e de excertos retirados de livros. **Resultados:** Hoje é notável que a criação de instrumentos como o Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas representa uma evolução do relacionamento entre o Estado e os povos indígenas. **Conclusão:** Concluiu-se que os saberes desses indivíduos, desenvolvidos a partir das suas experiências com a natureza, evidenciam a importância da preservação e proteção do meio ambiente e se refletem na construção de planos de gestão territorial.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Políticas Públicas de Gestão Territorial e Ambiental; Povos indígenas.

## Introdução

Por muitos anos o desenvolvimento econômico foi mais importante que a proteção ambiental, sendo o lugar que habitamos uma fonte de prosperidade e riquezas, sem que houvesse a preocupação com a sua manutenção e proteção. No entanto, apesar de a reflexão acerca disto ser muito recente no mundo, temos que destacar a atuação dos povos indígenas frente à natureza, que para eles se traduz em sua cosmologia.

Os debates a respeito da relação homem-planeta somente começaram a surgir após o início de discussões realizadas em 1972, traduzidas na Declaração de Estocolmo. A proteção e a preservação ambiental tornaram-se, então, foco de conversas, resultando na mudança de percepção desses temas. Como resultado disso, no Brasil, princípios como o da preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e proteção cultural dos povos indígenas foram constitucionalizados, tornando-se direitos expressos em nossa Constituição.

Por esta razão, faz-se necessário entender como se deu a interiorização do significado de desenvolvimento sustentável, traduzidos nas leis posteriormente editadas. Além disso, devemos compreender a relação dos povos indígenas com o meio ambiente e a influência disso para a construção de políticas públicas. Dessa forma, o presente artigo tem por finalidade propor uma reflexão sobre as questões acima abordadas e apresentar a possibilidade de utilizar a gestão territorial como instrumento de atuação do Estado em consonância com os povos indígenas, bem como meio de preservação e conservação ambientais.

Este artigo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e tem como tema o desenvolvimento sustentável e sua relação com os povos indígenas, a importância do meio ambiente para os povos indígenas, e, por fim, os povos indígenas e a criação de políticas públicas de gestão ambiental. Não há pretensão de esgotar o tema, uma vez que ele é muito extenso e complexo; no entanto, será abordado de modo bastante didático, para fins de facilitar a compreensão.

## Revisão bibliográfica

A preocupação com a proteção ambiental e os modos de produção e desenvolvimento econômico surgiram com a globalização, que se caracteriza pelas mudanças profundas dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, exigindo da sociedade e do Estado um novo posicionamento.

A preservação ambiental passou a fazer parte dos debates, com foco nos impactos gerados pelas atividades humanas, com vistas a garantir um meio ambiente saudável e equilibrado para todos. Foi com esse intuito que se iniciaram as principais discussões a respeito do tema, em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que produziu a Declaração de Estocolmo.

Após esse momento de reflexão do tema, iniciou-se no Brasil a elaboração de uma das legislações ambientais mais completas do mundo. Nosso país conta com o Código Florestal (Lei Nº 4.771 de 15/09/1965), a Lei da Área de Proteção Ambiental (Lei Nº 6.902 de 27/04/1981), a Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9.605 de 12/02/1998), a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938 de 17/01/1981), a Lei de Recursos Hídricos (Lei Nº 9.433 de 08/01/1997), entre tantas outras.

A preservação ambiental tornou-se tão importante que a própria Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, *caput*, tratou do tema, atribuindo ao poder público e aos cidadãos o dever de construir e manter um meio ambiente saudável e equilibrado:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as **presentes e futuras gerações**. (grifo nosso)

Os instrumentos jurídicos citados, principalmente a Constituição federal, baseiam-se em um princípio importante, o da sustentabilidade, que estabelece a necessidade de corresponsabilidade entre os indivíduos e o poder público quando se trata da manutenção e melhoria do meio em que vivemos, bem como inova o modo como se desenvolverão projetos voltados para essa finalidade.

Ao refletir sobre isso, uma das conclusões a que podemos chegar é os indivíduos que se estabelecem e se desenvolvem no cerne do meio ambiente natural tem um papel importantíssimo no que diz respeito à responsabilidade na utilização adequada de recursos naturais e sua preservação. As normas caminham, então, no sentido de que, ao proteger o meio ambiente, o poder público passa também a incentivar a proteção de minorias populacionais que vivem em contato direto com ele.

Um exemplo dessas minorias são as populações indígenas, consideradas extremamente relevantes para a proteção e preservação ambiental, visto que os locais onde vivem proporcionam um relacionamento muito próximo com a natureza e com o que ela pode lhes oferecer. Acerca disto, a própria jurisprudência de órgãos internacionais de direitos humanos tem se voltado para interpretações normativas com um olhar diferente, ao emitir opiniões no sentido de que a cosmologia indígena tem grande relação com o meio que habitam.

Um exemplo bastante claro pode ser verificado no caso da comunidade indígena Mayagna Awas Tingni contra a Nicarágua, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos - CorteIDH (2001, p. 78), em que se entendeu que:

para as comunidades indígenas **a relação com a terra** não é meramente uma questão de posse e produção, mas sim um **elemento material e espiritual do qual devem gozar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às futuras gerações.** (grifou-se)

Do mesmo modo, no caso da comunidade indígena Yakye Axa vs. Paraguai, a Corte IDH (2005, p. 78) pontuou que:

**A cultura dos membros das comunidades indígenas** corresponde a uma forma de vida particular de ser, de ver e de atuar no mundo, **constituído a partir de sua estreita relação com seus territórios tradicionais e os recursos que ali se encontram**, não apenas por ser em estes seu principal meio de subsistência, mas também porque constituem um elemento integrante de sua cosmovisão, religiosidade e, deste modo, de sua identidade cultural.

Nessa perspectiva Little (2003, p. 264) comenta que “Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado”. Ou seja, o sentimento de pertencimento não está relacionado somente a etnicidade, mas principalmente ao local, ao território ocupado.

Parajuli cunhou, em 1996, o termo “eticidade ecológica”, que se destaca por expressar a compreensão da relação entre os povos indígenas e a natureza. Segundo Moutinho-da-Costa (2011, p. 116):



A noção de etnicidade ecológica refere-se a qualquer grupo de pessoas que **deriva seu sustento e sobrevivência (material ou cultural) da negociação cotidiana com o ambiente imediato**. [...]. Segundo o referido autor, **a etnicidade hoje em dia se produz e se reproduz no âmbito do que ele chama de diversidade biocultural, definida por ele como uma propriedade da natureza, uma prática de cultivar uma totalidade de espécies, populações e comunidades, tanto selvagens quanto domésticas, que constituem a vida de qualquer ecossistema ou bioma. Ou seja, assim como produz passarinhos e árvores, a natureza produz cultura e etnicidades.** (grifou-se)

Ao afirmar que a “natureza produz cultura e etnicidade”, o autor quer dizer que a construção das características cosmológicas dos povos indígenas é desenvolvida por meio das experiências que esses indivíduos têm, a partir de acontecimentos advindos da natureza presenciados desde o seu nascimento, sua origem.

Para os povos indígenas a sua origem, sua cultura, seus valores, o território que ocupam e a sua cosmologia servem como referência para o estabelecimento e a manutenção de relações entre os indivíduos e deles para com a natureza. Assim se posicionou a Corte IDH (2001, p. 78) ao fazer o seguinte apontamento no caso da comunidade Mayagna vs. Nicarágua:

Os indígenas pelo fato de sua própria existência têm direito a viver livremente em seus próprios territórios; **a relação próxima que os indígenas mantêm com a terra deve de ser reconhecida e compreendida como a base fundamental de suas culturas, sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência econômica.** (grifo nosso)

Para as comunidades indígenas, a terra é fonte de construção da sua cosmovisão. Assim, o desenvolvimento de técnicas de sustentabilidade representa o desenvolvimento da própria sociedade e vice-versa.

Nesse sentido, e levando-se em consideração a responsabilidade, tanto da sociedade como do Estado, de proteger e preservar o meio ambiente, é que tem sido desenvolvido políticas públicas de gestão ambiental.

## Materiais e métodos

Para realizar a presente pesquisa utilizou-se o método indutivo, que, para Gil (2008, 10):

[...] parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente constatados dessa realidade.

No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. [...] Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procedemos à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 29).

Quanto à natureza da pesquisa tem-se que esta será aplicada, que, de acordo com Freitas e Prodanov (2013, p. 51), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. A partir deste método poderemos compreender como funciona na prática a utilização dos conhecimento dos povos indígenas na construção de políticas públicas.

Quanto à forma de abordagem, desenvolver-se-á pesquisa qualitativa, que “considera que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 70).

No que se refere aos procedimentos técnicos, ou seja, a maneira pela qual obtivemos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, o presente artigo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura e análise de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações, teses e na pesquisa participante. Além disso, fez-se análise de normas internacionais e nacionais.

## Resultados e discussões

Diante da compreensão de que o território habitado pelas comunidades indígenas tem significado cosmológico, no que se refere às suas crenças, sua cultura e identidade étnica, podemos concluir que a gestão ambiental também tem importância significativa quando se trata do desenvolvimento econômico desses povos.

Além de ser classificado como direito constitucional fundamental, a preservação e proteção ambiental tem como ator o próprio Estado, tendo em vista a corresponsabilidade do poder público e dos indivíduos para com o meio ambiente.

Nesse sentido, o Estado tem desenvolvido diversos projetos que tem como finalidade proteger a biodiversidade e estabelecer meios para utilização sustentável de recursos naturais. Para desenvolvê-los, leva-se em consideração, principalmente, o Desenvolvimento Sustentável, que une a economia à preservação, e oferece uma nova forma de crescimento socioeconômico.

Como o próprio nome já diz, o termo Desenvolvimento Sustentável surgiu a partir de dois conceitos: o de sustentabilidade e o de desenvolvimento. De acordo com Machado (2012, p. 71):

A noção de sustentabilidade funda-se em pelo menos dois critérios: primeiro, as ações humanas passam a ser analisadas quanto à incidência de seus efeitos diante do tempo cronológico, pois esses efeitos são estudados no presente e no futuro; segundo, ao se procurar fazer um prognóstico do futuro, haverá de ser pesquisado que efeitos continuarão e quais as consequências de sua duração.

O meio ambiente, a sustentabilidade e o desenvolvimento, quando analisados conjuntamente, representam o crescimento, levando-se em consideração a preservação ambiental, com vistas garantir um meio ambiente saudável e equilibrado para as gerações do presente e do futuro. Sobre isto, comenta Amado (2014, p. 115) que:

[...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de existência digna das gerações futuras, sendo possível

melhorar a qualidade de vida dos vivos sem prejudicar o potencial desenvolvimento das novas gerações. Será sustentável apenas o desenvolvimento que observe a capacidade de suporte da poluição pelos ecossistemas, respeitando a perenidade dos recursos naturais, a fim de manter bons padrões de qualidade ambiental.

Tendo em vista a importância dos povos indígenas e da sua relação com o desenvolvimento sustentável, torna-se tão importante quanto, que a valorização da proteção ambiental seja também a valorização de povos tradicionais como os povos indígenas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente.<sup>1</sup>

Embora frágeis e pouco expressivos, os programas governamentais vêm incorporando em suas linhas de atuação temas que incluem a interface entre os direitos indígenas e as políticas ambientais, mesmo porque, segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 85% das terras indígenas sofrem algum tipo de interferência pelas mãos de terceiros e apresentam níveis consideráveis de degradação em função da exploração ilegal de recursos naturais nessas áreas e implementação de empreendimentos sem qualquer planejamento ambiental em seu entorno (BRASIL, 2018).

De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos (LITTLE, 2003, p. 268).

No Brasil, podemos indicar como avanço nas relações do Estado com os povos indígenas a criação do Serviço de Proteção aos Índios, que durou de 1910 a 1967, a criação da FUNAI, em 1967, a promulgação do Estatuto do Índio em 1973 (Lei Nº 6.001). A instituição destas políticas públicas e a criação de legislação pertinente àquele povo, provocou o reconhecimento e ampliação, bem como a constitucionalização dos direitos dos povos indígenas.

Internacionalmente, destacamos a percepção da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito da importância dos povos indígenas para

---

<sup>1</sup> Informação disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sca/cex/cart3a.html> . Acesso em 02 de maio de 2018.

o mundo, ao editar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008), que afirma “que o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo (sic) e para a gestão adequada do meio ambiente”.

Para realizar essa gestão adequada foi necessário que o Estado criasse uma relação aproximada com esses povos. Um exemplo de parceria estabelecida com o governo federal foi o Subprograma de Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas (PDPI), parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), de 2001, que financiou pequenos projetos de desenvolvimento sustentável com base na solicitação de associações ou lideranças indígenas (LITTLE, 2003, p. 277).

Atualmente podemos citar como atuação no campo da gestão ambiental a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, instituída pelo Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012. Para a construção dessa Política, de acordo com Bavaresco e Menezes (2014, p. 15), foi realizado processo de consulta aos povos indígenas que “reuniu 1.250 representantes indígenas, pertencentes a 186 povos de todas as regiões do país”.

De acordo com seu Art. 1º, o objetivo principal é:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Assim, identificam-se como ferramentas de gestão territorial e ambiental o etnomapeamento e etnozoneamento que, de acordo com o Art. 2º do mesmo Decreto, caracterizam-se como:

- I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e
- II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento

participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

Para implementar a PNGATI, foram desenvolvidos os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTAS. Segundo Bavaresco e Menezes (2014, p. 25), “Tais planos são instrumentos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas brasileiras, elaborados pelos povos indígenas com o apoio e em diálogo com outros parceiros e o governo”.

Os PGTAs estão embasados nas noções de autonomia, protagonismo e autodeterminação dos povos, no que se refere à negociação e ao estabelecimento de acordos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como à construção coletiva de estratégias, ações e projetos de interesse das comunidades indígenas. Dessa forma, os PGTAs propiciam o fortalecimento dos sistemas próprios de tomada de decisão dos povos indígenas, contribuindo para a valorização do conhecimento deles sobre seus territórios e permitindo a transmissão de conhecimento entre gerações, entre outros benefícios (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 25-26).

O PNGATI, ainda, em seu Art. 4º, apresenta 7 eixos temáticos que direcionam os trabalhos e as práticas da adoção da gestão ambiental, quais sejam: 1) Proteção territorial e dos recursos naturais; 2) Governança e participação indígenas; 3) Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4) Prevenção e recuperação de danos ambientais; 5) Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6) Propriedade intelectual e patrimônio genérico; e, por fim, 7) Capacitação, formação, intercâmbio e educação.

O que se pode notar é o protagonismo dado aos povos indígenas, no que se refere à criação de instrumentos e ações, bem como à sua colocação em prática. O Estado atua apenas como participante nessa construção. Isso demonstra que a mudança de concepção e de significação do desenvolvimento sustentável, iniciada em discussões internacionais na década de 60, resultou na valorização dos povos indígenas e na sua inclusão em posição de liderança na criação de projetos e políticas públicas voltadas para a gestão, proteção e sustentabilidade do meio ambiente.

## Considerações finais

Como pode ser verificado no decorrer do presente artigo, houve uma mudança significativa na percepção global acerca da importância do desenvolvimento econômico que leva em consideração a proteção e preservação ambiental, ou seja, do desenvolvimento sustentável.

Essa mudança influenciou diretamente a construção da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a despeito do que dispõe seu Art. 225, caput, ao determinar que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Carta Magna, portanto, ao estabelecer como direito fundamental a proteção do meio ambiente, possibilitou que os povos indígenas desempenhassem papel principal na gestão dos territórios que habitam, visto que estes são os próprios objetos tutelados. Ressalta-se que a gestão dessas terras é importante em virtude do significado delas para as populações indígenas. Como pode ser verificado no decorrer da reflexão, a construção da cosmologia tem como fundamento a relação desses indivíduos com a natureza.

Nessa perspectiva, foram desenvolvidos os documentos legais apresentados, que evidenciam que os povos indígenas, por terem sua cosmologia intimamente relacionada às suas experiências com a natureza e terem direito originário sobre a terra, são na verdade os principais atores da gestão territorial que tem sido posta em prática pelo Estado, por meio de diversas políticas públicas.

Nesse sentido, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, veio para

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

Houve um grande avanço nas relações políticas entre o Estado e esses povos, o que permitiu a produção de tantos outros documentos legais relacionados ao tema. A constitucionalização dos direitos indígenas foi apenas o primeiro passo para o estreitamento desse vínculo.

A criação do etnomapeamento, previsto no Art. 2º da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, caracterizado pelo “mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas”, leva em consideração os “conhecimentos e saberes indígenas” e indica o protagonismo desses povos na construção de políticas públicas de gestão territorial.

Estes conhecimentos e saberes envolvem diretamente o modo como os povos se posicionam frente a natureza que, conforme pesquisamos, apresenta-se como fonte de sobrevivência comunitária. Essa população tem a consciência de que os recursos naturais podem ser finitos e, portanto, devem ser utilizados de maneira correta.

Isso evidencia a importância da preservação e proteção da fauna e da flora que formam aquele ambiente. O sentimento que possuem de conexão com a terra e seus recursos, deriva-se da construção cosmológica desses povos, e é refletido na construção de planos de gestão territorial, visto que o próprio PGNATI apresenta como um de seus eixos temáticos a participação dos povos indígenas.

Além de valorizar a terra em que vivem, pela possibilidade de preservá-la em conjunto com o Estado, também se dá certa visibilidade à sua cultura, vez que ela determina o modo de vida desses indivíduos e proporciona meios de proteger e preservar a natureza.

A disposição do Estado em continuar produzindo esses projetos e dos povos indígenas em continuar contribuindo para que isso aconteça indica um belo cenário futuro na gestão territorial e ambiental indígena.

## Referências

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquemático**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. Brasília:



GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014. Disponível em: [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Outras\\_Publicacoes/Entendendo%20a%20PNGATI/Entendendo\\_a\\_PNGATI.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Outras_Publicacoes/Entendendo%20a%20PNGATI/Entendendo_a_PNGATI.pdf). Acesso em: 07 maio 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm). Acesso em: 18 maio 2013.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da comunidade indígena Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/1d066bbac6f06f20e3bb0e08e5697c4a.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da comunidade indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/357a11f7d371f11c8a840b78dde6d3e7.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2 ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf). Acesso em: 03 maio 2018.

MACHADO, Paul Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed., rev., atual. e ampl. de acordo com as Leis Nº 12.651/12 e Nº 12.727/12. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MOUTINHO-DA-COSTA, Lara. **Territorialidade e racismo ambiental**: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. *Pesquisa em Educação Ambiental*. v. 6, n. 1, p. 101-122, 2011.

ONU. **Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, março/2018. Disponível em: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf). Acesso em: 3 maio 2018.

# A assistência de caráter preventivo e curativo à saúde como direito do preso recluso na penitenciária

*Karol Stefany Oliveira Rabelo  
Leonardo André Seefeld  
Rui Machado Junior*

## RESUMO

**Importância:** A discussão acerca do tratamento conferido aos presos reclusos em penitenciárias, na realidade brasileira, é significativamente complexa. Envolve, em grande medida, uma análise de direitos, mas vai além, sendo tema importante para aos campos da sociologia, políticas públicas e antropologia. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é apresentar a discussão sobre o direito do preso à assistência à saúde preventiva e curativa. **Metodologia:** Adotou-se a metodologia de pesquisa teórica, caracterizada pela revisão da literatura sobre a temática. Trata-se, assim, de uma pesquisa explicativa, buscando explicar o fenômeno proposto. **Resultados:** Percebe-se que a assistência à saúde envolve o atendimento médico, farmacêutico e odontológico. A simples previsão legal já exige a presença de vários corpos de profissionais da medicina, da psicologia, da farmácia, da odontologia e de diversas outras áreas nos ambientes prisionais. **Conclusão:** A presente pesquisa conclui apontando a existência de um distanciamento bastante considerável entre as determinações legais e a realidade prisional. Esse distanciamento deve-se, sobretudo, à ineficiência na gestão do recurso público, sendo este mal aplicado para a promoção da assistência à saúde. Por fim, indica a urgência na tomada de decisões, sobretudo pelo avanço notável do número de presos que, sem assistência médica adequada, colocam-se como reféns de estruturas inadequadas.

**Palavras-chave:** Assistência preventiva à saúde - Direito do preso.

## Introdução

A discussão acerca do tratamento conferido aos presos reclusos em penitenciárias, na realidade brasileira, é significativamente complexa. Envolve, em grande medida, a análise que do direito, mas vai além, sendo importante para a sociologia, para o campo das políticas públicas e da própria antropologia. Mesmo no que diz respeito à análise estritamente jurídica, tal questão precisa ser abordada sob os mais diversos ângulos, a saber: legal, doutrinário e jurisprudencial.

Mais do que abordar o que determina a legislação brasileira sobre a assistência à saúde de caráter preventivo e curativo em ambientes prisionais, é preciso buscar entender as razões que levam, por exemplo, à inegável ineficiência na prestação desse fundamental serviço.

É preciso reconhecer, inicialmente, que se trata de um tema cuja discussão não pode ser encerrada nos limites estruturais do presente trabalho. Por essa razão, o objetivo aqui será o de apresentar e debater a proteção legal à saúde do preso, por meio da assistência garantida, objetivamente, em Lei. Para isso, será utilizada biografia pertinente ao tema, uma vez que o presente trabalho se constitui em um levantamento teórico. Assim, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Como, inevitavelmente, será analisada a legislação pátria, também se constitui em uma pesquisa de natureza documental.

Justifica-se o presente trabalho pela relevância crucial do tema, uma vez que o Brasil enfrenta um aumento considerável e constante da sua massa carcerária, que deve, obrigatoriamente, ser tratada nos limites da legislação vigente. A questão passa, fundamentalmente, como exposto acima, pela aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana.

## Revisão bibliográfica

Antes de enfrentar o debate sobre a assistência à saúde de caráter preventivo e curativo ao preso, é preciso esclarecer uma premissa bastante básica: o fato de um sujeito recluso cumprir uma pena em regime fechado em razão do cometimento de um crime não exclui a obrigação do Estado em promover o tratamento minimamente digno ao preso.

Diversos são os desafios que envolvem a promoção da assistência à saúde, a iniciar pelo inegável fato de que o próprio ambiente prisional oferece

riscos à saúde de todos aqueles que o integram, a incluir indivíduos que não são, necessariamente, reclusos.

Esta questão é levantada por Cruz:

O ambiente prisional oferece altos riscos, pois a heterogeneidade dos indivíduos confinados proporciona maior exposição a riscos físicos, psicológicos e transmissão de doenças. Torna-se indispensável maior atenção a prevenção de doenças e promoção da saúde de encarcerados, não somente pelos maiores riscos presentes na atmosfera prisional, mas pela carência de ações educativas e preventivas oferecidas (CRUZ, 2012, p. 07).

Esse ponto envolve, necessariamente, a promoção de condições adequadas de higiene, saúde, alimentação, segurança, comunicabilidade e respeito aos direitos humanos. Historicamente, porém, essa é uma realidade distante de grande parte dos presídios. As razões históricas para a dissociação flagrante entre o texto legal e realidade carcerária do país são amplas e têm sido discutidas na literatura sobre o tema.

Assim, primeiramente, deve ser estudado o que determina o texto legal. A assistência à saúde do preso está prevista no Inciso II, do Artigo 11, da Lei Nº 7.210/1984, o qual prevê que a assistência à saúde envolve o atendimento médico, farmacêutico e odontológico. A simples previsão legal já exige a presença de vários corpos de profissionais da medicina, da psicologia, da farmácia, da odontologia e de diversas outras áreas nos ambientes prisionais. Significa, também, que o Estado deve dispor de uma estrutura financeira adequada para a promoção dessa modalidade de assistência.

Em relação à disciplina normativa sobre o direito do preso à assistência à saúde, no caráter preventivo e curativo, deve-se destacar o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, publicado em 2004, pelo Ministério da Saúde, buscando contribuir para a promoção da saúde de pessoas privadas liberdade. O referido Plano estabelece, expressamente, alguns princípios que o fundamenta, a saber:

Ética: não só na concepção da honra, da integridade, da credibilidade, mas, sobretudo, do compromisso.

Justiça: para dar a cada um aquilo que é seu, princípio este que

deve valer para todas as pessoas: brancas ou negras, ricas ou pobres, homens ou mulheres, privadas ou não de liberdade. Cidadania: na perspectiva dos direitos civis, políticos, sociais e republicanos. Direitos Humanos: ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. Referencial constante de homens e mulheres que buscam uma vida em comum mais humana, com dignidade, sem discriminação, sem violência e sem privações.

Participação: entendida como a conquista de espaços democráticos.

Equidade: a virtude de reconhecer as diferenças e os direitos de cada um. Qualidade: na concepção da eficiência, da eficácia e, essencialmente, da efetividade significa estar plenamente comprometido.

Transparência: tida como base de uma gestão que precisa prestar contas às pessoas às quais se destinam os programas, os projetos e as ações sociais.

Não é demais lembrar que esses princípios determinam o sentido da construção das normas. Importante destacar a sua relação com os direitos humanos, sendo descritos como um ideal comum.

As atribuições das equipes de trabalho formuladas pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário são, notadamente, “planejamento de ações; saúde, promoção e vigilância; e trabalho interdisciplinar em equipe”. Com base nesse conjunto de serviços a serem prestados, os profissionais das diversas áreas da saúde devem inserir-se nos ambientes prisionais. Evidentemente, esse trabalho deve ser realizado de maneira interdisciplinar. Os principais desafios à exequibilidade dessas atribuições estão, justamente, nas limitações orçamentárias e estruturais.

Importante apresentar os comentários de Machado sobre o referido Plano Nacional:

Este Plano Nacional possui algumas finalidades bastante específicas que são: prestar assistência integral resolutiva, contínua e de boa qualidade às necessidades de saúde da população penitenciária, contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes que acometem a população penitenciária, definir e programar ações e serviços consoantes com os princípios e diretrizes do SUS, de forma

a proporcionar o estabelecimento de parcerias por meio do desenvolvimento de ações Inter setoriais, contribuindo para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde. As unidades de saúdes implementadas de acordo com o Plano Nacional de Saúde, no âmbito dos estabelecimentos prisionais, assim como os profissionais de saúde atuantes nestas unidades, serão monitorados por meio de sistemas de informações que constituem o Sistema de Informações em Saúde do Sistema Único de Saúde (MACHADO, 2016, online).

Discutindo a questão sob o ponto de vista do direito internacional, também é importante apresentar as conhecidas Regras de Mandela. Nesse documento, presente em compilado de tratados internacionais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, são estabelecidas as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Reforçando a ampla e rigorosa disciplina sobre os direitos dos presos, as referidas regras estabelecem a saúde como um direito básico aos reclusos, respeitando a dignidade da pessoa humana.

Voltando à realidade nacional, outro importante marco normativo é a Resolução Nº 14, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), publicada em 1994, que fixa regras mínimas para o tratamento dos presos, no país.

Para a assistência à saúde, a referida Resolução é clara ao determinar como os estabelecimentos prisionais devem ser estruturados. Assim, será transcrito o Artigo 16 do documento:

Art. 16. Para a assistência à saúde, os estabelecimentos prisionais serão dotados de:

I - enfermaria com cama, material clínico, instrumental adequado a produtos farmacêuticos indispensáveis para internação médica ou odontológica de urgência;

II - dependência para observação psiquiátrica e cuidados a toxicômanos;

III - unidade de isolamento para doenças infectocontagiosas.

Parágrafo único. Caso o estabelecimento prisional não esteja suficientemente aparelhado para prover assistência médica necessária ao doente, poderá ele ser transferido para unidade hospitalar apropriada (BRASIL, 1994).

A despeito da honrosa intenção do legislador, é fato inegável que, passados mais de vinte anos da publicação da referida resolução, são raros os presídios que dispõem de estrutura com enfermarias adequadas, materiais clínicos, dependência estruturada para observação psiquiátrica, dentre outros.

O ponto-chave para compreender a incapacidade do Estado brasileiro em converter as determinações legais em ações concretas que visem, efetivamente, à promoção da assistência à saúde do preso está na inadequação no processo de formulação dessa política pública específica.

É preciso, fundamentalmente, que os critérios políticos sejam colocados em segundo plano, priorizando critérios verdadeiramente técnicos, no que diz respeito à promoção da assistência à saúde dos presos. Contratação de profissionais qualificados, em número suficiente, ampliação e melhoria da estrutura dos presídios, a partir de um investimento racional e adequado. Caso tais políticas públicas não sejam pautadas nesses critérios reais, tem-se uma distorção entre o que determina a Lei e o que se visualiza nos ambientes prisionais.

Para finalizar a discussão eminentemente legal, é preciso destacar um importante marco normativo, do ano presente. Trata-se da Lei Estadual N<sup>o</sup> 1.266, de Roraima. Nela, foi instituído o Padrão de Atendimento Médico e Odontológico nas unidades prisionais e de cumprimento de medida socioeducativa, nos seguintes termos:

Art. 1<sup>o</sup> Fica instituído o Padrão de Atendimento Médico e Odontológico nas unidades prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, preservando a segurança pública, com as seguintes diretrizes: I – independência da estrutura do anexo das edificações do ambulatório e da enfermaria, dentro da própria unidade; II – integralidade do corpo médico, odontológico e de enfermagem próprios; III – disponibilidade de atendimento médico e odontológico emergencial; IV – disponibilidade de atendimento de consultas médicas e odontológicas, internações e microcirurgias; V – demais diretrizes do Sistema Único de Saúde Nacional (RORAIMA, 2018).

Ainda, determina a referida Lei:

Art. 2<sup>o</sup> Fica autorizado o Poder Executivo a construir pequenos ambulatórios e enfermarias em todas as unidades prisionais e



de cumprimentos de medidas socioeducativas do Estado de Roraima para o atendimento médico e odontológico.

§ 1º Os referidos ambulatórios e enfermarias, os quais contarão com médicos, odontólogos e respectivo corpo de enfermagem, poderão realizar até pequenas cirurgias, com regime de funcionamento definido em regulamento. § 2º As novas unidades prisionais somente serão inauguradas, iniciando as atividades administrativas, de ressocialização e/ou socioeducativas, depois de construídos e mobiliados os ambulatórios e enfermarias de assistência médica e odontológica (RORAIMA, 2018).

Fica claro, assim, que, nas mais diversas esferas, encontra-se presente um adequado tratamento legal para a questão da assistência à saúde dos presos. Consideravelmente, é possível discutir, a nível institucional, eventuais melhorias nas diferentes Leis. Entretanto, o ponto principal, como dito acima, está no refinamento do processo de formulação de política pública direcionada à promoção da saúde do preso, com base na eficiência do gasto público e no compromisso com a padronização adequada das estruturas dos diversos presídios do país.

Cabe apresentar, nesse ponto, as distinções entre a prestação de saúde de caráter preventivo e de caráter curativo. A partir da assimilação da etimologia da palavra, o caráter preventivo diz respeito à possibilidade de evitar que o preso adquira doenças, esteja exposto a condições inadequadas de higiene, realize exames preventivos, enfim, diz respeito a todo o conjunto de medidas direcionadas a impedir que o preso coloque a sua saúde em risco, graças às condições prisionais. Nesse aspecto, devem atuar todos os profissionais da área de saúde acima colocados.

Por outro lado, a assistência curativa diz respeito ao conjunto de medidas direcionadas a promover a cura do preso. Uma vez doente, seja por doença passageira, seja por doença crônica, o preso possui o direito de recorrer a tratamentos adequados, tendo acesso a medicamentos, procedimentos, consultas e exames. O tolhimento da sua liberdade, por parte do Estado, deve estar condicionado ao oferecimento das condições para que os reclusos possam tratar eventuais doenças que venham a ter.

Não se deve estabelecer, assim, qualquer grau de hierarquia entre a assistência preventiva a curativa à saúde, no ambiente prisional, devendo ambas ser promovidas pelo Estado, que fica responsável pela integridade dos presos.

A medicina curativa é explicada por Nascimento nos seguintes termos:

A Medicina Curativa atua quando a doença já se instalou no paciente, devendo ser tratada a partir de então. A Constituição Brasileira quando se refere à ‘recuperação’ (art. 196), está tratando do dever estatal de recuperar a saúde dos cidadãos quando estes já apresentam enfermidades. Essa visão curativista perdurou por um bom tempo, contudo, com a evolução da Medicina, os profissionais começaram a perceber que através de medidas eficazes de cuidados com a saúde, muitas doenças poderiam ser evitadas, por intermédio de ações, em muitos casos simples, como os cuidados com higiene pessoal e hábitos alimentares. A visão da prevenção começa, então, a surgir trazendo uma nova Medicina, a Medicina Preventiva (NASCIMENTO, 2008, p. 13).

A medicina preventiva, por sua vez, é entendida por Elida Séguin da seguinte forma: “Como o próprio nome indica, consiste de ações que visam prevenir o aparecimento ou evolução das doenças, na velha certeza de que é melhor prevenir do que remediar” (SÉGUIN, 2005, p. 25).

Analisando as distinções básicas, percebe-se que um forte investimento em medicina preventiva pode ser capaz de evitar a atuação intensa da medicina curativa. Essa questão parece particularmente clara ao se perceber que, uma vez que o preso possa ter acesso a exames de rotina, educação sobre os cuidados com a saúde e adequadas condições de higiene, por exemplo, estará menos condicionado a adquirir doenças e necessitar da atuação da medicina curativa.

Diversos são os desafios que envolvem a promoção da assistência à saúde, a iniciar pelo inegável fato de que o próprio ambiente prisional oferece riscos à saúde de todos aqueles que o integram, a incluir indivíduos que não são, necessariamente, reclusos.

A questão é levantada por Cruz:

O ambiente prisional oferece altos riscos, pois a heterogeneidade dos indivíduos confinados proporciona maior exposição a riscos físicos, psicológicos e transmissão de doenças. Torna-se indispensável maior atenção a prevenção de doenças e promoção da saúde de encarcerados, não somente pelos maiores riscos presentes na atmosfera prisional, mas pela carência de ações educativas e preventivas oferecidas (CRUZ, 2012, p. 07).

Dessa maneira, a atenção à prevenção de doenças entre os presos deve ser redobrada. Diversos fatores contribuem para o fenômeno, como, por exemplo, a ausência quase total de políticas direcionadas às ações educativas para que se previna das mais variadas doenças, nos ambientes dos presídios.

Sarlet chama a atenção para as particularidades do direito constitucional à saúde, nos seguintes termos:

Em virtude de sua vinculação com a concepção de um Estado social e democrático de Direito, como garante da justiça material, os direitos fundamentais sociais reclamam uma postura ativa do Estado, visto que a igualdade material e a liberdade real não se estabelecem por si só, carecendo de uma realização. Os direitos sociais estão vinculados com a necessidade de se assegurar as condições materiais mínimas para a sobrevivência e, além disso, para a garantia de uma existência com dignidade (SARLET, 2001, p. 85).

Outro relevante desafio diz respeito ao aumento vertiginoso da população carcerária brasileira, nas últimas décadas. Nesse sentido, diversos são os exemplos, que podem ser acompanhados pelos mais diversos meios jornalísticos, de presídios lotados a um nível verdadeiramente desumano, cuja simples sobrevivência apresenta-se como um desafio diário. Dado isso, a promoção da assistência à saúde supõe-se uma tarefa grandiosa e complexa, mas que deve, permanentemente, ser enfrentada pelas autoridades responsáveis.

## **Materiais e Métodos**

A abordagem do tema do presente artigo deve ser realizada de maneira interdisciplinar. Muito embora os legisladores sejam os responsáveis pela formulação, discussão e elaboração das Leis referentes aos temas, gestores públicos, autoridades públicas e demais indivíduos envolvidos na gestão das unidades prisionais devem estabelecer canais de comunicação para a melhoria da eficiência no investimento público direcionado à prestação da assistência à saúde. A todos esses atores acima citados, deve-se incluir os profissionais da saúde.

A promoção dos direitos humanos viabiliza-se através de políticas públicas direcionadas à promoção da assistência à saúde. Complexo é o debate entre direitos humanos e sistema penitenciário, sendo inegável a

aplicação dos direitos básicos a uma existência digna aos apenados. Não se pode confundir, primordialmente, a reclusão com o abandono. Como já dito e reiterado, uma vez que o Estado assume o poder de retirar a liberdade de um indivíduo que cometeu um crime, deve ele se responsabilizar pela integridade física desse indivíduo, o que inclui a prestação da assistência à saúde, nas suas mais diversas formas.

Portanto, como dito inicialmente – e apresentado no corpo do desenvolvimento da presente pesquisa – a questão enseja uma abordagem legal, doutrinária e jurisprudencial, além de um enfoque para além dos limites do direito. Trata-se, na atualidade, de uma das questões mais centrais da realidade social do país, cuja inobservância, por parte das autoridades públicas, somente contribuirá para o seu agravamento. Por essa razão, é fundamental a ampliação do debate, notadamente por parte da comunidade acadêmica, a fim de que se considere a extensão dos problemas relativos à prestação da assistência à saúde preventiva e curativa nos ambientes prisionais, para que seja possível, finalmente, encontrar eventuais soluções que, obrigatoriamente, envolvem planejamento e visão a longo prazo.

## **Resultados e Discussões**

O objetivo do presente trabalho foi apresentar a discussão sobre o direito do preso à assistência à saúde preventiva e curativa, no campo dos ambientes prisionais. Nesse sentido, foi necessário recorrer às diversas Leis, tratados e resoluções que regem o tema, bem como à bibliografia pertinente à abordagem.

A presente pesquisa conclui apontando a existência de um distanciamento bastante considerável entre as determinações legais e a realidade prisional. Esse distanciamento deve-se, sobretudo, à ineficiência na gestão do recurso público, sendo este mal aplicado para a promoção da assistência à saúde.

A simples observância discursiva do texto constitucional, da Lei de Execução Penal e das diversas outras modalidades legais sobre o tema não é suficiente, por óbvio, à promoção efetiva do direito à assistência à saúde preventiva e curativa, no âmbito das prisões.

É preciso desenvolver ações integradas. Tais ações envolvem compromisso com o investimento do dinheiro público e, igualmente,

atividades realizadas de maneira interdisciplinar, promovidas por agentes públicos, governos e profissionais da saúde.

Toda a questão passa, inevitavelmente, pelo respeito aos direitos humanos, entendidos como aplicáveis à toda a massa carcerária do país, independentemente da natureza do crime cometido e da unidade prisional em que se encontra.

Por fim, conclui apontando pela urgência na tomada de decisões, sobretudo pelo avanço notável do número de presos, no país, que, sem uma assistência adequada, colocam-se como reféns de estruturas inadequadas, que, sem corretamente geridas, podem garantir uma existência digna, a despeito da perda liberdade, pautada na promoção da saúde, na sua modalidade preventiva e curativa.

### **Considerações Finais**

A presente pesquisa conclui apontando a existência de um distanciamento bastante considerável entre as determinações legais e a realidade prisional. Esse distanciamento deve-se, sobretudo, à ineficiência na gestão do recurso público, sendo este mal aplicado para a promoção da assistência à saúde.

Por fim, indica a urgência na tomada de decisões, sobretudo pelo avanço notável do número de presos que, sem assistência médica adequada, colocam-se como reféns de estruturas inadequadas. Sistemas prisionais corretamente geridos, podem garantir uma existência digna, a despeito da perda da liberdade, pautada na promoção da saúde, na sua modalidade preventiva e curativa.

### **Referências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**, 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Regras de Mandela:** Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos /Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça. 1. ed., Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

BRASIL. **Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994.** Resolve fixar as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. 1944.

CRUZ, Joseandra Sanderson da. **Assistência integral à saúde dos prisioneiros: uma reflexão.** 2012, 20f. Monografia (Especialização em Gestão da Organização Pública em Saúde – AeD) – Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Palmeiras das Missões, Rio Grande do Sul, 2012.

MACHADO, Cristiano. **Violação do direito à saúde do preso:** a prevalência da tuberculose no sistema prisional. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53888/violacao-do-direito-a-saudedo-pres-a-prevalencia-da-tuberculose-no-sistema-prisional>. Acesso em: 06 jun. 2018.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira. **Direito à saúde:** medicina preventiva e o câncer de mama. Trabalho apresentado ao Concurso de Monografias “Nós Podemos Paraná”. Na modalidade artigo sobre políticas públicas. Curitiba – PR, 2008.

RORAIMA. **Lei Nº 1.266, de 10 de abril de 2018.** Institui o Padrão de Atendimento Médico e Odontológico nas unidades prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, preservando a segurança pública, e dá outras providências, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 1988. In: **Revista Diálogo Jurídico**, ano 1, v. 1, 2001.

SÉGUIN, Elida. **Biodireito.** 4.ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

# A saúde da tropa: um diagnóstico sobre o Índice de Massa Corporal do efetivo da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará

*Mário Luís Cardoso Oliveira  
Jeanderson da Silva Saraiva  
Simone Souza da Costa  
Rodolfo Gomes do Nascimento*

## RESUMO

**Objetivo:** O trabalho objetiva analisar e quantificar o Índice de Massa Corporal dos Policiais Militares pertencentes ao efetivo da Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará, uma vez que os índices de sobrepeso tem atingido grande parcela da população mundial, conforme apresentado pela Organização Mundial de Saúde (2018), o que pode influenciar na saúde física e/ou mental do policial. **Metodologia:** Trata-se de uma abordagem quantitativa de caráter descritivo, realizado por meio de pesquisa de campo, em que se coletaram os dados necessários para o cálculo do IMC da população em análise, os quais foram confrontados com a literatura pertinente ao caso. Insta salientar que a população foi composta por todo o efetivo pronto da CIOE, que corresponde a 50 policiais militares. **Resultados:** Os resultados indicaram que 76% do efetivo analisado apresenta excesso de peso ou obesidade. **Palavras-chave:** Índice de massa corporal; Polícia Militar; Saúde; Sobrepeso.

## Introdução

Em segurança pública, os males à saúde dos policiais militares têm despertado intenso interesse por parte de pesquisadores, os quais têm direcionado seus estudos para doenças patológicas e/ou traumatológicas, apontadas como frequentes entre os trabalhadores das instituições castrenses, conforme prelecionam Bezerra e Neves (2010) e Minayo, Souza e Assis (2013).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2018), a ausência de atividades físicas, bem como má qualidade alimentar, são hábitos irregulares

que contribuem de maneira significativa para o sedentarismo e obesidade, sendo que desde 1975 a obesidade quase triplicou em todo o mundo, e em 2016 mais de 1.900 bilhões de adultos com 18 anos ou mais estavam acima do peso, dos quais mais de 650 milhões eram obesos. No entendimento de Santos et al. (2017), a atividade policial pode diminuir os níveis de aptidão física relacionada à saúde além de potencializar a possibilidade do desenvolvimento da obesidade e de doenças relacionadas ao sobrepeso.

Para Dórea et al. (2008), a prática de exercícios físicos, aliada à alimentação saudável, são fatores que contribuem de maneira significativa para melhora na qualidade de vida do indivíduo, uma vez que é capaz de combater e prevenir uma série de doenças como obesidade, hipertensão, problemas cardiovasculares, diabetes, dentre outras. Por conta disso, a Organização Mundial de Saúde (2018) recomenda a prática de trinta minutos de atividade física, por, no mínimo, cinco dias por semana. Resta evidente, que a atividade policial requer um bom condicionamento físico por parte do agente de segurança, o qual é submetido à grande carga de estresse e esforço físico em suas atividades laborais, de sorte que um indivíduo mal condicionado fisicamente e com a saúde debilitada certamente proporcionará um serviço de baixa qualidade ao cidadão.

Insta salientar que, mesmo com a vigência do imperativo contido na Resolução Nº 003/2014-PMPA, a qual estabelece que policiais militares devam ser submetidos ao Teste de Aptidão Física uma vez por ano, sendo necessário, portanto, uma prévia inspeção de saúde, objetivando constatar ou não que o policial apresenta condições físicas de ser submetido ao teste físico em comento; na prática, há um total desrespeito ao regramento em vigor. Os fatos apresentados originaram a necessidade em esclarecer qual a condição de saúde dos policiais militares pertencentes ao efetivo da Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará, unidade policial escolhida por representar a “elite” da força policial estadual, de sorte que estes militares deveriam estar em melhores condições físicas, quando comparados aos policiais de outras unidades da corporação.

De acordo com Caltran (2012), no caso da avaliação de populações, o cálculo do índice de Massa Corporal (IMC) é um dos métodos mais simples, sendo considerado de fácil aplicação e baixo custo para sua realização; além disso, gera indicadores capazes de identificar grupos que necessitam de uma intervenção nutricional. Desta forma, é um dos métodos mais utilizados



para avaliar a composição corporal de grandes grupos de indivíduos em estudos epidemiológicos.

## Revisão bibliográfica

As características peculiares da atividade policial militar no âmbito da segurança pública exigem de seu profissional, além dos conhecimentos técnicos, a boa saúde como fator primordial na preservação da ordem pública. Nesse processo verifica-se a inserção dos policiais militares enquanto agentes de segurança pública, os quais necessitam de boas condições de saúde nos aspectos físico, mental e emocional para atender com eficiência às demandas da sociedade, contribuindo para a preservação da ordem pública (PATE, 1988; BEZERRA, 2004).

Se considerarmos a rotina policial vivenciada por riscos e as ameaças constantes durante a operacionalidade de enfrentamento à criminalidade e a violência, aliado às cobranças excessivas e acumuladas do trabalho administrativo da caserna, qualificamos este profissional a uma condição razoável de saúde física e mental. Essa combinação implica em acompanhamento minucioso e rigoroso sobre o bem-estar do policial militar no ambiente de trabalho.

Neste diapasão, mostra-se oportuno o estudo das condições de tropas especializadas, a exemplo da Companhia de Operações Especiais - CIOE da Polícia Militar do Pará, que, pelo objetivo de emprego tático em último esforço para situações consideradas de alto risco, cobra de seu efetivo um alto rendimento. Santos e Fernandes Junior (2007) descrevem que o perfil dos policiais militares numa tropa de operações especiais (Batalhão de Operações Especiais-BOP) se insere, não apenas ao atributo da saúde física, mas também mental. Essa condição se dá pela complexidade e simultaneidade de atividades exigidas durante ocorrências de sua alçada, tais como: distúrbios em presídios, diligências em zonas rurais e assaltos a bancos, aliado à carga de armamentos e equipamentos conduzidos em cada operação como capacetes, armas longas e curtas, coletes e demais aprestos durante um longo intervalo de tempo. Nessas condições, remetemo-nos a considerar que a saúde do policial é fator preponderante para resultados eficazes em missões especiais.

Contudo, esse cenário elevado de estresse, desgastes físicos e emocionais tende a acarretar, segundo Minayo, Assis e Oliveira (2008), problemas graves de saúde, como: obesidade, agravos gastrintestinais, hipertensão arterial,

doenças coronarianas e o desenvolvimento de alguns tipos de câncer, dentre outros agravos.

O esforço extremo aliado ao estilo de vida e fatores ambientais e genéticos do policial militar propicia o surgimento de doenças. Cardoso e Number (2017) revelaram em pesquisa recente que 23,74% do efetivo da Polícia Militar do Pará estiveram ausentes do policiamento por problemas de saúde no ano de 2015, e em 2016 o afastamento foi de 21,5% do efetivo da corporação. Constataram ainda que as principais moléstias para o afastamento foram as traumatológicas e psiquiátricas, obtendo, respectivamente, nos dois anos a soma de 3.303 e 2.494 notificações observadas. Os dados permitem aguçar uma preocupação com a saúde das tropas de operações especiais, ao passo que pelas atividades extremas na segurança pública estão próximos das enfermidades relatadas.

Em estudo realizado por Santos et al. (2017), foi verificado que 73% dos policiais do 19º Batalhão a Polícia Militar do Interior do estado de São Paulo apresentam sobrepeso ou obesidade em suas avaliações de IMC. Vê-se, pois, que a manutenção da saúde do policial militar perpassa por uma combinação de variáveis, da vida social ao ambiente de trabalho. Na visão de Amador (2000), saúde não é um estado, mas sim um processo dinâmico na busca de equilíbrio entre o cidadão e o trabalho. Essa dimensão permite que os gestores invistam na qualidade de vida do policial e na salubridade do ambiente, que, segundo Reis Junior et al. (2017) este investimento não pode ser visto como uma regalia, mas sim como medida importante de proteção ao seu bem-estar. Portanto, percebe-se que a segurança pública começa pela valorização de seu maior patrimônio, que é o cidadão.

## **Material e métodos**

A pesquisa teve caráter descritivo e foi realizada por meio de análise quantitativa. Para isso foram utilizados dados referentes ao mês de março de 2018. Participaram do estudo 50 policiais militares da Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), unidade policial militar sediada na cidade de Belém/PA. Todos os indivíduos avaliados são do sexo masculino, com idade média de 38 (trinta e oito) anos e que atualmente formam o efetivo total disponível para as atividades operacionais da companhia. Como a totalidade da população foi examinada, costuma-se denominar tal prática de censo ou recenseamento, o que, nas palavras de Guimarães (2008), consiste

no somatório dos elementos que estão sob discussão e dos quais se deseja informação, a fim de conhecer uma ou mais características. Os dados foram coletados por uma equipe formada por oficiais e praças da CIOE, chefiada por um oficial formado em Educação Física.

A massa corporal foi aferida com uma balança digital portátil da marca Mondial, com capacidade máxima de 150 kg e precisão de 100g. As medidas foram realizadas sempre com a mesma balança. Os avaliados foram posicionados em pé, com pés descalços, com a menor quantidade de roupa possível e voltados para frente da escala de medida. Os avaliados subiram cuidadosamente na balança, colocando um pé de cada vez e se posicionando no centro do equipamento, sendo tomada apenas uma medida.

A medida de altura dos avaliados fora realizada com um estadiômetro, sendo aferida com os indivíduos descalços, em pé com as pernas paralelas, peso proporcionalmente distribuído nos dois pés, braços relaxados na lateral do corpo e mãos com palmas voltadas para o corpo. Os avaliados estavam com as costas voltadas para a parede, buscando encostar-se a ela, calcanhar, panturrilha, nádegas, costas e a parte posterior da cabeça. Com base nas duas medidas realizou-se o cálculo do índice de massa corpórea (IMC), por meio da divisão da massa corporal pelo quadrado da estatura, índice proposto por Quelet, em 1835, que foi adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1977 (GRECCO, 2012).

A análise respeitou os aspectos éticos envolvidos em atividades de pesquisa que implicam seres humanos, regulamentados pelas Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, por meio da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. As informações obtidas foram inseridas em Ficha de Anotações de Dados Individuais e, para preservar os aspectos éticos e legais, após ciência dos objetivos deste estudo, os avaliados assinaram um termo de consentimento, garantindo a todos o anonimato.

## **Resultados e discussões**

Os dados foram tabulados utilizando o programa Microsoft Excel 2010 e analisados usando a estatística descritiva, por meio de variáveis do IMC, idade, massa corporal e altura dos policiais militares avaliados. Além das médias dos valores, também foram calculadas suas medidas de tendência central. Os dados foram explicitados por meio de tabelas e gráficos, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Observou-se que os integrantes da CIOE possuem composições corporais diferentes (heterogêneas) e não são classificados como atletas, assim definido por Miguel (2013) como o sujeito que pratica desporto de rendimento, visando alcançar determinados resultados. Dessa forma, o IMC consiste em índice com grande validade ao caso apresentado. É possível, portanto, observar que o efetivo, em sua maioria, apresenta o IMC acima do indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que sugere a necessidade de acompanhamento de profissional de Educação Física junto ao efetivo da organização castrense em comento, objetivando atingir os parâmetros recomendados (Tabela 1).

**Tabela 1:** Classificação, segundo a Organização Mundial de Saúde, do efetivo pronto da Companhia Independente de Operações Espaciais da Polícia Militar do Pará em março de 2018, a partir do Índice de Massa Corporal

Índice de Massa Corporal	Classificação	Policiais pertencentes ao efetivo da CIOE
Menor que 18,5	Abaixo do peso normal	-
18,5 – 24,9	Peso normal	12
25,0 – 29,9	Excesso de peso	31
30,0 – 34,9	Obesidade Classe I	6
35,0 – 39,9	Obesidade Classe II	1
Maior ou igual a 40,0	Obesidade Classe III	-

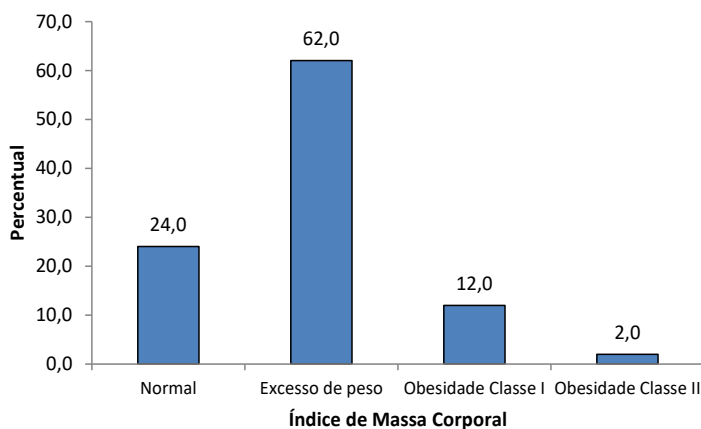
**Fonte:** Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (2018).

Ao ser realizado o tratamento estatístico com base nos dados coletados encontramos o IMC do efetivo operacional da CIOE, dividido de acordo com a classificação da OMS, no qual se observa que 24% (12 policiais) apresentam o peso normal, 62% (31 policiais) se encontram com excesso de peso, 12% (seis policiais) apresentam obesidade classe I e 2% (um policial) se encontram com obesidade classe II, o que totaliza uma representação de 76% do efetivo com o peso acima do que é recomendado (Figura 1).

Em relação aos níveis de excesso de peso e obesidade, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) solicitou uma pesquisa, realizada pela Fundação Fiocruz (2012), na qual foi identificado que de cada três

policiais militares dos batalhões da Polícia Militar do Rio de Janeiro dois estão acima do peso. Foram analisados 1.108 policiais, em que foi constatado que 52% da amostra encontram-se em situação de sobrepeso e 15% em situação de obesidade, conforme assevera Santos (2017), níveis menores que os encontrados na pesquisa realizada com os policiais da CIOE, que apresentam 62% dos policiais com excesso de peso e 14 % apresentando obesidade.

**Figura 1:** Classificação do efetivo pronto da Companhia Independente de Operações Espaciais da Polícia Militar do Pará, de acordo com o Índice de Massa Corporal, em março de 2018



**Fonte:** Construção dos autores.

Para se chegar a essa conclusão, foi necessário coletar dados referentes à idade, massa corporal e altura, para então se calcular o índice de massa corporal de cada um dos integrantes da população analisada, que consistiu em 50 (cinquenta) policiais militares, representando todo o efetivo pronto da Companhia Independente de Operações Especiais da PMPA.

De acordo com a Tabela 2, ratifica-se a assertiva que o efetivo da CIOE se encontra com excesso de peso, em que a média do IMC está em 27,36 kg/m<sup>2</sup>, enquanto o limite para ser considerado normal é de 24,9 kg/m<sup>2</sup>, conforme apresentado em linhas pretéritas. Da tabela apresentada, ainda pode-se inferir que mais da metade do efetivo apresenta IMC maior que 26,91 Kg/m<sup>2</sup>.

**Tabela 2:** Idade, massa corporal, altura e IMC do efetivo pronto da Companhia Independente de Operações Espaciais da Polícia Militar do Pará em março de 2018

Dados do Efetivo	Efetivo Pronto (n=50)	Observações (f)	Média (X)	Mediana (Me)
Idade (anos)	24I----I51	50	38	34,5
Massa Corporal (Kg)	65 I----I109	50	77,79	83,33
Altura (m)	1,55 I----I1,83	50	1,7	1,71
IMC (Kg/m <sup>2</sup> )	21,3I----I38,1	50	27,36	26,91

**Fontes:** Construção dos autores.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2014) mostra que a média da população brasileira em excesso de peso é cerca de 50,8%, e 17,5% em obesidade. Essas informações apresentam dados alarmantes, uma vez que os IMC elevados aumentam as chances de desenvolvimento de doenças relacionadas ao excesso de peso, como pressão arterial elevada, diabetes, entre outras. Estudos apresentados por Santos (2018) destacam que no 19º Batalhão da PM/SP foi observado que o índice de policiais militares analisados está acima da média nacional, em comparação aos valores de IMC recomendados pela OMS, com um total de 73% dos militares com excesso de peso.

Dessa forma verifica-se a preocupação com o efetivo da CIOE, que apresenta números ainda mais preocupantes, já que 76% do efetivo pronto para o serviço está com excesso de peso ou obesidade. Esse resultado mostra a necessidade urgente de um trabalho direcionado para a diminuição dos valores do IMC, por meio de exercícios orientados, bem como adequação das escalas de serviço e folga, com tempo destinado para a implementação de planos de treinamento voltados para a perda de peso corporal.

### Considerações finais

Os dados apresentados indicam que o Índice de Massa Corporal da população analisada está consideravelmente acima dos níveis considerados normais pela Organização Mundial de Saúde, fato que pode contribuir para o aumento da obesidade, surgimento de doenças relacionadas ao sobrepeso, declínio na qualidade de aptidão física e, consequentemente, o comprometimento na qualidade de serviço prestado à sociedade.

A Companhia Independente de Operações Especiais da PMPA, por conta da peculiaridade de suas atividades, representa a elite das forças policiais no estado, ao passo que 76% de seu efetivo pronto para o serviço apresenta excesso de peso ou obesidade, fato que demonstra a gravidade da problemática ora apresentada, de sorte que objetivando dirimir tal problemática, que assola considerável parcela da população mundial, cabe aos gestores investirem na qualidade de vida do policial e em seu ambiente de trabalho, medidas de extrema importância para proteção do bem-estar do agente público.

Faz-se necessário, portanto, realizar um trabalho direcionado para redução dos níveis de IMC dos policiais, o que certamente contribuirá consideravelmente na melhoria dos serviços prestados no que tange à preservação da ordem pública, uma vez que a atividade policial militar, não raramente, exige a prática de esforços de longa duração, longos períodos acordados, submissão à forte carga de estresse e uso da força física.

## Referências

AMADOR, F.S. Trabalho e saúde - considerações a respeito da Categoria dos policiais militares. **O Alferes**, v. 15, n. 52, p. 47-60. Belo Horizonte, 2000.

BELMONTE, A. A.; MELLO, L. P. V.; BASTOS, G. A. C. **Os aspectos jurídicos da lei Pelé frente às alterações da Lei Nº 12.395/2011**, São Paulo, 2013.

BRASIL. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica**. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/imc>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BEZERRA, M. L. S; NEVES, E. B. Perfil da produção científica em saúde do trabalhador. **Saúde Soc.**, v. 19, n. 2, p. 384-394. São Paulo, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde; Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, 2013.

CALTRAN, P. Utilização do Índice de Massa Corporal para estimativa do Estado Nutricional de Funcionários de uma Empresa do Ramo Químico. **Saúde em foco** / UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa. - Amparo: UNISEPE, 2012.

CARDOSO, I.; NUMMER, F. Adoecimento na Polícia Militar do Pará: uma realidade a ser desvelada. **Revista Brasileira Militar de Ciências**. v. 2, n. 5, p. 25-30, 2017.

SANTOS, E. O. Análise do índice de Massa Corporal dos Policiais do 19<sup>o</sup> Batalhão da Polícia Militar do Interior do Estado de São Paulo. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, v. 21, n. 03 p. 41-45. Dezembro, 2017.

DÓREA, V.; et al. Aptidão física relacionada à saúde em escolares de Jequié, BA, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 6, nov. /dez., 2008.

GRECCO, M. S. M. Validação de Índice de Massa Corporal (IMC) ajustado pela massa gorda obtido por impedância bioelétrica. Orientador Alceu Afonso Jordão Júnior. Ribeirão Preto: **Tese de Doutorado**, 2012.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Exercício físico na promoção da saúde. Londrina, PR: Midiograf, 1995.

GUIMARÃES, P. R. B. Métodos Quantitativos Estatísticos. Guimarães, Paulo Ricardo Bittencourt. — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MINAYO, M. C. S; ASSIS, S. G; OLIVEIRA, R.V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO, M. C. S; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R.V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Rev. Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

REIS JUNIOR, J. Avaliação da composição corporal em Policiais militares do 22<sup>o</sup> Batalhão da Polícia Militar de Trindade – GO. **Revista Brasileira Militar de Ciências**. v. 2, n.5, p. 31-36, 2017.

SANTOS, E. O.; et al. Análise do índice de massa corporal dos policiais do 19<sup>a</sup> Batalhão de Polícia Militar do interior do Estado de São Paulo. **Rev. Corpoconsciência**, v. 21, n. 3, set./dez., Cuiabá-MT, 2017.

SANTOS, M. R; FERNANDES FILHO, J. Estudo do perfil dermatoglífico, somatotípico e das qualidades físicas dos policiais do batalhão de operações especiais (PMERJ) no ano de 2005. **Fit Perf J**, v. 6, n. 2, p. 98-104, 2007.



# Acompanhamento do nível de estresse policial para saúde da segurança pública

*Wesley Bomfim Siqueira*

*Edevaldo Sousa Gomes*

*Katianne Cabral Nunes Mattos*

## RESUMO

**Importância:** O policial militar trabalha de maneira ostensiva, podendo se deparar com diversos tipos de ocorrências, que em geral envolvem o risco da própria vida, dos companheiros e da população. Essa peculiaridade da atividade acarreta a necessidade de um exame rápido das situações para a tomada de decisão emergencial no próprio local dos fatos. Todos esses fatores potencializam o surgimento do estresse, o que torna necessário a busca pela prevenção e controle do estresse, depressão e suicídio. **Objetivo:** Este trabalho objetiva o estudo da influência do estresse na atividade policial pela identificação das reais fontes do estresse bem como das diversas fases para a plena saúde mental do policial. **Metodologia:** Esta pesquisa é do tipo bibliográfico, aplicada por meio da combinação do método quantitativo e qualitativo, baseado em um estudo de caso. Os dados foram coletados entre 2014 a 2017 em uma amostra de 87 policiais. É um tipo de amostra probabilística com conglomerados, com dados coletados por meio de um questionário do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (2010). Esse instrumento foi desenvolvido por Lipp e Guevara para medir o nível de estresse global. **Resultados:** Os resultados representam uma fonte eficiente para acompanhamento e tratamento da saúde mental dos policiais militares, sobretudo no combate ao crescente aumento dos índices de suicídio de policiais. **Conclusão:** O estudo da saúde mental e o acompanhamento psicológico dos militares da ativa é um meio eficiente e necessário para tratar o estresse a depressão e evitar o suicídio dos ocupantes dos órgãos de segurança pública.

**Palavras-chave:** Estresse; Questionário; Saúde mental; Suicídio.

## Introdução

A evolução da violência destaca a necessidade de se ter, em atividade, policiais física, técnica e psicologicamente capazes de atuar em situações de risco elevado, reações imediatas e consequências para ambos os lados. Essa necessidade de manter o bem-estar mental, destaca-se, sobretudo em relação aos policiais militares, haja vista serem eles os profissionais que lidam diretamente com o crime e a violência. Recentemente as pesquisas apontam que é grande o número de policiais brasileiros que tiram a própria vida. E esse número só tem crescido em proporção maior que o da população de maneira geral. O suicídio cometido por policiais militares têm inúmeros fatores, sendo que se destaca como uma das causas o estresse ocupacional. Com vista a evitar a evolução do estresse e conseqüentemente o pensamento suicida é que se busca identificar o nível do estresse do policial e tratá-lo de maneira adequada.

Diante disso, este estudo é relevante para segurança pública, uma vez que suscita uma análise sobre a necessidade de garantir a saúde mental do policial pelo acompanhamento do nível de estresse, para que a própria segurança pública se mantenha saudável. Este trabalho tem por escopo apresentar um estudo da influência do estresse na atividade policial, bem como a importância de identificar a fase do estresse em que o policial se encontra, para que seja aplicado o tratamento adequado.

## Revisão bibliográfica

A Polícia Militar é uma instituição constitucionalmente prevista, que atua como braço do Estado para a manutenção e garantia da segurança pública. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no Art. 144, §5, estabelece à Polícia Militar a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Essa sublime missão de planejar, coordenar e executar as atividades de preservação da ordem pública requer dos profissionais que o exercem a plena capacidade física e psicológica.

Para tanto, o Estado se depara não apenas com a necessidade de dispor de profissionais física e tecnicamente preparados, mas também com a responsabilidade de garantir que esses profissionais da segurança pública, sobretudo aqueles que se encontram na linha de frente no combate à violência, estejam no gozo da plena saúde psicológica.

Garantir a manutenção do bem estar emocional dos policiais se revela como tema essencial ao estudo, debate e esforço por parte do estado e da sociedade. Essa necessária atenção se deve à imprescindível função exercida por esses profissionais.

Recentes pesquisas revelam que é grande o número de policiais brasileiros que tiram a própria vida. E esse número só tem crescido, mesmo com o aumento de campanhas de combate ao suicídio. Esse crescimento de policiais militares em situação de atividade que cometem suicídios têm inúmeros fatores desencadeadores dessa prática. Todavia condições características dessa profissão podem aumentar a predisposição, desses profissionais, em tirar a própria vida, posto que a atividade policial, em comparação aos profissionais das demais áreas de trabalho, é uma categoria profissional que lida diretamente com conflitos e por isso reúne inumeráveis fatores de estresse.

A diferença entre as taxas de suicídio praticados por policiais e a população em geral deixa em evidência a necessidade de alcançar soluções que impeçam essa prática.

Segundo Musumeci e Muniz (1998, p. 30) “Vale ressaltar, ainda, que, embora não tenha sido registrado nenhum caso de suicídio de policial militar em 1994, a taxa de 1995 foi 7,6 vezes superior à da população, ainda que 100% das mortes tenham acontecido durante a folga do policial”, o que assevera a expressiva diferença dos índices de suicídio entre a população e os policiais.

Semelhantemente, Miranda e Guimarães (2016, p. 1) asseveram que “A taxa de suicídio de policiais de Nova York foi o dobro da taxa da população geral em 1994”.

Malgrado, não exista unanimidade entre os estudiosos sobre a afirmação de que o suicídio entre policiais seja maior que entre a população de maneira geral, é incontestável o fato de que se trata de uma profissão altamente arriscada e estressante.

Ressalta-se ainda que, é baixa a concretude dos dados e as divergências entre as poucas estatísticas existentes sobre o fato. Para Musumeci e Muniz (1998), o número de suicídio entre policiais é sempre subestimado, haja vista que em razão da profissão a morte auto-infligida pode ser facilmente mascarada, de modo que “o policial com tendências suicidas pode, por exemplo romper, intencionalmente, os expedientes de segurança, expondo-se ao risco desnecessário, e ter sua morte registrada como homicídio doloso” (MUSUMECI; MUNIZ, 1998, p. 30).

Embora a temáticas relacionadas ao suicídio sejam atualmente o centro de profundos estudos e debates, o suicídio ainda é um tabu para a sociedade. A complexidade de entendimento e análise desse tema é um misto de resistência presente no íntimo dos indivíduos e preconceitos arraigados na comunidade.

O desconhecimento, o preconceito e as próprias vendas institucionais, fazem com que o estudo, a prevenção e os reais dados sejam relegados ao esquecimento.

Segundo Miranda, Menezes e Nunes (2017) os resultados obtidos em pesquisa realizadas com policiais pertencentes à Polícia Militar da Bahia confirmam o que diz a literatura nacional e internacional sobre o suicídio.

Os policiais da PMBA correspondem a quase 10% da amostra total de participantes (n=18007). Do total de participantes da PMBA (1850), 3% declararam já ter tentado suicídio; 14% informaram já ter pensado em se matar em algum momento da vida; e 82% disseram nunca ter pensado e nem tentado suicídio em algum momento de suas vidas. A maioria da amostra de policiais militares da PMBA era composta por homens (1634); 69% tinham entre 30 e 44 anos e 69% estavam ocupando o posto de soldado (69,5%). A taxa de ideação suicida por sexo foi de 14% para homens e 16% para mulheres. De tentativa de suicídio foi de 3% para homens e 5% para mulheres. Esse resultado confirma a literatura nacional e internacional sobre o tema. (MIRANDA; MENEZES; NUNES, 2017, p. 63).

De acordo com esses dados, 14% dos policiais da PMBA que foram entrevistados já pensaram em se matar em alguma fase de suas vidas, e 3% declararam já ter tentado o suicídio em algum momento.

Similarmente, na composição da Polícia Militar da Bahia, foram entrevistados mais homens do que mulheres, sendo que a margem de pensamento suicida verificado foi maior entre as mulheres do que entre os homens, uma vez que 16% das mulheres já teriam pensado em se suicidar contra 14% dos homens; e dos que já teriam tentado tirar a própria vida, a porcentagem seria de 5% das mulheres e 3% dos homens.

Tais dados torna indubitável a necessidade de estudo e aplicação de políticas de prevenção do suicídio entre policiais militares.

É expressivo o número de estudiosos que relacionam o comportamento suicida e as condições de trabalho desenvolvidas pelos policiais militares.

O trabalho policial é permeado por riscos reais de morte. Há inúmeros fatores que contribuem para o recrudescimento de tais riscos, como por exemplo, ações falhas, pouco treinamento ou a falta de equipamentos de proteção. O aspecto mais letal, entretanto, é o suicídio, considerando que para o resultado morte basta apenas a conduta autodestrutiva do próprio indivíduo. Quando o policial ultrapassa o limite do sofrimento psíquico suportável, sua resposta poderá ser àquela direcionada à autodestruição. Desta forma, ele busca a solução para seus problemas e também para o fim do sofrimento que o domina por meio do ato fatal, independentemente dos fatores que desencadearam a ação. E, na maioria das vezes, o faz com o uso do meio que está à mão: sua arma de fogo (SILVA; BUENO, 2017, p. 9).

Além disso, o estresse é um dos fatores que estão intimamente relacionados ao comportamento suicida. Isso porque a proximidade com a violência e o constante sentimento de tensão e alerta desenvolvido por essa categoria profissional é um dos fatores desencadeadores do estresse ocupacional.

Segundo Miranda e Guimarães (2016) seis fatores são citados pela literatura internacional, como sendo peso relativo de determinados fatores de risco do suicídio policial sendo eles: fatores sociodemográficos; o estresse ocupacional; a dependência química; a prevalência de doença mental (desordem de estresse pós-trauma); meios facilitadores; e questões interpessoais (conflitos conjugais).

Presente entre estes seis fatores citados, o estresse é, para Lipp (2010, p. 18):

uma reação psicológica muito complexa que tem em sua gênese a necessidade do organismo fazer face a algo que ameace sua homeostase interna. Isto pode ocorrer quando a pessoa se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, a irrite, amedronte, excite ou confunda, ou mesmo que a faça imensamente feliz.

De acordo com esse entendimento de Lipp (2010), o estresse se trata de um processo e não uma reação única, uma vez que é no momento em que a pessoa é sujeita a uma fonte de tensão que um longo processo bioquímico se instala.

Por mais complexas que as reações desencadeadoras do comportamento sejam estressantes para Melgosa (2009) pouquíssimas pessoas ficam livres

do estresse, o que faz com que a sua diferenciação esteja em se determinar e avaliar adequadamente em qual nível de estresse o indivíduo se encontra.

O estresse ocupacional, que pode ser um dos fatores determinantes para a prática do suicídio, pode ter sua origem no alto grau de risco, frustrações, pressões e a constante relação com a violência e a morte.

O número de policiais que pensam, tentam ou cometem suicídio são grandes nas corporações policiais, o que enseja uma análise detalhada dos fatores desencadeantes do estresse.

De acordo com Lipp (2010) por meio do modelo quadrifásico de desenvolvimento do *stress* é possível que seja analisado o processo de desenvolvimento do estresse. Segundo esse modelo o estresse se desenvolve em quatro fases, quais sejam: de Alerta; de Resistência; de Quase-Exaustão; de Exaustão.

Para Lipp (2010) esse modelo pode ser utilizado para identificar exatamente em que ponto do processo de desenvolvimento do estresse a pessoa se encontra, a fim de possibilitar a implementação de medidas terapêuticas de excelência.

Tais atos possibilitam cumprir com o objetivo de identificar e tratar o estresse, de modo que ele não acometa o bem estar do policial e consequentemente o seu trabalho e a saúde da própria segurança pública, uma vez que identifica em que fase de estresse o profissional se encontra e posteriormente aplica o tratamento adequado.

## Material e métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo bibliográfico e uma análise descritiva de obras relevantes sobre o tema.

Ademais, esta pesquisa foi aplicada e aprofundada por meio da combinação do método quantitativo e qualitativo, baseada em um estudo de caso. Foi investigada uma amostra de 31 policiais militares da 80ª CIPM (Cândido Sales), cinco da 4ª CIPM (Macaúbas), 27 da CIPPA/PORTO SEGURO, cinco da 33ª CIPM (Valença) e 19 da 63ª CIPM (Ibicaraí).

Os dados foram coletados entre 2014 a 2017, em um tipo de amostra probabilística com conglomerados. Os dados foram coletados por meio de um questionário do Inventário de Sintomas de *Stress* para Adultos de Selye (1956) apud Lipp (2010), desenvolvido para medir o nível de estresse global, sendo eles assim identificados:

**Fase de Alerta:** neste estágio do desenvolvimento do *stress*, a pessoa necessita produzir mais força e energia a fim de poder fazer face ao que está exigindo dela um esforço maior. O processo auto regulatório se inicia com um desafio ou ameaça percebida. O mecanismo de luta ou fuga Cannon (1939) ativa a produção de noradrenalina pelo sistema nervoso simpático e adrenalina pela medula da supra renal. As células do córtex das supra renais descarregam seus grânulos de secreção hormonal na corrente sanguínea, com isso ocorrendo o gasto das reservas de hormônios das glândulas. Nesta fase, há a dilatação do córtex da supra renal e o sangue se torna mais concentrado. As mudanças hormonais que resultam na fase de alerta contribuem para que haja aumento de motivação, entusiasmo e energia, o que pode, desde que não excessivo, gerar maior probabilidade no ser humano, conforme mencionado por Lipp e Malagris (1995). Existe, no entanto, sempre uma quebra na homeostase nesta fase, pois o esforço maior despendido não visa à manutenção da harmonia interior, mas, sim, ao enfrentamento da situação desafiadora.

**Fase de Resistência:** neste estágio, ocorre um aumento na capacidade acima do normal, o córtex das supra-renais acumula grande quantidade de grânulos de secreção hormonal segregados e, com isso, o sangue se apresenta diluído. Lipp e Malagris (1995) enfatizam que, nesta fase, há sempre uma busca pelo reequilíbrio, acarretando uma utilização grande de energia o que pode gerar a sensação de desgaste generalizado sem causa aparente e dificuldades com a memória, dentre outras consequências. A falta de memória é sinal de que a demanda ultrapassou a capacidade de a pessoa lidar com a situação presente. A homeostase, quebrada na fase de Alerta, volta a ocorrer, pelo menos temporariamente. Quanto maior é o esforço que a pessoa faz para se adaptar e restabelecer a harmonia interior, maior é o desgaste do organismo. Quando o organismo conseguiu proceder a uma adaptação completa e resistir ao *estressor* adequadamente, o processo do *stress* se interrompe sem sequelas.

**Fase de Quase-exaustão:** neste ponto do processo o *stress* evoluiu para a fase de quase-exaustão quando as defesas do organismo começam a ceder e ele já não consegue resistir às tensões e restabelecer a homeostase interior. Há momentos em que ele consegue resistir e se sente razoavelmente bem e outros em que ele não consegue mais. É comum

nesta fase a pessoa sentir que oscila entre momentos de bem estar e tranquilidade e momentos de desconforto, cansaço e ansiedade. Algumas doenças começam a surgir demonstrando que a resistência já não está tão eficaz.

**Fase de Exaustão:** neste estágio, há uma quebra total da resistência e alguns sintomas que aparecem são semelhantes aos da fase de alarme, embora sua magnitude seja muito maior. Há um aumento das estruturas linfáticas, exaustão psicológica em forma de depressão e exaustão física, na forma de doenças que começam a aparecer, podendo ocorrer a morte como resultado final. A fase de exaustão, embora bastante grave, não é, necessariamente, irreversível desde que afete unicamente partes do corpo (SELYE, 1956 apud LIPP, 2010, p. 19-20)

Para tanto, foi apresentado um questionário padrão aos policiais militares que participaram da amostra, de modo a identificar em qual nível de estresse eles estavam classificados, para que assim pudesse aplicar as medidas adequadas a se evitar o suicídio.

Com base no questionário aplicado foi possível verificar as seguintes fases de estresse e, posteriormente, foram aplicadas as respectivas ações para tratamento:

**Quadro 1:** Distribuição das fases de estresse de acordo com as CIPMs

CIPMs	Estresse												
	Estresse					Fase							
	Nº		Não		Sim		Alerta		Resistência		Quase-Exaustão		Exaustão
	Q	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
80ª CIPM	31	24	77,4	7	22,6	1	14,3	5	71,4	1	14,3	-	-
4ª CIPM	5	3	60	2	40	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-
CIPPA OS	27	15	55,6	12	44,4	-	-	12	100,0	-	-	-	-
33ª CIPM	5	1	20	4	80	-	-	3	75,0	1	25,0	-	-
63ª CIPM	19	13	68,4	6	31,6	-	-	6	100,0	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>56</b>	<b>64,3</b>	<b>31</b>	<b>35,7</b>	<b>2</b>	<b>6,5</b>	<b>27</b>	<b>87,0</b>	<b>2</b>	<b>6,5</b>		

**Fonte:** Questionário do inventário de sintomas de estresse para adulto de LIPP (2010) - 2014/17.



## Resultados e discussões

Esta pesquisa corrobora a necessidade de estudo e aplicação de medidas para que se busque a saúde mental dos policiais militares e conseqüentemente se evite o suicídio e que estejam a serviço da segurança pública pessoas em plena capacidade de realizar adequadamente suas atividades.

Em relação ao quadro de distribuição das fases de estresse de acordo com as CIPMs, pode-se verificar que apesar de nenhum dos policiais que participaram da amostra se encontrar no nível de Exaustão de estresse, em uma porcentagem que varia de 22,6% a 80%, de acordo com a Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM) a que pertença, eles se encontram em alguns dos outros três níveis (alerta, resistência ou quase-exaustão).

Diante das inúmeras necessidades e desafios, destaca-se que a imprescindibilidade de capacitar profissionais para lidar diretamente com esses policiais que estão no grupo de risco, bem como é essencial sensibilizar e despertar os comandantes para apoiar o estudo e tratamento desta que é uma questão de saúde pública.

## Considerações finais

O presente estudo foi desenvolvido por meio de projetos e atividades relacionadas ao Precrime, programa desenvolvido pelo Major PM Wesley Bomfim Siqueira, no comando da 63ª Companhia Independente de Polícia Militar – 63ª CIPM, com o apoio da Polícia Militar da Bahia – PMBA.

Este tema de estudo e pesquisa destacou-se pelo fato de ser uma necessidade diária e cada vez mais evidente, haja vista ser de extrema necessidade garantir a saúde mental dos policiais militares, para que estes possam exercer bem as suas atividades.

O objetivo central do estudo foi mostrar que o estresse influencia a atividade policial podendo ocasionar a prática do suicídio entre os policiais. Além disso, buscou-se mostrar que é possível identificar as reais fontes do estresse bem como a fase em que o indivíduo se encontra para que seja tratado adequadamente.

Na prática, sinaliza-se que já houve resultados significativos de policiais que passaram pela avaliação do nível de estresse, atingindo-se, dentre os resultados a extinção do desejo suicida e a aquisição do processo de resiliência para com as adversidades.

O estudo da saúde mental e o acompanhamento psicológico dos militares da ativa são um meio eficiente e necessário para tratar o estresse a depressão e evitar o suicídio dos ocupantes dos órgãos de segurança pública.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, out 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: ago. 2018.

LIPP, M. E. N. (org.). **Mecanismos neuropsicológicos do stress**: teoria e aplicações clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MELGOSA, J. **Mente positiva**: como desenvolve um estilo de vida saudável. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. **O suicídio policial**: O que sabemos? Rio de Janeiro: Dilemas, 2016.

MIRANDA, D.; MENEZES, L.; NUNES, P. As percepções do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado da Bahia. Salvador, BA: **Revista Brasileira de Psicologia**, 2017.

MUSUMECI, B.; MUNIZ, J. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CESEC, 1988.

SILVA, M. A.; BUENO, H. P. V. O suicídio entre Policiais Militares na Polícia Militar do Paraná: esforço para prevenção. São José dos Pinhais: **Revista de Ciências Policiais da APMG**, 2017.

# Análise do impacto das atividades profissionais à saúde física de policiais militares: contribuições da terapia ocupacional sob o viés da neuroreabilitação

*Edimar Marcelo Coelho Costa*

*Fernando da Cunha Dantas*

*Iuri Aguiar de Melo*

*Patrícia Brandão Ribeiro*

## RESUMO

**Importância:** A atividade policial-militar associa-se a um alto nível de periculosidade, com exposição a diversas situações e cenários de risco à saúde. Destacam-se as repercussões ao âmbito físico em consequência aos acidentes por arma de fogo e de trânsito durante ocorrências operacionais. A intervenção terapêutica ocupacional representa uma estratégia significativa na reabilitação de policiais militares com sequelas neurológicas decorrentes de tal problemática.

**Objetivo:** Identificar as contribuições da Terapia Ocupacional no processo de reabilitação neurológica de policiais militares com sequelas decorrentes de acidentes por arma de fogo e de trânsito. **Metodologia:** Consiste em pesquisa exploratória com base na revisão bibliográfica, a partir de pesquisas em bases de dados, no período de 2013 a 2018, por meio dos seguintes descritores: acidentes de trânsito, ferimentos por arma de fogo, polícia, reabilitação neurológica e Terapia Ocupacional. **Resultados:** As principais consequências advindas dos acidentes supramencionados geram condições crônicas e incapacitantes relacionadas à saúde física destes profissionais, em especial, com o acometimento de doenças neurológicas. Para tanto, as estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional neste cenário voltam-se para ações que buscam promover autonomia e independência, a fim de alcançar o envolvimento adequado em ocupações significativas. **Conclusão:** É notório que os acidentes por arma de fogo e no contexto do trânsito associados à atividade policial-militar são capazes de gerar lesões incapacitantes que requerem a intervenção terapêutica ocupacional pautada em técnicas neuroreabilitativas.

**Palavras-chave:** Ocupações; Polícia; Reabilitação neurológica; Saúde física.

## Introdução

Os estudos no campo da segurança pública, comumente, dão ênfase aos indicadores de criminalidade e violência na tentativa de traçar um perfil das ocorrências e buscar meios de planejar e implantar políticas de prevenção e combate aos diversos fatores que contribuem para o seu aumento e propagação. No entanto, falar deste tema requer um olhar abrangente que alcance, ainda, os operadores da segurança pública, na medida em que este estudo enfatizou os policiais militares e suas demandas em saúde física perante sua rotina de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com Minayo e Adorno (2013) muito se fala em nosso país acerca da crise da segurança pública e, conseqüentemente, das corporações policiais e de seus aparatos. Muito embora presencie-se um contexto sociocultural convulsionado e marcado pela criminalidade, atribui-se aos policiais “solucionar” a questão da “segurança. Tal realidade corrobora a existência de uma sobrecarga física e emocional em torno dos cenários laborais vivenciados por muitos destes sujeitos.

Acrescenta-se que no Brasil tal problemática deve ser contextualizada e levada a sério, pois envolvem destacadas singularidades da organização policial, como: elevada letalidade nos confrontos com delinquentes, aparente ausência de transparência nas ações e frágil controle externo sobre suas atividades e as operações de seus agentes (MINAYO; ADORNO, 2013).

Segundo Constantino, Ribeiro e Correia (2013), a polícia pode ser configurada como uma instituição em que o risco não é um mero acidente e sim desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. A evidência das probabilidades provém das altas taxas de mortalidade por violência de que são vítimas os policiais, interna e externamente ao seu ambiente de trabalho, taxas essas muito mais elevadas quando comparadas com as da população em geral.

Vale ressaltar que em estudo conduzido pelos autores imediatamente supramencionados, por sua vez, relacionado à percepção de risco de policiais, surgiu destacadamente a percepção acerca da exposição elevada aos riscos de sofrer agressões por arma de fogo, de ser atropelado e sofrer acidentes de trânsito (CONSTANTINO; RIBEIRO; CORREIA, 2013).

Logo, é de grande valia reconhecer a eminente peculiaridade do trabalho policial militar em vistas de sua ampla exposição ao risco em ambientes operacionais, ao passo que tal cenário pode lhes acarretar significativas

repercussões à saúde física envolvendo um vasto espectro de complicações e doenças. Na condução de tal problemática, é possível inferir que diante das agressões por arma de fogo e dos acidentes de trânsito – elementos sinalizados e indicados enquanto causas preponderantes dos agravos à saúde física dos policiais – a natureza destas complicações é, eminentemente, neurológica e como tal merece uma condução específica e compatível às demandas resultantes de sua ocorrência.

Consequentemente origina-se a necessidade de discutir e aprofundar a relação entre as ciências da saúde com a realidade dos policiais militares acometidos por doenças neurológicas decorrentes de sua atividade profissional, a fim de subsidiar práticas terapêuticas que contemplem possibilidades de tratamento eficazes.

Neste ínterim, Stoffel e Nickel (2013) salientam a Terapia Ocupacional como profissão da saúde, com intervenções voltadas ao campo da reabilitação neurológica, capazes de auxiliar de modo fundamental na recuperação funcional do sujeito. A prática dos terapeutas ocupacionais nesta área, por sua vez, tem buscado minimizar as deficiências e incapacidades dos sujeitos pelo estímulo e desenvolvimento de habilidades necessárias para um desempenho ocupacional competente.

Diante disto, este trabalho tem como objetivo identificar as contribuições da Terapia Ocupacional no processo de reabilitação neurológica de policiais militares com sequelas decorrentes de acidentes por arma de fogo e de trânsito.

## **Revisão bibliográfica**

A natureza da atividade policial militar assume papel complexo na contemporaneidade, uma vez que tem que lidar, simultaneamente, com o confronto direto e junto aos dispositivos de proteção de grupos vulneráveis, como crimes contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e homossexuais. O policial de hoje deve ter ampla percepção e consciência. Logo, necessita de excelente qualificação escolar e treinamento muito mais complexo e aprimorado (MINAYO; ADORNO, 2013).

Com base nas ideias destes mesmos autores, esse conjunto de mudanças sugere que as corporações policiais militares estão sujeitas a novos desafios, muito distintos e mais complexos face aos enfrentados em tempos passados, desde a criação moderna dessas agências de controle social. De certo, um dos

maiores desafios é realizar suas tarefas institucionais com eficiência e respeito às garantias fundamentais dos cidadãos. Não menos importante é manter a integridade deste *corpus* de agentes do Estado diante das novas situações de risco em que eles se veem e se reconhecem sujeitos.

Desse modo, deve haver uma discussão sobre os conceitos de risco e segurança sugerindo o quão complexas são essas relações. Ao fazê-lo, surgem as implicações práticas à vida cotidiana dos policiais. Deve-se considerar, pois, que o termo histórico que liga a polícia ao contexto das sociedades modernas é o conceito de risco, vivenciado por ela como profissão e prática e de forma superlativa nas contingências da sociedade contemporânea (MACHADO; TRAESEL; EMERLO, 2015).

Do ponto de vista dos policiais, seu *risco epidemiológico* se materializa, em especial, nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem ceifar a própria vida. É certo que o risco é inerente à natureza das operações policiais. Contudo, as orientações institucionais, emitidas pelas autoridades hierarquicamente superiores e baseadas em políticas governamentais de segurança pública podem agravar sobremaneira esse quadro de risco. Seguindo a mesma lógica, o desempenho do chamado “bico”, em geral exercício de atividades de segurança junto à iniciativa privada nas horas de folga ou descanso da ocupação profissional oficial, desempenha efeitos similares (LOTIN, 2016).

A probabilidade que os policiais têm de sofrer graves lesões, traumas e mortes encontram subsídio nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente laboral e nas sequelas traumáticas dos que continuam vivos. Essas taxas de óbito, por sua vez, são cerca de 10 vezes mais elevadas no Rio de Janeiro, por exemplo, do que as da população em geral, como mostram estudos de Muniz (1998), Souza e Minayo (2005).

E os efeitos pós-traumáticos foram medidos por Maia et al. (2007) num estudo local sobre um grupo de policiais de elite brasileiro, em que a prevalência para *pós-traumatic stress disorder* “full PTSD” e “partial PTSD” foram de 8.9% e 16%, respectivamente. Comparado com outro grupo que não sofreu sequelas pós-traumáticas, os autores encontraram entre os policiais, cinco vezes mais divorciados (21.6% vs. 4.3%), elevada proporção de pessoas com sérios agravos à saúde (64.3% vs. 6%), que haviam comparecido várias vezes ao médico no intervalo de 12 meses e possuíam ideação suicida (35.7% vs. 5.2%).

De modo complementar, segundo Minayo e Adorno (2013), a ideia de segurança pública com a qual as forças policiais trabalham está definida

na Constituição de 1988: ela constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa alterar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade. A promoção da segurança pública é a essência da missão dos policiais e provém do campo jurídico.

É importante assinalar também que como cidadãos e trabalhadores os policiais têm direito à segurança pessoal. O conceito representa a sistematização de normas destinadas a prevenir acidentes, excluir condições inseguras do trabalho e a oferecer acesso aos serviços que o protejam e o assistam. Em apertada síntese, cuidando da segurança pública os policiais são também servidores públicos protegidos pela Constituição que lhes garante o direito à integridade física, moral e mental no exercício de sua profissão (MACHADO, TRAESEL, EMERLO, 2015).

Ao mencionar os estudos históricos que descrevem a relação entre a polícia e o Estado, Muniz (1999 apud MINAYO; ADORNO, 2013) ressalta que são raros os trabalhos que valorizam os aspectos cotidianos das atividades de polícia. Logo, surge o questionamento a fim de descobrir se isso não tem a ver com a mentalidade da nossa sociedade para quem o ser humano policial nada mais é do que um objeto instrumental de produção de segurança pública.

Sob esta ordem, cabem interseções com os riscos específicos aos quais estão sujeitos os policiais militares, principalmente, no que se refere aos ferimentos por arma de fogo e acidentes de trânsito, pois parecem fazer parte do imaginário dos policiais enquanto situação iminente e inerente à profissão que exercem. De acordo com levantamentos realizados junto a policiais civis e militares do Rio de Janeiro: as lesões por arma de fogo, os traumas e a hipertensão são problemas comuns em seu cotidiano de trabalho (CONSTANTINO, RIBEIRO, CORREIA, 2013).

De modo geral, neste núcleo de significados, para Lopes e Leite (2015) nota-se que o trabalho policial militar, além de assumir potenciais riscos, pode gerar efeitos negativos concretos à saúde destes agentes, fato este que explicita as demandas resultantes de agravos à sua saúde física, quando por consequência de ferimentos por arma de fogo e acidentes de trânsito, por exemplo, aparece a deficiência como algo que transforma diretamente as condições de existência dos policiais, mudando suas trajetórias – alterações fortemente significadas de modo negativo.

À luz desses pressupostos, os resultados desta realidade refletem diretamente na condição funcional do policial, levando-o a condições de saúde interpeladas por limitações de ordem neurológica, gerando quadros de deficiência que em seu contexto de trabalho podem figurar como sinônimo de ineficiência e invalidez (LOPES; LEITE, 2015).

Contrapondo este cenário, surgem as disciplinas da saúde com a nobre missão de auxiliar no processo de reabilitação, mediante condições pessoais e ambientais adversas que representem incapacidades físicas fundamentais à participação social efetiva do sujeito, o que inclui seu desempenho laboral satisfatório. Dar-se-á destaque neste estudo para a Terapia Ocupacional:

Disciplina da saúde que diz respeito a pessoas com deficiência, déficit ou incapacidade física ou mental, temporária ou permanente. O Terapeuta Ocupacional profissionalmente qualificado envolve o paciente em atividades destinadas a promover o restabelecimento e o máximo uso de suas funções, com o propósito de ajudá-lo a fazer frente às demandas de seu ambiente de trabalho, social, pessoal e doméstico e a participar da vida em seu mais pleno sentido (WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS, 2001, p. 12).

Particularmente em relação ao uso da atividade no processo de reabilitação do sujeito com uma condição neurológica, o terapeuta ocupacional, em sua especificidade, pode atuar sob o escopo da Abordagem de Aprendizagem Motora para Recuperação do Comportamento Motor, com o objetivo de maximizar o desempenho ocupacional desse sujeito por meio do desempenho de suas próprias atividades cotidianas (STOFFEL; NICKEL, 2013).

Acredita-se que o controle dos movimentos voluntários pode ser retomado no desempenho dessas atividades, estimulando habilidades de desempenho e admitindo alterações ambientais para, no caso da intervenção do terapeuta ocupacional, retomar o máximo do desempenho ocupacional do sujeito após a lesão cerebral (STOFFEL; NICKEL, 2013).

Na prática clínica, de acordo com o exposto, acredita-se que em se tratando de reabilitação neurológica a autonomia no desempenho de atividades cotidianas seja buscada na intervenção do terapeuta ocupacional com vistas à retomada da participação do sujeito. Para tanto, a fim de justificar a importância de tal intervenção considera-se que não há como deixar de levar em consideração



a natureza ocupacional do ser humano, pois as ocupações nas quais o homem é motivado a se engajar influenciam e organizam seu comportamento, além de conferirem significado a sua vida (KIELHOFNER, 2006).

## **Materiais e métodos**

Para alcançar o objetivo que foi proposto neste estudo utilizou-se como método a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, a qual possibilita uma familiaridade com o problema, tornando-o explícito e com a possibilidade de levantar hipóteses a partir de um conjunto de técnicas interpretativas que descrevem um sistema complexo de significados (MINAYO, 2012).

Nesse sentido, deu-se ênfase ao procedimento de revisão bibliográfica a partir de pesquisas nas seguintes bases científicas: Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (Lilacs, Medline e Pubmed), Periódicos CAPES de acesso livre, Site da Revista de Terapia Ocupacional da USP, Site dos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. Além disso, foram utilizados livros devido disponibilizarem grande variedade de conteúdos relativos à Terapia Ocupacional no campo da reabilitação neurológica.

Os descritores selecionados na busca foram: acidentes de trânsito, ferimentos por arma de fogo, polícia, reabilitação neurológica e Terapia Ocupacional, ao passo que foram feitas diversas combinações entre eles, a fim de explorar os operadores de busca das respectivas bases de dados da forma mais eficiente ao objetivo traçado na pesquisa em questão. O período em que esta ocorreu foi de janeiro a junho do ano de 2018.

Os critérios de inclusão para a seleção dos dados encontrados, inicialmente, foram: artigos científicos publicados em língua portuguesa no período de 2013 a 2017 e artigos científicos oriundos de pesquisas nacionais com texto completo disponível. Vale ressaltar que se enfatizou terem sido estes os critérios utilizados “inicialmente”, pois diante da escassez de referências relacionadas ao tema pesquisado foi necessário utilizar estudos de grande magnitude, por sua vez, anteriores ao intervalo temporal pré-estipulado.

De forma complementar, os critérios de exclusão foram: artigos publicados no período anterior a 1998; pesquisas científicas que não estivessem publicadas em língua portuguesa e que não contemplassem a temática abordada.

Com base nisso, ressalta-se que o levantamento prévio por meio dos descritores (e suas combinações) selecionados resultou em 57 artigos científicos,

os quais após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão supramencionados reverteram-se em 17 artigos para análise final e elaboração da corrente pesquisa.

Desse modo, por meio da coleta de dados foi feita uma análise criteriosa do material que versou sobre o tema, servindo de base para a construção de hipóteses acerca da temática abordada. Tais considerações foram organizadas textualmente e serviram de base para elaboração do material consolidado no tópico a seguir.

## **Resultados e discussões**

Mediante levantamento bibliográfico realizado são notórias as peculiaridades a que estão submetidos os policiais militares em seus ambientes de trabalho. Suas rotinas são comumente permeadas por atividades de risco elevado, tão logo seus recursos e materiais de trabalho exibem amplo potencial de letalidade que de modo recíproco podem ser utilizados contra estes agentes de segurança, colocando em xeque até mesmo suas próprias vidas.

Lotin (2016), sob essa perspectiva, corrobora a ideia de que a categoria policial atua sob elevado risco, entendendo-se essa noção sob as abordagens epidemiológica e social, isto é, diz respeito, ao mesmo tempo, à probabilidade das ocorrências de lesões, traumas e mortes e ao significado da escolha profissional que traz de modo intrínseco a afinidade pelo afrontamento e pela ousadia como opção e não propriamente como destino.

O exercício do trabalho de elevado risco comprova-se pelas altas taxas de mortalidade e de morbidade por agressões de que são vítimas, registradas no ambiente intra ou extra corporação, de modo que tais taxas são muito mais elevadas quando relacionadas com as da população em geral (SOUZA; MINAYO, 2005).

Nesse contexto, não é incomum que agravos acometam à integridade física do policial militar, em especial, gerando condições de incapacidade que podem se desdobrar em limitações crônicas. Estudos citados por Souza e Minayo (2005) apontam que a arma de fogo é o principal meio usado pelos agressores para vitimar policial em serviço (média de 51%). Os acidentes de trânsito foram responsáveis por 20,4% da vitimização dos policiais em serviço. Ambos, portanto, estão intimamente relacionados às ocorrências operacionais que integram os expedientes de trabalho desempenhados ao longo do cotidiano destes sujeitos.

Seguindo essa premissa, cabe salientar os prejuízos eminentes à saúde física destes trabalhadores que, por vezes, acabam afastados de suas atividades

profissionais em virtude de não apresentarem mais o perfil desejado para o cumprimento exitoso da missão policial militar. São classificados, a partir de então, como inativos e de modo abrupto se vêem destituídos de sua identidade profissional, o que pode gerar adoecimentos secundários.

Lopes e Leite (2015) referem, nesse sentido, que a aquisição de uma deficiência vem como algo que interrompe a carreira do policial. Uma vez que o trabalho como policial militar pode ser identificado como a principal atividade do indivíduo, os comprometimentos resultantes da deficiência podem implicar a perda da atividade fundamental, ou seja, na forma como o indivíduo se objetiva no mundo.

No escopo destas situações, deve-se cuidadosamente manejar o suporte e apoio necessários para que se conduza a terapêutica adequada à problemática levantada. Diante dos agravos à saúde física provenientes destes tipos de acidente, verifica-se prevalente a potencial incidência das doenças de cunho neurológico decorrentes dos acidentes de trânsito e dos ferimentos por arma de fogo, que podem levar a morbidades severas que demandam assistência técnica especializada.

A Polícia Militar, como uma instituição corporativa de natureza profissional, deve atentar para a realidade de que grande parte da sua atividade laboral implica em risco ao policial, em face de acidentes no exercício da função. A garantia de assistência às necessidades físicas do indivíduo deve então estar a cargo da própria Corporação, para isso já constam em seus quadros de oficiais profissionais especialistas vinculados à área da reabilitação física (LOPES; LEITE, 2015).

Dentre estas profissões, vislumbra-se a Terapia Ocupacional enquanto ciência que busca apoiar a saúde e a participação na vida pelo envolvimento em ocupações, por meio de uma assistência humanizada e centrada no cliente, capaz de promover e analisar a vida ocupacional do mesmo, estimulando assim seus potenciais e habilidades, modificando barreiras e adaptando suas atividades, a fim de que o indivíduo se mantenha ativo, com autonomia e independência na realização de suas tarefas diárias (AOTA, 2015).

Logo, sinalizam-se as ações do terapeuta ocupacional no campo da reabilitação neurológica, à medida que desempenha sua intervenção junto às disfunções ocupacionais advindas de uma lesão no sistema nervoso central e/ou periférico, visando restaurar a performance ocupacional do cliente, otimizando suas capacidades, resgatando seus papéis na sociedade, tornando-o tão independente quanto possível, apesar de limitações temporárias ou permanentes.

Nesse processo, são utilizados testes específicos para avaliar os componentes de desempenho sensório-motor e cognitivo, bem como levantar dados que permitam reconhecer o contexto global do sujeito, favorecendo a elaboração de estratégias de intervenção e um plano de tratamento, capazes de habilitar ou reabilitar o policial militar para desempenhar, de forma satisfatória, atividades de seu interesse, promovendo maior qualidade de vida (FARIA, 2014).

O tratamento está baseado em técnicas e abordagens da reabilitação motora e cognitiva. Tem-se como principal recurso a ocupação, de forma terapêutica. Dentre os principais objetivos estão: a realização de treino das Atividades Básicas de Vida Diária – ABVD (higiene pessoal/autocuidado, banho, alimentação, vestuário, controle de esfíncteres, locomoção e comunicação); Atividades Instrumentais de Vida Diária – AIVD (afazeres domésticos, cuidar dos filhos, uso de telefone, uso de computador, gerenciamento financeiro, entre outras); de trabalho, lazer e participação social (CRUZ, 2012).

Por fim, segundo Faria (2014) é possível ainda lançar mão de conhecimentos na área dos recursos de tecnologia assistiva, a fim de maximizar a capacidade funcional dos policiais militares com mobilidade reduzida, por meio da modificação e/ou adaptação ambiental, favorecendo a acessibilidade; avaliação e confecção de adaptações para favorecer ou substituir funções que estão prejudicadas ou ausentes; avaliação e confecção de órteses para membros superiores e inferiores, bem como realizando avaliação e indicação de cadeira de rodas e treinamento para uso adequado deste dispositivo.

### **Considerações finais**

A partir de um levantamento bibliográfico sistematizado por meio de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, o presente estudo teve como objetivo identificar as contribuições da Terapia Ocupacional no processo de reabilitação neurológica de policiais militares com sequelas decorrentes de acidentes por arma de fogo e de trânsito. Seus resultados remontaram a discussão acerca da natureza da atividade policial militar, identificando o alto nível de exposição dos policiais militares aos riscos inerentes a sua rotina profissional.

Complementarmente, realizou-se a interface entre estes riscos e a vitimização destes agentes por meio dos ferimentos por arma de fogo e acidentes de trânsito ao longo de seus expedientes de trabalho, causas estas

que resultam em condições crônicas, incapacitantes e que, em suma, podem estar ligadas a diagnósticos médicos na área da neurologia.

Desse modo, enquanto proposta para assistência especializada voltada para reabilitação dos policiais militares incluídos neste cenário discutiu-se a atuação do terapeuta ocupacional com ênfase nas técnicas neurorreabilitativas, suscitando, assim, o debate e o aprofundamento de práticas e estudos que interrelacionem sua intervenção junto às corporações militares responsáveis pelo tratamento prestado ao militar em questão, ampliando o escopo de ações voltadas a sua recuperação funcional e agregando conhecimentos técnicos da área da Terapia Ocupacional a esta realidade.

## Referências

AOTA, American Occupational Therapy Association. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. **Rev. de Terapia Ocupacional da Universidade De São Paulo**, 3. ed., v. 26 (esp), p. 1- 49, 2015.

CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. R. Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática. **Rio de Janeiro: Guanabara Koogan**, 2. ed., p. 197-202, 2014.

CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A. P.; CORREIA, B. S. C. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 645-655, 2013.

CRUZ, D. M. C. **Terapia Ocupacional na reabilitação pós-acidente vascular encefálico**. São Paulo: Santos, 2012.

FARIA, I. *Neurologia Adulto*. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. R. Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática, 2 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 197-202, 2014.

KIELHOFNER, G. **Fundamentos conceptuales de la Terapia Ocupacional**, 3. ed., Buenos Aires: Médica Panamericana, 2006.

LOPES, E. M. C; LEITE, L. P. Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares: significados e sentidos. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 668-677, 2015.

LOTIN, E. Uma “guerra de todos contra todos”. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, p. 28-30, 2016.

MACHADO, C. E; TRAESEL, E. S; MERLO, A. R. C. Profissionais da brigada militar: vivências do cotidiano e subjetividade. **Revista Psicol. Argum.**, v. 33, n. 81, p. 238-257, abr./jun., 2015.

MAIA, D. B.; MARMAR, C. R.; METZLER T.; NÓBREGA, A.; BERGER, W.; MENDLOWICZ, M. V.; COUTINHO, E. S.; FIGUEIRA, I. Post-traumatic stress symptoms in an elite unit of Brazilian police officers: Prevalence and impact on psychosocial functioning and on physical and mental health. **Journal of Affective Disorders**, v. 97, n. 1-3, p. 241-245, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. S; ADORNO, S. Risco e (in) segurança na missão policial. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 585-593, 2013.

MUNIZ, J. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Iser, Unesco, MJ; 1998.

SOUZA, E. R; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SOUZA, E. R; MINAYO, M. C. S. Segurança pública num país violento. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 3, 2017.

SPODE, C. B; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Revista Psicol. Reflex. Crit.**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

STOFFEL, D. P; NICKEL, R. A utilização da atividade como ferramenta no processo de intervenção do terapeuta ocupacional em reabilitação neurológica. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 617-622, 2013.

WFOT. World Federation of Occupational Therapists. Definição e Função da Terapia Ocupacional da WFOT. **Definições de Terapia Ocupacional**, 2001.

# Geração *Silver* ameaçada pelas instituições

*Sheila Marta Carregosa Rocha*

## RESUMO

**Importância:** A geração *Silver* corresponde àquela população brasileira acima de sessenta anos, que, diante da vulnerabilidade em relação à idade, tem proteção legal e participa timidamente das decisões políticas voltadas às políticas públicas na discussão sobre proteção e garantias de direitos pelo Estado, pela sociedade e pela família. **Objetivo:** Discutir sobre a geração *Silver* e acompanhar as políticas públicas voltadas para essa geração de “cabelos brancos, prateados”. **Metodologia:** A pesquisa é do tipo quantitativa. Foram realizadas entrevistas com a geração *Silver* que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso. **Resultado:** constatou-se que o gênero masculino procura mais a delegacia para prestar queixa do que o gênero feminino. **Conclusão:** Espera-se que o comportamento da geração *Silver* se modifique é que haja uma maior número de denúncias de agressores às autoridades públicas, fazendo com que violências silenciadas pelas “paredes de concreto”, pelo “silêncio sepulcral” da vítima e pela certeza do agressor da impunidade, sejam reduzidas drasticamente e/ou erradicadas das vidas desta geração.

**Palavras-chave:** Garantias de direitos; Delegacia especial de atendimento ao idoso; violências silenciadas.

## Introdução

O recorte desta pesquisa versa sobre a violência contra geração *Silver*, que ganha atenção e contorno acadêmico a partir de 1975, com a publicação científica no *British Journal of Medicine*, intitulado “*Granny Battering and granny bashing*”. Inclusive, os relatos de abusos contra idosos começaram na década de 1970 e foram investigados pelo Comitê Especial sobre Envelhecimento pelo Senado americano. Em 1998, o Centro Nacional para o Abuso de Idosos

efetuou um estudo nacional sobre a incidência deste tipo de abuso e constatou que de 210.900 a 688.948 pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos poderiam ter sido vítimas de abuso ou negligência em contexto doméstico durante o ano de 1996. No Reino Unido foi realizada a Conferência da Sociedade Britânica de Geriatria “*Abuse of Elderly People: un Unnecessary and Preventable Problem*”, em 1989, que definiu abuso, e mais tarde foi utilizada pela OMS. Em 1997 foi criada a “*International Network for the Prevention of Elder Abuse*”, uma rede internacional de apoio à geração Silver vítimas de abuso. No Brasil, a denúncia é incipiente e as pesquisas no mesmo caminho. A única pesquisa sobre maus-tratos contra a geração Silver é da Fiocruz, mas não há uma abordagem quanti-qualitativa da violência praticada contra esta geração. O dia 15 de junho foi escolhido pela INPEA como o dia mundial de conscientização contra o abuso de idosos, a partir do ano de 2006.

A definição de violência, para a ONU, em 2002, consiste no “risco de acarretar prejuízo, exploração, constrangimento, provação arbitrária da liberdade, tanto no seio da vida pública como privada”. Na Declaração de Toronto, em 2002, a OMS adotou como definição “qualquer acto isolado ou repetido ou a ausência de ação apropriada, que ocorre em qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança e que cause dano ou incômodo aos idosos”. Há quatro fatores que contribuíram significativamente para a questão da violência contra a geração Silver: envelhecimento das sociedades ocidentais; a inclusão dessa forma de violência; a velhice como vulnerabilidade social e crescimento da preocupação social para com as vítimas de violência (DIAS, 2005). Discutir sobre a geração Silver, que sofre com a violência pelas três instituições que deveriam legalmente protegê-la, é a proposta desta pesquisa, que se iniciou em 2014 e se prolonga até os dias atuais, acompanhando as políticas públicas voltadas para essa geração de “cabelos brancos, prateados”.

## Revisão bibliográfica

Com marco legal, o Brasil publicou a Lei Nº 10.741/2003, que a partir do Art. 99 tipifica alguns crimes cometidos contra idosos. Além disso, trata sobre o procedimento criminal, instituindo os juizados criminais estaduais para dirimir esses conflitos; contudo, fica a competência para cada estado brasileiro criar os juizados, até porque o orçamento para criação e manutenção do órgão é de cada estado.



Outro dispositivo que beneficia as vítimas de violência doméstica é a Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que traz medidas cautelares protetivas em relação à vítima. Essa lei alterou o Código Penal brasileiro, introduziu o Parágrafo 9º do Art. 129, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Não poderão ser punidos com penas alternativas, que são mais brandas em relação as de reclusão; aumentou o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, além das medidas cautelares de retirada do domicílio, afastamento da vítima, proibição de utilizar arma de fogo, dentre outras. Caso seja criado um inquérito padrão para ser aplicado pelos profissionais de saúde, da segurança pública, Ministério Público e demais órgãos públicos e privados que trabalhem com a questão de atendimento ao idoso, obter-se-á mais sucesso na informação verídica dos dados coletados.

Em 2015 foi aprovada a Lei Nº 13.104, que inseriu uma tipificação específica se a vítima for mulher, “matar pessoa do gênero feminino”, promove alteração no Art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

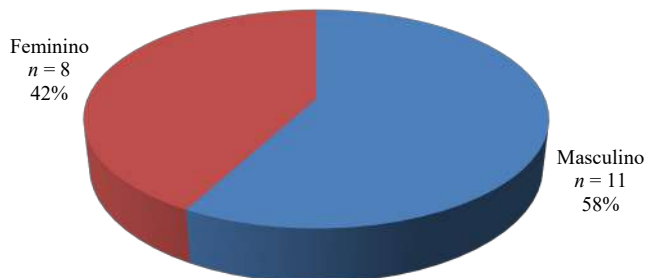
De letras e agendas ao cotidiano, sobretudo promovendo acesso à justiça e à cidadania pleno da geração *Silver*, conectando em redes Estado, sociedade e indivíduos é que se enfrenta o tema, apontando para as fragilidades estatais e a necessidade premente de ações estratégicas em redes, para promover a efetividade dos direitos humanos da geração *Silver*.

## Material e métodos

A partir das entrevistas realizadas com a geração *Silver* na Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso (DEATI) constatou-se que o gênero masculino procura mais a delegacia para prestar queixa do que o gênero feminino (Figura 1). Em sua maioria, as pessoas são de cor parda (Figura 2), com o ensino médio completo (Figura 3) e com uma renda mensal de até R\$ 1.734,00 (Figura 4). O que se observou foi uma relação entre o grau de instrução com a renda, que ultrapassa pouco mais de dois salários-mínimos. Há uma diversidade de etnias, pelas influências estrangeiras que o Brasil

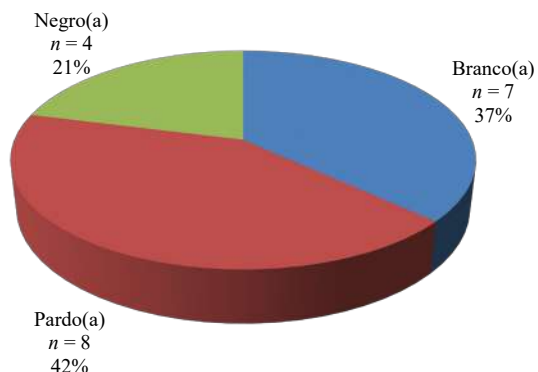
absorveu durante a sua colonização, que apesar de ser portuguesa, não há uma predominância da etnia branca entre os brasileiros.

**Figura 1:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por sexo, 2014



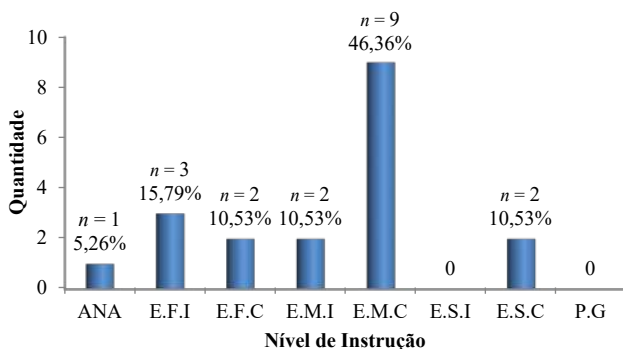
**Fonte:** Construção da autora.

**Figura 2:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por raça/cor, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

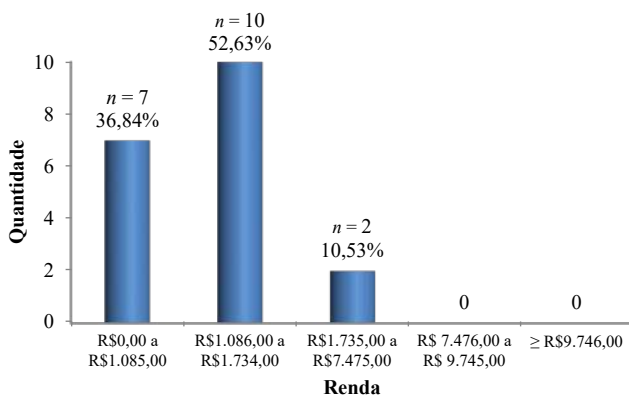
**Figura 3:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por nível de instrução, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

**Legenda:** ANA – Analfabeto(a); E.F.I – Ensino Fundamental Incompleto; E.F.C – Ensino Fundamental Completo; E.M.I – Ensino Médio Incompleto; E.M.C – Ensino Médio Completo; E.S.I – Ensino Superior Incompleto; E.S.C – Ensino Superior Completo; P.G – Pós-graduação.

**Figura 4:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por renda, 2014



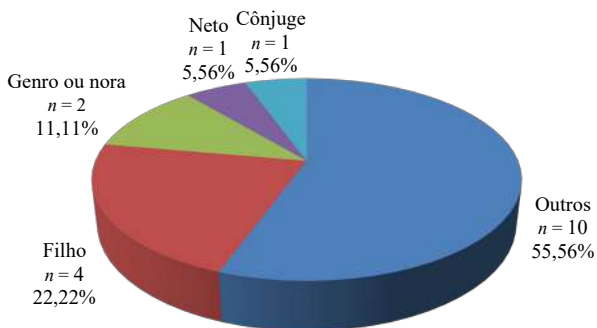
**Fonte:** Construção da autora.

Em sua maioria, o gênero masculino é casado e o feminino, viúvo. Geralmente reside em casa própria e convive o gênero masculino com a

cônjuge e o gênero feminino com os filhos, e são os provedores da economia doméstica com sua aposentadoria ou pensão.

A estrutura familiar percebida por Giddens (2005) como sendo “um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças” foi encontrada na pesquisa empírica, quando entrevistados na DEATI, que convivem com o cônjuge, os filhos, netos, genro e nora, além de agregados familiares (Figura 5). Isso pressupõe que quem denuncia é aquela pessoa cercada e, muitas vezes, motivada pelos familiares. Todavia, não se pode afirmar que essas pessoas denunciaram algum familiar, porque a DEATI atende à geração Silver-vítima em qualquer tipo de vulnerabilidade, quer social, doméstica ou institucional.

**Figura 5:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por pessoa(s) com quem reside, 2014

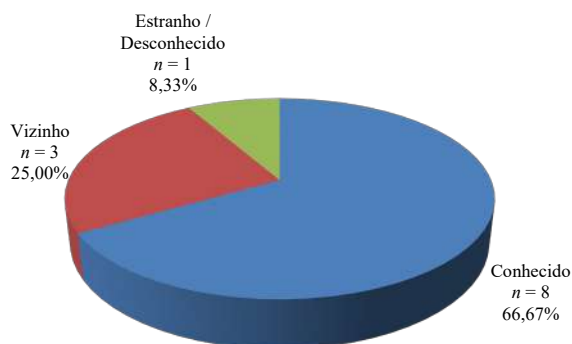


**Fonte:** Construção da autora.

A maior incidência de denúncia na DEATI não é de violência doméstica e sim social. Vizinhos e outras pessoas (Figura 6) ameaçam ou agredem fisicamente a geração Silver; assim, “a violência entre homens conhecidos, em contraste, é alimentada por disputas pela dominância que são mais sensíveis “às circunstâncias” (PINKER, 2013, p.109). Quando ocorre a violência doméstica, o filho é o agressor em potencial; geralmente utilizam algum tipo de droga, é praticada na frente de outras pessoas, que se tornam vítimas também diretas do crime. O agressor é adulto, trabalha, mas não estuda, e convive com a vítima em casa. Há também dados de violência conjugal. Os

maiores índices de violência são psicológica, com agressão verbal, ameaças e palavras de calão, seguida da violência física, entretanto, um dado que não pode ser desprezado é a violência sexual (Figura 7). Logo, a pesquisa de campo comprova que a família é “o elemento propulsor de nossas maiores felicidades e, ao mesmo tempo, é na sua ambiência em que vivenciamos as nossas maiores angústias, frustrações, traumas e medos” (GAGLIANO; PAMPLONO FILHO, 2014, p. 38).

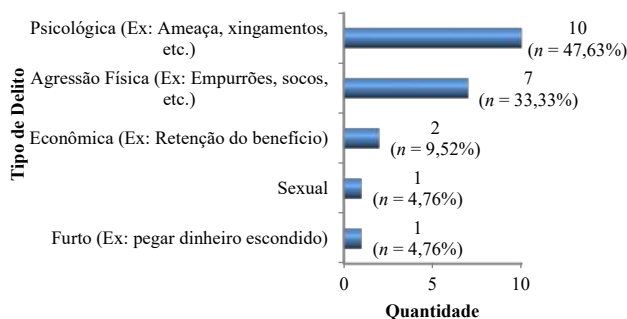
**Figura 6:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por grau de parentesco com o agressor, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

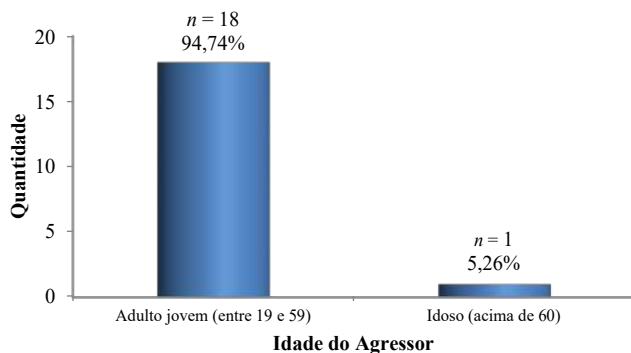
Os instrumentos utilizados pelo agressor vão explicar os tipos de violência e o seu objetivo. Sendo assim, “a violência é racional na medida em que é eficaz como meio para alcançar o fim que deve justificá-la e quando visa objetivos a curto prazo” (ARENDT, 1969). A predominância da violência contra a geração Silver é de natureza psicológica, por meio das representações das ameaças, que não são apenas verbais; depois, a violência física constitui o próximo passo do jogo de dominação e resistência. Ainda que as pensões, aposentadorias ou reformas tenham um valor aquém das necessidades do agressor, constituem uma violência material ou financeira significativa, pois sacrifica a economia da geração Silver, que necessita de maiores cuidados com a saúde, em prol das necessidades momentâneas dos agressores, em geral os filhos, desempregados ou dependentes químicos.

**Figura 7:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, tipo de delito sofrido, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

**Figura 8:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por idade o agressor, 2014

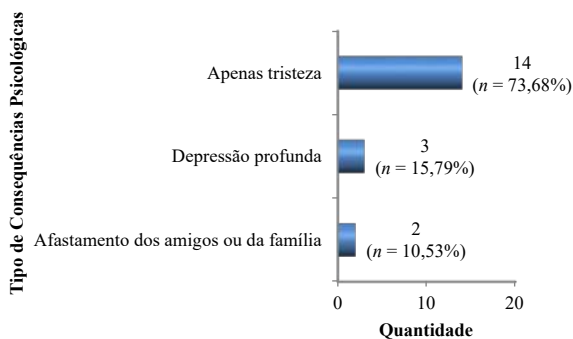


**Fonte:** Construção da autora.

O Agressor é predominantemente Adulto Jovem (Figura 8). A geração Silver demonstra que conhece o Estatuto do Idoso, mas não pode ser desprezada uma parcela que desconhece a legislação específica, necessitando de divulgação e conscientização de sua importância. Mesmo assim, resolveu denunciar a violência sofrida e depois da denúncia pouco foi o índice de

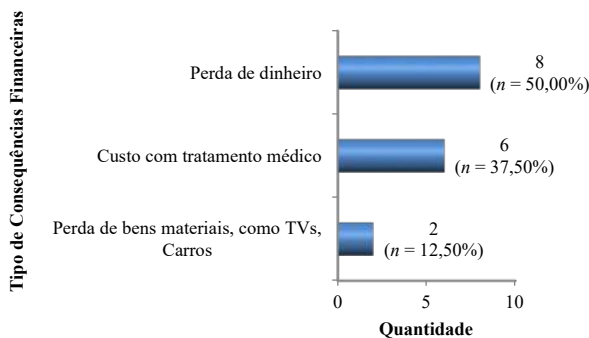
reincidência. Por conta disso, não havia motivos para iniciar o processo criminal, uma vez que somente com o chamado da delegacia, a violência cessou. A geração Silver conhece os órgãos públicos de proteção ao idoso.

**Figura 9:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por tipo de consequências psicológicas, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

**Figura 10:** Quantidade e percentual de entrevistados da geração Silver que registrou ocorrência na delegacia especial de atendimento ao idoso, por tipo de consequências financeiras, 2014



**Fonte:** Construção da autora.

As consequências da agressão física foram de natureza leve (100%), de danos reversíveis, que não prejudicaram a sua integridade física (Ex: Arranhões, torção, etc.). Já as consequências psicológicas causaram tristeza e depressão (Figura 9). Houve também perda de dinheiro, em decorrência da prática da violência e despesas médicas-hospitalares (Figura 10).

## Resultados e discussões

A DEATI iniciou o seu funcionamento em 2006, por isso o começo da estatística. O “demonstrativo e ocorrências policiais” é dividido em duas partes: a primeira elenca algumas infrações penais; a segunda, a origem da queixa.

A primeira parte contempla os tipos penais previstos no Código Penal e os mais recorrentes foram: ameaça, com 300 queixas; outras ocorrências delituosas, com 129; injúria, com 82; invasão domiciliar, com 69; e constrangimento, com 65. Não aparece nenhum tipo penal relacionado aos previstos no Estatuto do Idoso, que foi publicado em 2003. Três anos depois, os agentes públicos não aplicavam o Estatuto do Idoso e não se conhece o motivo. Constatou-se que o maior índice de violência em 2006 foi a psicológica, porém não há elementos que afirmem ter sido oriunda da violência doméstica. A obscuridade nos dados e a falta de legenda para explicar quais seriam as outras ocorrências delituosas compromete a análise dos dados.

A segunda parte da estatística contempla a origem da queixa, sendo pelo “Disque Denúncia” DEATI, apresentando um quantitativo de 281 queixas, “Disque Denúncia” SIP, com 74, e Procedimento do Ministério Público, com 84. O Disque Denúncia é um serviço federal, “Disque Direitos Humanos”, que contempla todo o território brasileiro. Esse atendimento telefônico é reduzido à escrita, enviado para o Ministério Público, para a DEATI e para o CREAS, todos na Bahia, e assim sucessivamente nos demais estados brasileiros. A mesma queixa é apurada pelos três órgãos, com competências distintas.

Indaga-se: por que os crimes previstos no Estatuto do Idoso não são contemplados no demonstrativo? Por que não há articulação e integração entre os órgãos para prestação de um serviço público com mais qualidade? Por que não há divulgação desses órgãos para que a geração Silver conheça quem procurar nos casos de violência? Por que não capacitar os servidores públicos envolvidos diretamente no atendimento à vítima de violência doméstica? Se a DEATI é uma delegacia especializada, por que não utiliza a legislação específica



e protetiva da geração Silver? Então, a questão da efetividade estaria, não na ausência de lei, de competência do legislativo, mas na ineficiência do executivo quando ignora a execução da legislação? E o Poder Judiciário, cuja competência é de decidir no caso concreto, quantos, quais e como são solucionadas as ações que contemplam os fatos que envolvem violências contra a geração Silver, que não há cultura de levantar dados e produzir estatística para análise?

O demonstrativo da DEATI, em 2007, já traz uma pequena inovação em relação à configuração anterior inserindo “Estatuto do Idoso” como um tipo penal. Só que essa lei tipifica 19 (dezenove) tipos penais. Dada à imprecisão dos dados, qualquer tipo de análise fica comprometida e esvaziada. Mesmo assim, para manter o ritmo dos tipos penais foram contabilizadas 592 ameaças, 326 injúrias, 194 outras ações delituosas, 187 lesões corporais, 185 Estatuto do Idoso, 107 furtos simples e 89 perturbações da tranquilidade, demonstrando a ocorrência dos mesmos tipos penais de 2006, inserindo o “Estatuto do Idoso”.

O demonstrativo da DEATI em 2008 aponta para uma maior incidência na prática de crimes “Estatuto do Idoso”, com 478 ocorrências, a ameaça com 459 e a lesão corporal com 187. Observa-se outra orientação política institucional no enquadramento dessas queixas, um maior atendimento à população idosa e também a predominância da violência psicológica, mas um aumento da violência física.

Em 2009, a estatística traz uma pequena alteração, que é a inserção da porcentagem de cada tipo penal na relação com o total das denúncias mensalmente, modificando a caracterização dos dados estatísticos da DEATI, modificando também o seu título e inserindo a fonte. Há também uma tabela com o resumo do número de autores de violência contra os idosos, e outra tabela com os principais agentes, como cônjuge, filhos, irmãos, netos, genros, noras, outros parentes, vizinhos e outros, demonstrando com os dados que os filhos são os principais agressores da geração Silver. Contudo, não há a mesma tabela para o gênero da vítima e a sua relação de parentesco.

Esse avanço durou apenas um ano, porque nas estatísticas dos anos seguintes retornam ao modelo anterior da apresentação dos dados primários, sem tratamento, pormenores ou quaisquer outras variáveis, senão o tipo penal e o respectivo quantitativo que representam pouco para o universo complexo da violência. Em 2010, os tipos penais com maior incidência são mantidos, “Estatuto do Idoso” com 417 ocorrências, a ameaça com 386 e a

lesão corporal com 176. Todavia, observa-se uma queda dessas ocorrências em todas as modalidades.

Em 2011, a queda no número das ocorrências será ainda mais vertiginosa, devido à coleta dos dados realizada por apenas um servidor, que em junho de 2011 foi remanejado para outra delegacia e, por isso, o lançamento dos dados não foi realizado. Há de se pontuar o número de queixas no Ministério Público; no total de 156 superou o número de queixas da DEATI, 108. A geração Silver está procurando mais o MP por que a acessibilidade é maior ou existem outros motivos?

Em 2012, o demonstrativo volta a ser realizado com o mesmo padrão, “Estatuto do Idoso” com 493 ocorrências, a ameaça com 402 e a lesão corporal com 168, mas as denúncias ao MP permanecem com maior quantitativo, 623, enquanto na DEATI, 293. A partir de 2012, há mais uma possibilidade de denúncia por meio da ouvidoria nacional, com o quantitativo de 168.

O último demonstrativo cedido foi o de 2013, muito semelhante aos demais, contemplando “Estatuto do Idoso” com 511 ocorrências, a ameaça com 432, o estelionato com 181 e a lesão corporal com 148; desaparecendo a fonte das denúncias, e inserindo os bairros com maior incidência de crimes contra os idosos, sendo eles (Brotas, Nazaré, Piedade, Liberdade, Pituba, Itapuá e Cosme de Farias).

A abordagem quantitativa dos dados requer de um profissional técnico na área de estatística ou de sistema de informações uma montagem de uma planilha que demonstrem com fidedignidade os dados coletados para fornecer à pesquisa um suporte para análise, a fim de mapear separadamente as violências social, institucional e doméstica; os meses mais recorrentes, a fim de buscar as causas extrínsecas ou intrínsecas para o seu cometimento, podendo planejar políticas públicas preventivas, evitando a ocorrência da violência. Outras variáveis, além do mês, são importantes para a precisão dos dados, como local, gênero, geração, renda, constituição familiar, perfil do agressor, perfil da vítima, dentre outras, para se efetuar um cruzamento dos dados, e se chegar às circunstâncias em que são cometidas as violências, e daí traçar políticas de combate, que perpassam por política educacional, econômica, governamental, social, de qualquer natureza, para desenvolver no cidadão a capacidade de agir com consciência e não desprovida dela.

## Considerações finais

O presente estudo teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil. A violência doméstica contra a geração Silver não tem tempo determinado. A história inicia num tempo pretérito, de violência psicológica; desenvolve-se cotidianamente para uma potencial violência física; o medo e o temor tomam conta da geração Silver, ao tempo em que a esperança de que o comportamento se modifique é uma constante, para que a geração Silver não denuncie o agressor às autoridades públicas. Desenvolve-se para uma violência econômica, ao tempo em que os gastos com a saúde se acentuam, o filho ou o marido usufruem daquela economia, desviando para outros fins, que não os domésticos. Simultaneamente, a violência sexual na relação conjugal é praticada, mas silenciada pelas “paredes de concreto” e pelo “silêncio sepulcral” da vítima e a certeza do agressor da impunidade, pois tem o domínio absoluto sobre o outro.

Dialogando com Hannah Arendt, que vincula violência à política e refuta a ideia de violência a de poder, sendo assim exercida como um instrumento e não como uma finalidade; por fim, afasta a possibilidade de comparação do homem com um animal irracional. Ela afirma que a violência é uma ação humana, assim como o poder, quem exerce a política. A violência tem uma carga semântica entre significantes, que são as ações humanas, e os significados, quais as leituras sobre essas ações. Ressalta o caráter instrumental da violência, cujas ações são potencializadas de acordo com os instrumentos de dominação realizada: palavra, entonação, contexto, armas de fogo, armas brancas (facas, madeiras, etc.); cartão da aposentadoria da geração Silver, dentre inúmeros instrumentos que viabilizam a ação humana e que são potencializadas. Questiona o desprovimento da razão humana, afirmando que o homem sabe o que quer fazer e contra quem, tendo plena consciência disso. Ao fim, questiona e afasta a comparação com outro animal, em que a imagem é de uma ação instintiva, desprovida de razão.

A diferença entre violência conjugal e abusos é que em uma há coação de parceiros e na outra exploração violenta, maus-tratos ou negligência de alguém que está sob a dependência de outra pessoa (GOMES, 2012). A violência cultural é imposta ao homem pela sua cultura, e que reafirma o poder do Estado. O progresso humano não permite validar e legitimar as mais variadas

formas de violência como um fenômeno cultural, justificando a reunião de vários países que acordam a instituição dos pactos e acordos internacionais.

A violência social “se manifesta na omissão e na ausência de suporte social para as pessoas que necessitam de cuidado” (BERZINS; WATANABE, 2010, p. 159). Esse suporte é dado por meio de políticas sociais criadas pela sociedade, de maneira descentralizada, mas organizada pelo Terceiro Setor, a exemplo das Organizações não-governamentais, com apoio econômico do estado para execução dos projetos sociais. Retomando a teoria de Hobbes (1651) sobre “o contrato social não pode senão assentar na monopolização do poder e da violência pelo soberano, único modo de obviar à luta contra todos própria do estado da natureza”.

A violência percebida sob dois espectros, público e privado, tem um viés cultural. Essa cultura é “espaço de superação da violência, é afinal o espaço da sua produção e reprodução” (RIBEIRO, 2013, p. 15). A violência no Brasil é uma questão cultural, em que a segregação socioeconômica é um fosso entre as classes, representada nos espaços territoriais urbanos, que se reproduzem diariamente. Na dicção de Bourdieu (2010) é um *habitus*, que as pessoas convivem com esse fenômeno. Em Portugal, não é a violência que predomina nas relações privadas e públicas, mas a sua existência consiste numa preocupação do Estado e numa indignação da população.

## Referências

- ALVES, M. A. **Delinquência juvenil e criminalidade na Cidade da Praia**. Uma pesquisa em torno do fenômeno *thug* e violência urbana. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Universidade de Cabo Verde, Cidade da Praia, 2014.
- BEATO, C.; ZILLI, L. A estruturação de atividades criminosas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.
- BORN, M. **Psicologia da Delinquência**. Lisboa: Climepsi Editores, p. 288, 2005.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, p. 548, 2013.

CALHAU, L.B. **Resumo de Criminologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus Ltda., p. 168, 2013.

FURTADO, C.; PINHEIRO, A.; ALMEIDA, H.; MAHOT, O. **Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde**. Praia, Cabo Verde, 2011.

INE - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Censo 2010**. Praia, 2010. Disponível em: <<http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2014.

LIMA, R. W. **Thugs: vítimas e/ou agentes da violência**. Comunicação apresentada no Colóquio Segurança e Violência em Cabo Verde, Universidade de Santiago. Assomada, Cabo Verde, 2010.

MACHADO, M. B. T. Turismo, medo e violência. **Turismo & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 225-228, 2013.

MINAYO, M. Violência e Educação: Impactos e Tendências. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 31, 2013.

MURAD, M. Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 99, p. 139-152, set./nov. 2013.

OLIVEIRA, W. Violência e saúde colectiva: contribuições teóricas das Ciências Sociais à discussão sobre o desvio. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, 2008.

SILVA, A. **Estudo neuropsicológico em adolescentes institucionalizados**. Porto: ICBAS-UP, 2010.

XAVIER, M.F. **Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes**. 2012. Monografia (Licenciatura em Criminologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.



# Homicídios dolosos, tráfico de drogas e desigualdade social na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil

*Poliana Conceição dos Santos*

*Edna Maria de Araújo*

*Eva Bulcão Mota*

*Márcio Costa de Souza*

*Daniel Deivson Alves Portella*

## RESUMO

**Importância:** Atualmente a violência vem se tornando um dos maiores problemas de saúde pública afetando principalmente a população jovem. Além disso, ocasiona prejuízos individuais e coletivos, impactando na morbimortalidade da população. Deste modo, a violência tornou-se alvo das intervenções da saúde pública no Brasil, no que se refere à atenção às vítimas e à prevenção desses eventos. **Objetivo:** Verificar a associação de homicídio doloso, tráfico de drogas e indicadores sociais na Região Metropolitana de Salvador (RMS) no ano de 2010. **Métodos:** Trata-se de estudo de agregado com os registros de homicídios dolosos e tráfico de drogas da Polícia Civil do Estado da Bahia e informações populacionais e sociodemográficas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a 2010. As variáveis estudadas foram: coeficiente de homicídios dolosos, tráfico de drogas e as co-variáveis: proporção de homens negros de 15 a 49 anos, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). **Resultados:** O coeficiente de homicídios dolosos encontrado na RMS no ano de 2010 foi de 130,6 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Em média, este coeficiente foi de 116,6 por cidade, com valor máximo na cidade de Itaparica 206,5 e valor mínimo em Madre de Deus 35,8. **Conclusão:** Pôde-se perceber que permanecem as crescentes taxas de homicídios por tráfico de drogas tanto na capital Salvador, quanto na região metropolitana. Contudo, os resultados apontam não apenas o padrão de evolução dos homicídios por tráfico de drogas, mas, sobretudo para a importância e a possibilidade de se debater a temática da violência, relacionada à saúde e à segurança pública. **Palavras-chave:** Homicídio. Tráfico de Drogas. Origem Étnica e Saúde. Iniquidade Social.

## Introdução

Atualmente, a violência vem se tornando um dos maiores problemas de saúde pública, afetando, principalmente, a população jovem (SOUZA et al., 2014). Além disso, ocasiona prejuízos individuais e coletivos, impacta na morbimortalidade da população, bem como não se restringe apenas ao setor saúde, mas exige esforços de diversos outros como: educação, economia, política, justiça e assistência social (BRASIL, 2001). Por esse motivo, a violência tornou-se alvo das intervenções da saúde pública no Brasil, no que se refere à atenção às vítimas e à prevenção desses eventos (DAHLBERG et al., 2007). Os homicídios vêm preocupando as autoridades e estudiosos do tema, por se colocarem como a primeira causa de morte entre os adolescentes e adultos jovens no Brasil (SOUZA et al., 2013). Em algumas metrópoles podem ser a primeira causa de mortalidade nas idades entre 15 e 34 anos, sendo responsável por grande parte das mortes prematuras ocorridas no país (DAHLBERG et al., 2007).

Vale ressaltar que os homicídios dolosos se configuram como uma expressão da violência interpessoal (MINAYO et al., 1993) é a partir dele que podemos captar a gravidade da situação de violência em um determinado contexto. Ademais, as agressões fatais parecem servir como indicador da violência estrutural e das condições de vida. Pesquisadores nacionais e internacionais sugerem que os homens jovens são as principais vítimas dos homicídios, além de serem seus principais perpetradores (SOUZA et al., 2013; DAHLBERG et al., 2007). Alguns estudos tentam compreender o aumento das taxas de homicídios a partir de indicadores socioeconômicos, principalmente no que se refere à desigualdade de renda (JANNUZZI, 2001; IBGE, 2015). Além disso, a distribuição desigual de recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre brancos e negros no Brasil acaba provocando desigualdade na distribuição da morte violenta. Assim, são os homens negros; entre estes, os mais jovens, as vítimas mais suscetíveis da violência letal (IBGE, 2015).

O perfil de mortalidade por homicídio doloso na Bahia assemelha-se ao padrão de outras regiões do Brasil (SOUZA et al., 2014). O aumento da mortalidade masculina, de maioria jovem, com pouca escolaridade, raça/cor da pele negra, a densidade demográfica, o índice de trabalho e renda, os investimentos na saúde e segurança pública e as taxas de encarceramento-



aprisionamento, dentre outros determinantes sociais da saúde que já fazem parte do paradigma dos homicídios, no país e no mundo (SOUZA, 2007; SOARES, 2011; SOUZA, 2005; PERES, 2011).

Os poucos estudos que há na Bahia sobre homicídio têm focalizado sua capital, Salvador; estes abordam aspectos como a mortalidade por causas externas, políticas públicas, anos potenciais de vida perdidos, violência urbana, homicídios entre jovens e desigualdade, entre outros temas (VIANA 2010; FREITAS et al., 2000). Portanto, o objetivo desse estudo foi verificar a associação de homicídio doloso, tráfico de drogas e indicadores sociais na Região Metropolitana de Salvador no ano de 2010.

### **Revisão bibliográfica**

Os homicídios vêm preocupando as autoridades e estudiosos do tema, por se colocarem como a primeira causa de morte entre os adolescentes e adultos jovens no Brasil (DAHLBERG et al., 2007). Em algumas metrópoles podem ser a primeira causa de mortalidade nas idades entre 15 e 34 anos, sendo responsável por grande parte das mortes prematuras ocorridas no país (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006). Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça (MJ) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, envolvendo 266 municípios com mais de 100 mil habitantes, no ano 2009, confirma que, embora esteja espalhada por todo o país, a violência vem crescendo no Norte e Nordeste. Esse é um reflexo de indicadores sociais baixos, poucos recursos para aplicação em sistemas de segurança pública e poucas políticas preventivas (PERES et al., 2006). A mesma pesquisa realizada pelo MJ mostra que na Bahia estão cinco dos quinze municípios onde os jovens brasileiros estão mais expostos à criminalidade, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, que leva em conta dados socioeconômicos como: número de agressões, escolaridade, acesso ao mercado de trabalho, renda e moradia.

A alta taxa de mortalidade nos espaços urbanos está vinculada à impunidade das infrações e delinquências, ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas, ao tráfico de drogas, ao amplo acesso e à disponibilidade de armas de fogo, bem como à ausência de um projeto político de maior inclusão que seja capaz de reduzir a exclusão social, a que estão submetidos diversos segmentos da sua sociedade (REICHENHEIM, 2011). Em um estudo realizado no ano de 2006, os autores destacaram que o coeficiente de

mortalidade por homicídio no Brasil na população de 0 a 19 anos apresentou um incremento global de 306,3%, no período de 1980 a 2002 (SOUZA et al., 1994). Com isso, pôde-se denotar que o aumento dos homicídios é uma das principais causas de óbitos nessa parcela da população; assim, as agressões letais vêm sendo objeto de diversos estudos.

## **Materiais e métodos**

Trata-se de estudo de agregado (MEDRONHO, 2009) com os registros de homicídios dolosos e tráfico de drogas da Polícia Civil do Estado da Bahia e informações populacionais e sociodemográficas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Este ano foi tomado como referência por se tratar do último ano da realização do censo demográfico e pela disponibilidade de dados sociais, econômicos e demográficos por município, necessários para a construção dos indicadores utilizados no estudo. O campo da pesquisa foi a Região Metropolitana de Salvador (RMS), a qual possui 3.142.541 habitantes (IBGE, 2010). Tem Salvador como sede da Região e demais municípios: Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz (BRASIL, 1973), Madre de Deus, Dias D'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca (BAHIA, 2008; BAHIA, 2009). As unidades de análise do estudo foram os 13 municípios que compõem a RMS.

As variáveis estudadas foram coeficiente de homicídios dolosos (variável dependente) e tráfico de drogas (variável independente principal), e as co-variáveis: proporção de homens negros de 15 a 49 anos (somatório de pretos e pardos<sup>19</sup>), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O coeficiente de homicídio doloso anual foi calculado para cada unidade de análise, sendo a relação entre o número de homicídios dolosos sob a população de risco multiplicado por 100 mil. Esse coeficiente foi classificado de forma decrescente, apresentando o município sede e os seis municípios com maiores e menores coeficientes de homicídio doloso.

Considera-se homicídio o ato pelo qual uma pessoa destrói ilicitamente a vida de outra, podendo ser culposo quando decorre de imprudência, imperícia ou negligência do agente e/ou doloso, quando o agente quis o resultado morte. Os casos de homicídios estudados foram os classificados como homicídio doloso (Código Penal no Art. 121, § 2º e 3º). Considerou-se neste

estudo como tráfico de drogas, o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas que são definidas como as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, proibidas em todo território nacional (SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS, 2006). No presente estudo, o tráfico de drogas foi representado pelo número de pessoas envolvidas com esse tipo de crime registrado pela Polícia Civil da Bahia.

As co-variáveis do estudo foram: a proporção de homens negros de 15 a 49 anos, a qual foi obtida a partir da relação entre os homens negros de 15 a 49 anos, com o total de homens de 15 a 49 anos para cada município da RMS. Além dessas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi utilizado, o qual mede o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida de uma população, considerando educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e produto interno bruto per capita (avalia o grau de desenvolvimento econômico de um determinado lugar). Esse índice é útil para avaliar o desenvolvimento de municípios, estados, países e regiões, variando de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) (MAHBUB et al., 1998).

No sentido de observarmos as vulnerabilidades das unidades de análises foi utilizado o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o qual construiu-se a partir dos indicadores infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho que expressam as situações de exclusão, vulnerabilidade social e a multidimensionalidade da pobreza em populações de municípios, estados, países e regiões. Este índice varia em escala de 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal ou desejável, e 1 corresponde à pior situação de vulnerabilidade (SCHUMANN, 2014). Para uma melhor comparação dos resultados foram descritas separadamente a capital Salvador, as seis cidades com os maiores coeficientes (Candeias, Camaçari, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Simões Filho e Itaparica) e as seis cidades com os menores coeficientes (Madre de Deus, Pojuca, São Francisco do Conde, Mata de São João, São Sebastião do Passé e Vera Cruz).

A análise estatística para verificação de associação entre o coeficiente de homicídio doloso, tráfico de drogas e as co-variáveis foi realizada utilizando-se o modelo multivariado de regressão binomial negativa, devido à superdispersão dos dados e para assegurar o requisito de linearidade dos preditores, todas as covariáveis foram categorizadas pelas medianas. Na construção do banco

de dados e análise estatística foram utilizados os softwares Microsoft Office Word e Excel 2007 para Windows e o software R 2.13.0. pacote estatístico de domínio público (R Development Core Team, 2011).

O presente projeto faz parte do projeto guarda-chuva intitulado “Drogas e homicídios na Bahia: o papel do Disque Denúncia”, o qual seguiu e respeitou todos os princípios básicos da bioética no que diz respeito à autonomia, beneficência, não-maleficência e à justiça, conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no qual serão discutidos os possíveis riscos e benefícios do estudo em questão (BRASIL, 2012).

## Resultados e discussões

Em toda Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram registrados 2.209 homicídios dolosos no ano de 2010, o que representou coeficiente de 130,6 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Em média, este coeficiente foi de 116,6 por cidade, com valor máximo de 206,5 em Itaparica e valor mínimo de 35,8 em Madre de Deus. Em Salvador, capital da Região, esse coeficiente foi de 130,7 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. A média do coeficiente de homicídio doloso no grupo de cidades com maiores e menores coeficientes foram 157,2 e 73,7, respectivamente. Nas seis cidades com os maiores coeficientes de homicídio doloso o valor máximo foi de 206,57 em Itaparica, o mínimo foi de 128,98 em Candeias. Já nas seis cidades com os menores coeficientes o valor máximo foi de 106,82 em Vera Cruz e o mínimo foi de 35,81 em Madre de Deus (Tabela 1).

Com relação ao tráfico de drogas na RMS foram registrados 1.129 casos de pessoas envolvidas com o tráfico, com média total de 87 registros por cidade da Região, tendo o valor máximo na capital, Salvador, com 800 registros, e o valor mínimo em São Francisco do Conde, com um registro (Tabela 2). No grupo de cidades com os maiores coeficientes de homicídio doloso, a média de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas foi de 50, com valor máximo 102 e valor mínimo 13. Nas cidades com os menores coeficientes, essa média foi 5, e valor máximo 8 e mínimo 1 (Tabela 1), bem como na proporção de homens negros de 15 a 49 anos foi observada média geral de 0,8625, valor máximo de 0,9205 e valor mínimo de 0,7753. Na capital foi encontrada proporção de 0,8092.

**Tabela 1:** Coeficientes de homicídios dolosos nos municípios, da Região Metropolitana de Salvador, em 2010

Municípios	Total da população**	Homicídios dolosos*	Coeficiente/ 100.000
Salvador	1.248.897	1.633	130,75
<b>Menores coeficientes</b>			
Madre de Deus	8377	03	35,81
Pojuca	16078	07	43,53
São Francisco do Conde	16203	12	74,06
Mata de São João	19879	17	85,51
São Sebastião do Passé	20708	20	96,58
Vera Cruz	18722	20	106,82
<b>Maiores coeficientes</b>			
Candeias	40314	52	128,98
Camaçari	120704	157	130,07
Lauro de Freitas	79276	117	147,58
Dias D'Ávila	32818	54	164,54
Simões Filho	58013	96	165,48
Itaparica	10166	21	206,57

\*Registros da Polícia Civil do Estado da Bahia.

\*\*População referente ao censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Do mesmo, as seis cidades com os maiores coeficientes foi observada maior proporção na cidade de Itaparica (91%) e menor proporção em Lauro de Freitas (77%), tal quais as seis cidades com os menores coeficientes foi observada maior proporção na cidade de São Francisco do Conde (92%) e menor proporção em Pojuca (85%). Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano foi observada média geral de 0,687, valor máximo de 0,759 e valor mínimo de 0,645. Na capital, o índice foi de 0,759, valor próximo a 1, indicando, assim, um bom desenvolvimento humano (Tabela 2).

**Tabela 2:** Indicadores sociais e tráfico de drogas nos municípios, da Região Metropolitana de Salvador, em 2010

Municípios	Tráfico de drogas*	Proporção de homens negros de 15 a 49 anos	Índice de desenvolvimento humano	Índice de vulnerabilidade social
Salvador	800	80,9	0,759	0,350
<b>Menores coeficientes</b>				
Madre de Deus	07	88,4	0,708	0,295
Pojuca	04	85,4	0,666	0,316
São Francisco do Conde	01	92,0	0,674	0,376
Mata de São João	08	87,9	0,668	0,424
São Sebastião do Passé	05	87,5	0,657	0,468
Vera Cruz	07	90,0	0,645	0,403
<b>Maiores coeficientes</b>				
Candeias	13	89,7	0,691	0,345
Camaçari	102	82,8	0,694	0,354
Lauro de Freitas	102	77,5	0,754	0,303
Dias D'Ávila	24	80,0	0,676	0,362
Simões Filho	37	87,0	0,675	0,429
Itaparica	19	91,5	0,670	0,433

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

\*Registros da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Continuando, das seis cidades com os maiores coeficientes foi observado melhor índice em Lauro de Freitas, 0,754, e pior índice em Itaparica, 0,670. Já nas seis cidades com os menores coeficientes foi observado melhor índice em Madre de Deus (0,708) e pior índice em Vera Cruz (0,645) (Tabela 2). Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Social foi observada média geral de 0,374, valor máximo de 0,759 e valor mínimo de 0,645. Na capital, o índice foi de 0,350, chegando próximo da situação ideal que seria 1. Do mesmo modo, nas seis cidades com os maiores coeficientes foi observado pior índice

em Itaparica (0,433) e melhor índice em Lauro de Freitas (0,303). Já nas seis cidades com os menores coeficientes foi observado pior índice em São Sebastião do Passé (0,468) e melhor índice em Madre de Deus (0,295), tal quais as seis cidades com maiores coeficientes podemos destacar Itaparica, que está entre as três maiores cidades com registro de tráfico de drogas, com pior IVS (0,433) e melhor IDH (0,670) quando comparada a outros municípios. Destaca-se, também, a cidade de Lauro de Freitas, que tem a menor proporção de homens negros de 15 a 49 anos (77,5%) entre todas as cidades estudadas; está entre as três cidades com os maiores registros de homicídios dolosos e pessoas envolvidas com tráfico de drogas, tendo um bom IDH (0,754) e IVS baixo (0,303) (Tabela 2).

Na análise, utilizando-se o modelo de regressão binomial negativa (Tabela 3) foi encontrada associação positiva entre o coeficiente de homicídios doloso e os preditores tráfico de drogas, proporção de homens negros de 15 a 49 anos, índice de vulnerabilidade social e associação negativa entre o coeficiente de homicídio doloso e o índice de desenvolvimento humano, sendo que ambas as associações foram estatisticamente significantes.

Dessa forma, as cidades com mais de 14 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas há um aumento de 74% no coeficiente de homicídio doloso. Nessa direção, as cidades com mais de 87% de proporção de homens negros de 15 a 49 anos, há um aumento de 40% nesse coeficiente. Em relação ao IVS, as cidades que apresentam o índice acima de 0,361, o coeficiente de homicídio doloso eleva-se em 27%. Entretanto, as cidades que apresentem melhor IDH, ou seja, menor ou maior que 0,676, há uma redução de 26% no coeficiente homicídio doloso.

O perfil da mortalidade por homicídios em Salvador e Região Metropolitana, apresentado nos resultados, assemelha-se aos padrões de outras regiões do Brasil. O aumento da mortalidade masculina, predominantemente negra e em sua maioria jovem, moradores de regiões com pouco desenvolvimento econômico e social, já faz parte da realidade do país. Em um estudo realizado por Waiselfisz (2008), na capital baiana, foi observada taxa de homicídios de 158 por 100mil, ao considerar a população na mesma faixa etária utilizada neste estudo. Consequentemente, a violência vem se destacando como um fator que conduz parte significativa de jovens à morte precoce. Mais da metade dos mortos por homicídios em 2011 no Brasil era de jovens, em sua maioria homens negros. Por esse motivo, um estudo realizado por Cardoso et al. (2015) relata que o homicídio juvenil

como problema social de grande impacto requer o entendimento da interação perversa entre fatores estruturais relativos às causas socioeconômicas e aos processos culturais dinâmicos, originados, por exemplo, de representações rígidas sobre identidades de gênero e de estereótipos de “raça”/cor.

**Tabela 3:** Modelo multivariado de regressão binomial negativa para associação entre o coeficiente de mortalidade por homicídio doloso (por 100.000) e indicadores sociais nos municípios da Região Metropolitana de Salvador em 2010

Indicadores	Coeficiente	Exponencial do Coeficiente	Erro-padrão	p-valor**
<b>Tráfico de drogas</b>				
Menor ou Igual a 14	0,5553	1,74	0,3002	<b>0,001</b>
Maior que 14 (ref)*	1,00			
<b>Proporção de homens negros de 15 a 49 anos</b>				
Menor ou Igual a 87,5%	0,3432	1,40	0,2365	<b>0,041</b>
Maior que 87,5% (ref)*	1,00			
<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>				
Maior que 0,676	-0,2946	0,74	0,1207	<b>0,069</b>
Menor ou Igual a 0,676 (ref)*	1,00			
<b>Índice de Vulnerabilidade Social</b>				
Menor que Igual a 0,361	0,2398	1,27	0,1046	<b>0,004</b>
Maior que 0,361 (ref)*	1,00			

\*Categoria de referência.

\*\*Ajustado pelas demais variáveis do modelo.

Alguns autores afirmam que as variações nos índices de homicídio na Bahia e em outras regiões estão relacionadas à densidade demográfica, ao índice de trabalho e renda, aos investimentos na pasta da saúde e segurança pública e às taxas de encarceramento-aprisionamento, dentre outros determinantes sociais da saúde. Com isso a preocupação com a cobertura de segurança pública e da criminalidade vem avançando em todo o país. Em pesquisa da CNI/Ibope de 2014, 31% dos entrevistados elencaram a segurança como a segunda área que deveria ser a maior prioridade do governo, ficando atrás apenas da saúde



(48%). Nos últimos 50 anos, podemos observar uma aceleração de mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de violência. Dentre elas, podemos citar as formas de acumulação, tanto de capital como de concentração industrial e tecnologias. Essas mudanças repercutem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Estudos mostram que há uma relação de causalidade entre violência e pobreza, principalmente quando analisada a concentração da riqueza, exploração da violência fatal e precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades.

Deste modo, a violência por ser um fenômeno complexo e multicausal, que evidencia a necessidade de uma atuação interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial, que atue de modo a prevenir e reduzir os índices alarmantes de morbimortalidade. Este estudo apresentou algumas limitações, tais como a utilização de dados com diferentes fontes por se tratar de um estudo ecológico e os registros policiais que geralmente possuem vários tipos de inconsistências nos registros das ocorrências e na organização do banco de dados, levando a uma provável subnotificação destes dados.

### **Considerações finais**

O que se percebe, a partir da análise efetuada, é que permanecem as crescentes taxas de homicídios por tráfico de drogas, tanto na capital, Salvador, quanto na região metropolitana. Desta forma, podemos concluir que o objetivo do referido trabalho foi alcançado. Contudo, os resultados apontam não apenas o padrão de evolução dos homicídios por tráfico de drogas, mas, sobretudo, para a importância e a possibilidade de se debater a temática da violência, relacionada à saúde e à segurança pública, em uma perspectiva complexa e intersetorial.

Sendo assim, espera-se que os resultados apoiem a elaboração de novos estudos e que sirvam de subsídio para a criação de políticas públicas capazes de envolver segurança pública, saúde e sociedade civil, com o intuito de trabalharem em conjunto em todas as dimensões que o enfrentamento da violência requer.

### **Referências**

BAHIA. **Lei complementar Nº 30, de 03 de janeiro de 2008.** Institui à Região Metropolitana de Salvador os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé e dá outras providências. Bahia, 2008.

BAHIA. **Lei complementar Nº 32, de 22 de janeiro de 2009.** Institui à Região Metropolitana de Salvador o município de Pojuca e dá outras providências. Bahia, 2009.

BRASIL. **Lei Complementar Federal Nº 14, de 08 de junho de 1973.** Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília, 8 de junho de 1973.

BRASIL. **Presidência da República. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência IVJ-Violência.** Brasília (DF): Ministério da Justiça; 2010. 31 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Epidemiologia das causas externas no Brasil: mortalidade por acidentes e violências no período de 2000 a 2009.** [internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde, p. 249, 2010.

BRASIL. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências.** Ministério da Saúde, 2001.

CASTRO, M. G. ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cad. Pesqui.** [online], n. 116, p. 143-176, 2002.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, G.E. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11(Sup), p. 1163-1178, 2007.

FREITAS, E.D.; PAIM, J.S.; SILVA, L.M.V.; COSTA, M.C.N. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 4, p. 1059-1070, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, p. 137, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**, Brasília, 2010.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: editora Aliena, 2001.

MAHBUB, H. A.Q.; AMARTYA, S. **Criação do Índice de Desenvolvimento Humano**, 1998.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. **Epidemiologia**. São Paulo: Ateneu, 2009.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. Violence for All. **Cad. Saúde Pública**. v. 9, n. 1, p. 65-78, 1993.

OLIVEIRA, W. F. Violência e saúde coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. **Saúde Soc**. v. 17, n. 3, p.42-53, 2008.

PERES, M. F. T.; VICENTIN, D.; NERY, M.B.; LIMA, R.S.; SOUZA, E.R.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. **Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil**: uma análise descritiva. Ver. Panam Salud Publica, v. 29, n. 1, p. 17-26, 2011.

PERES, M.F.T.; CARDIA, N; SANTOS, P.C. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil**: 1980-2002. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2006.

QUERINO A.C. **Racismo Institucional – uma abordagem conceitual**. Local: Trama Design, p. 55, 2013.

REICHENHEIM, M. E.; SOUZA, E. R.; MORAES, C. L.; JORGE, M. H. P. M., SILVA, C. M. F. P., MINAYO, M. C. Z. **The Lancet**. n. 377, p. 1962-75, 2011.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

SOUZA E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOUZA, T.O.; SOUZA, E.R.; PINTO, L.W. Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014.

VIANA, L. A. C. **Mortalidade por causas externas**: evolução temporal das desigualdades sociais no espaço intra-urbano. [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2011**: os jovens do Brasil. São Paulo, Brasília: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.

# Homicídios por agressões em Salvador: tendência no período de 2000 a 2015

*Giselle dos Santos de Almeida*  
*Daniel Deivson Alves Portella*  
*Aloísio Machado da Silva Filho*  
*Joara Raíza Fontes Barros Bomfim*  
*Natália dos Reis Andrade*

## RESUMO

**Objetivo:** Descrever a tendência temporal dos homicídios por agressões no município de Salvador no período de 2000 a 2015. **Métodos:** Estudo ecológico longitudinal do tipo descritivo. A unidade de análise foi a cidade de Salvador durante os anos 2000 a 2015. As variáveis explicativas foram raça/cor, idade e sexo. Os óbitos foram provenientes do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As informações populacionais e sociodemográficas foram extraídas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A análise foi realizada por meio do modelo de regressão de Prais-Winsten, com intervalos de confiança de 95% e valores de  $p$  obtidos pelo teste de  $t$ -student. **Resultados:** O comportamento dos homicídios por agressões desde 2000 a 2015 indicou um VPA (Variação Percentual Anual) entre a população geral de 9,9% (IC = 1,84 – 18,67,  $p = 0,010$ ) com tendência crescente. Para a população masculina geral, o VPA foi de 10,2% (IC = 1,90 – 19,23,  $p = 0,010$ ). Entre a população masculina negra geral o VPA foi de 10% (IC = 1,806 – 18,967,  $p = 0,010$ ). Segundo a idade, a taxa de VPA mais elevada se refere à população masculina de 15 a 29 anos que atingiu 11,2% (IC = 1,75 – 21,56,  $p = 0,020$ ). Os valores para os jovens negros da mesma faixa etária alcançaram VPA de 10,9% (IC = 2,39 – 20,29,  $p = 0,010$ ). **Conclusão:** Os resultados implicam que a tendência dos homicídios por agressões aumentou de forma significativa nos anos estudados. O grupo mais impactado se configura por homens jovens negros, sugerindo que os fatores raça/cor, idade e sexo podem predizer a ocorrência dos eventos. **Palavras-chave:** Agressões; Estudo Ecológico Longitudinal; Homicídios; Salvador.

## Introdução

Sabe-se que a violência não é um problema particular da área da saúde; no entanto, não se pode negar que ela a afeta de diversas formas. Agudelo (1990) aponta que a associação existente entre a saúde e a violência é mais íntima do que um simples registro de eventos: representa um risco para a vitalidade humana, possui capacidade de alterar a saúde, produz enfermidade e ocasiona morte como possibilidade ou realidade.

Os crimes contra a pessoa traduzem, dentre outros, o grau de violência encontrado em determinada sociedade. Desses, o homicídio é talvez o maior dos problemas sociais existentes (VILAR, 2013). A 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), em seu vigésimo capítulo nomeado como Causas externas de morbidade e mortalidade, classifica o agrupamento de Agressões (X85 -Y09) como lesões infligidas por outra pessoa que se utiliza de qualquer meio com a intenção de lesar ou de matar, o que inclui os homicídios.

Conforme a OPAS (2009) apud Martins (2011), os índices mais altos de homicídios no mundo se situam na América Latina, ultrapassam as da Europa e encontram-se um pouco mais elevados do que os da África Subsaariana. Suas taxas se agrupam de maneira dissemelhante nas Américas (29,2/100 mil homens), demonstrando diferenças entre países da mesma região: El Salvador (101,2) e Costa Rica (12,6); Paraguai (32,4) e Chile (6,8); Colômbia (113,3), Venezuela (60,2) e Equador (36,8). Estados Unidos (9,4) e Canadá (2,1) possuem as menores taxas, enquanto o Brasil e o México apresentam índices de 56,7 e 16,1/100 mil homens, respectivamente.

Entre 1979 e 1990, o Brasil esteve incluído no grupo dos países que vivenciaram elevado crescimento de mortalidade por causas violentas (MACEDO et al., 2001 apud YUNES, 1994). Os homicídios chegaram a ocupar a primeira posição entre essas causas de morte no início década de 90, sendo responsáveis por um crescimento de 160% (JORGE et al., 1997). No estado da Bahia, mais especificamente em Salvador, no final da década de 80, a segunda principal causa de morte esteve relacionada às causas externas, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório (BAHIA, 1994).

Deve-se considerar ainda a heterogeneidade existente nas populações. Muitas vezes, as estatísticas oficiais não mostram o quão é distinto o padrão de distribuição espacial dos índices de mortalidade por causas externas. Essas

diferenças ganham destaque quando se estabelece associação com algumas variáveis socioeconômicas como: educação, renda, consumo de bens e serviços. Outras particularidades que possuem considerável peso na determinação das desigualdades em saúde são aquelas relacionadas à idade, raça, sexo e regiões demográficas. Logo, o perfil de vitimização da violência atualmente é descrito por grupos de adolescentes e adultos jovens do sexo masculino, pobres e negros (MACEDO et al., 2001).

Há no Brasil uma grave discrepância quando se observa o risco de morte por homicídios entre negros e brancos. A população negra possui os menores índices de educação formal, ocupam as posições mais precárias do mercado de trabalho, além de compor a maioria entre os mais pobres. Porém, essa disparidade observada não é gerada apenas por um processo de segregação e discriminação. É preciso considerar que outras questões sociais podem estar envolvidas, colaborando para a permanência desse cenário (MARTINS, 2011).

De acordo com Soares (2000) apud Macedo (2001) “quem atribui o envolvimento com o crime a necessidades econômicas frequentemente esquece o papel que a cultura, os valores, as normas sociais e os símbolos desempenham”. Minayo e Souza (1993) destacaram alguns fatores como determinantes da violência nas últimas décadas, entre eles estão o crescimento das desigualdades socioeconômicas; pequenos salários e renda familiar que levam à perda do poder aquisitivo; ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população em relação a saúde, educação, moradia e segurança.

Nesse sentido, a luta para que esse quadro seja modificado deve estar pautada pela busca do fortalecimento de modelos de atenção direcionados à vigilância em saúde e do desenvolvimento de planos e programas que visem à distribuição e geração de renda ao mesmo passo que colaboram para a produção de oportunidades de emprego, educação, esporte e lazer (PAIM et al., 1999). Segundo Minayo et al. (1999) apud Andrade et al. (2011), apesar dos desafios, a prevenção da violência e a promoção da saúde precisam ser pensadas mediante a uma perspectiva pluricausal da situação e, para isso, romper com a visão setorial da saúde é uma iniciativa indispensável.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar a tendência temporal dos homicídios por agressões na cidade de Salvador e, deste modo, obter informações mais atualizadas sobre o padrão de mortalidade por causas violentas, visando à construção de um trabalho que sirva de suporte para a adequação de políticas públicas que considerem o contexto da diversidade populacional.

## Métodos

Foi realizado um estudo agregado de tendências temporais, empregado para avaliar a associação entre as mudanças no tempo do nível médio de uma exposição e das taxas de doença em uma população geograficamente definida, como atesta Medronho (2009). A unidade de análise foi a cidade de Salvador durante o período de 2000 a 2015. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a localidade possui 2,6 habitantes (população no último Censo Demográfico, que ocorreu em 2010).

As variáveis utilizadas na atual pesquisa foram os casos de óbitos registrados no banco de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), a partir da categoria de homicídios por agressões (X85 a Y09) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde – 10ª Revisão (CID-10). A plataforma virtual do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sistema integrado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde forneceu informações sobre saúde (indicadores de saúde, assistência à saúde, informações epidemiológicas e de morbidade, informações sobre a rede de assistência à saúde, estatísticas vitais, informações demográficas e socioeconômicas) juntamente com o aplicativo TABNET, que permite gerar tabelas conforme a consulta dos dados que se deseja.

As informações populacionais e sociodemográficas foram extraídas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que permite a obtenção dos dados agregados de estudos e pesquisas realizadas pelo IBGE. Esse sistema disponibiliza a consulta dos dados na forma de séries temporais, possibilitando que o seu comportamento seja acompanhado ao longo do tempo.

O cálculo anual do coeficiente de mortalidade de homicídios por agressões foi realizado por meio dos dados obtidos, tendo como população o total de habitantes por recorte de sexo, raça/cor e idade e os coeficientes foram multiplicados por 100mil. Ademais, para a caracterização das unidades de análise, foram utilizadas as variáveis sociais, demográficas, econômicas e de segurança pública. O banco de dados foi construído pelos *softwares* Microsoft Office Excel 2010 para Windows e análise estatística pelo *software* R 2.13.0. pacote estatístico de domínio público (R, 2011). Posto isso, os resultados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos de tendência dos coeficientes de mortalidade.



A fim de avaliar a evolução temporal dos coeficientes de mortalidade por agressões, a análise estatística foi realizada por meio do modelo de regressão de Prais-Winsten (MOHR, 2015), que permitiu analisar a autocorrelação serial dos erros-padrão durante o período estudado, com intervalos de confiança de 95% e valores de  $p$  obtidos pelo teste de  $t$ -student (ALVES, 2017).

## Resultados

Em Salvador, entre os anos 2000 a 2010, a tendência da taxa de homicídios por agressões na população geral foi ascendente, o que indicou uma VPA (Variação Percentual Anual) de 9,9% (IC = 1,84 – 18,67,  $p = 0,010$ ). Para a população masculina geral, a VPA foi de 10,2% (IC = 1,90 – 19,23,  $p = 0,010$ ) e, entre a população masculina negra geral, a VPA foi de 10% (IC = 1,806 – 18,967,  $p = 0,010$ ) (Tabela 1).

Ao realizar uma análise de tendência segundo a idade, a taxa de VPA mais elevada se refere à população masculina de 15 a 29 anos, que atingiu 11,2% (IC = 1,75 – 21,56,  $p = 0,020$ ). Os valores para os jovens negros da mesma faixa etária alcançaram VPA de 10,9% (IC = 2,39 – 20,29,  $p = 0,010$ ), enquanto na população de 15 a 29 anos a VPA foi equivalente a 11% (IC = 1,84 – 21,04,  $p = 0,020$ ) (Tabela 1).

**Tabela 1:** Taxa de variação percentual anual dos homicídios por agressões a cada 100 mil habitantes, em Salvador, no período de 2000 a 2015, segundo os recortes populacionais por sexo, raça/cor e idade

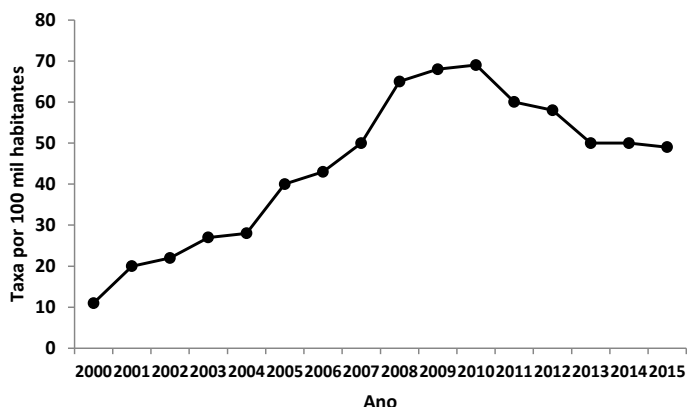
População	(%)	IC (95%)	$p$ -valor	Tendência
Geral	9,9	1,84; 18,67	0,010	Crescente
Masculina geral	10,2	1,90; 19,23	0,010	Crescente
Masculina negra geral	10	1,81; 18,97	0,010	Crescente
De 15 a 29 anos	11	1,84; 21,04	0,020	Crescente
Masculina de 15 a 29 anos	11,2	1,75; 21,56	0,020	Crescente
Masculina negra de 15 a 29 anos	10,9	2,39; 20,29	0,010	Crescente
De 15 a 49 anos	9,9	1,78; 18,70	0,010	Crescente
Masculina de 15 a 49 anos	10,1	1,75; 13,14	0,020	Crescente
Masculina negra de 15 a 49 anos	9,8	1,58; 18,89	0,020	Crescente

Para a população de 15 a 49 anos, a taxa de VPA foi 9,9% (IC = 1,78 – 18,70,  $p = 0,010$ ). Adicionando a variável sexo a esta faixa etária, encontrou-se uma VPA equivalente a 10,1% (IC = 1,75 – 13,14,  $p = 0,020$ ). Entre a população masculina negra de 15 a 49 anos, a VPA foi de 9,8% (IC = 1,58 – 18,89,  $p = 0,020$ ). Os modelos apresentaram tendência crescente em todos os recortes da população estudada (Tabela 1).

A taxa média de homicídios por agressões na população geral entre 2000 e 2015 foi de 44,6%, o mesmo valor para a população masculina geral foi de 89,2 e entre a população masculina negra chegou a 101,2 %. Para a população de 15 a 29 anos, a taxa média obtida foi de 107,6%, entre a população masculina de 15 a 29 anos foi de 213,9% e entre a população masculina negra de 15 a 29 anos foi de 310,7%. Na população de 15 a 49 anos, a taxa média foi de 69,7%; 139,8% na população masculina de 15 a 49 anos; e 158,2% na população masculina negra de 15 a 49 anos (Tabela 1).

O Coeficiente de Variação (CV) para a população geral foi de 40,8%, na população masculina geral 41% e de 42,4% na população masculina negra geral. Na população de 15 a 29, o CV foi de 44,9%; na população masculina de 15 a 29 anos, 44,7%, e na população masculina negra de 15 a 29 anos foi de 44%. No recorte da população de 15 a 49 anos, o CV encontrado foi de 41,3%; 41,2% na população masculina de 15 a 49 anos; e 42,4% na população masculina negra de 15 a 49 anos (Tabela 1).

**Figura 1:** Série temporal dos homicídios por agressões, na população geral da cidade de Salvador, durante o período 2000 a 2015



Quando analisados os valores máximos relacionados ao recorte da população geral, observou-se que a maior taxa de mortalidade por agressões, entre o período estudado, foi encontrada no ano 2009, e esteve associada à população masculina negra e representou 163% a cada 100 mil habitantes; 140% entre a população masculina geral; e 69,0% entre a população geral (Figura 1). O valor mínimo da taxa de mortalidade por agressões na população geral foi registrado no ano 2000: 11,8%; 22/7% na população masculina geral; e 26,5% na população masculina negra geral.

Entre a parcela da população de 15 a 29 anos, os valores máximos foram encontrados no ano de 2009: 183,5%; 367,1% entre a população masculina de 15 a 29 anos; e 510,6% entre a população masculina negra de 15 a 29 anos. Os mesmos valores para o ano de 2015 foram: 116,%; 231,19%; e 357,5%, respectivamente. Já os valores mínimos foram apontados no ano 2000: 24% na população de 15 a 29 anos, 46% na população masculina de 15 a 29 anos e 74% na população masculina negra de 15 a 29 anos. No ano de 2015, as taxas foram de 116,8%; 231,1% e 357,5%, respectivamente.

No que se refere às taxas de mortalidade por agressões relacionadas à faixa etária de 15 a 49 anos, os valores máximos foram registrados no ano de 2009: 111%; 224,5% para a população masculina de 15 a 49 anos; 259,1% para a população masculina negra de 15 a 49 anos. No ano de 2015, as taxas foram de 77,1%, 154,1% e 174%, respectivamente. Os mínimos valores também foram observados no ano 2000: 18,4% na população de 15 a 49 anos, 35,9% na população masculina de 15 a 49 anos e 41,8% na população masculina negra de 15 a 49 anos.

## Discussão

O estudo evidenciou que a tendência para as taxas de mortalidade por agressões na cidade de Salvador foi crescente durante todo período analisado e se manteve ascendente mesmo quando adicionadas as variáveis sexo, raça/cor e idade. Os valores mínimos das taxas em todos os recortes da população estiveram localizados no ano 2000 e os valores máximos em 2009.

As inferências feitas neste trabalho não devem ser interpretadas em nível individual, já que os estudos ecológicos são utilizados para avaliar o efeito médio de uma exposição ou intervenção e sua relação sobre um desfecho em uma determinada população (SCHWARTZ, 1994). No entanto, são estudos

de baixo custo e de ligeira realização que podem ser benéficos para avaliar o impacto das políticas públicas sobre a população.

Diversos estudos corroboram com a hipótese da relação entre a ocorrência dos homicídios, raça/cor e idade. O Mapa da Violência (WASELFSZ, 2013) analisou a evolução do número de homicídios de acordo com a vitimização por raça/cor na população total do Brasil, no período de 2002 a 2010. Foi possível observar um aumento nos números de vítimas na população negra e uma acentuada tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca. Essa tendência ocorre de forma bem mais pronunciada na população jovem.

De acordo com o Atlas da Violência (IPEA-FBSP, 2018), Salvador registrou em 2015 uma taxa homicídios de 52,8% por 100 mil habitantes. Outro aspecto considerável do mesmo estudo está relacionado à estimativa voltada para as chances de que o cidadão negro possui de sofrer assassinato; este número é 23,5 % maior em relação a indivíduos de outras raças/cores. Portanto, essas taxas mostram a extensão da desigualdade instalada no Brasil.

Em 2016, a Bahia alcançou uma taxa de homicídio, referente à população negra, de 52,4% por 100 mil habitantes. Em contrapartida, a taxa de homicídios do mesmo ano para a população não negra foi de 15,6% por 100 mil habitantes. Os dados apresentados demonstram que especialmente os homens jovens negros compõem o perfil mais frequente das vítimas de homicídios e ainda fazem parte do perfil que prevalece entre a população prisional do país (IPEA-FBSP, 2018).

A Tabela 1 indica os resultados da análise das taxas de VPA dos homicídios por agressões no período de 2000 a 2015, na cidade de Salvador, em recortes populacionais específicos desta pesquisa. No ranking das taxas mais altas, apresentam-se: a população masculina de 15 a 29 (11,2%), logo depois a população de 15 a 29 anos (11%) e finalmente a população masculina negra de 15 a 29 anos (10,9%). Os maiores índices de VPA estão entre a população jovem, em concordância com os dados dos estudos já citados, que destacam os indivíduos jovens como os mais acometidos pelos homicídios.

Além disso, a população masculina negra de 15 a 29 anos obteve o mais significativo valor máximo da série temporal: 510,6% no ano de 2009. Quando retiradas as variáveis sexo e raça/cor, a taxa máxima do mesmo ano cai para 183,5%, porém, ainda se caracteriza como um número alto. É possível observar, para as outras faixas etárias, que o mesmo comportamento

no que concerne aos valores máximos das taxas de homicídios por agressões no local estudado são inferiores quando comparados aos dados dos recortes associados às variáveis sexo e raça/cor.

O gráfico de análise de tendência dos homicídios por agressões na cidade de Salvador de 2000 a 2015 possui uma trajetória ascendente e têm seu ponto máximo da taxa por 100 mil habitantes no ano de 2009. Entre 2010 e 2013, os valores se encontram um tanto reduzidos, e ao final da série, por volta do ano de 2014 e 2015, os números se estabilizam. Cabe ressaltar que no ano de 2011 foi instituído na Bahia o programa Pacto Pela Vida, constituído de uma série de medidas construídas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, com o objetivo de diminuir os crimes que envolvem mortes (FREITAS, 2015).

O decréscimo nas taxas de homicídio ainda pode ser justificado pela disseminação e interiorização da violência, originando o deslocamento do polo dinâmico das ocorrências dos municípios de grande porte para os municípios de médio e pequeno porte. Isso se deve à expansão de empregos e renda decorrente do crescimento dos municípios do interior de diversos estados do país (atraindo também a criminalidade), bem como ao avanço na cobertura da coleta de dados de mortalidade nessas áreas, diminuindo o risco de subnotificação (WAISELFISZ, 2014).

É importante ressaltar que certas ações efetivas sobre os determinantes da mortalidade por homicídios perpassam o setor saúde, isto é, devem estar fundamentadas na visão multicausal do contexto em que as ocorrências estão inseridas, o que requer intervenções de caráter estrutural e conjuntural (LIMA, 1991).

## **Conclusão**

Os resultados implicam que a tendência dos homicídios por agressões aumentou de forma significativa nos anos estudados. Historicamente, o grupo mais impactado se configura por homens jovens negros, sugerindo que os fatores raça/cor, idade e sexo podem antever a ocorrência dos eventos. Portanto, o presente estudo servirá como ferramenta para a coleta de informações mais atualizadas sobre o padrão de mortalidade por causas violentas, como suporte para a adequação de políticas públicas que considerem o contexto da diversidade populacional e como auxílio para gestores, técnicos e profissionais na tomada de decisão em prol na promoção de ambientes sociais seguros e pacíficos.

## Referências

AGUDELO, F. La Violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región. **Boletim Epidemiológico de la OPS**, n. 11, p. 1-7, 1990.

ALVES, M. C. **Teste t de Student**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Seção Técnica de Informática, 2017.

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; SOUZA, R. K. T.; MATSUO, T.; SOUZA, H. D. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1281-1288, 2011.

BAHIA. Secretaria da Saúde. **Anuário estatístico: dados por município**. Salvador: Secretaria da Saúde, Centro de Informações de Saúde, 1994.

FREITAS, F. S. **Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do estado da Bahia (2011–2014)**, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico**, 2010.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**, 2018.

JORGE, M. H. P. M.; GAWRYSZEWSKI, V. P.; LATORRE, M. R. D. O. I Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 4, p. 05-25, 1997.

LIMA, M. L. C.; XIMENES, R. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, **Cadernos de Saúde**, 1991.

MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V.; COSTA, M. C. N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. **Epidemiologia**. São Paulo: Ateneu, 2009.

MINAYO, M. C. S. SOUZA, E. R. Violence for all. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 1, p. 65-78, 1993.

MOHR, F. Package 'prais'. Prais-Winstein estimation procedure for AR(1) serial correlation. Version 0.1.1. 2015.

PAIM, J. S.; COSTA, M. C. N.; MASCARENHAS, J. C.; SILVA, L. M. V. The distribution of violence: mortality due to external causes in Salvador, Bahia, Brazil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 6, n. 5, p. 321-332, 1999.

SCHWARTZ, S. The fallacy of the ecological fallacy: the potential misuse of a concept and the consequences. **American Journal of Public Health**. v. 84, p. 819-24, 1994.

SOARES, A. M. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 745-755, 2011.

VILAR, A. C. **Homicídio**: caracterizando e mapeando. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Os jovens do Brasil**: mapa da violência 2013. São Paulo: Juventude Viva/Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Os jovens do Brasil**: mapa da violência 2014. São Paulo: Juventude Viva/Secretaria Nacional de Juventude, 2014.





# Perfil das vítimas de crimes ocorridos na Região Metropolitana de Belém do Pará, que sofreram lesão corporal no período de 2010 a 2017

*Flaviane Pantoja Garcia*

*José Gracildo de Carvalho Júnior*

*Silvia dos Santos de Almeida*

*Paulo Victor do Espírito Santo da Silva*

*Thays Suelen Santos Brito*

## RESUMO

**Importância:** A violência doméstica atinge tanto a integridade física, emocional, sexual, como também psicológica, e muitas vezes, passa despercebida aos olhos da sociedade por ser praticada em um ambiente familiar. **Objetivo:** Apresentar o perfil das vítimas que sofreram lesão corporal, a partir dos inquéritos policiais registrados em flagrante nas delegacias de cada município, da Região Metropolitana de Belém no Estado do Pará, no período de 2010 a 2017. **Metodologia:** Foi realizada neste estudo uma análise exploratória dos dados coletados, para que desta forma fosse possível traçar um perfil das vítimas dos crimes de lesão corporal avaliados neste estudo. **Resultados:** A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa observou-se dentre as vítimas de lesão corporal que a maior parte com faixa-etária dos 18 aos 24 anos (26,66%); quanto ao estado civil em maioria eram casadas ou com união estável (52,08%), com o grau de instrução na maior parte apresentou ensino fundamental incompleto (44,52%). E ainda, o meio empregado no ato da violência física avaliada neste trabalho, em sua maioria foi sem instrumento (50,66%). **Conclusão:** É fator preponderante as autoridades de Segurança Pública atentarem para o perfil das vítimas e a forma empregada nos crimes de lesão corporal, sobretudo, para que esta prática delituosa seja tipificada de maneira adequada, quanto aos seus níveis de gravidade estabelecidos no Art. 129 do Código Penal Brasileiro.

**Palavras-chave:** Análise Exploratória dos Dados; Segurança Pública; Violência Física.

## Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define violência como o “uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. No Brasil, nos últimos anos, têm crescido de forma exacerbada os índices de casos de violência doméstica ou violência contra a mulher, que atinge tanto a integridade física, emocional, sexual, como também psicológica, e muitas vezes passam despercebidas aos olhos da sociedade por ser praticada em um ambiente familiar.

Neste contexto, um dos tipos mais comuns de violência doméstica é a lesão corporal, que pode se apresentar de diversas maneiras com agressões físicas (socos, chutes, tapas, violência sexual) ou agressões com qualquer tipo de objeto que possa machucar ou prejudicar a saúde da pessoa (GARBIN et al., 2006). Este tipo de agressão ocasiona danos diretos ou indiretos a toda composição familiar, afetando, na maioria das vezes, sobretudo as mulheres, crianças e idosos, que são os mais fragilizados neste cenário (SALIBA et al., 2007).

Segundo o Art. 129 do Código Penal Brasileiro, ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem é crime, com pena de detenção de acordo com a gravidade desta prática delituosa. A prática de tal violência pode ser classificada segundo os níveis de gravidade, podendo ser de natureza grave: constituída pela incapacidade para as ocupações habituais, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função e aceleração de parto. Lesão corporal seguida de morte: que pode ser de natureza leve ou grave conforme prevê o Código Penal Brasileiro (JUSBRASIL, 2018).

A lesão corporal de natureza leve é aquela que não causa grande ofensa à integridade corporal, embora deixe também um trauma psicológico muito grande. É considerada lesão corporal de natureza grave, conforme Art. 129 do Código Penal Brasileiro, a agressão que resulta: incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração de parto; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente e aborto (JUSBRASIL, 2018).

De acordo com Brasil (2001), a prevalência da violência doméstica constitui sério problema de saúde, grave obstáculo para o desenvolvimento

social e econômico e uma flagrante violação aos direitos humanos, pois causa danos psicológicos irreparáveis às vítimas da impetuosidade de quem o pratica. Por isso, é de grande valia este trabalho que mostrará por meio da análise exploratória dos dados, uma técnica básica da estatística, o perfil de quem sofreu este tipo de agressão. Portanto, faz-se necessário um estudo aprofundado deste tema para assim evitar que aconteçam coisas mais graves, como a morte ou sequelas irreversíveis e/ou permanentes das vítimas de tal violência.

Por conta disso, o presente estudo tem como objetivo apresentar o perfil das vítimas que sofreram lesão corporal, segundo os inquéritos policiais registrados em flagrante nas delegacias de cada município da Região Metropolitana de Belém no Estado do Pará, no período de 2010 a 2017, para que, desta forma, os órgãos da segurança pública venham produzir e implementar ações e/ou medidas governamentais específicas, que suplantem esse tipo de atentado à integridade corporal ou mesmo à condição de saúde do ser humano vítima deste tipo de violência nesta região.

## Revisão Bibliográfica

O primeiro documento internacional de direito humano que aborda esta violência foi aprovado em 1993, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse documento define violência contra a mulher como qualquer ato de violência baseado no gênero que resulta, ou tenha probabilidade de resultar, dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico, incluindo ameaça, coação ou privação arbitrária de liberdade, na vida pública ou privada.

As estatísticas mais recentes de 267 DEAMs identificaram os crimes mais denunciados pelas mulheres. Entre 326.693 notificações recebidas, havia 113.727 queixas de lesão corporal, 107.999 de ameaças e 32.183 para vias de fato. Estima-se que um em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica e que 80% dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes acontecem na casa da própria vítima (VELOSO et al., 2013).

De acordo com Saliba et al., (2007), as vítimas de violência doméstica, após a agressão sofrida, procuram pelos serviços de saúde. Esses locais dependem da gravidade do trauma sofrido; em prontos-socorros normalmente é buscado quando as vítimas sofrem violência sexual, hospitais quando a lesão sofrida é considerada grave e postos de saúde tende a ser, no caso, de traumas

leves. Os profissionais desse setor têm papel fundamental frente ao perceber/reconhecer a violência sofrida pelas vítimas, que podem auxiliar na identificação e levantamento de dados. Porém, na maioria das vezes, não identificam ou pelo menos não registram a violência em prontuário como parte do atendimento.

## Metodologia

O presente trabalho de pesquisa utilizou o banco de dados de casos de vítimas que sofreram lesão corporal (Art. 129 do Código Penal Brasileiro) no período de 2010 a 2017 ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, que foram registrados em flagrantes por meio de inquéritos policiais junto ao Serviço de Informação de Segurança Pública – SISP 1-WEB, disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, com o intuito de verificar e traçar o perfil das vítimas de tal violência.

O banco de dados utilizado neste trabalho contém 1.133 casos registrados em boletins de ocorrências policiais, referentes as vítimas que sofreram lesão corporal. As variáveis em estudo são: faixa etária (em anos), estado civil, grau de instrução das vítimas; ano de ocorrência, dia da semana, meio empregado no crime; município de origem da ocorrência. Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, são: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará.

A partir disso, foi realizada a análise exploratória dos dados como visto em Bussab e Morettin (2013), para que desta forma seja possível traçar um perfil das vítimas dos crimes de lesão corporal que ocorreram na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará. A função da Análise Exploratória de Dados é analisar dados obtidos por levantamentos de informações sobre indivíduos, itens, unidades investigadas, sejam de um universo ou de uma amostra, permitindo, assim, a aplicação de técnicas estatísticas e suas apresentações por meio de gráficos, tabelas, medidas de tendência central etc. Desta forma, a análise exploratória de dados é o primeiro passo para tornar dados compreensíveis e admitir outras análises (AYRES, 2012).

## Resultados e Discussões

A principal vítima da violência doméstica, na maioria das vezes, é a mulher. Neste estudo pôde-se evidenciar que 100% das vítimas eram do gênero feminino.

Apontada como a principal vítima dentro do lar, estima-se que, em todo o mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu alguma outra forma de abuso durante a vida (SALIBA et al., 2007).

**Tabela 1:** Percentual de vítimas dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por faixa etária

<b>Faixa etária (Anos)</b>	<b>Percentual</b>
0 a 11	1,35
12 a 17	7,63
18 a 24	26,66
25 a 29	21,36
30 a 34	16,61
35 a 64	25,22
Maior que 64	1,17
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

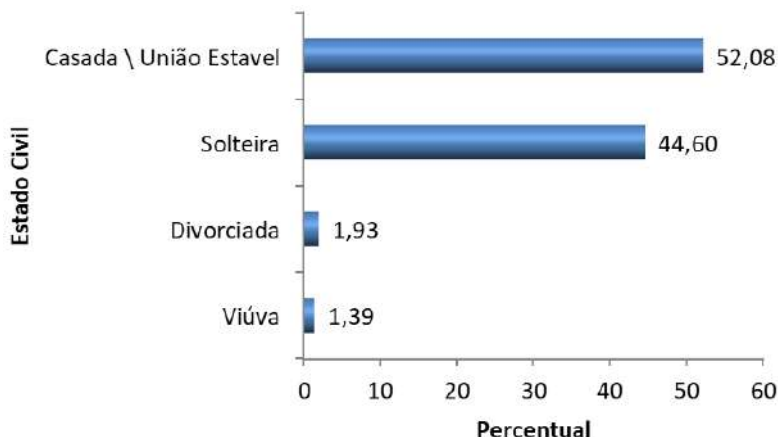
**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.

Na Tabela 1 verifica-se que dentre as vítimas que sofreram lesão corporal na Região Metropolitana de Belém no período estudado, a maior parte estava na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade. No entanto, quando somadas às faixas etárias correspondentes à fase adulta, de 18 aos 64 anos, chega-se a 89,85% do total, ou seja, a proporção de mulheres com possibilidade de serem vítimas de violência com consequência de lesão corporal, torna-se bem maior caso esta mulher encontre-se na idade adulta, em comparação com outras faixas etárias como as que compreendem as crianças e os idosos, tal como demonstra este estudo científico.

Observa-se na Figura 1, que a maioria das vítimas de crimes resultantes em lesão corporal no período em estudo eram casadas ou com união estável (52,08%), seguidas em proximidade pelas vítimas solteiras (44,60%). Este resultado suscita a interpretação de que a vítima não precisa absolutamente manter relacionamento estável com um(a) parceiro(a), para se tornar potencial vítima deste tipo de crime contra a sua integridade física, pois mesmo que

esteja solteira há possibilidade de aproximadamente 4 a cada 10 mulheres sofrer uma lesão corporal.

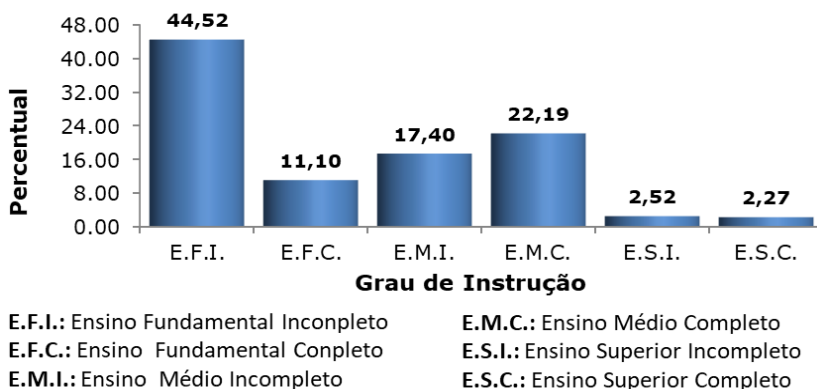
**Figura 1:** Percentual de vítimas dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por estado civil



**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.

A Figura 2 apresenta as vítimas de lesão corporal, segundo o grau de instrução, onde se verifica que a maior parte delas possuía o Ensino Fundamental Incompleto (44,52%). Isso pode explicar o porquê de muitas vítimas permanecerem no relacionamento com o(a) parceiro(a) agressor(a), mesmo sofrendo violência, muitas vezes pela falta de independência financeira, a qual comumente depende da qualificação profissional; entretanto, a prevalência de violência nas classes sociais mais baixas, devido ao nível de instrução da vítima, pode estar relacionada ao fato de que as pessoas mais pobres tendem a denunciar mais, dando visibilidade ao problema geralmente ocultado entre as vítimas pertencentes à classe social mais alta (DOSSI et al., 2008).

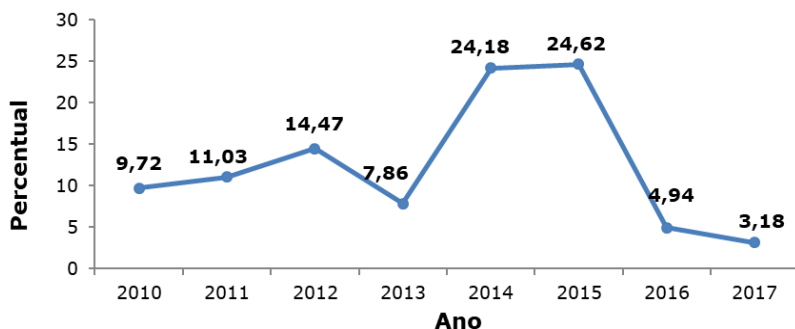
**Figura 2:** Percentual de vítimas dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por grau de instrução



**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.

Na Figura 3, apresenta-se uma série temporal com tendência crescente (CARVALHO JÚNIOR; COSTA JÚNIOR, 2017), para o percentual de registros dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, onde se destaca inicialmente o recorte temporal de 2010 a 2012, pois, há um crescimento razoável dos registros de ocorrências; no ano seguinte, há uma redução para aproximadamente a metade dos registros do ano anterior, porém, nos dois anos seguintes (2014 e 2015) há um ápice de ocorrências dos registros de lesão corporal, quando ocorreu a maior parte dos casos registrados, correspondendo a 24,18% e 24,62%, respectivamente. Contudo, é importante ressaltar que nos dois anos que finalizam a série histórica, o número de ocorrências reduziu para 4,94% (2016) e 3,18% (2017).

**Figura 3:** Série temporal do percentual anual de vítimas dos crimes de lesão corporal, na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017



**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.

De acordo com a Figura 4, o dia da semana em que houve mais registros dos casos de vítimas que sofreram lesão corporal foi o domingo (27,08%), seguido do sábado, com 17,17%, e sexta-feira (14,10%). Neste contexto, pode-se comprovar que durante o início até o final da semana há as maiores frequências de casos registrados, o que totalizou 58,35% das ocorrências, quando somados os dias de sexta-feira, sábado e domingo. Um contraponto é o dia de menor frequência de ocorrências, que foi o dia de segunda-feira, no qual houve 2,56% dos casos de violência por lesão corporal registrados durante o período avaliado neste estudo.

**Figura 4:** Percentual de vítimas dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por dia da semana



**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.



Verifica-se na Tabela 2, que o meio empregado pelo(a) agressor(a) às vítimas de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, na maioria dos casos registrados foi sem instrumento (50,66%), o que sugere uma violência cometida mediante contato físico entre o(a) agressor(a) e a vítima. Porém, houve representativos registros de crimes praticados por outros meios (29,66%), indicando uma violência física sofrida pela vítima, em decorrência da utilização de diversos objetos, como um utensílio doméstico, por exemplo.

**Tabela 2:** Percentual de vítimas dos crimes de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por meio empregado

Meio empregado	Percentual
Sem Instrumento	50,66
Outros	29,66
Arma Contundente	10,33
Arma Cortante ou Perfurante	9,09
Arma de Fogo	0,26
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir dos dados fornecidos pelo SIAC.

Mediante a Figura 5, torna-se possível verificar que o município da Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, onde houve a maior taxa por cem mil habitante de casos registrados de lesão corporal foi Castanhal (31,75), seguido por uma distância pequena do município de Santa Izabel do Pará (27,60). Com uma diferença maior em relação a Castanhal, os municípios de Ananindeua (20,93), Benevides (19,68) e Belém (19,28). Dentre os municípios avaliados, o que apresentou a menor taxa de registros por cem mil habitantes do crime de lesão corporal foi Santa Bárbara do Pará (4,88), o que pode ser possivelmente justificado, pela menor densidade demográfica (61,62 habitantes por quilômetro quadrado), em relação aos demais municípios avaliados na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, por exemplo, o município de Belém que possui 1.315,26 habitantes por quilômetro quadrado.

**Figura 5:** Taxa por cem mil habitantes das vítimas de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, por município



Fonte: Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC).

### Considerações Finais

Diante do difícil fenômeno de violência presente no meio social, é de grande importância pesquisas científicas que tentem compreender e talvez indicar soluções sobre este tema. Para isso, este trabalho buscou mostrar o perfil das vítimas de lesão corporal na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, durante o período de 2010 a 2017, de forma a contribuir com os devidos órgãos de segurança pública e da saúde pública, com o auxílio de medidas capazes de diminuir o número de casos de vítimas de lesão corporal.

Além do Art. 129 do Código Penal Brasileiro, sobre o qual este trabalho foi baseado, existem outras leis que punem o(a) agressor(a) e protegem as vítimas de violência doméstica, como a Lei Nº 11.340/2006, que também é conhecida como “Lei Maria da Penha”, a qual possui como finalidade punir aquele que pratique o ato de violência contra mulher.

Neste trabalho de pesquisa científica conclui-se que, de maneira geral, a violência doméstica pode acarretar graves consequências, constituindo um problema que compete tanto à esfera jurídica, pois resulta de ações criminosas, quanto aos setores de saúde, pelos agravos que acometem suas vítimas. Assim, é de se esperar que os sujeitos que padecem com esta situação procurem

mais pelos dois serviços (DOSSI et al., 2008). Para o atendimento integral e humanizado, as ações devem ir além de protocolos de ação, pensando em estratégias de prevenção e redução da violência doméstica.

## Referências

AYRES, M. **Elementos de Bioestatística** – A Seiva do Açaizeiro. 2. ed., Belém: UFPA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO JÚNIOR, J. G.; COSTA JÚNIOR, C. T. Identification method for fuzzy forecasting models of time series, *Applied Soft Computing*. v. 50, p. 166–182, 2017.

DOSSI, A. P., SALIBA, O., GARBIN, C. A. S., GARBIN, A. J. I. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, ago. 2008.

GARBIN, C. A. S., GARBIN, A. J. I., DOSSI, A. P., DOSSI, M. O. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, dez. 2006.

JUSBRASIL. **Art. 129 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40**. Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624670/artigo-129-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940#>>. Acesso em: 17 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/Opas, 2002.

SALIBA, O., GARBIN, C. A. S., GARBIN, A. J. I., DOSSI, A. P. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 472-7, 2007.

VELOSO, M. M. X., MAGALHÃES, C. M. C., DELL'AGLIO, D. D., CABRAL, I. R., GOMES, M. M. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1263-1272, 2013.

# Proibicionismo, drogas e saúde mental: possibilidades e limites na atuação policial junto aos usuários de drogas ilícitas

*Rair Valente Soares*  
*Leandro Dominguez Barretto*

## RESUMO

**Importância:** A questão das drogas, do ponto de vista dos agentes da segurança pública, ainda é recheada de tabus que impossibilitam a discussão sobre as crenças destes trabalhadores acerca do tema. O que vemos é uma abordagem policial ao usuário que ignora o procedimento legal e reprodução de práticas autoritárias e punitivas. Diante deste cenário nos deparamos com o Policiamento Comunitário como aposta para prevenção da violência e promoção da cidadania das pessoas.

**Objetivo:** Analisar a atuação do policiamento comunitário em situações que envolvem usuários de drogas ilícitas. **Metodologia:** Trata-se de relato de experiência com uso do diário de campo. Do diário foram extraídos os conteúdos de diferentes processos de trabalho no policiamento comunitário, vinculados as situações de uso de drogas ilícitas, referentes ao período de outubro de 2015 até junho de 2017. Foram agrupadas em núcleos percebidos como relevantes para experiência pela regularidade e centralidade que ocuparam no trabalho da equipe. **Resultados:** As pessoas buscam apoio policial quando o uso da droga está relacionado aos conflitos familiares. A estratégia da visita policial produz dois efeitos: ameniza o clima de insegurança familiar, e orienta e encaminha as pessoas a outras políticas públicas. Ainda assim, é presente no imaginário policial que a autoridade se produz com base no uso da força e da punição. A reunião de equipe representou lugar protegido para expressão das dúvidas e busca de alternativas para superação das incongruências. Outra relevância foram as articulações intersetoriais que permitiram conhecer os gargalos institucionais e identificar potencialidades. **Conclusão:** Realizar um trabalho de acompanhamento das pessoas em uso de drogas e suas famílias tem promovido a ressignificação da função social do policial para estes profissionais. Os policiais se veem implicados numa atuação preventiva e solidária, desenvolvendo habilidades como o diálogo, a escuta, o pensamento crítico-reflexivo e a cooperação. A repressão torna-se uma dentre as diversas estratégias de ação e não mais a principal.

**Palavras-chave:** Proibicionismo; Policiamento Comunitário; Drogas.

## Introdução

Este trabalho se trata de um relato de experiência a partir da dupla inserção de um dos autores: como acadêmica, integrando o curso de especialização ofertado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e Policial Militar. A partir deste lugar pudemos acompanhar o trabalho policial em sua rotina diária ao mesmo tempo em que surgiam as inquietações e questionamentos sobre o processo de trabalho. O relato baseia-se na experiência de trabalho no policiamento comunitário, em uma Base Comunitária de Segurança de Salvador (BCS), na atuação junto aos usuários de drogas ilícitas e suas famílias. Pretendemos analisar como se dá o trabalho policial no atendimento a este público, se nesta experiência predominam a visão e prática hegemônicas na abordagem aos usuários ou se a proposta de polícia comunitária tem sido efetivada. Buscamos, também, compreender a atuação policial em interface com o fenômeno das drogas no cenário das políticas voltadas à ampliação e fortalecimento da democracia, no caso a Filosofia de Polícia Comunitária e a atual Política de Drogas.

As drogas compuseram a dieta da humanidade ao longo da história. Hoje estão banalizadas e sua problemática é realidade em todo planeta. Em sociedades antigas, o uso delas fazia parte de rituais e terapias, e até hoje tem função de socialização e recreação. Negar a dimensão cultural no uso das drogas tem nos limitado a uma abordagem médica e policial, fundamentando o modelo proibicionista. Essa lógica emperra o processo de democratização e fortalecimento da atual Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), vez que dificulta a promoção dos direitos individuais das pessoas que usam drogas e põe obstáculos às ações sanitárias de assistência e atenção à saúde daqueles que fazem uso abusivo (KARAN, 2013). Por outro lado, atrapalha a adesão ao cuidado, pois agrava o preconceito e a exclusão social vivida pelas pessoas que fazem uso das substâncias psicoativas, retroalimentando nestes sujeitos a exposição às situações e comportamentos de risco (PASSOS et al., 2011).

A criminalização das drogas produz o cenário de disputas pelo comércio ilegal e a intensa presença policial dentro de comunidades marginalizadas. Esta guerra às pessoas se traduz no aumento das vitimizações de policiais, principais agentes neste enfrentamento (BIANCHI, 2017). Representa, também, o intenso processo de encarceramento, violações e mortes que atingem, predominantemente, a população negra e as favelas, e revela outra

faceta desta guerra; o racismo institucional e a criminalização da pobreza. No Brasil, a cada 100 pessoas assassinadas 71 são negras, sendo os jovens do sexo masculino os mais afetados por esse cenário de guerra (CERQUEIRA, 2017). A declarada guerra contra as drogas mascara um estado de exceção, pois forja uma política de controle social que justifica práticas belicistas por parte do Estado e que acaba produzindo danos entre aqueles que estão na linha de frente deste confronto: a juventude negra e os policiais.

## Revisão bibliográfica

A Lei de Drogas N<sup>o</sup> 343.11/2006, participa da atual Política Nacional Sobre Drogas comprometida com a abordagem intersetorial a esta problemática. As intervenções direcionadas à pessoa flagrada com substância ilícita devem possuir enfoque educacional, em detrimento da punição de privação da liberdade, e variam entre: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Ainda assim, a lógica proibicionista permanece hegemônica e acaba por refletir ambiguidades na abordagem à questão das drogas e na atenção e tratamento direcionado aos usuários. Portanto, não é raro nos depararmos com ações sobre os usuários de drogas ilícitas baseadas em estereótipos e preconceitos e que tomam os usuários como criminosos ou doentes (DIAS et al., 2016; LINS, 2009; MATTOS, 2013; OBERLING, 2011).

Numa pesquisa que analisou as representações de policiais militares sobre o consumo e o comércio de drogas ilícitas, Oberling (2011) verificou que a atuação policial sobre os usuários era pautada em lógicas informais, em larga medida partilhadas socialmente, baseadas em padrões que sustentam a representação social do suspeito, pois de um lado o usuário pode passar a vendedor da droga, ou, levado pela degeneração, a assumir condutas terríveis para obter a substância (idem). A questão das drogas, entendida do ponto de vista das instituições de segurança pública e seus agentes, ainda carece de larga investigação científica. Não há dúvidas que o tema seja um tabu dentro das instituições policiais, revelada no desconhecimento sobre os tipos, efeitos, história e contexto das drogas nas sociedades antigas e atuais. O que vemos é uma abordagem policial ao usuário que ignora o procedimento legal e a reprodução de práticas autoritárias e punitivas (MELO et al., 2016).

Com o processo de redemocratização, as polícias têm sido convocadas a uma revisão de suas práticas e culturas institucionais, focando as questões de segurança pública, visando às garantias dos direitos dos cidadãos (NETO, 2011). Na mesma direção, a Filosofia de Polícia Comunitária privilegia uma atuação policial próxima a comunidade numa parceria para o atendimento das questões de segurança e proteção do cidadão (BRASIL, 2013). É notável que as principais demandas encaminhadas às instituições policiais resultam de conflitos interpessoais, relacionados ao cotidiano e à qualidade de vida (MATOS, 2013). O policiamento comunitário visa, então, ao enfrentamento de problemas que o devido tratamento e encaminhamento poderiam evitar danos e agravos futuros. Atua preventivamente.

Em que pese o caráter inovador da proposta de polícia comunitária, há dificuldades na implementação da filosofia, reflexos de uma “cultura institucional dominante” em que o verdadeiro trabalho de polícia consiste na repressão do crime, o que gera marginalização e preconceito ao trabalho preventivo e comunitário (MUNIZ et al., 1997; HUMILDES, 2015). Há, ainda, uma forte identificação profissional com o *ethos* guerreiro (ALBUQUERQUE et al., 2001) treinado para combater o inimigo, o que endossa a guerra às drogas. O processo de formação e trabalho figuram como espaço e tempo privilegiados na conformação do sujeito policial aos valores institucionais, que aqui citamos, força, submissão a autoridade e combate ao inimigo.

## **Materiais e métodos**

Para confecção deste trabalho recorreremos aos registros feitos no diário de campo. A utilização dele possibilitou tomar nota daquilo que com o tempo poderia ser esquecido, além de auxiliar na ordenação do material e a disparar reflexões de modo sistematizado e aprofundado (MACRAE, 2004). Serviu, também, como espaço e tempo possíveis para elaboração, confrontando percepções e reflexões sobre a experiência. Para tanto, o sentido de experiência é aqui tomado nos termos que Bondía (2002, p. 21) trouxe, “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca [...]. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”.

Então não se trata de um relato genérico ou generalizável. Não está em questão compartilhar uma técnica ou estratégia previamente conhecida e



aqui testada, mas refletir sobre o modo como respondemos aos acontecimentos e os sentidos atribuídos a eles (BONDÍA, 2002). Este escrito deseja apresentar um conhecimento construído a partir do singular, da elaboração dos sentidos produzidos no vivido, e das transformações que a experiência opera quando nos atravessa. Haja vista que “todo o conhecimento é autoconhecimento” (SANTOS, 1988), está em jogo, a relação com o objeto analisado, afetações e incômodos presentes no cotidiano do trabalho que passaram pela reflexão, contextualizados no espaço e tempo que sucederam, produzindo um aprendizado. É também esforço em nomear a experiência, a fim de compartilhar um conhecimento que, ainda que pessoal, tem particularidades comuns a outros sujeitos, também policiais, que também atuam no policiamento comunitário, que tentam fazer um trabalho preventivo, e que se confrontam com situações de uso de droga.

Do diário de campo foram extraídos os conteúdos referentes ao período de outubro de 2015 até junho de 2017. Foram acompanhados, observados e registrados diferentes processos de trabalho no policiamento comunitário vinculados aos casos de uso de drogas ilícitas: visitas às residências; abordagens de rua; conversas informais; reuniões de equipe; reuniões com outros serviços; atendimentos realizados na Base; patrulhamento a pé e motorizado; acompanhamento a outros dispositivos. Elas foram agrupadas em núcleos percebidos como relevantes para experiência, quer seja pela regularidade ou pela centralidade que ocuparam no trabalho da equipe. Desse modo organizamos a discussão em quatro momentos: prevenir é melhor que remediar (ou encarcerar); 4º Parte, Equipe: espaço de fala e construção coletiva; Tecendo a rede. Em cada parte, analisamos sobre a experiência ao tempo que refletimos sobre as limitações e possibilidades em jogo.

## Resultados e discussões

As pessoas buscam apoio na BCS quando o uso da droga está relacionado aos conflitos familiares. Em geral temem pela vida da pessoa que usa (por risco de morte ou agressão) ou se queixam de comportamentos que geram violência, aflição e insegurança no ambiente familiar. Dentre os diversos casos acompanhados pelo policiamento, a maioria se trata de homens jovens, que residem à casa dos pais e relatam uso de crack e/ou maconha. São, majoritariamente, as mães/cuidadoras que recorrem ao apoio policial, e são elas as principais mantenedoras dos lares. Os usuários acompanhados

não possuem emprego formal, estão desempregados, trabalham sem carteira assinada ou realizando bicos. Suas famílias possuem renda oriunda de pensão, aposentadoria ou emprego formal.

Quando iniciamos o acompanhamento das situações de uso/abuso de drogas, nossa principal ferramenta foram as visitas regulares às pessoas em suas residências. Com isso, foi-se estabelecendo vínculo e confiança com as famílias, o que levou tempo, já que há desconfiança e resistência à aproximação policial, decorrente das práticas arbitrárias historicamente reproduzidas. Foi também tempo para a aproximação dos policiais a partir de outro olhar. Muitos embaraços, tentativas, erros e acertos. Dado os desafios que o novo trabalho impôs, vale citar que o *modus operandi* da equipe está em processo e vem sendo construído, desconstruído e reconstruído ao longo do tempo, por isso não será falso aplicar a reflexão: o caminho se faz caminhando! Então, caminhemos.

### ***Prevenir é melhor que remediar (ou encarcerar)***

A atuação no policiamento comunitário é uma possibilidade de trabalho que demanda tempo, por isso são necessárias algumas visitas, entre acompanhamento, articulação com outros serviços, reuniões de equipe, orientações e conversas. A estratégia da visita tem dupla finalidade: por um lado ameniza o clima de insegurança e tensão familiar, pois a presença policial busca facilitar a comunicação entre os envolvidos além de regular as relações; de outro, orienta, encaminha e acompanha as pessoas aos serviços de assistência de modo a assegurar acesso a outros direitos.

Queria falar de quatro policiais que vão a casa do sujeito acreditando que orientar e conduzir esta família aos serviços de saúde e assistência social é fazer prevenção a violência. Quero falar de uma mãe que recebe os policiais da janela de casa (aberta meia banda) e com o passar da conversa sente-se confiante para abrir sua casa e oferecer copo d'água. Quero falar de policiais que se veem entrando na casa de uma pessoa a convite da proprietária quando, tantas vezes, isso deve ter sido feito na marra. (Diário de campo, 05.10.15).

É interessante notar que a grande dificuldade no trato com o usuário não é o abuso da substância em si, mas sua condição de ilícita. Dizemos

isso comparando a outra circunstância também acompanhada pela equipe. Naquela que envolveu uso abusivo de álcool, a substância não era compreendida como central no problema familiar, ainda que a redução nas condutas violentas implicou, também, no manejo do abuso do álcool. Não houve tantos obstáculos no acesso aos serviços e, em sua articulação, dificuldades presentes quando a substância foi ilícita. É tanto que esta situação teve um desdobramento considerado positivo. O rapaz seguiu acompanhado pela equipe de saúde da família do território, reatou laços com a mãe e com a ex-mulher, a mesma que havia realizado queixa-crime contra ele.

Diante das situações de uso de drogas ilícitas que chegaram para o policiamento comunitário, foi pensada a possibilidade de elaborar uma parceria com outros policiais da Base. A ideia requeria que as situações que envolvessem uso de drogas flagradas por eles, depois de feito o procedimento legal na delegacia, fossem encaminhadas para nós a fim de que fizéssemos acompanhamento junto às famílias e encaminhamento aos serviços de assistência, algo que já acontece em outros casos, como os de violência contra mulher. A resposta que obtivemos não difere do que tem sido reproduzido em geral, “seguir com uma ocorrência de consumo de ‘drogas’ representa uma ‘dor de cabeça’ e uma ‘perda de tempo’ para o policial militar” (OBERLING, 2011, p. 179). A condução de usuários de drogas não tem, necessariamente, significado o encarceramento deles. Com isso, os policiais entendem que o sentido de seu trabalho se perde, pois a pessoa que cometeu o crime não foi mantida presa.

#### ***4ª Parte***

O termo que nomeia o subtítulo acima se refere à seção de Justiça e Disciplina no Boletim Interno Ostensivo (BIO), documento institucional da PM, publicado diariamente, contendo as orientações e medidas adotadas pela instituição suas unidades, e está dividido em quatro partes. A “4ª parte” trata sobre as punições e penalidades impostas, os respectivos apenados e os processos investigativos. Esse termo adquire relevância para os policiais quando em nossa entrada na corporação. Ainda na escola de formação, a leitura pública diária do documento é precedida de angústia e ansiedade pelos futuros policiais, pois é na “4ª parte” que saberão se recairão sobre eles penalidades produzidas de situações, muitas vezes, esdrúxulas, o que é vivido com forte sentimento de injustiça e submissão, “da inquestionabilidade passamos para a irracionalidade presente no treinamento, na qual os

recrutas [...] recebem traquejos ou castigos gratuitos se não cumprem tarefas igualmente sem sentido” (ALBUQUERQUE et al., 2001, p. 225-226).

A submissão a tais experiências registra no imaginário dos formandos como se produz a autoridade policial, que futuramente será reproduzida na relação com a sociedade (*ibidem*). O termo “4ª Parte” é, então, ressignificado no meio policial, agora como jargão que se refere à ação policial com base no uso da força, quando o objetivo é subjugar o outro.

Mas a expressão desse tipo de conduta depende de alguns fatores, dentre eles, o tipo de trabalho realizado pelo policial, se numa equipe de enfrentamento ou numa proposta de aproximação. Numa conversa com um colega, que atuava fora do policiamento comunitário, falávamos sobre a “humanização” na abordagem ao usuário de drogas. O tom agressivo do policial endossava sua resistência à sugestão, o que foi acrescentado do comentário que “porrada resolvia o problema”. Um ano depois houve mudança no discurso do colega sobre a abordagem ao usuário de drogas, com defesas a legalização e atenção dada pelos serviços de saúde. Na primeira ocasião, o policial estava sustentado pelo formato tradicional de policiamento em que atuava e que carrega as insígnias do verdadeiro trabalho policial, aquele dirigido à repressão do crime. No segundo momento, passou a ocupar um lugar mais próximo da gestão da Base Comunitária e daí envolvido nas ações de fortalecimento e ampliação da aproximação policial com a comunidade.

### ***Equipe, espaço de fala e construção coletiva***

Diante das situações de dúvidas e questionamento sobre nossa atuação, encontramos, na reunião de equipe, lugar protegido e solidário para pensar o trabalho. Equipe é como nos referimos ao efetivo do patrulhamento, pois cada um, ao seu modo, estivera engajado nos processos de construção do trabalho, bem como no apoio mútuo. Havia alguma segurança para expressão das dúvidas, erros, opiniões e discordâncias, mas também de acolhimento, suporte psicológico e encorajamento. As diferenças entre os policiais produziram tensões necessárias para revisão das práticas, mas o acolhimento delas proporcionava diversidade de proposições, o que contribuía para a criatividade e dinamicidade da equipe. Desse modo, mesmo havendo posições diferentes pôde ser produzida uma atuação próxima às pessoas e para o atendimento de seus direitos.

Enquanto doutrina o policiamento comunitário é bem transmitido aos policiais, porém não se promove a aproximação prática às situações em

que deveriam aplicá-la (MUSUMECI, 2016). A experiência vivida acaba sendo negligenciada como matéria para reflexão, perdendo-se a oportunidade de contextualizar conceitos, realidade de trabalho e ação prática. Com os encontros da equipe pudemos refletir sobre a experiência vivida, sobre as estratégias para superação das dificuldades e alcance de nossos objetivos. Foi num desses encontros que, discutindo sobre o trabalho junto às famílias, um colega concluiu que é de competência dos profissionais da saúde ocupar-se desses casos. Um segundo colega concordou, ponderando que nossa atuação visa à minimização dos efeitos negativos de um conflito. Nestes contextos, as drogas são apontadas como causa ou consequências das tensões familiares. Daí a importância da aproximação policial, protetora e mediadora, que possa reduzir agravos e restabelecer a comunicação.

### *Tecendo a rede*

É notável, no discurso policial, as críticas direcionadas às outras políticas públicas. São acusações de descaso e desinteresse dos serviços no atendimento à população. Denúncias baseadas na sobrecarga de demandas que chegam à polícia, muitas delas compreendidas como sendo de responsabilidade de outros setores, como é o caso do uso/abuso de drogas. Esta posição, em alguma medida, decorre do enclausuramento institucional. As corporações policiais não costumam dialogar com outras instituições o que leva a ignorância sobre a atuação destas políticas, bem como dos obstáculos que enfrentam. Em nosso processo foi fundamental percebermos a importância de visitar os serviços e tentar fazer parcerias. Atuar sobre a questão do uso de drogas exigiu reconhecer a intersectorialidade do problema e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar (BRASIL, 2006). As parcerias foram oportunidades para conhecer os gargalos institucionais o que trouxe elemento para as ponderações dos policiais, agora solidários aos impasses que atravessam cada serviço. Neste contato direto e dialógico com os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços foi possível conhecer as estratégias concretas que cada dispositivo tem estruturado a fim de garantir a efetivação da política (MATOS, 2013).

As parcerias promoveram o trabalho conjunto e viabilizaram o encaminhamento de um adolescente para um programa de proteção, sua aproximação ao PSF e NASF do território, o acolhimento de alguns usuários no CAPSad da região e a visita domiciliar da equipe de saúde para um dos sujeitos. Encontros e articulações sustentados não pelo ideal

de funcionamento de cada serviço, mas a partir das ferramentas possíveis desenvolvidas por cada um para garantir a oferta.

Ainda assim, existia certa resistência dos policiais nas articulações com os serviços que estão dentro da comunidade. Foi na ocasião da reunião com um serviço fora do território (em outro bairro) que percebemos o impacto da criminalização das drogas sobre a aproximação entre a polícia e os dispositivos presentes nas localidades marginalizadas. Extraímos um trecho do diário de campo que ilustra esta reflexão.

Nossos objetivos foram os mesmos para ambos os encontros: apresentar a patrulha, nossa perspectiva de trabalho e o desejo de articular e promover ações intersetoriais. É valioso observar a recepção e os discursos reproduzidos por cada equipe. Enquanto no CAPSia houve uma abertura e receptividade a nossa visita e aproximação, no PSF houve algum tipo de resistência e desconfiança. No CAPSia as profissionais trouxeram questões e dúvidas que pareciam estarem vinculadas ao desconhecimento delas sobre a proposta de trabalho que apresentávamos. No PSF, havia uma carga forte de preconceito nas dúvidas da equipe. As falas não apresentavam dúvidas de verdade, mas uma sondagem, através de afirmações que colocavam em xeque o que fomos fazer lá (na verdade colocava em xeque o que eles acreditavam que queríamos estando lá). Então, muitas falas de resistência e defesas. [...] De fato há outros elementos em jogo numa aproximação policial com o CAPSia e o PSF quando o segundo está inserido na própria comunidade e atravessado pelos embaraços e cotidiano de uma localidade vulnerabilizada, com forte presença de violência policial e disputa pelo tráfico de drogas. (Diário de Campo, 16.10.2016).

## **Considerações finais**

A possibilidade de realizar um trabalho de acompanhamento das pessoas em uso de drogas e suas famílias tem promovido a ressignificação da função social do policial para estes profissionais. Os policiais se veem implicados numa atuação preventiva e solidária, desenvolvendo habilidades como o diálogo, a escuta, o pensamento crítico-reflexivo e a cooperação.

A repressão torna-se uma dentre as diversas estratégias de ação e não mais a principal. A articulação entre a equipe e trabalhadores de outros serviços agenda espaços potentes de aprendizado pelo compartilhamento de experiências e estratégias. De outro fortalece a intersectorialidade e a coparticipação no atendimento às demandas de prevenção e tratamento ao abuso de drogas, como preconizados na Nova Lei de Drogas.

A valorização do *ethos* guerreiro e do trabalho repressivo marginalizam as propostas aproximativas e comunitárias. Põe-se em dúvida a produtividade da equipe, já que não está focada nas ações, costumeiramente premiadas pela corporação, como prisões, conduções, apreensão de armas e drogas. Também é sofrido o rechaço dos pares que veem nessa atuação um trabalho menos importante, pois, para eles, não há real enfrentamento do crime. É preciso um olhar acurado sobre o processo de formação e trabalho policial, para revisão de práticas que sustentam e fortalecem essa crença. A criação de um ambiente institucional que promova a circulação da palavra contribui para o trabalho crítico reflexivo, favorecendo a relativização de pensamentos e condutas. É urgente a desmistificação do trabalho comunitário por meio do resgate da função social do policial que aqui defendemos seja a proteção das pessoas, das relações e promoção da cidadania.

As reuniões de equipe representaram espaços formativos já que integra teoria e prática e dá conta das lacunas nos processos educativos institucionais, excessivamente doutrinários. Prover um espaço para livre e respeitosa circulação da palavra, das ideias contraditórias, viabilizou o compartilhamento de pensamentos tabus dentro da corporação. Com o tempo, as posições contrárias encontraram outros argumentos e as crenças foram sendo relativizadas, inclusive aquelas que referentes ao uso/abuso de drogas. Mas, sobretudo, a atividade policial foi sendo, ali, resignificada.

O proibicionismo dificulta a atenção aos usuários de drogas ilícitas e suas famílias. A vinculação destas pessoas a um objeto criminalizado impõe estigmas e preconceitos que dificultam acesso aos serviços de assistência e articulação da equipe com dispositivos públicos e comunitários. A parceria entre os policiais, os sujeitos e serviços da comunidade fica prejudicada já que há o medo de represálias feitas por pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. E já que estamos falando em proibicionismo, a punição figura como principal meio para corrigir o uso/abuso de drogas, quer seja pelo encarceramento do usuário ou pelas agressões e coações. O modelo

proibicionista emperra a realização da cidadania da pessoa que utiliza drogas, visto que flexibiliza a dignidade e direitos do sujeito devido ao uso de um produto criminalizado. Manifesta, assim, uma política que não é solidária à vida e ao bem-estar social, impondo o cenário de guerra que compromete a saúde e os direitos das pessoas, acima de tudo, daquelas negras e moradoras de bairros marginalizados, principais testemunhas e vítimas.

Mesmo com tantas incongruências, o policiamento comunitário tem produzido sentido para os policiais que o realizam, já que se mostram implicados na condução do trabalho, destarte as dificuldades encontradas na aproximação a um assunto problemático e cheio de tabus como é o uso/abuso de drogas ilícitas. O cenário da experiência descrita está permeado de ambiguidades. Ainda que os policiais reproduzam comportamento e concepções estereotipadas sobre o uso e os usuários de drogas, mantêm-se implicados no acompanhamento e encaminhamentos dos sujeitos, preocupados em proteger as relações e garantir direitos. Desse modo, não se trata de apontar os algozes, mas compreender as contradições que atravessam o trabalho policial e indicar alternativas concretas para superação delas.

## Referências

ALBURQUEQUE, C.; PAES, M. E. **Sob o signo de Marte**: modernização, ensino e ritos da Instituição policial militar. *Rev. Sociologias*. Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun., 2001.

BIANCHI, P. “A polícia que mais mata é também a que mais morre”, diz ex-comandante-geral da PM no Rio. **UOL notícias Cotidiano**. Rio de Janeiro, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/25/a-policia-que-mais-mata-e-tambem-a-que-mais-morre-diz-ex-comandante-geral-da-pm-no-rio.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BONDÍIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BRASIL. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad**. 2006.



BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. 5. ed., Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2017**. IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, jun. 2017.

DIAS, A. B.; CUNHA, E. O.; DEJO, V. N. B. **Medida educativa estabelecida em razão do porte ilegal de drogas**: relato de experiência. Interface, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 767-776, set. 2016.

HUMILDES, J. S. **Polícia Comunitária como agente de promoção e proteção dos direitos humanos**: possibilidades e limites. In: COSTA, I. F. et al. Políticas de Gestão de Segurança Pública em Estudos. Salvador: EDUFBA, 2015.

KARAN, M. L. **Direitos Humanos, laço social e drogas**: por uma política solidária com o sofrimento humano. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Drogas, Direitos Humanos e Laço Social. Brasília, CFP, p. 33-51, 2013.

LINS, E. V. **A nova Lei de Drogas e o usuário**: a emergência de uma política pautada na prevenção, na redução de danos, na assistência e na reinserção social. In: NERY FILHO, A, et al. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA, CETAD, p. 243-267, 2009.

MACRAE, E. **Abordagem qualitativa compreensão do uso de psicoativos**. In: TAVARES, L. A. **Drogas**: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA, p. 27-48, 2004.

MATTOS, M. J. S. **A inserção da segurança pública na estratégia de articulação federativa e multidisciplinar do programa Crack, É Possível Vencer**. In: Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara, São Paulo, 2013.

MELO, J. R. F.; MACIEL, S. C. **Representação Social do Usuário de Drogas na Perspectiva de Dependentes Químicos**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 1, p. 76-87, 2016.

NETO, P. M. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

MUNIZ, J., LARVIE, S. P., MUSUMECI, L., FREIRE, B. **Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário**. São Paulo: Revista de Sociologia. USP, v. 9, n. 1, p. 197-213, 1997.

MUSUMECI, L. “Eles nos detestam”. **Tropeços do policiamento de proximidade em favelas – Resultado da pesquisa UPP: O que pensam os policiais**, 2014. In: MOURÃO, B. (org). *Polícia, Justiça e Drogas: como anda nossa democracia?* Rio de Janeiro: CESEC, 2016, p. 84-131, 2014.

OBERLING, A. F. **Maconheiro, dependente, viciado ou traficante?** Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na Cidade do Rio de Janeiro. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. **Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra as drogas”**. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, ago. 1988.

# Saúde e Trabalho: um estudo da atenção à saúde do servidor da Polícia Civil/PA

*Leomar Narzila Maués Pereira  
Andréa Bittencourt Pires Chaves*

## RESUMO

**Importância:** A violência urbana é tema central no debate da sociedade brasileira. Destarte, um recorte especial na referida temática é pertinente: a saúde do trabalhador da segurança pública. As altas taxas de violência urbana vivenciadas no Brasil afetam diretamente a saúde desse trabalhador. Tal contexto levou a administração pública do estado do Pará a executar um programa de atenção à saúde do servidor. **Objetivo:** O presente artigo analisa a política pública de atenção à saúde do servidor da Polícia Civil do estado do Pará. **Metodologia:** Para tanto, foi realizado um levantamento teórico sobre política pública e saúde do trabalhador na área de segurança pública e foi feito um levantamento documental na Polícia Civil, visando obter dados sobre as ações direcionadas à atenção à saúde dos trabalhadores no ano de 2017. **Resultado:** Foi detectado um conjunto de atividades relacionadas ao atendimento psíquico-social decorrente de uma preocupação institucional com o servidor da Polícia Civil. **Conclusão:** A correlação de forças presente no trabalho específico do policial permeado de tensão pelo desempenho de atividades de risco destinadas à promoção da segurança pública torna precípua uma ação contínua de atenção à saúde, na busca de atenuar a pressão profissional, evitando o adoecimento em decorrência da extenuante jornada de trabalho. Na guisa conclusiva está a constatação de que no estado do Pará existe um conjunto de ações atendendo a relação entre saúde e trabalho na Polícia Civil.

**Palavras-chave:** Polícia Civil; Saúde; Segurança Pública; Trabalho.

## Introdução

Neste texto será analisada a política de atendimento ao servidor da Polícia Civil do estado do Pará no ano de 2017 nas áreas social, psicológica, saúde básica e odontológica. Os policiais desempenham atividades de risco de

morte em seu cotidiano. Tal situação provoca a necessidade de uma política específica de deferimento à vulnerabilidade imposta pela profissão.

Teoria e prática estão juntas na proposta de atuação da Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS) e a seguir será abordada esta política pública a favor dos policiais, demais servidores e familiares da Polícia Civil do Pará.

### **Revisão bibliográfica**

A atividade policial é norteadada de riscos de morte e requer uma atenção especial em relação às condições de execução das tarefas e as consequências físicas e psíquicas resultantes do contínuo estado de alerta demandado pela profissão. Segundo Minayo (2007, p. 2768): “esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam”.

O policial é um trabalhador que realiza uma atividade peculiar constituída em planejar e executar a segurança pública e o resultado do seu trabalho se conforma na sensação de segurança da população. Para tanto, o policial precisa de treinamento e condição salutar psíquica e física no exercício de sua função. Mente e corpo são expostos no esforço diário de garantir a segurança pública da sociedade.

Segundo Fraga (2006), o policial tem um cotidiano norteadado de rotina e incerteza, estando exposto à possibilidade de perder a sua vida. O referido cenário fica mais agravado pela extensão da preocupação, também, como seus colegas de profissão. Conviver com a possibilidade de morte entre seus pares intensifica o sofrimento intrínseco ao dia a dia do trabalho policial.

### **Material e métodos**

Para realizar a pesquisa foi realizado um levantamento qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa consistiu em um estudo na literatura pertinente à temática da segurança pública, no sentido de analisar a profissão dos policiais e suas consequências à vida cotidiana e à sua saúde. A abordagem quantitativa incidiu em uma coleta de dados secundários da Delegacia Geral do Estado do Pará, visando sistematizar as informações de atendimento realizadas no ano de 2017.

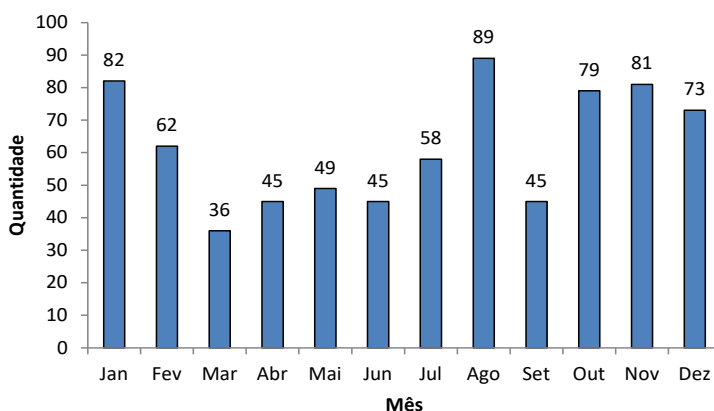
## Resultados e discussões

O Serviço Social é o segmento profissional responsável pela recepção inicial junto aqueles que procuram ou são encaminhados à Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), em busca de orientação e atendimento especializado para as mais diversas demandas do cotidiano, ou seja, a nível funcional, familiar e/ou social.

O referido setor desenvolve as seguintes atividades nesta Diretoria:

- a) Encaminhamentos internos aos demais Serviços da DAS;
- b) Encaminhamentos externos, atuando até a finalização da prestação do serviço;
- c) Atendimento domiciliar;
- d) Atendimento penitenciário;
- e) Atendimento hospitalar;
- f) Atendimento póstumo para os familiares que perderam o servidor;
- g) Participação na execução da terapia de Grupo;
- h) Participação da DAS-Itinerante;
- i) Participação das Campanhas promovidas pela Diretoria (Relatório DAS 2017).

**Figura 1:** Quantidade de atendimentos realizados pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), em nível funcional, familiar e/ou social no ano de 2017

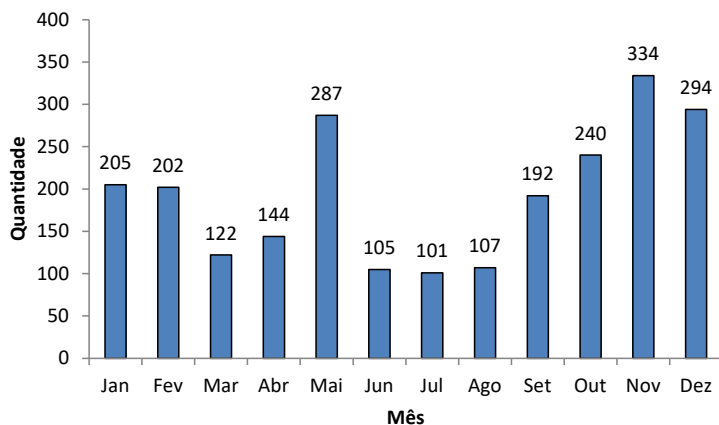


Fonte: Relatório DAS, (PARÁ, 2017).

Após a recepção inicial pelos profissionais de Serviço Social, os casos narrados pelos servidores ou seus dependentes recebem o devido encaminhamento. Especificamente o serviço de psicologia clínica atua de forma interdisciplinar com os demais serviços da DAS, por meio de ações preventivas e de tratamento. Disponibiliza projeto de Terapia de Grupo, que visa a uma melhor qualidade de vida pessoal e profissional, além de oferecer atendimento psicoterápico aos servidores da Polícia Civil do Estado do Pará e seus dependentes. Atividades Desenvolvidas na DAS:

- a) Atendimento clínico psicológico;
- b) Atendimento domiciliar;
- c) Atendimento penitenciário;
- e) Atendimento hospitalar;
- f) Atendimento póstumo para os familiares que perderam o servidor;
- g) Participação na execução da Terapia de Grupo;
- h) Participação da DAS-Itinerante e
- i) Participação das Campanhas promovidas pela Diretoria (Relatório DAS 2017).

**Figura 2:** Quantidade de atendimentos realizados pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), no projeto de Terapia de Grupo e aos servidores da Polícia Civil do Estado do Pará e seus dependentes, no ano de 2017

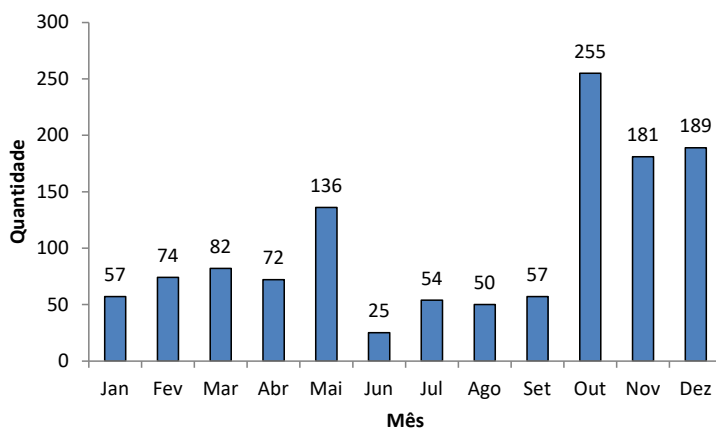


**Fonte:** Relatório DAS (PARÁ, 2017).

O Serviço de Clínica Médica oferece atendimento de clínica geral em caráter preventivo, assistencial e diagnóstico para os servidores e dependentes, mediante prévio agendamento. Atividades desenvolvidas:

- a) Atendimento em clínica médica;
- b) Participação da DAS- Itinerante e
- c) Participação das Campanhas promovidas pela Diretoria (Relatório DAS 2017).

**Figura 3:** Quantidade de atendimentos realizados pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), com serviço de clínica médica em caráter preventivo, assistencial e diagnóstico para os servidores e dependentes no ano de 2017



**Fonte:** Relatório DAS, (PARÁ, 2017).

Uma alternativa de tratamento aos problemas psicossociais demandados pelos servidores ocorre por meio da execução do “Projeto da Terapia de Grupo Ao Servidor da Polícia Civil” realizado na Delegacia das Mulheres, na Fundação Pro Paz (atendimento especializado às crianças e adolescentes) e Setor de Inteligência. A terapia em grupo permite aos participantes desenvolverem ajuda mútua para enfrentar as condições adversas. Para o setor de Psicologia da DAS:

A ideia que cada um tem de si, de seu grupo e da relação entre ambos está sempre se transformando, ou seja, um indivíduo funciona como ambiente social para o outro

indivíduo, logo, produz mudanças no responder do outro, e isso se parece com o modelo natural do funcionamento dos grupos na sociedade (RELATÓRIO DAS, 2017).

O trabalho realizado pela DAS é amparado por profissionais preparados para executar ações de terapia em grupo considerando referências teóricas na área psicológica e definição categórica para atuação desta forma de tratamento. É possível conceituar terapia de grupo como:

uma modalidade de atendimento dentro da psicologia que oferece aos indivíduos mais condições de interação da vida em sociedade. Podemos dizer que um grupo é formado de acordo com a demanda em comum entre os participantes do grupo ou com objetivos semelhantes (DELITTI, 2008).

**Quadro 1:** Números de servidores atendidos nos dias da Terapia de Grupo: NIP (manhã e tarde) / PROPAZ – IML (tarde) no período de outubro de 2016 a abril de 2017

Data	Feminino	Masculino	Total
11/10/2016	04(manhã)	09 (manhã) + 05 (tarde)	18
08/11/2016	04 (manhã)	09 (manhã) + 05 (tarde)	18
22/11/2016	05 (tarde)	0	5
06/12/2016	04 (manhã)	09 (manhã) + 05 (tarde)	11
17/01/2017	04 (manhã)	09 (manhã)	13
31/01/2017	0	06 (tarde)	6
07/02/2017	04 (manhã)	09 (manhã)	13
21/02/2017	0	06 (tarde)	6
14/03/2017	04 (manhã)	09 (manhã) + 06 (tarde)	19
04/04/2017	04 (manhã)	09 (manhã) + 06 (tarde)	19

**Total de Participação no Grupo:** 128 participações.

**Fonte:** Relatório DAS, 2017.



## Considerações finais

A política de atendimento ao servidor da DAS vem ao encontro dos problemas enfrentados pelos policiais no cotidiano de combate à violência. A Polícia Civil precisa construir uma atenção especial à saúde do seu trabalhador marcado pelo enfrentamento da violência intrínseca a uma situação de guerra civil no Brasil. As atividades relacionadas ao atendimento psicossocial decorrente de uma preocupação institucional com o servidor da Polícia Civil correspondem a um importante trabalho de valorização do profissional em questão.

A correlação de forças presentes no trabalho específico do policial permeado de tensão pelo desempenho de atividades de risco destinadas à promoção da segurança pública torna precípua uma ação contínua de atenção à saúde na busca de atenuar a pressão profissional, evitando o adoecimento em decorrência da extenuante jornada de trabalho. Na guisa conclusiva está a constatação de que no estado do Pará existe um conjunto de ações que atende à relação entre saúde e trabalho.

## Referências

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez., 2002.
- DELITTI, M. **Terapia analítico comportamental em grupo**. In: TERAPIA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL EM GRUPO. São Paulo: ESETec, Editores Associados, 2008.
- FRAGA, C. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Texto & Contextos**, n. 6, dez., 2006.
- MINAYO, M.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, nov., 2007.
- PARÁ. **Relatório DAS 2017**. Pará. Polícia Civil, 2017.
- SANTOS, L. O desafio da Segurança. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, n. 220, mai./jun., 2000.



# Retratos da violência intrafamiliar: filicídios em jornais do Amazonas

*Waldriane Nascimento da Silva  
Izaura Rodrigues Nascimento*

## RESUMO

**Importância:** O filicídio coloca em xeque o ambiente familiar enquanto espaço exclusivo de proteção, trazendo à tona uma realidade inquietante. A mídia para Bourdieu representa um campo de poder, com influência na opinião pública e reflexos nas argumentações engendradas no campo judicial, justificadas pelo “apelo popular”. Neste sentido, a compreensão do filicídio a partir dos jornais é importante.

**Objetivo:** Fruto de um estudo dissertativo, o objetivo deste artigo é compreender como os filicídios são retratados pelos jornais amazonenses e lançar luz sobre os principais discursos presentes nas matérias publicadas. **Metodologia:** Realizou-se pesquisa bibliográfica de modo a auxiliar o processo de compreensão e escrita sobre o tema, foram utilizadas de seis matérias jornalísticas, retratando homicídios praticados por pais/mães (ou pessoas que exercem esse papel) contra seus filhos, ocorridos no período de 2012 a 2015, publicadas em três dos principais jornais amazonenses (versão digital), de modo que as mesmas pudessem ser analisadas, à luz da análise do discurso foucaultiana. **Resultados:** As reportagens analisadas indicam que o filicídio está atrelado à violência física reiterada que culmina em óbito, tendo crianças como alvos principais. Comumente esta modalidade de violência é vista pelos pais como elemento educacional, aspecto este pouco discutido nas matérias jornalísticas. Os problemas sociais presentes no ambiente intrafamiliar – envolvimento com atividades ilícitas, consumo de entorpecentes e bebida alcoólica – são elementos de contextualização dos discursos jornalísticos sem, todavia, atentar para o fato de que os mesmos estão no cerne da violência. Os discursos jornalísticos retratam a violência como problema exclusivamente policial, expondo um olhar superficial, além disso, privilegiam arranjos que visem dar dramaticidade ao crime para aumentar o consumo da informação. **Conclusão:** Percebe-se que o campo jornalístico é pleno de lutas envolvendo pessoas autorizadas a produção de verdades. Como indica Foucault, os processos de inclusão, exclusão, reorganização na produção dos discursos jornalísticos amazonenses cumprem uma função social e política de consolidação determinadas verdades acerca dos conteúdos publicizados.

**Palavras-chave:** Discurso; Filhos; Mídia; Violências.

## Introdução

A violência intrafamiliar se expressa de diferentes formas e nos diferentes contextos sociais. Entretanto, alguns fatores podem ser considerados como agravantes para a ocorrência de violência no contexto familiar, entre os quais podemos citar: a distribuição desigual de poder, funções familiares rígidas, não diferenciação de papéis entre os membros familiares, agressividade, famílias fechadas (em que não existe abertura para contatos externos), problemas como desemprego, morte, uso de bebidas alcólicas ou drogas ilícitas, dependência econômica, emocional, etc.

Nas relações conjugais estes riscos podem estar atrelados muito mais às questões emocionais, tais como: uma relação fechada (nas quais o casal não pode se comunicar com outras pessoas), dependência emocional, baixa autoestima, ciúmes exagerados e drogadição por um dos membros da relação. Contudo, isso não exclui outras racionalidades.

No caso da violência contra as crianças, os fatores de risco são ligados ao modo como a criança é percebida, isto é se foi planejada ou não, se os pais tem algum histórico de violência sofrida na infância, disciplina e rigor na educação familiar, delegação de trabalhos domésticos às crianças, multiplicidade de parceiros dos pais dentre outros.

Apesar de não ser um tipo de violência com altas ocorrências, os filicídios ou ato de pais matarem os filhos precisam ser estudados, tendo em vista que pesquisas desta natureza podem esclarecer aspectos sociais, econômicos e culturais envolvidos nesse tipo de crime, o que, por sua vez, pode auxiliar na construção de possibilidades de trabalho e enfrentamento a essa problemática, não somente no âmbito reativo, mas, sobretudo preventivo.

A proposta neste artigo é justamente compreender os filicídios, enquanto modalidade de violência intrafamiliar, trazendo à luz o discurso jornalístico amazonense sobre casos envolvendo este tipo de crime, bem como suas principais características (vítimas, agressores, idade dos envolvidos, histórico de agressões, etc.).

## Revisão bibliográfica

Notícias relatando violências de todos os tipos, em todos os espaços, inclusive no ambiente intrafamiliar, são cada vez mais presentes nos

noticiários jornalísticos, sejam eles impressos, televisivos ou na internet. Nesse sentido, estudá-los é algo de fundamental importância. Rondelli (1998, p. 149-150) corrobora tal afirmação ao explicar que:

Compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. Se a violência é linguagem – forma de se comunicar algo –, a mídia, ao reportar os atos da violência, surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência.

Os discursos jornalísticos não são apenas palavras entrecruzadas, um simples jogo organizado de palavras, um conjunto de enunciados. O discurso presente nos jornais, em todos os casos é tal, como argumenta Foucault (2008), uma prática social, que produz os sujeitos que o pronunciam. Desta forma, compreendê-lo é apreender as condições de sua produção.

Os discursos produzidos no campo jornalístico são práticas sociais, permeadas por relações de saber e poder, que produzem seus agentes por meio de um conjunto de elementos sociais, políticos, ambientais e culturais, que perpassam a construção desses sujeitos. Deste modo, o momento da produção dos discursos é pleno de lutas, constituído por agentes capacitados de competência técnica, responsáveis e permissionários na produção das verdades jornalísticas que competem entre si pela produção de verdades, segundo o acúmulo do que Bourdieu (2010) chamou de capital cultural e capital científico.

Nessa esteira, cada sujeito ocupa no campo uma posição, de acordo com a quantidade de saber acumulado, este último denominado por Bourdieu (2010) como capital científico. O saber, em Foucault, ou capital científico, para Bourdieu, está sujeito a determinados processos de interdição, classificação e submissão. Toda produção de discursos, e nela a formulação do discurso jornalístico, é imbuída de procedimentos de seleção, classificação, interdição conforme o conjunto de relações discursivas, teóricas e institucionais que servem ao cumprimento de determinadas funções políticas, sociais, ambientais, culturais ou de fixar, o que Bourdieu (2010) denomina *habitus*.

O campo jornalístico, é preciso informar, pode seguir diferentes padrões. Segundo Bourdieu (1997), ele se constituiu como tal, no século

XIX, em torno da oposição entre a produção de notícias sensacionais ou sensacionalistas e jornais, cuja proposta era fazer comentários mais elaborados. Nessa lógica, os jornais com comentários mais elaborados buscavam afirmação entre seus pares; os sensacionalistas, a afirmação entre a maioria, focados no mercado e na venda da informação enquanto um produto, amparado numa lógica comercial.

A lógica de jornalismo sensacionalista invoca estratégias de simplificação da notícia, vide o medo de entediar o leitor ou o telespectador em detrimento do compromisso com o debate coletivo. Conforme Arrais (2009), a maneira como as notícias são geradas, o seu formato e velocidade acabam por disseminar a despolitização dos fatos. Nesse sentido, tem-se o caso do jornalista, que, na construção da notícia busca pelo sensacional, pelo espetacular. Sobre isso, a autora destaca que ele procura aquilo que rompe com o ordinário, o cotidiano. Para tanto, utiliza-se de técnicas que transformam simples fatos cotidianos em acontecimentos fantásticos.

As práticas e os processos de inclusão, exclusão, reorganização operados na produção dos discursos jornalísticos amazonenses cumprem uma função social e política, qual seja a consolidação de determinadas verdades acerca dos conteúdos publicizados. Se a mídia é capaz de dar sentido próprio aos fatos que são expostos e influencia diretamente na formação da identidade pessoal e coletiva dos cidadãos, logo ela pode influenciar ideologicamente para que os problemas sociais por ela mostrados também adquiram determinadas finalidades.

## **Materiais e métodos**

Para elaboração deste trabalho foram coletados artigos, dissertações e teses oriundas de pesquisas já realizadas sobre o tema, de modo a subsidiar a compreensão do problema e as discussões presentes no artigo. Após isso, foram coletadas seis matérias nos jornais (versão digital) de grande circulação do estado do Amazonas, distribuídas da seguinte forma: A crítica (2), Diário do Amazonas (3) e Em tempo (1), retratando casos de filicídios ou violência intrafamiliar que culminaram em mortes de filhos perpetradas por pais ou responsáveis (respeitando as novas configurações familiares), entre os anos 2012 e 2015. Após isso, executou-se a análise das matérias à luz da técnica

de análise do discurso, vertente foucaultiana, buscando extrair os principais discursos presentes, no sentido de entender seu impacto na sociedade.

## Resultados e discussões

Mascoli (2015) explica que a violência intrafamiliar tem como ponto alto o crime de homicídio. Neste sentido, a autora argumenta que um contexto familiar violento aumenta o risco desta violência se tornar letal, pois, apesar dos laços de parentesco, nem sempre a família representa um lugar de acolhimento, segurança ou proteção.

Nessa direção, Bruschini (2015, p. 80) explica que

**A família é também um grupo social composto por indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções;** ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. **A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto de conflitos** (Grifo nosso).

O processo de caracterização da violência intrafamiliar, segundo Mascoli (2015), envolve a análise dos vínculos afetivos estabelecidos entre vítima e agressor; logo, a distinção dos homicídios tradicionais daqueles tidos como intrafamiliares é feita com base nas relações emocionais, socioeconômica e/ou jurídica, previamente estabelecidas entre a vítima e o criminoso.

Alguns elementos destacados por Mascoli (2015) foram levados em consideração durante a análise e leitura das matérias jornalísticas, utilizadas para a construção deste artigo, funcionando como uma espécie de balizadores. A identificação de alguns elementos, tais como a idade e o sexo da vítima e agressor (a), relação de parentesco envolvida, fatores de tensão ou estressores preexistentes auxiliaram a discussão sobre como os filicídios são apresentados no discurso jornalístico, vide Quadro 1.

**Quadro 1:** Panorama geral dos filicídios a partir dos jornais

		Vítima			Agressor (a/es)			Condicionantes		Discurso
Caso	Ano	Idade	S	P	Idade	S	P	Motivação	E/T	Chamada jornalística
A	2012	16 meses	M	Filho	63 anos	M	Pai	Vitimização acidental	-	Pai atropela e mata filho sem querer
B	2013	18 meses	M	Enteado	31 anos	M	Padrasto	Choro da vítima	Histórico de agressões à vítima; genitora adolescente.	Padrasto mata bebê deficiente com joelhada
C	2014	11 meses	M	Filho	22 anos	F; M	Mãe; Pai	Vítima temexido no brinquedo de outra criança	Uso e abuso de entorpecentes por parte de genitores	Casal indiciado por morte de filho de dois anos troca acusações durante apresentação na delegacia
D	2014	4 anos	F	Filha	25 Anos	F	Mão	-	Agressora acometida por sofrimento psíquico	Justiça decide decretar prisão de mãe que degolou filha de 4anos em Lábrea, no Amazonas;
E	2014	14 anos	M	Enteado	33 anos	M	Padrasto	Suspeita de relação amorosa entre agressor e vítima	Uso e abuso de álcool; envolvimento com atividades ilícitas (agressor).	Padrasto é suspeito de matar enteado com quem mantinha um relacionamento amoroso
F	2015	9 anos	F	Filha; Sobrinha; Enteada	33 anos; 35 anos; 32 anos	M; M; F	Pai; Tio; Madrasta	Pensão alimentícia	-	Pai planejou matar a filha para não pagar pensão alimentícia

**Legenda:** S: sexo; P: parentesco; E/T: estressores e/ou fatores de tensão envolvidos.

**Fonte:** Pesquisa Documental, 2018.

De forma bastante sintética, o quadro acima traz um retrato sobre os casos de filicídios a partir do discurso jornalístico. As matérias analisadas demonstram que os casos de filicídios noticiados têm como principais alvos as crianças. Sobre este fato, Waiselfisz (2015, p. 124) indica que pelos dados do relatório intitulado “Violência Letal Contra as crianças e adolescentes do Brasil” que

praticamente a metade (48,8%) das agressões perpetradas contra crianças e adolescentes na faixa de <1 a 17 anos foi realizada pelos pais: 18,2% pelo pai; 25,7% pela mãe e 4,9%



pelo padrasto. Essa larga participação concentra-se nas faixas iniciais, principalmente no primeiro ano de vida das crianças.

Os dados informados no relatório são corroborados pelo exame das matérias jornalísticas amazonenses. A leitura e análise dos jornais demonstra que os agressores são muito próximos das vítimas, em geral, nas relações de parentesco são principalmente: pais, mães, padrastos e madrastas. Entretanto, há um fato novo a ser considerado, apesar de a literatura especializada e das pesquisas em diversas partes do mundo destacarem as mulheres como as principais agressoras, o exame das matérias jornalísticas amazonenses indica que no estado os homens figuram entre os principais agressores, conforme pode ser verificado no quadro acima.

As violências praticadas contra crianças revelam o desequilíbrio de poder nas relações entre pais e filhos. Além desse desequilíbrio, Guerra (2001, p. 44) revela que nas famílias onde há este tipo de violência “há o estabelecimento de um tipo de ‘aliança solidária’ entre os cônjuges pela qual um dificilmente exerce este tipo de violência sem a cumplicidade silenciada do outro, sendo raro que o parceiro não agressor revele o problema a terceiros”.

Ações desta natureza guardam motivações de naturezas diversas, dentre as quais podemos citar: ameaças, dependências afetiva e/ou financeira, cumplicidade, acomodação, desconhecimento sobre meios e formas de intervir na situação dentre outros. A prática de filicídios põe em xeque a ideia de que a maternidade ou paternidade é algo natural. O mito do amor materno/paterno é refutado. Percebe-se a partir disso que a maternidade/paternidade e o relacionamento afetivo para com o filho são uma invenção social, tal como indicado por Giddens (1993).

Quanto à idade, dos nove agressores identificados nas matérias jornalísticas seis têm idades acima dos vinte e nove anos. Este é um dado significativo do ponto de vista que coloca em discussão a ideia de que crimes desta natureza seriam praticados principalmente por jovens, ligando-os a sua imaturidade para assumir novas responsabilidades e/ou atendimento a expectativas sociais, uma vez que o fato de ter que cuidar de uma criança exige muito de seu tempo, não lhes permitindo a inserção de outras atividades as quais gostariam.

O histórico familiar e social dos agressores também é uma questão relevante, pois violências sofridas na infância podem desencadear reprodução de comportamentos violentos quando adultos. Estes últimos tendem a se

naturalizar e serem considerados aceitáveis, já que este é o único repertório de soluções de conflitos conhecido. Esse aspecto pode ser visualizado no exame das motivações para a prática da violência contra os próprios filhos, em que foram identificadas morte de crianças com e por práticas recorrentes de violência e espancamentos. É possível dizer que há uma tradição enraizada de educar por meio do castigo. A palmada resguardaria uma ideia de lição de aprendizado, numa pretensa boa intenção dos pais para a educação dos filhos.

Neste caso, nas famílias que não dispõem de um repertório democrático de solução de conflitos, a correção por meio de atos violentos (muitas vezes naturalizados) se torna um recurso aceitável, que resgata muitas vezes um comportamento aprendido durante a infância. A educação com base na manipulação dos corpos é tão disseminada que torna este tipo de violência “aceitável”, havendo uma troca da qualidade de ato violento para a qualidade de ato educativo. Paiva (2014, p. 121) explica que a palmada tem a capacidade de produzir corpos dóceis, atuando como elemento de “correção de um comportamento desviante”.

Este fato é visto nas matérias jornalísticas, nas quais os agressores comumente argumentam e tentam justificar as violências praticadas a partir do discurso de que apenas tentavam corrigir os filhos. Qualificada como ato educativo, a violência física é socialmente legitimada pelo apoio popular; a família passa, então, a ser espaço onde os comportamentos sociais ditos desviantes são reformados, para obedecerem à ordem socialmente aceita. Não obstante, essa modalidade de correção amparada no agir violento, o ato de bater, direcionar violência sobre os corpos, principalmente de crianças, pode ter consequências graves, levando a criança ou sujeito que recebe a violência à óbito, de modo intencional ou não, como nos casos alvo deste artigo.

Dentre os mecanismos de tensão e estressores que puderam ser identificados nas matérias jornalísticas, podemos citar: o envolvimento dos agressores com atividades ilícitas ou consumo de entorpecentes e bebida alcoólicas, acometimento de problemas mentais e, ainda, filicídios praticados por racionalidades diversas a essas apresentadas, tal como um caso em que a suposta motivação do crime envolvia o fato de pagamento de pensão alimentícia.

Matar um filho por conta de pensão alimentícia traz à tona questões importantes, exige a reflexão sobre os caminhos que a sociedade vem tomando. Em quais valores estão ancorados as relações entre o eu e o outro? Que importância tem o dinheiro? E as pessoas? As vidas têm valor? Que espécie sociabilidade é essa em que as vidas têm menos valor que o dinheiro?

Em linhas gerais, é perceptível a preocupação jornalística em tornar os fatos espetaculares, com publicação da imagem dos “malfeitores”, frases de efeito nas chamadas jornalísticas, tais como “*Pai planejou matar a filha [...]*”, os jogos de palavras, a organização do enunciado e do texto têm uma finalidade.

Planejar a morte de um filho, outro ente familiar ou de qualquer pessoa é por si só algo que causa repulsa, esta última é um sintoma de transformação civilizatória construída no decorrer dos tempos, conforme explica Elias (1994). Sendo assim, no momento em que a repulsa deixa de funcionar como elo de coação dos impulsos e os pais matam seus próprios filhos, estaria essa sociedade passando por um momento de (des)civilização?

A família nos discursos dos jornais sempre aparece com um lugar que deveria ser de proteção, excluindo as possibilidades de conflitos nela existentes. Qual a finalidade desse discurso senão afirmar um determinado modelo familiar, em que as relações pareçam perfeitas, ausentes de conflitos. Isso, decerto, deve ser alvo de questionamento intelectual, uma vez que esse “modelo familiar” não condiz com a realidade.

Os casos são apresentados eminentemente como casos de polícia, relegando ao segundo plano a vítima e as vulnerabilidades sociais envolvidas, que servem apenas para contextualização dos fatos, sem a devida atenção. Nos discursos jornalísticos, a ênfase é no agressor (a) e na relação parental, porém o que salta aos olhos é o uso das palavras: morte, matar, degolar, utilizadas de modo corriqueiro no noticiamento dos fatos. O ato de matar um ente querido, no caso o filho(a), aparece de modo espetacularizado, com jogo de palavras que visa chamar e deter a atenção do possível leitor.

Foucault (2008, p. 50) indica que na produção dos discursos “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”. Lacaz (2009), por sua vez, explica que a construção de um discurso é feita por um sujeito historicamente situado, as relações estabelecidas nos discursos dependem diretamente das relações sociais e econômicas postas. Justamente por este motivo é que para analisar o discurso jornalístico é imperioso “tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2008. p. 28).

É perceptível, a partir da análise realizada, o fato de que os jornais adotam vieses mais próximos ao sensacionalismo, pecam no que diz respeito à função de colocar em discussão os problemas sociais de maneira profunda, trazer à luz os problemas sociais vivenciados pelas famílias envolvidas em

casos tão graves de violência. Desta forma, as vidas ceifadas servem apenas como números, como estatística.

Sobre os aspectos influenciadores da violência, Baiarl (2004, p. 52) afirma que fatores como “as desigualdades sociais, a pobreza, o meio familiar e cultural colocam os espoliados, os desempregados mais vulneráveis”. Azevedo e Guerra (2015, p. 249), por exemplo, indicam que especialmente as crianças estão vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e iniquidade no país. Conforme dados indicados pelas autoras, 29% da população vivem em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. Estes dados parecem contraditórios, quando se sabe que o Brasil possui umas das mais avançadas legislações de proteção à infância e adolescência, pois apesar de todo avanço no plano jurídico-normativo é necessário ainda avançar em políticas públicas e sociais para o atendimento desse público tão vulnerável (as crianças e adolescentes), bem como de outros seguimentos etários.

### **Considerações finais**

Percebe-se durante a análise dos jornais que o elemento unificador dos discursos presentes nos jornais analisados não é tão somente a violência em si, ou determinadas condutas arraigadas no tecido social, é antes a prática social dos sujeitos responsáveis e autorizados à produção das ditas verdades jornalísticas e o *modus operandis* que por meio de arranjos busca cumprir uma determinada função social.

É necessário considerar a mídia como um dispositivo de poder que atua regulando e construindo as percepções dos sujeitos sobre o que acontece na sociedade. Diante dessa realidade, é necessário trabalhar no nível educativo, entendendo o discurso como prática, a informação como elemento de e pelo qual se luta. O campo jornalístico deve ser visto como espaço de poder, onde circulam poderes, no qual seus agentes podem trabalhar para a construção de estratégias para a diminuição da violência intrafamiliar e para redução da violência letal a partir de sua responsável problematização.

Dito isso, é preciso salientar que análises deste tipo são fundamentais para entender o contexto de produção de verdades jornalísticas, já que estas influenciam sobremaneira a sociedade, com ressonância bastante expressiva no âmbito judiciário e na formulação de políticas públicas e sociais. Ao finalizar esta análise é preciso deixar claro que o interesse aqui foi principalmente trazer

à luz a maneira de produção dos discursos, bem como analisar o discurso jornalístico sobre os filicídios no movimento na sociedade, entendendo que o problema central não é necessariamente a mudança na consciência, mas no regime de produção das verdades.

## Referências

- ARRAIS, D. F. **Cultura Midiática e Serviço Social**: uma convivência necessária. In: Mídia, Questão Social e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes**: um desafio recusado em São Paulo? In: Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 2015.
- BAIERL, M. F. **Medo Social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRUSCHINI, C. **Teoria Crítica da Família**. In: Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 2015.
- CASTRO, M. Suspeito de matar enteado é preso no Iranduba. **Jornal Em Tempo**. Manaus, 11 de novembro de 2014. Caderno Dia a Dia. Disponível em: <<http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/27258/suspeito-de-matar-enteado-e-preso-no-municipio-de-iranduba>>. Acesso em: 14 jul., 2018.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2. ed., 1994. v. 2.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- LACAZ, L. M. M. G. **Nos entre-lugares do sujeito e do discurso jornalístico**: questões de poder e de subjetividade. (Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Linguística Aplicada). Campinas, 2009.
- GIDDENS, A. **As transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUERRA, V. N. A. **Violência de Pais Contra Filhos: a Tragédia Revisitada.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, J. Casal indiciado por morte de filho de dois anos troca acusações durante apresentação na delegacia. **A Crítica.** Manaus, 08 de outubro de 2014. Caderno Cotidiano, 2014.

MASCOLI, L. M. C. F. **O Homicídio Intrafamiliar: contributos para a avaliação de risco.** (Tese apresentada a Universidade Fernando Pessoa) - Porto, 2015.

NETO, O. Justiça decide não decretar prisão de mãe que degolou a filha de 4 anos em Lábrea, no Amazonas. **A Crítica.** 29 de outubro de 2014. Caderno Cotidiano, 2014.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da Violência em um território estigmatizado.** Campinas: Editora Pontes, 2014 (Coleção Conflitos Sociais e Práticas Políticas), 2014.

RODRIGUES, G. Condenado por matar enteada de um ano vai responder em liberdade. **Diário do Amazonas.** Manaus, 08 de março de 2018. Caderno Amazonas, 2018.

RODRIGUES, G. Acusados me matar menina Grazielly são condenados a 12 anos. **Diário do Amazonas.** Manaus, 18 de janeiro de 2018. Caderno Amazonas, 2018.

RONDELLI, E. **Imagens da violência: práticas discursivas.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 145-157, 1998.

SEM AUTORIA. Pai atropela e mata filho sem perceber em Careiro Castanho, no Amazonas. **Diário do Amazonas.** Manaus, 28 mai. 2012. Caderno Amazonas, 2012.

WAISELFISZ, J. J. **Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil. Relatório de pesquisa.** Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasil, 2015.

# Apreensões de drogas sintéticas no estado do Amazonas: novos desafios para o sistema de segurança pública

*Isabella Erthal Villarroel*

*Luciane Cavalcante Lopes*

*Joana Macedo Abdel Hai Abmoud*

*Antonio Gelson de Oliveira Nascimento*

## RESUMO

**Importância:** O tráfico de drogas é uma modalidade de crime organizado que mais produz violência no mundo. Segundo a teoria econômica do crime, Backer (1968), o tráfico de drogas é classificado como lucrativo, sendo reconhecido um “setor produtivo” da economia. Assim, esta atividade ilícita continua a crescer e se modernizar, trazendo à baila as drogas sintéticas. No Amazonas, a Polícia Federal possui informações importantes sobre as apreensões de drogas sintéticas que compiladas e organizadas descrevem o panorama atual do estado. **Objetivo:** realizar um estudo descritivo das apreensões de drogas sintéticas realizadas pelo sistema de segurança pública do Amazonas, de modo a responder qual o volume de apreensões dessas drogas, tipos, formas de apresentação e as principais substâncias entorpecentes não-sintéticas, que comumente são apreendidas juntamente com o ecstasy. **Metodologia:** estudo do tipo quantitativo, os registros foram do banco de dados do Sistema Criminalística, tendo como recorte temporal os períodos de janeiro de 2005 a dezembro de 2017. Foram utilizados dados de apreensões por ano cujas apreensões de ecstasy foram confirmadas em laudos periciais. **Resultados:** A partir de 2015 houve aumento nas apreensões de ecstasy. Comprimido foi a principal forma de apresentação, representando 77% das apreensões, seguido do pó e cristais (10%) e selos (3%), ao passo que a maconha foi a droga mais presente apreendida em conjunto com o ecstasy, no ato da apreensão, seguido da cocaína. **Conclusão:** O estudo contribui para se pensar num cenário que, ao persistir a ausência de controle sobre drogas sintéticas, pode levar a um aumento da impunidade, e por conseguinte, a um aumento da oferta dessas drogas sintéticas. Sequer vencidos os desafios do controle de drogas mais comuns, a população do estado do Amazonas estará cada vez mais exposta aos riscos diretos e indiretos provocados pelos efeitos violentos do tráfico, agravados, agora, pela oferta abundante de drogas sintéticas, como o ecstasy.

**Palavras-chave:** Amazonas; Drogas Sintéticas; Ecstasy; Segurança Pública.

## Introdução

A violência urbana é um fenômeno multicausal. Possui uma variedade de fenômenos e eventos associados que acabam por dificultar a formulação de políticas públicas para seu controle e prevenção. Isso ocorre em decorrência da dificuldade de se identificar fatores de riscos isolados capazes de explicá-la (CALDEIRA, 1998), principalmente, quando se busca compreender a violência no âmbito das conflitualidades sociais intensificadas pelo tráfico de drogas.

Para Beato (2012), as políticas devem se pautar por metas claras e definidas a serem alcançadas por meio de medidas confiáveis e envolve, necessariamente, componentes informacionais e métodos de monitoramento e avaliação. Nesse contexto, quando tais políticas recaem sobre os efeitos decorrentes das práticas delituosas, em decorrência de consumo abusivo e tráfico de drogas, as respostas práticas são contaminadas pela escassez de informações de baixa cobertura e confiabilidade dos dados analisados.

Não há como negar que o tráfico de drogas é um problema complexo e exige um diagnóstico adequado à sua complexidade. Esse tipo de crime provoca o aumento de outras ilegalidades, principalmente de crimes contra o patrimônio e sua tendência de evolução expressiva no contexto de cidades brasileiras (BEATO, 1998). Além do mais, como difuso, o tráfico de drogas contamina todo o tecido social e afeta violentamente as instituições de controle social formal, com severos impactos também naquelas instituições de controle social informal.

Em meio as drogas ilícitas, o tráfico e consumo de ecstasy, uma droga sintética cujo nome popular é dado, segundo Freudenmann et al. (2006), a uma variedade de componentes, como o 3,4-metilenodioxietilamfetamina (MDEA), 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA) e seu principal constituinte o 3,4-metilenodioximetamfetamina (MDMA), apresenta-se como mais um desafio a ser enfrentado pelas instituições públicas de controle social da criminalidade no Brasil. O MDMA é um composto derivado da metanfetamina de propriedades estimulantes e alucinógenas. Interfere em neurotransmissores envolvidos no controle do sistema nervoso, humor, termorregulação, sono, apetite, que, com o consumo prolongado, pode acarretar o aparecimento de complicações incompatíveis com a vida (MORTON, 2005).

No Brasil, o uso recreacional das drogas sintéticas, bem como o número de apreensões tem aumentado significativamente (BULCÃO et al., 2012).



De acordo com o Departamento de Polícia Técnico Científica do Estado do Amazonas (DPTC-AM), órgão oficial responsável pelo exame pericial de todas as drogas apreendidas pela Polícia Civil do Estado do Amazonas, não são realizadas análises de drogas sintéticas nesse departamento, uma vez que faltam insumos apropriados para o processamento de tal material. Sendo assim, as drogas sintéticas apreendidas pela Polícia Civil são encaminhadas à Superintendência da Polícia Federal do Estado, onde são periciados e emitidos os respectivos laudos. Entretanto, nenhum estudo foi publicado no sentido de apresentar a dimensão que essas drogas sintéticas, em particular o ecstasy, representam no contexto de desafios para o sistema de segurança pública do estado do Amazonas.

Na perspectiva de romper com essa lacuna, este estudo pode ampliar a visão sobre as drogas sintéticas, a partir de análise dos dados de apreensões no estado, que possam gerar informações capazes de subsidiar o planejamento de políticas públicas de controle e prevenção de drogas no Amazonas.

Assim, o objetivo deste artigo foi de realizar um estudo descritivo das apreensões de drogas sintéticas realizadas pelo sistema de segurança pública do Amazonas, de modo a responder qual o volume de apreensões dessas drogas, quais os tipos, quais as formas de apresentação e quais as principais substâncias entorpecentes, ditas não-sintéticas, que comumente são apreendidas juntamente com o ecstasy.

## **Revisão bibliográfica**

De acordo com a teoria econômica do crime, as atividades ilícitas podem ser classificadas em dois grandes grupos: o lucrativo e o não-lucrativo, sendo o tráfico de drogas parte integrante do primeiro grupo (BECKER, 1968; FERNANDEZ; MALDONADO, 1998).

Segundo EIDE (1999), uma pessoa age racionalmente com base nos custos e benefícios inerentes às oportunidades legais e ilegais. Estes postulados são baseados na escolha racional proposta inicialmente por Beccaria (1738-1794) e Bentham (1748-1832); posteriormente, foram modernizados por Becker (1968) que, procurou delinear o comportamento humano frente ao crime com a intenção de arrazoar o que leva indivíduos a cometerem crimes ou não. Intimamente ligada aos ganhos entre o setor legal e ilegal da economia,

os criminosos avaliam custos e benefícios de entrar ou não em uma atividade ilegal. Para o autor, a certeza da impunidade frente ao lucro proveniente de atividade criminosa é que potencializa o crime.

O tráfico de drogas atua num mercado ilícito e como uma atividade econômica (ilegal) o seu objetivo maior é o lucro. Nesse aspecto, a particularidade desse mercado é que os ganhos nessa atividade empresarial do crime são incertos e dependem fundamentalmente da probabilidade de sucesso nessa atividade (FERNANDEZ; MALDONADO, 1998).

Nessa vertente de produção em ambientes favoráveis, vem se expandindo o mercado das drogas sintéticas, chamadas ainda de *Designer drugs*, *club drugs* ou *NPS*, termos utilizados para descrever e identificar substâncias sintéticas psicoativas que mimetizam os efeitos de drogas ilícitas. Elas são produzidas pela introdução de pequenas modificações na estrutura química das substâncias já tidas como controladas (ONU, 2013).

De acordo com Andreasen et al. (2015), essas drogas são frequentemente sintetizadas ilegalmente em laboratórios clandestinos, em que novas variantes podem ser produzidas por modificação da estrutura molecular de um estimulante ou de um composto alucinógeno já conhecido.

Com o advento da internet nos anos 90, houve uma grande expansão na divulgação e distribuição das *designer drugs*, tendo como ponto alto a primeira década do século XXI. Ao mesmo tempo, observou-se a revolução da telefonia móvel que ofereceu novas facilidades aos traficantes, “distanciando-os” de um contato mais pessoal com seus clientes. A quantidade de novos usuários destas substâncias aumentou de forma expressiva, com relatos da apreensão de diversos tipos de drogas sintéticas em todo o mundo. Isto ampliou o leque de problemas relacionados, inclusive com efeitos impactantes diretos à saúde pública. Sem alterações significativas de impacto sobre a estrutura etária da população tais impactos são observados em maior proporção sobre adolescentes e jovens, frequentadores de bares, raves e discotecas (GUERREIRO et al., 2011).

Segundo informações extraoficiais, foi no início da década de 1990, que chegaram de Amsterdã as primeiras remessas importantes de ecstasy em São Paulo (PALOMINO, 1999). O uso dessa substância permaneceu em menor escala até meados dessa década, quando o consumo da droga passou a chamar atenção de especialistas (LARANJEIRA et al., 1996). Desde então,

o fenômeno vem ganhando crescente visibilidade, o que sugere um aumento no consumo no Brasil (CARLINI et al., 2005).

De acordo com Battisti (2009), há um agrupamento de informações que apontam para um padrão específico de usuário: adolescentes e jovens adultos, pertencentes a classes sociais mais privilegiadas e com boa escolaridade.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da Portaria N<sup>o</sup> 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), regulamenta o controle das substâncias comercializadas no Brasil.

O MDMA consta na lista F2 das substâncias psicotrópicas de uso proscrito no Brasil, capazes de causar dependência física e/ou psíquica, de acordo com a Portaria N<sup>o</sup> 344/1998-SVS/MS, de 12/05/1998, atualizada pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC N<sup>o</sup> 21/2010-ANVISA/MS, de 17/06/2010.

Essa classe de substâncias pode ser enquadrada nos crimes previstos na Lei N<sup>o</sup> 11.343/2006<sup>1</sup>, possuindo, portanto, a definição legal de droga, conforme seu Artigo 1<sup>o</sup> - Parágrafo Único.

A Polícia Federal possui informações importantes sobre as apreensões de drogas sintéticas no Amazonas que podem ser compiladas e organizadas para descrever o panorama atual do referido estado.

## **Materiais e métodos**

Para que haja crime, o material apreendido deve ser cientificamente identificado dentro do rol das substâncias proibidas por lei.

A requisição de perícia é o meio pelo qual o delegado apresenta o material apreendido ou uma amostra dele para que seja periciado. Os exames visam fornecer à autoridade requisitante a natureza e características da substância enviada à perícia.

Após a conclusão das análises laboratoriais, o perito elabora um laudo contendo a descrição do material apresentado, os exames realizados, as

---

<sup>1</sup> Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

metodologias aplicadas nas análises, os resultados obtidos e as respostas aos quesitos formulados pelo delegado, autoridade perante o inquérito policial.

Este artigo é resultado de consulta aos dados do Sistema de Criminalística (SISCRIM), que coleciona laudos periciais digitalizados numa base nacional da Polícia Federal. Foram utilizados, exclusivamente, os dados quantitativos de apreensões por ano, bem como drogas apreendidas cujas apreensões de ecstasy foram confirmadas em laudos periciais, o que proporcionou um panorama completo das apreensões dessa substância no estado.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental.

Foram acessados os laudos provenientes do SISCRIM contendo o termo “ecstasy” e “Amazonas”, datados no período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2017. Os laudos foram acessados e analisados individualmente. Foram coletadas as seguintes informações: número de laudos, formas de apresentação prevalentes, principais drogas sintéticas e não sintéticas apreendidas, estejam elas em conjunto com ecstasy ou não. Posteriormente foram selecionadas todas as apreensões de drogas sintéticas e não sintéticas, desde que no ato da apreensão fosse registrada a existência de ecstasy no termo de apreensão e, conseqüentemente, no laudo pericial.

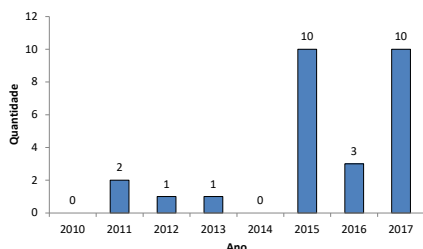
Os resultados apresentados e discutidos a seguir foram correspondentes aos dados de 27 laudos, nos quais as apreensões de ecstasy foram observadas somente a partir de 2011. Como esse estudo compreende o período de 2011 a 2017, a análise vai se estender a 27 laudos periciais analisados anualmente, conforme observações a seguir: duas solicitações periciais em 2011 (7%), uma em 2012 (4%), uma em 2013 (4%), nenhuma em 2014 (0%), 10 em 2015 (37%), três em 2016 (11%) e 10 em 2017 (37%), totalizando 27 laudos analisados.

## **Resultados e discussões**

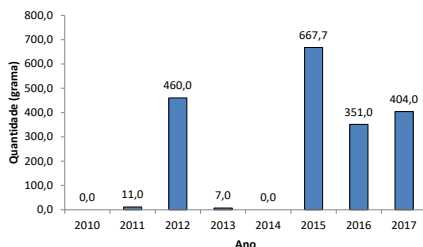
A partir dos dados apresentados, verificou-se que o número de laudos com o termo “Ecstasy” não obedeceu a uma tendência linear e regular de aumento ou diminuição ao longo do tempo analisado.

Em relação à quantidade de apreensões de ecstasy efetuadas no estado do Amazonas, observou-se uma flutuação nas descrições das amostras apreendidas, variando em relação às suas dimensões, cores e forma de apresentação.

**Gráfico 1:** Quantidade de apreensões de ecstasy, de acordo com o ano, Amazonas, no período de 2010 a 2017



**Gráfico 2:** Quantidade apreendida (em gramas) de ecstasy, de acordo com o ano, Amazonas, no período de 2010 a 2017



**Fontes:** SISCRIM/SRPF/AM.

Conforme a Tabela 1, foram apreendidas no Amazonas, entre os anos de 2010 a 2017, 6191 unidades de comprimidos, correspondentes a 59,9 gramas em cristais, 18,25 gramas em pó e 34 unidades de selos.

**Tabela 1:** Quantidades e formas de apreensão de ecstasy, segundo o ano, Amazonas, 2011 a 2017

Forma de Apresentação	Und.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Comprimidos	und.	55	1.385	-	-	2.710	1.340	701	6.191
Cristais	g	-	-	-	-	14,9	45	-	59,9
Pó	g	-	-	7	-	11,25	-	-	18,25
Selos	und.	-	-	-	-	-	34	-	34

**Fonte:** SISCRIM/SRPF/AM.

Os últimos anos, a partir de 2015, apresentaram uma maior frequência de apreensões de ecstasy, o que exige a aplicação de medidas de monitoramento para os próximos anos como forma de identificar, no campo da saúde, a intensidade de exposição ao risco de usuários e, no campo da justiça e segurança, o controle de áreas afetadas, identificação e apreensão dos envolvidos como forma de reduzir a impunidade e minimizar o impacto social (Tabela 1).

Quanto à forma de apresentação, os comprimidos foram encontrados principalmente na cor azul, mas também foram observadas amostras nas cores rosa, verde, branca e parda. Eles apresentavam diversas imagens e/ou formatos como coração, coelho, Superman, Homer Simpson e cogumelo. Já os cristais foram encontrados na

cor parda; o pó na cor branca; e os selos foram de dois tipos, sendo um com coloração avermelhada e outro azulada com uma imagem de hindu (Figuras de 1 a 6).

**Figura 1:** Variedades de cores e formatos de comprimidos de ecstasy apreendidos



**Figura 2:** Variedades de cores e formatos de comprimidos de ecstasy apreendidos



**Figura 3:** Variedades de cores e formatos de comprimidos de ecstasy apreendidos



**Figura 4:** Cristais de ecstasy



**Figura 5:** Selos de ecstasy



**Figura 6:** Selos de ecstasy



**Fonte:** SISCRIM/Laudos periciais/SRPF/AM.

Das 27 apreensões analisadas, 13 (48%) eram compostas exclusivamente de ecstasy. As demais apreensões, além de ecstasy, foram apreendidas outras drogas em conjunto com a droga sintética.

Quanto às principais substâncias apreendidas em conjunto com ecstasy, percebeu-se que a maconha foi a mais presente (30,4%), seguida da cocaína (26,1%), LSD (17,4%), haxixe (8,7%) e caféina, crack, lança perfume e NBOME (4,3% cada).

**Tabela 2:** Percentual dos tipos de substâncias apreendidas em conjunto com ecstasy, Amazonas, 2011 a 2017

Tipo	Quantidade	%
Maconha	7	30,4
Cocaína	6	26,1
LSD	4	17,4
Haxixe	2	8,7
Cafeína	1	4,3
Crack	1	4,3
Lança Perfume	1	4,3
NBOME	1	4,3

**Fonte:** SISCRIM/Laudos periciais/SRPF/AM

Os dados apresentados buscam alertar para a relevância toxicológica, social e criminal das *designer drugs*.

Pouco conhecimento epidemiológico sobre drogas, grandes dificuldades enfrentadas na atualização tecnológica necessária para análises como a falta de investimentos públicos em tecnologia, capacitação e formação de profissionais, dificuldades de compra de substâncias de referência, pouco incentivo à pesquisa científica na área, dentre outros são obstáculos na geração de conhecimento desta classe de drogas.

O conhecimento da realidade pode subsidiar o planejamento de políticas de prevenção contra o uso de drogas, priorizando a parcela mais suscetível da população, as políticas de repressão ao tráfico de drogas, conhecendo sua evolução, as formas de apresentação prevalentes, as substâncias predominantemente presentes no mercado estadual e, ainda, a sua evolução cada vez mais eficiente nos exames periciais.

No campo jurídico, as provas periciais não são pautadas por escolhas de princípios e/ou regras jurídicas usadas na concretização do Direito, mas são definidas como a ciência destinada à observação, interpretação e descrição dos elementos sensíveis encontrados nos locais de crime com o objetivo de auxiliar a justiça por meio da busca, análise e interpretação dos vestígios, relacionando-os à infração penal, fomentando conclusões acerca de delitos. Nessa perspectiva, o laudo pericial é peça importante não só para aplicação da punição, mas também para promoção de estudos e análises que, de forma prática, possam contribuir

para atacar um dos fatores determinantes da criminalidade, apontados por muitos autores como principais – a impunidade, sobretudo nos crimes de tráfico de drogas.

## Considerações finais

Não há como negar que a criminalidade violenta é hoje um dos principais desafios a ser enfrentado no âmbito das políticas sociais. Tal desafio exige grande esforço das instituições responsáveis pelo controle social da violência. Esse esforço é cada vez maior diante da complexidade dos fatores de determinação dessa violência agravada pelo tráfico de drogas. Essa gravidade se acentua diante da ausência de informações confiáveis e de estudos e pesquisas que permitam a aplicação prática de seus resultados no âmbito do sistema de segurança e justiça criminal.

Estudos comprovaram que, no conjunto das drogas proibidas, as drogas sintéticas são muito pouco estudadas, porém seus efeitos são tão perversos quanto àqueles causados por drogas como cocaína e maconha, consumidas e traficadas em maior quantidade no território brasileiro. Entretanto, ocorre que nenhum estudo foi publicado no sentido de apresentar a dimensão que essas drogas sintéticas, em particular o ecstasy, representam no contexto de desafios para o sistema de segurança pública do estado do Amazonas. A escassez de estudos dessa natureza é explicada pela ausência de informações disponíveis pelos órgãos responsáveis pelo controle dessas substâncias.

O objetivo deste artigo foi de realizar um estudo descritivo das apreensões de drogas sintéticas, tipo ecstasy, realizadas pelo sistema de segurança pública do Amazonas. Para isto, foi utilizado como fonte de dados, o banco nacional de informações periciais – Sistema Criminalística (SISCRIM) da Polícia Federal (PF), com pesquisa centrada em drogas sintéticas, do tipo ecstasy, apreendidas no estado do Amazonas, a fim de identificar o padrão local das apreensões dessa classe de drogas. Foram utilizados, exclusivamente, os dados quantitativos de apreensões no período de 2011 a 2017, confirmadas em 27 laudos periciais, o que proporcionou um panorama completo das apreensões dessa substância no estado, em todo o período observado.

Os resultados aqui observados mostraram que a partir de 2015, houve uma maior frequência de apreensões de ecstasy, em seus mais variados tipos e formas. Também foi possível verificar que comprimido foi o principal tipo de ecstasy apreendido no Amazonas, representando 77% das apreensões no período, seguido de apreensões em pó e cristais (10%) e selos (3%), em formatos variados.



A maconha foi a droga mais presente apreendida em conjunto com o ecstasy, no ato da apreensão, seguido da cocaína. Entretanto, embora em menor quantidade, os resultados aqui reunidos identificaram que dentre as drogas sintéticas traficadas no Amazonas, o ecstasy é a principal. Isto exige a aplicação de medidas de monitoramento para os próximos anos como forma de identificar, no campo da saúde, a intensidade de exposição ao risco de usuários e, no campo da justiça e segurança, o controle de áreas afetadas, identificação e apreensão dos envolvidos como forma de reduzir a impunidade e minimizar o impacto social.

Tal análise, por um lado, pode ajudar na compreensão sobre o tráfico de drogas sintéticas no estado do Amazonas. Por meio de análise descritiva dos dados coletados e ainda foi possível suscitar uma discussão a partir de informações, ainda que básicas, capazes de orientar o planejamento futuro de políticas públicas de controle e prevenção de drogas no Amazonas. Por outro lado, já que pouca importância tem sido dada ao tráfico de drogas sintéticas no Amazonas, em detrimento do controle de drogas mais comuns como maconha tipo skunk e cocaína, pode proporcionar aos *police makers* a pensar num cenário que, persistindo a ausência de controle sobre drogas sintéticas, pode levar a um aumento da sensação de impunidade dos traficantes dessas drogas o que, por conseguinte, pode causar um aumento da oferta dessas drogas sintéticas e, sequer, vencidos os desafios do controle de drogas mais comuns, a população do estado do Amazonas estará cada vez mais exposta aos riscos diretos e indiretos provocados pelos efeitos violentos do tráfico de drogas, agravados agora pela oferta abundante de drogas sintéticas, como o ecstasy.

## Referências

- ANDREASEN, M. F.; TELVING, R.; ROSENDAL, F.; HASSELSTRØM, J. B.; ANDERSEN, L. V. A fatal poisoning involving 25C-NBOMe. *Magazine Forensic Science International*, n. 251, el-8, 2015.
- BATTISTI, M.C. **Seguimento por cinco anos de uma amostra de usuários de ecstasy (MDMA)**. 2009. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2009.
- BEATO FILHO, C.C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, 1998.
- BEATO, C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- BECKER, G.S. Crime and punishment: in economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 1, p. 69-217, 1968.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Portaria Nº 344, de 12 de maio de 1998. **Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial**, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, 2006.

BULCÃO, R.; GARCIA, S.C.; LIMBERGER, R.P.; BAIERLE, M.; ARBO, M. D.; CHASIN, A. A. M.; THIESEN, F. V.; TAVARES, R. Designer drugs: aspectos analíticos e biológicos. **Revista Química Nova**. São Paulo, v. 35, n. 1, p. 149-158, 2012.

CALDEIRA, C. **Apresentação**. Arché, 1998.

CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.; NOTO, A.R.; SILVA, A. A. B.; NOTO, A. R.; FONSECA, A. M.; CARLINI, C. M.; OLIVEIRA, G. L.; NAPPO, S. A.; MOURA, Y. G.; SANCHEZ, Z. V. M. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. CEBRID - Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Páginas & Letras, 2005.

EIDE, E. **Economics of criminal behavior**, 1999.

FERNANDEZ, J. C; MALDONADO, G. E. C. **La economía del crimen y el narcou-áfico en Bolivia**: Texto para discussão. CME/FBA. 1998.

FREUDENMANN, R.W.; OXLER, F.; BERNSCHNEIDER-REIF, S. The origin of MDMA (ecstasy) revisited: the true story reconstructed from the original documents. **Magazine Addiction**, v. 101, n. 9, p. 1241-1245, sep., 2006.

LARANJEIRA, R.; DUNN, J.; RASSI, R. ; MEIRE, F. Ecstasy (3,4 metilenodioximetanfetamina, MDMA): uma droga velha e um problema novo? **Revista ABP – APAL**, v. 18, n. 3, p. 77-81, 1996.

MORTON, J. Ecstasy: pharmacology and neurotoxicity. **Curr Opin Pharmacol**, v. 5, n. 1, p. 79-86, feb. 2005.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Escritório sobre drogas e crimes**. 2013. Disponível em: <<http://www.unodc.org/brazil>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

PALOMINO, E. **Babado forte**: moda, música e noite na virada do século 21. São Paulo, Mandarim, 1999.

# Aspectos biopolíticos das sanções aplicadas pelas facções criminosas no Brasil

*Roberto Magno Reis Netto*  
*Clay Anderson Nunes Chagas*  
*Clarina de Cássia da Silva Cavalcante*  
*Samara Viana Costa*  
*Wando Dias Miranda*

## RESUMO

**Importância:** O desenvolvimento das facções criminosas no Brasil, a partir do final da década de 1970, e sua expansão por todo o país neste início de século XXI gerou a consolidação de poderes que permitiram uma gestão dos corpos e vidas da população carcerária, conforme os interesses daquelas organizações criminosas, tornando a compreensão destes mecanismos um elemento importante à segurança pública e administração do sistema penitenciário. **Objetivo:** Compreender os aspectos biopolíticos das sanções aplicadas pelas facções no contexto do cárcere, a partir de inferências literárias de obras publicadas entre os anos de 2011 e 2017. **Metodologia:** Utilizando o método Hermenêutico e Dialético, o estudo realizou uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma atividade de análise de conteúdo, inferência e classificação de espécies, a partir das quais destacou grupos de sanções e suas finalidades. **Resultados:** As sanções aplicadas pelas facções criminosas no contexto do cárcere correspondem às finalidades biopolíticas apontadas por Michel Foucault, gerindo o comportamento da massa carcerária por meio de mecanismos de exclusão, marca, compensação e encarceramento. **Conclusão:** Constatou-se que as espécies identificadas de sanções aplicadas pelas facções criminosas no contexto do cárcere, muito além da simples prática da violência, se revelam como elementos importantes para concentração de poder nas mãos das organizações criminosas e gestão das dinâmicas sociais dentro das prisões, direcionando o comportamento da população aos interesses políticos dos grupos criminosos.

**Palavras-chave:** Biopolítica do poder; Cárcere; Facções criminosas; Sanções.

## Introdução

O presente trabalho buscou compreender os aspectos biopolíticos inerentes às penalidades aplicadas pelas facções criminosas do tráfico de drogas no contexto do cárcere. O interesse pelo tema seu deu diante do desenvolvimento registrado pelas facções criminosas no Brasil, desde seu surgimento, ao final da década de 1970, e sua expansão por todo o país neste início de século XXI, bem como, diante da consolidação de poderes que permitiram uma gestão dos corpos e vidas da população carcerária, conforme os interesses daquelas organizações criminosas, tornando a compreensão destes mecanismos um elemento importante à segurança pública e administração do sistema penitenciário.

Partindo de provocações literárias que denotavam especificidades relativas àquelas penas, e, sobretudo, aspectos de crueldade inerentes a muitas delas, o estudo se propôs à realização de uma breve revisão literária sobre os papéis apontados em relação às sanções nas relações entre as organizações criminosas e a população carcerária. Assim, após exposição dos postulados teóricos do estudo e traçado metodológico, restaram discutidos os possíveis papéis das referidas penalidades, a partir da compreensão das relações de poder no contexto territorial do cárcere, com base nas ideias de Foucault (2015b) e Raffestin (1993).

## Revisão bibliográfica

Colocada como uma *necessidade histórica* de solução de conflitos entre seres humanos organizados em comunidade, a questão da *pena* e da *sanção*, sempre ocupou um lugar de destaque nos estudos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais, em especial, no âmbito dos estudos de natureza jurídica (NUCCI, 2011). Desde os teóricos jurídico-contratualistas, aliás, firmou-se o entendimento de que a sanção estaria diretamente ligada à ideia de *ordenamento jurídico*, bem como que a natureza das penas estaria vinculada à potencial capacidade de *violência* perpetuada numa sociedade (BECCARIA, 2003), de modo que, quanto mais *selvagem* fosse uma comunidade, maior seria a expressão de violência de suas penalidades. Isso se explicaria, mais adiante, pela identificação do uso das *sanções* não só como forma de punição, mas, especialmente, como expressão do *poder* de um ente hegemônico numa comunidade (FOUCAULT, 2015a).

Como bem assinalou Raffestin (1993), a superação da clássica visão geopolítica de que o Estado seria o único ente dotado de poderes sobre uma base territorial, seguida da compreensão a respeito da existência de diversos outros agentes territoriais detentores de micropoderes sociais (FOUCAULT, 2015a), permitiu observar que há diversos estatutos normativos que, de maneira concorrente ao direito oficial, organizam a sociedade, impondo-lhe ordem (se necessário, por meio de sanções – ou seja, de violência legitimada pela hegemonia de um certo agente).

Assim, da mesma forma que Raffestin (1993) e Haesbaert (2014) apontaram a existência de múltiplos territórios coexistentes e sobrepostos, é possível afirmar que, para além do direito oficial, há todo um conjunto de convenções e normas sociais vigentes, em diferentes níveis, determinando o comportamento dos cidadãos, que podem se constituir de forma mais (ou menos) complexa, de acordo com a ausência (ou presença) do Estado. Essa noção, capaz de explicar a capacidade de gestão social de instituições como a igreja, comunidades tradicionais, movimentos sociais, *etc.*, é de fundamental importância, também, para a compreensão da complexidade inerente ao fenômeno das *facções criminosas* neste século XXI e suas diversas manifestações.

Sem pretender aprofundar nos aspectos históricos inerentes às organizações criminosas em questão, tem-se que, desde seu surgimento no estado do Rio de Janeiro (ao final da década de 1970) e sua expansão por estados e prisões de todo país (neste início de século XXI) (AMORIM, 2011, 2015), o sucesso destes grupos foi atribuído, dentre outros fatores, à capacidade de auto-organização e gestão da violência (DIAS, 2013), tanto no âmbito das ruas, quanto, especialmente, no bojo dos estabelecimentos prisionais (REIS NETTO, 2018).

Por meio de conjuntos de estratégias territoriais (REIS NETTO; CHAGAS, 2018), estas facções obtiveram sucesso no controle da massa carcerária, estabelecendo arcabouços normativos de comportamento social – o chamado *proceder* (MARQUES, 2014) – e sanções voltadas à consolidação da *paz entre os ladrões*, que, especialmente, significa a consagração da discricção necessária às atividades dos criminosos, em especial, ao tráfico de drogas (AMORIM, 2011, 2015).

Analisando o caráter punitivo destas transgressões, por sua vez, constatou-se que elas pareciam guardar semelhança com as denominadas *táticas finais da sanção*, teorizadas por Foucault (2015b), quais sejam: a *exclusão* (ou seja, a

privação do indivíduo do convívio do grupo, mesmo que simbolicamente), a *compensação/ressarcimento* (ou seja, a assunção de obrigações, em vários níveis para retribuição do agravo causado), a *marca* (concernente à imposição física ou social de uma mácula ao transgressões) e o *encarceramento* (classificada como um exílio indireto, vez que consagrada em um específico *locus*).

Desta constatação, portanto, surgiu o objetivo deste estudo em compreender se estas formas de penalização mencionadas por Foucault (2015b) seriam também aplicáveis ao exercício do poder das facções no cárcere, como forma de controle da massa carcerária, numa verdadeira forma de exercício biopolíticos do poder (FOUCAULT, 2015a). Foi o que se buscou a partir da presente revisão literária.

### **Materiais e métodos**

O presente estudo adotou o método hermenêutico e dialético (HABERMAS, 1997), consistente num procedimento científico que toma como base a linguagem, buscando a compreensão de seus diferentes significantes de acordo com o momento histórico, espacial, social e político das informações emitidas (MINAYO, 2002). Entretanto, superando os aspectos iniciais da linguagem, o método busca uma triangulação da informação, tanto internamente (à luz das teorias bases adotadas pelos estudos), quanto à luz de outros estudos sobre o tema, justamente, para desvelar *dissimetrias* existentes no conhecimento, realizando um movimento dialético que questiona os dados e conhecimentos dos autores, confrontando-os entre si (MINAYO, 2002).

Sob esta diretriz, o estudo se aproveitou de um subconjunto de dados colhidos em pesquisa desenvolvida por Reis Netto (2018), na qual, como esforço inicial, firmou-se uma revisão literária que conglobou obras que tratavam da temática *tráfico e cárcere*, publicadas entre os meses de janeiro de 2011 e maio de 2017, a partir das quais promoveu-se a captação de enunciados (trechos dos textos) demonstrativos de possíveis conjuntos de estratégias utilizadas pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas da atividade.

Na obra original, classificou-se um total de 1416 enunciados, retirados de 50 obras analisadas conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos (REIS NETTO, 2018), que, inclusive, deu origem a trabalho científico já publicado (REIS NETTO; CHAGAS, 2018). Dentre estas, por sua vez,

constatou-se a relevante menção da existência de sanções especificamente aplicadas pelas facções no contexto carcerário, como mediato importante àquela integração entre os agentes do tráfico encarcerados e suas redes territoriais externas.

Assim, tomando-se o fenômeno acima como objeto deste estudo, classificou-se um novo subconjunto de 103 enunciados, concernentes a 18 daquelas obras, sujeitos a um novo procedimento de análise de conteúdo e classificação de categorias (BARDIN, 2011), realizado pelos três primeiros coautores deste estudo, e, em seguida, sujeito à análise e avaliação de amostras pelos dois últimos coautores, atuantes na qualidade de juízes de prova.

As amostras foram, por conseguinte, analisadas e trianguladas entre si. Em seguida, foram categorizadas conforme cada espécie de sanção (morte, exclusão da facção, interdição, etc.), e, ainda, reanalisadas à luz das táticas de poder elencadas por Foucault (2015b), sendo, ao fim, novamente sujeitas às críticas dos juízes de prova. Pretendeu-se, assim, além da simples classificação das sanções, a compreensão de como cada uma pode influenciar a assunção de uma biopolíticas do poder (controle de corpos e almas) no contexto do cárcere (FOUCAULT, 2015a).

## Resultados e discussões

Primeiramente, deve-se assinalar que, antes do advento das facções, já havia um conjunto não sistematizado de penalidades, apontado por autores como Dias (2011, 2013, 2014), Dias e Salla (2013), Varella (2012, 2017), Almeida et al. (2013) e Amorim (2011, 2015), pautado na aplicação de sanções como o espancamento, mutilação e morte; a prostituição do encarcerado, ou, até mesmo, de seus parentes; ou, ainda, a obrigação de assunção de penalidades cometidas por terceiros – os laranjas ou robôs. Contudo, deve-se registrar que estas penalidades não seguiam qualquer espécie de lógica em sua aplicação, valendo-se os algozes, assim, da *lei do mais forte* e/ou de aspectos consuetudinários locais (DIAS, 2013).

Após o advento e consolidação das facções criminosas e a instituição de todo um sistema comportamental interno, assim nominado *proceder* (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; MARQUES, 2014), passou-se a apontar a ocorrência de uma *gestão da violência* pelas organizações, e, com isso, uma *racionalização* (DIAS, 2013) no processo de aplicação das sanções por *transgressão das normas de convivência*.

Embora não extinto o recurso à violência, de outro lado, as sanções passaram a ser aplicadas mediante julgamentos (especialmente, na sistemática do Primeiro Comando da Capital – PCC), denominados *debates* (DIAS, 2013; MALVASI, 2012; MARQUES, 2014), com penas aplicadas por instâncias colegiadas, conforme o regimento das organizações e, ainda, que respeitariam uma hierarquia decisória (níveis internos das organizações) (DIAS, 2013). Em verdade, como destacou Marques (2014), não há um *destino prévio* a cada caso, senão uma apreciação da situação pelas lideranças, com possibilidade de defesa (onde se leva em conta também a argúcia do acusado), para, após este processo, proferir-se uma decisão final.

Como *penalidades em espécie*, por sua vez, constatou-se que a *morte* recebeu maior atenção da literatura. Primeiramente, a temática foi destacada durante o processo de expansão das facções, como uma tática de *marca* (FOUCAULT, 2015b), utilizada como exemplo *simbólico* do destino daqueles que contrariassem as facções em consolidação, consubstanciando aspectos de grande violência, como a mutilação, a decapitação, a incineração e a destruição de corpos, dentre outros (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; VARELLA, 2017). Inclusive, mesmo após a consolidação das grandes facções atuais, a *marca* ainda se manteve como um aspecto inerente aos assassinatos e atentados aplicados a rivais, bem como, a cometedores de crimes de repercussão negativa entre os detentos, como, por exemplo, o estupro, e ainda a casos de graves de transgressões cometidas por membros da organização, como o não pagamento da caixinha, uso indevido do nome do grupo ou comércio de drogas proibidas internamente (AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2017; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

A esse aspecto simbólico, ainda deve-se somar o aspecto *compensatório* (FOUCAULT, 2015b) da morte: embora, conforme afirmou Dias (2011, 2013, 2014), atualmente, a morte seja utilizada como *ultima ratio* (sanção extrema) e evitada em relação aos próprios membros das facções (para evitar cisões internas), ainda assim, esta é prevista como medida retributiva (e, obviamente, *simbólica*) dos prejuízos causados por sanções mais graves (como o *rompimento com a facção e a traição*) (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; ABREU, 2017).

A morte também representou uma tática de *exclusão* (FOUCAULT, 2015b), normalmente aplicada quando das trocas de posições de poder dentro das facções, em que a exclusão de uma liderança não se afigura suficiente para



punição de erros ou eliminação de sua imagem de poder, sendo necessário o assassinato para definitiva *exclusão* do transgressor (DIAS, 2013; ABREU, 2017). Ainda, conforme casos apontados no teor das obras de Dias (2013), Lourenço e Almeida (2013), constatou-se que presos, num ato de *auto exclusão*, cometeriam suicídio por enforcamento para não sofrer violências mais graves e prolongadas em sessões de espancamentos ordenadas pelas facções, reforçando a morte enquanto forma de *banimento*.

De forma menos grave, porém, igualmente voltada ao suplício como forma de *marca*, de *simbolismo*, contatou-se também a menção literária a respeito da aplicação de sanções de *lesão corporal* (das mais diversas e imagináveis), entre os faccionados e demais membros da massa carcerária (DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017), acompanhada ou não de outras penalidades, como a *exclusão* ou a *interdição*, tratadas a seguir.

Por conseguinte, constatou-se a existência de penas de *exclusão do faccionado*, pela desobediência às ordens das organizações criminosas (DIAS, 2013; SILVA, 2013; MARQUES, 2014; ABREU, 2017). Quando não incidente a pena de morte (de acordo com o resultado do debate), o membro transgressor pode sofrer a eliminação dos quadros da facção, o que, por conseguinte, significa sua desvinculação de todo o sistema protetivo e assistencial guardido pelas organizações criminosas, manifestando a tática de poder de *exclusão* (FOUCAULT, 2015b).

Contudo, como regra, essa sanção também acaba por obrigar o excluído a se afastar (sob ameaça de morte ou de agressão física) dos pavilhões dominados pelas organizações (para outros de condições mais precárias ainda, ou, até mesmo, para o *seguro* - pequenas áreas precárias, destinadas aos ameaçados de morte), consagrando, além da *exclusão*, as táticas de *encarceramento* (em um local mais precário ainda, por ordem do poder interno das facções) e *marca* (pelo aspecto simbólico ligado ao afastamento) (FOUCAULT, 2015b).

A *segregação ao seguro*, acima relatada, também foi inferida como sanção destinada àqueles que optam por não aderir às facções (TEIXEIRA, 2015), novamente, retratando a tática de *encarceramento* (FOUCAULT, 2015b). Aliás, há uma preferência sobre estes *encarcerados* como *alvos a serem atacados* em rebeliões e revoltas, pelo que a segregação, num segundo caso, acaba por indicar uma possibilidade de posterior submissão à *morte simbólica* acima retratada (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; TEIXEIRA, 2015; FIGUEIRO, 2015).

Como manifestação da tática de *recompensa* (FOUCAULT, 2015b), constatou-se a aplicação da sanção de *interdição* comercial de detentos (membros ou não das facções) (RUI, 2012; VARELLA, 2012, 2017; DIAS, 2013). Basicamente, apontou-se a possibilidade de vedação a detentos desobedientes (pertencentes ou não às organizações criminosas), da aquisição - à vista ou à crédito (rigorosamente controlada, aliás, pelos responsáveis pelos registros comerciais das facções) - de entorpecentes. Além disso, esta interdição também foi objeto de relatos em relação à infringência da proibição do consumo/venda de certas drogas determinada pelas facções dentro dos presídios, como ocorre, até então, em relação ao crack (RUI, 2012; DIAS, 2013; VARELLA, 2017). É nítido o propósito de compensação (FOUCAULT, 2015b).

Constatou-se, também, a aplicação de *penalizações* (como advertências violentas e interdições) a terceiros não transgressores das normas: *os padrinhos* (SAVIANO, 2015). Esta extensão da penalidade à pessoa não cometidora de um desvio de proceder, interessantemente, surgiu como tática de *compensação* e *marca* (FOUCAULT, 2015b), simultaneamente, em razão do compromisso de *guiar a conduta do afilhado*, assumido pelo padrinho quando do batismo daquele primeiro, por força do estatuto das facções (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2011, 2013). Assim, além de ser punido pelo desvio do seu indicado, o padrinho também é sancionado como demonstração, a todos, do poderio interno das facções criminosas.

Desta forma, constatou-se que a consolidação do poder das facções e a assunção deste sistema de punições, certamente, não só impôs o respeito às organizações por intermédio do medo (DIAS, 2013), como, sobretudo, trouxe uma *sensação de segurança* à massa carcerária. Nesse sentido, constatou-se que os internos passaram a ver nas organizações (a despeito da violência de suas ações) um agente territorial detentor de poderes que, de forma mais eficiente que o Estado, lhes traria uma maior proteção e possibilidade de sobrevivência, tornando, quanto a este aspecto, interessante a afiliação, ou, ao menos, o respeito e sujeição (DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013).

Nesse sentido, a consagração de normas de conduta (previsibilidade das sanções), a instituição de debates (como instâncias colegiadas e, em tese, abertas ao diálogo) e a possibilidade de defesa (cedendo à anterior sumariedade da penalização), certamente, contribuíram para a preferência e consolidação desta *vingança privada e coletiva*, legitimada pelo contexto carcerário.

Com isso, consolidou-se um efetivo controle do dia a dia e da própria geografia interna da massa carcerária nas mãos das facções (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; TEIXEIRA, 2015; FIGUEIRO, 2015). Portanto, a possibilidade de utilização da população como um *trunfo de poder* em rebeliões, revoltas ou reivindicações (AMORIM, 2011, 2013; DIAS, 2013) ou como *mediato* (veículo de transporte de bens e informações, instrumento de demonstração de força, etc.), mostrou-se fundamental para consagração de uma *paz velada* e para construção/manutenção de redes, necessárias, por sua vez, à efetivação das estratégias de integração do cárcere às redes de sua atividade mais lucrativa - o tráfico de drogas (REIS NETTO, 2018; REIS NETTO; CHAGAS, 2018).

### Considerações finais

Conforme apontado no referencial teórico do estudo, a possibilidade de aplicação de uma *sanção* é a clara manifestação da existência de um *poder* pertencente a um agente territorial, detentor de certo nível de hegemonia sobre um território, reflexão que, certamente, aplica-se às facções criminosas do cárcere, no Brasil.

Conforme apontado pela literatura consultada, a existência e manutenção de todo um sistema comportamental (*o proceder*), processual (*os debates*, hierarquicamente organizados, e com a previsão de ritos e formas de defesa), e, especialmente, de *sanções* (notadamente, a morte, a lesão corporal, a exclusão, a segregação e a interdição) aplicáveis às transgressões normativas internas, certamente, conduz à compreensão de que as facções criminosas obtiveram substancial êxito no manejo das táticas de punição elencadas por Foucault (2015b). Com isso, observou-se que os instrumentos de penalização ora identificados, permitiram que as facções consolidassem uma efetiva gestão dos corpos e das almas - *biopolítica do poder* (FOUCAULT, 2015a).

Isso, por fim, tornou assente a conclusão de que as sanções aplicadas pelas organizações criminosas no contexto do cárcere, muito além da simples prática da violência, revelam-se como elementos importantes para concentração de poder em suas mãos e gestão das dinâmicas sociais dentro das prisões, direcionando o comportamento da população carcerária, de acordo com os planos específicos dos grupos criminosos, seja pelo medo, seja pela

assunção da imagem de agente capaz de proteger a vida dos encarcerados (de forma muito mais eficiente, aliás, que o próprio Estado).

E, a partir da concentração destes poderes e gestão do comportamento da massa, institui-se o ambiente ideal (controlado e, em tese, pacífico) para a expansão das *atividades lucrativas ilícitas* destas organizações, notadamente, a construção e manutenção de redes territoriais vinculadas ao mundo livre, especialmente, para o tráfico de drogas.

## Referências

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira**: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 1. ed., Rio de Janeiro: Record, 2017.

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CHICARELI, Semiramis Costa; CIDRO, Débora. **Lazer e o presídio**: aspectos de um paradoxo. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH, 2013.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história do crime organizado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC**: A irmandade do Crime. 13. ed., Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: O dono do morro Santa Marta. 26. ed., Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v.1, n. 1, p. 186-204. 2014.

DIAS, Camila Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DIAS, Camila Nunes. **PCC**: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85. p. 113-127. 2014.

DIAS, Camila Nunes.; SALLA, Fernando. Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 2, n. 2, p. 397-408, 2013.

FIGUEIRO, Rafael Albuquerque. Apontamentos sobre a prisão na pós modernidade: o caso brasileiro. **Anais do VI Congresso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015b.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica**: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: LP&M, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e Multi/Transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 1. p. 37-59, 2013.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da Vida Loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo (Tese). São Paulo: USP, 2012.

MARQUES, Adalton. **Crime e Proceder**: Um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MÜLLER, Andreas. O Brasil do Crime. In: LACERDA, Ricardo. **Facções Criminosas do Brasil (Dossiê Superinteressante)**. São Paulo: Abril, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial**. 7. ed., São Paulo: Editora RT, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das Grades: A integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas (dissertação de mestrado)**. Orientação: Clay Anderson Nunes Chagas. Belém: UFPA/PPGSP, 2018.

REIS NETTO, Roberto Magno.; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas: uma revisão da literatura. **Revista Opinião Jurídica**, v. 16, n. 23, p. 110-139, 2018.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

RUI, Taniele Cristina. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. (Tese). São Paulo: IFCH/UECA, 2012.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Leandro Damasceno e. A Lei N. 9.034/95 e as organizações criminosas brasileiras. **THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, v. 11, n. 11, p. 267-280, 2013

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (tese)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

# Violência urbana: fatores relacionais entre homicídio, tráfico de drogas e urbanização

*Marco Antônio Rocha dos Remédios*

*Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa*

*Brenno Moraes Miranda*

*Glacy Lenny de Souza Rocha*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** Estudos sobre a violência urbana vêm sendo realizados no Brasil buscando encontrar correlações e associações significativas entre taxas de homicídio e/ou tráfico de drogas e indicadores sociais ou econômicos. **Objetivo:** Neste sentido este trabalho tem o objetivo de estudar as relações espaciais e multivariadas dos crimes de tráfico de drogas e homicídio e a urbanização da capital do estado do Pará, cidade de Belém, pontuando as suas tendências e correlações, no ano de 2012. **Metodologia:** Na construção metodológica aplicou-se a técnica estatística análise descritiva para evidenciar as taxas dos crimes de tráfico de drogas e homicídio nos bairros de Belém. Em seguida, aplicou-se a técnica estatística multivariada análise fatorial, o que permitiu estimar os escores fatoriais, a partir dos quais pôde-se construir o índice de qualidade de urbanização (IQU), baseado em indicadores socioeconômicos e ambientais da cidade de Belém, permitindo a classificação dos bairros em péssimo, ruim, regular, bom e ótimo, de acordo com os atributos de cada bairro. Em seguida, de posse do índice de urbanização e das taxas de tráfico de drogas e homicídio pôde-se submeter esses dados a técnica estatística multivariada análise de correspondência, cujo objetivo foi averiguar o nível de correlação entre essas variáveis. **Resultados:** Dentre os principais resultados observou-se que bairros com baixa urbanização estão associados à moderada ou alta taxa de tráfico de drogas e alta taxa de homicídio. **Conclusão:** O trabalho demonstrou a existência de relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio na capital paraense, uma vez que os bairros mais carentes de infraestrutura, em linhas gerais, apresentaram maior incidência desses tipos de ocorrências criminais.

**Palavras-chave:** Crime; Homicídio; Tráfico de Drogas; Urbanização; Violência.

## Introdução

A partir da década de 1980, a população brasileira tem assistido o crescimento das taxas de criminalidade, bem como os custos a ela associados (GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005; BEATO FILHO, 1999). O enfrentamento dos fenômenos criminais torna-se um grande desafio aos governos e sociedade, mostrando-se como um sério problema ao desenvolvimento econômico e social.

Para Zaluar (2002, 2004), a partir da segunda metade dos anos 1980 pesquisadores brasileiros identificaram em suas investigações a necessidade de se lançar uma visão sistêmica para fazer frente aos problemas de cunho social, como é o caso da violência urbana. Neste sentido, conhecer a fundo os problemas interpostos pela dinâmica social é necessário para que as ações do Estado tornem-se eficazes e efetivas, levando as instituições envolvidas nesse processo ao alcance de resultados relevantes.

Desta forma, este trabalho se justifica por analisar os crimes de tráfico de drogas e homicídio ocorridos no município de Belém, a partir de uma nova metodologia que envolve a construção de um índice de urbanização e utilização das técnicas de análise multivariada e exploratória de dados espaciais, para evidenciar as possíveis relações espaciais e estatísticas entre a urbanização de Belém e os crimes estudados.

## Revisão bibliográfica

Acerca das teorias sociológicas, encontrou-se em Durkheim (2007) a violência como um fato social, uma vez que se apresenta naturalmente na sociedade. É importante ressaltar que o conceito de violência não pode ser universalizado, sob pena de desconsiderar um conjunto de variáveis que deriva da cultura, do poder, de condições hegemônicas e ideológicas. Corroborando com esse pensamento, pode-se salientar o pensamento de Tondato (2004).

Buscando-se mensurar a violência no cotidiano das cidades, alguns autores (ZALUAR, 2004; SOARES, 2006; CALDEIRA, 2000) correlacionam esse fenômeno com o crime, compreendendo que este são formas de materializar atos violentos que se sobrepõem às regras e legislação que vigoram em uma sociedade, gerando desde pequenos danos a terceiros em seu expoente



máximo de manifestação no homicídio (MORAIS, 1981). Deste modo, para Beato Filho (2012), crime pode ser definido como o conjunto de eventos que se choca com valores coletivos e que, portanto, suscitam mudanças na consciência coletiva das sociedades por meio de mecanismos de punição. Neste aspecto, torna-se conveniente destacar o pensamento de Dahrendorf (1987), que compreende a punição enquanto mecanismo de controle do comportamento social, utilizada em casos de violações intoleráveis da lei e da ordem.

Pode-se verificar, de acordo com Santos (2008), que a urbanização em países subdesenvolvidos, como o Brasil, ganha força a partir de 1950. Contou-se com uma urbanização acelerada e desigual, já que as suas indústrias se estruturaram nestes espaços de maneira concentrada em determinadas áreas, o que causou diversos tipos de problemas como o inchaço urbano nesses locais devido ao maciço êxodo rural, marginalização dos centros urbanos, aumento da violência, prostituição, tráfico de drogas, entre outros (SANTOS, 2008).

Neste contexto, no Brasil, pode-se observar que as cidades passaram a receber um contingente cada vez maior de brasileiros que migraram do meio rural para o urbano em busca de melhores condições de vida. Segundo Maricato (2000) houve uma expressiva ampliação da população urbana em detrimento à rural, este contexto se repete no estado paraense.

Nesse meio, a intensificação do processo de urbanização no Brasil culminou com a expansão do fenômeno de favelização nas cidades que, segundo Maricato (2000), vai abrigar grande parte desse contingente de pessoas. No Pará temos o processo de periferização, espaços marcados por baixa índice ou inexistente de urbanização, saneamento, serviços públicos, etc. Os impactos gerados pela desigualdade social podem ser percebidos pelos índices de criminalidade que incidem sobre a população mais carente, gerando a sensação de insegurança e violência entre os moradores que ocupam os espaços periféricos das cidades (BEATO FILHO, 2012).

De acordo com Souza (2008), o território da violência se manifesta sobre a territorialização da espacialidade num processo social, sobre a formação da organização do crime associado justamente à falta de punição, urbanização e precário desenvolvimento habitacional e urbano. No geral, falta atuação do Estado e dos órgãos públicos, visto que a desigualdade é citada como território da pobreza em periferias desenvolvida pela violência urbana por apresentarem

má estabilidade do poder público, então se criam soluções entre as próprias comunidades sobre a ordem do crime organizado por traficantes de drogas, manifestando o poder que eles exercem em solicitar serviços, segurança e conforto em troca de crescimento do comércio ilegal.

## Material e métodos

### *Descrição dos dados*

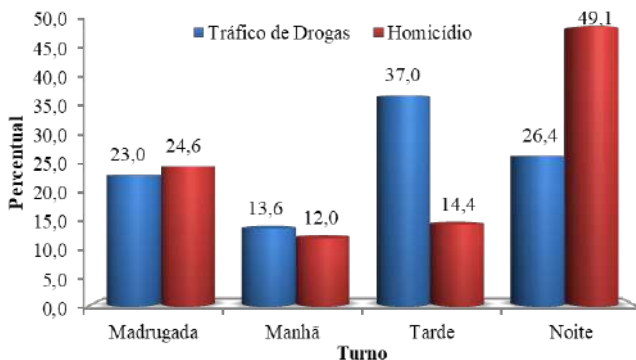
Para elaboração do trabalho foram adotadas duas frentes metodológicas. A primeira, no sentido de reunir informações quantitativas e qualitativas a respeito de duas variáveis a serem analisadas, constituiu-se na coleta de dados referentes aos crimes de tráfico de drogas e homicídios, ocorridos no município de Belém do Pará, tendo como recorte temporal o ano de 2012. Os dados dessas variáveis foram cedidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC/SEGUP-PA, a partir dos registros armazenados em sua base de dados criminais com 1.329 registros de ocorrências do crime de tráfico de drogas e 627 registros de homicídios na capital paraense. A terceira variável considerada foi o índice de urbanização atinente aos bairros de Belém, construídos a partir de indicadores socioeconômicos e ambientais, extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes ao censo 2010. A segunda frente metodológica foi dirigida a aplicação de quatro técnicas estatísticas, a saber: estatística descritiva, análise fatorial, análise de correspondência e a análise exploratória de dados espaciais.

## Resultados e discussões

A dinâmica do acontecimento das ocorrências dos tipos penais ora analisados se dão de forma distintas: quanto à faixa de hora, mas importante esclarecer que tais acontecimentos têm natureza diferentes; quanto ao tráfico de drogas se dá por ações proativas da ação policial, o crime de homicídio parte da ação do agente criminoso, atuação reativa, ou seja, a polícia agirá com a investigação após o ato criminoso. O crime de tráfico de drogas ocorreu com maior frequência no turno da tarde (37%), seguido da noite (26,4%). Em relação aos homicídios aconteceram na parte da noite (49,1%), seguido da madrugada (24,6%), Figura 1. Quanto ao crime de homicídio, chega-se

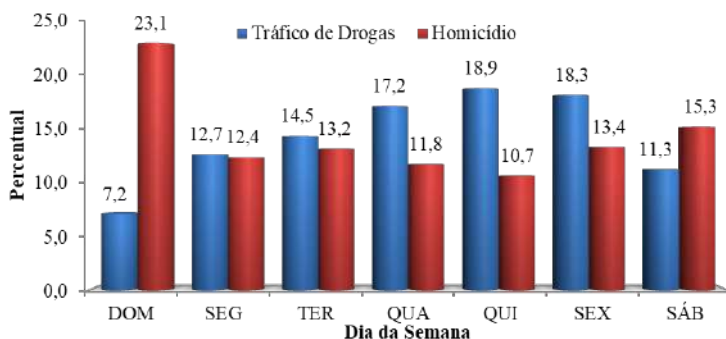
aos mesmos resultados da pesquisa de Kahn (2002), Gawryszewski e Costa (2005), que apontam para maior incidência desses crimes no horário noturno e aos finais de semana.

**Figura 1:** Percentual de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por turno



Fonte: SISP-WEB/SIAC.

**Figura 2:** Percentual de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por dia da semana



Fonte: SISP-WEB/SIAC.

A Figura 2 demonstra os dias que aconteceram o crime de tráfico de drogas e os homicídios; a dinâmica de atuação dos crimes são distintas, por exemplo, enquanto o crime de tráfico de drogas ocorreu na quinta-feira (18,9%), seguido de sexta-feira (18,3%) e quarta-feira (17,2%), o crime de

homicídio ocorre com maior frequência nos finais de semana (sexta a domingo), acontecendo com maior frequência no domingo (23,1%), seguido de sábado (15,3%) e sexta-feira (13,4%), totalizando mais da metade (51,8%) das ocorrências. Uma das possibilidades para distinção dos fatos justifica-se pela natureza dos crimes: enquanto o tráfico de drogas é uma atuação proativa da polícia, o crime de homicídio é uma atuação do agente criminoso. Sendo assim, as constatações da pesquisa vão ao encontro do estudo realizado por Araújo et al. (2008), que identificaram maior incidência de crimes publicados em jornais do município de Belém no período de finais de semana (sexta-feira a domingo).

A partir dos dados informados, percebe-se que os distritos de Outeiro e Bengui, que se destacaram com maiores taxas dos crimes estudados, deixam transparecer conexão entre tráfico de drogas e homicídio. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno pode estar relacionada ao fato desses distritos serem constituídos por áreas periféricas, caracterizadas por infraestrutura urbana precária, que menciona os elevados riscos de se morrer assassinado em favelas e periferias do Brasil (BEATO FILHO, 2012). A esse respeito, Hagen e Griza (2011) asseveram que a elevada taxa de homicídios está relacionada à atuação de grupos de extermínio, a serviço de traficantes, que sanam as dívidas contraídas pelos dependentes químicos por intermédio da execução dos “consumidores inadimplentes”, Tabela 1.

**Tabela 1:** Taxa de incidência (1:000/habitantes) de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por distrito administrativo

Distrito Administrativo	Taxa de Incidência (1.000/Habitantes)	
	Tráfico de Drogas	Homicídios
Belém	0,82	0,27
Benguí	1,10	0,58
Entroncamento	0,60	0,37
Guamá	0,79	0,48
Icoaraci	1,04	0,37
Mosqueiro	1,44	0,30
Outeiro	2,14	0,67
Sacramenta	0,91	0,45

Fonte: SISP-WEB/SIAC.

**Tabela 2:** Taxa de incidência (1:000/habitantes) de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por bairro

Bairro	Taxa de Incidência (1.000/Habitantes)		Bairro	Taxa de Incidência (1.000/Habitantes)	
	Tráfico de Drogas	Homicídios		Tráfico de Drogas	Homicídios
Aeroporto	4,27	0,00	Marahú	0,00	0,00
Água Boa	3,39	1,17	Marambaia	0,66	0,43
Águas Negras	1,31	0,44	Marco	0,46	0,29
Agulha	2,03	0,91	Miramar	0,00	0,00
Arirambá	1,03	0,00	Montese (Terra Firme)	1,64	0,31
Baía do Sol	1,24	0,41	Murubira	1,32	0,00
Barreiro	1,69	0,85	Natal do Murubira	0,91	0,00
Batista Campos	0,00	0,31	Nazaré	0,10	0,05
Bengui	1,94	0,92	Paracuri	2,92	0,60
Bonfim	2,58	0,00	Paraíso	0,00	0,00
Brasília	3,32	0,83	Parque Guajará	0,55	0,29
Cabanagem	1,51	1,01	Parque Verde	0,82	0,64
Campina	6,82	0,81	Pedreira	0,99	0,39
Campina de Icoaraci	1,09	0,15	Ponta Grossa	0,53	0,08
Canudos	0,43	0,07	Porto Arthur	0,00	0,00
Carananduba	2,75	0,18	Praia Grande	0,00	1,34
Caruara	1,26	1,26	Pratinha	1,73	0,80
Castanheira	0,33	0,04	Reduto	0,63	0,00
Chapéu Virado	3,45	0,00	Sacramento	0,97	0,70
Cidade Velha	1,90	0,16	São Bras	0,70	0,25
Condor	0,68	0,44	São Clemente	0,00	0,00
Cremação	0,77	0,48	São Francisco	0,82	0,00
Cruzeiro	1,46	0,69	São João do Outeiro	2,64	0,91
Curió-Utinga	0,42	0,24	Souza	0,08	0,15
Farol	0,00	0,00	Sucurijuquara	0,00	4,66
Fátima	1,45	0,16	Tapanã	1,37	0,53
Guamá	0,66	0,69	Telégrafo	0,68	0,49
Itaiteua	1,03	0,00	Tenoné	0,95	0,49
Jurunas	0,76	0,70	Umarizal	0,13	0,03
Mangueirão	0,39	0,28	Una	1,49	1,34
Mangueiras	0,70	0,00	Universitário	0,00	0,00
Maracacuera	1,75	0,88	Val-de-Cães	2,42	0,57
Maracajá	0,30	0,30	Vila	2,63	0,00
Maracangalha	0,46	0,26			

Fonte: SISP-WEB/SIAC.

O bairro com a maior taxa de incidência de crimes de tráfico de drogas é Campina (6,82/1.000 hab.) e o com a maior taxa de incidência de homicídio é Sucurijuquara (4,66/1.000 hab.). Os dados ratificam a maior ocorrência de crimes de tráfico de drogas e homicídios nas áreas periféricas da cidade de Belém, uma vez que dentre os dez bairros com maior concentração desses tipos de delitos, à exceção de dois (Campina e Vila, para tráfico de drogas), todos estão situados em áreas periféricas, isto é, caracterizadas pelas precárias condições de infraestrutura urbana (BEATO FILHO, 2012), Tabela 2.

Para a construção do Índice de Qualidade de Urbanização (IQU)<sup>1</sup> aplicou-se a técnica de análise fatorial<sup>2</sup>. De posse da relação matemática constituinte do índice de urbanização e dos dados de homicídios e tráfico de drogas na cidade de Belém, atingiu-se os requisitos necessários para averiguar o nível de correlação entre essas variáveis, de acordo com a técnica análise de correspondência apresentada na sequência deste trabalho.

Sendo assim, nos resultados da técnica de análise de correspondência constam que os bairros com baixa urbanização estão associados à moderada ou alta taxa de tráfico de drogas e alta taxa de homicídio, já os com alta urbanização estão associados à baixa taxa de tráfico de drogas e baixa taxa de homicídios (Tabela 3 e Figura 3.a). Bairros com baixa taxa de tráfico de drogas possuem baixa taxa de homicídios e bairros com alta taxa de tráfico de drogas possuem alta taxa de homicídios (Tabela 3 e Figura 3.b).

---

<sup>1</sup>  $IQU = 0,25 \times \text{Taxa de Alfabetização} + 0,24 \times \text{Esgotamento sanitário} + 0,21 \times \text{abastecimento de água} + 0,21 \times \text{coleta de lixo} + 0,13 \times \text{Energia} + 0,24 \times \text{Rendimento}$ .

<sup>2</sup> Tabela F.1 Estatísticas de Aplicação da Técnica de Análise fatorial as Variáveis necessárias à construção do índice de qualidade para Cidade de Belém.

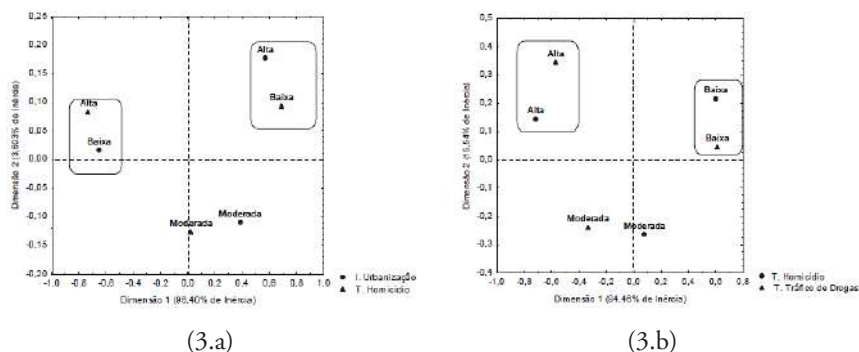
**Tabela 3:** Resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada ao índice de urbanização a taxas de tráfico de drogas e a taxa de homicídios dos bairros de Belém

Variável	Classificação	Taxa de Tráfico de Drogas			Taxa de Homicídio		
		Baixa	Moderada	Alta	Baixa	Moderada	Alta
Urbanização	Baixa	-1,84 (0,00)	1,19 (76,65)	0,96 (66,24)	-1,87 (0,00)	-0,13 (0,00)	2,03 (95,77)
	Moderada	0,86 (61,26)	-0,66 (0,00)	-0,31 (0,00)	0,88 (62,24)	0,40 (30,82)	-1,35 (0,00)
	Alta	1,41 (84,19)	-0,78 (0,00)	-0,92 (0,00)	1,44 (84,89)	-0,36 (0,00)	-1,02 (0,00)
Taxa de Homicídio	Baixa	1,82 (93,19)	-1,45 (0,00)	-0,57 (0,00)			
	Moderada	0,12 (9,17)	0,64 (47,71)	-1,02 (0,00)			
	Alta	-1,96 (0,00)	0,71 (52,08)	1,75 (92,00)			

Fator	Variável	KMO	Esféricidade Bartlett	% Var.	MAA	Comun.	Correlação	Escores Fatoriais
1	Taxa de Alfabetização	0,76	$\chi^2 = 218,80$	58,56	0,78	0,77	0,88	0,25
	Esgotamento Sanitário				0,75	0,73	0,85	0,24
	Abastecimento de Água				0,75	0,52	0,72	0,21
	Coleta de Lixo				0,74	0,57	0,75	0,21
	Energia Elétrica				0,95	0,22	0,47	0,13
	Rendimento				0,73	0,7	0,84	0,24

Nota: KMO: Estatística de Kaiser-Meyer-Olkin;  $\chi^2$ : Valor do Qui-quadrado; p: Nível Descritivo; % Var.: Variância Explicada pelo Fator; MAA: Medida de Adequação da Amostra; Comun.: Comunidade.

**Figura 3.** Mapa perceptual resultante da aplicação da análise de correspondência ao índice de urbanização e a taxa de homicídio dos bairros da cidade de Belém



Os resultados evidenciados pela aplicação da técnica de análise de correspondência à taxa de tráfico de drogas e à taxa de homicídio dos bairros de Belém demonstraram, com desprezíveis margens de erro, a existência de forte correlação entre essas variáveis, ratificando os estudos já apresentados, como o de Beato Filho (2012), Hagen e Griza (2011) e Araújo et al. (2008).

Os resultados da análise exploratória de dados espaciais confirmam aqueles obtidos na análise de correspondência, isto é, bairros com baixa urbanização estão associados à moderada ou alta taxa de tráfico de drogas e alta taxa de homicídio. Bairros com alta urbanização estão associados à baixa taxa de tráfico de drogas e baixa taxa de homicídios. Bairros com baixa taxa de tráfico de drogas possuem baixa taxa de homicídios e bairros com alta taxa de tráfico de drogas possuem alta taxa de homicídios. Dentre os 20 bairros que apresentaram menor índice de urbanização temos: Carananduba [16], São João do Outeiro [57], Água Boa [02], Aeroporto [01], Paracuri [43] e Brasília [11]. Estes destacam-se por concentrar uma elevada ocorrência de tráfico de drogas, assegurando a tese que relaciona esses crimes com a pobreza.

### **Considerações finais**

Este trabalho valeu-se do índice de qualidade de urbanização para averiguar a real conexão entre a intensidade de ocorrência dos crimes de tráfico de drogas e homicídios nos bairros com precarização de infraestrutura e aparato de serviços públicos essenciais na cidade de Belém. Quanto às ocorrências dos referidos tipos penais analisados, eles têm dinâmicas de acontecimentos distintos; por exemplo, o tráfico de drogas ocorre no período da tarde e durante a semana, já o crime de homicídio tem maior frequência durante o final de semana e no período noturno. Uma das justificativas se deve pela natureza dos crimes; enquanto o primeiro está relacionado por uma atuação proativa dos órgãos policiais, o segundo está ligado pela intencionalidade do agente criminoso.

A partir da aplicação das técnicas análise descritiva, análise multivariada e análise exploratória de dados espaciais, constatou-se que o tráfico de drogas e de homicídios sofrem influências das desigualdades intraurbanas no município de Belém, optou-se pela construção do índice de qualidade de urbanização, a partir de seis indicadores socioeconômicos, por intermédio da aplicação da técnica estatística análise fatorial.

De posse dos requisitos necessários para averiguar o nível de correlação entre as variáveis analisadas, de acordo com a técnica análise de correspondência,



constatou-se que bairros com baixa urbanização estão associados à moderada ou alta taxa de tráfico de drogas e alta taxa de homicídio, assim como bairros com alta urbanização estão associados à baixa taxa de tráfico de drogas e baixa taxa de homicídios. Por outra análise, foi constatado que bairros com baixa taxa de tráfico de drogas possuem baixa taxa de homicídios e bairros com alta taxa de tráfico de drogas possuem alta taxa de homicídios.

Finalmente, sobre os objetivos propostos, o trabalho demonstrou a existência de relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio do município Belém, uma vez que os bairros mais carentes de infraestrutura, em linhas gerais, apresentaram maior incidência desses tipos de ocorrências criminais.

## Referências

ANÚARIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. **Belém**: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, v. 17, 2012.

ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S.; ALVES, M. A.; FIGUEIRA, P. A.; PAMPLONA, V. M. S. Análise Estatística de Crimes Noticiados nos Principais Jornais de Belém, no ano de 2007, ocorridos no Estado do Pará. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S. (Org.) **Segurança Pública**: uma abordagem estatística e computacional. Belém: Edufpa, v. 2, 2008.

BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999.

BEATO FILHO, C. C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro - São Paulo: Editora EDUSP, 2000.

DAHRENDORF, R. Buscando Rousseau, encontrando Hobbes. In: **A Lei e a Ordem**. Brasília, DF: Instituto Tancredo Neves; Bonn, Alemanha: Fundação Friedrich Naumann, p. 47-81, 1987.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007 (Coleção Tópicos).

GAWRYSZEWSKI, V. P.; COSTA, L. S. Homicídios e Desigualdades Sociais no Município de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. 191-7, 2005.

HAGEN, A. M. M.; GRIZA, A. **Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades.** In: BRASIL, Ministério da Justiça, Segurança, Justiça e Cidadania. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), p. 121-140, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas e Séries Históricas.** Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: abr. 2013.

KAHN, T. **Cidades Blindadas: Ensaio de Criminologia.** São Paulo: Sicurezza, 2002.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MORAIS, R. **O que é violência urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, M. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998. A urbanização brasileira. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. In: **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TONDATO, M. P. **Negociação de sentido: recepção da programação de TV aberta.** 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: violência e segurança pública. In: **Sociologia, problemas e práticas**, n. 38, p. 19-24, 2002.

ZALUAR, A. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, p. 217-278, 2004.

ZALUAR, A. Sociabilidade, Institucionalidade e Violência. In: **Integração perversa: pobreza e Tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, p. 57-78, 2004.

# Análise axiológica da tabela de velocidade de travessia de pedestres adotada pela doutrina brasileira e sua influência nas conclusões periciais nos atropelamentos clássicos

*Paulo Henrique Stoeberl  
Adriano Xavier Araújo  
Tércio Silva Damasceno*

## RESUMO

**Importância:** Acidentes de trânsito são um grande problema que afeta a saúde pública e o desenvolvimento do mundo, com sérias consequências sociais, econômicas e ambientais. Relatórios da ONU estimam que, anualmente, 1,25 milhões de pessoas morrem e 50 milhões são lesionadas não fatalmente, ocasionando uma perda econômica de 3% do PIB global. No Brasil, os últimos dados do Ministério da Saúde apontam para aproximadamente 37 mil mortes e mais de 180 mil internações, anualmente. Pedestres, ciclistas e motociclistas têm sido os mais vulneráveis nesse cenário. Dentre as medidas que podem ser implementadas para reverter essa situação, a correta investigação das causas é uma das mais importantes, visto ser capaz de promover a responsabilização adequada de cada envolvido. Na busca pela justa prestação jurisdicional faz-se uso de relatórios técnicos elucidativos, capazes de subsidiar a decisão dos julgadores, contribuindo em seu convencimento. Os atropelamentos clássicos utilizam uma metodologia que depende da velocidade de travessia de pedestres para os seus resultados. A principal tabela de referência utilizada na doutrina nacional é a de Casteel e Moss. Foram analisados elementos intrínsecos à tabela e efetuada comparação axiológica dela com outras referências importantes. Os valores atribuídos à velocidade do pedestre atropelado são determinantes na aplicação da justiça.

**Palavras-chave:** Atropelamentos Clássicos. Comparações axiológicas. Tabela de Casteel e Moss; Velocidade de travessia de pedestre.

## Introdução

Todo acidente de trânsito que causa o óbito de uma pessoa resulta em grandes repercussões. A mais marcante é a emocional, para os envolvidos na ocorrência e para os seus familiares. O impacto na vida de quem perdeu

algum ente querido será eterno e pesado. Para aqueles que sobreviveram será acrescido, eventualmente, de perdas funcionais advindas das lesões.

Em nosso país, o Ministério da Saúde trata os acidentes de transporte terrestre como “um grave problema de saúde pública em virtude do impacto na morbidade e na mortalidade, principalmente da população jovem e do sexo masculino” (BRASIL, 2015, p. 345). Os dados estatísticos apontam que em 2013 foram 45.099 óbitos e 228.400 internações hospitalares por essa causa. Entre 2004 e 2014 foram 424.358 óbitos e 1.662.020 internações (BRASIL, 2015). Os esforços governamentais têm resultado em certa diminuição nesses índices. Em 2016 foram 37.345 mortes, um número ainda alarmante, ocupando a décima posição no ranking de causas de mortes (SIM/DATASUS).

As questões jurídicas decorrentes destes acidentes são volumosas e complexas. Há assuntos de natureza previdenciária, indenizatória, criminal, familiar, patrimonial, entre outras. São ações que abarrotam o sistema judiciário brasileiro e possuem elevado custo financeiro para tramitação. Lembrando que, além disso, há um enorme gasto público para atendimento da ocorrência e, especialmente, para o atendimento médico-hospitalar das vítimas.

No deslinde da questão, relatórios técnicos auxiliam grandemente o julgador na execução da prestação jurisdicional. Quando presentes e identificados, os vestígios são submetidos a uma análise físico-matemática, que resulta na reconstrução da dinâmica do acidente, com o devido estudo das causas. A resposta técnica sobre as causas dos acidentes beneficia todo o sistema, possibilitando a adoção de corretas medidas preventivas e a justa responsabilização dos envolvidos.

Os acidentes de trânsito podem ser os mais diversos. Os atropelamentos de pedestres resultaram em 6.158 óbitos no Brasil em 2016, aproximadamente 16% do total de óbitos em acidentes de trânsito (SIM/DATASUS). Na construção dos relatórios técnicos dos atropelamentos, uma das etapas diz respeito ao tempo de travessia do pedestre, ou seja, quanto tempo ele levou atravessando a via até que fosse atropelado pelo veículo. O tempo de travessia é um requisito essencial ao desenvolvimento dos trabalhos, com grande reflexo nas conclusões.

A doutrina brasileira tem admitido como parâmetro para a estimativa da velocidade de travessia a tabela de autoria de Casteel e Moss (ARAGÃO, 2016, p. 418). Não foi encontrada nos livros nacionais de referência em perícia de acidente de trânsito tabela semelhante para realizar a mesma análise. Não foi encontrada na literatura nacional a metodologia utilizada na pesquisa que

originou a tabela. Este trabalho tem como objetivo analisar axiologicamente a tabela de velocidade de travessia de pedestres, elaborada por Casteel e Moss.

O presente trabalho adquire relevância na medida em que a velocidade de travessia de pedestre, atribuída ao caso concreto, utilizada na reconstrução do acidente e estudo da dinâmica, por ocasião da elaboração do relatório técnico, deve possuir uma alta axiologia, íntinseca, para a adequada responsabilização dos envolvidos, evitando-se injustiças.

## Revisão bibliográfica

Indubitavelmente, a vulnerabilidade do pedestre é algo preocupante. A diferença de massa e de velocidade entre o pedestre e os demais componentes do trânsito lhe desfavorece. Talvez, por isso, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determinou que todos os veículos, motorizados ou não, são juntamente responsáveis pela incolumidade dos pedestres. No mesmo sentido, o CTB trouxe um capítulo inteiro sobre pedestres e veículos não motorizados, impondo-lhes deveres e trazendo-lhes direitos (BRASIL, 1997).

Quando da análise de atropelamentos de pedestres, o judiciário tem se deparado inúmeras vezes com situações não embasadas tecnicamente, levando a decisões das mais diversas. Por vezes, condutores são condenados ou absolvidos sem que isso represente verdadeiramente um ato de justiça. Os relatórios técnicos dos atropelamentos são úteis, não apenas na responsabilização. As ações de prevenção de acidentes com pedestres, que estão notadamente ligadas à área de segurança viária, podem encontrar nos relatórios informações altamente relevantes para a definição das melhores soluções para o local.

Por ocasião dos atropelamentos de pedestres é produzido um relatório das circunstâncias e vestígios encontrados no local, fundamentais para a reconstrução do acidente e conclusões dela decorrentes. O ponto de impacto (ou ao menos o sítio de colisão), o sentido do deslocamento desenvolvido pelo pedestre, as posições e localizações planimétricas das imobilizações, elementos para o cálculo da velocidade do veículo atropelador (marcas de pneumáticos, orientação, localização e intensidade dos danos no veículo) e elementos da via (traçado, perfil, restrições à visibilidade, velocidade regulamentar) devem constar no relatório do evento.

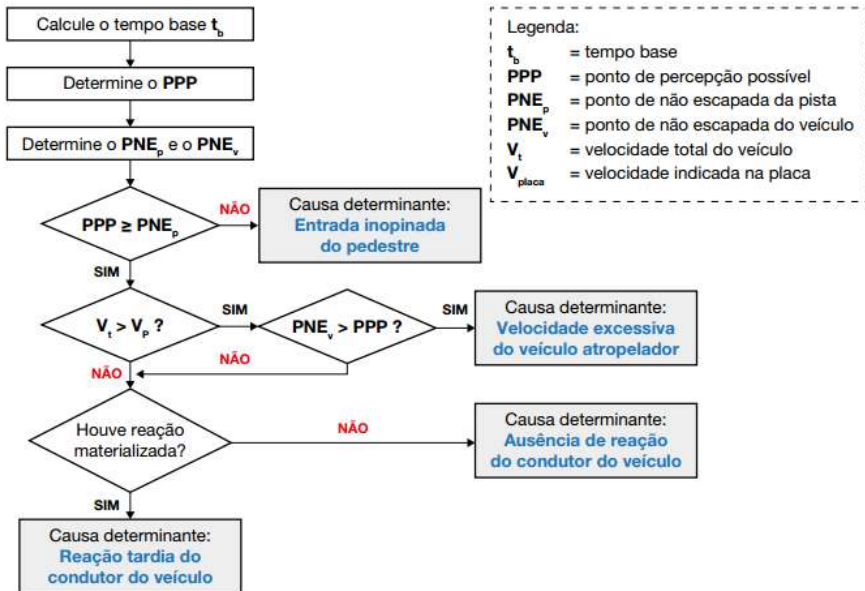
O atropelamento clássico é um modelo de dinâmica presumível, ou seja, é um evento no qual se presume que há um veículo transitando normalmente

pela via e um pedestre atravessando-a, perpendicularmente (a partir de alguma das margens), ocorrendo, então, o impacto entre ambos (ALMEIDA, 2015; ARAGÃO, 2016). Algumas circunstâncias podem levar a descaracterização do atropelamento de clássico para atípico, tornando necessárias algumas adaptações no modelo. No entanto, mesmo nesses casos, a velocidade de travessia atribuída ao pedestre assume um papel importantíssimo no estudo da cinemática.

Para os fins do presente trabalho, buscar-se-á, em primeiro lugar, por meio de técnica explicativa, fornecer ao leitor uma visão da importância e da forma de utilização da tabela de velocidade de pedestres que foi adotada pela doutrina brasileira. Nos modelos propostos por Almeida (2015) e Aragão (2016), a reconstrução do acidente de trânsito, nos casos de atropelamentos clássicos seguem nove etapas para definição da causa do acidente.

Almeida (2015, p. 350) propõe um fluxograma que esquematiza o passo a passo da metodologia de análise de atropelamentos clássicos e aponta as conclusões possíveis a partir da interpretação das variáveis.

**Figura 1:** Fluxograma para atropelamento clássico



Fonte: Adaptada de Almeida (2015).

O **tempo base**, ou tempo de travessia, primeira etapa do fluxograma, consiste no tempo que o pedestre levou para percorrer o caminho do bordo da pista até o ponto onde foi atropelado (distância de travessia). Para o seu cálculo faz-se uso da equação:

$$Vel_{ped} = \frac{\Delta X}{\Delta t}$$

Em que:

$Vel_{ped}$  - à velocidade do pedestre

$\Delta X$  - à distância de travessia

$\Delta t$  - à tempo de travessia

Assim, o tempo de travessia pode ser obtido pela razão entre a distância e a velocidade do pedestre. É nesse ponto onde entra a tabela de velocidade de travessia de pedestres. A tabela confeccionada por Casteel e Moss traz as velocidades de travessia de pedestres, segmentada por faixa etária e sexo. Os valores referência tornam-se fundamentais na análise do acidente, pois quanto maior a velocidade, menor o tempo de travessia. Ela será melhor abordada mais a frente.

Nota-se no fluxograma apresentado que três das conclusões estão ligadas ao comportamento do condutor e uma delas ligada ao comportamento do pedestre (entrada inopinada do pedestre). Trata-se de uma análise que tem por objetivo demonstrar a dinâmica dos fatos, servindo como um parâmetro objetivo e aferível, apto a sustentar decisões. Trata-se de uma análise exclusivamente cinemática. Portanto, ela não leva em consideração os aspectos jurídicos que estão dispostos no CTB ou em outras normas. Esses aspectos devem ser levados em conta quando das apurações relativas à culpabilidade e responsabilidade.

A **entrada inopinada do pedestre** é a situação na qual um pedestre inicia a travessia em um ponto espaço-temporal que não permite ao condutor (em velocidade regulamentar) imobilizar o seu veículo antes que o atropelamento ocorra. Ou seja, nesse caso, o acidente torna-se inevitável ao condutor.

A **velocidade excessiva do veículo atropelador** ocorre quando, no ponto espaço-temporal em que o pedestre inicia a travessia, o veículo atropelador teria condições de efetuar uma frenagem a tempo de evitar o atropelamento se estivesse dentro dos limites regulamentares, mas não consegue evitar o acidente por desenvolver velocidade superior.

Já por **ausência de reação** ou **reação tardia**, entende-se como o caso no qual o condutor, mesmo o veículo desenvolvendo velocidade superior à regulamentada, teria condições de evitar o acidente, mas não o fez.

## Materiais e métodos

Em virtude de na maioria dos casos não ser possível calcular a velocidade do pedestre, faz-se necessário utilizar valores referenciais, fruto de pesquisa científica criteriosa, publicados na literatura técnico-científica sobre o assunto.

A tabela proposta por Casteel e Moss traz os seguintes valores:

**Tabela 1:** Relação entre idade e velocidade de travessia

Faixa etária (anos)	Velocidade (Km/h)	Velocidade (m/s)
5-9	8,76	2,42
10-14	7,6	2,11
15-19	7,5	2,08
20-24	6,7	1,86
25-34	7,1	1,97
35-44	7,0	1,94
45-54	6,3	1,75
55-64	6,0	1,67
>65	5,3	1,47

**Fonte:** Casteel e Moss (1982) apud Aragão (2016).

**Tabela 2:** Velocidade média por sexo

	Velocidade (Km/h)	Velocidade (m/s)
Média masculina	7,2	2,0
Média feminina	6,3	1,75
Média global	6,7	1,86

**Fonte:** Casteel e Moss (1982) apud Aragão (2016).



Por meio de uma revisão bibliográfica em obras nacionais e internacionais voltadas à reconstrução de acidentes de trânsito, este trabalho concentrou-se em obter as tabelas de velocidade de travessia de pedestres utilizadas em cada obra, confrontá-las, buscando os métodos, ferramentas e parâmetros originais de sua formação, e concluir sobre o valor axiológico do seu uso.

Iniciando uma análise intrínseca da tabela, pode-se perceber que a velocidade atribuída a alguém na faixa etária de 20 a 24 anos é mais baixa do que as outras duas faixas subsequentes. Tal fato causa estranheza. Não se conseguiu perceber fatores que, na sociedade hodierna, levassem jovens a desenvolver uma velocidade de travessia de vias menores do que pessoas um pouco mais velhas. Outra questão interessante consiste na velocidade atribuída às crianças de 5 a 9 anos de idade: 8,76 Km/h ou 2,42 m/s. Trata-se de uma velocidade de corrida e não de caminhada. É notório que uma pessoa dificilmente vai conseguir caminhar a quase 9 Km/h.

Mais um ponto da tabela é que ela foi publicada em 1982, com origem na cidade de San Diego, Califórnia, EUA. É notório que o trânsito sofreu uma série de mudanças nesses últimos 36 anos. O aumento da frota de veículos, a luta por espaço, a utilização de motocicletas e assemelhados circulando entre os carros permitem inferir que a velocidade de travessia hoje tende a ser maior do que naquela época. Ademais, certamente o biótipo e biorritmo da amostra da pesquisa são bem diferentes da nossa população.

Também a tabela utiliza apenas a idade e o sexo como parâmetros. Não foram contemplados fatores como o perfil profissional, o objetivo da travessia, a utilização de medicamentos ou outras substâncias, o transporte de objetos, a travessia isolada ou em grupo, entre outras condições. Alguns conflitos foram identificados ao comparar a tabela em questão com tabelas trazidas em outras publicações.

Para o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), a velocidade de travessia é 1,2 m/s, podendo ser adotadas velocidades menores dependendo do local e da percepção do projetista (CONTRAN, 2004). Ao confrontar essa informação com a tabela em estudo, vê-se que não há nela qualquer velocidade semelhante.

Para o Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), a velocidade de travessia pode variar entre 0,8 e 1,8 m/s, sofrendo influência do ponto de travessia (se no meio da quadra ou nas interseções), do sexo, da temperatura,

da hora do dia, do objetivo da viagem e da idade do pedestre (AASHTO, 2004 *apud* DNIT/IPR, 2010). Observa-se que os valores, em algumas faixas etárias da tabela Casteel e Moss, são incompatíveis com os utilizados pelo DNIT.

Um estudo realizado pela TRANSAFETY chegou a conclusões bem interessantes, dentre elas:

- A média de velocidade de caminhada para pedestres com mais de 65 anos foi de 1,25 m/s (4.11 *feet per second*), comparado com 1,50 m/s (4.95 *feet per second*) para pedestres mais jovens;
- Mulheres com mais de 65 anos de idade tiveram uma média de 1,18 m/s (3.89 *feet per second*) de velocidade;
- Grupos de pedestres caminham mais rápido do que pedestre caminhando sozinho (TRANSAFETY, 1997).

Nos estudos nacionais, BERNADINIS (sem data) traz a seguinte tabela, sem indicação da origem:

**Tabela 3:** Velocidade média de caminhada

Idade e Sexo	Veloc. média (km/h)	Veloc. média (m/s)
Adolescentes	6,5	1,8
Crianças de 6 a 10 anos	4,0	1,1
Mulheres com crianças	2,5	0,7
Mulheres com mais de 50 anos	4,7	1,3
Mulheres com menos de 50 anos	5,0	1,4
Homens com mais de 55 anos	5,4	1,5
Homens com menos de 55 anos	6,0	1,7

**Fonte:** BERNADINIS (sem data).

Gualberto et al. (2013), realizando uma investigação exploratória na área hospitalar de Belo Horizonte, obteve como velocidade média dos pedestres o valor 1,02 m/s, com velocidade mediana de 1,06 m/s, sendo a menor velocidade 0,43 m/s e a maior 1,21 m/s.

## Resultados e discussões

Como já visto neste trabalho, o tempo base é o tempo que o pedestre levou atravessando a via a partir do bordo da pista até o ponto onde foi atropelado. A razão entre a distância e a velocidade do pedestre é suficiente para se determinar o tempo base. A velocidade do pedestre possui fundamental importância. Salvo nos casos em que seja possível calcular a velocidade real do pedestre no caso concreto (por imagens de vídeo, por exemplo), será utilizada uma tabela na elaboração do relatório técnico, sendo a tabela Casteel e Moss a mais utilizada.

Todo o estudo da cinemática do atropelamento clássico e a metodologia nele desenvolvida funda-se no cálculo do tempo base. A partir da atribuição deste valor decorrem todos os demais. Se houver equívoco na atribuição do valor do tempo base, todo o trabalho estará comprometido, sem validade e podendo causar até a atribuição de responsabilidade de forma equivocada. Logicamente, quanto mais tempo o pedestre demora a atravessar a via, mais tempo o condutor tem para reagir, partindo-se do pressuposto da existência do contato visual entre ambos (atropelamento clássico).

Não se olvida que a tabela em análise tenha sido elaborada com metodologia científica, servindo como elemento válido para ser referenciada em trabalhos. Ainda, é cediço que tabelas de referência não tenham o propósito de serem infalíveis ou imutáveis, mas de servirem como um material de apoio. Ao analisar-se a tabela de Casteel e Moss percebem-se algumas lacunas e incoerências que prejudicam uma aplicação completa e sólida do documento. Isso torna o relatório técnico mais facilmente questionável e, principalmente, limita em demasia a aplicabilidade do método físico-matemático que pode ser desenvolvido nos atropelamentos clássicos.

Em geral, percebeu-se que a grande maioria dos estudos sobre velocidade de travessia de pedestres aponta para velocidades entre 1,0 e 1,8 m/s. Já a tabela ora em exame aponta para velocidades entre 1,47 a 2,42 m/s. Dada a grande amplitude de velocidades que podem ser atribuídas a pedestres, torna-se extremamente fácil atribuir uma velocidade a pedestre (referenciando alguma tabela) que, por consequência, acabe por imputar, indevidamente, responsabilidade a condutor ou a pedestre, conforme o caso.

Saliente-se que todas as pesquisas referenciadas no trabalho vieram de estudos ligados à área de engenharia de tráfego. Não foram encontrados

trabalhos que referenciem estudo de velocidade de pedestre indicado para uso em cálculos de perícias em acidentes de trânsito.

### Considerações finais

O presente estudo teve origem no trabalho de conclusão apresentado ao Centro de Referência em Formação e Ead (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Perícia de Acidentes de Trânsito, promovido pelo IFSC e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). O trabalho original foi atualizado para a confecção deste.

Torna-se evidente a necessidade de pesquisas nacionais que levem em consideração os aspectos próprios da nossa sociedade e que contemplem uma gama maior de parâmetros para a construção de tabelas de velocidade de travessia de pedestres, a fim de servirem de referência quando da elaboração de relatórios técnicos de atropelamentos de pedestres.

O uso de qualquer das tabelas apresentadas ou constantes em outros estudos deve ser realizado com criteriosa análise, pois pode contribuir para a consecução de injustiças ou para a realização da devida prestação jurisdicional.

### Referências

ALMEIDA, Lino Leite de. **Manual de Perícias em Acidentes de Trânsito**. Editora Millenium, 2015.

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Acidentes de Trânsito: análise da prova pericial**. Campinas, Ed. Millenium, 2016.

BERNARDINIS, Márcia de A. P. **Notas de aula de Engenharia de Tráfego**. Curso de Engenharia de Tráfego. Universidade Federal do Paraná (UFP). Disponível em: <[http://www.dtt.ufpr.br/eng\\_trafego\\_optativa/arquivos/PEDESTRES.pdf](http://www.dtt.ufpr.br/eng_trafego_optativa/arquivos/PEDESTRES.pdf)> Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). **Resolução Nº 160 e 483**: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Anexo - Volume V – Sinalização Semafórica. Brasília, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT), Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR). **Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas**. Rio de Janeiro: DNIT, 2010. Disponível em: <[http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/740\\_manual\\_projetos\\_geometricos\\_travessias\\_urbanas.pdf](http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/740_manual_projetos_geometricos_travessias_urbanas.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

GUALBERTO, Frederico et al. **Velocidade de pedestres em área hospitalar – um estudo exploratório**. In: Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte (ANPET). 2013.

SISTEMA BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) (2016). Disponível em: <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>. Acesso em: 6 mar. 2017.

TRANSFETY, Inc. Study compares older and younger pedestrian walking speeds. **Road Management & Engineering Journal**: 1997.



# Como trabalhar no Brasil com unificação de dados sobre acidentes de trânsito se não existe padronização nacional nos conceitos para coleta dos dados?

*Reinaldo Marcio Costa*

*Adriano Roberto de Souza Ferreira*

## RESUMO

**Importância:** As mortes e as lesões decorrentes de acidentes de trânsito no Brasil apresentam-se como um dos mais graves problemas de saúde pública na atualidade. O estudo estatístico dos acidentes de trânsito é uma importante ferramenta para o combate a esse tipo de mortalidade. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é propor um modelo de padronização dos conceitos de classificação dos tipos de eventos e das circunstâncias ou fatores que causaram ou potencializaram a ocorrência dos acidentes de trânsito. **Metodologia:** foi procedida a análise da coleta de dados utilizada em 3 órgãos de segurança pública que atuam no atendimento e registro de acidentes de trânsito, além dos parâmetros estabelecidos em um livro de um especialista em Perícias de Acidentes de Trânsito. A escolha do material de pesquisa buscou abranger referenciais produzidos pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal) e pela sociedade civil. **Resultados:** Não há padronização. Foram encontradas interpretações diversas sobre os tipos de eventos ou tipos de acidentes e diferentes formas para a coleta de dados das circunstâncias que causaram ou potencializaram a ocorrência do acidente. Com isso, foi proposto um modelo de padronização dos conceitos utilizados no estudo de acidentes de trânsito. **Conclusão:** destaca-se que é muito difícil estudar e propor alternativas de prevenção de acidentes de trânsito com a atual forma de coleta de dados, já que não existe padronização nacional. A problemática da violência no trânsito brasileiro é seria e urgente, e o estudo das circunstâncias que causaram ou potencializaram as ocorrências de acidentes de trânsito, bem como dos tipos de eventos a partir de uma correta classificação, são de fundamental importância para a proposição de ações eficazes de prevenção. **Palavras-chave:** Acidentes de Trânsito. Classificação de acidentes; Padronização; Prevenção.

## Introdução

A sociedade brasileira atual enfrenta uma verdadeira epidemia relacionada à violência no trânsito que, além de provocar intenso sofrimento emocional à sociedade, prejudica o fluxo de atendimento nos sistemas de saúde e repercute num alto custo financeiro ao Estado (IPEA-PREF, 2015; MS, 2015; OMS, 2013). Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), somente em 2016 os acidentes de trânsito foram a causa de 34.850 (trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta) óbitos, 25% de todas as mortes por causas externas (BRASIL, [s/d]a); [s/d]b).

O estudo estatístico dos acidentes de trânsito é uma importante ferramenta para o combate a esse tipo de mortalidade. O correto levantamento de dados no local do acidente possibilita o registro dos eventos ocorridos durante a dinâmica do acidente, assim como das circunstâncias que os causaram ou potencializaram. Porém, no panorama brasileiro atual, a compilação nacional dos dados de registro de acidentes de trânsito não é confiável, visto que ante a inexistência de padronização nacional cada órgão faz sua coleta de dados utilizando metodologias e conceitos diversos. Isso prejudica a precisão dos dados, dificultando a adoção de estratégias eficazes de prevenção. O Programa Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS – Lei Nº 13.614/2018 (BRASIL, 2018) e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Nº 607, de 24 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), são regulamentações voltadas à padronização nos procedimentos de registro de acidentes de trânsito. Contudo, o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN ainda não estabeleceu nem as informações mínimas e nem os procedimentos padrões pertinentes à coleta de dados.

Segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV (s/d), as principais causas dos acidentes de trânsito podem ser agrupadas em: Fatores Humanos, Fatores Veiculares e Fatores Viários. De acordo com a entidade, 90% dos acidentes ocorrem por falhas humanas, que podem envolver desde a desatenção dos condutores até o desrespeito à legislação. O ONSV também afirma que os principais exemplos de condutas humanas que causam acidentes e que agravam as lesões decorrentes deles são: excesso de velocidade, uso do celular, deixar de usar equipamentos de segurança, como o cinto de segurança ou capacete, o uso de bebidas alcoólicas antes de dirigir ou até mesmo dirigir cansado.



Diante disto, este trabalho tem como objetivo propor um modelo de padronização dos conceitos de classificação dos tipos de eventos e das circunstâncias ou fatores que causaram ou potencializaram a ocorrência dos acidentes de trânsito.

## Revisão bibliográfica

De acordo com a Companhia de Tráfego do Município de São Paulo (CET), no Manual de Investigação de Acidentes de Trânsito Fatais (CET, 2008), as causas dos acidentes de trânsito são chamadas de fatores contribuintes. A forma de coleta de dados utilizada pela CET possibilita que, em um mesmo acidente, seja possível a indicação de mais de um fator contribuinte.

Já segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), no Manual de Atendimento de Acidentes de Trânsito (PRF, 2017), as causas dos acidentes são chamadas de circunstâncias presumíveis e são apontadas pelo policial por meio de presunção, mediante análise dos vestígios identificados. A forma de coleta de dados utilizada pela PRF propicia a assinalação do conjunto de circunstâncias que colaboraram com a ocorrência do acidente. A Diretriz de Procedimento Permanente Nº 006/2002 do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC, 2002), é o documento que trata do atendimento da PMSC a acidentes de trânsito. Não foram encontradas regulamentações específicas para a coleta das causas dos acidentes de trânsito.

Segundo Almeida (2011), no Manual de Perícias em Acidentes de Trânsito, a causa determinante do acidente significa definir o “porquê” aconteceu, enquanto que a dinâmica define o “como”. O autor também afirma que um conjunto de fatores pode contribuir para a ocorrência de um acidente de trânsito. Com relação à classificação quanto aos tipos de acidentes, a PMSC (2002) e a CET (2008) não identificam como será classificado o acidente com eventos múltiplos, se pelo primeiro evento ou pelo evento mais grave. Já a PRF (2017) determina a indicação de todos os eventos e denomina o primeiro evento como “tipo de acidente” e os demais como “eventos sucessivos”.

Quanto aos termos usados nas interações veiculares, percebem-se algumas diferenças de aplicação. A CET, a PMSC e o Manual de Perícias em

Acidentes de Trânsito usam as palavras colisão e choque para definir situações diferentes: colisão como embate entre veículos em movimento e choque como embate de um veículo em movimento contra um obstáculo fixo (ALMEIDA, 2011; CET, 2008; PMSC, 2002). Já a PRF e o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) usam a palavra “colisão” para definir qualquer tipo de interação envolvendo veículos e obstáculos (exceto pedestres e animais, em que se usa a palavra atropelamento) (DENATRAN, 2005; PRF, 2017). Os dicionários da língua portuguesa Michaelis online e o dicionário online de Português, não registram significados diferentes entre as palavras colisão e choque, quando se referem a impactos entre veículos e obstáculos rígidos (DICIO, [(s/d)]; MICHAELIS; [(s/d)]).

Ainda quanto à forma de classificação dos eventos, a PMSC e o Manual de Perícias em Acidentes de Trânsito, quando tratam dos embates entre veículos, utilizam a classificação baseada nas sedes de impacto (partes dos veículos que sofreram interações contra outros veículos). Já a PRF utiliza a classificação baseada na direção e no sentido das forças envolvidas. A CET não se posiciona quanto à forma de classificação das interações veiculares (ALMEIDA, 2011; CET, 2008; PRF, 2017; PMSC, 2002).

## Material e métodos

Esta pesquisa teve caráter qualitativo por meio da análise de documentos (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Foram analisadas publicações sobre a forma de coleta de dados de acidentes de trânsito da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, da Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo e o livro Manual de Perícias do especialista Lino Leite de Almeida. A pesquisa possibilitou verificar a forma de obtenção de dados quanto aos fatores ou circunstâncias contribuintes e quanto à tipificação dos acidentes de trânsito. O Quadro 1 indica um possível relacionamento entre as metodologias da CET (fatores contribuintes e da PRF (circunstâncias presumíveis). A PMSC e o Manual de Perícias não especificam esse modelo de classificação.

**Quadro 1:** Relacionamento entre Fatores contribuintes e circunstâncias presumíveis dos acidentes de trânsito, segundo a CET e a PRF

CET (Fatores Contribuintes)	PRF (Circunstâncias Presumíveis)
<b>Fatores Humanos</b>	
Andava na pista	Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre
Não Existe	Agressão externa
Colado ao veículo da frente	Não guardar distância de segurança
Cruzava a via fora da faixa	Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre
Desrespeitou o vermelho	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Excedia a velocidade	Velocidade incompatível
Fazia conversão proibida	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Fazia retorno proibido	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Freou bruscamente	Falta de atenção à condução
Moto ia entre as faixas	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Mudou de faixa sem sinalizar	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Parecia alcoolizado	Ingestão de álcool pelo condutor
Não Existe	Ingestão de substâncias psicoativas pelo condutor
Não Existe	Ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas pelo pedestre:
Não Existe	Mal súbito
Não parou para preferencial	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Parou em local proibido	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Participava de racha	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Transitava na calçada	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Transitava na contramão	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor
Não Existe	Ultrapassagem indevida
Não Existe	Dormindo
Não Existe	Falta de atenção à condução
Não Existe	Falta de atenção do pedestre

<b>Viários/Ambientais</b>	
Curva acentuada	Defeito na via
Declive acentuado	Defeito na via
Faixa de pedestre inexistente	Defeito na via
Iluminação deficiente	Defeito na via
Obra na pista	NÃO EXISTE
Óleo na pista	Pista escorregadia
Placa encoberta	Sinalização insuficiente ou inadequada na via
Placa mal posicionada	Sinalização insuficiente ou inadequada na via
Pista esburacada	Defeito na via
Pista molhada	Pista escorregadia
Semáforo com defeito	Defeito na via
Não Existe	Animais na pista
Não Existe	Objeto estático sobre o leito carroçável
Não Existe	Fenômenos da natureza
Não Existe	Restrição de visibilidade
<b>Veiculares</b>	
Faróis desregulados	Deficiência ou não acionamento do sistema de iluminação/sinalização do veículo
Pneu furou/estourou	Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu
Problema com o freio	Defeito mecânico em veículo
Não Existe	Carga excessiva e/ou mal acondicionada
Não Existe	Defeito mecânico em veículo

**Fonte:** (CET, 2008; PRF, 2017). Elaboração dos autores (2018).

O Quadro 2 compara a classificação quanto à tipificação dos acidentes, segundo a PRF, a PMSC, a CET e o Manual de Perícias.

**Quadro 2:** Tipificação dos acidentes de trânsito, segundo a PRF, PMSC, CET e Manual de Perícias

PRF	PMSC	CET	Manual de perícias
Tipos de eventos	Tipo de acidente		
Atropelamento de animal	Atropelamento	Atropelamento	Atropelamento
Atropelamento de pessoa	Atropelamento	Atropelamento	Atropelamento
Capotamento	Capotamento	Outros	Capotamento
Colisão com objeto em movimento	Choque	Choque	Choque mecânico
Colisão com objeto estático	Choque	Choque	Choque mecânico
Colisão frontal	Colisão	Colisão	Invasão de faixa
Colisão lateral	Abalroamento	Colisão	Abalroamento
Colisão transversal	Abalroamento	Colisão	Interceptação
Colisão traseira	Colisão	Colisão	Colisão traseira
Engavetamento	Colisão	Colisão	Colisão traseira
Derramamento de carga	Outro	Outros	Excêntrica
Incêndio	Outro	Outros	Excêntrica
Queda de ocupante de veículo	Outro	Queda	Excêntrica
Saída de leito carroçável	Outro	Outros	Queda livre ou precipitação
Tombamento	Tombamento	Outros	Excêntrica
Eventos atípicos			
Danos eventuais	Outro	Outros	Excêntrica

**Fonte:** (ALMEIDA, 2011; CET, 2008; PRF, 2017; PMSC, 2002). Elaboração dos autores (2018).

## Resultados e discussões

A coleta dos dados sobre as circunstâncias ou fatores que causaram o acidente de trânsito e a sua tipificação é fundamental para: subsidiar a tomada de decisões nas atividades de fiscalização; indicar os locais mais críticos para a presença ostensiva das equipes de fiscalização; determinar quais as ações

mais pertinentes em termos de educação para o trânsito; apontar onde deve haver reforço na sinalização e as falhas na conservação das vias; indicar os trechos onde poderão ser implantados equipamentos eletrônicos de controle de velocidade; propor as intervenções de engenharia de tráfego e subsidiar as políticas de inspeção veicular obrigatória, de construção e de implantação de dispositivos de segurança nos veículos.

Quanto às circunstâncias ou fatores que causaram os acidentes de trânsito, nota-se que o manual da PRF possui alta incidência de itens genéricos, dando margens para subjetividade, como exemplo: “Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre” (quais normas?), “Desobediência às normas de Trânsito pelo condutor” (quais normas?), “Falta de atenção à condução” (especificamente, qual a conduta?), “Defeito na via” (qual defeito?). Já a forma de coleta da CET prioriza situações mais específicas, demonstrando uma preocupação em obter informações precisas que possibilitem combater os acidentes a partir da análise dos dados coletados.

Propõe-se que o nome “causa” não seja utilizado, já que o objetivo da busca dessa informação é obter todos os fatores ou circunstâncias que contribuíram para a ocorrência do acidente. Considerando que o levantamento de dados deve ser realizado por presunção baseada nos vestígios levantados no local do acidente e nas informações obtidas com os envolvidos e testemunhas que presenciaram o evento, infere-se que a nomenclatura utilizada pela CET (fatores contribuintes) é a indicada para ser utilizada na padronização dos conceitos.

Chagas (2011) comparou a quantidade de fatores contribuintes presentes nos formulários de coleta de dados de BOATs de 10 (dez) cidades do Reino Unido e dos Estados Unidos que obtiveram boas experiências com estratégias de prevenção baseadas na análise desses fatores. Na média, os formulários de coleta de dados possuem 60 fatores contribuintes disponíveis para assinalação dos policiais.

Com base no estudo de Chagas (2011) e considerando os dados coletados nas intuições brasileiras analisadas, propõe-se um quadro com a sugestão de padronização dos fatores contribuintes:

**Quadro 3:** Proposta de padronização dos fatores contribuintes de acidentes de trânsito

Fatores Contribuintes					
Humanos		18	Estacionou ou parou em local proibido,	35	Objeto estático sobre o leito carroçável
1	Pedestre andava na pista	19	Deixou de acionar o farol da motocicleta (ou similar)	36	Animais na pista
2	Pedestre cruzava a pista fora da faixa	20	Motocicleta (ou similar) trafegava entre as faixas,	37	Fenômenos da natureza
3	Deixar de manter distância do veículo da frente	21	Ingestão de álcool pelo condutor	38	Neblina
4	Não acionou o farol baixo durante o dia em rodovias	22	Ingestão de substâncias psicoativas pelo condutor	39	Falta de elemento de contenção que evite a saída do leito carroçável
5	Desrespeitou a iluminação vermelha do semáforo	23	Mal súbito	40	Área urbana sem a presença de local apropriado para a travessia de pedestres
6	Velocidade incompatível	24	Dormindo	41	Obstrução na via
7	Fazia conversão proibida	Viários/Ambientais		42	Fumaça
8	Fazia retorno proibido	25	Curva acentuada	43	Acostamento em desnível
9	Fazia manobra de mudança de faixa	26	Declive acentuado	44	Falta de acostamento
10	Não respeitou a preferência no cruzamento	27	Iluminação deficiente	Veiculares	
11	Acessou a via sem observar a presença dos outros veículos	28	Obra na pista	45	Faróis desregulados
12	Transitava na calçada	29	Desvio temporário	46	Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu
13	Transitava na contramão	30	Pista escorregadia	47	Problema com o freio
14	Transitava no acostamento	31	Sinalização encoberta	48	Problema na suspensão do veículo
15	Ultrapassagem indevida	32	Sinalização mal posicionada	49	Deficiência do sistema de iluminação/sinalização do veículo
16	Participava de racha	33	Pista esburacada	50	Carga excessiva e/ou mal acondicionada
17	Freou bruscamente	34	Semáforo com defeito		

**Fonte:** Elaboração dos autores (2018).

Sobre a tipificação dos acidentes, é importante destacar que em um único acidente podem ocorrer vários eventos: um veículo pode colidir lateralmente contra outro veículo que trafegava no sentido contrário, sair da pista, colidir contra uma árvore e capotar logo em seguida. Nesse caso, o indicado é o registro de um único acidente com vários eventos sucessivos.

Inicialmente analisaremos as tipificações de acidentes baseadas nas sedes de impacto e na direção e sentido das forças. Vejamos a seguinte situação hipotética: é registrada recorrência de acidentes envolvendo dois veículos em um cruzamento de vias, com impacto entre a porção lateral esquerda de um veículo e a porção frontal do outro veículo.

Considerando a classificação do tipo de acidente baseada na direção e sentido das forças, o exemplo seria classificado como colisão transversal (PRF, 2017). Destaca-se que essa metodologia possibilitaria a proposição de estratégias de prevenção como: fechamento do acesso existente no local, implantação de um semáforo para controlar o fluxo de veículos, implantação de sinalização vertical de parada obrigatória, fiscalização do uso do farol baixo durante o dia (se o local for uma rodovia), entre outras.

Já quanto à classificação baseada nas sedes de impacto, o exemplo será classificado como abalroamento (PMSC, 2002). Tal metodologia é útil para subsidiar os serviços de emergência e o tratamento hospitalar na identificação da cinemática do trauma (previsão das possibilidades de lesões baseadas na análise do impacto e dos danos nos veículos), porém, mostra-se falha quanto à reprodução da dinâmica do acidente de trânsito, já que pode não retratar a real dinâmica do acidente. A partir dessas observações, consta-se que a forma de coleta indicada deve tipificar o acidente, levando em consideração a direção e sentido das forças envolvidas, sendo fundamental a possibilidade de levantamento das informações de todos os eventos sucessivos que aconteceram na dinâmica do acidente.

Desta forma, o Quadro 4 indica a proposta de classificação dos eventos ocorridos durante os acidentes de trânsito.



**Quadro 4:** Proposta de padronização da classificação dos tipos de eventos

Tipos de Eventos		Conceito
1	Atropelamento de animal	Impacto entre veículo em movimento e um ou mais animais, sejam eles conduzidos, montados, arrebanhados ou soltos
2	Atropelamento de pedestre	Impacto entre veículo em movimento e uma ou mais pessoas
3	Colisão frontal	Impacto entre veículos transitando em sentidos opostos e em direção praticamente idêntica, resultando em alteração substancial e imediata da velocidade de pelo menos um dos veículos
4	Colisão lateral mesmo sentido	Impacto entre veículos transitando no mesmo sentido e em direção praticamente idêntica, não resultando em alteração substancial e imediata da velocidade
5	Colisão lateral sentido oposto	Impacto entre veículos transitando em sentidos opostos e em direção praticamente idêntica, não resultando em alteração substancial e imediata da velocidade
6	Colisão transversal	Impacto transversal, entre veículos transitando em direções que se cruzam, ortogonal ou obliquamente
7	Colisão traseira	Impacto entre dois veículos transitando em direção praticamente idêntica e no mesmo sentido. Considerando que o veículo que vinha à retaguarda atinge a porção traseira do veículo da frente
8	Engavetamento	Colisão traseira entre três ou mais veículos. Trata-se a combinação de veículos como sendo um só veículo
9	Colisão com objeto estático	Impacto de um veículo em movimento contra qualquer obstáculo fixo, estático, ou contra outro veículo. O impacto em um veículo com imobilização temporária não configura colisão com objeto estático
10	Capotamento	Evento em que o veículo dá um giro sobre si, no sentido longitudinal ou transversal, em um ângulo igual ou superior a 180°
11	Tombamento	Evento em que o veículo gira sobre si, no sentido longitudinal ou transversal, em um ângulo menor que 180°
12	Saída de leito carroçável	Evento no qual o veículo sai de forma total ou parcial do leito carroçável
13	Derramamento de carga	Queda ou derramamento da carga do veículo
14	Incêndio	Evento em que o veículo se incendia involuntariamente
15	Eventos atípicos	Eventos que envolvam situações não enquadradas em nenhuma das tipificações específicas

**Fonte:** elaboração dos autores (2018).

## Considerações finais

O presente estudo analisou a metodologia de coleta de dados de três instituições que produzem Boletins de Ocorrência de Acidentes de Trânsito. Foi analisado também material produzido por escritores e pesquisadores. Buscou-se verificar as formas de coleta atualmente em uso. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que é urgente uma padronização nacional da forma de coleta dos fatores contribuintes dos acidentes de trânsito e de todos os eventos que ocorreram na dinâmica do acidente, assim como da tipificação desses eventos.

A proposta apresentada neste trabalho pode subsidiar o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN no estabelecimento das informações mínimas constantes no BOAT a serem observados pelos agentes que realizarem o registro de acidentes de trânsito, conforme previsto na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Nº 607, de 24 de maio de 2016.

A coleta dos dados sobre os acidentes, com padronização nacional, pode representar uma importante ferramenta para subsidiar estudos sobre prevenção de acidentes, contribuindo para as metas de redução do número de mortos e lesões previstas no Programa Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS – Lei Nº 13.614/2018.

## Referências

ALMEIDA, L. L. **Manual de perícias em Acidentes de trânsito**. 2011.

BRASIL - Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade** [s/d]a. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2018. BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por causas externas – Notas Técnicas** [s/d]b. Disponível em: < </cgi/sim/ext10descr.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**. Brasília: MS; 2015.

BRASIL. **Resolução do CONTRAN Nº 607, de 24 de mai. 2016**. Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito – RENAEST. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018** - Programa Nacional de redução de mortes e lesões no trânsito. Brasília, 2018.

CHAGAS, Denise Martins. **Estudo sobre fatores contribuintes de acidentes de trânsito urbano**. 2011.

CET. Companhia de Tráfego do Município de São Paulo. Investigação de acidentes de trânsito fatais. **Boletim Técnico**, v. 42, 2008.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. **Direção Defensiva – trânsito seguro é um direito de todos**. Brasília, 2005.

DICIO. **Dicionário** on line de Português. Disponível em:< <https://www.dicio.com.br/colisao/> [s/d] Acesso em: 12 ago. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PRF, Polícia Rodoviária Federal. **Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras**. Brasília: IPEA, PRF, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. **Mathematics Teaching in the Middle School**, v. 12, n. 5, p. 244-250, 1986.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis on line**. Disponível em:< <https://michaelis.uol.com.br/> [s.d]. Acesso em: 12 ago. 2018.

ONSV. Observatório Nacional de Segurança Viária. **90% dos acidentes são causados por falhas humanas, alerta Observatório**. Disponível em: < <https://www.onsv.org.br/90-dos-acidentes-sao-causados-por-falhas-humanas-alertaobservatorio/> >. [s/d]. Acesso em: 12 ago. 2018.

PMSC. Polícia Militar de Santa Catarina. **Diretriz de Procedimento Permanente Nº 006/2002**, 2002.

PRF. Polícia Rodoviária Federal. **M-15 Manual de Atendimento de Acidente de Trânsito**. Regulamenta os procedimentos de levantamento de local de acidente de trânsito no âmbito da PRF. Brasília, 2017.

WHO. World Health Organization. **Supporting a Decade of Action**. Geneva: WHO, 2013.



# O crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor nos acidentes de trânsito atendidos pela Polícia Rodoviária Federal

*Pedro Ivo Nogueira Loureiro  
Adriano Roberto de Souza Ferreira*

## RESUMO

**Importância:** Uma das principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal é o atendimento aos acidentes de trânsito ocorridos na faixa de domínio de rodovias e estradas federais. Nos acidentes com vítimas, caso haja a representação, configura-se o crime de lesão corporal na direção de veículo automotor. Nestes casos, o policial deve adotar procedimentos basilados na legislação penal e processual penal, bem como nos manuais internos da instituição. **Objetivo:** Diante disto, este trabalho tem como objetivo analisar o procedimento adotado pela Polícia Rodoviária Federal durante o atendimento a ocorrências de crime de lesão corporal na direção de veículo automotor frente à legislação e jurisprudência pátrias. **Metodologia:** Para isto, realizou-se uma análise dos procedimentos adotados pelos policiais durante o atendimento dos acidentes de trânsito conforme os manuais internos da Polícia Rodoviária Federal, a legislação penal e processual penal, bem como a jurisprudência aplicada à matéria. **Resultados:** Constatamos que houve uma evolução no procedimento e nos documentos produzidos, todavia, alguns posicionamentos adotados nos manuais não se alinham com a legislação e apresentam entraves que podem dificultar o procedimento. **Conclusão:** Salientamos, ao final, a importância da capacitação dos policiais, no intuito de um melhor atendimento das ocorrências e, conseqüentemente, para a produção de documentos mais qualificados e procedimentos que respeitem os direitos dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Acidentes de trânsito; Crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor; Polícia Rodoviária Federal.

## Introdução

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva, subordinada ao Ministério da Segurança Pública, que possui competência híbrida, prevista na Constituição Federal de 1988, no Decreto Nº 1.655 de 03 de outubro de 1995 e no Art. 20 da Lei Nº 9.503/1997. Realiza o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, cuidando tanto das questões de segurança pública, bem como de trânsito. Em virtude disto, em sua rotina, o policial rodoviário federal se depara com situações das mais variadas possíveis, como: atendimento de acidentes, lavratura de autos de infração, orientação e sinalização do fluxo de veículos, comandos de educação para o trânsito, assim como ocorrências criminais diversas, dentre elas, crimes de trânsito.

Segundo balanço anual da PRF, em 2017, nas rodovias federais foram registrados 89.318 acidentes graves, resultando na morte de 6.244 pessoas e 83.978 feridos (PRF, (s/d)a). Segundo a OMS, o Brasil apareceu em quinto lugar entre os países com mais mortes no trânsito, atrás da Índia, China, EUA e Rússia. Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), tivemos em 2016, no Brasil, 38.651 mortes no trânsito, o que nos dá uma dimensão do custo social que essa violência causa ao país (BRASIL, [s/d]a); [s/d]b; IPEA-PRF, 2015; MS, 2015; OMS, 2013).

Analisando os procedimentos adotados pela PRF quando do atendimento de acidentes com vítimas, que se configurou o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, observou-se que não existe uma uniformização nacional. Cada Unidade Regional da PRF atua de uma determinada forma. Ocorre que no ano de 2018 entrou em vigor o Manual de Atendimento de Acidentes de Trânsito da PRF - M015 (PRF, 2017 [a]), nele estão contidos os procedimentos a serem adotados pelo policial quando atendendo a ocorrências desse tipo.

Diante disso, esse estudo teve o objetivo de analisar a legalidade deste novo procedimento adotado no manual, contribuindo para uma efetiva responsabilização do autor do crime do art. 303, CTB, bem como sua operacionalização diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelas instituições envolvidas.

Ao final, após a análise do procedimento adotado, sugerem-se modificações nos procedimentos perflhados, de forma que sejam: operacionalmente executáveis, dentro da legalidade, que contribuam para o bom andamento do processual, e que preservem o direito dos cidadãos envolvidos.

## Revisão Bibliográfica

Para a PRF, acidente de trânsito é: fato ocorrido em faixa de domínio de rodovia estrada federal, que envolva veículo, que não seja premeditado e de que resultem danos materiais em bens públicos ou particulares ou lesões em pessoas (PRF, 2017 [a]).

Ocorrendo o acidente de trânsito, a equipe da PRF desloca até o local do acidente para prestar o atendimento, e, posteriormente, o registro, conforme a peculiaridade de cada ocorrência. Se esse acidente de trânsito ocasionar lesão em pessoas, independente da gravidade da lesão física, a vítima tem o direito de representar o fato contra o causador do acidente. Representação é a demonstração de vontade da vítima que se inicie um processo de responsabilização criminal do autor do fato, explícita que vítima quer que o Estado se movimente, em busca da penalização do causador daquelas lesões. A representação é uma condição de procedimentabilidade dos crimes de ação penal pública condicionada à representação, e ela pode ser ofertada perante qualquer autoridade policial ou não, sem maiores formalidades, conforme previsto no Art. 103 do Código Penal (BRASIL, 1940).

Caso a vítima deseje representar no momento do acidente, o PRF deverá tomar diversos procedimentos, no intuito de uma futura responsabilização criminal pelo cometimento do crime de lesão corporal na direção de veículo automotor (Art. 303, CTB), que é um crime de ação penal pública condicionada à representação, conforme o Art. 88 da Lei Nº 9.099/1995 (BRASIL, 1995).

Seguindo o previsto no Art. 61 da Lei Nº 9.099/1995, o crime do Art. 303 do CTB é um crime de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes mais comuns, simples, que não exigem maiores formalidades e profundidade investigativa, e que possuem pena máxima de até 02 (dois) anos, cumulado ou não com multa, podendo ser registrada a ocorrência criminal por meio da lavratura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO.

Conforme o Art. 69 da Lei Nº 9.099/1995, o TCO não exige rigor formal; nele será feita uma breve narrativa sobre os fatos, qualificará os envolvidos e testemunhas, sendo posteriormente encaminhado ao Juizado Especial Criminal. É a peça que fundamenta a proposta de transação penal e até mesmo de uma futura denúncia a ser ofertada pelo Ministério Público.

## Materiais e métodos

Foi utilizado como fonte o Manual de Atendimento de Acidentes de Trânsito da instituição (M-015), atualizado em janeiro de 2018, que traz novidades na doutrina da PRF no atendimento e registro das ocorrências dessa natureza. Também serviu de referência o Manual do Termo Circunstanciado de Ocorrência (PRF, 2015; 2017 [b]), que orienta o PRF sobre como e quando confeccionar o TCO, quando se deparar com ocorrências que envolvam crimes de menor potencial ofensivo, e o Manual do Boletim de Ocorrências Policiais (PRF, 2017 [c]), que serve ao registro de demais ocorrências envolvendo crimes. Além dos manuais internos da instituição utilizaremos como referencial legal os princípios que balizam a legislação penal e processual penal, bem como a Lei Nº 9.099/1995, que versa sobre os Juizados Especiais.

Essa pesquisa foi realizada por meio da observação da rotina do policial rodoviário federal quando do atendimento ao acidente de trânsito com vítimas, e que a vítima deseje de imediato representar em face do outro condutor envolvido. Evidente que não serão tratadas todas as possibilidades que podem surgir durante o atendimento ao acidente, mas algumas situações polêmicas serão dirimidas, sugerindo ao policial formas de agir para a solução da ocorrência. A discussão e os resultados poderão ser aplicados na rotina dos policiais rodoviários federais, bem como por policiais de outras instituições.

## Discussão e resultados

Todo acidente de trânsito com vítimas, ocorrido na faixa de domínio das rodovias e estradas federais, será atendido e o registrado pela PRF. Para orientar o policial neste atendimento do acidente, existe o Manual de Atendimento de Acidentes da Polícia Rodoviária Federal (M-015), atualizado em janeiro de 2018.

Os acidentes com vítimas, independente da gravidade da lesão física, devem ser registrados por meio de BAT. Esse documento, além da confirmação da ocorrência pela Instituição, é material essencial em diversas demandas administrativas e judiciais.

Nos atendimentos dos acidentes, o PRF coleta todos os dados e realiza o levantamento dos vestígios da ocorrência, atentando-se em dar a devida destinação para os diversos crimes que ocorreram, derivados do acidente



ou a ele relacionados. Como exemplos, podemos citar: homicídio culposo, omissão de socorro, dentre outros previstos na legislação.

A discussão neste trabalho se concentrou nas medidas tomadas pelo PRF durante o atendimento da ocorrência quando ocorrer o Crime de Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículo Automotor (Art. 303, CTB). Conforme o Art. 88 da Lei Nº 9.099/1995, a ação penal para o crime do Art. 303 do CTB é pública, condicionada à representação, portanto, a representação da vítima é condição de procedimentabilidade para que seja iniciada a ação penal.

Vale lembrar que, conforme o Art. 291, §1º do CTB, a ação penal passa a ser pública incondicionada quando o agente cometer o delito sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, participando de racha, em via pública, ou transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h, e deverá ser aberto inquérito policial para apurar o fato (PRF, 2017 [b]). Nos casos do art. 303, caput do CTB, por ser um crime de menor potencial ofensivo, e conforme o Art. 69 da Lei Nº 9.099/1995, havendo representação da vítima, a autoridade policial que primeiro tomar conhecimento do fato, lavrará TCO e encaminhará ao Juízo.

Caso o crime de lesão corporal culposa tenha ocorrido contendo uma das causas de aumento de pena previstas no Art. 302, §1º, do CTB, havendo representação da vítima, não será lavrado o TCO, mas sim deverá ser instaurado inquérito policial pela autoridade que tomar conhecimento, sendo, portanto, condutor e vítima, se possível, encaminhadas à Polícia Judiciária. Caso a vítima não queira representar de imediato o crime, o policial atenderá à ocorrência como se crime não houvesse, preenchendo, nesses casos, apenas o BAT como forma de registro administrativo do acidente (PRF, 2018). Apesar da conduta que levou àquele resultado ter existido, e a lesão só tenha ocorrido pela atitude culposa do condutor, o crime só passará a ser punível a partir do momento que a vítima demonstre sua vontade de punir o autor do fato. O Estado só passará a se movimentar no intuito de investigar e punir a partir do momento que a vítima desejar a punição do causador. Todavia, havendo a representação imediata da vítima, o policial, além de fazer o registro administrativo do acidente, por meio do BAT, passará a tratar a ocorrência como crime e deverá adotar procedimentos que variam de acordo com o enquadramento da conduta.

Existem dois documentos que a PRF pode preencher quando se deparar com uma situação de crime: o Boletim de Ocorrência Policial

(BOP) regulamentado pelo MPO-023, utilizado em todas as ocorrências em que houver a constatação de crime de qualquer natureza ou fato que pela característica seja prudente registrar; ou será lavrado TCO, regulamentado pelo MPO-024 e M-020, para as situações que envolvam infrações penais de menor potencial ofensivo, nas regionais em que a PRF está autorizada a lavrá-lo. Conforme o item 83 do Manual do TCO, quando a vítima for socorrida ao hospital e não tiver condições de firmar sua representação, o PRF deve lavrar o TCO, mesmo sem a representação, e encaminhar o procedimento ao Juizado Especial Criminal local, orientação esta que não coaduno.

A representação, como antes explicitado, deve ser um ato voluntário da vítima, ao demonstrar o interesse na punição do causador da lesão, é a vontade de ver o Estado agir para punir o infrator, e, por isso, não pode haver presunção. Além disso, conforme o Art. 103 do Código Penal, a vítima tem um prazo decadencial de 06 (seis) meses para representar, e querendo, após a recuperação física, poderá representar pessoalmente, ou por procurador, perante qualquer autoridade policial, o juízo ou o Ministério Público, não havendo fundamento para uma supletividade pelo Estado, nesse momento. Ademais, a legislação não faz distinção entre gravidade da lesão física para transformar a ação penal de condicionada à representação para uma ação penal pública incondicionada, portanto, carece de legalidade o dispositivo.

Salienta-se que, caso o estado da vítima evolua de um estado grave para óbito, o crime passará a ser o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor (Art. 302, CTB), que é de ação penal pública incondicionada. Uma das consequências disso é que, para a liberação do corpo, é necessário o exame cadavérico e autorização da Polícia Judiciária do ocorrido. Quando a vítima do acidente for menor de 18 anos, a representação deve ser efetivada pelos seus representantes legais, mesmo que o menor seja emancipado pelo casamento ou qualquer motivo na órbita civil (TÁVORA, 2016, p.260). Na ocorrência que as duas vítimas desejem representar do momento do acidente, o PRF só poderá lavrar um TCO acerca do mesmo fato. Ora, só existe a lavratura do TCO quando ocorrer uma situação de flagrante, e não se pode flagrar um crime no qual de um mesmo fato e conduta, exista um autor e vítima.

Portanto, a melhor saída para a situação seja o PRF lavrar o TCO, tendo como autor do fato aquele que, pelo levantamento do local do acidente, foi o condutor causador do acidente, o responsável pelo fator principal, aquela manobra que, acaso não existisse, o acidente não teria ocorrido. Vale salientar

que o relatório policial do TCO deve estar coerente com a narrativa que será feita no BAT. Caso o outro condutor/vítima deseje representar, deve procurar fazer sua representação dentro do prazo legal, apresentando os argumentos e documentos que julgar necessário.

Em caso de dúvidas ou de culpa concorrente, uma forma de suprir será confeccionar o BAT, para o registro administrativo, e um BOP mencionando a situação das duas representações dos envolvidos, e encaminhar a ocorrência e os envolvidos à Polícia Judiciária. Se o policial flagrar dois crimes de menor potencial ofensivo na mesma ocorrência existem dois posicionamentos: pelo entendimento pacífico do STJ (RHC 60883, 2015), não se pode lavrar o TCO. Em sentido contrário, o Enunciado 120 do FONAJE (CNJ, 2018) afirma a possibilidade de se lavrar o TCO.

A aplicação do Enunciado 120 é fundamental para o bom andamento do serviço policial, respeitando aos princípios da informalidade e da celeridade. Ora, os dois crimes não são complexos, nem exigem uma dilação probatória extensa, como é peculiar aos crimes de menor potencial ofensivo, sendo, portanto, desnecessária a abertura de inquérito policial para tanto. Ademais, em caso de uma condenação, dificilmente a pena aplicada extrapolaria dois anos, limite para alçada de processamento pelos juizados especiais. O Manual de TCO, em seu item 49, recomenda consultar o Ministério Público local para saber qual entendimento adota, tendo em vista haver divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o tema.

Já com relação às causas de aumento de pena inscritas no Art. 302, §1º do CTB, não há divergência na jurisprudência e doutrina, não cabe a lavratura de TCO. É o que nos dita nesse sentido, também, o item 50 e seguintes do Manual de TCO. Como exemplo, temos o caso de um atropelamento, ocasionado em uma faixa de pedestre. Nesses casos, havendo representação de imediato, o policial deve confeccionar o BOP e encaminhar o condutor à Polícia Judiciária. Conforme o Art. 69, §1º da Lei Nº 9.099/1995, na ocorrência de um crime de menor potencial ofensivo, se o autor do fato for encaminhado imediatamente ao juizado (o que dificilmente acontece) ou assumir o termo de compromisso de comparecimento ao juízo para a audiência preliminar, quando notificado, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Pela interpretação literal do dispositivo legal, não assumindo o compromisso de comparecimento, impor-se-á prisão em flagrante. Todavia, conforme o Art. 301 do CTB, “Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes

de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela”.

A não prisão em flagrante do autor, no caso de acidente com vítima, surge no intuito humanitário de minimizar aqueles danos sofridos pela vítima, então, o agente que prestou socorro teve a sensibilidade de minimizar aquele dano causado culposamente ao outro envolvido. A questão da assinatura do termo de compromisso se revela uma situação meramente formal, que pode ser suprida por outros meios, pois, havendo uma qualificação precisa do agente, ele poderá facilmente ser intimado posteriormente para a audiência preliminar.

Acrescenta-se ainda que, na maioria dos casos de lesão corporal culposa no trânsito, que acontece o socorro pelo autor do fato, dificilmente ele cumprirá medida privativa de liberdade ao final de um possível processo judicial. Diante das inúmeras medidas despenalizadoras e dos benefícios processuais existentes para os crimes de menor potencial ofensivo, a restrição de direitos é o caminho que tende a trilhar a ocorrência, desde a audiência preliminar até o julgamento final.

Portanto, não é proporcional prender alguém em flagrante delito, privando sua liberdade, por uma mera formalidade, se, ao final, o agente terá provavelmente a aplicação de uma restrição de direitos. Além do que, conforme enuncia o Art. 2º da Lei Nº 9.099/1995, “o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível a conciliação ou a transação”, além da especialidade do Art. 301 do CTB, aplicado aos crimes de trânsito, que não pode ser afastada. Portanto, que nos casos de negativa em assinar o termo de compromisso, havendo pronto e integral socorro do autor do fato, não deve haver a prisão em flagrante. O TCO deverá ser enviado ao juizado sem a assinatura no termo de compromisso. É nesse sentido que relatam os itens 37 e 41 do Manual do TCO, sendo o fato da não assinatura registrado também no BAT.

O delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor é um delito de dano e material, portanto, exige o resultado naturalístico, sendo necessário o exame de corpo de delito para a comprovação dos vestígios, é o disposto no Art. 158 do Código de Processo Penal. A lesão corporal culposa na direção de veículo automotor não faz distinção da gravidade da lesão física sofrida pela vítima, havendo lesão, a princípio, houve o crime. Salvo, na hipótese qualificada do §2º, do Art. 303 do CTB que, no caso de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor se o agente conduz o veículo

com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena privativa de liberdade é de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo. No caso específico do Art. 303, §2º a ação penal é pública incondicionada, conforme o Art. 291, §1º, devendo o condutor/ autor do fato ser encaminhado à Polícia Judiciária para abertura de inquérito policial.

Já nos casos em que for lavrado o TCO pela PRF, o documento lavrado será encaminhado ao Juízo, desacompanhado do laudo pericial, tendo em vista que, geralmente, as solicitações de perícias pela PRF são negadas pelos institutos de perícias técnicas do Estados. Todavia, em conformidade com o Art. 77, §1º da Lei Nº 9.099/1995, a ausência destes laudos não é óbice para o prosseguimento do procedimento. A comprovação da materialidade do crime, caso seja necessária prova complementar, poderá ser aferida por meios indiretos, como: boletim médico ou prova equivalente. Respeitando, assim, aos princípios da celeridade, informalidade, economia processual e simplicidade.

Dessa forma, quando se elaborar um TCO pelo crime do Art. 303 do CTB, pormenorizar as lesões verificadas na vítima, dentro das limitações técnicas do policial, bem como detalhes do socorro, facilita o trabalho do Ministério Público, caso deseje exames complementares. Essas informações pormenorizadas devem constar, também, no BAT, que será anexado ao TCO e encaminhado ao juizado especial criminal. Após a lavratura do TCO, o documento deve ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal da comarca, sempre acompanhado do máximo de documentos possíveis, como exemplo cito: documentos dos veículos, dos envolvidos, fotos, consultas e prontuários médicos, sendo imprescindível também encaminhar o BAT originado da ocorrência.

O TCO e o BAT devem estar coerentes na qualificação dos envolvidos, bem como nas narrativas e conclusões respectivas, evitando-se interpretações dúbias e questionamentos futuros. O policial deve ter em mente que estes documentos serão utilizados em demandas administrativas e judiciais, sendo, portanto, importantíssimo que seja entregue um documento técnico, conclusivo e completo.

## **Considerações Finais**

Como acima exposto, constatou-se que o PRF, no atendimento a um acidente de trânsito com vítima no qual haja a sua representação imediata, deve

sempre atentar para a questão administrativa, com a confecção de um BAT técnico e minucioso, bem como para a questão criminal do fato. Na situação do crime, o policial deverá fazer uma mínima análise jurídica, verificando a legislação penal, especificamente a Lei Nº 9.099/1995, o Código de Trânsito Brasileiro, bem como os manuais da instituição.

Com a atualização no Manual de acidentes no início de 2018, percebeu-se uma aproximação de discurso com o manual do TCO, gerando uma padronização, evitando subjetividades, erros ou interpretações equivocadas. Em busca dessa uniformidade, é importantíssima a capacitação do efetivo. Com a capacitação deste, os procedimentos tendem a ser mais técnicos, contribuindo para assegurar direitos dos usuários envolvidos, da Administração Pública, bem como propor medidas preventivas, evitando-se, assim, novos acidentes e vítimas.

Portanto, o policial deve ter sempre em mente que a confecção do BAT, do TCO ou BOP não é um mero registro de dados, posto que dali sairá um documento que poderá transitar em várias esferas públicas e privadas, com repercussão na área administrativa, civil e penal. É latente a importância da integração dos órgãos envolvidos no processo de responsabilização do autor do fato: PRF, Polícia Judiciária, institutos de perícia técnica, juízes e, especialmente, promotores. A integração e o diálogo permanente com o Ministério Público local são fundamentais e facilitam a transposição de dificuldades estruturais. O posicionamento dos promotores em determinadas situações pode modificar o procedimento a ser adotado pelo policial que atenderá a ocorrência.

Com o advento da lavratura do TCO pela PRF, as ocorrências envolvendo crimes de menor potencial ofensivo, como é o caso do Art. 303 do CTB, têm sido solucionadas de forma mais rápida, desburocrática e efetiva. Agiu muito bem o Manual de Acidentes quando facultou ao policial, em incentivar a lavratura, bem como em não tratar como crime a ocorrência de acidente de trânsito com vítima, na qual esta não deseja representar, independente da gravidade da lesão física.

Conclui-se que com o processo de integração, desburocratização, capacitação do efetivo e da consciência do PRF da importância de um bom atendimento e registro do acidente de trânsito e dos crimes relacionados, a tendência é diminuir o senso de impunidade que existe em nossa sociedade, ainda mais quando falamos dos crimes de trânsito. Aliando punição a outros fatores como educação, fiscalização e melhoria na malha viária, reduziremos o custo social dos acidentes no Brasil.

## Referências

- BRASIL - Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade**. [s/d]a. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por causas externas – Notas Técnicas**. [s/d]b. Disponível em: <</cgi/sim/ext10descr.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**. Brasília: MS; 2015.
- BRASIL. **Lei Nº 9.503/1997** – Código de Trânsito brasileiro. Brasília, 1997.
- BRASIL. Observatório Nacional de Segurança Viária. **Estatísticas de Mortes por ano no Brasil 2016**, 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988, 1988.
- BRASIL. **Decreto Nº 1.655 de 03 de outubro de 1995**. Define a Competência da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências, 1995.
- BRASIL. Código Penal. **Decreto-lei Nº 2848 de 07 de dezembro de 1940**, 1940.
- BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto-lei Nº 3689 de 03 de outubro de 1941**, 1941.
- BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. **Lei Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997**, 1997.
- BRASIL. **Lei Nº 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, 1995.
- IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; PRF Polícia Rodoviária Federal. **Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras**. Brasília: IPEA; PRF, 2015.
- PRF. Polícia Rodoviária Federal. **Balço Anual de 2017, 2017**.
- PRF. Polícia Rodoviária Federal. **M-15 Manual de Atendimento de Acidente de Trânsito**. Regulamenta os procedimentos de levantamento de local de acidente de trânsito no âmbito da PRF. [a]. Brasília, 2017.

PRF. Polícia Rodoviária Federal. **M-20 Manual de infrações penais de menor potencial ofensivo**. Atualiza os procedimentos administrativos a serem adotados na utilização do Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO e do Boletim de Ocorrência Circunstanciado - BOC, no âmbito da PRF. [b]. Brasília, 2017.

PRF. Polícia Rodoviária Federal. **MPO-024 Manual de Procedimentos Operacionais que regulamenta o enfrentamento às Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo através do Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO e do Boletim de Ocorrência Circunstanciado – BOC**. Brasília, 2015.

PRF. Polícia Rodoviária Federal. **M-23 Manual do novo sistema do Boletim de Ocorrência Policial – BOP 2.0**. Explica o funcionamento e uso do novo sistema de Boletim de Ocorrência Policial - BOP 2.0. [c] Brasília, 2017.

TÁVORA, N; ALENCAR, R. **Curso de direito processual penal**. 11. Ed. Ver., ampl. E atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Supporting a Decade of Action**. Geneva: WHO, 2013.



# Perícia preventiva de local de acidente: uma ação inovadora e eficaz para a redução da letalidade no trânsito

*Carlos Alberto Malcher Bastos*

*Márcio Luiz Azevedo Pereira*

## RESUMO

**Importância:** Entre 2011 e 2015 (Meia Década das Ações para a Segurança no Trânsito, ONU) foram registradas aproximadamente 210 mil mortes em acidentes de trânsito brasileiro, e 400 mil pessoas por ano com alguma seqüela permanente, com custo chegando a R\$ 56 bilhões/ano (Observatório Nacional de Segurança Viária). Desde a implantação do Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, várias medidas foram adotadas, como Lei Seca, uso de cinto de segurança, cadeirinhas para crianças, airbag frontal nos veículos novos, etc. Após ligeira queda da letalidade, o número de mortes e lesões incapacitantes voltou a subir. Entre 2009-2016, por exemplo, o total de óbitos no trânsito subiu de 19 para 23,4 por 100 mil habitantes. Seguindo esta tendência, o Brasil não cumprirá a meta da ONU de reduzir pela metade o número de mortes em acidentes de trânsito até 2020, considerando 2010 como referência. Tampouco cumprirá quaisquer metas audaciosas, assumidas conforme o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (BRASIL, 2018). **Objetivo:** Apresentar o conceito de perícia preventiva de local de acidente e sua utilidade como uma ação eficaz na redução da letalidade no trânsito. **Metodologia:** Utilizou-se a análise descritiva das medidas aplicadas na Meia Década das Ações para a Segurança no Trânsito, notadamente nas áreas de policiamento, engenharia, meio ambiente e educação para o trânsito, demonstrando que estão praticamente esgotadas na sua capacidade de contribuir para a redução da letalidade no trânsito. Descreveu-se duas modalidades atuais de perícia, a perícia criminal (autoria e materialidade) e a perícia reativa de local de acidente (causalidade do evento e monta do dano), mostrando que não são suficientes para colaborar eficazmente na prevenção de acidentes, sendo adequadas para a justiça no trânsito. **Resultados:** Mostrou-se que a perícia preventiva tem potencial para colaborar na redução da letalidade, estabelecendo correlação entre causas de acidentes e soluções que poderiam ser implementadas para evitá-los. Também definiu-se a perícia preventiva de local de acidente, apresentou-se uma metodologia para sua implantação, e indicou-se a necessidade um sistema multiagências de gestão de acidentalidade no trânsito que correlaciona diversas ações e informações relevantes. **Conclusão:** Evidenciou-se que sem o uso de soluções inovadoras não será possível alcançar as metas nacionais e internacionais de redução da letalidade no trânsito, e apresentou-se a perícia preventiva de local de acidente como ferramenta capaz de ajudar na solução do problema.

**Palavras-chave:** Local de Acidente; Perícia; PNATRANS; Redução de Letalidade; Trânsito.

## Introdução

A sociedade brasileira, em função dos acidentes de trânsito, tem suportado, nas últimas décadas, um enorme custo social, seja pelo impacto financeiro nos cofres públicos ou na economia, seja pelo sofrimento causado pela perda de entes queridos, ou pela incapacitação para o trabalho em função de lesões. O Brasil, além do grande avanço de 1997 com a edição do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), fez-se signatário, em 2010, da resolução ONU (Organização das Nações Unidas) que estabeleceu 2011 até 2020 como a “Década das Ações para a Segurança no Trânsito”, avançou ainda editando o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (BRASIL, 2018).

Com estes três destaques, fica claro o compromisso brasileiro para a redução das causas que fazem do trânsito um dos cinco mais violentos do Planeta Terra (Imprudência no Trânsito). Além destas medidas legislativas adotadas, diversas foram as ações praticadas pela sociedade. Ações no campo da educação para o trânsito, da engenharia, do meio ambiente, da sinalização de vias, do policiamento, da fiscalização e outras, e todas essas ações foram importantes para o salvamento de vidas e redução das lesões decorrentes de acidente de trânsito.

Apesar do esforço já dispendido, percebe-se um esgotamento da capacidade destas ações de continuarem contribuindo eficazmente para a redução da letalidade no trânsito. As estatísticas continuam mostrando o tamanho do desafio a ser enfrentado para que cheguemos a índices suportáveis de letalidade no trânsito, em se comparando com países da Europa, onde o índice médio de óbito no trânsito por 100 mil habitantes é de 9,3 (AMBEV, 2017).

Basta verificar que, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, OMS, entre 2009 e 2016, o total de óbitos no trânsito, no Brasil, subiu de 19 para 23,4 por 100 mil habitantes. Caso sigamos esta tendência, não conseguiremos cumprir a meta da ONU de reduzir pela metade o número de mortes em acidentes de trânsito até 2020, considerando os números de 2010 como referência. Tampouco seremos capazes de cumprir quaisquer metas audaciosas de redução da letalidade no trânsito, assumidas conforme o PNATRANS.

Este trabalho evidencia que, sem uso de soluções inovadoras, será impossível alcançar as metas nacionais e internacionais de redução da letalidade no trânsito, e apresenta a perícia preventiva de local de acidente como ferramenta capaz de ajudar na solução desse problema.

## Revisão bibliográfica

Acidentes são eventos raros, mesmo que a percepção leiga os identifique como algo frequente. Em uma interseção típica ocorre menos de um acidente por milhão de veículos que passam por tal interseção. Acidentes não são frequentes e tendem a ser imprevisíveis em relação à hora e ao local. Um acidente de trânsito é uma cadeia sequencial de eventos (CHAGAS, 2011). Para a ABNT (CHAGAS, 2011), acidente de trânsito é “Todo evento não premeditado de que resulte dano em veículo ou na sua carga e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou aéreas abertas ao público”.

As causas dos acidentes de trânsito podem estar relacionadas a diversos fatores contribuintes e aliadas às circunstâncias aleatórias. Isto torna ainda mais árdua a tarefa de escolher medidas realmente eficazes na redução de acidentes e de seus danos (CHAGAS, 2011).

A OMS considera que acidentes de trânsito são previsíveis e evitáveis, tendo como principal variável a ser analisada o comportamento humano, tendo em vista que 90% dos acidentes são causados pelo fator humano (AMBEV, 2017). Desrespeitar regras de trânsito tem tido resultado trágico: 3,4 mil óbitos diários no mundo. A OMS compila dados e boas práticas em 180 países, sendo fundamental na orientação dos esforços para elevar a segurança viária. A realidade apontada no seu levantamento põe em dúvida o cumprimento da meta, acordada pela ONU de reduzir pela metade, considerando as estatísticas de 2010, o total de óbitos no trânsito até 2020 (AMBEV, 2017).

Para a PRF, o levantamento do sítio de acidente (espécie de perícia direta de local de acidente) consiste na obtenção dos dados necessários ao registro do boletim de acidente e/ou do laudo pericial. Tais registros serão utilizados nos estudos de prevenção de acidentes e, se for o caso, nas reproduções simuladas, atendendo às demandas legais (MPO-015). O que se observa, de forma geral, na produção doutrinária sobre a perícia em acidentes de trânsito (MPAT) é a diferenciação entre perícia direta com levantamento de local (local preservado) e perícia indireta (local desfeito, veículo fora do local do acidente ou análise de laudo e levantamento de terceiros), seja para proveito do direito penal, seja para proveito do direito civil, mas sempre de forma reativa, pós ocorrência do acidente, notadamente para atribuir responsabilidades, sem que o olhar pericial ou o laudo emitido esteja sobre a causalidade do acidente, para prevenir novas ocorrências de mesma natureza, no mesmo local.

Não foi possível localizar manual sobre perícia de trânsito com a abordagem proposta neste artigo, que pretende apresentar a perícia preventiva de local de acidente como uma ferramenta para a redução da letalidade no trânsito, a partir da investigação de suas causas recorrentes, indicando medidas corretivas, sejam de engenharia, policiamento e fiscalização, de educação para o trânsito ou outras julgadas adequadas pelo perito em acidentalidade no trânsito.

## **Material e método**

A realização desse artigo representa um grande desafio pela delicadeza, complexidade e importância das informações trabalhadas e pela falta de uma base de dados nacional, unificada e confiável, que dê suporte aos dados contidos em diversas fontes públicas e privadas sobre a acidentalidade no trânsito brasileiro e mundial.

Dada a escassez de doutrina atualizada sobre perícia de local de acidente e até mesmo sobre os impactos das medidas adotadas pelo Brasil para a redução da letalidade no trânsito, foi utilizada a análise descritiva de fontes variadas, não necessariamente do poder público, como é o caso dos dados DPVAT, para fundamentar a premissa de esgotamento das ações de redução da violência no trânsito e a consequente necessidade de adição de soluções inovadoras.

## **Análise Descritiva dos Dados e Discussões**

Segundo dados da ONU, a violência no trânsito não figurava entre as principais causas de óbito, em 2010, mas assumiu a 10ª colocação em 2015. A previsão, caso mudanças não sejam rapidamente implementadas, é um salto para o 7º lugar até 2030 (AMBEV, 2017).

O ano de 2015 foi de extrema relevância para a segurança viária, pois foi aprovada internacionalmente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e um total de 169 metas, e foi anunciada a “Declaração de Brasília” durante a Segunda Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito. O encontro deu seguimento à Declaração de Moscou, documento emitido quatro anos antes, em que a ONU definiu a “Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011–2020”. Brasília recebeu representantes de 120 países que apoiaram

a elaboração de outro documento, reconhecendo a responsabilidade dos governos em prover condições básicas e serviços para garantir a segurança viária, bem como “buscar um mundo livre de mortes e lesões graves no trânsito”. A Declaração de Brasília destaca cerca de 30 medidas, como RSV-Ambev:

1. Desenvolver e implementar planos nacionais sobre segurança no trânsito e aplicar legislação abrangente sobre os principais fatores de risco;
2. Incentivar a introdução de novas tecnologias de gestão do trânsito e de sistemas de transporte inteligentes;
3. Fomentar o financiamento para segurança no trânsito e para apoiar pesquisas e implementação de políticas em nível global, regional, nacional e local;
4. Aprimorar qualidade da coleta sistemática de dados sobre ocorrência de eventos no trânsito.

Já a OMS lançou, recentemente, um pacote técnico de intervenções prioritárias, denominado *Save Lives*, capazes de ajudar os países a atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (AMBEV, 2017). A ação sugere uma abordagem sistêmica, baseada nos principais fatores de risco e em possíveis intervenções a partir de uma perspectiva holística.

De acordo com a OMS, a segurança viária é formada por seis componentes; 1) Controle de Velocidade; 2) Liderança na segurança viária; 3) Design e melhoria da Infraestrutura; 4) Padrões de Segurança dos Veículos; 5) Execução da Lei e 6) Sobrevivência após a colisão; acrescidos de vinte e duas intervenções (AMBEV, 2017).

Dados obtidos via DPVAT mostram uma alta no número de mortes relacionadas ao trânsito no Brasil. Em 2017, foram pagas 41.151 indenizações por morte envolvendo veículos automotores, ante 33.547 indenizações pagas em 2016, alta de 23%, cessando uma sequência de cinco anos na queda da letalidade por acidentes de trânsito no país (Portal do Trânsito).

### ***Estudos de Acidentes e Banco de Dados***

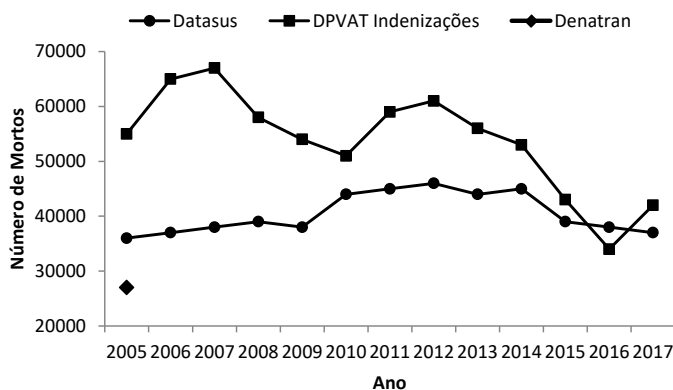
Especificamente em relação à quarta medida destacada, conforme a Declaração de Brasília, qual seja: *Aprimorar qualidade da coleta sistemática de dados sobre a ocorrência de eventos no trânsito*, percebe-se que os bancos de dados de acidente de trânsito no Brasil, em geral, possuem deficiências severas.

Estas deficiências trazem enorme preocupação para a aplicação do segundo componente do Pacote *Save Lives*, OMS, qual seja: *Liderança na segurança viária*, em que são apresentadas cinco propostas de “intervenções”, dentre estas: *Avaliar o impacto das estratégias de segurança rodoviária e Monitorar a segurança rodoviária através do fortalecimento de sistemas de dados*.

Tais deficiências se revelam na qualidade dos dados e também na sua incompatibilidade por falta de uma padronização nacional, dificultando a comparação entre dados produzidos, por exemplo, pelo Ministério da Saúde (DATASUS), com os produzidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Mais difícil ainda é a comparação de dados de acidentes, quando os bancos de dados pertencem a entes federativos diversos. A Figura 1 ilustra essa discrepância.

Outra questão é, segundo a Associação Nacional de Pesquisa em Transporte (CHAGAS 2011), a falta de tradição do Brasil em estudos de acidentes. Estudos desta natureza, para que tenham verdadeiro valor científico, demandam a construção de bancos de dados igualmente confiáveis e a realização de pesquisas sobre as causas de acidentes, bem como a identificação de pontos com grande incidência de acidentes (um verdadeiro: Mapa de Acidentalidade no Trânsito).

**Figura 1:** Quantidade de Mortos em Acidentes de Trânsito, no Brasil, no Período de 2005 a 2017



**Fonte:** Construção dos Autores adaptado do Portal Vias Seguras.

Uma boa notícia veio recentemente do Ministério das Cidades, em agosto de 2018, de que pretende agrupar, em uma única base de dados, informações

de diferentes órgãos municipais, estaduais e federais sobre a segurança nas estradas brasileiras, numa parceria com o Instituto Tellus e a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), que ajudarão ao disponibilizar algumas das metodologias a serem adotadas pelo levantamento (Portal do Trânsito).

### ***Perícia Técnica de Acidente de Trânsito***

Devido ao elevado custo, a perícia de local de acidente tem sido realizada somente quando há ao menos uma vítima fatal, sendo que as informações disponíveis no momento do acidente sem vítima fatal (não periciado, portanto) dificilmente serão encontradas após a remoção dos veículos envolvidos. Daí a importância do agente responsável pelo registro da ocorrência registrar ao menos os fatores que entende terem contribuído para o acidente, mesmo não sendo qualificado como perito de local de acidente de trânsito.

Outra questão é que não há cruzamento dos dados obtidos por peritos criminais quando da perícia de local de acidente, com os registros (boletins) de acidente de trânsito feitos pelas polícias ostensivas (Polícias Militares e Rodoviária Federal) ou guardas municipais, reduzindo ainda mais a riqueza dos dados disponíveis nos bancos de dados. Os órgãos envolvidos fazem o registro, buscando dados relevantes para o cumprimento da sua tarefa institucional específica.

As polícias militares e as guardas municipais registram os dados em obediência as regras do DENATRAN, sem aprofundamento na causalidade do acidente, já que não são, como regra, responsáveis pela perícia do local de acidente. A PRF, por força do Decreto Presidencial Nº 1655 de 1995, além do Regimento Interno PRF, RIPRF, (Portaria Nº 6/2018 MJSP), tem competência legal para a realização da perícia de trânsito, mas, até este ano (2018), ainda não implementou tal atribuição legal em todas as suas unidades.

De um emaranhado de órgãos públicos resultam diversos registros (além do Registro de Ocorrência, RO, nas delegacias de Polícia Civil), cujos dados não obedecem a uma padronização nacional, tampouco serão objeto de cruzamento de dados em um pretense sistema unificado de registro nacional de acidentes de trânsito.

### ***Perícia Preventiva versus Perícia Reativa de Local de Acidente***

A perícia preventiva de local de acidente, objeto deste artigo, é distinta da perícia reativa de local de acidente, utilizada pelas polícias civis (peritos criminais) ou pela PRF (peritos civis). A primeira tem por intuito analisar a

causalidade acidentária a partir da identificação dos pontos de maior incidência de acidentes de trânsito. É produzida para gerar apontamentos de possíveis soluções a serem implementadas no campo da engenharia, da sinalização de vias ou do policiamento e fiscalização, para evitar novas ocorrências acidentárias nos locais pericidados; a segunda é realizada pós ocorrência de um dado acidente de trânsito ou por um perito criminal da Polícia Civil para a busca de autoria e materialidade de um possível crime de trânsito ou por um perito civil (um policial rodoviário federal, por exemplo), que busca os dados sobre a causalidade e a monta dos danos decorrentes daquele evento em específico.

### ***Acidentes de Trânsito: questão de segurança pública***

O Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) assevera: violência no trânsito é também violência pública. O tema “violência no trânsito” requer respostas, tanto dos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto dos órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), reportou relevantes atribuições à PRF para o sucesso das políticas públicas de redução da letalidade no trânsito nas rodovias federais e nas demais vias Brasil afora.

Ao analisar o Relatório de Gestão do Exercício de 2016 da PRF (Relatório de Gestão 2016), verifica-se que está incluída, no Plano Estratégico, a implantação da perícia de acidentes. Neste contexto, este artigo propõe que a perícia preventiva de local de acidente seja utilizada nos três níveis da federação como uma ferramenta eficaz para a redução da letalidade no trânsito. Notadamente a PRF, que possui competência legal e parte dos seus recursos humanos já qualificados para a perícia de acidentes de trânsito, deveria lançar mão dessa ferramenta para a redução da letalidade no trânsito.

### ***Perícia Preventiva de Local de Acidente (PPLA) – Propostas e Referências***

A perícia preventiva de local de acidente – PPLA – tem por escopo periciar locais de grande ocorrência de tipos específicos de acidente de trânsito, com o objetivo de prevenir outros acidentes de mesma natureza, contribuindo, de forma preventiva, para a redução da letalidade no trânsito. Já a perícia reativa de local de acidente tem por escopo periciar uma dada ocorrência de acidente de trânsito para viabilizar a aplicação da justiça civil e/ou criminal. A perícia reativa torna-se viável, reduzindo a sua atuação para os casos que



envolvem óbito. Já a perícia preventiva se viabiliza por reduzir a sua atuação para os locais com alto índice de acidentes.

Podemos então definir a perícia preventiva de local de acidente como “O segmento especializado da perícia técnica civil, que faz uso das técnicas periciais em local sabidamente de grande incidência de tipos específicos de acidente de trânsito, no intuito de gerar laudo pericial indicativo, seja das razões prováveis que concorreram para fazer daquele local um ponto de grande incidência acidentária, seja para evidenciar possíveis ações a serem implementadas para evitar, no todo ou em parte, que novos acidentes de trânsito venham a se dar no local periciado”.

### ***PPLA – Metodologia Proposta para sua Implantação***

Para que se atinja o “estado da arte” com o uso da perícia preventiva de local de acidente, necessário é que metodologicamente sejam observadas as fases abaixo:

- Identificação dos repositórios de informação: como discutido anteriormente, são diversos os órgãos que podem ter registro de acidentes. É preciso identificar esses órgãos e coletar as informações, resolvendo os problemas de formatação e incompatibilidade de dados;
- MAT - Mapa de Acidentalidade no Trânsito: a partir dos repositórios identificados, as informações devem ser correlacionadas, identificando-se os tipos de acidente e sua localização. Isso permitirá a elaboração do mapa de acidentalidade, correlacionando diversos parâmetros que poderão servir como elementos para a PPLA. Local, vítimas, custos, quantidade de acidentes, tipo de veículo, tipo de acidente, etc., são parâmetros que podem ser identificados e correlacionados. Deverão ser utilizadas técnicas estatísticas para correlacionar os dados. Vários problemas relacionados à integração, semântica e confiabilidade dos dados poderão ser encontrados e devem ser equacionados para que esse mapa seja construído com confiabilidade;
- Definição dos locais a serem periciados: a partir dos dados da fase anterior devem ser escolhidos os locais a serem periciados, utilizando critérios apropriados a serem definidos a partir da fase anterior;
- Realização da PPLA: realizar a perícia nos pontos definidos na fase anterior, checando em cada local a correção das informações do MAT, emitindo laudo descrevendo as possíveis vertentes que concorreram para fazer daquele ponto um local crítico de ocorrência de acidente de trânsito e as possíveis

- soluções de engenharia, de policiamento e fiscalização, de educação para o trânsito e/ou outras, que possam reduzir ou eliminar os acidentes;
- Alimentação de um sistema de gestão da acidentalidade no trânsito (SIGAT) com as informações do MAT, com os laudos periciais de cada local crítico e a capacidade de realizar diagnósticos ou aconselhamento baseado em técnicas de inteligência artificial;
  - Emitir relatórios, sugestões ou determinações a partir de um Comitê de Gestão da Acidentalidade no Trânsito (COGAT) para, inclusive, acompanhar a implementação das ações propostas, além de controle e análise dos resultados obtidos.

### ***PPLA – Laudos Periciais***

A metodologia de confecção do laudo de pericial da PPLA deve observar as peculiaridades da entidade pública com circunscrição sobre o local periciado, indicando soluções adequadas à competência de cada componente do sistema nacional de trânsito. Por exemplo, se o laudo de PPLA for produzido para a Polícia Rodoviária Federal, a indicação de ações a serem implementadas deverão privilegiar as soluções ligadas ao policiamento, à fiscalização ou à educação para o trânsito, já que as soluções afetas à intervenção de engenharia e sinalização na via são de competência do DNIT ou da ANTT, conforme o caso, valendo a mesma regra se o trabalho for realizado sob encomenda de entidade estadual ou municipal.

O responsável pelos laudos de PPLA deve possuir qualificação específica, na área de engenharia, preferencialmente, com especialização em levantamento de local de acidente. O laudo da PPLA deve ser tecnicamente completo, abordando as variadas vertentes que concorrem para tornar aquele ponto um ponto crítico de determinado tipo de acidente, indicando possíveis soluções que potencialmente demandarão conhecimentos multidisciplinares para ações no campo da engenharia, da sinalização de trânsito, do policiamento e fiscalização, da educação para o trânsito e outras possíveis, adequadas à redução da letalidade no trânsito. O perito responsável pelo laudo de PPLA deve ter liberdade para indicar as melhores soluções para a solução dos problemas no local periciado. Já a entidade responsável pela encomenda do laudo de perícia preventiva, caso não seja a competente legal para parte ou para o todo das soluções indicadas no laudo, deve interagir com as entidades tematicamente responsáveis, em busca da solução de segurança viária necessária, dentro de uma verdadeira interação multiagências.

### ***Sistema Multiagências de Gestão da Acidentalidade no Trânsito***

De pouca valia serão os laudos de PPLA se não existir um sistema de gestão da acidentalidade no trânsito, capaz de armazenar e consolidar estes laudos e promover o acompanhamento sistemático das ações indicadas. Se efetivamente implementadas, qual o resultado obtido? Se não implementadas, por que não o foram ainda e por quem?

O ideal é que esse sistema seja multiagências, para que, mesmo gerido por uma única agência pública (o CONTRAN, por exemplo), possa ser objeto de consulta e inserção de dados por parte de diversas agências tematicamente relacionadas ao trânsito e/ou segurança viária.

Não se trata de um sistema que seja apenas um repositório de dados sobre acidentes de trânsito e suas causas, de acordo com os registros existentes e para atender requisitos legais. O Sistema Multiagências de Gestão da Acidentalidade no Trânsito vai além disto, para perseguir a aplicação do segundo componente do Pacote *Save Lives*, OMS: Liderança na segurança viária, onde destacamos duas das cinco propostas de “intervenções”, especialmente relacionadas ao proposto sistema: A) *Avaliar o impacto das estratégias de segurança rodoviária* e B) *Monitorar a segurança rodoviária através do fortalecimento de sistemas de dados*.

### ***PPLA - Iniciativas Nacionais Relacionadas***

Merecem destaque duas referências em que parte da metodologia da PPLA foi utilizada de forma eficaz. Essas iniciativas encontram-se detalhadas na referência (AMBEV, 2017).

A primeira, implementada em São Paulo, denominada “Movimento Paulista de Segurança no Trânsito”, tem a meta de reduzir a metade as vítimas fatais nos acidentes até 2020. Possui banco de dados de acidentes de trânsito de diversas fontes, permite identificar o perfil do caso, da vítima e da frota. Mapeia os óbitos em acidentes de trânsito no estado e compila dados de 645 municípios, incluindo perfil do acidente, da vítima e localização geográfica.

Lançado em agosto de 2016, o projeto Brasília Vida Segura é iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) para diminuir o número de mortes em 70% até 2020. Participam a iniciativa privada e a sociedade civil (CLP, 2016). Tem resultados animadores e Brasília superou em 40% a meta de 2017, de redução do número de mortes em acidentes de trânsito, estando perto de atingir a meta da ONU. O GDF realizou estudo ao analisar dados e mapeando

locais mais frequentes de acidentes no DF. As ações adotadas envolvem um núcleo de engenharia trabalhando na adequação das vias, iluminação e sinalização; um núcleo de educação e comunicação e um terceiro núcleo, o de fiscalização, focado em pontos críticos com maior recorrência de acidentes.

## Considerações finais

Observando os dados de mortes e lesões no trânsito no Brasil dos últimos sete anos desta década (2011 até 2020), resta evidente que, apesar da redução do número de acidentes de trânsito, houve o esgotamento das ações implantadas entre 2011 e 2016 para a manutenção do ritmo mais acentuado de redução da letalidade no trânsito.

Por isto, é importante que os três setores da sociedade brasileira revisitem os Manuais de Boas Práticas da Década para a Segurança no Trânsito, ONU, e estabeleçam ações que possam se somar àquelas já postas em prática, sem o quê não será possível, para a nação brasileira, o desejado alcance das metas de redução da violência no trânsito.

A PPLA - perícia preventiva de local de acidente, apresentada neste artigo, a partir da identificação dos pontos com maior ocorrência de acidentes, é potencialmente uma ferramenta eficaz, além de economicamente viável, para se somar às demais medidas implementadas, no intuito de contribuir para a redução dos índices de letalidade no trânsito.

A Polícia Rodoviária Federal deve exercer papel de destaque na implantação, em todo o Brasil, da perícia de trânsito, nos seus aspectos preventivos (locais de grande incidência de acidente de trânsito) e reativos (local do acidente de trânsito com vítima), fomentando as mesmas boas práticas (perícia de trânsito) por parte dos diversos órgãos e entidades afetos ao trânsito e à segurança viária, notadamente nas polícias militares e guardas municipais.

## Referências

AMBEV. **Relatório de Segurança Viária: O Futuro em Jogo**. Disponível em: <[https://www.ambev.com.br/conteudo/uploads/2017/09/Retrato-da-Seguran%C3%A7aVi%C3%A1ria\\_Ambev\\_2017.pdf](https://www.ambev.com.br/conteudo/uploads/2017/09/Retrato-da-Seguran%C3%A7aVi%C3%A1ria_Ambev_2017.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito. PNATRANS. **Lei Nº 13.614/2018**, 2018.

CHAGAS, D. M. **Estudo sobre fatores contribuintes de acidentes de trânsito urbano**. Rio Grande do Sul, 2011. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

CLP. Centro de Liderança Pública. **CLP e parceiros lançam projeto de segurança viária**, Brasília Vida Segura. 01 de dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.clp.org.br/Show/CLP-e-parceiros-lancam-projeto-de-seguranca-viaria--Brasilia-Vida-Segura?=CmsJw4q8DQni01D06Hg7/A==>> Acesso em: 10 set. 2018.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. **Lei Nº 9.503/1997, Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm)> Acesso em: 8 set. 2018.

DOUTOR MULTAS. **Imprudência no Trânsito**. Disponível em: <<https://doutormultas.com.br/imprudencias-transito>> Acesso em: 8 set. 2018.

LEX. **Portaria Nº 6 de 2018, MJSP**. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_27599144\\_PORTARIA\\_N\\_6\\_DE\\_4\\_DE\\_JANEIRO\\_DE\\_2018.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27599144_PORTARIA_N_6_DE_4_DE_JANEIRO_DE_2018.aspx)> Acesso em: 8 set. 2018.

MPAT. **Manual de Perícias em Acidentes de Trânsito**. 2. ed., Disponível em: <[http://www.millenniumeditora.com.br/produtos\\_descricao.asp?codigo\\_produto=2431&so=Normal](http://www.millenniumeditora.com.br/produtos_descricao.asp?codigo_produto=2431&so=Normal)>. Acesso em: 7 set. 2018.

ONU, Organização Das Nações Unidas. **Resolução Nº 2 de 2009**. Disponível em: <[www.vias-seguras.com/content/download/2560/.../Década\\_11-20\\_PropostaBrasil.pdf](http://www.vias-seguras.com/content/download/2560/.../Década_11-20_PropostaBrasil.pdf)> Acesso em: 8 set. 2018.

PRF, Polícia Rodoviária Federal. **MPO-015 Atendimento de Acidentes – V2 – 2015**. Disponível em: <[http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/432155/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_MPO%20015%20-%20Atendimento%20de%20Acidentes.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/432155/RESPOSTA_PEDIDO_MPO%20015%20-%20Atendimento%20de%20Acidentes.pdf)> Acesso em: 9 set 2018.

PRF, Polícia Rodoviária Federal. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016/PRF**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/>>

arquivos\_auditoria/policia-rodoviaria-federal/sede -e-superintendencias-consolidados/prf-2016-relatoriogestao-p-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018.

PORTAL DO TRÂNSITO. Disponível em: <<http://portaldotransito.com.br/noticias/informacoes-sobre-acidentes-de-transito-poderao-ter-base-unica/>> Acesso em: 7 set. 2018.

PORTAL VIAS SEGURAS <[http://vias-seguras.com/os\\_acidentes/estatisticas/estatisticas\\_nacionais](http://vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais)> acesso em: 8 set. 2018.

# A participação social no conselho municipal de segurança para implementação das políticas públicas de segurança no município de Feira de Santana

*Marco Antônio Maia dos Santos  
Ana Clara de Rebouças Carvalho*

## RESUMO

**Importância:** O município de Feira de Santana é um dos 123 com maior ocorrência de mortes violentas no país, segundo dados do IPEA. Para o enfretamento da crescente onda de violência urbana, emerge uma necessária alteração de paradigmas sobre como o Estado deve atuar para melhorar as práticas relacionadas à segurança pública, abrindo cada vez mais espaço para atuação dos municípios e participação da população na gestão desta questão. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é analisar a participação social no conselho municipal de segurança para implementação das políticas públicas de segurança no município de Feira de Santana e analisar se o ambiente institucionalizado de participação promove limitações à participação. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, com a qual foram selecionadas pesquisas que tinham como objeto de estudo Conselhos Municipais de Segurança em municípios situados em três estados brasileiros. Selecionados, os artigos foram analisados contrastando os resultados obtidos nas respectivas pesquisas com a realidade normativa que fundamentou a criação do CMSP de Feira de Santana. **Resultados:** Foram encontradas como tendências que um Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP) pode ser considerado um espaço privilegiado para o exercício da participação social na gestão das políticas públicas, contudo, em razão de ser um ambiente institucionalizado as contradições entre os anseios sociais e os interesses do Estado tendem a colidir e, como resultado, a formatação do Conselho pode ser um limitador da atuação da sociedade. Assim, o CMSP de Feira de Santana, composto por, no mínimo, 20 (vinte) representantes, sendo o presidente um Secretário Municipal e os demais membros oriundos da estrutura estatal e não estatal, com a possibilidade, em determinadas circunstâncias, das nomeações dos membros não-governamentais ocorrerem por indicação do chefe do executivo municipal. **Conclusão:** Por conseguinte, foi possível observar que a estrutura normativa do CMSP de Feira de Santana pode ser compreendida como ambiente que fortalece a participação na implementação de políticas de segurança municipais, como também um ambiente evado de aspectos normativos que os limitam.

**Palavras-chave:** Conselhos Municipais; Participação; Segurança Pública.

## Introdução

O município é o território em que as pessoas vivem e estabelecem suas relações interpessoais. Partindo desta premissa, é possível observar que o papel do município para questões de segurança pública é diminuído em relação à União e aos estados, por não possuir uma força policial própria. A Constituição, no Art. 144, não estabelece um arcabouço normativo para atuação do município, em que pese ser atribuição de todos os entes federativos a segurança pública. Apenas em 2014, por meio da emenda constitucional Nº 82, os municípios ganharam relevância em matéria de segurança pública no tocante a questões de mobilidade urbana.

Contudo, o que se busca demonstrar é que a segurança pública não é uma questão fundamentalmente de força policial, mas também de organização urbana. E lastreado neste caminho é que se pretende discutir qual o real papel do município relacionado à segurança pública.

O município de Feira de Santana é um dos 123 com maior ocorrência de mortes violentas no país, segundo dados do IPEA. Para o enfretamento da crescente onda de violência urbana emerge uma necessária alteração de paradigmas sobre como o Estado deve atuar para melhorar as práticas relacionadas à segurança pública, abrindo cada vez mais espaço para atuação dos municípios com a necessária participação da população na gestão e elaboração de políticas de segurança pública. Assim, segundo Lima et al. (2014, p. 400), “questões relativas à segurança pública deixaram de ser competência única da esfera estadual e foram inseridas nas discussões das esferas federal e municipal do poder”.

No ambiente municipal, a segurança pública deve ser pautada com uma agenda mais participativa. De acordo com Kahn e Zenetic (2009, p. 117), a gestão municipal relacionada à segurança pública deve ser orientada pela pluriagencialidade, o que significa dizer “a segurança pública diz respeito a múltiplas agências dentro do município, para além a Guarda Municipal”. Prosseguem os autores afirmando que a “segurança pública é função do poder público, mas exercida em conjunto com a comunidade, tanto no planejamento como na execução de programas preventivos”.

Assim, emerge a necessária participação da população na gestão da segurança pública. Ribeiro e Patrício (2008) salientam que a população deixa de possuir a postura de mera espectadora perante as transformações ocorridas



com a gestão da segurança pública, assumindo, um papel de ator estratégico na condução dos rumos da política de prevenção à violência.

Neste contexto, para a participação da sociedade nos rumos da segurança pública é necessária a existência de espaço no qual possam dialogar com o Poder Público. No caso de Feira de Santana existe o Conselho Municipal de Segurança, vinculado à Secretaria de Proteção à Violência, criado em 2003, pela Lei Nº 2.393/2003. O caráter participativo é demonstrado em seu artigo 2º ao definir que “fica assegurado na forma da lei, o caráter democrático na formulação da política e no controle de suas ações de Segurança Pública, com a participação da sociedade civil, através de seus representantes no Conselho”.

Neste sentido, percebe-se que a atuação do município na segurança pública para produzir resultados proveitosos é necessária a interação com a sociedade. E neste ponto o Conselho de Segurança Pública é um mecanismo que, potencialmente, garante o espaço para atuação dos cidadãos.

Um Conselho Municipal de Segurança (CMS) pode ser considerado um espaço privilegiado para o exercício da participação social na gestão das políticas públicas; contudo, em razão de ser um ambiente institucionalizado, as contradições entre os anseios sociais e os interesses do estado tendem a colidirem e, como resultado, a formatação do Conselho pode ser um limitador da atuação da sociedade.

O CMS de Feira de Santana, composto por, no mínimo, 20 (vinte) representantes, sendo o presidente um agente público, um Secretário Municipal, e os demais membros oriundos da estrutura estatal e não estatal, com a possibilidade, em determinadas circunstâncias, das nomeações dos membros não-governamentais ocorrerem por indicação do chefe do executivo municipal, faz com que a estrutura do CMS de Feira de Santana seja um ambiente limitador da participação social, não garantindo uma representatividade independente da sociedade civil nos rumos das políticas de segurança pública local.

## **Materiais e métodos**

Trata-se de uma revisão bibliográfica crítica que buscou analisar como a estrutura normativa que fundamentou a criação do CMSPFS e os mecanismos nele existente podem garantir a participação do Conselho na implementação das políticas municipais de segurança.

Para tanto, elegeu-se intencionalmente documentos essenciais para compreensão desta política: 1) Pesquisas que abordassem Conselhos Municipais de Segurança em municípios de três estados brasileiros; e 2) Lei Municipal N<sup>o</sup> 2.398/2003 – Criação do CMSP de Feira de Santana. Para análise, os textos foram lidos e selecionados trechos pertinentes aos objetivos e confrontados para debate crítico com a literatura

Segundo Souza et al. (2010), a revisão é o método mais interessante para sintetizar o conhecimento e a incorporação da aplicabilidade dos resultados na atividade prática. Segundo Minayo (2014), as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares.

Assim, consegue-se relacionar a estrutura normativa do Conselho Municipal de Segurança Pública de Feira de Santana – CMSPFS com alguns estudos já elaborados em outros Conselhos Municipais de Segurança, a exemplo de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, assim, fazer uma comparação entre os resultados encontrados e a formatação do CMSPFS.

### **Revisão de literatura exploratória**

Participação é entendida por Demo (2001) como algo inacabado, nunca suficiente, em constante processo de construção e conquista, deve sempre ser conquistada, nunca aceita como esgotada. Neste cenário, a democratização da gestão pública vem ocorrendo no Brasil desde o processo de redemocratização no início dos anos de 1980. Com a Constituição de 1988, a normatização deste novo paradigma de gestão ganhou a solidez necessária no ordenamento jurídico brasileiro.

Como ora salientado, participação não é algo rígido, ou seja, em constante disputa de espaço com a concentração de poder estatal. Bordenave (1987) entende que a participação pode ser percebida por meio de níveis, os quais são: o da formulação da doutrina e da política institucional; o da determinação dos objetivos estratégicos; o da elaboração dos planos, programas e projetos; o da alocação dos recursos da administração; o da execução das ações e o da avaliação dos resultados.

Assim, analisando a participação no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, Teodósio e Resende (2014) percebem que a institucionalização

dos conselhos municipais, órgãos paritários que abriram as portas para participação da sociedade civil na formulação e no acompanhamento da implantação das políticas, apresenta-se como a abertura de um novo espaço público de discussão e democratização da política pública.

Os Conselhos de Segurança Pública, na concepção de Ribeiro e Teodósio (2011), são espaços privilegiados de construção da cidadania, em razão de possuírem grande capacidade de aumentar a eficiência e a eficácia das políticas públicas de segurança, principalmente relacionada à gestão. Assim, a existência de um Conselho Municipal de Segurança no município de Feira de Santana permite, em tese, a prática de uma gestão social das políticas públicas. Segundo Paula (2005), a gestão social enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.

Importante destacar que a concepção de Oliveira (2002, p.47), na qual formula a diferença entre política pública de segurança e política de segurança pública, entendendo a autora que:

“Política de segurança pública é expressão referente as atividades tipicamente policiais, é a atuação *strictu sensu*. Políticas pública de segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência”.

Sobre o caráter de participação social em conselhos municipais, Gohn (2002) entende que a existência de Conselhos Gestores de Políticas Públicas não decorre de mera vontade dos legisladores, mas, sim, de uma conquista de movimentos populares pelo direito de participar da vida pública, ou seja, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas foram conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada e expressam uma possibilidade de desenvolvimento de um espaço que não se resume e, também, não se confunde com o espaço governamental/estatal, são espaços para a sociedade civil intervir na gestão pública via parcerias com o Estado, que objetivem a formulação e o controle de políticas sociais.

Contudo, para Tatagiba e Teixeira (2006), os Conselhos, por serem espaços institucionalizados de participação, tornam-se um ambiente de contrastes, em razão da dependência dos recursos políticos disponíveis, da

maior ou menor abertura e permeabilidade do Estado a demandas sociais, da inserção ou não das redes de apoio político, do poder dos espaços participativos, a participação no ambiente institucionalizado poderá ou não assumir centralidade nos mecanismos de encaminhamento das demandas sociais.

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Feira de Santana - CMSPFS é um órgão consultivo na formulação e controle de ações de Segurança Pública no âmbito municipal, por meio da participação de representantes da sociedade civil, investidos na qualidade de conselheiros.

No estudo realizado por Miranda (2008), em alguns Conselhos Comunitários de Segurança no Rio de Janeiro, concluiu a autora pela necessidade da construção de indicadores para avaliar Conselho de Segurança, diante de sua heterogeneidade de componentes, com representantes da sociedade e do governo. Observando a norma instituidora do CMSPFS, não define nenhum mecanismo de avaliação de sua atuação Conselho, ou seja, não é possível verificar como estão ocorrendo as interações entre o Conselho e o sistema de segurança pública.

Em pesquisa realizada no Rio Grande Sul, Azevedo (2008) observou a emergência do controle não estatal e participativo de gestão da segurança pública pela sociedade civil, por meio dos conselhos de segurança. Observa o autor que a segurança pública em âmbito municipal vem sendo desenvolvida em duas frentes simultâneas: a social e policial. Por fim, conclui que a participação por meio dos Conselhos se apresenta como uma ferramenta essencial para uma melhor integração na forma de atuação municipal.

Pode-se observar que os resultados encontrados nos estudos de Azevedo (2008), muito se aproximam da realidade estruturada no município de Feira de Santana, onde o CMSP e a Guarda-Municipal estão ligados à mesma secretaria, qual seja, Secretaria de Prevenção à Violência e Promoção dos Direitos Humanos – SEPREV, culminando na interface social e policial. Entretanto, em que pese as várias demonstrações de como os conselhos podem potencializar a inserção social nos debates sobre políticas públicas de segurança, o CSMFS possui um artigo que devolve ao Poder Público a capacidade de escolha de seus membros, não apenas os governamentais, mas também os não governamentais, ao prescrever que:

Art. 3<sup>a</sup>, § 3<sup>o</sup> A escolha dos conselheiros que representem um conjunto de entidades não-governamentais, dar-se-á

por assembleia convocada por edital para tal finalidade e, em sendo deserta a reunião, a nomeação será de livre escolha do Prefeito Municipal.

Ao estudarem o Conselho Comunitário de Segurança no município de Brumadinho, Minas Gerais, Ribeiro e Teodósio (2011) concluíram que os conselhos comunitários podem ser definidos como órgãos concebidos para influir construtivamente na vontade normativa do Estado, mediante o exercício de competências conferidas pelas respectivas leis criadoras, que devem trazer as linhas definidoras de seu campo de atuação, constituindo-se em instâncias de caráter deliberativo. Porém, os autores alertam que nos Conselhos, quando são frágeis, com baixa força dos representantes sociais, ocorre o fenômeno da “prefeiturização”, no qual a participação pode mudar de caráter, perdendo o prisma de conquista popular, para adquirir a conotação de benesse pública outorgada. Uma instância típica de *accountability* como os conselhos pode se tornar espaço de legitimação institucional de mecanismos pseudoparticipativos de decisão.

### **Considerações finais**

A atuação do município na segurança pública facilita uma maior participação social na construção de políticas públicas de segurança, o que redundará na produção de resultados proveitosos, e, neste ponto, o Conselho de Segurança Pública é um mecanismo que garante o espaço para atuação dos cidadãos. No presente estudo foram levantadas características encontradas em diferentes pesquisas sobre conselhos municipais de segurança, em diferentes entes federativos, com perfis socioeconômicos bem distintos. Assim, observou-se ao final da pesquisa como a participação social, no interior do Conselho Municipal de Segurança, manifesta-se na produção das políticas públicas de segurança municipal, com a interação dos diversos atores de segurança pública estabelecidos.

O CMSP de Feira de Santana composto por, no mínimo, 20 (vinte) representantes, sendo o presidente um secretário municipal e os demais membros oriundos da estrutura estatal e não estatal, com a possibilidade, em determinadas circunstâncias, das nomeações dos membros não-governamentais ocorrerem por indicação do chefe do executivo municipal, faz com que a

estrutura do CMSPFS possibilite a ocorrência da chamada “prefeiturização”, ou seja, a força da sociedade civil não seja forte o suficiente para garantir uma real participação social. Assim, não estaria, de fato, garantindo uma representatividade independente da sociedade civil nos rumos das políticas de segurança pública local.

Por conseguinte, conclui-se que a segurança pública não é uma questão fundamentalmente de força policial, mas, também, de participação social. E lastreado neste caminho é que é possível extrair que a existência de um Conselho Municipal de Segurança não garante per si um caráter participativo na implementação de políticas de segurança municipais.

## Referências

AZEVEDO, R. G. **A municipalização da segurança pública: bases teóricas e experiências de implementação no RS.**, Relatório de Pesquisa. CNPQ. Disponível em: <<https://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/Pesquisa%20Municipalizacao%20Eduardo%20e%20Rodrigo.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 5.ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

DEMO, P. **Participação é conquista.** 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Nº 2398/2003**, Cria o Conselho Municipal de Segurança do Município de Feira de Santana e dá outras providências.

GOHN, M G. Conselhos Gestores na Política social urbana e participação popular. **Cadernos MetrÓpole**, n. 7, p. 9-31, 2002.

KAHN, T.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na segurança pública. **Coleção Segurança com Cidadania** / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Ano I, n. 01. Brasília, DF, 2009.

LIMA, P. V. P. S.; SOUSA J. S.; SOBRINHO, A. M. A.; FAUSTINHO, J. C. S.; FINHO, C. F. Gestão municipal da segurança pública: responsabilidade dos municípios brasileiros no combate à violência. **Revista Política Pública**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 399-414, jul./dez., 2014.

MIRANDA, A. P. M. A avaliação dos conselhos comunitários de segurança. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 2, n. 2, p. 57-68, jul./dez., 2008.

OLIVEIRA, A. S. S. **Políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria à prática**. Livro Prevenção da Criminalidade. Observatório de Segurança Pública. São Paulo, ed. ILANUD, 2002. Disponível em <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdocrime%20ILANUD.pdf>>

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 36-49, jan., 2005.

RIBEIRO, L. M. L.; TEODÓSIO, A. S. S. Encruzilhada da participação popular na modernização das políticas públicas: uma análise do CONSEP em Brumadinho (MG). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 115-134, jul., 2011.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein. São Paulo\SP – Brasil, v. 8, p. 102-1066. 2010.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Participação e democracia. Velhos e novos desafios. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 223- 240, dez. 2006.

TEODÓSIO, A. S. S.; RESEDE, G. A. Democratização de Políticas sociais no Brasil: Venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 177-192, jan./abr., 2014.





# Comando e Controle Aplicável na Segurança para Grandes Eventos

*Melquisedeque Cerqueira dos Anjos  
Lídia Maria Batista Brandão Toutain*

## RESUMO

**Importância:** A realização de grandes eventos no Brasil sempre despertou a atenção dos órgãos encarregados em prover a segurança pública, dado o seu caráter dinâmico e abrangente, principalmente, após a ocorrência de grandes eventos de amplitude global, a exemplo da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado em 2014. **Objetivo:** Decorrente de uma monografia (Especialização), este trabalho teve como objetivo o estudo da aplicabilidade do Comando e Controle como ferramenta de gestão eficiente e viável que, baseada na integração, contribui para a coordenação e o controle das atividades executadas, otimizando os recursos e maximizando os efeitos operacionais desejados, quando da realização de operações de segurança em grandes eventos. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada no período de agosto a setembro de 2015, sendo classificada como descritiva. Nela adotou-se o método dedutivo, com cunho qualitativo e quantitativo, caráter não-experimental e corte transversal na coleta de dados. O estudo foi de natureza bibliográfica, documental e de campo. **Resultados:** Como resultado, observou-se que o Comando e Controle atua como catalisador das estruturas organizacionais, direcionando a aplicação dos recursos com razoabilidade, eficiência e eficácia, permitindo que a multiplicidade de instituições seja um fator potencializador da atuação individual de cada órgão, visando sempre à obtenção de um ambiente seguro e pacífico. **Conclusão:** Destarte, diante do arcabouço das principais características apresentadas, o Comando e Controle se constitui como um modelo de gestão que proporciona a adequada condução de operações de segurança em grandes eventos, pois suas ferramentas e processos propiciam a superação das principais adversidades encontradas nesse cenário.

**Palavras-chave:** Comando e Controle; Grandes Eventos; Integração; Operações de Segurança. Segurança Pública.

## Introdução

A realização de grandes eventos no Brasil sempre foi uma questão que esteve em evidência, independentemente dos eventos mais recentes de repercussão internacional ocorridos no país, a exemplo da Copa das Confederações FIFA<sup>1</sup> Brasil 2013, da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os eventos considerados de grandes proporções em que pese o caráter eventual estão no cotidiano da vida dos brasileiros e, sobretudo, na rotina das forças de segurança pública nas mais diversas cidades do país.

O Brasil entrou definitivamente para a elite dos realizadores de grandes eventos não apenas esportivos, mas também de negócios, de entretenimento, corporativos, técnico-científicos, artísticos e sociais. Segundo o levantamento da *International Congress and Convention Association*<sup>2</sup>, divulgado em maio de 2013, o Brasil foi o país com o 5º maior crescimento na realização de eventos em 2012, obtendo como resultado a 7ª posição no *ranking* (PÍPOLO, 2013).

O planejamento da segurança pública para a realização de um grande evento é uma tarefa complexa que requer um conjunto de medidas que vão além das ações de segurança convencionais. Deste modo, a realização de grandes eventos exige das forças de segurança pública uma resposta peremptoriamente episódica, que deve ser planejada e executada por meio de um modelo de gestão que valorize, principalmente, a integração interinstitucional como dinamizadora dos processos existentes.

Assim, o que se pretendeu com a pesquisa foi estudar um modelo de gestão das ações de segurança pública relacionadas à tipologia dos grandes eventos que facilite o processo de tomada de decisão e contemple a integração multi-institucional como fator catalisador e potencializador da almejada sensação de segurança durante os grandes eventos. Destarte, o Comando e Controle se apresenta como um modelo de gestão em que a estratificação do comando em cadeia é capaz de concentrar e articular esforços, promover a integração, a organização e a interoperabilidade de recursos humanos e

---

<sup>1</sup> A Federação Internacional de Futebol Associado desempenha o papel entre as federações esportivas de futebol internacional na área de governança. Disponível em: <<https://www.fifa.com/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

<sup>2</sup> A Associação Internacional de Congressos e Convenções representa os principais fornecedores mundiais no manuseio, transporte e acomodação de reuniões e eventos internacionais. Disponível em: <<https://www.iccaworld.org/abouticca/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

materiais das estruturas organizacionais e direcionar a aplicação de fundos públicos com razoabilidade, eficiência e eficácia.

Diante do cenário apresentado, esta pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: o Comando e Controle é uma alternativa de emprego eficiente e viável a ser aplicada em operações de segurança pública, de modo a proporcionar ao cidadão a devida sensação de segurança quando da realização de grandes eventos? O objetivo geral deste trabalho foi avaliar a aplicabilidade do Comando e Controle no contexto das operações de segurança pública, a fim de verificar se é um modelo de gestão adequado para assegurar a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, quando da ocorrência de grandes eventos.

Prover a segurança em grandes eventos é uma tarefa transversal, pois exige uma combinação das diferentes temáticas e formas de atuar das instituições integrantes de uma operação de segurança pública. Assim, o modelo mais adequado a ser utilizado deve contemplar alguns aspectos próprios que facilitem as ações integradas, o processo decisório e o exercício da coordenação e do controle, a fim de maximizar os efeitos operacionais desejados.

Daí decorre a relevância do estudo do tema e a consequente contribuição da pesquisa para a sociedade, pois foram aprofundados estudos em um modelo de gestão que vislumbra a atuação independente e harmônica de diferentes instituições envolvidas numa operação de segurança pública em grandes eventos. Além disso, a produção científica acerca do tema proposto, por abranger uma área que faz parte do cotidiano das forças de segurança pública em todo o país, servirá de base para futuros estudos nessa área.

## **Revisão bibliográfica**

A identificação e a caracterização de um evento como grande evento requer atributos específicos que o façam ser destaque e referência regional, nacional ou global, tais como: dimensão, duração, número de participantes, grau de importância dos participantes, atuação de estruturas governamentais e outras variáveis específicas. Os grandes eventos, infelizmente, proporcionam uma grande visibilidade, que despertam o interesse do crime organizado, criminosos comuns, terroristas e ativistas radicais. Segundo o Ministério da Justiça (2014, p. 31), “historicamente, há registro de vários incidentes de segurança em grandes eventos que resultaram em vítimas fatais e não fatais, especialmente, em eventos esportivos”.

**Quadro 1:** Características de um grande evento

<b>Significado</b>	Histórico, político, cultural, ou popular.
<b>Tamanho</b>	Grande alcance e abrangência.
<b>Duração</b>	Várias horas ou vários dias.
<b>Participantes</b>	Grande número de organizadores, espectadores, atletas, celebridades, dignitários, chefes de estado, turistas, e/ou possível grupo alvo.
<b>Nível de importância dos participantes</b>	Pessoas famosas e/ou muito importantes com atenção especial da segurança.
<b>Participação do governo</b>	Especialmente nas áreas de infraestrutura, saúde, e segurança.
<b>Segurança do evento</b>	Gera muita preocupação e requer nível elevado de proteção e segurança.
<b>Incidentes graves de segurança</b>	Resultam em impacto político e comprometem a imagem do país.
<b>Cobertura da mídia e visibilidade do evento</b>	Repercussão regional, nacional ou internacional.
<b>Ameaças gerais</b>	São alvos de oportunidades para ações criminosas, terroristas e extremistas.
<b>Ameaças ambientais/acidentais</b>	Vulneráveis a eventos da natureza a acidentes diversos.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em UNICRI (2006).

Devido à sua complexidade, os grandes eventos demandam uma resposta extraordinária das forças de segurança pública. As estruturas e procedimentos existentes devem contemplar um conjunto de opções para resolver questões que possam afetar sua realização, tais como: o envolvimento de pessoal capacitado, a utilização de logística específica e a coordenação de diferentes organizações (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Dada a ausência de uma definição universalmente aceita, a UNICRI (2006) recorreu à assistência da *Coordinating Research Programmes on Security during Major Events in Europe*<sup>3</sup>,

<sup>3</sup> A Coordenação de Programas de Pesquisa em Segurança de Grandes Eventos na Europa foi um órgão criado pela Comissão Europeia de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito da União Europeia, com o objetivo de apoiar e coordenar as atividades de investigação relacionadas com a segurança durante grandes eventos. Disponível em: <[http://www.unicri.it/topics/major\\_events\\_security/eu\\_sec/](http://www.unicri.it/topics/major_events_security/eu_sec/)>. Acesso em: 21 set. 2018.

que considerou enquadrar um grande evento como um evento organizado e previsível que deve ter, pelo menos, uma das características do Quadro 1.

Portanto, nota-se que para enquadrar um evento como grande evento não se deve levar em consideração simplesmente questões quantitativas, mas questões qualitativas relacionadas à sua natureza ou dinâmica. Tais eventos, a despeito das características do Quadro 1, geralmente, tendem a ter caráter urbano, podem ser regulares ou não regulares, e demandam requisitos adicionais de segurança (UNICRI, 2006).

Apesar da origem militar, é possível estabelecermos o emprego do termo Comando e Controle em outras áreas, em que não mais a figura de um comandante militar, mas a de um gestor que de igual modo também tem a função de coordenar e controlar. Vasconcelos (2007, p. 19), considera que “sem sombra de dúvidas, ações de Comando e Controle extrapolam a área militar e hoje podem ser observadas em segmentos como o governo, a indústria, a economia etc.”.

Para corroborar a validade de tal assertiva, Campos (2011) cita o exemplo da obra de Sun Tzu (544 - 496 a.C.), importante estrategista militar da antiguidade. Em seu livro “A Arte da Guerra”, Sun Tzu relata manobras estratégicas militares que foram estudadas por autores das mais diversas áreas. Portanto, a atividade de Comando e Controle não está adstrita apenas aos conflitos militares armados, mas, aos desastres, operações, crises e afins, pois tais situações correspondem a eventos cujas características marcantes são a incerteza, a complexidade e a ausência de tempo para tomar decisões (UNITED STATES OF AMERICA, 1995).

Neste sentido, a principal função do Comando e Controle é prover as condições necessárias para que os objetivos de uma determinada operação sejam devidamente alcançados, a tempo e com o menor risco possível, o que se dá por intermédio da congregação de recursos humanos e materiais, gestão das informações e dos esforços dos atores e das organizações participantes (ALBERTS; HAYES, 2006).

Segundo United States of America (1995), o principal desafio do Comando e Controle é encontrar a medida certa entre a redução da incerteza, que envolve tempo para a coleta e processamento das informações, e a oportunidade das tomadas de decisões. Em razão disso, este modelo de gestão guarda plena aplicabilidade na segurança para grandes eventos, em que as operações são desencadeadas num contexto singularizado pela incerteza e alta complexidade, havendo necessidade, portanto, do gerenciamento adequado

das informações, a fim de superar as adversidades que podem resultar em perdas de vidas humanas (ALBERTS; HAYES, 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial foram consolidados, basicamente, dois conceitos de comando e planejamento para operações tipicamente militares, a saber: as operações conjuntas, que ocorrem com a convergência de duas ou mais forças singulares, em que o planejamento e a execução das ações são realizados por coordenação, sem a existência de um comando único por uma determinada instituição; e as operações combinadas, nas quais o planejamento e a execução das ações, ainda que de modo integrado com outras forças singulares, são dirigidas por um único comando, servido por um Estado-Maior Combinado (BITTENCOURT, 2009).

Tanto as operações militares conjuntas quanto as operações militares combinadas priorizam a integração como catalisadora dos processos existentes; contudo as operações militares conjuntas aproximam-se mais do modelo utilizado nas operações de segurança pública em grandes eventos, pois nessas as instituições envolvidas por não possuírem vínculo de hierarquia e subordinação entre si, atuam em regime de coordenação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

O fato de as operações de segurança pública em grandes eventos se desencadarem por coordenação indica que não há sobreposição de uma instituição a outra, o comando não é único, e sim compartilhado. Neste tipo de operação o estabelecimento do comando ou liderança é situacional, ou seja, assumirá a condução de determinada situação a instituição que tem atribuição legal para tal, podendo ser apoiada por outras forças envolvidas, que disponibilizarão recursos para a solução do problema. Dessa forma, o Comando e Controle aplicável na segurança para grandes eventos tem como premissa a integração, sobretudo, com respeito a autonomia das instituições (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

## **Material e métodos**

O estudo do presente tema obedeceu ao método de abordagem dedutivo, partindo-se de teorias e leis. Diante disso, considerando os objetivos estabelecidos, a pesquisa foi enquadrada como descritiva, pois necessitou observar, registrar, correlacionar e descrever, sem, contudo, manipular os fatos e fenômenos encontrados (RODRIGUES, 2006).

A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. No que concerne à abordagem do problema, a pesquisa atendeu aos enfoques quantitativo e qualitativo e ocorreu no período de agosto a setembro de 2015, não havendo manipulação de variáveis, sendo de caráter não-experimental e corte transversal, destacando-se como local onde se deu a referida coleta a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça<sup>4</sup>.

O universo desta pesquisa foi representado por servidores da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça. A amostra, por sua vez, foi composta pela totalidade dos colaboradores (23 funcionários) da Diretoria de Operações<sup>5</sup>, notadamente, em razão dos integrantes da supracitada diretoria já terem atuado, diretamente, no planejamento e execução de operações de segurança pública em grandes eventos.

### **Análise descritiva**

Os dados obtidos por meio das pesquisas de campo serviram para reflexões, argumentações e interpretações que deram um norte significativo ao desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Para análise e discussão dos dados foi feito o uso de gráficos e um quadro, pois se entende, neste contexto, que eles conseguem representar de forma didático-pedagógica as principais expressões dos pesquisados (MARTINS, 2008).

Para Rodrigues (2006), numa pesquisa descritiva os “fatos” são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador, e haverá o uso de técnicas próprias de coleta e tratamento dos dados. Assim, a coleta dos dados, seu tratamento e posterior interpretação contribuíram para atingir o objetivo proposto para a pesquisa.

---

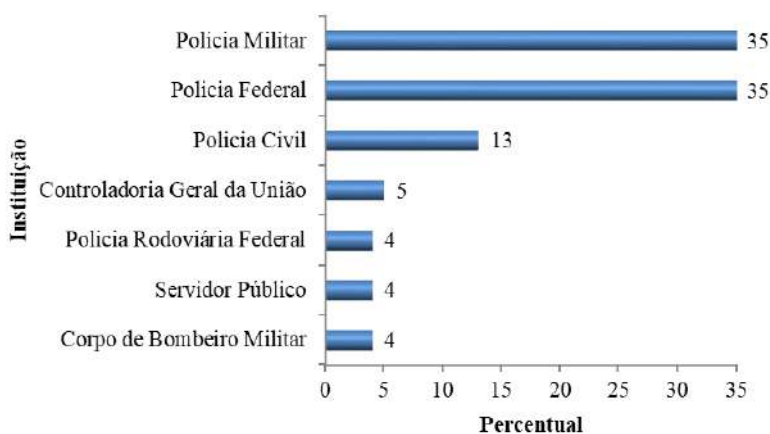
<sup>4</sup> Extinta em julho de 2017, foi instituída por meio do Decreto da Presidência da República nº. 7.538, de 1º de agosto de 2011, com a missão de realizar a articulação das ações de segurança para os grandes eventos nacionais. Para fins do referido decreto, foram considerados grandes eventos a Jornada Mundial da Juventude, de 2013; a Copa das Confederações FIFA Brasil, de 2013; a Copa do Mundo FIFA Brasil, de 2014; os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos, de 2016.

<sup>5</sup> À luz do art. 38-H do Decreto da Presidência da República Nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, compete à Diretoria de Operações o planejamento das ações de segurança pública dos grandes eventos nos níveis estratégico, tático e operacional; o treinamento dos servidores envolvidos nos grandes eventos; e a coordenação das atividades do Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos.

## Resultados e discussões

Um total de 23 indivíduos respondeu ao questionário, sendo 21 integrantes de instituições de segurança pública, distribuídos da seguinte forma: Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, bem como 2 servidores de outras instituições, a exemplo da Controladoria Geral da União, como se vê no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Percentual dos entrevistados, em relação à sua instituição de origem, no período de agosto a setembro de 2015



**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo, 2015.

Em relação ao tempo de serviço dos respondentes, o qual reflete a experiência profissional, foi perguntado o tempo de serviço nas respectivas corporações, no qual, a partir a aplicação do questionário, observou-se que os mesmos são de fato experientes, sendo que 66% possuem entre 11 e 25 anos de serviço, e 30% contam com mais de 25 anos. Além disso, 87% possuem nível superior completo ou uma pós-graduação.

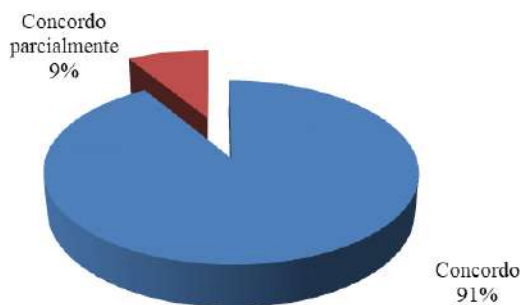
Foi perguntado se tinham conhecimento da atividade de Comando e Controle, em que foi constatado que 100% já conheciam os principais elementos da doutrina. O resultado expressivo aliado ao fato de que 83% dos respondentes já haviam atuado em operações de segurança pública em grandes eventos denota que além de conhecermos elementos da teoria de Comando e Controle, estes possuem experiência na segurança de grandes eventos.



Neste sentido, 91% consideraram que o planejamento das forças de segurança pública para a realização de um grande evento requer um conjunto de atividades não convencionais, sendo necessária a adoção de uma gestão que priorize a integração interinstitucional, inclusive, com órgãos que não possuem atividade típica de polícia.

A atuação integrada de múltiplas instituições, não somente é importante, como determinante para o sucesso da segurança do evento, o que foi demonstrado pelos respondentes, em que apenas 4% não concordaram com esta assertiva. Esta integração é maximizada a partir de um Centro de Comando e Controle, que corresponde a um espaço físico dotado de um modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global sob foco. Assim, conforme o Gráfico 2, 91% concordaram que um Centro é decisivo para a integração, e 96% consideraram que as tecnologias de infomação e comunicação embarcadas nessa estrutura favorecem o acompanhamento situacional do evento.

**Gráfico 2:** Percentual dos entrevistados, em relação a pergunta “Um Centro de Comando e Controle contribui para a integração entre os órgãos participantes, e é decisivo para a coordenação das operações de segurança pública grandes eventos?”, no período de agosto a setembro de 2015



**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo, 2015.

Além da integração interinstitucional, dos recursos tecnológicos instalados e da consciência situacional, um Centro de Comando e Controle proporciona um melhor fluxo da informação, como se vê no Gráfico 3. A informação assume papel relevante na atividade de Comando e Controle na medida em que sua qualidade impacta nas tomadas de decisões.

**Gráfico 3:** Percentual dos entrevistados, em relação a pergunta “A fluidez da informação entre as instituições é maximizada quando o comando e controle é exercido a partir de um Centro de Comando e Controle?”, no período de agosto a setembro de 2015

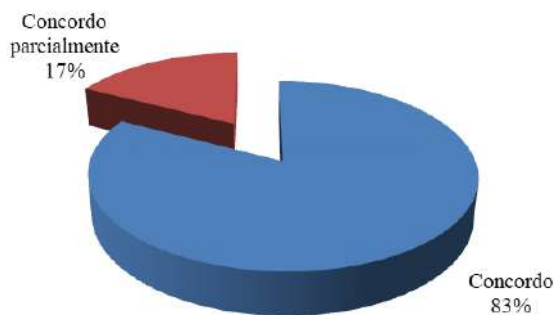


**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo, 2015.

A existência de um Centro de Comando e Controle torna-se fundamental para que o canal de informação não sofra as intercorrências da ausência de tempo e da dinâmica do ambiente. Por meio deste equipamento, o processo decisório é embasado em informações oportunas e verossímeis, conforme concordância de mais de 90% dos respondentes.

Portanto, considerando que a atividade de Comando e Controle é aplicável em qualquer tarefa em que haja a necessidade de atuação integrada em um ambiente de incerteza e com ausência de tempo, características das operações de segurança em grandes eventos, os respondentes não apresentaram discordância no que concerne à afirmação de que o Comando e Controle se apresenta como um modelo de gestão eficiente e viável capaz de proporcionar ao cidadão a devida sensação de segurança durante um grande evento, como se vê no Gráfico 4.

**Gráfico 4:** Percentual dos entrevistados, em relação a pergunta “Considerando que uma operação de segurança pública em grandes eventos é uma tarefa transversal, pois exige uma combinação das diferentes temáticas e formas de atuar, o Comando e Controle se apresenta como uma ferramenta de gestão eficiente e viável capaz de proporcionar ao cidadão ampla sensação de segurança?”, no período de agosto a setembro de 2015



**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo, 2015.

### Considerações finais

A segurança para grandes eventos se constitui na convergência de interesses e esforços no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de ações com a cooperação de diversas instituições que tenham relação, direta ou indireta, na realização de um grande evento de forma integrada na consecução de um objetivo comum. Esta atividade é um exercício complexo e desafiador, e se constitui em um fator chave para o sucesso de tais eventos.

O Comando e Controle, a despeito do seu uso em operações militares, é uma ferramenta de gerenciamento multi-institucional que pode ser adotada para prover o comando integrado de esforços, na gestão de respostas a incidentes críticos capazes de causar graves impactos. Além disso, seu emprego é viável em qualquer cenário que necessite de um processo de tomada de decisão estruturado e que seja caracterizado pela incerteza, riscos e escassez de tempo.

Destarte, diante do arcabouço das principais características apresentadas, o Comando e Controle se constitui para as forças de segurança pública como uma ferramenta de gestão que proporciona a adequada condução de operações de segurança pública em grandes eventos, pois os elementos que compõem

essa teoria propiciam a superação das adversidades encontradas, contribuindo decisivamente para a aplicação racional dos meios existentes proporcionando ao cidadão, conseqüentemente, um ambiente seguro e pacífico.

## Referências

ALBERTS, David Stephen; HAYES, Richard. **Understanding Command and Control**. Washington: CCRP Publications, 2006.

BITTENCOURT, Luciano Severo. **Modelo Arquitetural para Edição Cooperativa de Diretrizes e Relatórios Estruturados em Aplicativos de Comando e Controle**. 2009. Monografia (Especialização) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2009.

CAMPOS, Daniel de Vasconcelos. **SisApC2: uma estratégia baseada em sistemas computacionais móveis para apoiar atividades de Comando e Controle**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de Caso: Uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 8-17, abr., 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. **Manual de Gestão de Segurança de Eventos Importantes**. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Portaria Nº 112, de 2013. **Institui o Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos**. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. **Plano Tático Integrado de Segurança: Operação de Segurança Copa do Mundo FIFA Brasil 2014**. Brasília, 2014.

PÍPOLO, Igor de Mesquita. **Orientações sobre Segurança em Eventos**. Florianópolis: ABEOC, 2013.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da Pesquisa Científica**: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em Ciências Militares. 3. ed., Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2006.

UNITED NATIONS INTERREGIONAL CRIME AND JUSTICE RESEARCH INSTITUTE. **International Permanent Observatory on Security Measures during Major Events**: Security Planning Model. Turin: ISCPSI, 2006.

UNITED STATES OF AMERICA. **Naval Doctrine Publication 6**: Naval Command and Control. Washington, DC: United States Department of the Navy, 1995.

VASCONCELOS, Marco Aurélio Correia de. **Um modelo de Arquitetura Orientada a Serviços para Sistemas Militares de Comando e Controle**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2011.



# Gestão da segurança pública de um país em transformações: desafios da polícia judiciária brasileira

*Nelmo dos Santos Passos*

## RESUMO

**Importância:** As organizações públicas necessitam priorizar a gestão de seus recursos humanos para a consolidação do seu crescimento e o alcance dos objetivos almejados. Administrar uma instituição pública, nos tempos atuais, não se limita apenas ao campo técnico, soma-se questões de ordem política e a valorização dos seus colaboradores. **Objetivo:** Este artigo busca apresentar a reputação das Polícias Cíveis do Brasil perante seus gestores, opinião pública e de seus próprios membros, evidenciando problemas críticos que afetam diretamente, de maneira negativa, o resultado do seu trabalho que é o atendimento às necessidades da sociedade no campo das apurações às infrações penais. **Metodologia:** Constituiu-se de uma análise descritiva e contextualizada da realidade vivida pelas Polícias Cíveis do Brasil, tomando como parâmetros noticiários na imprensa brasileira e declarações dos policiais civis em artigos já publicados. A atenção foi direcionada aos discursos dos gestores, buscando entender a lógica adotada por eles diante do cenário de desvalorização profissional que, por conseguinte, gera insatisfação dos agentes e ineficiência do serviço prestado. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos, nota-se uma evidente insatisfação e desânimo dos agentes policiais civis diante da falta de atenção dos governos estaduais aos seus anseios mais básicos. Percebe-se ainda a necessidade de maior aprofundamento nas reflexões das deficiências, operacionalidade e qualidade das polícias civis, revelando suas características e peculiaridades, por meio do balanço das efetivas práticas gerenciais, direcionadas aos recursos humanos. **Conclusão:** Sem diretrizes das suas ações, o modelo de gestão das polícias judiciárias dos estados brasileiros deixa a desejar no que tange aos padrões por elas mesmas propostos. A não valorização do profissional de polícia, que não só por esquecimento em sua definição literal, mas pelas péssimas condições de trabalho, pelos baixos salários, falta de apoio institucional, de políticas de recursos humanos, falta de serviço de saúde de qualidade para si e seus familiares, além da estrutura das unidades policiais que são precárias e atrasadas sem nenhuma inovação tecnológica, acentua sua ineficiência.

**Palavras-chave:** Gestão; Inovação; Polícia; Processos.

## Introdução

A última década foi marcada por amplos desafios para as organizações, tendo dentre eles a capacidade e a competência para adaptação de conduzirem aos níveis de padrões funcionais elevados, a uma cultura de adaptação e incorporação dos modernos modelos de conduta e comportamentos indispensáveis à aceitação das inovações para a sobrevivência vigorosa em que visem ao efetivo atendimento aos seus propósitos em atender as demandas do Estado para com sua população. Administrar é seguir um caminho que passa pelas inovações, melhorias de processos e gestão de pessoas com objetivo de alcançar as metas particulares de cada organização. Entre seus compromissos podemos citar investimentos em formação de bons profissionais e o desenvolvimento de líderes.

Gestão Pública é um termo moderno, dada as novas tendências na condução da administração pública, muitas dessas influenciadas pelo setor privado e outras desenvolvidas com a evolução dos tempos na nova ótica de condução das organizações. As organizações têm em sua rotina a ação de administrar e gerir seus processos. Observemos um conceito dado por Chanlat (1999 *apud* SHULTZ, 2016), de que gestão é “um conjunto de práticas e de atividades fundamentadas sobre certo número de princípios que visam uma finalidade”. Em uma perspectiva hodierna podemos definir que gestão é um conjunto de regras administrativas que seguem uma metodologia organizada dos recursos disponíveis, de planejamento, dos controles e com ênfase na política de recursos humanos, tencionando a atingir resultados almejados.

Neste trabalho, tentamos mostrar a insatisfação dos agentes policiais civis diante de um cenário desordenado em que se encontra a gestão da segurança pública, em seu papel de administrar as Polícias Civis, bem como fazer uma análise comparativa entre a gestão privada corporativa e a pública e buscar respostas ao seguinte questionamento: será que as propostas já implantadas pelos governos estaduais estão sendo efetivas na concretização dos resultados almejados pelo trabalho da Polícia Civil?

## Revisão bibliográfica

Antes mesmo de entramos no foco principal do nosso trabalho e para podermos ter uma noção da dinâmica gerencial das instituições, observemos que nos últimos anos, mais precisamente com início na década de 1990, o



círculo empresarial tornou-se mais multifacetado. Acontecimentos na área econômica e social de cobertura global estão reformulando o mundo privado empresarial, a economia em face da globalização com crescimento avançado da tecnologia da informação e das comunicações é uma realidade inescapável. A evolução das organizações privadas corporativas por definições padronizadas, estruturadas e tecnológicas, apresentam transformações dinâmicas e o conhecimento como novos padrões referenciais, isso tem imposto uma postura inovadora nos estilos funcionais e gerenciais voltados para uma nova realidade diferenciada e emergente. Segundo Chiavenato (2007), “A Administração é o veículo pelo qual as organizações são alinhadas e conduzidas para alcançar excelência em suas ações e operações para chegar ao êxito no alcance de resultados”; assim, perceber que as mudanças gerenciais não é uma opção puramente simples, mas um posicionamento incontestável é imprescindível.

Diante das definições elencadas, ao direcionar a gestão para as políticas públicas, que mediante ações do estado visam resultados relevantes à sociedade civil, comandadas pelos governos direta ou indiretamente, por entidades públicas ou de personalidade jurídica diversa, constitui-se, assim, gestão pública. Hodiernamente falando, o termo gestão pública substitui a administração pública, em que é notória sua utilização de forma cotidiana, que, pela dinâmica dos estudos referentes à matéria, resultou em um termo polissêmico. Há quem defina como sinônimo de administração pública; entretanto, muitos pesquisadores e especialistas defendem o fim de uma administração pública puramente técnica e política e o início da adoção de novas ferramentas da gestão no setor público.

Gestão pública tem sua aplicação no setor e em instituições públicas e governamentais de um modo geral, caracterizando-se pela prestação de serviços à população, obedecendo sempre os princípios fundamentais da administração pública brasileira: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

Todo processo gerencial de uma instituição definirá sua grandiosidade. Em nosso caso de estudo, a Polícia Civil que proveja um nível satisfatório em sua estrutura de trabalho, isto é, delegacias apropriadas com instalações modernas, equipamentos com inovações, melhorias em seus processos de trabalho, investimentos em treinamento e formação do agente de polícia e ainda no interesse em aproximar da população, transmitindo uma imagem positiva e amiga da instituição Polícia, contribuem para a satisfação do

colaborador, principalmente ao somar essas ações gerenciais a políticas modernas de recursos humanos para a real valorização destes.

Nos últimos tempos, a questão da segurança se transformou em um dos principais problemas para a administração pública, bem na verdade, que este vem se tornando uma preocupação mundial. A segurança pública brasileira nunca esteve tão presente nos debates da população, evidenciando, com isso, uma grande apreensão com a crescente onda de violência. O aumento expressivo das taxas de criminalidade tem aumentado a percepção de insegurança da população, sobretudo nos grandes centros urbanos. Todas essas adversidades representam um desafio para a Polícia Civil, no sentido de atingir um processo de consolidação da democracia, por meio da investigação e apuração dos crimes. Para Clemente (2015), “A segurança pública pertence ao foro da soberania interna do Estado”; entende-se, assim, que a segurança pública compreende as ações encarregadas da manutenção da ordem pública interna.

A gestão da segurança pública deve sair do sistema tradicional de administração da ordem pública e aumentar a notoriedade do Estado em gerir os órgãos de segurança que o compõem, valorizando as inovadoras práticas de gestão de recursos humanos, financeiras e da inserção de processos estratégicos consolidados. A falta desses é perceptível nos resultados.

A polícia, como instituição de ato administrativo, tem como beneficiária a sociedade de um Estado. A base dessa afirmativa é o fato que, presumivelmente, a população tem um sentimento maior de segurança ao saber que as forças policiais estão continuamente disponíveis e que nelas podem confiar.

## **Material e métodos**

Diante de uma realidade incontestável, as pessoas vivem uma sensação dominante de perplexidade no que se refere à voracidade das mudanças ocorridas no mundo. Na velocidade desses acontecimentos, muitas dessas vivem perdas ante o processamento de tantas informações em uma era de organizações influenciadas pela economia global e baseadas na capacidade intelectual.

Observamos, uma dinâmica global que tem influenciado a vida da humanidade, ao mesmo tempo em que grandes empresas multinacionais inovam seu formato de gestão, os governos iniciam adoções de novas ferramentas da gestão no setor público. Dentre as transformações intrínsecas aos estados se sobressaem as ocorrentes na violência urbana, bem como o crime organizado,

que se mostra cada vez mais dinâmico, vide as ocorrências noticiadas nos meios de comunicação, com novas modalidades de crimes, novos atores com papéis definidos, armamentos modernos, internacionalização e, lamentavelmente, a penetração contusa na política brasileira, que por consequência traz prejuízos a liberdade de sua população, econômicos e de ordem pública. Ao pontuar as transformações e a modernização da violência urbana, os governos devem aplicar práticas inovadoras e coerentes para a condução aos resultados positivos dos trabalhos desenvolvido pelas Polícias Civis.

Neste estudo, procuramos entender: até que ponto os fundamentos constitucionais da segurança pública serão observados pelo Estado? A segurança pública é um dever do Estado e novas práticas de gerenciamento em que governos se inspiram devem ter maciça aplicação nas Secretarias de Segurança Pública. No entanto, a legislação brasileira é insuficiente clara, pois nem sequer descreve as atividades de segurança pública, apenas determina quem deve exercê-las, limita-se a apontar os responsáveis a cada atribuição. No caso próprio da Polícia Civil, que está caracterizada pela Constituição Federal Brasileira, não possui lei federal específica que a regulamente, e as leis orgânicas de cada Polícia Civil da Federação elencam o que devem fazer, mas não como fazer.

### **Análise descritiva**

As pessoas não podem viver isoladas. No decorrer dos tempos, o homem compreendeu que a vida em sociedade tem de ser subordinada a um conjunto de normas que regulam a atividade de um indivíduo, no meio do grupo coletivo a que pertence. Contudo, como nem todos os indivíduos cumprem essas normas, os agrupamentos humanos organizaram um conjunto de meios para impedirem os que a desrespeitam de lesarem a sociedade, forçando-os a cumpri-las.

A essa ação dos grupamentos humanos se chamou controle social, e os meios de que os grupos sociais se servem para exercer esse controle vão, desde uma simples reprovação, até em alguns estados, à pena de morte. Mas sempre se deve procurar usar medidas sugestivas e persuasivas antes de se utilizar outras, restritivas e coercivas, incluindo a força física. Para que todos possam viver em harmonia foram criadas regras consideradas justas pela sociedade. O Estado é detentor destas normas jurídicas, baseadas na justiça das leis que a sociedade adaptou, pela experiência de vida em comum dos grupos sociais.

“Ao longo os séculos, os Estados criaram grupos de pessoas incumbidas de assegurar a observância da ordem pública, vigiando e entregando ao poder judicial aqueles que a violassem. (...) Ao grupo de vigilantes incumbido de proteger a população, mantendo essa harmonia da vida social, pelo cumprimento das normas da ordem pública, se chamou “Corpo Policial” (BARRETO, 1979, p. 20).

A palavra polícia é originada pelo termo grego politeia, de onde vem também a palavra política. Na Grécia Antiga, o termo grego “polis”, que significa cidade, no sentido de um grupo social que, para viver em paz, necessita de submeter-se a normas que assegurem a boa convivência recíproca. A polícia geral de uma cidade ou de um Estado é o conjunto dessas regras estabelecidas para defesa dos interesses públicos e, neste âmbito da organização social, constitui a execução prática da ciência política.

No Brasil, registros mostram que em 1530 surgiu a Polícia Brasileira, com o intuito de promover a organização dos serviços e da ordem pública, seu modelo de estruturação seguia a hierarquia usada em Portugal na Idade Média. O Brasil apresenta um sistema de policiamento moderadamente descentralizado e multiplamente descoordenado. A gestão da segurança pública é, portanto, exercida de maneira independente por cada unidade federativa, sob suas respectivas forças policiais com competências previstas na Constituição Federal Brasileira, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas.

Na esfera estadual, as principais forças policiais são a Polícia Militar e a Polícia Civil, ambas de características e atribuições distintas, sendo a Polícia Militar uma polícia de ordem, de cunho preventivo e ostensivo, fardada e que segue as doutrinas militares; a Polícia Civil, uma polícia com função investigativa e apurativa dos crimes, uma polícia judiciária. Ante observações empíricas, a Polícia Militar tem destaque nos governos brasileiros, por se tratar de uma polícia de maior notoriedade perante a sociedade e a opinião pública. Ela é a linha de frente do Estado no campo da ordem pública, por conseguinte, é mais privilegiada com as ações dos governos. Já a Polícia Civil tem ficado em segundo plano e acumula sérios problemas e resultados aquém do que se poderia esperar dela, com forte insatisfação social e críticas advindas de todos os lados. Essas críticas tão amplamente exteriorizadas, divulgadas de modo ostensivo pela mídia moduladora de opiniões tem alcançado a autoestima desses profissionais, a ponto de os tornarem cada dia mais indiferentes a essa imagem estereotipada.

## Resultados e discussões

A insatisfação policial no âmbito dos estados não se circunscreve aos vencimentos salariais. Vai além, a começar pela demora no desfecho das ações penais, colocando dúvida sobre a utilidade do próprio serviço policial, crescimento do risco no exercício da profissão, queda de prestígio social, falta de estrutura de trabalho, com delegacias e postos policiais em condições precárias e total ausência de instrumentos tecnológicos contemporâneos. Tal estado de ânimo acaba influenciado negativamente nas metas traçadas para a oferta de um bom serviço. A Polícia Civil de alguns estados ainda se vale de antigos computadores, sem scanners, filmadoras e outros aparelhos modernos, armamento insuficiente e inferior ao utilizado por criminosos, sem falar da falta de estrutura para manutenção desses. A modernização das instituições é um fato incontestado; a exemplo temos o Poder Judiciário que já vive essa realidade. O processo, em alguns dos seus órgãos, é exclusivamente eletrônico. No entanto, a Polícia continua a utilizar papel para todos os atos, e ainda se vale de práticas totalmente superadas, como registro de inquéritos policiais em livros ou sua remessa a justiça, mediante caderno de protocolo, cartas precatórias interestaduais, que devem passar por um órgão da capital, em práticas burocráticas e inúteis. Urge a revisão desses procedimentos e investimentos em tecnologia que facilite suas atividades. Seria importante fazer um levantamento nacional a respeito dessa realidade do cotidiano da polícia, estabelecer condições mínimas para o exercício da função e reivindicar a reformulação dos processos operacionais. Reconhecer a necessidade primeira de mudar o status no âmbito social, fazer dela uma instituição em que os seus valores os aproximem da população. Oferecer valorização genuína da autoestima dos policiais civis, com salários dignos, com estímulos para o crescimento acadêmico, na promoção de eventos em que a polícia apareça no papel fundamental de promotor da tranquilidade e liberdade da população.

As carreiras públicas necessitam de lideranças de pessoas respeitadas nas instituições. Um dos fatores que facilitaria essa deferência ao profissional seria o estímulo ao estudo. Policiais devem avançar nos cursos de graduação, pós-graduação, em especializações como mestrado e doutorado, ressaltando também os cursos profissionalizantes não acadêmicos, técnicos. Intercâmbios com outras polícias estaduais e até mesmo internacionais poderiam ser incentivados. Claro, isto não será fácil, diante a realidade nada estimulante

do policial civil. Sempre haverá os que contestarão, a dizer que a função policial não exige estudos, mas ação. Não é verdade, exigem ambas. O estudo das modernas técnicas de negociação, das mais recentes teorias sobre direitos humanos, do conhecimento das necessidades da população, entre vários outros aspectos técnicos e humanos, somente pode levar a uma melhora no exercício da atividade policial.

Tratando-se da imagem, a comunicação social deve ser feita por meio de profissionais capacitados pertencentes ou não ao quadro de servidores. Uma pessoa que possa fazer chegar aos órgãos de comunicação os desafios, as tentativas, as conquistas da polícia são absolutamente indispensáveis, pois contribuem para mostrar a imagem de uma instituição de valor. Para, além disso, existem aspectos que contribuem para um entendimento a importância e necessidade da valorização institucional perante seus agentes e a sociedade como um todo, como a exemplo a divulgação de grandes feitos nos meios de comunicação, tal feito valoriza a classe e eleva a autoestima de seus agentes. É possível uma realidade social na qual a polícia e a população coexistam sem que o medo seja o elo de ligação, ao contrário; em que o trabalho do agente da polícia civil possa, por si só, trazer a percepção de justiça para o cidadão comum.

O policial civil é um servidor público provido de um cargo efetivo após aprovação em concurso público, com a atribuição exclusiva e privativa ao exercício da atividade de polícia judiciária, uma categoria sem valorização profissional a ver a realidade da figura do agente policial no Brasil. Um artigo apresentado na Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, em 2013, Segundo Minayo (2013), descreve um pouco a respeito dessa desvalorização profissional. Abaixo, o relato de um policial sobre a questão salarial apresentada no citado artigo:

O salário é considerado muito ruim quando comparado ao das Corporações de outros Estados; e porque é incompatível com a atividade de risco que eles exercem. Um dos participantes comenta: “a vida do policial é diferente de qualquer outra profissão. Ele a arrisca 24 horas por dia, em consequência precisa ter tranquilidade quanto às condições de vida e à capacidade de manter a família”. Por ser muito baixo, o salário desestimula a produtividade, a dedicação e o empenho do servidor, prejudicando o resultado da segurança da população (MINAYO, 2013, p. 615).

As péssimas condições salariais evidenciam a falta de valorização profissional, agravada ainda pela grande diferença entre o salário de um delegado e de um agente; profissionais de atividade igualmente técnica com nível de escolaridade equiparado, porém com uma discrepância absurda entre os soldos. Seguindo os relatos colhidos no artigo de Minayo (2013), seguem mais dois relatos de policiais civis, lotados em unidades da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro.

Em 19 anos de trabalho só pude tirar férias cinco vezes, pois não tem quem me substitua. Mas além de férias, para a valorização do policial é preciso: melhorar as condições salariais; melhorar as condições de apoio ao serviço policial; melhorar as condições de apoio ao policial; ter um plano de saúde para o policial e família; e melhorar as análises quanto às promoções na carreira (MINAYO, 2013, p. 616).

Tentarei em poucas linhas dizer o que ocorre sem mascarar ou mentir: trabalho nesta instituição acerca de vinte anos aproximadamente, com mais de 70% deste tempo em uma delegacia da Baixada Fluminense no serviço de plantão em escala de 24 x 72 horas. O trabalho é árduo, mas conta atualmente com o mesmo efetivo de plantão do tempo em que cheguei para o meu primeiro serviço nos anos de 1990. Apenas trocando os personagens, ou seja, além deste signatário, apenas mais um homem para completar a chamada equipe de plantão; estes dois homens são responsáveis pela confecção do RO; encaminhamento das partes para os órgãos (IML); local de homicídio, confecção de flagrantes e ainda transporte de presos. Essa é a rotina! Embora o plantão de 24 x 72 horas seria até compensador se este período de descanso fosse utilizado para tal, mas não o é, por ter sempre este servidor que ir para uma atividade paralela (bico), em uma segurança para completar a renda de minha família (MINAYO, 2013, p. 616).

Os relatos acima tocam fundo no que se refere verdadeiramente à questão da gestão da segurança pública, mais especificamente na gestão de recursos humanos, tema de diversos trabalhos e estudos, pois é clara a importância do colaborador.

## Considerações finais

É evidente que os aspectos trazidos neste trabalho, que buscou traçar um perfil da realidade das polícias civis e os equívocos da sua gestão, não pretendem esgotar essa temática tão ampla quanto relevante, de outro modo, abrir campo para futuras discussões com o propósito da melhora contínua dessa instituição. O manejo adequado das informações prestadas nesses depoimentos pode contribuir em demasia com futuras mudanças a começar da motivação desses profissionais até no status quo ocupado por eles diante da sociedade.

O acúmulo de notórios problemas vivenciados na estrutura da polícia que, de maneira direta ou indireta, influencia negativamente na atividade laboral dos seus agentes e que finda por comprometer a eficiência das apurações penais e destarte ocasiona a não valorização de seus profissionais, mantendo essa retroalimentação negativa. As propostas dos governos estaduais brasileiros precisam realmente de medidas concretas para obterem resultados melhores e alavancar o conceito da Polícia Civil. Pode-se compreender que mesmo diante da implantação de ferramentas de gestão pública direcionada, de políticas anunciadas e apresentadas pelos governos e até mesmo da forte influência de estudos apresentados sobre essa temática, que ainda há muito a ser feito.

## Referências

ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Polícia no Brasil**. Porto Alegre, RS. S.D. Disponível em: <[http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293122838\\_historia\\_da\\_policia\\_civil.pdf](http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293122838_historia_da_policia_civil.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BARRETO, A.M. História da Polícia em Portugal. Lisboa: Braga Editora, 1979.

BRASIL. História do Brasil. **Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro**. Brasília, DF, Brasil. 2017. disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2009/11/brasil-republica>>. Acesso em: 3 jan. 2018.



BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, Brasil. 1988. disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. **Período Republicano**. disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHIAVENATO, I. **Administração teoria, processo e prática**. 4. ed., São Paulo: Elsevier, 2007.

CLEMENTE, P. J. **Da polícia de ordem pública**. Dissertação de Mestrado e Estratégia, Governo Civil do Distrito de Lisboa. Lisboa: Massamá, 1998.

CLEMENTE, P. J. **Cidadania, Polícia e Segurança**. Lisboa: ISCPSI, p. 124, 2015.

FACULDADE BOM JESUS. **Economia empresarial**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.

FREITAS, V. P.; TEIXEIRA, S. R. **Segurança Pública: das intenções à realidade**. Curitiba: Juruá, 2014.

GREENE, J. R. **Administração do trabalho policial e análises**. v. 5, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

LOPES, C. P. **Cidadania, Polícia e Segurança**. Lisboa: ISCPSI, 2015.

MINAYO, M. C. de S. Valorização Profissional sob a perspectiva dos policiais do estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18, p. 611-620. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63025680014>>. Acesso em: 16 de nov. 2017.

SCHULTZ, G. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVA, A. B. (Org.). **Polícia Militar: Uma Organização da Grandeza de São Paulo**. São Paulo, Câmara Brasileira de Livros, 2009.

SILVA, S. M. **Nova República – As Visões da Redemocratização**. disponível em: <[https://www.historiadobrasil.net/brasil\\_republicano/nova\\_republica.htm](https://www.historiadobrasil.net/brasil_republicano/nova_republica.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017.



# Gestão do conhecimento em segurança pública: a experiência de cooperação do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública no Amazonas

*Jatniel Rodrigues Januário  
Wander Cleber Maria Pereira da Silva  
Paula Monique de Oliveira Januário*

## RESUMO

**Importância:** a crescente demanda da segurança pública tem exigido dos órgãos de segurança pública a gestão do conhecimento de modo a contribuir para a maior capacidade operativa no ambiente de atuação. **Objetivo:** analisar, na perspectiva da socialização do conhecimento tácito, as condições facilitadoras do ambiente de capacitação em operações em área de selva, dos integrantes do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, do Ministério Extraordinário de Segurança Pública (DFNSP/MESP), realizada em cooperação com a Polícia Militar do Amazonas (PMAM). **Metodologia:** Combinaram-se diferentes estratégias metodológicas: entrevistas com os gestores de ensino das instituições participantes e aplicação de questionários aos discentes da 1ª turma do Estágio em Operações Policiais Militares em Área de Selva (EOPS), realizado pela PMAM para o Departamento. **Resultados:** Os gestores do ensino dos órgãos envolvidos ressaltam a relevância da parceria interorganizacional para o preenchimento do gap de qualificação profissional do órgão assistido (DFNSP) e como oportunidade de ampliar o know how do órgão capacitador (PMAM). Os discentes percebem que a capacitação em operações policiais em área de selva ocorreu sob condições favoráveis. **Conclusão:** É relevante o enfoque no valor do conhecimento tácito dos indivíduos das instituições estudadas, bem como na criação de um ambiente organizacional adequado para a socialização desse tipo de conhecimento. **Palavras-chave:** Cooperação estratégica; Ensino policial; Gestão do conhecimento; Segurança pública.

## Introdução

As organizações cooperam entre si por diversas razões que gerem para si vantagem competitiva. Entre os objetivos dos relacionamentos

interorganizacionais, a cooperação para a gestão do conhecimento (GC) permite às organizações aumentarem a capacidade para operar no ambiente que atuam (OLIVER, 1990; GREENWOOD et al., 2008). Entre os modos de gestão do conhecimento, destaca-se para este estudo a socialização do conhecimento tácito entre indivíduos no âmbito do grupo (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; SABBAG, 2007).

Nesse processo dinâmico, a autoformação é relevante ao propiciar a criação e recriação do “pensamento como inter e transdisciplinar, coletivo, solidário e integrador” (LOSS, 2015, p. 2), na capacitação em um ambiente de cooperação inteorganizacional. Este ambiente é aqui entendido como uma “rede de subjetividades” (SANTOS, 1999), ou seja, uma rede intrincada de relações que acontece em múltiplos espaços/tempos.

Com essa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar aspectos do ambiente de gestão do conhecimento, no contexto de cooperação entre o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, do Ministério Extraordinário de Segurança Pública (DFNSP/MESP)<sup>1</sup> e a Polícia Militar do Amazonas (PMAM)<sup>2</sup>. Para isso, investigou-se a experiência de capacitação dos colaboradores do DFNSP, integrantes do Batalhão Escola de Pronto Emprego (BEPE)<sup>3</sup>, realizada em cooperação com a PMAM, para a obtenção dos conhecimentos e habilidades requeridos para as operações do Departamento em área de selva.

Considerou-se relevante para a realização do estudo o enfoque teórico nas condições facilitadoras da socialização do conhecimento em grupo (SABBAG, 2007), analisando-se a contribuição dos métodos e condições de aprendizagem, oferecidos pela parceria para as qualificações desejadas ao exercício das competências dos integrantes do DFNSP. Portanto, buscou-se identificar as percepções dos gestores da capacitação nas instituições e dos discentes da capacitação em operações policiais militares em área de selva acerca dessas condições facilitadoras do processo de socialização de conhecimento tácito.

---

<sup>1</sup> A Portaria N<sup>o</sup> 178, de 04/02/2010, regula os critérios de atuação e emprego da Força Nacional de Segurança Pública, previstos nas disposições da Lei N<sup>o</sup> 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, inclusive capacitação, e do Decreto N<sup>o</sup> 5.289, de 29 de novembro de 2004. Este conferiu o mandato formal à Força Nacional de Segurança Pública.

<sup>2</sup> A estrutura de ensino e instrução da PMAM está prevista na Lei N<sup>o</sup> 3.514, de 08 de junho de 2010, que dispõe sobre a organização básica da Instituição.

<sup>3</sup> Designação dada pela Portaria N<sup>o</sup> 2.517, de 12/12/2008, do Ministério da Justiça.

## Revisão bibliográfica

Os relacionamentos interorganizacionais têm sido estudados na teoria neoinstitucional das organizações (GREENWOOD et al., 2008). Nessa abordagem, Oliver (1990) os identifica como sendo as transações, os fluxos e ligações de recursos entre duas ou mais organizações, relativamente duradouros. Uma vez que há, nesses relacionamentos, a possibilidade de competição ou cooperação, adota-se neste estudo o termo “cooperação” no sentido da “colaboração”, como um processo de interação com vantagens mútuas (GRAY; WOOD, 1991).

As organizações cooperam entre si por diversas razões, tais como: estabilidade, reciprocidade, eficiência, legitimidade e cumprimento de determinação legal (OLIVER, 1990); compartilhamento de informações; melhoria da qualidade; aumento de produtividade; incremento do relacionamento com o público-alvo; redução de custos e recebimento de fundos externos (TODEVA; KNOKE, 2005). Então, a cooperação interorganizacional possui papel relevante ao possibilitar melhorias do trabalho policial.

Na cooperação entre órgãos de segurança pública, o conceito de campo organizacional<sup>4</sup> (DIMAGGIO; POWELL, 2005) é de relevante aplicação, pelo enfoque na área comum da vida institucional dessas organizações. Também, em razão desse campo ser constituído pelas organizações para tratamento do ciclo produtivo e dos seus componentes. Verifica-se, desse modo, a possibilidade de redução na diferenciação das instituições policiais que possuem “campo” comum como forma de manutenção da legitimidade (SAPORI; ANDRADE, 2008; JANUÁRIO; DUFLOTH; NASCIMENTO, 2015).

No ensino de segurança pública, a cooperação é relevante com vistas à autoformação e a troca de formações entre os operadores de segurança pública de diferentes instituições e regiões e estados do país, como ocorre entre os integrantes do DFNSP e destes com o novo ambiente de atuação. A autoformação aqui entendida como o processo de criar e recriar o “pensamento como inter e transdisciplinar, coletivo, solidário e integrador” (LOSS, 2015, p. 2), na capacitação em um ambiente de cooperação inteorganizacional. Este ambiente

---

<sup>4</sup> O termo “organizacional” ressalta a organização como um sistema formal de regras e objetivos, com instrumental técnico para mobilizar energias humanas e não humanas. Todavia, no neoinstitucionalismo (GREENWOOD; OLIVER; SUDDABY; KERSTIN, 2008), o conceito de “campo” considera, também, as estruturas e relações sociais informais e o contexto simbólico.

é aqui entendido como uma “rede de subjetividades” (SANTOS, 1999), ou seja, uma rede intrincada de relações que acontece em múltiplos espaços/tempos.

Estes diferentes espaços/tempos da educação são melhor compreendidos segundo os seis espaços estruturais que representam as relações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas (SANTOS, 2000): o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial. Cada um desses espaços é marcado por seis dimensões: a unidade de prática social, as instituições, a dinâmica de desenvolvimento, as formas de poder, as formas de direito e as formas epistemológicas. Leitão (2004) analisa haver uma relativa autonomia nas relações entre as dimensões e os espaços estruturais, pois apesar das interrelações entre eles cada espaço se constitui uma *comunidade de saber* que possui modo peculiar “de ser e de se comunicar”, cujos conceitos e valores educacionais influenciam a educação.

No ensino de segurança pública, então, as parcerias interorganizacionais para a gestão do conhecimento têm se mostrado relevante para proporcionar a autoformação e aumentar a capacidade organizacional no seu ambiente de atuação (SAPORI; ANDRADE, 2008; JANUÁRIO; DUFLOTH; NASCIMENTO, 2015). Entre os modos de gestão do conhecimento está a criação do conhecimento pelo compartilhamento do conhecimento tácito que, segundo Saiani (2004, p.90), diz respeito a “habilidades e conhecimentos (*connoisseurship*) que não podem ser explicitados, enfocando principalmente aulas do tipo laboratorial e a convivência do neófito com o especialista”.

Conceituado como socialização do conhecimento, esse processo dinâmico se dá, primeiramente, na dimensão epistemológica da transformação do conhecimento tácito, e, depois, pelo compartilhamento desse conhecimento entre indivíduos no âmbito do grupo entre indivíduos no âmbito do grupo (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; SABBAG, 2007).

Nonaka e Takeuchi (1997), desprezando a dicotomia corpo e mente, pressupõem que aprender fazendo se torna muito mais eficaz no processo de conversão do conhecimento em tácito e entendem que o indivíduo sozinho e coletivamente cria conhecimento. Todavia, segundo Sabbag (2007, p. 174), o “contexto social estabelece um significado psicológico para cada membro e leva, conseqüentemente, o grupo a criar coerência, seja para produzir, seja para reagir a pressões externas”, identificando-se, desse modo, alguns fatores que facilitam o compartilhamento do conhecimento em grupo (Quadro 1).

**Quadro 1:** Fatores que facilitam o compartilhamento do conhecimento em grupo

Aspectos	Descrição
<b>Percepção do outro e atitudes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confiança entre os membros;</li> <li>- Transparência, abertura e espontaneidade nas relações; assertividade;</li> <li>- Ética, lealdade e honestidade nas relações;</li> <li>- Compreensão da contribuição complementar entre membros do grupo;</li> <li>- Tolerância e acolhida;</li> <li>- Ego e vaidade inofensivos, mas estimuladores das relações.</li> </ul>
<b>Vínculos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações fraternas, amistosas ou solidárias;</li> <li>- Intimidade é possível;</li> <li>- União e coesão entre os membros do grupo; propósitos comuns;</li> <li>- Relações horizontais, de igualdade e respeito às diferenças;</li> </ul>
<b>Interesses</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supremacia de interesses coletivos sobre os individuais;</li> <li>- Motivação;</li> <li>- Desejo de pertencer ao grupo, atuar em equipe e compartilhar.</li> </ul>
<b>Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambiente fecundo; livre expressão, lúdico, prazeroso;</li> <li>- Tempo disponível para tarefa e o desenvolvimento do grupo;</li> <li>- Proteção diante de pressões externas.</li> </ul>
<b>Processos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disciplina e organização como regras de convivência grupal;</li> <li>- Papéis definidos, mas circunstanciais;</li> <li>- Apoio, inclusive emocional; estímulo à superação de problemas;</li> <li>- Liderança como papel outorgado pelo grupo e, portanto, circunstancial;</li> <li>- Decisões colegiadas, participação estimulada nos processos grupais;</li> <li>- Autonomia relativa é fomentada;</li> <li>- Problemas e soluções são compartilhados; - Reconhecimento e visibilidade das contribuições individuais.</li> </ul>

**Fonte:** Sabbag (2007, p. 175).

Cabe salientar, então, a relevância do arcabouço teórico-metodológico da socialização do conhecimento tácito para a autoformação e a troca de formações entre os operadores de segurança pública de diferentes culturas organizacionais, conforme existentes no DFNSP.

## Materiais e métodos

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram combinadas diferentes estratégias metodológicas. Realizaram-se entrevistas com o Diretor de Capacitação e Treinamento – DCT, da PMAM, e o Coordenador-Geral de Treinamento e Capacitação – CGTC, do DFNSP, acerca das perspectivas de: planejamento da capacitação, acompanhamento e controle, resultados da capacitação e perspectivas de futuro.

O público-alvo da pesquisa consistiu na amostra de 15 (quinze) discentes, masculinos (Quadro 2), dos 23 concludentes da 1ª turma do Estágio em Operações Policiais Militares em Área de Selva (EOPS), realizado em 2010, dentre as três turmas de estágio realizado pela PMAM para o Departamento. Estes discentes são integrantes do Batalhão Especial de Pronto Emprego, do DFNSP/MESP.

### Quadro 2: Caracterização do público-alvo da pesquisa

Ord	Categoria	Descrição
1	Posto ou graduação	Capitão – 1, Sargento – 4, Cabo – 2 e Soldado – 8
2	Região de origem	Norte - 4, Nordeste - 6, Sudeste – 1 e Centro-oeste – 4
3	Estado civil	Casado – 10, Solteiro – 4 e Separado – 1
4	Escolaridade	Pós-graduação – 1, Superior – 2, Médio – 10 e Fundamental – 2
5	Atividade de origem	Operacional – 12 e Técnico-administrativa – 3

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Aplicou-se a esses sujeitos questionário, buscando-se identificar a percepção dos alunos acerca das condições facilitadoras do compartilhamento do conhecimento durante a realização do Estágio, segundo os seguintes “fatores que facilitam o compartilhamento em grupo”: “percepção do outro e atitudes, vínculos, interesses, ambiente e processos” (SABBAG, 2007). A partir do comando “assinale o grau que está de acordo com o que você percebeu no ambiente de sua aprendizagem durante o EOPS”, foram dadas três alternativas de grau para cada item: “Fraco”, “Médio” ou “Forte”. Realizaram-se as análises descritivas das entrevistas realizadas com os gestores da capacitação no DFNSP e na PMAM, e de conteúdo dos dados obtidos junto aos discentes respondentes aos questionários.



## Resultados e discussões

Os dados obtidos pela aplicação dos questionários permitiu analisar a percepção da turma sobre alguns aspectos considerados, na perspectiva do indivíduo, como sendo fatores que facilitam o compartilhamento do conhecimento. Aspectos esses destacados na presente pesquisa, conforme encontrados na literatura, permeando o estabelecimento de relações significativas no grupo. Os principais aspectos percebidos pelos discentes são apresentados no Quadro 3.

**Quadro 3:** Aspectos percebidos no ambiente de aprendizagem

Ord	Itens	Aspectos com forte percepção	Aspectos com fraca percepção
1	Percepção do outro e atitudes	“Confiança entre os alunos” e “Ética, lealdade e honestidade”.	“Ego e vaidade inofensivos” e “Transparência, abertura e honestidade”.
2	Vínculos	“Relações fraternas, amistosas e solidárias” e “União e coesão entre os membros do grupo, isto é, propósitos comuns”.	“Possibilidade de aproximação, embora com o devido respeito”, “Relações entre os pares, de igualdade e respeito às diferenças”, e “Pactos e compromissos, isto é, cumplicidade”.
3	Interesses	“Os interesses coletivos prevaleciam sobre os interesses individuais”, “Desejo de pertencer ao grupo, de atuar em equipe, de compartilhar”.	“Motivação, contrariando a apatia ou indiferença”.
4	Ambiente	Não houve	“Ambiente fecundo, isto é, livre expressão, lúdico e prazeroso”, “Tempo disponível não só para tarefas, mas para o desenvolvimento do grupo” e “Proteção diante de pressões externas ao Estágio”.
5	Processos	Não houve	“Disciplina e organização como regras de convivência grupal”; “Papéis de todos bem definidos e claros, mas conforme as circunstâncias”; “Apoio disponível, inclusive emocional; animação e estímulo à superação de problemas”; “O papel de líder era concedido ou reconhecido pelo grupo e de acordo com as circunstâncias”; “As decisões eram submetidas à sugestão e opinião do grupo, estimulando-se a participação de todos nos processos grupais”; “Havia estímulo para que os alunos desenvolvessem uma autonomia para atuação, não se exigindo a dependência”; “Os problemas e as soluções eram compartilhados, sem busca de culpados ou repartição das culpas”; “As boas contribuições individuais eram reconhecidas e mostradas ao grupo”.

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Esses aspectos compõem as condições estruturais que promovem ou inibem o estabelecimento das relações significativas no grupo. Observou-se que o grupo constitui-se em um campo complexo de análise, uma vez que as condições estruturais possuem para os indivíduos significado no contexto formal e informal, simultaneamente e interrelacionados (LEITÃO, 2004). “Percepção do outro e atitudes”, “vínculos” e “interesses” foram os grupos de aspectos com forte percepção por parte dos discentes.

O primeiro é importante elemento para a formação de vínculos, incondicionais e sem cautelas. Esse aspecto assegura ao indivíduo relações com elevado grau de segurança, imprimindo a ele confiança, transparência, espontaneidade e assertividade (SABBAG, 2007). Para a solidez dos “vínculos” construídos no grupo, além da confiança, são fundamentais a ética, a lealdade e a honestidade. Estes representam no grupo pesquisado atitudes que conduzem a cooperação no lugar da competição e tolerância em vez de rejeição.

Os aspectos “ambiente” e “processo” tiveram percepção mais fraca pelos discentes. O “ambiente” pode representar o esforço das instituições em relação ao funcionamento de grupos, seja para a sua promoção, seja para o bloqueio dos processos sociais e afetivos, limitações das atividades exclusivamente ao trabalho, desfavorecendo, de qualquer forma, a criação dos grupos informais. Os “processos” evidenciam questões estruturais, cujos itens foram percebidos pela turma como fraco, sugerindo que o relacionamento pode ser afetado pelo “clima” vivido no grupo, pela presença ou ausência de pressões externas, incluindo a restrição de tempo e de recursos.

Os demais aspectos são estimulantes, ao passo que os processos instigam a criação e codificação coletivas, fornecendo, ainda, meios para atingi-los (SABBAG, 2007). A ausência dessas regras de convivência no grupo pesquisado pode significar a dificuldade para as etapas relacionadas à disciplina, definição de papéis, decisões, formas de apoio e de reconhecimento.

### **Considerações finais**

A gestão do conhecimento, voltada à capacitação profissional, no contexto da cooperação interorganizacional entre diferentes instituições de segurança pública, ou *intracorporis*, congrega práticas de formação, autoformação e construção da identidade profissional, cujos processos podem ocorrer com tensão e conflito entre grupos e indivíduos no ambiente

interorganizacional, ou outros fatores prejudiciais ou impeditivos dos resultados desejados na capacitação.

Identifica-se, nesse ambiente, o encontro de diferentes identidades pessoais, regionais, institucionais e organizacionais, que permite a ampliação do horizonte do que “se é”, do que “se faz” e de como “se faz”, tanto no reconhecimento e na identificação com os iguais quanto no encontro com o diferente, uma vez que provocam transformações pelo confronto intercultural. Isso contribui, também, para o processo constante de autocrítica dos próprios atos.

O alinhamento interinstitucional desenvolvido na cooperação entre o DFNSP e a PMAM, tanto no sentido de coincidência de direção, como de orientação conscientemente recíproca, traz em seu bojo um conjunto de práticas de controle dos processos de capacitação. Estas contemplam, por meio dos arranjos observados, os detentores de posições prestigiadas e, também, os discentes, inclusive as ações de resistência. Essas práticas produzem comportamentos e identidades.

Verifica-se, pela experiência estudada, a relevância do enfoque no valor do conhecimento tácito do qual o indivíduo é detentor e na criação de um ambiente organizacional adequado para o compartilhamento desse tipo de conhecimento. Socializar esse conhecimento se traduz em adquirir conhecimentos, habilidades e desenvolver competências a partir da experiência no contexto social. Salienta-se que a abordagem subjacente ao compartilhamento desse conhecimento tácito entre as instituições estudadas deve se desenvolver, em um primeiro momento, na dimensão epistemológica da transformação do conhecimento tácito, e, em segundo momento, pelo compartilhamento desse conhecimento entre indivíduos no âmbito do grupo.

Ressalta-se, por fim, o diversificado arcabouço de conhecimentos e experiências que as instituições DFNSP e a PMAM possuem e, ainda, o potencial, em virtude da variada congregação de competências, e, nesse ambiente, a socialização do conhecimento poderá contribuir para gerar inovação, além de aumentarem a sua capacidade para atuar na segurança pública. Sugere-se, portanto, a institucionalização da gestão do conhecimento por meio da constituição de grupo formal, voltado à capacitação de líderes e facilitadores, de modo a estimular a difusão do conhecimento e o compartilhamento das melhores práticas nas organizações estudadas.

## Referências

AMAZONAS. **Lei Nº 3.514, de 08 de junho de 2010**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado, Manaus, 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 5.289, de 29 de novembro de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 nov., Seç. 1, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 11.473, de 10 de maio de 2007**. Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei Nº 10.277, de 10 de setembro de 2001. Brasília, 10 de maio de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 mai., Seç. 1, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Nº 2.517, de 12/12/2008**. Altera o nome do Batalhão Especial de Pronto Emprego para Batalhão Escola de Pronto Emprego. Diário Oficial da União, Brasília, n. 243, p. 144, 15 dez., Seç. 1, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Nº 178, de 04/02/2010**. Regulamenta as disposições da Lei Nº 11.473, de 10 de maio de 2007 e do Decreto Nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, relativas aos critérios de atuação e emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Diário Oficial da União, Brasília, n. 25, p. 45, 05 fev., Seç. 1, 2010.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

GRAY, B.; WOOD, D. J. Collaborative Alliances: Moving from Practice to Theory. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 27, n. 2, p. 3-22, 1991.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SUDDABY, R.; KERSTIN, S. Introduction. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SUDDABY, R.; KERSTIN, S. (Eds.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Los Angeles: Sage. p. 1-46, 2008.

JANUÁRIO, J. R.; DUFLOTH, S. C.; NASCIMENTO, A. G. O. Cooperação interorganizacional na Segurança Pública do Amazonas e a operacionalização do controle social. **Acta Académica do XXX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. San José, Costa Rica, 2016.

LEITÃO, C. F. Buscando caminhos nos processos de formação/autoformação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 25-39, set./dez., 2004.

LOSS, Adriana Salete. **A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação**. 37<sup>a</sup> Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <[www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt08-3479.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt08-3479.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de Conhecimento na Empresa**: Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Trad. de Ana Beatriz Rodrigues, Priscila Martins Celeste. 17<sup>a</sup> Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier. 358 p, 1997.

OLIVER, C. **Determinants of interorganizational relationships**: integration and future directions. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 2, pp. 241-265, 1990.

SABBAG, P. Y. **Espiraís do Conhecimento**: ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo: Saraiva, p. 350, 2007.

SAIANI, C. **O valor do conhecimento tácito**: a epistemologia de Michael Polanyi na escola. São Paulo: Escrituras ed., p. 201, 2004, (Coleção ensaios transversais).

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Colégio São Jerónimo, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. 7. ed., São Paulo: Cortez, p. 416, 2009.

SAPORI, L. F.; ANDRADE, S. Integração policial em Minas Gerais: Desafios da governança da política de segurança pública. **Civitas**, v. 8, n. 3, p. 428-453, 2008.

TODEVA, E.; KNOKE, D. Strategic alliances & models of collaboration. **Management Decision**. v. 43, n. 1, p. 1-22, 2005.



# Tecnologia da Informação e Perspectivas para Administração dos Sistemas Judiciais e Segurança Pública no Brasil

*Pedro Rogério Castro Godinho*

*Ivone Freire Costa*

*Horácio Nelson Hastenreiter Filho*

## RESUMO

**Importância:** Nas últimas décadas, houve significativo aumento na quantidade de informações armazenadas eletronicamente. Com o avanço tecnológico, em pouco tempo a sociedade transmuda suas interações do meio material e físico para o ambiente virtual. A revolução tecnológica vem proporcionando uma massificação do acesso à informação com incremento sem precedentes na História da humanidade da taxa de geração de dados em diversos campos do conhecimento humano, gerando uma crescente necessidade científica e prática de extração das informações úteis oriundas dos diversos tipos de dados armazenados pelo homem. **Objetivo:** O objetivo do artigo é discutir o uso inteligente da informação na otimização da qualidade dos sistemas de prestação de serviços judiciais e de segurança pública, frente aos desafios da integração no gerenciamento de dados armazenados nos sistemas de segurança pública. **Metodologia:** A metodologia de natureza qualitativa dialoga com a bibliografia especializada e procede análise nos bancos de dados do sistema de processo judicial eletrônico (PJE), observando os principais procedimentos na experiência de operacionalização associada com técnicas de informática disponíveis na atualidade. **Resultados:** O trabalho revela as mudanças de valores em relação ao processo judicial eletrônico e sistemas de segurança com um novo olhar na forma de operacionalizar a justiça e a segurança pública. **Conclusão:** A tecnologia é vista como fator decisivo para que o gestor público se adapte à contemporaneidade, fornecendo uma prestação de serviço público rápida e eficaz, utilizando ferramentas tecnológicas capazes de manipular dados e gerar conhecimento qualificado de gestão como efetiva contribuição no aprimoramento dos sistemas de justiça e segurança pública, ampliando-se o acesso à justiça social. Técnicas de mineração de dados e business intelligence (BI) poderão assessorar na descoberta automatizada de conhecimento, contribuindo de forma eficaz para uma atuação mais inteligente na otimização de sistemas com foco na inteligência do negócio e integração da informação.

**Palavras-chave:** Processo Judicial Eletrônico; Segurança e Justiça; Tecnologia da Informação.

## Introdução

Nas últimas décadas, houve significativo aumento na quantidade de informações armazenadas eletronicamente. Com o avanço tecnológico, em pouco tempo a sociedade transmuda suas interações do meio material e físico para o ambiente virtual. As relações travadas no seio social são cada vez mais dependentes de dispositivos eletrônicos. Isto significa que a nova forma de relacionamento fica disponibilizada em diversos bancos de dados em forma de bits, sendo muitas vezes registrada por meio da rede mundial de computadores. A revolução tecnológica vem proporcionando uma massificação do acesso à informação com incremento sem precedentes na História da humanidade da taxa de geração de dados em diversos campos do conhecimento humano, gerando uma crescente necessidade científica e prática de extração das informações úteis oriundas dos diversos tipos de dados armazenados pelo homem. Com a explosão nos últimos anos dos dados armazenados, o desafio das organizações é encontrar uma forma de armazenar e gerenciar esses dados de maneira eficiente.

O aparelho estatal brasileiro vem investindo, nas últimas décadas, cada vez mais em tecnologia para se adequar à realidade imposta pela nova ordem mundial. As bases de dados governamentais vêm aumentando o acervo e com a utilização das técnicas de informática nos processos judiciais eletrônicos e demais bancos de dados dos atores que compõem a segurança pública brasileira, permitirá a integração dos sistemas, produzindo conhecimento com conteúdo relevante mediante convergência de dados. Saber utilizar com racionalidade o manancial de dados existentes poderá trazer grandes incrementos na qualidade laboral na gestão do Poder Judiciário e demais instituições governamentais.

Em todos os setores, sejam públicos ou privados, o uso de informações é de grande importância para geração de conhecimento e informação, e se constitui num dos principais indicadores da produtividade que gera conhecimento como uma das principais condições da produção no mundo contemporâneo. Portanto, na sociedade da tecnologia da informação as fontes de poder emanam da geração, processamento e transmissão das informações.

Técnicas de mineração de dados e business intelligence (BI) poderão assessorar na descoberta automatizada de conhecimento, contribuindo de forma eficaz para uma atuação mais inteligente na otimização de sistemas com foco na inteligência do negócio e integração da informação. Essas técnicas permitirão elaborar estratégias mais eficazes para a administração da justiça para extração e



análise de dados e a sua respectiva concatenação com os objetivos da organização. Entender as especificidades funcionais de uma forma racional e objetiva, sob os auspícios no manuseio das técnicas de informática, será de grande valia para a gestão estratégica da informação. Com efeito, sob à luz de uma análise inteligente, será possível desenvolver um plano tático e estratégico para a para a segurança pública brasileira. Discutir o uso inteligente da informação na otimização da qualidade dos sistemas de prestação de serviços, frente aos desafios de gerenciamento integrativo dos dados armazenados e sua respectiva operacionalização nos sistemas judiciais de segurança pública para o apoio na tomada de decisões constitui-se objetivo desse artigo, e nessa perspectiva a metodologia utilizada, de natureza qualitativa, procedeu a revisão da literatura e análise nos bancos de dados do sistema de processo judicial eletrônico (PJE), observando os principais procedimentos na experiência de operacionalização do Processo Judicial eletrônico (PJE) associada com demais técnicas de informática. Apresenta indicações para o aprimoramento da missão do Poder Judiciário e instituições governamentais correlatas com vistas à qualidade, produtividade e celeridade das tramitações desses sistemas.

A informação é primaz para a gestão e a inserção da instituição pública na era digital é uma resposta aos desafios do nosso tempo. O setor público é geralmente tido como defasado, quando diz respeito ao uso tecnológico eficiente, as ferramentas tecnológicas apoiam para a tomada de decisão estratégica nas operações táticas e operacionais da instituição oferecendo um ambiente oportuno para ações em atividade de inteligência. Diante das exigências do mundo moderno, a tecnologia tornou-se não apenas um aliado das empresas e instituições, mas, também, um meio de sobrevivência. Para acompanhar o progresso da tecnologia, bem como sua velocidade de transformação, o poder público precisa passar por uma reestruturação de sua atividade, com a introdução de inovações tecnológicas para adaptar-se aos novos tempos e desafios.

A tecnologia poderá contribuir em vários aspectos, já que a segurança pública perpassa por diversos segmentos e não pode ter atuação delimitada somente na esfera criminal. É necessária a integralização multidisciplinar de agentes do Estado para que possam contribuir com os seus respectivos conhecimentos na busca de uma solução sistêmica e harmônica no seio social, fornecendo a sua contribuição por meio da distribuição de uma justiça mais célere, segura e eficaz para a sua população. Dessa forma, a capacidade de interoperabilidade proporcionada pelo processo judicial eletrônico consolidará os padrões para intercâmbio de dados entre os processos judiciais e órgãos

pertencentes à administração da justiça. O modelo de interoperabilidade propõe um padrão nacional de integração dos sistemas de processamento eletrônico para assegurar o real intercâmbio de informações, documentos e processos judiciais. Desta feita, a integração dos repositórios e sistemas dispersos de dados com diversas instituições e órgãos consentirá na permuta de informações digitais certificadas, proporcionando modificações na forma de instrumentalizar instituições, otimizando a prestação dos serviços com eficiência e celeridade dos envolvidos diretamente na questão da segurança pública.

### Revisão bibliográfica

Em todos os setores, sejam públicos ou privados, o uso de informações é a base da geração de conhecimento e, segundo Castells (2011), é este pilar da produtividade que gera conhecimento como fator primordial na produção no mundo contemporâneo. Destaca-se que na sociedade da tecnologia da informação as fontes de poder emanam da geração, processamento e transmissão das informações. Os investimentos governamentais, nas últimas décadas, recorrem a adequações para ajustes a condições da nova ordem mundial. Os processos judiciais eletrônicos e demais bancos de dados dos demais setores que compõem a segurança pública, traz a emergência da integração de sistemas, provocando uma discussão sobre a importância da utilização da tecnologia para uma gestão mais eficiente.

Nessa perspectiva, o uso racional de dados e a informatização dos processos judiciais e administrativos é o caminho para solucionar, pelo menos em parte, a histórica demanda sobre a morosidade e ineficiência no combate à criminalidade. Nessa esteira, a ordem jurídica justa se traduz pelo acesso à uma justiça plena com a realização distributiva e igualitária para todos que a procuram. A busca pela justiça social deve ser obtida pelo exercício substancial do direito mediante o acesso à ordem jurídica justa. Assim, a concepção do acesso à justiça não se limita apenas a garantia formal com a dicção de meras palavras do texto legal. Para a garantia efetiva desse direito, faz-se necessária uma garantia material concretizado na sociedade. Não interessa apenas que acessibilidade à justiça esteja esculpida na nossa Constituição, mas que seja garantida de forma efetiva para todos os cidadãos que dela necessitar.

A tecnologia poderá contribuir em vários aspectos, já que a segurança pública perpassa por diversos segmentos e não pode ter atuação delimitada

somente na esfera criminal. É necessária a integralização multidisciplinar de agentes do Estado para que possam contribuir com os seus respectivos conhecimentos na busca de uma solução sistêmica e harmônica no seio social, fornecendo a sua contribuição por meio da distribuição de uma justiça mais célere, segura e eficaz para a sua população. O sistema do processo judicial eletrônico introduz o conceito de um Judiciário uno, integral, não fragmentado, com grande capacidade interoperacional entre os sistemas que, agregado às demais tecnologias de informação, oportunizará um aumento qualitativo das informações no trabalho aumentando as certezas no processo decisório.

Anseia-se com o processo judicial eletrônico uma melhor integração entre os tribunais e demais poderes, objetivando uma integração sistêmica de todos os atores e atos, permitindo a desmaterialização integrada dos autos processuais com sustentabilidade e autonomia para a gestão. A gerência de sistemas integrados proporrá soluções inéditas para a administração em face dos inúmeros dados padronizados e integrados disponíveis para o gestor. A uniformização das instituições judiciais assegurará um sistema judiciário robusto e mais ágil, facilitando o trâmite processual entre instâncias e tribunais podendo exportar dados para outros setores do governo para que possam ser úteis na também na segurança pública. O uso da tecnologia propicia maior interação com diversos setores, o que facilita uma melhor troca de informações e conhecimentos para a busca na qualidade da segurança pública.

Não se deve olvidar que as soluções dos problemas no Poder Judiciário refletirá de forma especial na segurança pública. Costa (2005) afirma que a ausência de responsabilidade do Estado para com a segurança pública engloba vários aspectos, sendo salutar uma requalificação estrutural na segurança pública. Diferentes formas de violência não são excludentes entre si, mas expressam dimensões de uma mesma realidade social. Freitas e Lesca (1992) aduzem que, com a informação, a empresa se informa sobre ela mesma e sobre seu ambiente, além de passar informações dela ao meio em que está inserida. As organizações se relacionam com seu ambiente por meio de um fluxo de informações e depois essa informação é transformada em conhecimento e incorporada à organização (CORNELLA, 1994).

Os sistemas de informações computadorizados são elementos indispensáveis nas organizações. Com a aparição tecnológica, houve uma mudança significativa na forma de gerir as organizações por meio de uma atuação precisa, baseada em grandes quantidades de informações disponíveis

para o gestor de negócio. Com a manipulação dos dados decorre da utilização de ferramentas computacionais que proporcionaram diversas informações para o gestor, capazes de disponibilizar novos conhecimentos facilitadores para a tomada de decisão mais precisa, de acordo com os objetivos da instituição. Em um ambiente econômico e social cada vez mais complexo, é curial a identificação de tendências tecnológicas e o aproveitamento das oportunidades que as novas tecnologias podem oferecerem para inovações no serviço.

As percepções empíricas serão minoradas para um trabalho mais profissional direcionado para dados matemáticos e estatísticos. Cabe ressaltar que diversos atos ficarão registrados no sistema de forma perpétua tendo uma grande importância para o entendimento dos fatos individuais e coletivos sobre os operadores, sendo preciso a utilização de método computadorizado em grandes volumes de dados para a compreensão de informações complexas. Saber minerar o manancial de dados existentes poderá trazer grandes vantagens de produtividade para o poder público que deverá entender as suas especificidades. As avaliações serão muito mais rápidas e precisas. Saber traduzir o passado pode ser um grande passo para o entendimento do presente e o planejamento para o futuro.

Mas, para isso, os bancos de dados precisam ser modelados de uma forma conceitual para que possam ser eficientes para que forneçam informações de qualidade para os gestores. Para que os bancos de dados tenham um funcionamento vigoroso e adequado será preciso um trabalho de equipe multidisciplinar para que possa compilar os conhecimentos adequados do domínio a ser retratado. Com efeito, a modelagem de domínio tem de ser a tônica a ser alcançada, sob pena de não obtenção das saídas de dados desejadas. A inserção do processo na forma eletrônica ensejará na entrada de diversos dados das mais variadas fontes; contudo, esses dados precisam ser trabalhados e estudados para que sejam insertos no sistema de forma estruturada e correta para que sejam elementos futuros de informação e conhecimento ao invés de lixos eletrônicos.

A modelagem de domínio descreve como representar um domínio de conhecimento, ou campo do saber, antes de iniciar a automação do processo. Em seguida, formaliza-se o conceito de *Workflow* com a automação de processos organizacionais, conceito no qual o processo judicial eletrônico se apoia. Os dados extraídos do sistema de *workflow* seriam organizados e armazenados em um *data wharehouse*, que é um uma estrutura tecnológica informacional de armazenamento de dados históricos contidos em diversos banco de dados

capaz de permitir o uso e tratamento de fontes diversificadas para que sirva de posterior análise pela técnica de mineração de dados e analíticas de *business intelligence*, a fim que agentes de decisão a tomem baseados em fatos e tempo real, evitando uma determinação baseada em intuição ou especulação.

Cruz (2004, p. 81) definiu Workflow como sendo a “ferramenta que tem por finalidade automatizar processos, racionalizando-os e conseqüentemente aumentando sua produtividade por meio de dois componentes implícitos: organização e tecnologia”. Ainda acrescenta que “Workflow nada mais é do que a automatização de processos” (CRUZ, 2004, p. 11). É possível afirmar que os fluxos de trabalho, ou workflow, compõem-se de ferramentas que buscam orientar os usuários de um sistema no sentido de racionalizar seus métodos de trabalhos, possibilitando a estruturação das atividades dos funcionários propiciando proatividade no sistema eletrônico. A automatização ativa de processos é alcançada pela utilização desse sistema que possibilita análise, compressão e automação de atividades e tarefas baseadas em informação de forma proativa. A maioria dos processos de negócio tem alto grau de passividade, ou seja, apenas cumpre as funções para as quais foi criada, sem, contudo, ir além disso, pois depende totalmente da intervenção dos usuários. A vantagem do sistema proativo é a capacidade de detectar antecipadamente problemas e adotar medidas rápidas para solução do problema. O trabalho preventivo, ao invés do reativo (aquele que remedia o problema ocorrido), permite a correção de eventos indesejáveis. Segundo Cruz (1998, p. 105), um processo é passivo:

Quando as atividades que o compõem não dispõem de tecnologia que as transformem de ações que são puxadas em ações que puxam o trabalho. As atividades passivas esperam para ser executadas, enquanto as ativas cobram de seu responsável a atuação. Atividades passivas esperam que o produto de sua operação seja enviado à próxima, ou próximas atividades; as ativas têm inteligência para o despacharem, tão logo esteja pronto. Atividades passivas não sabem para quem enviar o produto de sua execução; as ativas sabem. A mesma tecnologia que permite transformar as atividades de passivas em ativas pode executar uma série de outras atividades e possibilita que o processo seja gerenciado de modo muito mais eficaz.

A automatização na explanação de Kobelius (1997), uma forma de fazer com que os processos assumam uma postura ativa, ao invés de passiva, que cobrem, em vez de serem apenas utilizados, que façam acontecer em detrimento a esperarem acontecer. Com sistemas automatizados, fluxos direcionarão os caminhos em que o processo deverá tramitar. Devidamente implementados, fornecerá proatividade ao processo eletrônico que deixa de ser um mero repositório de dados para direcionar inteligentemente as atividades a serem realizadas pelos usuários, retratando o melhor caminho que o processo deve seguir com a devida extração de conhecimento nas bases do repositório de dados.

Nesse contexto, a ferramenta tecnológica *business intelligence* fornece uma visão preditiva dos dados estruturados para obtenção de produtos e serviços, servindo de ferramenta para a tomada de decisão mais eficaz para reduzir custos e adicionar inteligência ao sistema usando dados ativos para elaborar melhores decisões na organização visando analisar uma gama de dados contida num banco de dados e direcionar para os objetivos da organização, sendo salutar, dentre outras coisas, na identificação dos pontos de estrangulamentos nas deficiências impostas ao poder estatal. O método auxilia a instituição para a tomada de decisões inteligentes por meio dos dados e informações recolhidas no sistema, auxiliando os administradores na busca de uma gestão de qualidade coadunada com objetivos estratégicos e organizacional estatal.

O BI tem a capacidade de analisar as informações pretéritas contidas no banco de dados e objetiva projetar situações para o futuro, facilitando o gestor na realização de um planejamento estratégico mediante fatos e informações consumadas no momento presente. As técnicas de BI melhoram a gestão das informações e permitem a obtenção mais precisa de um diagnóstico fático da realidade. O sistema de inteligência deve fornecer um conjunto de tecnologia e produtos para os usuários, a fim de munir com informações úteis para facilitar a tomadas de decisões de negócios táticos e estratégicos. Administrar os processos criminais para evitar a prescrição penal, por exemplo, é um tormento para os magistrados e promotores na seara penal. A prescrição é a perda do direito do Estado de julgar ou de aplicar uma pena pelo decurso do tempo, sendo prevista no artigo 107 do código penal. Na existência da prática de um delito, o Poder Judiciário tem um prazo para exercer seu poder punitivo.

Em verdade, o que ocorre é que a prescrição é uma causa de extinção punibilidade, ou seja, o Estado perde o poder de atuar em desfavor do suposto delinquente. Apesar de justa a regra para evitar que se eternize uma

sanção estatal sobre um indivíduo, para o cidadão, vítimas e seus parentes parece ser extremamente iníquo saber que aquele meliante que cometeu um delito passará impune sem qualquer reprimenda estatal. Em verdade, devido à complexidade fática e falta de estrutura, processos ficam nos escaninhos forenses à espera de uma decisão. A criação de indicadores de desempenho permitirá ao magistrado o aumento de controle em situações decisivas, evitando a prescrição da pena e, conseqüentemente, o aumento da sensação de impunidade e insegurança perante a sociedade. A ferramenta é uma poderosa aliada para dar suporte na tomada de decisão em processos estratégicos, almejando gestão processual com maior precisão. Nessa toada, o Conselho Nacional de Justiça lançou a calculadora da prescrição punitiva para auxiliar as varas criminais e de execução para a prescrição penal.

O que se pretende demonstrar é que, com diversas métricas estabelecidas e com bons indicadores de desempenho, será possível encontrar soluções para problemas que antes existiam maiores dificuldades justamente pela ausência da tecnologia para o auxiliar na gestão de negócios.

## **Material e métodos**

O Processo judicial eletrônico é um software que objetiva a padronização das práticas processuais brasileiras conferindo ao Judiciário um trabalho mais eficaz, transparente e garantidor de um amplo acesso à Justiça. O sistema do processo judicial eletrônico introduz o conceito de um Judiciário uno, integral, não fragmentado, com grande capacidade interoperacional entre os sistemas que, agregado às demais tecnologias de informação, oportunizará um aumento qualitativo das informações no trabalho aumentando as certezas no processo decisório.

O processo judicial eletrônico foi examinado a considerar possibilidade de melhor integração entre os tribunais e demais poderes, objetivando uma integração sistêmica de todos os atores e atos, permitindo a desmaterialização integrada dos autos processuais com sustentabilidade e autonomia para a gestão. A gerência de sistemas integrados do mesmo modo é meio para soluções inéditas aplicadas à administração em face dos inúmeros dados padronizados e integrados disponíveis para o gestor. A uniformização das instituições judiciais constitui base do sistema judiciário robusto e mais ágil, facilitando o trâmite processual entre instâncias e tribunais, podendo exportar

dados para outros setores do governo, a fim de que possam ser úteis na também na segurança pública. O uso da tecnologia propicia maior interação com diversos setores, o que facilita uma melhor troca de informações e conhecimentos para a busca na qualidade da segurança pública.

A técnica de informática conhecida como data mining é de suma importância para obtenção desse conhecimento. O maior projeto de *Data Mining* do mundo é promovido pelos americanos, pela sua agência NSA. O governo dos EUA utiliza a técnica para rastrear dados de serviços de telefonia de dados, *e-mails*, fotos e vídeos dos gigantes da comunicação. A agência recolhe uma gigantesca quantidade de dados oriunda da comunicação gerada por pessoas em todo o globo. Com a técnica aludida pretende o governo utilizar na segurança nacional para evitar ataques terroristas e demais delitos de ordem nacional e internacional. Na área da segurança pública, a técnica pode ser utilizada como forma de mapeamento da criminalidade para policiais, Poder Judiciário, Ministério Público e demais operadores do direito e pode possibilitar análise criminalística com mensuração de tempo e espaço. A utilização de mapas e estatísticas mediante algoritmos de inteligência artificial propicia uma análise espacial exploratória dos dados com seleção, filtragem de informações específicas para criar novos indicadores de informação e conhecimento. Enfim, tais possibilidades decorrem da necessidade de informar aos agentes estatais quanto à existência e diversidades de condutas ilícitas como forma de disseminar a informação e efetivar prevenção e/ou repressão. O aparelho estatal brasileiro, nas últimas décadas, vem investindo cada vez mais em tecnologia para se adequar à nova realidade imposta pela sociedade mundial. Logicamente que as bases de dados governamentais vêm crescendo o seu acervo; nessa seara, o data mining pode ser uma forma de retorno dos investimentos em informática nesta grande base de dados.

## Resultados e discussões

O trabalho revela as mudanças de valores em relação ao processo judicial eletrônico e sistemas de segurança com um novo olhar na forma de operacionalizar a justiça e a segurança pública. A tecnologia é vista como fator decisivo para que o gestor público se adapte à contemporaneidade, fornecendo uma prestação de serviço público rápida e eficaz utilizando ferramentas tecnológicas capazes de manipular dados e gerar conhecimento qualificado de gestão como efetiva contribuição no aprimoramento dos



sistemas de justiça e segurança pública, ampliando-se o acesso à justiça social. Técnicas de mineração de dados e business intelligence (BI) poderão assessorar na descoberta automatizada de conhecimento, contribuindo, de forma eficaz, para uma atuação mais inteligente na otimização de sistemas com foco na inteligência do negócio e integração da informação. Verificou-se que a ausência de métricas estabelecidas com bons indicadores de desempenho tem impactos negativos e que é possível encontrar soluções para problemas que antes existiam maiores dificuldades justamente pela presença e uso da tecnologia para auxiliar na gestão dos serviços a serem prestados a sociedade.

O aprimoramento dos sistemas de justiça e segurança é uma missão institucional do poder público com vistas à qualidade, produtividade e celeridade nas tramitações dos procedimentos sendo relevantes para a ampliação do acesso à justiça pelo cidadão. Tais resultados estão circunscritos ao ente estatal como um serviço público destinado à população e com o dever de prestá-lo com eficiência os serviços monopolizados que lhe foram destinados.

## Considerações Finais

O objetivo do artigo foi discutir o uso inteligente da informação na otimização da qualidade dos sistemas de prestação de serviços judiciais e de segurança pública, frente aos desafios da integração no gerenciamento de dados armazenados nesses sistemas. Nessa perspectiva, observa-se que a criação de sistemas organizados e integrados de dados são primordiais para que ações nesse campo sejam orientadas em fatos reais e concretos, propiciando a construção do conhecimento e aprimoramento na eficiência dos serviços públicos de segurança. Aprimoramento na área de tecnologia da informação são fundamentais no mundo contemporâneo para potencializar o conhecimento e a capacidade de produção das informações armazenadas, servindo como ferramenta para soluções inteligentes em um mundo cada vez mais complexo e exigente.

## Referências

BASTOS, G. M. **Algumas Aplicações Práticas da Tecnologia Data Mining**. 2001. Disponível em: <<http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Tecnologia%20da%20Informa%E7%E3o/1621arquivodatamining.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BOAVENTURA, E. M. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 22. ed., São Paulo: Edipro, 2018.

CASTELLS, M. **Sociedade em redes**. 6. ed., Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Conselho Nacional de Justiça. **Presidentes de tribunais relatam práticas que obtiveram bons resultados no Justiça em Números**. Brasília: Agência CNJ de Notícias, Brasília-DF, 16 out. 2013c.

Conselho Nacional de Justiça. **Manual de Utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário**. Brasília, 2008a.

Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2014**. Brasília: CNJ 2014c.

CAPPELLETTI, M; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CRUZ, T. W. **A tecnologia que vai revolucionar o processo produtivo das manufaturas na organização moderna**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

COSTA, I. F. **Polícia e Sociedade**, Salvador: Edufba, 2005.

FREITAS, H.; LESCA, H. Competitividade empresarial na era da informação. **Revista de Administração da USP**, v. 27, n. 3, p. 92-102, jul./set., 1992.

KOBELIUS, J. **Workflow strategies**. FosterCity-CA: IDG Books, 1997.

MCGEE, J. V.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Tradução Astrid Beatriz de Figueiredo. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

# A violência na cidade universitária Professor José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará

*Jaciane do Carmo Ribeiro*  
*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** Atualmente, a cidade de Belém, onde está situada a Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, sede da Universidade Federal do Pará, é considerada a décima cidade mais violenta do mundo. A sensação de insegurança cresce na cidade, conseqüentemente, dentro do campus da Universidade, uma vez que está localizada em um dos bairros periféricos e com altos índices de homicídio, roubo e tráfico de drogas, podendo aumentar sua atratividade para os delinquentes e, conseqüentemente, tornando a Universidade um local propício a ocorrência de diferentes tipos de vitimização. **Objetivo:** Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar as ocorrências de violência registradas no setor de segurança da Cidade Universitária no período de 1999 a 2017. **Metodologia:** Para isto, utilizou-se a análise descritiva, apresentando as características importantes do conjunto de dados, por meio de gráficos, tabelas e medidas de síntese. **Resultados:** A partir dos resultados, observa-se uma pequena quantidade de delitos ocorridos no interior da Universidade. Caso seja levada em consideração a quantidade de pessoas que circula diariamente nos espaços da Universidade, os dados registrados no setor de segurança apresentam uma grande defasagem em função do alto índice de subnotificação, o que é comum no município de Belém, no estado do Pará e no Brasil. Entretanto, é válido ressaltar que a ocorrência mais registrada no período estudado é, em média, furto do patrimônio. **Conclusão:** Não se pode afirmar qual o tipo de violência mais acontece na Cidade Universitária, da Universidade, uma vez que nem todas as ocorrências são registradas, mas destaca-se os tipos de violência que geralmente são registradas. Além disso, os dados mostram que o medo e sensação de insegurança dos usuários da Universidade, fomentados pelos altos índices de criminalidade em Belém, não encontram respaldo a partir da baixíssima quantidade de registros observados no período do estudo.

**Palavras-chave:** Campus; Insegurança; Subnotificação.

## Introdução

No Brasil, a violência urbana tem se tornado um dos mais graves problemas sociais e a cada ano os números são maiores. Isso faz com que o Brasil apareça nos *rankings* como um dos países mais violentos do mundo. Conforme Atlas de Violência 2018 (IPEA, 2018a), o Brasil supera a taxa de homicídios da Europa, atingindo uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes e, ainda, nos últimos 10 anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas por homicídio.

Quanto à violência regional, estudos comprovam que as maiores taxas de homicídios ocorrem nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (IPEA, 2018b). Belém é a capital mais violenta do Brasil, apresentando uma taxa de 77 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2016 (IPEA, 2018b). Segundo o *ranking* apresentado por México (2017), Belém é a décima cidade mais violenta do mundo em 2017, com uma taxa de homicídio de 71,38 a 100 mil habitantes.

De um modo geral, o quadro de violência cresce cada vez mais no Brasil e nos seus municípios, com altas taxas de homicídios e outros crimes violentos como roubos, sequestros e estupro (LIMA et al., 2016). Com isso, também cresce a insegurança da população na maioria dos ambientes, ruas, áreas de lazer, shoppings e instituições de ensino. Em consequência disso, observa-se um crescimento dos problemas de segurança no campus sede da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Cidade Universitária José da Silveira Netto, que está localizada no bairro do Guamá, bairro mais populoso de Belém, e que apresenta um alto índice de criminalidade. O bairro do Guamá, além de ser o mais populoso, é onde o nível socioeconômico, a qualidade de vida e a oferta de serviços públicos é deficiente, favorecendo não apenas o cometimento de delitos, mas também a impunidade destes (RAMOS; ARAÚJO, 2013).

Ramos e Araújo (2013) comentam que embora não exista uma relação linear simples entre pobreza e criminalidade, o bairro do Guamá está localizado em torno de várias precariedades, o que contribui para que seja marcado pela violência e criminalidade. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar os casos de violência registrados na Cidade Universitária José da Silveira Netto no período de 1999 a 2017.

## Material e Métodos

A pesquisa tem natureza quantitativa, sendo do tipo exploratória e descritiva, em que Malhotra (2001) explica que a pesquisa exploratória é utilizada para casos nos quais se necessita maior precisão para definição do problema, com o objetivo de prover critérios e compreensão. Já a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas. Além disso, as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2008).

A Universidade Federal do Pará é uma das maiores e mais importantes instituições da Amazônia composta por mais de 61 mil pessoas, sendo 2.944 professores, incluindo efetivos do ensino superior e do ensino básico, substitutos e visitantes; 2.553 servidores técnico-administrativos; 9.249 alunos de cursos de pós-graduação, sendo 6.682 estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; 38.865 alunos matriculados nos cursos de graduação, 20.606, na capital e 18.259 distribuídos pelo interior do estado; 1.121 alunos do ensino infantil, fundamental e médio da Escola de Aplicação; 6.158 alunos dos Cursos Livres, oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC), pelo Instituto de Ciência da Arte (ICA), pela Escola de Teatro e Dança e pela Casa de Estudos Germânicos, além de 611 alunos dos cursos técnicos, vinculados ao Instituto de Ciências da Arte (UFPA, 2018a). A UFPA atua em 75 municípios, oferecendo 582 cursos de graduação e 120 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 80 cursos de mestrado e 40 de doutorado, além de prestar serviços de caráter técnico-científico, cultural e social à comunidade (UFPA, 2018a).

A UFPA está implantada em 12 *campi*: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí; 15 Institutos; 08 Núcleos; 02 Hospitais Universitários e 01 Escola de Aplicação (UFPA, 2018b). Em Belém, a UFPA ocupa uma área de 450 hectares, às margens do Rio Guamá, onde exerce a maior parte de suas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (UFPA, 2018b).

Nos últimos anos, a UFPA, por meio da Diretoria de Segurança (DISEG), vem adotando medidas para combater a violência dentro e fora

da cidade Universitária José da Silveira Netto, como rondas motorizadas, instalação de câmeras em pontos estratégicos da instituição, aumento do policiamento ostensivo, capacitação dos vigilantes e agentes de portaria. Entretanto, a insegurança na Cidade Universitária persiste; são tentativas de estupros, assaltos e furtos dentro do campus e de assaltos na estação de ônibus da UFPA, bem como furtos e roubos nas paradas de ônibus em torno da Universidade. Os dados utilizados nesta pesquisa foram cedidos pela Diretoria de Segurança da UFPA.

### **Análise descritiva**

Magalhães e Lima (2004) afirmam que a estatística descritiva pode ser definida como um conjunto de técnicas utilizadas para descrever e resumir os dados, com objetivo de obter conclusões a respeito da característica de interesse.

Para Bussab e Morettin (2013), a Estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente um conjunto de dados, sejam eles numéricos ou não. Existem, na Estatística, inúmeras ferramentas descritivas, tais como gráficos, tabelas e medidas de síntese, para organização de dados. Ainda segundo Bussab e Morettin (2013), as mais utilizadas são as séries estatísticas, conhecidas também por tabelas, que têm por finalidade resumir, em distribuição de frequência, um conjunto de observações, conseguindo expor sinteticamente os resultados dos dados analisados, como tempo, local, fenômeno e especificação. Por conseguinte, os gráficos demonstram uma imagem clara e objetiva sobre o fenômeno estudado ao resultado alcançado. Trata-se de recursos visuais utilizados pela Estatística para que o leitor tenha uma compreensão rápida e fácil dos dados.

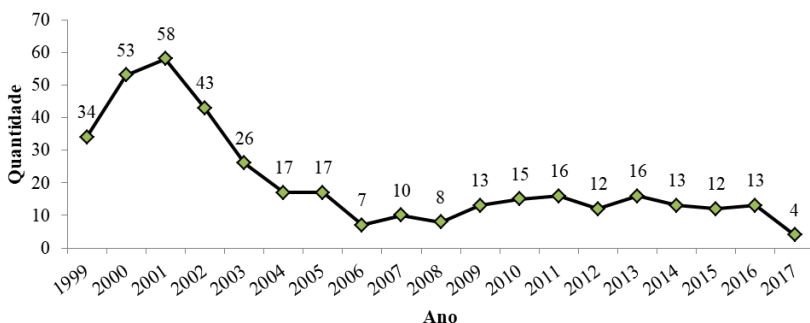
Para esta pesquisa, foram utilizados gráficos de linha para representar o fenômeno estudado durante um período de tempo contínuo. Geralmente, estes gráficos são utilizados para identificar tendências e variações ao longo do tempo.

### **Resultados e discussões**

As Figuras 1, 2, 3 e 4 apresentam a quantidade furto do patrimônio, furto do veículo, com ou sem arrombamento, ameaça/agressão e assalto

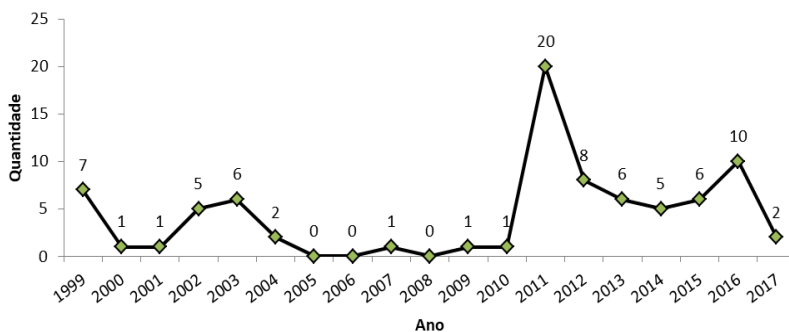
registrados na Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, no período de 1999 a 2017. A partir daí, observa-se que, dentre todos os casos registrados, o furto em veículo, com ou sem arrombamento, é a ocorrência com menor quantidade de registros, com 82 casos no período estudado. Já o furto do patrimônio apresentou a maior quantidade, com 387 registros. Em seguida, observam-se os casos de ameaça/agressão, com 260 registros no período.

**Figura 1:** Quantidade de furto do patrimônio registrado pela segurança da Cidade Universitária professor José da Silveira Netto, no período de 1999 a 2017



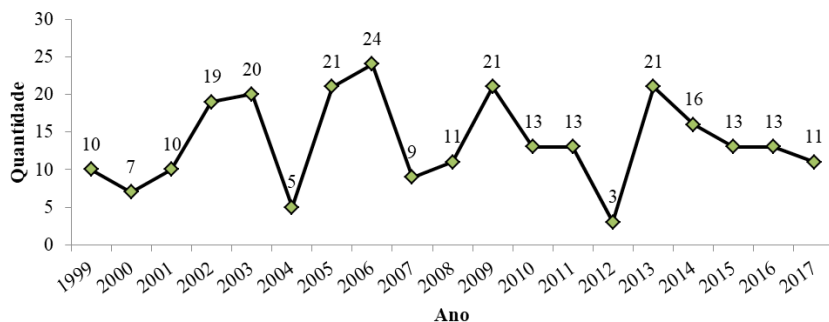
**Fonte:** Autores a partir de informações da Diretoria de Segurança da Universidade Federal do Pará (2018).

**Figura 2:** Quantidade de furto em veículo, com ou sem arrombamento, registrado pela segurança da Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, no período de 1999 a 2017



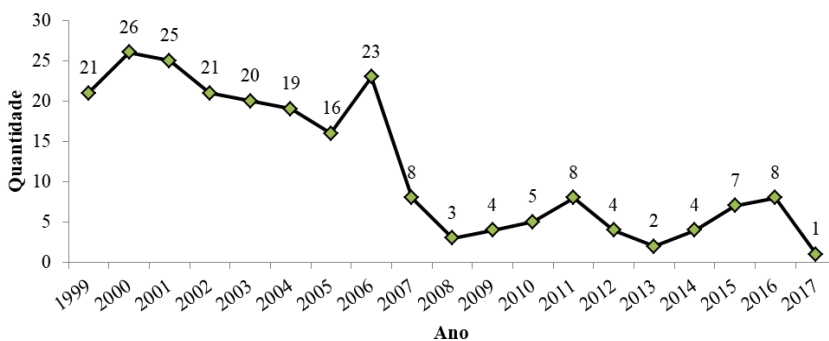
**Fonte:** Autores a partir de informações da Diretoria de Segurança da Universidade Federal do Pará (2018).

**Figura 3:** Quantidade de ameaça/agressão registrado pela segurança da Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, no período de 1999 a 2017



**Fonte:** Autores a partir de informações da Diretoria de Segurança da Universidade Federal do Pará (2018).

**Figura 4:** Quantidade de assalto registrado pela segurança da Cidade Universitária professor José da Silveira Netto, no período de 1999 a 2017



**Fonte:** Autores a partir de informações da Diretoria de Segurança da Universidade Federal do Pará (2018).

É válido destacar que se forem levadas em consideração a população universitária e as pessoas que transitam todos os dias pela Cidade Universitária, os casos de violência registrados na UFPA é pequeno. Uma justificativa para isto é que os casos são registrados quando a vítima dirige-se à Diretoria de Segurança para relatar o ocorrido, o que pode gerar um número relevante de subnotificação.



Ramos e Araújo (2013) ressaltam que se forem consideradas como referência pesquisas anteriores realizadas no exterior, conclui-se que tanto o número de delitos que ocorre no campus quanto o número que ocorre na sociedade em geral é maior do que o registrado na área de segurança. Desta maneira, é necessário um maior número de dados para que se tenha um panorama mais aproximado da realidade.

### Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as ocorrências de violência registradas no setor de segurança da Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará, no período de 1999 a 2017. E a partir dos resultados obtidos conclui-se que a maioria dos casos registrados refere-se ao furto do patrimônio, e a minoria ao furto em veículo, com ou sem arrombamento. Verificou-se, também, que o número de casos registrados em relação ao número de pessoas que frequentam diariamente a Cidade Universitária é pequeno, o que seria ocasionado pelo alto índice de subnotificação.

### Referências

- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2008.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Violência 2018**, 2018.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Violência 2018 - políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros**, 2018.
- LIMA, R.S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícia e segurança pública no Brasil. **Revista DIREITO GV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr., 2016.

MAGALHÃES, M. N; LIMA, A. C. P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 6. ed., São Paulo: Edusp, 2004.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MÉXICO. Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Criminal do México. **Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo**, 2017.

RAMOS, E.M.L.S.; ARAÚJO, A.R. **Violência no campus**. Belém: UFPA, 2013.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Anuário Estatístico 2018: ano base 2017**. Belém, 2018a.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Relatório de Gestão da UFPA do exercício 2017**, 2018b.

# Combate multidisciplinar da violência social: um estudo de caso das ações desenvolvidas pelo 18º Batalhão Policial Militar do Ceará

*Marchezan Nacarato Rocha  
Francisco Wesley Patrício Vieira  
Luciano Nascimento Silva  
Samara Dantas Pinheiro*

## RESUMO

**Importância:** Por muito tempo, a segurança pública foi encarada como tema somente de polícia, porém, mesmo com os investimentos dos estados e da União em políticas públicas de segurança (estrutura), nota-se um avanço dos índices de criminalidade (disputa de território) em diversas cidades do país.

**Objetivo:** Demonstrar as estratégias e os resultados excepcionais da unidade da Polícia Militar do Ceará, o 18º Batalhão, circunscrito em uma das regiões mais carentes e com menor índice de desenvolvimento humano da cidade de Fortaleza.

**Metodologia:** Foram desenvolvidas reuniões em grupos de trabalhos multidisciplinares (militares, membros da comunidade, famílias, funcionários da saúde e educação municipais e estaduais, etc.); implementadas estratégias e ações multidisciplinares que incrementaram razões ao serviço policial preventivo.

**Resultados:** Desde o projeto-piloto (junho de 2017), tem-se alcançado, de forma sólida e mantenedora, a redução dos índices de violência numa média de 20% na tendência de alta dos homicídios (que fora controlada e reduzida a cada mês) e uma média de 50% nos índices de roubos/furtos.

**Conclusão:** O investimento no desenvolvimento do capital humano (agentes de segurança e membros da sociedade) ampliaram as ações multidisciplinares quanto à revitalização dos espaços públicos e requalificação do desordenamento social (causas). O serviço policial deixa de ser meramente repressivo, passando a ser canal de promoção da paz social, por meio da criação de uma rede colaborativa em que os diversos órgãos da cidade passaram a assumir o seu papel e as suas responsabilidades nessa missão.

**Palavras-chave:** Estratégias Multidisciplinares; Estratégia policial; Rede Colaborativa.

## Introdução

As polícias são instituições do Estado que têm a missão constitucional de prover serviços de segurança pública. É dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, por meio da preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Mas qual a interpretação extensiva do termo “*preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio*”? Será que apenas a ostensividade das ações policiais garante esse direito? Quais os reais anseios da sociedade?

Com o passar das décadas, aqueles que exerciam as funções militares passaram a ajudar no controle social da cidade. Seu papel era fiscalizar os cidadãos e garantir que as decisões da assembleia fossem cumpridas. Com a estruturação dos estados primitivos, a polícia assumiu definitivamente o papel de manutenção do controle social. Desde esses remotos tempos, a segurança pública foi encarada como tema somente de polícia. As políticas de combate ao crime se basearam na vigilância e na fiscalização ferrenha das condutas dos indivíduos como forma de impor o poder fiscalizador aos cidadãos.

O senso comum é que a polícia deve adotar a função de instrumento meramente reativo, chamada a intervir somente quando for solicitada. E, por meio do tempo, esse entendimento permaneceu assim por parte dos leigos e não colaboradores sociais. Acontece que a sociedade de hoje não é a mesma de ontem, diante das evoluções dos processos de civilização e acesso às informações (capital intelectual). Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, o que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam a vida devido à violência intencional no Brasil (IPEA, 2018).

A violência é um fenômeno social, fruto, em parte, das mudanças cada vez mais velozes pelas quais a nossa sociedade passa. Essas transformações rompem nossas crenças e nossos valores, introduzem uma nova forma de pensar e de agir, impondo necessidades sobre as pessoas, hábitos de consumo e comportamentos exógenos, atendendo a estímulos provocados por aqueles que detêm o poder de influenciar esses indivíduos a agirem de forma certa ou errada aos olhos da lei.

No estado do Ceará, o governo pactuou em junho de 2015 o plano do *Ceará Pacífico*, reestruturando Áreas Integradas de Segurança (AIS),

ampliando o foco de atuação multidisciplinar, a distribuição territorial e a filosofia de atuação das unidades da Polícia Militar do estado. A metodologia essencialmente reativa do passado sai de cena para dar lugar a uma cultura de prevenção e aproximação da comunidade.

## Revisão bibliográfica

O relacionamento da sociedade com a polícia se confunde com o próprio relacionamento dos cidadãos com o Estado, que interage na sociedade de forma proativa ou reativa, mais do que um serviço de segurança, e, em vários casos, como agente de defesa social. O acesso à informação, o nível de escolaridade e a conseqüente elevação do grau de civilização vêm se tornando um desafio para os gestores das instituições que fazem a segurança pública, o que compõem uma oportunidade de evoluir (externo influenciando o interno).

As pessoas esperam profissionais preparados, capacitados e aptos para agir nas mais variadas situações, como agentes de segurança (protagonistas) e defensores dos direitos humanos, mas sem perder seu viés operacional de combate aos índices de criminalidade. Mas, para atender a essas necessidades, faz-se necessária uma modernização do modelo de gestão das instituições policiais no Brasil. O que vimos hoje no país são instituições *policiais* que herdaram um modelo de administração militar tradicional, com regimentos transplantados do exército, que pouco se assemelha à missão institucional dos militares (GESPOL, 2010).

Devemos incentivar as pessoas parceiras das instituições de segurança a compartilharem responsabilidades, serem protagonistas na transformação, revitalização do cenário social, equilíbrio econômico e na promoção da paz. Viaturas, armas, coletes e helicópteros de última geração (infraestrutura) não foram capazes de frear essa locomotiva desgovernada chamada de “violência”, que mata milhares de pessoas no Brasil, quase 63 mil pessoas (IPEA, 2018). Até quando direcionaremos nossos recursos e nossas horas de trabalho para combater, com ações isoladas e corporativas, esse “inimigo” que parece estar cada dia mais forte?

Existem explicações lógicas para isso: todos os esforços, o direcionamento de recursos e as políticas de segurança pública traçadas até aqui não foram com sistemas de apoio, decisão nem credenciavam o “*ser humano*”, agente de segurança pública, como o norteamento base das origens dos processos, além de

engajar a sociedade como protagonista de transformação dos espaços públicos no combate ao desordenamento urbano e políticas sociais autossustentáveis. Os governos gastaram, em 2016, cerca de 81 bilhões de reais exclusivos com segurança, conforme o 11º Anuário do Fórum de Segurança Pública, sendo a responsabilidade atribuída, majoritariamente, aos estados (FBSP, 2017).

Segundo a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no relatório de conjuntura Nº 4, no ano de 2015, os custos econômicos da criminalidade no Brasil atingiram o patamar de R\$ 285 bilhões de reais, e com projeção anual de incremento real médio de cerca de 4,5% ao ano. Custos exigidos ao país pela escalada da criminalidade e que perfazem algo em torno de 5% de toda a riqueza gerada internamente (BRASIL, 2018). Vivenciamos a solidificação das chamadas “facções criminosas”, um estado paralelo por meio do uso da força, contrapondo-se às instituições e desestabilizando a ordem social. As instituições devem desenvolver novos mecanismos de combate ao crime, por intermédio de redes multidisciplinares, estruturadas, e que façam frente ao avanço da criminalidade, ao incentivar e conduzir outros atores sociais para esta rede colaborativa de proteção e desenvolvimento social, visto que a problemática está cada vez mais entranhada socialmente, aumentando sua capilaridade dentro da comunidade, aliciando cada vez mais cedo nossos jovens, fortalecendo-se em mídias sociais de disseminação de suas ações na busca pelo poder.

## **Materiais e métodos**

A polícia é uma instituição representativa do Estado, pois está sempre próxima e em contato direto com cidadãos. Por isso, cumpre um importante papel na nossa sociedade e suas atividades afetam diretamente a vida das pessoas. O meio é monitorar o ambiente externo e interno das instituições, traçar estratégias para o desenvolvimento e consecução de ações.

Os índices de criminalidade mostram que precisamos de instituições mais profissionais, organizadas, dotadas com a capacidade de enxergar sistemicamente os desafios que são inerentes às suas atividades. Gerir situações, valores, pessoas, oportunidades, recursos e objetivos é um trabalho complexo, que requer conhecimento para que se possa analisar os riscos, adaptar-se rapidamente às mudanças e seus ambientes em busca de melhores resultados.

Toma-se como exemplo a Polícia Militar do Estado de São Paulo, que adota o denominado “Sistema de Gestão da Polícia Militar de São Paulo”, GESPOL, tendo como base o pensamento sistêmico em que é descrito em um documento específico, os principais processos que estão envolvidos em suas ações gerenciais, além do suporte doutrinário que está internalizado em todas as partes componentes do sistema (GESPOL, 2010). Já o estado do Ceará conta com um gabinete permanente de gestão integrada que une sistematicamente vários órgãos com o objetivo de traçar metas e elaborar o planejamento das ações de segurança pública. O projeto é denominado Ceará Pacífico (CEARÁ, 2015), que, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, é um exemplo de Gabinete de Gestão Integrada (GGI), articulados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão responsável pela indução de políticas de segurança (BRASIL, 2014).

O Programa Ceará Pacífico reestruturou a forma de atuação, a distribuição territorial e a filosofia de atuação das unidades das corporações policiais do Ceará. Antes desse processo, batalhões e delegacias tinham a responsabilidade circunscricional de atuarem em grandes áreas.

Por meio do programa houve mais investimentos e uma nova filosofia de trabalho para a segurança pública foi formatada. A metodologia essencialmente reativa do passado sai de cena para dar lugar a uma cultura de prevenção e aproximação da comunidade (CEARÁ, 2015).

O 18º Batalhão Policial Militar (18º BPM) é responsável por 17 bairros da cidade de Fortaleza, que formam uma Área Integrada de Segurança – AIS 6. As AIS constituem parte da nova filosofia e metodologia de trabalho, a qual tem como um dos objetivos sincronizar as áreas de responsabilidades territoriais dos setores do governo estadual e municipal (secretarias municipais regionais com as unidades policiais). Então, a partir de maio de 2017, a gestão do 18º BPM desenvolveu uma pesquisa de alinhamento do foco frente às causas dos índices de criminalidade. Assim aperfeiçoou várias medidas para promover mudanças estratégicas, na metodologia de trabalho dos policiais militares. Iniciamos um plano de ação voltado para os anseios e o vínculo com a comunidade.

Esse planejamento é baseado em dois eixos: promover o empoderamento do público interno (profissionais de segurança pública) e o empoderamento do público externo (comunidade), para descentralizar as decisões do comando da unidade e estabelecer um estilo de gestão extremamente participativa, dando

maior autonomia a seus colaboradores. O desenvolvimento do público interno envolveu tarefas como: valorizar as necessidades dos militares, majorar a criatividade das escalas de serviço, especialização dos serviços prestados e a pontuação dos resultados como fator de classificação interna para tomada de decisões. Os resultados esperados eram de promover uma maior motivação dos profissionais, gerar satisfação e segurança das pessoas (interno e externo) por meio de uma cultura de paz, maior agilidade e flexibilidade, portanto, com maior potencial de resolução dos problemas.

Podemos afirmar que o capital intelectual e criativo dos indivíduos constitui um dos processos-chaves na gestão das instituições. Os agentes precisam ter reais condições de agir no pleno exercício da sua responsabilidade. E foi isso que a gestão do 18º Batalhão tentou implantar na unidade: criar um ambiente com todos os recursos (logísticos, legais e motivacionais) para que o profissional pudesse desempenhar seu papel com excelência.

Mudanças ousadas nas escalas de serviços – atualmente existem 14 (quatorze) tipos –, jornadas e horários específicos, sempre balizados pela regulamentação das horas laborais semanais, e atendendo às necessidades familiares, acadêmicas e de manutenção do bem-estar do servidor. O profissional de segurança pública do 18º BPM sente-se realmente empoderado, apto para desempenhar com excelência seu serviço e alcançar seus resultados. Logo no primeiro mês dessa nova filosofia de gestão do 18º Batalhão conseguimos reduzir em 20% o número de vítima letais e em aproximadamente 50% os índices de roubo e furto na área integrada de segurança. Em alguns bairros, a redução desses índices chegou a 83%, conforme Secretaria de Segurança do Ceará – SSPDS (CIOPS, 2017).

O segundo eixo seria o do empoderamento social, por meio das ações de integração comunitária desenvolvidas pelo 18º Batalhão, e das reuniões mensais com os protagonistas da sociedade (debate, apresentação dos resultados, estatísticas, reclamações, elogios e reanálises). Promover uma cultura de paz em meio a um ambiente de tantas necessidades foi um enorme desafio. Mas isso pôde ser vencido por meio da conscientização dos atores perante seus cenários de influência, atuação da sociedade civil organizada e das autoridades governamentais.

Um compartilhamento das informações com os envolvidos no processo de integração comunitária foi fundamental para a correta tomada



de decisões. Algumas informações gerais para o bom entendimento do processo de integração devem ser compartilhadas com todas as pessoas, outras mais restritas e sigilosas, apenas com as pessoas - chave. Foi baseado nesses conceitos que o 18º Batalhão resolveu compartilhar com a sociedade não só suas informações, mas sua responsabilidade com a segurança pública, trazendo luz à consciência de que juntos seríamos mais fortes e atingiríamos os resultados em menor tempo. Então, a equipe do 18º BPM iniciou uma pesquisa dos problemas sociais (causas x possibilidades) que influenciavam os índices de criminalidade. Paralelamente, promoveu ações, visando identificar os protagonistas sociais, cidadãos e autoridades que poderiam contribuir, por meio de sua capacidade de influenciar, tomar decisões e compartilhar tarefas.

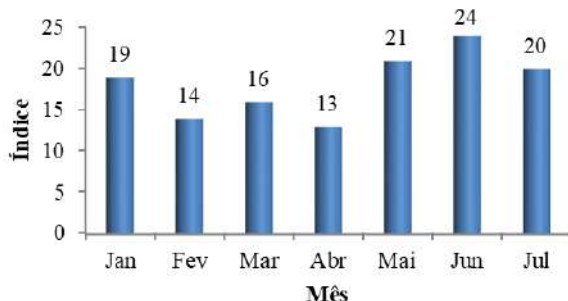
Assim, a gestão iniciou uma série de reuniões com a comunidade para entender às problemáticas, fazer as prestações dos resultados já atingidos, elencando os assuntos inerentes a cada bairro, apresentados pelas lideranças comunitárias ou pelos policiais. Surgiu a necessidade de selecionar e priorizar as ações, visando construir um cronograma de resolutividade, desde a iluminação precária de uma determinada rua até o abandono de espaços públicos. Convidamos as autoridades governamentais para escutar as demandas e, assim, propor soluções para os desordenamentos urbanos, desigualdades sociais e revitalização dos espaços públicos.

O resultado dessas reuniões foi o desenvolvimento de soluções com menor tempo de resolução de conflitos e reais encaminhamentos dentro de todas as limitações apresentadas. O empoderamento gerado nesses encontros, além de resolver as demandas sociais, gerou um senso de responsabilidade entre as pessoas que pôde ser replicado nos bairros.

## **Resultados e discussões**

A partir da Figura 1, pode-se verificar os índices de Homicídios da Área Integrada de Segurança – AIS 6 (17 bairros), no período de janeiro a julho de 2017. Com a Figura 2, pode-se verificar os índices de Homicídios da Área Integrada de Segurança – AIS 6 (17 bairros), no período de janeiro a julho de 2018, já com reduções a partir da valorização dos servidores, do alinhamento do foco, priorizando a dignidade das pessoas, os anseios e o vínculo com a comunidade frente às causas dos índices de criminalidade.

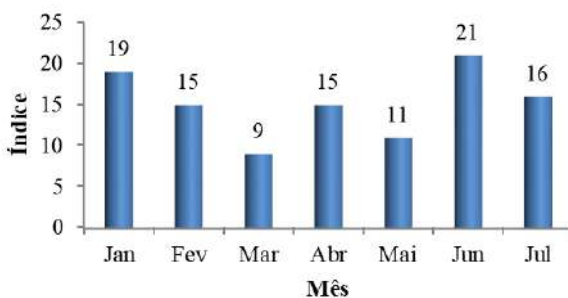
**Figura 1:** Índice de crimes violentos letais e intencionais da área integrada de segurança, no período de Janeiro a Julho de 2017



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

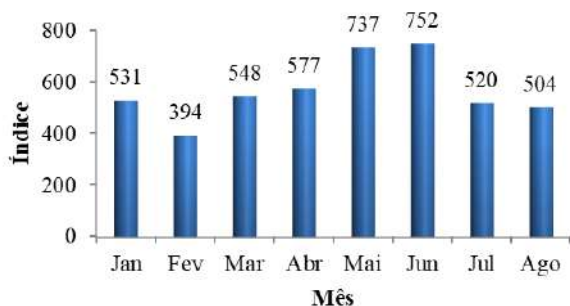
Na Figura 2, reduzimos e mantemos índices de violência assegurados pelas ações multidisciplinares, principalmente numa área que já atingiu o total de 43 homicídios no mês de março de 2013, e que, a cada mês, buscamos promover novas ações de revitalização de espaços. A partir da Figura 3 pode-se verificar os índices de roubos e furtos da Área Integrada de Segurança – AIS 6 (17 bairros), no período de janeiro a agosto de 2017.

**Figura 2:** Índice de crimes violentos letais e intencionais da área integrada de segurança, no período de Janeiro a Julho de 2018



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

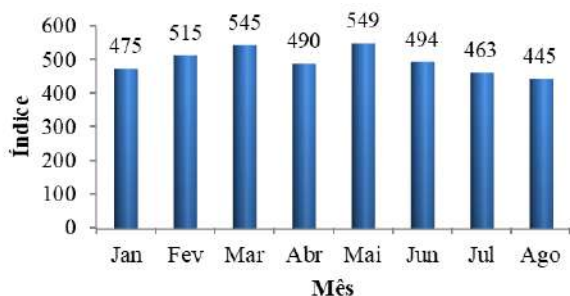
**Figura 3:** Índice de crimes contra o patrimônio da área integrada de segurança, no período de Janeiro a Agosto de 2017



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SPPDS.

A partir da Figura 4 pode-se verificar que reduzimos quase todos os índices do ano anterior, no período de janeiro a agosto de 2018, já com reduções mais significativas, justamente pelo ajuste do foco para as pessoas e respeitando os anseios da comunidade frente às causas dos índices de criminalidade, posto que somente 2% das ligações para a CIOPS narram ocorrências de naturezas letais frente aos 98% da população que demanda da CIOPS apoios a ações delituosas de menor potencial ofensivo, mas que acometem os cidadãos.

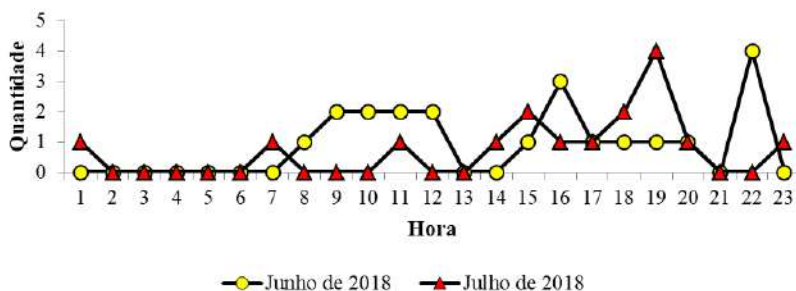
**Figura 4:** Índice de crimes contra o patrimônio da área integrada de segurança, no período de Janeiro a Agosto de 2018



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SPPDS.

A partir da Figura 5 analisamos o gráfico de horários dos crimes violentos letais no período de junho e julho de 2018, norteador de nossas escalas especiais (horários x causas).

**Figura 5:** Crimes violentos letais e intencionais por intervalo de hora da área integrada de segurança – AIS 6, no período de Junho e Julho de 2018.



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

A partir da Figura 6, na página seguinte, analisamos o gráfico de horários dos crimes contra o patrimônio no período de junho e julho de 2018, balizador garantidor da hipótese anterior (Figura 5) de nossas escalas especiais (horários da população em seu tempo útil frente às causas de desordenamento urbano e social existente).

**Figura 6:** Crimes violentos contra o patrimônio por intervalo de hora da área integrada de segurança – AIS 6, no período de Junho e Julho de 2018.

COMPARATIVO DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO – CVP\*



**Fonte:** SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS.

A partir das Figuras 7, 8, 9, 10, 11 e 12, percebemos a revitalização dos espaços públicos e a transformação social do cenário nascerdouro das causas do desordenamento social e da violência. O foco agora está alinhado para a valorização das pessoas.

**Figura 7:** Espaço público antes da atuação de rede de revitalização



**Figura 8:** Espaço público antes da atuação de rede de revitalização



**Figura 9:** Espaço público após a atuação de rede de revitalização



**Figura 10:** Espaço público após a atuação de rede de revitalização



**Figura 11:** Transformação social do cenário nascedouro das causas do desordenamento social e da violência



**Figura 12:** Espaço público após a atuação de rede de revitalização



## Considerações finais

A pesquisa demonstra as fases desenvolvidas pela equipe do 18º Batalhão Policial Militar, abordando novos conceitos, formas e estratégias

para gerenciar as causas do desordenamento urbano, o desequilíbrio social, regular o acesso igualitário aos serviços públicos, sempre balizado pelo controle dos índices de criminalidade, porém, agora com o foco ajustado para as necessidades prioritárias da população protagonista e em seu tempo hábil. Ampliamos nossas responsabilidades, enquanto articuladores das necessidades locais e dos bairros, conquistando a confiança da sociedade, promovendo a integração entre a instituição e o cidadão, na busca por resultados melhores e num menor tempo possível.

A criminalidade não pode ser combatida não somente pela ostensividade (tempo x eficiência), mas também por novas metodologias como educação, saúde, cultura, infraestrutura e lazer, que são a base para a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Restituir esses direitos é realizar segurança pública de qualidade, dando autonomia ao cidadão nas relações de conflito. Assim, a corporação retoma seu papel de pacificador e garantidor da ordem pública e da incolumidade da pessoa, não deixando a criminalidade preponderar frente à ausência de oportunidades melhores e mais saudáveis.

O empoderamento gerado nessas ações, além de resolver muitas das demandas sociais, gerou um senso de responsabilidade entre as pessoas, que pode ser replicado em outros bairros, fazendo com que os indivíduos passem a cuidar, fiscalizar o lugar em que moram, promovendo o apego ao espaço público, a sensação de pertencimento, além de ajudar na denúncia de desvios de condutas, sendo literalmente os olhos e os ouvidos avançados do 18º Batalhão no seio social.

## Referências

BRASIL. **Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil**. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2018

BRASIL. **PORTARIA Nº 1, de 16 de Janeiro de 2014**. Institui as diretrizes nacionais orientadoras dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública. Ministério da Justiça. Portaria Nº 01. 2014

CEARÁ. **Lei Nº 31787, de 27 de Setembro de 2015**. Institui o pacto “Por um Ceará Pacífico”. Diário Oficial. Ceará, 27 de Setembro de 2015.

CIOPS. **Dados Estatísticos 2008-2018**. Estado do Ceará. Coordenadoria Integrada de Operações Policiais - CIOPS. 2018.

FBS. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 11. ed., São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

GESPOL. Estado de São Paulo, Polícia Militar. **Sistema de Gestão da Polícia Militar de São Paulo**. 20. ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

IPEA. **Atlas da Violência 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 02 ago 2018.





# Índice de criminalidade aplicado aos municípios do estado do Pará

*Herick Wendell Antônio José Gomes*  
*Cristiane Nazaré Pamplona de Souza*  
*Hugo Alexandre Santos Regateiro*  
*Roberto Magno Reis Netto*  
*Cristiane Alves dos Santos*

## RESUMO

**Importância:** Neste início de século XXI, a literatura aponta que a percepção geoestatística do crime é diretamente influenciada por aspectos sociais seletivos, por uma arbitrária associação à pobreza e pela influência midiática.

**Objetivo:** O trabalho tem como objetivo construir um Indicador Geral da Criminalidade (IGCRIME) que possibilite a mensuração ponderada pela gravidade do crime ocorrido nos municípios localizados no estado do Pará.

**Metodologia:** O IGCRIME é baseado nos registros de boletins de ocorrência policial, referentes a seis tipologias criminais, quais sejam, roubo, roubo de veículo, furto, homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, ocorridos nos 144 municípios do estado do Pará, no período de janeiro a dezembro de 2017.

**Resultados:** Constatou-se que, dos 144 municípios do estado do Pará, a maioria apresentou nível de criminalidade muito baixo e baixo; contudo, vale ressaltar que 01 (um) município obteve o índice muito alto, 02 (dois) municípios apresentaram indicador alto e 10 (dez) cidades foram classificadas com o nível de criminalidade média.

**Conclusão:** Mostrou-se relevante a construção de ferramentas alternativas para a mensuração da criminalidade no estado do Pará, estabelecendo, assim, um mecanismo auxiliar ao processo decisório, quanto ao desenvolvimento de potenciais políticas públicas de combate à criminalidade, por meio do estabelecimento de critérios objetivos para a percepção de áreas críticas e dependentes de ações estratégicas.

**Palavras-chave:** Criminalidade; Indicador; Ponderação.

## Introdução

Neste início de século XXI, a literatura aponta que a percepção geoestatística do crime é diretamente influenciada por aspectos sociais seletivos, por uma arbitrária associação à pobreza e pela influência midiática, pelo que se torna necessário o estabelecimento de mecanismos científicos e objetivos para gestão de locais onde o fenômeno criminal se apresente de forma subsistente, para uma melhor orientação da ação dos órgãos de segurança e estabelecimento de políticas públicas de enfrentamento dos problemas associados.

Diante disso, buscando uma parametrização segura para percepção da criminalidade no estado do Pará, a partir de dados oficiais da Secretaria de Estado de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, o presente trabalho objetivou a construção de um Indicador Geral da Criminalidade (IGCRIME) que possibilitasse a mensuração ponderada pela gravidade dos crimes ocorridos nos municípios localizados nesta base territorial, conforme seções a seguir.

## Revisão bibliográfica

A criminalidade e a violência são fenômenos sociais essencialmente complexos, especialmente, no contexto de fluidez e instabilidade das relações humanas e econômicas constatado neste início de século XXI (BAUMAN, 2008). Compreendem, em sua manifestação concreta, um conjunto de pré-condicionantes ligados não só à infringência de uma norma penal, mas também a uma diversidade de atores e agências, com propósitos, rotinas, culturas e práticas sociais próprios, muitas vezes, pouco perceptíveis aos demais atores sociais (GARLAND, 2008).

O controle da criminalidade, dever das agências estatais vinculadas à esfera da segurança pública, nesta senda, pressupõe a convivência com uma dificuldade assente: a (falsa) percepção territorial da criminalidade e da violência. Nesse sentido, autores como Azevedo, Riccio e Ruediger (2011), Lima e Borges (2014) e Figueira (2014) apontam que a preocupação com a identificação das variáveis dos diversos tipos de crime, suas sérias históricas, suas manifestações territoriais e sua vinculação a outras questões históricas e culturais é questão de fundamental importância ao planejamento inteligente de ações e políticas de segurança pública. Em outras palavras, exige-se a adoção de metodologias específicas e especializadas, voltadas a uma ação

inteligente (GONÇALVES, 2009). Afinal, uma atividade de segurança pública subsidiada pela inteligência (GONÇALVES, 2009) - ou *policciamento voltado à inteligência* (AZEVEDO; RICCIO; RUEDIGER, 2011) - pressupõe a compreensão de que a parcela *visível* da criminalidade é influenciada por uma série de fatores não facilmente inteligíveis ou naturalmente sensíveis.

Primeiramente, como informam Garland (2008), D'élia Filho (2014) e Haesbaert (2014), a percepção do crime pelas agências do sistema judiciário estatal, em muito, absorve (de maneira não intencional) aspectos seletivos, que passam a influenciar incorretas associações de práticas criminosas a áreas e sujeitos socialmente estigmatizados, em práticas assim denominadas como *seletividade penal*. Esta *falsa percepção*, assim, levaria à equivocada indicação e/ou classificação de *zonas de risco*, que superestimariam a criminalidade de um local ou comunidade, em detrimento de *pontos cegos* (FELTRAN, 2014).

Esta *seletividade* também se encontraria vinculada à equivocada compreensão de que o crime estaria associado à pobreza, quando, em verdade, ele é um fenômeno presente em todas as camadas da sociedade, sendo, entretanto, mais perceptível nas comunidades onde existiriam uma menor presença de *instâncias de controle social*, como o Estado (órgãos de assistência social e segurança pública, por exemplo) e outras instituições sociais (ligas comunitárias, grupos tradicionais, entidades religiosas, etc.), por exemplo (GARLAND, 2008).

Igualmente, a literatura aponta uma forte influência (negativa) da mídia no processo de percepção da criminalidade e violência. Autores como Garland (2008), Adorno e Lamin (2014), Vaz (2014) e Ramos (2014) destacam que, por muitas vezes, a exposição midiática dos crimes estaria associada à interesses sensacionalistas (e sua audiência), à construção de *imagens de risco* (interessantes à patrocinadores ou grupos políticos de ocasião), ou, na melhor das hipóteses, mesmo quando desinteressada, ainda, padeceria pela falta de profissionais habilitados para expor uma compreensão verossímil das informações discutidas. Ainda, deve-se registrar a denúncia de Bauman (2008), de que a *mediatização do medo* é uma estratégia de marketing de um do mercado de produtos de segurança privada (em ascendência significativa, neste início de século).

Tais fatores, portanto, distorceriam a percepção real do fenômeno criminal, em distorções que não excluiriam a percepção dos agentes políticos e da segurança pública. Daí, a importância de se discutir a elaboração

de tecnologias de análise do crime e da violência, no sentido de instituir metodologias especializadas para assessoria no processo de elaboração de políticas e ações concretas (GONÇALVES, 2009). Neste contexto, especial destaque se confere a questão à estatística criminal (AZEVEDO; RICCIO; RUEDIGER, 2011; FIGUEIRA, 2014).

Como advertiu Silveira Junior (2013, p.3), a prevenção da violência depende da adoção de metodologias “estatístico-informacionais e indicadores claros e capazes de avaliar resultados e desempenhos, além de permitir agilidade na tomada de decisão”. E, nesse sentido, já se observam esforços como o do mapa da violência (2017). Entretanto, muitos índices disseminados ainda padecem de problemas como uso de bases que distorcem a percepção territorial da criminalidade, bem como de interpretações que costumam se restringir (ante a dificuldade natural do sub-registro) a somente um tipo penal (normalmente, o homicídio), trazendo apenas um *recorte* metodológico do complexo fenômeno em questão (LIMA; BORGES, 2014).

Como contribuição à segurança, portanto, o presente trabalho objetivou a construção de um modelo de índice criminal que levasse em conta crimes patrimoniais e pessoais, de relevância pública e social, aliado à tomada de bases de dados oficiais que permitiria uma melhor aproximação territorial do problema e, sobretudo, a correção de distorções decorrentes de variações populacionais e da gravidade de cada espécie penal, nos termos tratados a seguir.

## **Materiais e métodos**

### ***Descrição dos dados***

A área de abrangência do estudo compreendeu os 144 municípios localizados no estado do Pará. Situado na região Norte do país, o estado demarca uma área total de 1.247.955,24 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 8.366.628 habitantes em 2017 (IBGE, 2018). Belém é a capital do estado, com cerca de 1.400.000 habitantes, ocupa o 12º município mais populoso do país. Limita-se com os municípios de Barcarena, Santa Bárbara do Pará, Ananindeua e Marituba, que, por sua vez, é a cidade com menor área total (103,279 km<sup>2</sup>) contrapondo o município de Altamira localizado no interior do estado, sendo considerado o município com maior extensão territorial (159,696 km<sup>2</sup>) (IBGE, 2018).

Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), obtidos por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e são referentes aos registros de boletim de ocorrência policial (B.O.P.) de crimes de furto, roubo, roubo de veículo, homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, ocorridos nos 144 municípios do estado do Pará-Brasil, no período de 1<sup>o</sup> de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Para a construção do Índice Geral de Criminalidade (IGCRIME), também se fez necessária uma coleta de informações populacionais oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), bem como dos dados de frota veicular para cada município no ano de 2017, com base no Departamento Nacional de Trânsito (2018).

### ***Índice geral de criminalidade***

O cálculo do IGCrime é baseado na metodologia definida por Freitas, Gonçalves e Cadaval (2015) e possui periodicidade anual, neste estudo, consideramos o ano de 2017. Inicialmente, a taxa de ocorrência de cada tipologia criminal foi calculada por 100 mil habitantes, exceto o delito roubo de veículo, no qual utilizou-se a frota veicular por 100 mil veículos para o cálculo da taxa, com o intuito de fornecer a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população e neutralizar o crescimento populacional, possibilitando a comparação a médio e longo período de tempo (FREITAS; CARDAVAL; GONÇALVES, 2017). Desta forma, a taxa de ocorrência (T.O.) por município é calculada por:

$$TO_{ji} = \frac{\text{ocorrência}_{ji}}{\text{população ou frota}_i} \times 100.000 \quad (1)$$

sendo  $TO_{ji}$  a taxa de ocorrência do  $j$ -ésimo crime no  $i$ -ésimo município; *ocorrência* é o número de crimes ocorridos no  $i$ -ésimo município e *população ou frota* é o quantitativo populacional ou frota veicular (para as taxas de roubo de veículo) do  $i$ -ésimo município em 2017.

Conforme relatam Oliveira, Carrets e Freitas (2017), a proporção representada pela ocorrência de um delito por 100 mil/hab. diverge entre municípios de grande e pequeno porte, ou seja, apesar dos municípios com maior população concentrarem uma parcela significativa do total de ocorrências registradas no estado, o registro de cada delito impacta de forma

distinta nos indicadores de criminalidades, isto é, um município de pequena população tem grande impacto, podendo gerar a informação de que o índice de criminalidade no município é elevado, superestimando o indicador e resultando em informações errôneas na tomada de decisão.

Para remover a hipótese de aleatoriedade sobre as estimativas dos delitos, calculou-se a taxa de ocorrência bayesiana (T.O.B.) proposta por Marshall (1991) para cada um dos 144 municípios do estado do Pará que consiste em duas formas de ponderação, no qual a primeira é referente a uma constante ( $c$ ) entre 0 (zero) e 1 (um) e uma constante complementar de  $c$  multiplicado pela taxa média dos delitos em municípios de mesmo porte. A equação da taxa de ocorrência bayesiana é escrita como:

$$TO_{ji} = ck \times TO_{ji} + (1 - ck) \times TOM_{jk} \quad (2)$$

em que  $TO_{ji}$  é a taxa de ocorrência bayesiana do  $j$ -ésimo crime no  $i$ -ésimo município;

$TO_{ji}$  é a taxa de ocorrência do  $j$ -ésimo crime no  $i$ -ésimo município;

$TOM_{jk}$  é a taxa de ocorrência média para  $j$ -ésimo crime na classe  $k$ ;

$ck$  é o parâmetro que pondera o valor do evento ocorrido na classe  $k$ .

A fim de estimar o valor da constante de ponderação ( $c$ ), faz necessária a estratificação dos municípios do estado. Desta forma, os municípios foram distribuídos em oito classes com base no número de habitantes de cada cidade, conforme a Tabela 1. Após a definição da quantidade de classes e a faixa da população de cada grupo foi possível o cálculo da constante de ponderação  $ck$  dada por:

$$c_k = medpop_k / medpop_{\bar{k}} \quad (3)$$

sendo  $medpop_k$  a média de população da classe  $k$ ;  $medpop_{\bar{k}}$  a média de população da classe oito.

Observa-se, por meio da Tabela 1, que os municípios com menor população o valor do parâmetro  $c$  tende a zero e, para os municípios pertencentes ao grupo com maior população, o valor do parâmetro tende a 1 (um). Isto implica que os municípios com maior população não são afetados pela correção bayesiana, pois o valor de  $c = 1$ , e, portanto, a taxa de ocorrência bayesiana (TOB) é igual a Taxa de Ocorrência (TO).

**Tabela 1:** Distribuição dos municípios por população, média populacional e valor da constante de correção (*c*)

Classe ( <i>k</i> )	Faixa de População		Qtd. de Município	Média Populacional	<i>c</i>
A	3.000	9.999	13	6899,3	0,007
B	10.000	19.999	28	15217,6	0,015
C	20.000	29.999	25	25522,5	0,026
D	30.000	49.999	33	36498,4	0,037
E	50.000	99.999	29	63920,0	0,065
F	100.000	199.999	11	128733,5	0,131
G	200.000	499.999	3	256750,7	0,261
H	500.000	1.500.000	2	984166,0	1,000

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Posteriormente, a taxa de ocorrência bayesiana foi padronizada em uma escala entre 0 (zero) e 1 (um), permitindo comparações em diferentes períodos do tempo, calculado por:

$$TOB(\text{padronizada})_{ji} = \frac{(TOB_{ji} - TOB_{j\text{mínimo}})}{(TOB_{j\text{máximo}} - TOB_{j\text{mínimo}})} \quad (4)$$

sendo  $TOB_{ji}$  a taxa de ocorrência bayesiana do  $j$ -ésimo crime no  $i$ -ésimo município,  $TOB_{j\text{mínimo}}$  o valor mínimo registrado e  $TOB_{j\text{máximo}}$  o valor máximo registrado para cada  $j$ -ésimo crime.

Outro método de ponderação foi utilizado no conjunto das seis tipologias criminais em um único índice no qual corresponde como a sociedade brasileira classifica os crimes quanto a sua nocividade (OLIVEIRA; CARRETS; FREITAS, 2017). A ponderação foi realizada com base nas penas mínimas de cada tipologia criminal determinada no Código Penal Brasileiro. Tais médias são baseadas em resultados encontrados nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM, 2017), que ao analisar os processos de roubo com sentença condenatória no estado de São Paulo, nos quais houve recurso de apelação ao Tribunal de Alçada Criminal (TACRIM/SP), constatou-se que a maioria dos processos julgados a pena fixada restou no mínimo legal (OLIVEIRA; CARRETS; FREITAS, 2017).

**Tabela 2:** Médias e pesos por tipos de crimes praticados no Brasil, segundo o Código Penal Brasileiro

Tipologia Criminal	Penas (em anos)	Média	Peso ( $\gamma$ ) em %
Furto	1 a 4 2 a 8	1,5	3,3
Homicídio doloso	6 a 20 12 a 30	9,0	19,7
Latrocínio	20 a 30	20,0	43,9
Lesão corporal seguida de morte	4 a 12	4,0	8,8
Roubo	4 a 10 7 a 15	5,5	12,1
Roubo de veículo	5,3 a 13,3 6 a 15	5,6	12,3
<b>Total</b>		<b>45,6</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Código Penal Brasileiro (2014).

Desta forma, com base na matriz de pesos oriundo da pena média de cada crime, pode-se calcular o Índice Geral de Criminalidade (IGCrime) por meio da seguinte expressão:

$$[IGCrime_j]_{1 \times 1} = [\gamma_j]'_{1 \times 6} \times [TOB(padronizado)]_{6 \times 1} \quad (5)$$

em que  $IGCrime_j$  é o índice geral de criminalidade para o  $j$ -ésimo município resultado do peso aplicado a cada uma das 06 tipologias criminais e  $\gamma_j$  é o peso aplicado ao respectivo crime.

Posterior à padronização e cálculo do IGCrime, o indicador foi classificado em 05 (cinco) níveis de criminalidade: muito baixo (0 a 0,200), baixo (0,201 a 0,400), médio (0,401 a 0,600), alto (0,601 a 0,800) e muito alto (0,801 a 1,000).

## Resultados e discussões

Nesta seção foram apresentados e discutidos os resultados obtidos do índice geral de criminalidade (IGCrime) aplicado aos 144 municípios do estado do Pará, referente a 06 (seis) tipologias criminais registradas em



boletim de ocorrência policial em 2017. Seu valor foi definido em uma escala entre 0 (zero) a 1 (um), na qual quanto mais próximo de zero indica-se que o município apresentou um baixo nível de criminalidade e quanto mais próximo o valor de um, uma maior a criminalidade. Vale ressaltar que o IGC<sub>r</sub>ime, construído com base em seis tipologias criminais, permitiu a análise individual de cada um dos tipos que formaram o indicador, visando ao assessoramento na elaboração de políticas públicas para cada tipologia. Contudo, neste trabalho serão abordados os resultados do índice geral.

Desta forma, constatou-se que, dentre as setes cidades pertencentes à Região Metropolitana de Belém (RMB), 04 (quatro) municípios foram classificados nas primeiras posições do *ranking* de municípios mais violentos: Ananindeua (1º - muito alto), Belém (2º - alto), Marituba (3º - alto), e Castanhal (5º - médio) (Tabela 3). Observou-se que as cidades com os piores índices de criminalidades, isto é maior valor do IGC<sub>r</sub>ime, são referentes aos municípios mais populosos, corroborando com a afirmação de Oliveira, Carrets e Freitas (2017) que, ao aplicarem o IGC<sub>r</sub>ime nos municípios do Rio Grande de Sul e São Paulo, constataram um alto nível de criminalidade em cidades pertencentes à Região Metropolitana de ambos os estados.

Por se tratar da capital do estado, o município de Belém possui o maior número de habitantes e número de frotas veiculares em relação aos demais municípios. Contudo, em 2017, o município de Ananindeua apresentou um total de 382 (trezentos e oitenta e dois) homicídios e 26 (vinte e seis) casos de latrocínio, elevando o valor do indicador e o colocando em 1º lugar no ranking de municípios mais violentos, tendo em vista que tais delitos apresentam os maiores pesos no IGC<sub>r</sub>ime e, conseqüentemente, influenciam diretamente em seu valor final (Tabela 3).

Em relação aos municípios do interior do estado, destacam-se: Altamira, na 4ª posição com médio índice de criminalidade (0,599), considerada a cidade de maior extensão territorial e o município mais violento do Brasil em 2015 (IEPA, 2017); Abaetetuba (0,544) e Tailândia (0,532), no 6º e 7º lugares, respectivamente, com média criminalidade (Tabela 4).

**Tabela 3:** Índice Geral de Criminalidade aplicado aos municípios do estado do Pará, em 2017, por classificação e população e frota veicular (os quinze maiores IGCRIME)

<i>Ranking</i>	<b>Município</b>	<b>IGCRIME</b>	<b>Classificação</b>	<b>População (2017)</b>	<b>Frota de Veículo (2017)</b>
1 <sup>o</sup>	Ananindeua	0,976	Muito Alto	516.057	129.756
2 <sup>o</sup>	Belém	0,636	Alto	1.452.275	438.082
3 <sup>o</sup>	Marituba	0,636	Alto	127.858	23.495
4 <sup>o</sup>	Altamira	0,599	Médio	111.435	60.625
5 <sup>o</sup>	Castanhal	0,570	Médio	195.253	72.937
6 <sup>o</sup>	Abaetetuba	0,544	Médio	153.380	31.363
7 <sup>o</sup>	Tailândia	0,532	Médio	103.321	21.023
8 <sup>o</sup>	Barcarena	0,513	Médio	121.190	27.208
9 <sup>o</sup>	Bragança	0,493	Médio	124.184	20.536
10 <sup>o</sup>	Paragominas	0,468	Médio	110.026	38.233
11 <sup>o</sup>	Tucuruí	0,467	Médio	110.516	31.264
12 <sup>o</sup>	São Félix do Xingu	0,438	Médio	124.806	16.692
13 <sup>o</sup>	Cametá	0,432	Médio	134.100	12.005
14 <sup>o</sup>	Moju	0,395	Baixo	79.825	8.856
15 <sup>o</sup>	Igarapé-Miri	0,391	Baixo	60.994	5.550

**Fonte:** SISP (2018), IBGE (2018) e DENATRAN (2018).

No que tange aos municípios caracterizados com menor criminalidade no ano de 2017, verificou-se que 60 (sessenta) obtiveram baixa classificação no IGCrime e 71 (setenta e uma) cidades foram caracterizadas com IGCrime muito baixo, o que indica que de acordo com a ponderação por taxa populacional, frota e média penal, a maioria das cidades do estado do Pará se encontra com classificação de baixo índice criminal (Tabela 4).

Por meio da Tabela 4 verificou-se que as quinze cidades com menor nível de criminalidade possuem menos de 10 mil habitantes, exceto as cidades de Rurópolis, no sudoeste do Pará, com cerca de 49 mil habitantes e Muaná, localizada na Ilha do Marajó, com aproximadamente 39 mil habitantes, sendo a 5<sup>a</sup> cidade com maior IDH da região (IBGE, 2017).

**Tabela 4:** Índice Geral de Criminalidade aplicado aos municípios do estado do Pará, em 2017, por classificação e população e frota veicular (os quinze menores IGCRIME)

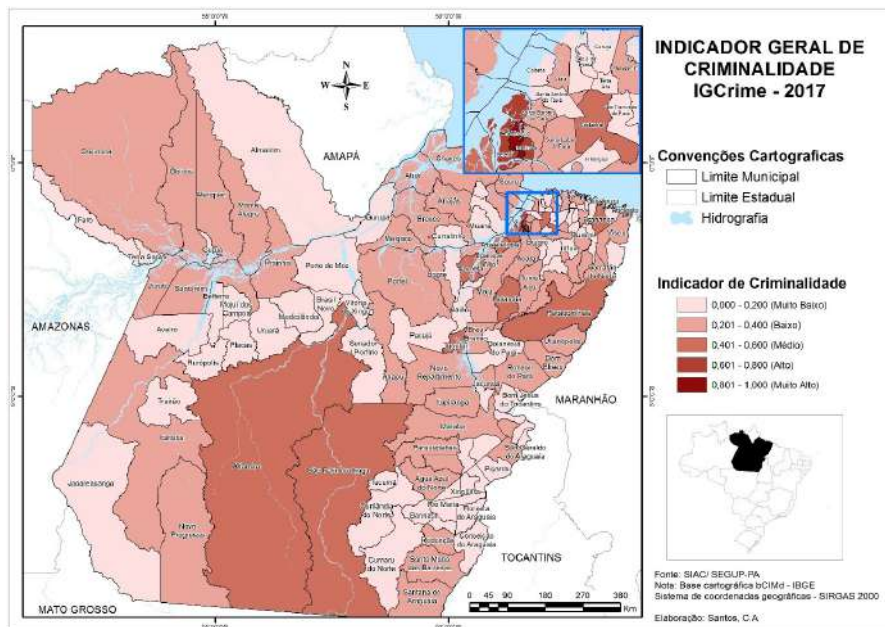
<i>Ranking</i>	<b>Município</b>	<b>IGCRIME</b>	<b>Classificação</b>	<b>População (2017)</b>	<b>Frota Veicular (2017)</b>
130 <sup>a</sup>	Rurópolis	0,168	Muito Baixo	49.093	5.425
131 <sup>a</sup>	Muaná	0,166	Muito Baixo	39.231	661
132 <sup>a</sup>	Jacareacanga	0,092	Muito Baixo	8.059	862
133 <sup>a</sup>	Pau D' Arco	0,089	Muito Baixo	5.341	1.460
134 <sup>a</sup>	Abel Figueiredo	0,083	Muito Baixo	7.231	1.334
135 <sup>a</sup>	Brejo Grande do Araguaia	0,082	Muito Baixo	7.182	1.220
136 <sup>a</sup>	São João da Ponta	0,082	Muito Baixo	5.970	387
137 <sup>a</sup>	Palestina do Pará	0,081	Muito Baixo	7.386	813
138 <sup>a</sup>	Peixe-Boi	0,081	Muito Baixo	7.860	1.174
139 <sup>a</sup>	Santarém Novo	0,081	Muito Baixo	6.526	634
140 <sup>a</sup>	Bannach	0,080	Muito Baixo	3.200	717
141 <sup>a</sup>	Faro	0,080	Muito Baixo	7.009	109
142 <sup>a</sup>	Magalhães Barata	0,080	Muito Baixo	8.316	446
143 <sup>a</sup>	Santa Cruz do Arari	0,080	Muito Baixo	9.845	166
144 <sup>a</sup>	Sapucaia	0,080	Muito Baixo	5.766	1.428

**Fonte:** SISP (2018), IBGE (2018) e DENATRAN (2018).

As cidades de Bannach, Faro, Magalhães Barata, Santa Cruz do Arari e Sapucaia destacaram-se dentre os municípios do estado do Pará com o menor índice de criminalidade, assumindo as últimas posições do ranking, com IGCrime = 0,08 (Tabela 4). O município de Bannach possui o menor quantitativo populacional, com cerca de 3.200 habitantes. Cenários como estes geralmente são justificados pelo baixo número de registros de crimes contra a pessoa, sendo considerados os delitos com maior ponderação no indicador, tais como latrocínio, homicídio e lesão corporal seguida de morte e maior registro de roubo e furtos posicionando aos municípios a menores posições na colocação do *ranking* (Tabela 4).

Posterior ao cálculo do IGCrime, construiu-se um mapa georreferenciado (Figura 1) com o intuito de possibilitar a visualização espacial e distribuição da criminalidade em todo o estado do Pará, tornando-se uma importante ferramenta para o auxílio na tomada de decisão quando se busca desenvolver políticas públicas eficientes no combate à criminalidade.

**Figura 1:** Georreferenciamento do Índice Geral de Criminalidade (IGCrime) aplicado aos municípios do estado do Pará, 2017



Fonte: SISP (2018).

## Considerações finais

O presente trabalho possibilitou identificar o nível de criminalidade nos municípios do estado do Pará no ano de 2017 baseado em seis tipologias criminais extraídas de boletim de ocorrência policial.

A construção do IGCrime para estado do Pará, de forma geral, indicou uma concentração da ocorrência de alta criminalidade nos municípios mais populosos, principalmente nas cidades localizadas na Região Metropolitana de Belém, sendo possível observar também que a criminalidade tem se difundido

para o interior do estado. Por fim, o índice proposto se mostrou uma ferramenta importante e eficaz no auxílio para a tomada de decisão quando se busca desenvolver políticas públicas eficientes no combate à criminalidade, aumentando a percepção de quais são as áreas mais críticas do estado e que, conseqüentemente, necessitam de ações estratégicas voltadas a cada região.

## Referências

ADORNO, S.; LAMIN, C. Medo, violência e insegurança. **Segurança Pública e violência**: O Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência**, 2017.

BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal**. 52. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

BRASILIENSE, D.; VAZ, P. A mídia e o vingador: o massacre de realengo e os sentidos do Bullying. In: BATISTA, V. M. **A violência na berlinda**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de Drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DETRAN – **Departamento Nacional de Trânsito**. Acesso em abril de 2018.

FREITAS, A.; CADAVAL, F.; GONÇALVEZ, A. **A estimação de um índice geral de criminalidade para os municípios do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: FURG, 2015.

FREITAS, A.; CADAVAL, F.; GONÇALVEZ, A. A estimação do índice geral de criminalidade (IGCRIME) para os municípios do rio grande do sul. **Ensaios FEE**, v. 38, n. 3, 2017.

FELTRAN, G. de S. Crime e Periferia. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

FIGUEIRA, M. G. Mapeamento Criminal. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite:** Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em: abr. 2018.

IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. **Visões de Política Criminal entre Operadores da Justiça Criminal de São Paulo:** Relatório de Pesquisa. São Paulo: Revista dos Tribunais, setembro, 2007.

LIMA, R. S.; BORGES, D. Estatísticas criminais no Brasil. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

MARSHALL, R. J. Mapping disease and mortality rates using empirical bayes estimators. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 40, p. 2, p. 283-294, 1991.

OLIVEIRA, J.; CARRETS, F.D.; FREITAS, T.A. Estimação de um índice geral de criminalidade para o estado de São Paulo – IGcrime SP. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano.** v. 1, n. 1, p. 89-108, 2017.

RAMOS, S. Violência, Crime e Mídia. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

SILVEIRA JUNIOR, R. S. **Homicídio em Marabá:** a Desinformação da Informação na Construção do Perfil da Vítima, do Agressor e do Delito (Dissertação). Belém: PPGSP, 2013.

# Lutas e protagonismo social dos(as) MC's no Recôncavo da Bahia

*Manoel Alves de Araujo Neto*  
*Sueli Ribeiro Mota Souza*

## RESUMO

**Importância:** Este trabalho visa compreender o papel social que os(as) Mestres de Cerimônia – MC's desempenham na região do Recôncavo da Bahia. Constata-se nos últimos anos no Recôncavo a elevação do número de jovens pretos(as) produzindo a música RAP. Tem-se que, diante das condições sociais e de vida, os(as) jovens por suas percepções e experiências sobre o cotidiano, adentram ao RAP como alternativa para sobreviver e produzir narrativas. E como resultado dessa inserção desvelam um potencial de criticidade, criatividade, formação subjetiva e de sociabilidade. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa é compreender como os(as) jovens constroem outras possibilidades de vida sobre o cotidiano pelo RAP. **Metodologia:** O RAP surge como veículo musical e educativo, e introduz a partir de interpretações da práxis, linguagens gesticuladas em forma de arte e discurso para decodificar o contexto vivente, e conforme necessidades e tenções da realidade, direcionam enunciados reflexivos e de denúncia. Concomitante a isso, por base do método fenomenológico considera-se o movimento dinâmico do mundo da vida como traço do caminho investigativo para compreender a manifestação no campo da subjetividade. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos, percebe-se que: os(as) MC's reconhecem suas heranças de matriz africana, criam formas de articulação comunitária e propiciam a aglutinação de saberes. **Conclusão:** O RAP pode servir como elemento contra-hegemônico e educacional; sendo assim, as narrativas do RAP e as atividades no cotidiano criam as bases necessárias para atuar pedagogicamente diante condições desfavoráveis de vida, dando suporte na [trans]formação das contradições sociais.

**Palavras-chave:** Educação; Juventude; RAP.

## Introdução

Pretende-se esboçar aqui questões relacionadas ao potencial transformador que o(a) Mestre(a) de Cerimônia – MC tem se tornado em cidades da região do Recôncavo da Bahia. Tem-se que, diante das situações sociais e históricas, os(as) jovens pretos(as) desta região utilizam do RAP como instrumento de representação do cotidiano, e por meio da “leitura” social e racial construída, pautam suas existências como vínculo de reconhecimento do outro e multicultural para criar uma conexão de saberes em faces do educar. Diante disso, o objetivo da pesquisa é compreender como os(as) jovens constroem outras possibilidades de vida sobre o cotidiano tendo o RAP como elemento norteador.

Constatamos a partir dos últimos anos, que nas periferias brasileiras, vem surgindo um número crescente de jovens pretos(as) que encontram outras possibilidades de viver, bem como expressar suas percepções sobre seus cotidianos e suas experiências pelo o RAP. Tais fatores têm aglutinado determinados aspectos de criticidade, conhecimento e valores; e conforme Dayrell (1996), o RAP constitui a formação da subjetividade juvenil. Ao encontrarem na arte formas de resistência diante do quadro social alimentado pelo preconceito e racismo, as narrativas do RAP se tornam produto deste contexto, e pelos pontos de vista expressos por seus/suas protagonistas constituem-se como modos de reivindicarem por direitos e respeito.

Pensando nisso que sujeitos emergem das contradições sociais e condições desfavoráveis de vida, utilizando de ferramentas disponíveis em seu cotidiano, para produzir discursos e práticas culturais que atuem contra, o que segundo Marx (2010), seria estratificação do ser social. Por meio dessa percepção, os(as) MC's elaboram mecanismos de interação pedagógica com a arte, fomentam conjuntos dinâmicos sustentados, conforme contribuição de Demo (2001), na aprendizagem reconstrutiva, para coletivamente constituir a formação social e subjetiva nas comunidades periféricas.

Metodologicamente, vinculam o RAP ao contexto vivente, e a partir de narrativas afirmadas nos versos das músicas se constroem diálogos entre o(a) interlocutor(a) – que no caso seria o(a) (MC) – e o(a) receptor(a) (ouvinte do RAP). Esta conexão intersubjetiva é desvelada por aspectos ideológicos, de reconhecimento intersubjetivo, culturais e estéticos, os quais são descritos em forma de música e postura, e fomenta a identificação entre o que se necessita e



produz, permitindo o sentido da fluidez do vir a ser de cada pessoa participante da interação. Desta maneira, criam-se laços de reconhecimento entre o que se vive e do que é percebido no cotidiano, os quais são constatados pelo que se mostra no RAP, permitindo a formação do vínculo de sentidos. Estes aspectos são as bases para conectar experiências às narrativas, os discursos aos acontecimentos sociais, e a postura ao discernimento.

Nossa intenção é entender como se constitui essa formação social e humana de pessoas pretas que utilizam o RAP como fio condutor de discernimento. Acreditamos que nosso objeto de estudo pelo método fenomenológico Husserl (2006) pode ser um caminho possível para identificar as facticidades presentes no elemento contingente. Por isso, a experiência destes(as) protagonistas sociais que utilizam da arte entrelaçada à realidade vivente, torna-se substrato de conhecimento contra-hegemônico, e no âmbito ontológico, entender o movimento apresentado no vir a ser, inserido na *práxis* que Vázquez (1967) identifica que o ser só produz a partir do seu mundo, e consciente de suas esferas, desenvolve as bases em defesa de outras formas de saber e de luta.

A experiência da vida cotidiana de pessoas pretas, devido às ações perpassadas por conjunturas históricas e culturais, conforme apresenta-se nos estudos de Moore (2007) e Munanga (2005), de que o racismo se tornou, em parte, influenciado pela colonização. Um dos principais fatores negativos que alimentaram estereótipos propiciou o desenvolvimento conforme Honneth (2003) do não reconhecimento social e das crises na ascensão intelectual.

Como meio de minimizar os transtornos de experiências, os(as) MC's enxergam outras possibilidades de viver em suas comunidades; por suas percepções criam narrativas para desconstruir paradigmas por meio dos instrumentos disponíveis em sua *práxis*. Sendo assim, os(as) MC's pelo RAP exercem um papel fundamental de educar nos espaços em que ocupam, e diante disso reescrevem outras histórias em meio às crises do cotidiano.

## Revisão bibliográfica

Na sociedade contemporânea brasileira, as ações afirmativas são utilizadas como políticas de reparação por acontecimentos históricos. Elas têm, segundo Piovesan (2005), pretensões de assegurar o reconhecimento e a igualdade formal, restabelecendo vínculos morais-éticos com os grupos étnicos e culturais. Em detrimento a isso, historicamente convivemos com a

subalternização e a marginalização das periferias de cidades do Recôncavo, efeitos que propagam imagens que deturpam o poder cultural produzido pelos sujeitos oriundos destes lugares, fazendo surgir a construção de signos depreciativos e práticas de inferioridade.

Para Reis (2009), não pode haver desequilíbrio social entre os indivíduos e as leis que regem suas vidas, e uma das problemáticas desta realidade conduz essencialmente à falsa ideia de democracia. “Uma sociedade não será democrática na medida em que as oportunidades dos indivíduos estejam condicionadas por sua inserção nesta ou naquela categoria social (..) a sociedade assim caracterizada será fatalmente hierárquica e autoritária” (REIS, 2009, p. 447). Esses sujeitos advindos das periferias, por conta desta reprodução de paradigmas e estereotipações, são desvalorizados(as) enquanto produtores(as) de conhecimento e de cultura, pois na maioria das vezes apresentam um modo ser “não-aceitável” socialmente, já que o fator lugar de origem, pensamento, arte, organização e o biótipo é estigmatizado.

Estas situações, entrelaçadas ao sentido da própria sobrevivência, desencadeiam a existência do Hip-Hop (H2). Este é um movimento sociocultural que tem quatro elementos artísticos “mestre/mestra de cerimônia – MC, o/a disc-jóquei – DJ, o dançarino ou a dançarina (...) e o grafiteiro ou a grafiteira” (SOUZA, 2011, p. 15). Foi acrescido por Afrika Bambaataa, segundo Miranda (2015, p.7), o conhecimento como quinto elemento, sendo este “de ordem teórica e política”.

O RAP é oriundo de Kingston, capital da Jamaica. E nos bairros periféricos deste lugar, devido às opressões sociais, por volta de 1960, os(as) jovens pretos(as) começaram a criar um hábito de colocar “caixas de som” nas ruas, movimento que foi denominado como *sound system* (sistemas de som). Nesse contexto, os DJ's utilizavam de ambientes fechados ou abertos para formar bailes com o intuito de promover o entretenimento musical. Com o tempo, este movimento alternativo ganha outras características, adapta-se a intervenções de outros(as) jovens durante os bailes com discursos e performances de reivindicação.

É válido situar que a sigla RAP é conexão de duas palavras norte-americana *rhythm and poetry*, que significa ritmo e poesia. O “RAP exerce a função múltipla de dois elementos do Hip-Hop, que se fundiram para construir a música, (...) *disc jockey* ou discotecário (DJ) e a poesia (...) a do Mestre de Cerimônia (MC), constrói-se a música RAP” (NETO, 2014, p. 93).

Dito isso, é válido notar que o RAP é uma arte criada pelos pretos(as) para atender às demandas e tensões do povo preto. Ao projetar romper com as monoculturas e com as ações de caráter violento, o RAP cria sua linguagem e identidade própria, e é potencialmente alicerçado por princípios libertários e rebeldes que situaram as práticas artístico-culturais como movimento de contestação e formação da juventude. Conforme estudos de Tella (1999), o RAP se torna “um canal de produção de novos elementos e símbolos culturais da população negra, (...) são conflitantes com os elementos aceitos pela população branca, constituindo-se num instrumento de contestação e questionamento da realidade social” (TELLA, 1999, p. 58).

Devido aos conflitos impostos pela sociedade capitalista contemporânea, percebe-se que o RAP no Recôncavo da Bahia engendra tentativas empíricas e simbólicas para a construção alternativa de enfrentamento da realidade hegemônica. Os(as) jovens desta região, ao fugirem das normatividades dos organismos sociais, encontram no H2 um universo de compreensão subjetiva e objetiva. Para Fanon (2008), a linguagem é o meio de compreensão do outro e do mundo, e os(as) jovens pelo RAP formam suas personalidades mediante reflexão e interações sociais, e por meio disso constroem coletivamente aspectos direcionados em vista do cuidado com o outro. Por meio da alteridade, apresenta-se potencialmente a construção de valores éticos e respeito as tradições de cada lugar. Por isso, na dialética marxista, a consciência se torna um produto do real “e este procedimento é permanente e irrecusável. Portanto, a consciência é, em sua essência, um ‘caminho para’ algo que é não ela, que está fora dela, que a circunda e que ela apreende por sua capacidade ideativa” (FREIRE, 1987, p.31).

Vínculo este que é criado e ganha sentido, em espaços comunitários, e em espaços formais, tais como instituições educacionais e associações. Durante as performances dos(as) MC's, quase sempre ocorre atividades como mutirões solidários para arrecadação de alimentos, livros e roupas, permitindo também a execução paralela com outras intervenções como palestras, oficinas, exposições e a participação de outras linguagens artísticas. Esses momentos de celebração permitem que os(as) MC's, tendo o RAP como recurso didático-pedagógico, desempenhem um papel de mediadores(as) culturais que engendram tentativas de [trans]formação social em faces do educar.

## Material e métodos

### *Descrição dos dados*

O Recôncavo é uma região situada geograficamente em torno e no interior circundado pela Baía de Todos os Santos, que possui grande importância social, cultural e histórica para o estado da Bahia e para o Brasil. Tais fatores são decorrentes da diversidade cultural, intelectual e política, demarcadas por intensas e complexas relações econômicas, conflitos inter-raciais desde o período colonial. A palavra Recôncavo é proveniente da demarcação geográfica feita ainda neste período, e se estende pela “litorânea da Zona da Mata, entre o Sauípe e o Jequiçá, com um limite a sudoeste ao longo do Rio da Dona, formando uma faixa em semicírculo (...), em torno da Baía de Todos os Santos” (BRANDÃO, 2007, p. 24).

Para fundamentação do exposto, primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico com livros, dissertações e teses que tratam de questões relacionadas à fenomenologia, educação, juventude e a cultura H2. Após isso, foram realizadas visitas ao campo, no sentido de entender a organização dos ambientes, dialogar e convidar os(as) MC's, além de delimitar quais cidades estão produzindo o RAP de forma contínua. Depois que entendemos isso, definimos quais seriam os procedimentos posteriores: ajustes no projeto de pesquisa, elaboração, instrumentos de coletas de dados (roteiro, gravador, câmera fotográfica, caneta e bloco de anotação). Após escolher as cidades partindo destes aspectos, foi feita a logística para definição dos custos, bem como o itinerário a ser percorrido.

Contando com isso, a pesquisa de campo foi realizada no período de 17 de novembro de 2017 a 22 de julho de 2018. Este período consiste em idas a campo (visita) até as entrevistas para coletas de dados. As entrevistas ocorreram de forma presencial, e como um dos conceitos essenciais é o da experiência, elas foram direcionadas individualmente a cada artista.

As entrevistas tiveram o caráter exploratório, e utilizou-se quanto ao levantamento de dados e elemento estratégico para redução de riscos o diálogo. Apesar de que as entrevistas tiveram a mediação de um questionário semiestruturado, os diálogos surgiram em momentos pontuais mediante a necessidade, sendo percebidos como suporte “orientador”. Eles surgiam, geralmente quando o(a) entrevistado(a) fazia digressão, mudava de assunto durante uma ou mais questões ou quando era perceptível algum desconforto diante das

questões direcionadas ao âmbito pessoal, aos espaços sociais, organização dos trabalhos, bem como pelos instrumentos de captação de áudio e/ou imagem. Assim, configuramos esse procedimento interventivo como ação-participativa. Também foi qualificado, diante do que foi interpretado, os dados pelo viés de análise de conteúdo, pois durante a audição das entrevistas há elementos em comum que envolvem experiências de vida relacionadas com a atividade artística.

O número total de artistas que a pesquisa abarcará será de dezoito (18). Este quantitativo foi dividido e organizado nas quatro (04) cidades, com idade entre 18 a 33 anos. Desse quantitativo coletado, as análises para este estudo prévio se basearão em cinco (05) entrevistas. A presente pesquisa foi realizada com os(as) MC's dos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

É válido destacar que os critérios adotados para seleção dos municípios participantes da pesquisa foram os seguintes: a) por haver atualmente maior predominância de eventos ligados à cultura H2; b) por existir uma tradição histórica em torno desta cultura; c) e, além disso, estes municípios terem a maior concentração de jovens que produzem RAP na região, e, por conseguinte, influenciam as demais cidades circunvizinhas. Todos os sujeitos da pesquisa são jovens e adultos que se autodeclararam pretos(as) ou negros(as), moradores de cidade do Recôncavo, e atuam como MC ou se reconhecem como cantores do gênero musical RAP.

Subtende-se que a natureza desta pesquisa é de cunho qualitativo, conforme os estudos realizados por Husserl (2006) e Bicudo (2000), pois esta lida com os fenômenos, ou seja, aquilo que se mostra, que se manifesta e que faz sentido para o sujeito no campo da subjetividade no mundo da vida. Para Bicudo (2000, p. 74) “é necessário irmos ao sujeito que percebe e perguntarmos o que faz sentido para ele, tendo como meta a compreensão do fenômeno investigado”. Nossa intenção é interpretar os fenômenos no dado da experiência e, a partir da interpretação do que foi exposto pelos sujeitos da pesquisa, delimitar seus fins por caráter descritivo. Diante desses recursos epistêmicos e de ordem social, nossa investigação será criteriosa para “*ir-à-coisa-mesma* tal como ela se manifesta” (BICUDO, 2000, p. 71) para entender como os(as) MC's promovem novas maneiras de pensar e contribuem para modificar os condicionantes sociais.

Para entendermos o funcionamento da experiência dos(as) MC's, durante a pesquisa fizemos parte do cotidiano deles(as). Tal ação fez-se necessária como elemento integrante do método, para que pudéssemos

perceber como se constituem as relações comunitárias em cada município que os(as) jovens são moradores(as), como se constitui a organização de eventos, mobilizações comunitárias e reflexões pessoais ou de grupo.

### ***Análise descritiva***

Partindo do campo da experiência, a pesquisa foi direcionada para entender como se constitui o campo de formação subjetiva dos(as) MC's, para obtermos maior compreensão sobre o conteúdo das respostas. Como modo de encontrarmos uma estrutura lógica de sentido, elaboramos um roteiro com perguntas baseadas na formação subjetiva e interação com o meio circundante.

Salienta-se que enquanto resultados parciais diante do objetivo do trabalho, selecionamos oito (08) questões do roteiro mencionado anteriormente. Tal delimitação se faz necessária como meio de demonstrar de que modo os(as) jovens se articulam por meio da arte, desenvolvem práticas culturais comunitárias e propiciam formação educativa tendo o RAP como recurso didático e de cuidado com o outro.

Conforme isto, baseado nas respostas obtidas nas entrevistas, elencamos alguns critérios que se fizeram pertinentes para entender a organização e o pensamento dos(as) MC's, favorecendo, assim, o entendimento do fenômeno analisado. Estas se apresentam em três (03) categorias principais: formação do ser e transformação social, tendo o RAP como meio educativo; reconhecimento de si, do outro e das origens étnicos raciais; e como se constitui o RAP NO RECÔNCAVO. Os resultados seguem descritos em forma de tabela, citando tais pontos: descrição dos dados e categoria da análise, além da análise interpretativa.

### **Resultados e discussões**

Do quantitativo máximo informado anteriormente, foram selecionados(as) cinco (05) participantes, sendo quatro (04) do gênero masculino e uma (01) do gênero feminino. Não foi estabelecido nenhum critério de seleção nesta etapa. Além disso, enquanto critério ético da pesquisa, utilizamos de nomes fictícios para preservar a identidade dos(as) participantes. Cada uma das entrevistas teve um tempo médio de uma hora e meia de duração. Conforme apresentado na Tabela 1, foram descritas questões relacionadas ao reconhecimento como princípio norteador dos(as) MC's.

**Tabela 1:** Categoria de análise - reconhecimento de si, do outro e das origens

Categoria	Citações
<b>Reconhecimento de si, do outro e das origens</b>	“A gente sabe que tem um potencial que tá em volta muito grande e que a gente precisa resgatar, e não vai resgatar com o que foi de ruim com nossa história”. (Conforme a MC C.)
	“Todo mundo que tá no mesmo convívio passa situações parecidas tá ligado? Às vezes gera os mesmos direcionamentos, tá ligado? Seja pro tráfico ou fazer outros corres”. (Conforme o MC A.)
	“A gente é de família Quilombola, a gente sempre teve no mato, sempre sofreu a supremacia, mas sempre fomos livres, tá ligado, véi?” (Conforme o MC B.)
	“Todas as pessoas que estão ao seu lado são pretas, então seu contingente ali, é contingente de pessoas pretas, pessoas que dividem mesmo gosto musical, que divide o mesmo churrasco, então você tá dentro de um bagulho louco, e você não se sente mal”. (Conforme o MC E.)
	“E eu sou uma célula, você é uma célula, se tiver cem negros e se de um desses ouvir nossa revolta, nosso lamento, nosso choro, esse daí já teve o resgate”. (Conforme o MC D.)

De acordo com as entrevistas, identificamos que a percepção de formas negativas e positivas do ambiente, e os resquícios das consequências históricas são mecanismos estratégicos para o exercício do reconhecimento. Estes se constituem de quatro modos: com o cotidiano, o reconhecimento de si, do outro e com o RAP. Por meio do envolvimento com estes aspectos, a interação social se apresenta como elemento fundamental de compreensão do que está situado na esfera da experiência.

Esta é vista como fenômeno social, pois se torna um meio que faz parte do contexto vivente das pessoas, e que são identificados como elementos incomum. E que pela percepção de que o ser é social, ou seja, as pessoas são formadas por outras pessoas, e por traços fenótipos e culturais, constitui-se a identificação de características da existência aliada a outras existências. E diante das condições sociais comunitárias, afetadas por fatores externos, é necessário o reconhecimento da essência do ser e da cultura negra para identificar as ações do racismo.

Apreendendo este, a negação do ser, e de seu contexto formador, identificou que os(as) MC's pela necessidade da interação social propõem o RAP como elemento conectivo, e de ressignificação de matriz africana.

Para isso, os(as) MC's entendem a responsabilidade pessoal como meio de formação, de alteridade e reconhecimento dos elementos sócio-históricos, os quais permitem a construção do sentido da música e da formação comunitária, podendo por estes enunciados servir como veículo de transformação.

**Tabela 2:** Categoria de análise - formação do ser e transformação social tendo o RAP como meio educativo

Categoria	Citações
<p><b>Formação do ser e transformação social tendo o RAP como meio educativo</b></p>	<p>“O discernimento de saber separar um “bagúí” do outro, “oxe”, o “bagúí” mudou mesmo”. (Conforme o MC A.)</p> <p>“O RAP me fez ter mais certeza ainda do tipo de onda que a gente faz, de trabalho comunitário, do trabalho educativo, é um bagulho importante que faz efeito real”. (Conforme o MC B.)</p> <p>“Uma pessoa que aproximou muito do RAP foi meu irmão. Era tipo assim, ouvir RAP pra mim era entender o que ele passou”. (Conforme a MC C.)</p> <p>“O RAP veio pra ser algo construtivo, e ser nosso porta-voz”. (Conforme o MC D)</p>

Contata-se a partir da Tabela 2 que as atividades direcionadas à comunidade promovem um laço múltiplo de formação, em que todos os sujeitos que interagem com essa prática são afetados intersubjetivamente. Diante da percepção do contexto vivente, percebeu-se a necessidade de interação com o outro, a partir da arte como modo de afirmação ou de autodefesa. E por meio da arte se constitui o meio de interação social e formativo, tendo as experiências e o ambiente circundante como arquétipos a seguir.

A apreensão identificada do que foi construído em decorrências dos processos sociais e históricos, a interação com outras pessoas, culturas, grupos e movimentos sociais, e o próprio RAP, contribuiu para aglutinação de entendimento subjetivo e do contexto vivente. Essa compreensão desenvolveu bases ligadas à formação do ser, que, em virtude da criticidade e no contato com outros modos de vida, desenvolveu processos de transformação, e com isso buscou-se apresentar possibilidades de mudança para pessoas e dos espaços viventes, e as práticas educativas e políticas utilizam do RAP como mediador no diálogo com o outro.



Nesse sentido, tanto o reconhecimento, quanto as atuações comunitárias são necessárias para existência do RAP no Recôncavo, e o RAP no Recôncavo é um dos meios para o fortalecimento das atuações comunitárias. Tais fatores foram identificados ao longo da pesquisa como fio condutor na unidade de sentido, pois o RAP é fruto do protagonismo autônomo de sujeitos que são estratificados pela sociedade, e que encontraram no RAP um meio de atuar coletivamente para enfrentar efeitos conduzidos ao *lôcus* coletivo.

**Tabela 3:** Categoria de análise – RAP no Recôncavo

Categoria	Citações
RAP no Recôncavo	“O Recôncavo é outro contexto, é mais uma experiência. E é uma experiência pedagógica porque educa todo mundo, tá ligado, véi? De um jeito ou de outro”. (Conforme o MC B.)
	“Vamos precisar destruir a periferia, e só se destrói a periferia com educação. Precisamos educar os pretos todos os dias, pra que podemos fazer um lugar melhor pra gente viver, e esse vai ser o fim da periferia. Não da comunidade periférica, a comunidade periférica precisa viver e a periferia precisa acabar”. (Conforme o MC E.)
	“A galera não olha com o lado social, só olha pelo lado social integrando aquela criança que tá ali nas mazelas da sociedade, no tráfico, e o RAP vem quebrando esse paradigma né, resgatando os meninos ali das biqueiras”. (Conforme o MC D.)

Conforme as descrições situadas acima, as atividades promovidas com o RAP no Recôncavo criam vínculos de atuação experiencial e interação intersubjetiva. Estas permitem a criação de polos de identificação com os elementos vividos, os quais são expressos artisticamente. Essa perspectiva constrói sentido no ato da experiência, pois a interação é o modo que faz o RAP ser um elemento de conexão entre o contexto vivente e as pessoas.

Diante da constatação do ambiente e da necessidade de interagir com outras pessoas, o RAP é visto como instrumento social-educativo, e promove outras perspectivas comunitárias diante dos fatores sociais excludentes. Sendo assim, o RAP no Recôncavo pode ser entendido pra além da estética musical, servindo como um meio de educação por demonstrar outras possibilidades de vida não só para o(a) jovem, mas pra todo um grupo social.

## Considerações finais

As análises apresentadas no presente texto tratam-se de um esboço da pesquisa que está em andamento, sendo parte da Linha de Pesquisa 1 – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduc, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. O presente estudo tem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

A partir dos resultados obtidos, contata-se provisoriamente que, a partir das atividades promovidas com o RAP, os(as) MC's no Recôncavo criam vínculos para experienciar a arte. Em espaços comunitários, produzem atividades culturais para exercer a mediação simbólica dos elementos do cotidiano e a interação intersubjetiva. Esta permite a criação de polos de identificação com os elementos vividos, os quais são expressos artisticamente. Tal perspectiva constrói sentido no ato da experiência, em que o RAP se torna um instrumento mediador, aglutinador de conhecimento, entendimento do contexto vivente e de conexão entre as pessoas.

Além disso, é válido notar que o RAP no Recôncavo é constituído por diversos elementos sociais e históricos, os quais são as bases que possibilitam entendimento e laços de identidade com a realidade, de modo que a experiência exercida pelo RAP se torna um elemento que incentiva a interação entre diversas gerações, e estas decorrentes do processo social, reciprocamente se educam e recriam outros modos de viver em espaços estereotipados. Sendo assim, o RAP é um produto emergido da exclusão social, e desta condição os(as) MC's interpretam as esferas hegemônicas, produzem formas práticas de atuação social-educativa para constituir experiências pautadas na junção cultural e interação intersubjetiva.

## Referências

- BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRANDÃO, M. A. **O Recôncavo como um sistema urbano-regional**. In: Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade –. Amargosa, Bahia: ed., CIAN, 2007.

DAYRELL, J. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DEMO, P. **Desafio reconstrutivo e política da aprendizagem**. In: Formação de educadores sociais: coletânea de textos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETRAS, 2002.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: p. 34, 2003.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. 6. ed., Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed., São Paulo – SP: Boitempo, 2010.

MIRANDA, J. H. A. **Bahia com H de Hip-Hop**. 1. ed., Salvador, 2014.

MIRANDA, J. H. A. **Perspectivas de rappers brancos/as brasin<sup>o</sup>ros/as sobre as relações raciais: um olhar sobre a branquitude**. 2015. 180 f. Dissertação. (Mestrado Educação e Contemporaneidade). Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Salvador.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed., revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NETO, M. A. A. **Filosofia e RAP: construindo alternativas de educação para o ensino médio**. Revista SCIAS Arte/Educação, n. 4. p. 89-109, 2014.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. In: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. – Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: Hip-Hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

TELLA, M. A. P. **Rap, memória e identidade**. In: ANDRADE, Elaine N. de. (org). Rap e Educação, Rap é Educação São Paulo: Summus, 1999.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofía de la práxis**. Editorial Grijalbo, México, 1967.

# Crimes virtuais contra mulheres no Estado do Pará

*Bruna Cabral Silva*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Joyce Gama Souza*

## RESUMO

**Importância:** A violência de gênero é um problema social antigo, que tem superado Eras e gerações e agora rompe com as barreiras tecnológicas para se instalar no ambiente virtual. **Objetivo:** Este trabalho objetiva delinear um perfil panorâmico do crime virtual contra a mulher no Estado do Pará, no período de 2016 a 2018, por meio da análise dos boletins de ocorrência registrados por vítimas do sexo feminino na Divisão de Prevenção e Repressão a Crimes Tecnológicos da Polícia Civil do Estado do Pará. **Metodologia:** Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de estatística descritiva de dados. **Resultados:** Os resultados deste trabalho revelaram que o cibercrime contra as mulheres paraenses está crescendo, sendo a violência patrimonial o dano mais infringido às vítimas. Além disso, o criminoso virtual demonstra atuar, preferencialmente, no horário comercial e dias úteis. **Conclusão:** As conclusões deste desta pesquisa servem de subsídio para afirmar que: (i) o crime virtual contra mulheres no Estado do Pará é um problema social concreto; (ii) que a necessidade de investimento em Delegacias Especializadas é vital para as sociedades modernas, pois, controlar, disciplinar e reprimir os riscos do ciberespaço se mostra um elemento de efetiva inclusão social na Era da Informação, possibilitando que até os cidadãos residentes nos locais mais distantes dos centros urbanos tenham seus direitos tutelados. **Palavras-chave:** Violência de gênero; Cibercrime; Mulheres paraenses.

## Introdução

Este trabalho é o resultado da inquietação sobre os resultados obtidos da interseção de dois temas de grande relevância social no Brasil e no mundo, desde a década de 90, de um lado o surgimento do ciberespaço com suas benesses e riscos e, do outro, a violência contra a mulher. Dessa forma, o

objetivo desta pesquisa é delinear o perfil do crime virtual contra mulheres no Estado do Pará a partir dos Boletins de Ocorrências Policiais (BOP) registrados na Divisão de Prevenção e Repressão a Crimes Tecnológicos (DPRCT) do Pará, no período de 2016 a 2018.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente a Internet, são responsáveis por enormes transformações sociais na sociedade contemporânea a partir do fenômeno da Globalização, criando uma espécie de “aldeia global” (MCLUHAN, 1964). Desde então, essas novas tecnologias fomentaram uma verdadeira democratização do acesso à informação, além de popularizar o acesso das massas sociais aos equipamentos tecnológicos de comunicação (CETIC.BR, 2018). Além disso, destaca-se que, no Brasil, por exemplo, o acesso e o uso dessas tecnologias nos domicílios brasileiros aumentaram 15% entre o ano de 2016 e 2017 (CETIC.BR, 2018). Assim, de acordo com Sydow (2013), a popularização da tecnologia e a permissividade de acesso a internet, bem como o acesso a internet criam riscos no ciberespaço, dentre os quais está o cometimento de crimes.

A violência contra a mulher também segue aumentando no País, constatação que se faz a partir da observação das recentes criações legislativas de reforço à Lei Maria da Penha bem como por meio dos dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde se apontou um crescimento de 105% nos casos de Femicídios no Brasil de 2016 a 2017 (BRASIL, 2018c).

Mas, e a violência contra a mulher no ciberespaço brasileiro como tem se comportado? O aporte teórico desta pesquisa permite dizer que se trata de um tema ainda pouco explorado tanto na doutrina quanto na legislação nacional. No ponto de vista jurídico, em especial, observa-se que o Brasil começou a dar seus primeiros passos com a Lei Nº 13.642, de 03 de abril de 2018 que alterou as atribuições da Polícia Federal para acrescentar a função de investigar os crimes de misoginia praticados na Internet contra mulheres (BRASIL, 2018a).

Quando se pensa na Polícia Federal, órgão integrante do Sistema de Segurança Pública pela Constituição Federal no seu Art. 144, legitimando-o como o órgão destinado ao combate e repressão das “infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme”, o acréscimo da função de investigação dos crimes virtuais de misoginia contra mulheres denota que o ordenamento jurídico começa a dar a atenção especial os crimes virtuais merecem, principalmente, aqueles que envolvem violência de gênero (BRASIL, 2002).

## Revisão bibliográfica

### *Entre o bem e o mal: o ciberespaço*

O ciberespaço surge como fruto do fenômeno da Globalização no final do século XX criando um “paradigma tecnológico” em detrimento aos tradicionais paradigmas socioeconômicos, cujo novo modelo de organização social passa a ser pautada em TIC, responsáveis por implantar um novo modelo de organização social, denominada de Revolução Digital ou “Virada Cibernética” (CASTELLS, 2003; SANTOS, 2003).

A tecnologia se mostra um elemento importantíssimo para a evolução humana e seu desenvolvimento social. Basta pensar na humanidade 50 anos atrás, quando “a ciência era incapaz de prever catástrofes climáticas com a precisão que hoje trazem os satélites”; ou há 30 anos em que os “exames como a tomografia eram inconcebíveis, levando doentes a diagnósticos tardios ou imprecisos”; ou pouco mais de 5 anos, quando as tecnologias sem fio não passavam de meras idealizações (SYDOW, 2013, p. 20).

Os hábitos, costumes e valores sociais foram substancialmente modificados com o surgimento do ciberespaço. As TIC revolucionaram as relações humanas e sociais, e dentre as benesses introduzidas merece destaque a democratização da informação e do acesso aos equipamentos tecnológicos. Arelados aos benefícios observam-se os riscos oriundos do ciberespaço, dentre ao quais está a vulnerabilidade ao cometimento de ciberdelitos (SYDOW, 2013). Esses riscos, segundo Luhmann (1991) são inatos ao ambiente virtual, pois o risco é intrínseco a tudo aquilo que se serve de novidades tecnológicas.

As mesmas benesses proporcionadas pelas TIC – rapidez no fluxo de pessoas, mercadorias e serviços – que democratizaram e popularizaram as informações se tornaram perceptíveis e atraentes aos criminosos e acabam servindo de fomento para a delinquência no mundo virtual, criando um fenômeno criminal inovador com concepções novas sobre o crime e o criminoso específicas ao ciberespaço e não explicadas pelas clássicas teorias sociais (CASTELLS, 2003; NAIM, 2006).

O delinquir no ambiente virtual se mostra atrativo ao cibercriminoso, especialmente, pela falta de legislação específica bem como pelo fato (*a*) dos riscos serem menores aos criminosos cibernéticos, (*b*) da sensação de impunidade e anonimato na atuação do delinquente, (*c*) dos lucros maiores, (*d*) das penas mais brandas aos delitos, (*e*) da possibilidade de alcançar mais vítimas com menos “esforço”.

Outro fator de vulnerabilidade no ciberespaço, de acordo com Brasil et al. (2017), é o equívoco disseminado no senso comum de que o aparelho tecnológico utilizado pelo usuário o mantém a salvo de qualquer possibilidade de dano físico, como se a violência física fosse a única forma de exteriorização delitativa existente. Ainda segundo os autores, há violência na prática de crimes no ciberespaço, mas vigora a “violência moral, psicológica e patrimonial, as quais, em razão da ausência de definição legal específica no que se refere à sua ocorrência no ciberespaço, são definidas de forma analógica” (BRASIL et al., 2017, p. 137).

Diante da carência de legislação específica e adequada aos problemas decorrentes do mundo virtual, o limiar entre o certo e o errado; o lícito e o ilícito se torna bastante tênue, o que segundo Brasil et al. (2017, p. 129) faz com que não seja possível precisar até que ponto os direitos de uns podem ser exercidos livremente no ciberespaço sem ferir os de outros.

### *A “luta” brasileira contra a violência de gênero*

A definição de violência contra a mulher no Brasil, problema social intimamente ligada a questões de desigualdades de poder, foi inserida nos debates políticos do Feminismo na década de 1980, pautada exclusivamente em critérios biológicos e na caracterização do gênero feminino, inexistindo a ideia de construção social como elemento de identificação social. (DEBERT; GREGORI, 2008). A discussão e inserção do critério de identificação social só iniciaram no País entre meados da década de 1980 e início dos anos 1990 onde a violência contra a mulher no país passou, assim, também a ser designada como violência de gênero (BRASIL, 2006a).

Em que pese ser um problema social que remonta aos primórdios da História, a discussão social acerca da violência contra a mulher é recente, começou a ganhar notoriedade e “voz” nas discussões políticas e sociais nos últimos 50 anos quando então passou a trilhar – timidamente – o caminho da relevância social e seriedade que a questão merece (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

A desconstrução dessa desigualdade de poder enfrenta diversas objeções, dentre tais dificuldades, segundo Debert e Gregorio (2008), merece destaque a relutância nas práticas e nos saberes necessários para a aplicação e efetividade das leis. Pois nem mesmo o mais importante diploma legal do País – a Constituição Federal – assegurando igualdade de direitos entre homens e mulheres têm sido suficiente para aboli-la.



A mensuração desta “resistência” pode ser feita com a análise dos dados acerca da violência contra mulher no Brasil desde a promulgação da Lei Maria da Penha – que agravou a pena para o agressor de mulheres –, em 2006, e, seguidas das dezenas de ações legislativas incrementadas de reforço àquela lei no intuito de combater a violência de gênero (BRASIL, 2012; BRASIL, 2018a; BRASIL, 2018b; BRASIL, 2018c).

Pouco mais de uma década após a edição desta lei, sem contar nas diversas políticas públicas criadas, tais como Delegacia Especializada da Mulher, Patrulha Maria da Penha, Pro Paz Mulher, Varas Judiciais de Violência Doméstica e Familiar, o país ainda convive com o avanço da violência gênero (BRASIL, 2006b).

De acordo com os dados do Mapa da Violência do ano de 2015, todos os esforços estatais de coibir a violência contra a mulher no Brasil ainda não se mostram suficientes, uma vez que: (a) antes da Lei Maria da Penha o número de homicídios era de 7,6% ao ano e o crescimento da taxa no mesmo período foi de 2,5%; após a promulgação da lei o número caiu para 2,6% e a taxa 1,7% ao ano; (b) o país ocupa a 5ª posição num ranking internacional de maiores taxas de homicídios de mulheres; (c) em que pese à taxa de homicídios de mulheres ter reduzido de 4,2, em 2006, para 3,9 no ano de 2007, com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2008 a taxa voltou a crescer, chegando a 4,8 em 2012 (WAISELFISZ, 2015, p. 11-27).

A violência contra as mulheres em todas as suas formas é um fenômeno multidimensional que atinge todas às mulheres, indiscriminadamente, para ser superado deve ser enfrentado eficazmente em todas as suas dimensões, a simples criação de um marco legislativo – Lei Maria da Penha – como se vê, não foi o suficiente para contê-la, se faz necessário “além de subsidiar mecanismos para assegurar a imputação de penalização ao agressor, tratar de forma integral o problema da violência doméstica” (BRASIL, 2018b).

## Material e Métodos

O estudo será desenvolvido de forma quantitativa, pois nesta abordagem, o pesquisador considera que tudo pode ser quantificável, de forma a classificá-los, analisá-los, utilizando-se de ferramentas estatísticas (FREITAS; PRODANOV, 2013).

O Estado do Pará foi escolhido para a presente pesquisa por possuir uma única Delegacia Especializada em crimes virtuais com abrangência estadual. Foram utilizados dados relativos aos BOP registrados por mulheres no período de anos de 2016 a 2018, formalmente solicitados via ofício pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP - UFPA) à DPRCT e a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC). Cumpre ressaltar que no período estudado a DPRCT registrou um total de 3100 BOP dentre os quais: (a) 1.304 foram registrados por homens, (b) 414 boletins não informaram o sexo do relator e (c) 1.382 tiveram vítimas mulheres, sendo este o objeto do presente estudo.

No enfoque quantitativo, será aplicada a técnica estatística descritiva de dados, com a utilização de tabelas, gráficos estatísticos e medidas de síntese, a fim de tornar mais objetiva a interpretação dos dados, possibilitando uma melhor visualização dos dados coletados. As tabelas são apresentações numéricas dos dados e consistem em dispor os dados em linhas e colunas distribuídos de modo ordenado (BUSSAB; MORETIN, 2017).

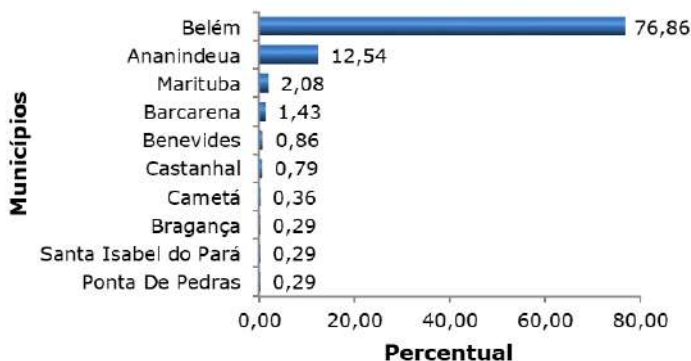
## Resultados e discussões

No ano de 2013, de acordo com o estudo de Brasil et al. (2017), a DPRCT registrou somente 245 BOP's, com vítimas de ambos os sexos, cinco anos depois, em 2018, os boletins totalizaram 1.226, com vítimas indiscriminadas, representando um aumento percentual de 400% na quantidade de registros de crimes virtuais no Estado do Pará (PARÁ, 2019).

O ciberdelito contra vítimas do sexo feminino também segue em plena ascensão, durante os anos de 2016 a 2018, foram registrados 1.382 BOP's apresentando uma variação percentual para mais de 79%, em 2018, quando comparado ao ano de 2016 (PARÁ, 2019).

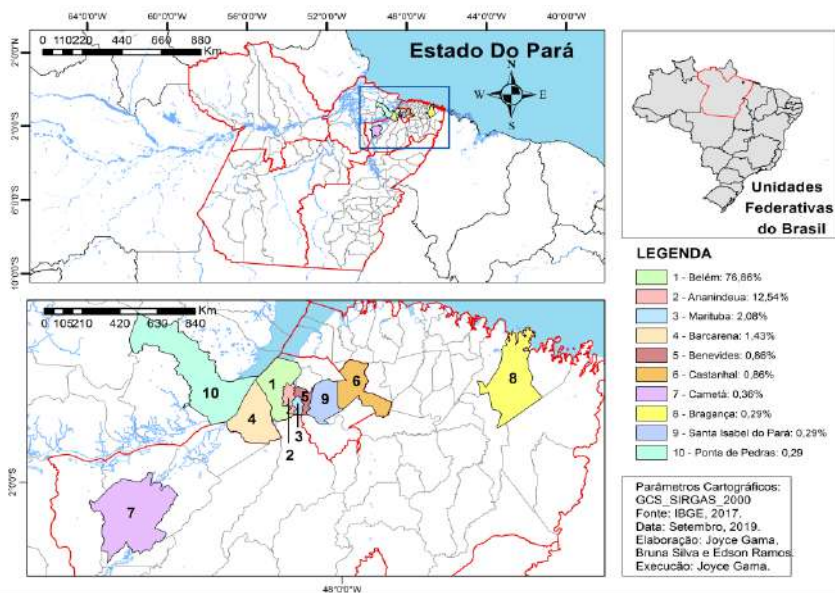
A Figura 1 apresenta os 10 municípios do estado do Pará com maior quantidade de BOP's registrados por mulheres na DPRCT no período dos anos de 2016 a 2018. De acordo com os dados, a cidade com maior número de registros é a própria capital do Estado, Belém, local em que a Delegacia Especializada esta sediada, os demais municípios estão todos localizados nas proximidades da capital (Figura 1).

**Figura 1:** Percentual de boletins de ocorrências registrados por mulheres na Divisão de Prevenção e Repressão a Crimes Tecnológicos do Estado do Pará, por municípios (10 maiores número) no período de 2016 a 2018



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

**Figura 2:** Mapa com percentual de BOP's registrados nos municípios do Estado do Pará, no período dos anos de 2016 a 2018

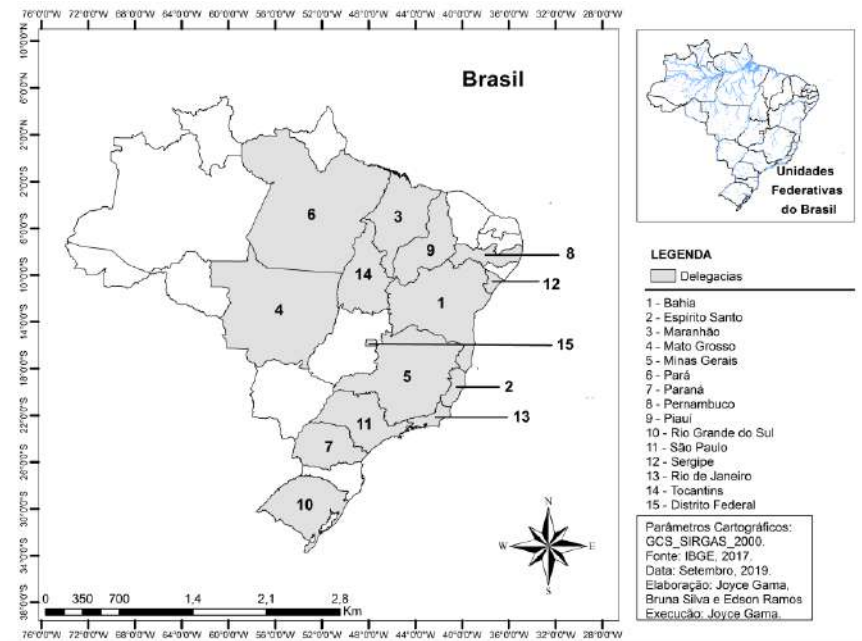


**Fonte:** Elaborado pelos autores (Set. 2019).

Na Figura 2 é possível visualizar que os BOP's foram registrados em municípios das mesorregiões do Marajó, Nordeste Paraense e Região Metropolitana de Belém. Contudo, destaca-se que a falta de registros nos municípios do Sudeste, Sudoeste paraense ou Baixo Amazonas, situados nos extremos opostos a Belém, conduz a dedução de uma possível subnotificação de crimes virtuais em relação às vítimas que residem em regiões mais distantes da capital paraense.

Além disso, o fato de não aparecer nenhum registro nos municípios do Sudeste ou Sudoeste paraense reforça a dificuldade do Governo em acompanhar os avanços tecnológicos criando delegacias especializadas em número suficiente para amparar toda sua população bem como denota a subnotificação de vítimas dos crimes virtuais nas cidades não assistidas pelo aparato policial especializado (NAIM, 2006).

**Figura 3:** Mapa com os Estados da Federação com Delegacias Especializadas em Crimes Virtuais no Brasil, 2019



**Fonte:** Elaborado pelos autores (Set. 2019).

A precariedade na abrangência da Delegacia especializada em crimes virtuais não é um problema específico do Estado do Pará, pelo contrário, reflete uma deficiência funcional do país que não possui sequer uma delegacia de polícia em todos os estados da federação (Figura 3). Essa constatação é feita pela SaferNet Brasil (s.d.) – entidade não governamental sem fins lucrativos que tutela Direitos Humanos na Internet no Brasil – a qual informa ter no país possui somente 15 (quinze) delegacias especializadas, 1 no Distrito Federal e 14 em outros Estados da Federação localizadas em suas respectivas capitais, a saber: Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Tocantins e Distrito Federal (Figura 3).

As pesquisas recentes mostram que o uso e acesso de TIC está crescendo no Brasil, os dados indicam que até o primeiro semestre de 2018, (a) o país apresentou 42,1 milhões de domicílios conectados a estas tecnologias da comunicação, (b) totalizando 120,7 milhões de usuários, o que representa 67% da população brasileira estimada pelo IBGE (CETIC.BR, 2018; IBGE, 2018). Assim, associado às informações da Figura 3 é possível concluir que há no país uma subnotificação nos registros de crimes virtuais no país.

Os principais crimes cometidos contra mulheres no ciberespaço paraense, em números absolutos, são crimes contra o patrimônio, do tipo estelionato (28,87%), em segundo lugar aparecem os crimes contra honra, do tipo difamação (25,29%) com maior incidência de BOP (Tabela 1).

A partir da Tabela 1 é possível constatar que: (a) os ciberdelitos são crimes violentos, contrapondo a ideia equivocada do senso comum de que o ambiente virtual é seguro, livre de violência por não haver contato físico imediato entre a vítima e o agressor (SYDOW, 2013). Entretanto, os resultados reforçam a pesquisa de Brasil et al. (2017) de que os ciberdelitos são delitos violentos, agridem bens jurídicos, como o patrimônio e a honra, tão fundamentais ao ser humano tanto quanto a vida, liberdade, integridade física – bens geralmente violados nas relações criminosas que ocorrem no mundo real. Além disso, se observa que (b) a maior incidência dos crimes virtuais de natureza patrimonial – por meio do crime de estelionato e de furto – é uma peculiaridade dos cibercrimes, o que converge com os resultados do estudo de Brasil et al. (2017) em 2013 onde apresentou os danos patrimoniais como os mais presentes nos ciberdelitos registrados na DPRCT.

**Tabela 1:** Percentual de BOP's por tipo e natureza dos crimes de maior incidência registrados por mulheres na Delegacia de Repressão a Crimes Tecnológicos do Estado do Pará, no período de 2016 a 2018

Natureza	Tipo de Crime	Percentual
<b>Patrimônio</b>	Estelionato	28,87
	Furto	6,16
<b>Honra</b>	Difamação	25,29
	Calúnia	3,30
	Injúria	2,29
<b>Fé Pública</b>	Falsa identidade	7,95
<b>Inviolabilidade dos Segredos</b>	Invasão de dispositivo informático	6,88
<b>Liberdade Pessoal</b>	Ameaça	6,88

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Outro destaque que se observa na Tabela 1 é o surgimento de novas categorias de cibercrimes na lista dos mais registrados na DPRCT. Enquanto na pesquisa de Brasil et al. (2017) os crimes contra a inviolabilidade dos segredos não eram sequer citados nos registros, atualmente representam o quarto maior crime virtual registrado contra mulheres no Estado do Pará (Tabela 1). Os crimes contra a inviolabilidade dos segredos são uma categoria de crime tecnológico novo, criado por intervenção da Lei Nº 12.737 em 30 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012).

O surgimento desses novos crimes evidencia o potencial das TIC de criarem novas dimensões do fenômeno criminológico e uma tentativa do Estado de fazer o Direito acompanhar os avanços tecnológicos, tutelando os valores e conceitos criados por essas tecnologias da informação a partir do momento em que começam a apresentar relevância social e jurídica (SOUZA, 2017; CASTELLS, 2003; NAIM, 2006).

Observando a Tabela 2 é possível perceber que os crimes contra o patrimônio, em que pese ainda serem os mais registrados, estão perdendo espaço para os cibercrimes contra a honra. Enquanto o crime de furto sofreu uma variação percentual para menos de 56% de 2016 a 2018, no mesmo período, todos os crimes contra a honra apresentaram aumentos: difamação (61%), calúnia (222%) e a injúria (500%) (Tabela 2).

**Tabela 2:** Quantidade de BOP's mais registrados por tipo e ano de ocorrência na Delegacia de Repressão a Crimes Tecnológicos do Estado do Pará, no período de 2016 a 2018

Tipo de Crime	Ano			Total
	2016	2017	2018	
<b>Estelionato</b>	79	152	172	<b>403</b>
<b>Difamação</b>	82	139	132	<b>353</b>
<b>Falsa identidade</b>	27	23	61	<b>111</b>
<b>Invasão de dispositivo</b>	32	31	33	<b>96</b>
<b>Ameaça</b>	18	36	39	<b>93</b>
<b>Furto</b>	39	30	17	<b>86</b>
<b>Calúnia</b>	9	22	29	<b>60</b>
<b>Injúria</b>	3	11	18	<b>32</b>

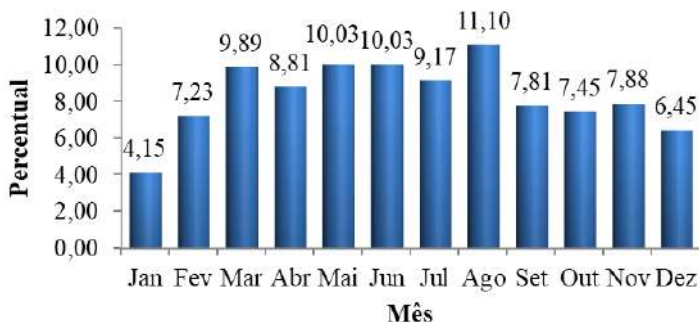
**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Os dados (Tabela 1 e 2) indicam, por conseguinte, que o tipo de violência de maior incidência contra as mulheres paraenses no ambiente virtual é a violência patrimonial, tendo a violência moral ocupado o segundo lugar. Este resultado se contrapõe à conclusão apresentada pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), gerenciado pelo Ministério da Saúde, sobre o perfil da violência contra a mulher no Brasil durante o ano de 2016 no qual aponta violência física como o tipo de violência mais cometido contra as mulheres brasileiras, estando em segundo lugar a violência moral/psicológica, em terceiro a sexual e por último a patrimonial (BRASIL, 2018b).

O mês de maior ocorrência de registros no período dos anos de 2016 a 2018 foi o mês de agosto (Figura 4). Porém, quando se observa cada ano isoladamente o mês de maior frequência de BOP muda de um ano para outro dentro do período estudado, evidenciando uma instabilidade do fenômeno criminológico cometido no ciberespaço paraense: (a) em 2016, o mês de julho teve a maior quantidade de BOP (3,51%); (b) no ano de 2017, os meses de março e maio obtiveram as maiores incidências (3,80% cada); (c) em 2018, o ápice de registros ocorreu no mês de novembro (4,58%) (PARÁ, 2019).



**Figura 4:** Percentual de registros mensais dos crimes registrados por mulheres na Delegacia De Repressão a Crimes Tecnológicos do Estado do Pará, no período de 2016 a 2018



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

O crime virtual e o modo de agir do criminoso virtual possuem vários mitos associados no senso comum, tais como: impossibilidade do usuário das TIC sofrer qualquer dano por não haver contato físico no ciberespaço, preferência do cibercriminoso pelo agir no período noturno e aos finais de semana, anonimato, e, impunidade absoluta dos atos praticados no ambiente virtual. E, quanto à vítima mulher, paira, erroneamente, a ideia de que os ciberdelitos se restringem aos crimes contra a honra. Todavia, os resultados deste estudo desmistificam algumas dessas ideias, quanto ao crime contra mulheres registrados de 2016 a 2018:

- i)* verificou-se que há uma maior atividade criminosa nos dias úteis em detrimento dos finais de semana, pois os dias da semana com número maior de fato foram às segundas-feiras (17,47%) e às quintas-feiras (17,12%) (PARÁ, 2019);
- ii)* de acordo com o relato das vítimas nos BOP, o horário de maior ocorrência dos cibercrimes foi por volta de 12:00h (308 BOP, 22%), evidenciando a prevalência da atividade criminosa durante o horário padrão de almoço no Brasil (PARÁ, 2019);
- iii)* quanto ao turno de ocorrência do fato, a maior frequência de registros ocorreu no período da tarde (67,44%) compreendido entre a faixa de tempo de 12h00min horas até 17h59min horas, enquanto que a noite



apresentou o menor percentual (5,43%), o que indicando a preferência do cibercriminoso em atuar no horário comercial (PARÁ, 2019).

## Conclusão

Este trabalho teve por objetivo traçar um perfil dos crimes virtuais contra mulheres no Estado do Pará, no período de 2016 a 2018, a partir da análise dos BOP registrados por vítimas do sexo feminino na Divisão de Repressão a Crimes Tecnológicos do Estado do Pará, por meio da técnica de estatística descritiva de dados.

O crescimento no cibercrime no Estado pode ser atribuído, entre outras razões, à carência de recursos policiais, uma vez que conforme os dados mostram, os registros são de vítimas que vivem em torno da DPCRT – cidade de Belém –, denotando, assim, a subnotificação esperada na incidência desses delitos quanto às vítimas residentes no interior do Estado, sem acesso à Delegacia Especializada.

Os dados indicam, também, que impera no ciberespaço a violência patrimonial contra às vítimas mulheres, sendo o crime de estelionato o mais cometido. Este resultado além de desmistificar a ideia do senso comum de que crime virtual contra mulher se resume aos crimes contra honra e a vingança pornográfica, também revela que a violência de gênero no ambiente virtual se manifesta diversamente do ocorrido no mundo real, onde a violência física impera.

Outro resultado interessante diz respeito ao potencial das TIC de criarem novas sociabilidades, dentre elas, novos crimes, como ocorreu com a criação dos delitos contra a inviolabilidade dos segredos, surgidos em meados de 2012, após a polêmica envolvendo a atriz nacionalmente conhecida, Carolina Dieckmann.

Todavia, os dados também indicam que o cibercrime contra mulheres no Estado do Pará é um fenômeno criminológico ainda instável, não apresentando um padrão específico, podendo ser atrelado às constantes mutações dos meios tecnológicos com o avanço das melhorias e inovações das TIC usadas como meio de cometimento dos crimes.

Além disso, os resultados desmistificam ideias equivocadas do senso comum quanto a conduta do criminoso virtual – atuante durante a noite e aos finais de semana – e indica que o cibercrime ocorre em maior quantidade, no Estado do Pará, em horário comercial, no turno da tarde, especificamente, entre 12:00 h e 12:59h, em dias úteis (segunda-feira e quinta-feira).

Os resultados desta pesquisa servem de subsídio para afirmar (a) que o crime virtual contra mulheres no Estado do Pará é um problema social concreto e em crescimento; (b) que a necessidade de investimento em Delegacias Especializadas é vital para as sociedades modernas, e, (c) nos dias atuais onde impera as TIC e suas benesses, controlar, disciplinar e reprimir os riscos do ciberespaço se mostra um elemento de efetiva inclusão social na Era da Informação.

## Referências

BRASIL, B. S.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; BRASIL, M. M. A violência na prática de crimes no ciberespaço. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 02, p. 127-148, maio/ago., 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília, 2018c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual**: matriz pedagógica para formação de rede. Brasília, 2006a.

BRASIL. Senado Federal. Observatório da Mulher contra a violência. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**: indicadores nacionais e estaduais. Brasília, n. 2, 2018b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.466, de 08 de maio de 2002. Conversão da MPv Nº 27, de 2002**. Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no Inciso I do § 1º do Art. 144 da Constituição, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra

a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, 2006b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12. 737, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.642, de 03 de abril de 2018.** Altera a Lei Nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados através da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres, 2018a.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica.** 9. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (CETIC.BR). Pesquisas e indicadores. **TIC Domicílios 2017**, 2018. Disponível em: < <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/> >. Acesso em: 05 abr. 2019.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, fev. 2008.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência doméstica contra a mulher: compreensões ético-políticas e discussões teórico-filosóficas. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 256-266, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas da população, 2018.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/>

sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 10 abr. 2019.

LUHMANN, N. **Sistemas sociológicos**: lineamentos para una teoría general. Alianza Editorial/Universidad Iberoamericana, 1991.

MCLUHAN, M. **Understanding Media**. Routledge, London, 1964.

NAIM, M. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. Belém, 2019.

SAFERNET BRASIL. Delegacias Ciber Crimes, s.d. Disponível em: < <https://new.safernet.org.br/content/delegacias-ciber-crimes#sp1> >. Acesso em: 11 abr. 2019.

SANTOS, L. G. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, J. L. C. Crime, Polícia e Tecnologias da Informação. **Mediações**, Londrina/PR, v. 22, n. 1, p. 301-324, jan./jun., 2017.

SYDOW, S. T. **Crimes informáticos e suas vítimas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

# Perfil do *Bullying* no contexto escolar da periferia de Belém-Pará

*Joyce Gama Souza*

*Carolina Moreira da Costa*

*Thayane Caroline Oliveira da Conceição*

*Camila Stefany Silva de Souza*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** O *Bullying* é um problema antigo que atinge todas as esferas sociais, contudo sua predominância durante o período escolar é notória devido ao comportamento agressivo e, muitas vezes, intencional por parte do agressor, não apresentando motivação específica ou justificável para a prática. No entanto, apesar da relevância temática para o âmbito social, estudos científicos sobre *Bullying* só passaram a ser desenvolvidos a partir de 1970, representando atualmente um grande problema que deve ser estudado em suas particularidades para permitir a criação de intervenções efetivas diante da violência explícita entre jovens e adolescentes e, em casos mais graves, evitar tragédias. **Objetivo:** Identificar as principais características dos alunos envolvidos em atos de *Bullying* no contexto escolar periférico de Belém, Pará. **Metodologia:** Este foi um estudo descritivo com a utilização da técnica estatística Análise Exploratória de Dados. **Resultados:** A maioria dos alunos é do sexo masculino (60,42%), na faixa etária de 12 a 13 anos de idade (63,05%). 31,91% dos alunos se sentem excluídos no ambiente escolar, sendo a maioria excluída por seu comportamento (53,33%) ou classe social (33,33%). 51,06% dos alunos foram vítimas de *Bullying* no ambiente escolar, sendo 27,66% do sexo masculino e 23,40% do sexo feminino. Dos alunos vítimas de *Bullying*, a maioria relatou que foi vítima apenas uma vez (65,21%) sendo os autores da violência, em sua maior parte, um menino (37,04%). **Conclusão:** Foi perceptível que essa prática violenta, isto é, o *Bullying*, se encontra inserida tanto no círculo feminino quanto no masculino, contudo, é evidente que esse comportamento atinge muito mais os garotos, sendo eles os maiores autores e vítimas dessa práxis. Este fato demonstra o quão importante é que as instituições de ensino estejam preparadas para lidar com o referido problema.

**Palavras-chave:** *Bullying*; Adolescente; Violência; Escola.

## Introdução

Entende-se que a violência se faz presente na sociedade desde que esta passou a existir, entretanto, é possível compreender que essa forma de poder se modificou com o passar dos anos e adquiriu novas formas de se fazer presente. Com o desenvolvimento humano, a população passou a conviver em grupos estabelecendo relações sociais que motivaram o surgimento de questões. No que concerne às questões, pode-se destacar os conflitos que geram as desigualdades e essas se colocam a partir de padrões pré-estabelecidos pelo sistema vigente. Dessa forma, foram sendo criados pré-conceitos que motivaram comportamentos como os de xingar, ofender, agredir, humilhar, apelidar. Tais comportamentos, quando relacionados ao ambiente escolar, são designados como violência escolar e quando a mesma se apresenta de forma cotidiana de uma ou mais pessoas para uma ou mais pessoas pode ser denominada de *Bullying*.

O *Bullying* acomete-se principalmente no período escolar, e torna-se notório devido a motivação de um comportamento agressivo e, muitas vezes, intencional por parte do agressor, não apresentando motivação específica ou justificável para a prática. No entanto, é importante frisar que apesar da relevância temática para o âmbito social, estudos científicos sobre *bullying* só passaram a ser desenvolvidos a partir de 1970, representando atualmente um grande problema que deve ser estudado em suas particularidades para permitir a criação de intervenções efetivas diante da violência explícita entre jovens e adolescentes e, em casos mais graves, evitar tragédias (TREVISOL; UBERTI, 2015).

Trata-se de um problema social que se torna cada vez mais presente no contexto escolar que necessita de intervenção, pois, quando não há intervenções efetivas, o ambiente escolar se torna um meio de propagação e disseminação da prática para outros ambientes devido à falta de consciência dos agressores relacionada ao tema (ABRAMOVAY, 2009).

## Revisão de literatura

O contexto escolar é caracterizado como um ambiente imprescindível ao estímulo e construção de conhecimento como fonte de transformações científicas e sociais. No entanto, é importante ressaltar que além da produção científica exercida no âmbito escolar, as instituições de ensino norteiam a formação dos alunos enquanto cidadãos, visto que, as mesmas fazem parte

do cotidiano dos indivíduos promovendo a interação e formação social dos mesmos (OLIVEIRA et al., 2013). Contudo, apesar de estratégias de ensino que ratifiquem o papel da escola no âmbito social, observa-se a violência crescente caracterizando um grande problema social devido suas consequências no ambiente cotidiano escolar, atingindo alunos, professores e funcionários dificultando o processo de ensino-aprendizagem (ROSA, 2010).

De origem inglesa, o termo *bullying* é definido como todas as atitudes agressivas adotadas por um grupo ou um indivíduo em relação a outros no intuito de quantificar uma relação de poder onde os mais fortes se utilizam dos demais como objeto de diversão e poder a partir da humilhação e intimidação e, como resultado, o dano de cunho psicológico ou físico (SILVA, 2010).

Segundo Bandeira e Hutz (2012), o *bullying* pode ser tipificado como físico, quando há violência física propriamente dita a partir por socos, por exemplo. Verbal a partir da atribuição de apelidos e insultos (BANDEIRA; HUTZ, 2012). Relacional onde a vítima tem seu relacionamento social afetado e eletrônico ou comumente conhecido como *cyberbullying*, a partir de ataques proferidos por meios eletrônicos ou digitais e, por fim, *bullying* sexual a partir do assédio e outras questões de cunho sexual (BANDEIRA; HUTZ, 2012). Além disso, as consequências do *bullying* físico são mais notáveis em relação ao verbal devido os sintomas que se apresentam de forma mais aparente a partir de possíveis lesões que comprometem a parte estética normal do corpo (BANDEIRA; HUTZ, 2012).

No entanto, apesar de comprometer o estado físico, as consequências do *bullying* verbal são consideradas mais alarmantes em virtude do dano psicológico causado à vítima, visto que, não é possível mensurar o dano sem auxílio especializado, além das reações que o mesmo pode ocasionar (BANDEIRA; HUTZ, 2012).

Além disso, é possível identificar características dos agressores e vítimas do *bullying*. Para Aguiar e Barrera (2017) os autores ou agressores geralmente apresentam força física e emocional superior ao das vítimas, além de não terem controle sobre seus atos agressivos e serem insensíveis aos sentimentos ou necessidade de outros. Outra característica importante associada a esta problemática se refere ao desengajamento moral, isto é, quando um indivíduo pratica ações prejudiciais ao outro sem se sentir responsável pela ação, além de procurar meios na vítima que desencadeiam seus comportamentos agressivos. Nesse sentido, destacam-se oito explicações utilizadas pelo agressor para justificar seus atos:

“1) minimizam, ignoram ou distorcem o impacto do prejuízo causado; 2) culpabilizam a vítima pelo dano; 3) consideram uma causa digna de um propósito moral o desatino da vítima; 4) usam uma linguagem que soa menos negativamente (linguagem eufemística); 5) comparam o problema a outros mais negativos, como sendo uma vantagem da vítima; 6) minimizam e difundem a responsabilidade de quem age mal; 7) transferem ou deslocam tal responsabilidade a uma autoridade; 8) finalmente, apresentam a vítima como merecedora desses atos desumanos (desumanização da vítima)” (TOGNETA; ROSÁRIO, 2013, p. 113).

Outra característica associada às ocorrências de *bullying* é a estrutura familiar a partir de possíveis conflitos entre pais ou responsáveis que proporcionam um ambiente de convívio estressante e violento no qual crianças/adolescentes são submetidos em seu cotidiano, passando a reproduzir tais comportamentos em seu ambiente escolar (LOPES NETO, 2005). Por outro lado, as vítimas de *bullying* são alunos tranquilos, não agressivos que geralmente apresentam baixa autoestima, ansiedade e hiperatividade devido a um fator físico ou comportamental que se difere da maioria que também podem ser consequência de um ambiente familiar super protetor (PEARCE; THOMPSON, 1998).

Trata-se de um problema que envolve vários fatores específicos, necessitando de pesquisas que identifiquem tais fatores para subsidiar propostas de intervenção efetivas na prática de *bullying* no intuito de produzir efeitos positivos na vida social, escolar, pessoal e preservar a saúde física e psicológica dos alunos.

## **Materiais e métodos**

A pesquisa será de natureza quantitativa sendo do tipo exploratória e descritiva, onde Jelihovschi (2014) explica que a pesquisa exploratória é utilizada para casos nos quais necessita-se maior precisão para definição do problema, com o objetivo de prover critérios e compreensão, já a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas,



além disso, as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2002). Segundo Marconi e Lakatos (1999), a pesquisa descritiva: descreve, registra, analisa e interpreta fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenelle, localizada no bairro Terra Firme, no município de Belém, no estado do Pará, onde residem, aproximadamente, 1.446.042 habitantes (IBGE, 2010).

Para a coleta de dados, foi confeccionado e utilizado um formulário semiestruturado (Apêndice A) contendo variáveis correspondentes aos tipos de *bullying* praticados nas dependências da escola que foi repassado após uma palestra sobre o assunto.

A coleta foi realizada no mês de setembro de 2019, durante horário disponibilizado pelo conselho escolar. Foram incluídos na pesquisa os alunos que corresponderam aos seguintes critérios: (a) estar regularmente matriculado e cursando as séries do 6º do ensino fundamental; (b) ter participado da palestra sobre *bullying* e (c) o responsável ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE), autorizando a participação do aluno, em casos de menores de 18 anos. Foram excluídos da pesquisa todos os alunos que não atenderam aos critérios de inclusão.

Para atender aos objetivos do presente estudo se utilizou as seguintes variáveis: *i*) Gênero: Masculino e Feminino; *ii*) Idade (em anos): 11, 12, 13, 14 e 15; *iii*) Nível de satisfação com o ambiente escolar: péssimo, ruim, razoável, bom e muito bom; *iv*) Se sente excluído no ambiente escolar: sim e não; *v*) Qual o motivo de ser excluído do ambiente escolar: comportamento, classe sócia, não sabe e sexualidade; *vi*) Foi vítima de *Bullying* na escola: sim e não; *vii*) Quantas vezes foi vítima de *Bullying* no contexto escolar (por ano): uma, 2 a 5, 6 a 8, >8; *viii*) Autor da violência: um menino, meninos e meninas, colegas de turma, alunos mais velhos, uma menina, vários meninos e alunos de outras turmas do mesmo ano.

Para a análise inicial se utilizou a técnica análise exploratória de dados que permite o grupamento detalhado dos dados, transformando-os posteriormente em informações descritivas ou inferenciais (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

Posteriormente, se utilizará a estatística descritiva que tem como finalidade a organização e sintetização das informações em gráficos e tabelas com o auxílio do Programa Microsoft Office Excel 2010<sup>TM</sup> (Microsoft Corporation, Redmond, Estados Unidos) (REIS; REIS, 2002).

## Resultados e discussões

Segundo Mattos e Jaeger (2015, p. 353), a violência é aceita como algo natural para os meninos devido à naturalização do comportamento violento na construção da masculinidade fortalecido por uma sociedade machista, encorajando-os a ter um comportamento hostil, enquanto no processo de construção da feminilidade a mesma é rejeitada. Baseando-se nessa informação, a presença de quantidade maior do gênero masculino pode favorecer um ambiente de manifestação do *bullying*. Com relação ao gênero de alunos regularmente matriculados no 6º ano do ensino fundamental da Escola Brigadeiro Fontenelle, é possível notar que a maioria do grupo pertence ao gênero masculino (60,42%) (Figura 1).

**Figura 1:** Percentual de Alunos do 6º ano na Escola Brigadeiro Fontenelle com Relação ao Gênero, em setembro de 2019



**Fonte:** Autores.

Sabe-se que a adolescência é marcada pela formação psicossocial, a qual comporta aspectos sociais, psíquicos e corporais, onde estas influenciarão no comportamento futuro frente a variadas situações. Durante esta fase da vida as mudanças são vivenciadas por adolescentes de ambos os gêneros de forma enfadonha, devido às constantes transformações que necessitam serem efetivadas diante de um corpo em modificação e das imposições da sociedade

de consumo, além das exigências em relação às decisões para construção de carreira profissional, entre outras questões (NASCIMENTO; MENEZES, 2013, p. 148). Destaca-se que a maioria dos alunos é adolescente de ambos os gêneros com 12 anos (30,44%) e 13 anos (32,61%) de idade (Tabela 1).

**Tabela 1:** Percentual de alunos do 6º ano da Escola Brigadeiro Fontenelle, em Setembro de 2019, por idade e gênero

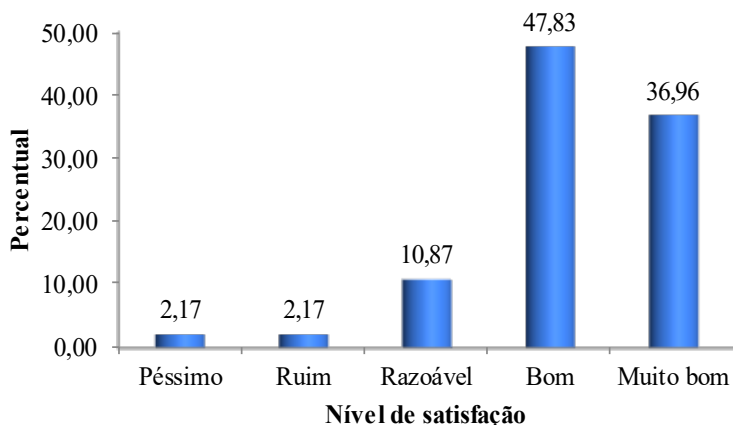
Idade (em anos)	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
11	2,17	15,22	17,39
12	15,22	15,22	30,44
13	19,57	13,04	32,61
14	2,17	13,04	15,21
15	-	4,35	4,35
<b>Total</b>	<b>39,13</b>	<b>60,87</b>	<b>100,00</b>

**Nota:** A categoria com (-) não foi citada.

**Fonte:** Autores.

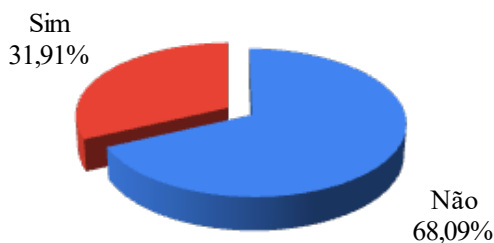
No que diz respeito ao nível de satisfação em estar na escola, é possível compreender que há um alto nível de satisfação que são caracterizados pelas variáveis “Bom” (47,83%) e “Muito bom” (36,96%) (Figura 2). Entretanto, deve-se analisar que são apresentados números consistentes com relação às variáveis “Péssimo” (2,17%), “Ruim” (2,17%) e “Razoável” (10,87%) (Figura 2). Vale ressaltar que, apesar de a maioria dos alunos sentirem-se bem no ambiente escolar é importante atentar-se para aqueles que não estão apresentando o mesmo sentimento. A escola é o lugar onde os diferentes tipos de valores familiares, pessoais, culturais, ético, religiosos, entre outros, são manifestos e por ser uma instituição social a mesma possui a responsabilidade de direcionar os alunos em aprender a conviver e respeitar as diversidades, sem que nem um dos pares seja ou sinta-se excluído do grupo (MAIA; ARAÚJO; JÚNIOR, 2012, p. 172).

**Figura 2:** Percentual de nível de satisfação com relação a estar na escola para os alunos do 6º ano da escola Brigadeiro Fontenelle, em setembro de 2019



**Fonte:** Autores.

**Figura 3:** Percentual de alunos do 6º ano da escola Brigadeiro Fontenelle que se sentem excluídos no ambiente escolar, em setembro de 2019.



**Fonte:** Autores.

Quando analisado se estes adolescentes se sentiam excluídos no ambiente escolar, pode-se perceber que apesar da grande maioria afirmar que não (68,09%), deve-se considerar que muitos desses alunos não se sentem incluídos no contexto social da escola (31,91%) (Figura 3). Apesar da minoria sentir-se excluída, em relação a esta pesquisa, este sentimento pode ter sido provocado por um histórico de baixa estima e não pertencimento ao grupo, características de consequências de pessoas vítimas de *bullying* ou alguma

outra forma de violência. Pigozi e Machado (2014, p. 3517), após pesquisa integrativa de diversos artigos afirmam que os indivíduos os quais sofrem *bullying* podem apresentar sintomas de estresse pós-traumático, além de comportamentos hiperativos e dificuldades em relacionar-se com os colegas.

É importante frisar que as relações entre os adolescentes no contexto escolar são complexas e, em alguns momentos, apresentam aspectos contraditórios. A escola é um ambiente onde a convivência cotidiana cria, informalmente, o que é descrito como “microsistema dos iguais”, onde dentro deste são definidas regras de comportamento, atitudes e valores os quais delimitam a junção dos jovens naquele grupo. Em conformidade com as características que tal grupo assume, podem, eventualmente, evidenciar-se divergências e conflitos (BRASIL, 2012, p. 27). Quando questionado a estes 31,91% que se sentem excluídos quais os motivos, foram citadas as variáveis: Comportamento (53,33%), Classe Social (33,33%), Não sabe (6,67%) e Sexualidade (6,67%) (Tabela 2).

**Tabela 2:** Percentual dos alunos do 6º ano da escola Brigadeiro Fontenelle por motivos de estarem sendo excluídos do ambiente escolar, em setembro de 2019

Qual o motivo?	Percentual
Comportamento	53,33
Classe social	33,33
Não sabe	6,67
Sexualidade	6,67
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autores.

No que concerne aos índices de adolescentes que já sofreram *bullying* na escola Brigadeiro Fontenelle, destaca-se que 51,06% dos participantes da pesquisa foram passivos dessa forma de violência (Figura 4). Boa parte dos agressores acham engraçado “brincadeiras” que hostilizam e tornam o outro motivo e chacota, isto os leva a um sentimento de bem-estar ou satisfação por sentirem-se dominadores dos colegas, e até mesmo consideram que estas atitudes trazem prestígio e liderança perante os pares. Essa necessidade de reconhecimento e pertencimento pelos outros colegas acaba levando aos jovens a cometerem práticas de cunho violento (PIGOZI; MACHADO, 2014, p. 3518).

**Figura 4:** Percentual de alunos que já sofreram *Bullying* na escola Brigadeiro Fontenelle, Setembro de 2019



**Fonte:** Autores.

Por meio desta pesquisa foi possível identificar que: 27,66% meninos e 23,40% das meninas afirmam terem sido vítimas de *bullying*; 31,92% dos meninos e 17,02% das meninas dizem não terem sido vítimas. Portanto, por meio dos dados apresentados a maioria das vítimas de *bullying* na escola Brigadeiro Fontenelle é do gênero masculino (Tabela 3). A forma como a sociedade emprega o modo de educação de meninos e meninas surte efeito no comportamento deles perante as situações vivenciadas, por meio desta há o controle da agressividade feminina, porém no gênero masculino há um processo semelhante, no entanto, neles são bloqueadas expressões de sentimentos como ternura, sensibilidade e carinho (MATTOS; JAEGER, 2015, p. 356). Quando um garoto apresenta um comportamento mais sensível, ou este não responde de forma agressiva aos demais colegas, possui um corpo franzino ou acima do peso nele é impregnado estereótipos e a partir disso surgem os apelidos e até mesmo a violência física.

**Tabela 3:** Percentual de vítimas de *Bullying* na escola Brigadeiro Fontenelle segundo gênero, em setembro de 2019

Já foi Vítima de <i>Bullying</i>	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	23,40	27,66	51,06
Não	17,02	31,92	48,94
<b>Total</b>	<b>40,42</b>	<b>59,58</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Autores.

**Tabela 4:** Percentual em relação à frequência e autores da violência a partir dos casos de *Bullying* na escola Brigadeiro Fontenelle, em setembro de 2019

Variável	Categoria	Total
Frequência de vezes	Uma vez no ano	65,21
	2 a 5 vezes no ano	21,74
	6 a 8 vezes no ano	8,70
	Mais que 8 vezes no ano	4,35
Autores da violência	Um menino	37,04
	Meninos e Meninas	22,22
	Colegas de turma	14,81
	Alunos mais velhos	7,41
	Uma menina	7,41
	Vários meninos	7,41
	Alunos de outra turma, mas do mesmo ano	3,70

**Fonte:** Autores.

Dos 51,06% que alegaram ter sido passivos de *bullying*: 65,21% afirmaram que este ocorre uma vez ao ano, 21,74% de duas a cinco vezes ao ano, 8,70% de seis a oito vezes por ano e 4,35% conclui que as práticas acontecem mais de oito vezes ao ano, além da frequência de vezes que a violência é sofrida, pôde-se identificar os autores da violência por meio do gênero, da proximidade das relações, idade e quantidade: um menino (37,04%), meninos e meninas (22,22%), colegas de turma (14,81%), alunos mais velhos (7,41%), uma menina (7,41%), vários meninos (7,41%), alunos de outra turma, mas do mesmo ano (3,70%) (Tabela 4). A partir disso, é possível analisar que a maioria dos autores é do sexo masculino os quais estão acompanhados de outros que apoiam a prática, sendo estes de gênero opostos, onde os quais fazem parte da mesma turma.

## Conclusão

Em virtude dos fatos mencionados, o *bullying* em todas as suas modalidades têm sido uma das principais formas de violência dentro do universo escolar, este fato demonstra o quão importante é que as instituições de ensino estejam preparadas para lidar com o referido problema. Foi perceptível que essa prática se encontra inserida tanto no círculo feminino quanto no masculino, contudo, é evidente que

esse comportamento atinge muito mais os garotos, sendo eles os maiores autores e vítimas dessa práxis. O modo como a sociedade imputa a forma como meninos e meninas devem comportar-se detém forte influência na forma como estes irão reagir aos diferentes estímulos durante a vida. Apesar das escolas serem palcos da manifestação de comportamentos violentos por parte dos alunos, o grupo familiar é o local onde a maioria desses sentimentos desenvolve-se, portanto, tornar-se fundamental um olhar crítico por parte dos pais e responsáveis. A participação na vivência escolar por parte dos responsáveis contribuirá para que haja maior interação entre a instituição e as famílias dos jovens, o que viabilizará legitimidade para intervenções e sugestões frente a casos de *bullying*.

## Referências

ABRAMOVAY, M. **Violência é assunto de escola, sim!**. Nova escola. São Paulo. Março 2009.

AGUIAR, L. G. F.; BARRERA, S. D. Manifestações de *Bullying* em Diferentes Contextos Escolares: um Estudo Exploratório. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. São Paulo. v. 37, n. 3, p. 669-682, 2017.

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. *Bullying*: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Rev. Sem. Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v. 16, n. 1, p. 35-44, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: Flacso, 1. ed., p. 27, 2012.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.; 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**, 2010.

JELIHOVSCHI, E. **Análise exploratória de dados usando o R**. Ilhéus, Bahia: Editus, 2014.

LOPES NETO, A. A. *Bullying*: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro. v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.



- MAIA, L. L. Q. G. N.; ARAÚJO, A.; JÚNIOR, A. S. S. O entendimento da violência escolar na percepção de adolescentes. **Revista Médica de Minas Gerais**, p. 172, 2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- MATTOS, M. Z.; JAEGER A. A. *Bullying* e as relações de gênero presentes nas escolas. **Movimento**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 353 e 356, 2015.
- NASCIMENTO, A. M. T.; MENEZES, J. A. Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar. **Psicologia & Sociedade**, p. 148, 2013.
- OLIVEIRA, T.; VIANA, A. P. S.; BOVETO, L.; SARACHE, M. V. Escola, Conhecimento e Formação de pessoas: considerações históricas. **Revista Políticas Educativas**. Porto Alegre. v. 6, n. 2, p. 145-160, 2013.
- PEARCE, J. B.; THOMPSON, A. E. Practical approaches to reduce the impact of *bullying*. **BMJ Journals**. v. 79, n. 6, p. 528-531, 1998.
- PIGOZI, P. L.; MACHADO, A. L. *Bullying* na adolescência: visão panorâmica no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 20, n. 11, p. 3509-3522, 2015.
- REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: 9<<http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>>. Acesso em: 25 Abr. 2019.
- ROSA, M. J. A. Violência no Ambiente Escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. **GEPIADDE**. Itabaiana. v. 8, n. 4, p. 143-158, 2010.
- SILVA, A. A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2010.
- TOGNETTA, L. R. P.; ROSÁRIO, P. *Bullying*: dimensões psicológicas no desenvolvimento moral. **Revista Est. Aval. Educ.** São Paulo. v. 24, n. 56, p. 106-137, 2013.
- TREVISOL, M. T. C.; UBERTI, L. *Bullying* na escola: a compreensão do aluno no papel de testemunha. **Revista Psicologia: teoria e prática**. São Paulo. v. 17, n. 3, p. 164-176, 2015.

## Apêndice A: Questionário de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS ESTATÍSTICAS E COMPUTACIONAIS  
LABORATÓRIO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO

Formulário nº: \_\_\_\_\_  
Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019  
Cidade: Belém/PA  
Bairro: Terra Firme  
Escola: Brigadeiro Fontenelle  
Ano/Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

### PERQUISA BULLYING

#### DADOS PESSOAIS

- 1) GÊNERO: ( ) Masculino ( ) Feminino  
2) IDADE: \_\_\_\_\_ anos  
3) COM QUEM MORA:  
( ) Com os pais ( ) Só com o pai ( ) Só com a mãe ( ) Com a mãe e o padrasto ( ) Com o pai e a madrasta  
( ) Outros. Quem?  
4) COMO É A SUA RELAÇÃO COM QUEM MORA?  
( ) Muito boa ( ) Boa ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssima  
5) QUAL A SUA RELIGIÃO?  
( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Matriz Africana ( ) Não possui religião  
( ) Outra. Qual?

#### PERGUNTAS GERAIS

- 6) O RELACIONAMENTO COM OS COLEGAS DA TURMA É:  
( ) Muito bom ( ) Bom ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssimo  
7) PARA VOCÊ ESTAR NA ESCOLA É:  
( ) Muito bom ( ) Bom ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Péssimo  
8) VOCÊ TEM AMIGOS NA ESCOLA?  
( ) Sim ( ) Não  
9) VOCÊ SE SENTE EXCLUÍDO NO AMBIENTE ESCOLAR?  
( ) Sim ( ) Não (Caso seja NÃO, vá para a questão 10)  
9.1) QUAL O MOTIVO DE SER OU ESTAR SENDO EXCLUÍDO?  
( ) Classe Social ( ) Sexualidade ( ) Comportamento ( ) Aparência ( ) Desempenho Escolar ( ) Religião  
( ) Outros. Qual/Quais?  
10) COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ ACESSA A INTERNET?  
( ) Sempre ( ) Às Vezes ( ) Nunca (Vá para a questão 11)  
10.1) QUE TIPO DE CONTEÚDO VOCÊ ACESSA NA INTERNET (ASSINALE MAIS DE UMA, SE DESEJAR)?  
( ) Jogos ( ) Site de Relacionamento ( ) Bate-Papo ( ) E-mail  
( ) Pesquisa da Escola ( ) Todos ( ) Outros. Qual?  
11) ALGUÉM JÁ POSTOU ALGUMA COISA SOBRE VOCÊ NA INTERNET, QUE VOCÊ NÃO GOSTOU?  
( ) Sim ( ) Não (Caso seja NÃO, vá para questão 12)  
11.1) O QUE VOCÊ NÃO GOSTOU?  
( ) Comentários Ofensivos ( ) Fotos/Vídeos Impróprios ( ) Outros. O quê?  
12) VOCÊ SABE O QUE É BULLYING?  
( ) Sim ( ) Não  
13) JÁ CONVERSOU COM ALGUÉM SOBRE ESTE ASSUNTO?  
( ) Sim ( ) Não (Caso seja NÃO, vá para a questão 14)  
13.1) SE SIM, COM QUEM?  
( ) Familiares ( ) Amigos ( ) Professores ( ) Funcionários da Escola  
( ) Outros. Quem?  
14) VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE BULLYING?  
( ) Sim ( ) Não (Caso seja NÃO, vá para a questão 15)  
14.1) SE VOCÊ FOI VÍTIMA, O QUE TE FIZERAM (ASSINALE MAIS DE UMA, SE DESEJAR)?  
( ) Me empurraram ( ) Me bateram ( ) Me disseram coisas ofensivas ( ) Pegaram ou quebraram algo meu  
( ) Espalharam mentiras sobre mim ( ) Outros. O quê?  
14.2) QUANTAS VEZES ISSO ACONTECEU ESSE ANO?  
( ) uma vez no ano ( ) 2 a 5 vezes no ano ( ) 6 a 8 vezes no ano ( ) mais de 8 vezes no ano ( ) Outros. Quanto?  
14.3) QUEM FEZ ISSO COM VOCÊ?  
( ) Um menino ( ) Uma menina ( ) Vários meninos ( ) Várias meninas ( ) Meninos e meninas  
( ) Colegas de turma ( ) Alunos de outra turma, mas do mesmo ano ( ) Alunos mais velhos ( ) Alunos mais novos ( ) Outros. Quem?  
14.4) VOCÊ CONTOU A ALGUÉM O QUE ACONTECEU?  
( ) Sim, a um(a) professor(a) ( ) Sim, a minha mãe ( ) Sim, ao meu pai ( ) Sim, ao meu irmão/ minha irmã  
( ) Sim, a um(a) amigo(a) ( ) Não disse a ninguém ( ) Disse a outra pessoa. Quem?  
15) VOCÊ JÁ PRATICOU BULLYING?  
( ) Sim ( ) Não  
16) VOCÊ JÁ PRESOUCIUM ALGUÉM COMETENDO BULLYING CONTRA OUTROS/AS PESSOAS?  
( ) Sim ( ) Não

# Perfil dos Egressos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará

*Joyce Gama Souza*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Letícia Estefany Santana Pensador*

## RESUMO

**Importância:** No Brasil, a criação de programas que objetivam a formação de qualidade se em expansão. Dentre eles, os programas de pós-graduação. O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará é o primeiro do Brasil a nortear a formação exclusiva de mestres na área objetivando atender a crescente demanda para o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada que resultem em pontos positivos para a segurança pública. **Objetivo:** Objetiva-se mostrar o Perfil dos Egressos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo com a utilização da técnica estatística análise exploratória de dados. **Resultados:** Verificou-se que 77 (52,70%) egressos são do sexo feminino, 31 (41,89%) egressos se encontram na faixa etária de 40 a 49 anos, 44 (60,27%) se declaram pardos, 36 (48,66%) foram titulados em 24 meses, 51 (68,92%) são casados, 41 (55,41%) recebem 11 ou mais salários mínimos, 72 (97,30%) trabalham, 26 (35,14%) publicaram artigos dos quais 18 (75,00%) publicaram apenas 1, sendo 6 (30,00%) com Qualis A2. Dos Egressos, 17 (23,61%) Trabalham na Polícia Militar do Estado do Pará e 10 (14,29%) exercem a função de delegado(a). 63 (88,73%) afirmaram estar totalmente ou parcialmente satisfeitos com seu ambiente de trabalho, 66 (90,00%) estão parcialmente ou totalmente satisfeitos com a função/cargo, 63 (88,73%) estão parcialmente ou totalmente satisfeitos com a remuneração, 61 (87,14%) afirmaram estar parcialmente ou totalmente satisfeitos com a sua qualidade de vida, 65 (92,86%) afirmaram estar totalmente ou parcialmente satisfeitos com a sua realização pessoal e 65 (91,55%) estão totalmente ou parcialmente satisfeitos com a sua realização profissional. **Conclusão:** Os resultados demonstram a efetividade do Programa na atuação pessoal e profissional dos seus egressos. No entanto, é importante ressaltar que apesar da maioria dos egressos fazer parte de instituições públicas de segurança do estado, seus efeitos sobre a gestão pública de segurança são pouco visíveis devido grandes desafios que o estado enfrenta na consolidação de projetos efetivos nesta área, necessitando de novas pesquisas na área.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Formação Profissional; Análise Exploratória de Dados.

## Introdução

Os programas de pós-graduação foram instituídos no Brasil a partir de 1960 com o objetivo de fortalecer as áreas do conhecimento e proporcionar a formação de pesquisadores contribuindo para a notoriedade e eficiência dos programas (CAIRUS, 2001). No cenário atual brasileiro a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desempenham o importante papel de incentivo a pesquisa e construção/disseminação de conhecimentos científicos (SOARES et al., 2014).

Atualmente o Brasil vivencia um grave problema de segurança pública ocasionado pela violência urbana evidenciado na insegurança social cotidiana. Portanto, constata-se a necessidade da criação de políticas públicas voltadas para a segurança que objetivem a promoção eficaz de ações que proporcionem o bem estar social. Para tanto, é necessário qualificar de maneira satisfatória os agentes que atuarão na elaboração e implantação de políticas públicas em segurança a partir de programas científicos como os de mestrado profissional (CAPES, 2010).

O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) *stricto sensu* é o primeiro do Brasil a nortear a formação exclusiva de mestres na área de Segurança Pública objetivando atender a crescente demanda para o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada que resultem em pontos positivos para a segurança pública social bem como, incitar a criatividade nas áreas científicas e tecnológicas a partir da capacitação dos profissionais para atuação em instituições governamentais e não governamentais do Brasil e exterior (PPGSP, 2018). Outros aspectos importantes do programa é garantir a qualificação profissional dos agentes de segurança pública que exercem a atividade policial no intuito de desenvolver atividades de pesquisa e de reflexões a respeito de conflitos sociais, direitos humanos, e cidadania, bem como ferramentas informacionais aplicadas à atividade policial e Incentivar a produção de conhecimentos sobre segurança pública, criminalidade e conflitos sociais apoiados por métodos e tecnologias informacionais (PPGSP, 2018).

## Metodologia

A pesquisa tem natureza quantitativa sendo do tipo exploratória que objetiva maior compreensão da problemática a ser abordada bem como

o aprimoramento de ideias e descritiva que objetiva a caracterização de determinada população ou fenômeno permitindo a relação entre as variáveis presentes no estudo (GIL, 2002).

Os dados abordados no estudo são referentes aos 74 egressos do PPGSP pertencentes as turmas que se estendem do período de 2011 a 2017. Os dados foram coletados por meio do questionário eletrônico (Apêndice A) titulado desenvolvido na plataforma digital Google Forms como “Perfil dos egressos do PPGSP-UFPA”. Após a coleta houve a construção do banco de dados com o auxílio do Excel 2010.

No intuito de atender os objetivos do presente estudo, foram selecionadas as seguintes variáveis: (i) Sexo: Masculino e Feminino; (ii) Faixa etária (em anos): 20 a 29, 30 a 39, 40 a 49 e  $\geq 50$  anos; (iii) Cor/Raça: Branca, Parda e Negra; (iv) Tempo de Conclusão de Curso (em meses); (v) Estado Civil: casado(a), divorciado(a), solteiro(a) e viúvo(a); (vi) Renda: em salário mínimo; (vii) Trabalha: Sim e Não; (viii) Publicação de Artigos: Sim e Não; (ix) Quantidade de Artigos Publicados; (x) Qualis dos artigos publicados; (xi) Instituição de Trabalho: as dez maiores; (xii) Cargo: os dez maiores; (xiii) Nível de Satisfação com o Ambiente de Trabalho; (xiv) Nível de Satisfação com Função/Cargo no Ambiente de Trabalho; (xv) Nível de Satisfação com a Remuneração; (xvi) Nível de Satisfação em relação a Qualidade de Vida; (xvii) Nível de Satisfação em relação a Realização Pessoal; (xviii) Nível de Satisfação em relação a Realização Profissional.

Inicialmente se utilizou a análise exploratória de dados que permite o grupamento detalhado dos dados transformando-os posteriormente em informações estatísticas descritivas ou inferenciais (BUSSAB; MORETTIN, 2017). Posteriormente, se utilizou a estatística descritiva para organizar e sintetizar os dados em gráficos e tabela com o auxílio do Programa Microsoft Office Excel 2010 (REIS; REIS, 2002).

## Resultados e discussão

Segundo a Tabela 1, 77 egressos do PPGSP da Universidade Federal do Pará (52,70%) são do sexo feminino, ratificando os dados divulgados pela CAPES apontando que a maioria dos estudantes da modalidade de pós-graduação é do sexo feminino (CAPES, 2017). 57 (77,03%) egressos se encontram na faixa etária de 30 a 49 anos, 44 (60,27%) se declaram pardos (Tabela 1).

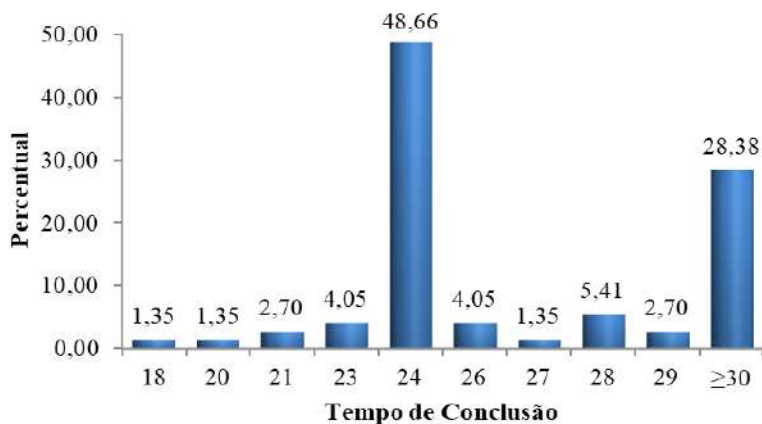
**Tabela 1:** Percentual dos Egressos do PPGSP por Sexo, Faixa Etária, Cor/Raça, no Período de 2011 a 2017

Variável	Categoria	Percentual
Sexo	Feminino	52,70
	Masculino	47,30
Faixa Etária em Anos	20 a 29	2,70
	30 a 39	35,14
	40 a 49	41,89
	≥ 50	20,27
Cor/Raça	Parda	60,27
	Branca	27,40
	Negra	12,33

**Fonte:** Autores.

De acordo com os critérios de implantação de Mestrado e Doutorado estipulados pela CAPES, o tempo médio de titulação é de 24 meses, podendo haver titulações no tempo mínimo de 18 ou no tempo máximo de 48 meses (CAPES, 2016). Dos egressos do PPGSP da Universidade Federal do Pará, 36 (48,66%) foram titulados em 24 meses (Figura 1).

**Figura 1:** Percentual dos Egressos do PPGSP por Tempo de Conclusão de Curso (em meses) no Período de 2011 a 2017



**Fonte:** Autores.

**Tabela 2:** Percentual dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Estado Civil, Renda, Trabalho, Publicação de Artigos, Quantidade de Artigos Publicados e Qualis no Período de 2011 a 2017

Variável	Categoria	Ingresso		Egresso	
		N	%	N	%
Estado Civil	Casado (a)	53	71,63	51	68,92
	Divorciado (a)	11	14,86	13	17,57
	Solteiro (a)	9	12,16	9	12,16
	Viúvo	1	1,35	1	1,35
Renda	Sem Rendimento	1	1,35	-	-
	1 + 3	2	2,70	3	4,05
	3 + 5	9	12,16	5	6,76
	5 + 7	12	16,22	8	10,81
	7 + 9	8	10,81	9	12,16
	9 + 11	14	18,92	8	10,81
	≥ 11	28	37,84	41	55,41
Trabalha	Sim	72	97,30	72	97,30
	Não	2	2,70	2	2,70
Publicação de Artigos	Sim	50	67,57	26	35,14
Artigos Publicados	1	24	50,00	18	75,00
	2	15	31,25	2	8,32
	3	1	2,08	1	4,17
	4	4	8,33	-	-
	5	2	4,17	1	4,17
	6	1	2,08	1	4,17
	≥ 7	1	2,08	1	4,17
Qualis	A1	1	2,56	1	5,00
	A2	3	7,69	6	30,00
	B1	10	25,64	3	15,00
	B2	13	33,33	4	20,00
	B3	4	10,26	4	20,00
	B4	3	7,69	-	-
	B5	1	2,56	-	-
	C	4	10,26	2	10,00

**Nota:** A categoria com (-) não foi citada; O símbolo (†) inclui a informação à esquerda e inclui a informação à direita.

**Fonte:** Autores.

Quando Ingressos no programa, 53 (71,63%) eram casados, 28 (37,84%) recebiam 11 ou mais salários mínimos e 72 (97,30%) trabalhavam, 50 (67,57%) publicaram artigos, 24 (50,00%) publicaram apenas 1 artigo, sendo 13 (33,33%) com Qualis B2 (Tabela 2). Dos Egressos do PPGSP, 51 (68,92%) são casados, 41 (55,41%) recebem 11 ou mais salários mínimos, 72 (97,30%) trabalham, 26 (35,14%) publicaram artigos, dos quais 18 (75,00%) publicaram apenas 1, sendo 6 (30,00%) com Qualis A2 (Tabela 2).

**Tabela 3:** Percentual dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Instituição de Trabalho no Período de 2011 a 2017

Variável	Ingresso no PPGSP		Egresso do PPGSP	
	Categoria	Percentual	Categoria	Percentual
Instituição de Trabalho (Dez Maiores)	Polícia Militar	21,13	Polícia Militar	23,61
	Polícia Civil	16,9	Polícia Civil	12,5
	PRF1	5,63	Tribunal de Justiça	5,56
	Ministério Público	4,23	Ministério Público	5,56
	Susipe2	4,23	PRF1	4,17
	Tribunal de Justiça	4,23	Corpo de Bombeiros	4,17
	Corpo de Bombeiros	2,82	Interpol	2,78
	Centro de Perícias	2,82	Profissional Liberal	2,78
	IESP3	2,82	Polícia Federal	2,78
	Polícia Federal	2,82	Força Aérea Brasileira	2,78
	Delegado(a)	18,31	Delegado(a)	14,29
	Major	5,63	Coronel	8,57
	Tenente Coronel	5,63	Professor(a)	5,71
	Advogado(a)	4,23	Tenente Coronel	5,71
	Perito(a) Criminal	4,23	PRF2	4,29
	Professor(a)	4,23	Cabo	4,29
	Promotor(a) de Justiça	4,23	Major	4,29
	Administrador(a)	2,82	Oficial	4,29
	Assessor(a)	2,82	Perito(a) Criminal	4,29
	Capitã	2,82	Promotor(a)	4,29

**Nota 1:** Polícia Rodoviária Federal

**Nota 2:** Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

**Nota 3:** Instituição de Ensino de Segurança do Pará

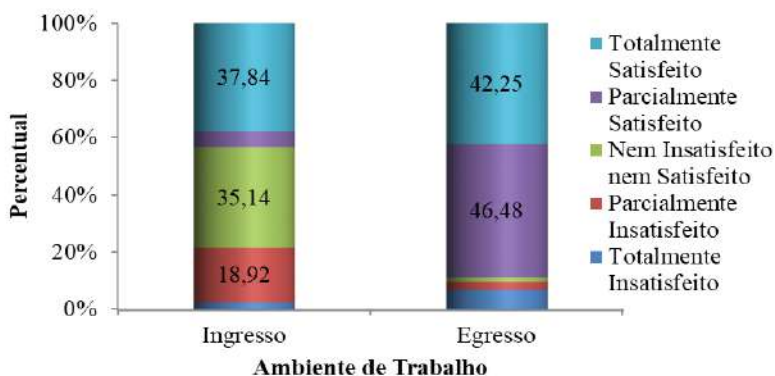
**Fonte:** Autores.



Dos Ingressos no PPGSP, 15 (21,13%) trabalhavam na Polícia Militar do Estado do Pará e 13 (18,31%) exerciam a função de delegado (a). Dos Egressos, 17 (23,61%) Trabalham na Polícia Militar do Estado do Pará e 10 (14,29%) exercem a função de delegado (a) (Tabela 3).

Em relação ao nível de satisfação dos ingressos, percebe-se na Figura 2 que 28 (37,84%) estavam totalmente satisfeitos com o seu ambiente de trabalho. No entanto, observa-se que 40 (54,06%) ingressos afirmaram não estar nem satisfeitos nem insatisfeitos ou parcialmente insatisfeitos com seu ambiente de trabalho (Figura 2). Entretanto, após a egressão desses alunos do programa, percebe-se que 63 (88,73%) afirmaram estar totalmente ou parcialmente satisfeitos (Figura 2).

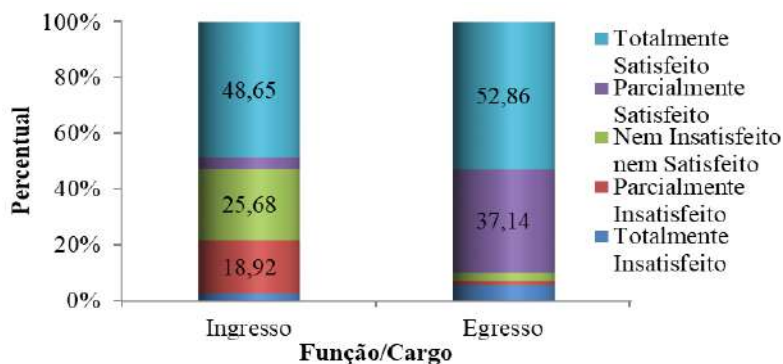
**Figura 2:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Ambiente de Trabalho no Período de 2011 a 2017



**Fonte:** Autores.

Na Figura 3, é possível observar que 36 (48,65%) ingressos estavam totalmente satisfeitos em relação a função/cargo exercido no ambiente de trabalho porém, 33 (44,60%) estavam nem insatisfeitos nem satisfeitos com a sua função ou cargo exercido no ambiente de trabalho. Contudo, após a saída desses alunos do programa, 66 (90,00%) afirmaram estar parcialmente ou totalmente satisfeitos com a função/cargo que exercem no ambiente de trabalho (Figura 3).

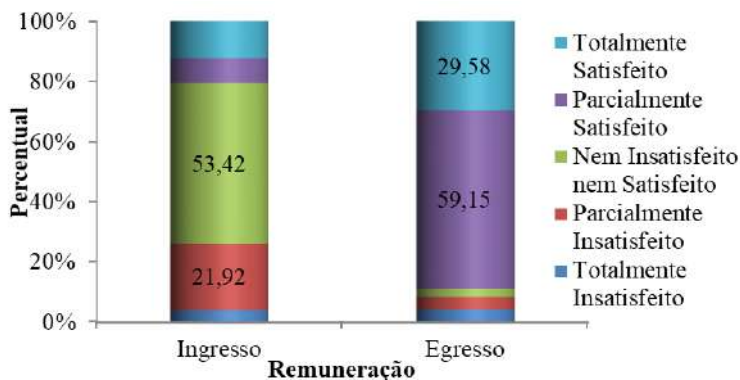
**Figura 3:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Função/Cargo no Período de 2011 a 2017



Fonte: Autores.

Quanto à remuneração dos alunos ingressos no programa, 55 (75,34%) não estavam satisfeitos nem insatisfeitos ou parcialmente insatisfeitos (Figura 4). No entanto, após a egressão desses alunos 63 (88,73%) afirmaram estar parcialmente ou totalmente satisfeitos em relação à remuneração (Figura 4).

**Figura 4:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Remuneração no Período de 2011 a 2017

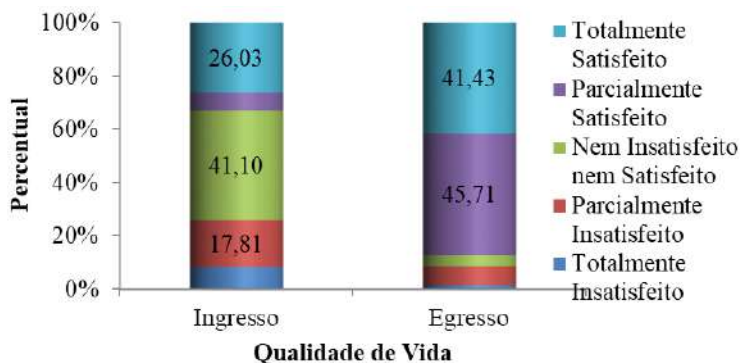


Fonte: Autores.

Em relação à qualidade de vida dos ingressos, 43 (58,91%) não estavam satisfeitos nem insatisfeitos ou parcialmente insatisfeitos (Figura 5). Após a

saída dos alunos do programa 61 (87,14%) afirmaram estar parcialmente ou totalmente satisfeitos com a sua qualidade de vida (Figura 5).

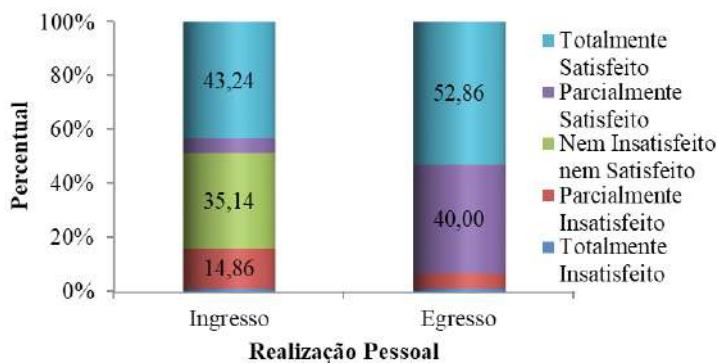
**Figura 5:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Qualidade de Vida no Período de 2011 a 2017



Fonte: Autores.

Dos ingressos, 37 (50,00%) não estavam nem satisfeitos nem insatisfeitos em relação a sua realização pessoal (Figura 6). Entretanto, 65 (92,86%) dos egressos afirmaram estar totalmente ou parcialmente satisfeitos em relação a sua realização pessoal (Figura 6).

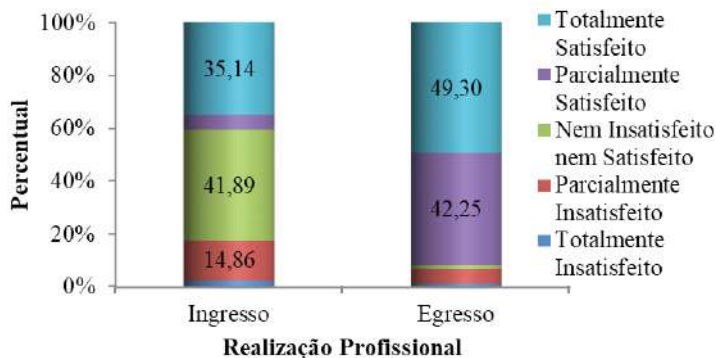
**Figura 6:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Realização Pessoal no Período de 2011 a 2017



Fonte: Autores.

Na Figura 7, observa-se que 42 (56,75%) alunos ingressos não estavam satisfeitos nem insatisfeitos ou parcialmente insatisfeitos com a sua realização profissional. No entanto, após a egressão desses alunos, 65 (91,55%) afirmaram estar totalmente ou parcialmente satisfeitos com a sua realização profissional (Figura 7).

**Figura 7:** Percentual do Nível de Satisfação dos Ingressos e Egressos do PPGSP por Realização Profissional no Período de 2011 a 2017



**Fonte:** Autores.

### Considerações finais

Os resultados demonstram a efetividade do PPGSP da Universidade Federal do Pará na atuação pessoal dos discentes enquanto pesquisadores colaborando no crescimento da produção científica dos cursos de pós-graduação da instituição nos últimos anos. Outro resultado importante observado na pesquisa é a atuação profissional dos discentes evidenciado na atuação em cargos hierárquicos mais importantes. No entanto, é importante ressaltar que apesar da maioria dos egressos fazer parte de instituições públicas de segurança do estado, seus efeitos sobre a gestão pública de segurança são pouco visíveis devido aos grandes desafios que o estado enfrenta na consolidação de projetos efetivos nesta área.

### Referências

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CAIRUS, R. **Globalização: aspectos gerais, consequências e influência na educação.** p. 39. Dissertação (Pós-Graduação em Docência do Ensino Fundamental e Médio) – Instituto de Pesquisas Sócio-Pedagógicas, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2001.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre Avaliação de Cursos, 2010.** Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf\\_SegurancaPublica.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf) . Acesso em: 08 fev. 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mulheres são maioria na pós-graduação brasileira.** 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira> Acesso em: 25 abr. 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Requisitos Para Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN).** 2016. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/documentos/Criterios\\_apcn\\_2semestre/Crit%C3%A9rios\\_de\\_APCN\\_2017\\_-\\_Materiais.pdf](https://capes.gov.br/images/documentos/Criterios_apcn_2semestre/Crit%C3%A9rios_de_APCN_2017_-_Materiais.pdf) Acesso em: 25 abr. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.; 2002.

PPGSP. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Apresentação.** 2018. Disponível em: <http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 25 abr. 2019.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SOARES, W. D.; SOARES, F. B. D.; LEITE, M. T. S.; SAMPAIO, C. A.; VIANNA, R. S. M.; CARNEIRO, J. A.; NETO, J. F. R. A qualidade dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, v. 5, edição especial, Maio/Agosto, p. 2816-2829, 2014.



# Apêndice A: Questionário de Pesquisa



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Ciências Exatas e Naturais  
Perfil dos Egressos PPGSP

Questionário Nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

## DADOS PESSOAIS - NA ENTRADA DO PROGRAMA

- 1) **Sexo:**  Masculino  Feminino 2) **Idade:** \_\_\_\_\_ anos  
3) **Raça:**  Branca  Parda  Amarela  Negra  Indígena  
4) **Estado Civil:**  Solteiro(a)  Casado(a) / União Estável  Divorciado(a)/Separado(a)   
Viúvo(a)  
5) **Profissão:** \_\_\_\_\_ 6) **Curso de Graduação:** \_\_\_\_\_  
7) **Trabalha?** Sim  Não  Se SIM, em qual instituição? \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

## NO INGRESSO NO PPGSP

- 8) **Renda** (em Salário Mínimo): \_\_\_\_\_ (Renda correspondente ao ano de ingresso no PPGSP)  
9) **Ano de Ingresso no PPGSP:** \_\_\_\_\_ 10) **Tempo de Conclusão:** \_\_\_\_\_ ano  
\_\_\_\_\_ meses

- 11) **Qual o motivo da busca pela titulação de pós-graduação?** múltiplaescolha  
 Docência  Pesquisa  Aperfeiçoamento para o mercado de trabalho  Boa Remuneração  
 Ascensão de cargo no mercado de trabalho  Outro: \_\_\_\_\_  
12) **Participou de Atividades de pesquisa?** Sim  Não   
13) **Participação em eventos científicos?** Sim  Não  (Se SIM, Quantos e Quais?) (múltiplaescolha)

- Quantos: \_\_\_\_\_  
 Congresso  Internacional  Nacional  Regional  Local  
 Seminário  Internacional  Nacional  Regional  Local  
 Simpósio  Internacional  Nacional  Regional  Local  
 Conferência  Internacional  Nacional  Regional  Local  
 Palestra  Internacional  Nacional  Regional  Local  
 Outro: \_\_\_\_\_  Internacional  Nacional  Regional  Local

- 14) **Publicou artigo em periódico?** Sim  Quantos? \_\_\_\_\_ Quais: \_\_\_\_\_  
Não

- 15) **Outras publicações?** Sim  Não  (Se SIM, Quais?) \_\_\_\_\_

## DURANTE O CURSO (PPGSP)

- 16) **Trabalha?** Sim  Não  Se SIM, em qual instituição? \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
17) **Indique o seu nível de satisfação quanto à (ao):**  
17.1 **Ambiente de trabalho:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.2 **Função (cargo) no Ambiente de Trabalho:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.3 **Remuneração:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.4 **Relação com os colegas de trabalho:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.5 **Qualidade de vida:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.6 **Realização pessoal:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito  
17.7 **Realização profissional:**  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito

## Apêndice A: Questionário de Pesquisa (continuação)

### EGRESSO DO PPGSP

- 28) Renda (em Salário Mínimo): \_\_\_\_\_ (Renda após a titulação pelo PPGSP)
- 29) Ano de egressão (saída) do PPGSP: \_\_\_\_\_
- 30) Participou de Atividades de pesquisa? Sim  Não
- 31) Participação em eventos científicos? Sim  Não  (Se SIM, Quantos e Quais?)  
(múltiplaescolha)  
Quantos: \_\_\_\_\_
- |                                       |  |                                   |                                   |                                |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Congresso    | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
| <input type="checkbox"/> Seminário    | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
| <input type="checkbox"/> Simpósio     | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
| <input type="checkbox"/> Conferência  | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
| <input type="checkbox"/> Palestra     | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____ | <input type="checkbox"/> Internacional | <input type="checkbox"/> Nacional | <input type="checkbox"/> Regional | <input type="checkbox"/> Local |
- 32) Publicou artigo em periódico? Sim  Quantos? \_\_\_\_\_ Qualis: \_\_\_\_\_ Não
- 33) Outras publicações? Sim  Não  (Se SIM, Quais?) \_\_\_\_\_
- 34) O PPGSP colaborou para a sua atuação profissional?  Sim  Não
- 35) O PPGSP colaborou na sua atuação enquanto pesquisador?  Sim  Não

### TRAJETÓRIA APÓS A TITULAÇÃO NO PPGSP

- 36) Trabalha? Sim  Não  Se SIM, em qual \_\_\_\_\_  
instituição? \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_
- 37) Indique o seu nível de satisfação quanto à (ao):
- 37.1 Ambiente de trabalho:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.2 Função (cargo) no Ambiente de Trabalho:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.3 Remuneração:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.4 Relação com os colegas de trabalho:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.5 Qualidade de vida:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.6 Realização pessoal:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 37.7 Realização profissional:  Insatisfeito  Indiferente  Satisfeito
- 38) Atualmente possui algum vínculo com o PPGSP?  Sim  Não
- 39) Publicou artigo em periódico? Sim  Quantos? \_\_\_\_\_ Qualis: \_\_\_\_\_ Não
- 40) Outras publicações? Sim  Não  (Se SIM, Quais?) \_\_\_\_\_

### ATUALMENTE

- 41) Estado Civil:  Solteiro(a)  Casado(a) / União Estável  Divorciado(a)/Separado(a)  Viúvo(a)



# Autoavaliação do Programa de Pós- Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará

*Joyce Gama Souza*

*Letícia Estefany Santana Pensador*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** Os programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil, instituídos pela CAPES, para atender as mudanças advindas da globalização no cenário mundial, proporcionou o crescimento e aperfeiçoamento dos programas brasileiros. O Programa de Pós-Graduação stricto sensu é o primeiro do Brasil a nortear a formação exclusiva de mestres na área de Segurança Pública objetivando atender a crescente demanda para o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada. **Objetivo:** Mostrar a autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em segurança Pública da Universidade Federal do Pará. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo com a utilização da técnica estatística análise exploratória de dados. **Resultados:** Observou-se que a partir de 2015, o número de alunos que ingressou no PPGSP aumentou, chegando a 25 discentes em 2019. A turma de 2014 alcançou 100% de sucesso na conclusão do curso. A maioria dos egressos afirma estar totalmente satisfeita com o corpo docente, secretaria, recursos audiovisuais e recursos materiais disponibilizados pelo programa. Além disso, todas as variáveis de avaliação do corpo docente disponibilizado pelo programa foram avaliadas como excelente. Em relação a auto avaliação dos egressos enquanto discentes do programa, percebe-se que apenas as variáveis de “comparecimento nas aulas e relação com os colegas de classe” foram avaliadas como excelentes. Atualmente, 44,59% dos egressos exercem atividades de pesquisa. 21,62% dos egressos migraram para outros cursos dos quais 12,16% migraram para o curso de doutorado. **Conclusão:** Os resultados demonstram a eficiência do programa na vida dos alunos do programa. Contudo, destaca-se que, apesar da maioria da avaliação representar pontos positivos, algumas variáveis avaliadas abaixo do esperado precisam ser trabalhadas no intuito de proporcionar um ambiente favorável as relações interpessoais no sentido de promover o avanço da ciência e, posteriormente, ações efetivas na área da segurança pública.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Formação Profissional; Análise Exploratória de Dados.

## Introdução

A era da globalização proporcionou grandes impactos nos setores que constituem a sociedade, principalmente no que se refere à educação, englobando aspectos imprescindíveis à profissionalização e desenvolvimento de pesquisas (CAIRUS, 2001). Nesse contexto, instituições de ensino buscam meios de adaptação e cooperação que resultem na eficiência da educação em consonância a construção de saberes além de produzir ferramentas que possibilitem a construção de novos conhecimentos no âmbito tecnológico, científico e social (SILVA; NETO; SCHETINGER, 2018).

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, instituído pela CAPES, para atender as mudanças advindas da globalização no cenário mundial, proporcionou o crescimento e aperfeiçoamento dos programas brasileiros (SILVA; NETO; SCHETINGER, 2018). Para tanto, houve a criação do sistema de avaliação da pós-graduação instaurada em 1976 denominada de avaliação quadrienal, onde os programas são submetidos à avaliação periódica rigorosa e os resultados publicados em um intervalo de quatro anos são reconhecidos de Ministério da Educação (MEC) por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) (CAPES, 2010).

### **O programa de pós- graduação stricto sensu em segurança pública da Universidade Federal do Pará**

A partir de pesquisas desenvolvidas por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área da violência social houve a criação do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGDSMC) resultando na implantação de especializações, isto é, cursos *lato sensu* em 2002 em parceria a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará (SEGUP) e Ministério da Justiça, por meio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) com o objetivo de capacitar/especializar os agentes de segurança pública do estado (PPGSP, 2018a).

Após a realização de um workshop em Brasília no ano de 2010 com a presença de representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e da CAPES houve a orientação para a elaboração de novos projetos

de mestrado profissional em segurança pública e áreas análogas (PPGSP, 2018a). A partir desse ponto, após a intensificação das pesquisas, houve a elaboração do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGDSCM), isto é, Mestrado Profissional em Defesa Social e Mediação de Conflitos (PPGSP, 2018b).

Sob a resolução Nº 4.800, de 27 de abril de 2016 do Conselho superior de ensino, pesquisa e extensão da UFPA, o programa passou a ser titulado como Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) passando a atender a área de avaliação interdisciplinar (PPGSP, 2018c).

O PPGSP *stricto sensu* é o primeiro do Brasil a nortear a formação exclusiva de mestres na área de Segurança Pública objetivando atender a crescente demanda para o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada que resultem em pontos positivos para a segurança pública social bem como, incitar a criatividade nas áreas científicas e tecnológicas a partir da capacitação dos profissionais para atuação em instituições governamentais e não governamentais do Brasil e exterior (PPGSP, 2018a). Outros aspectos importantes do programa é garantir a qualificação profissional dos agentes de segurança pública que exercem a atividade policial no intuito de desenvolver atividades de pesquisa e de reflexões a respeito de conflitos sociais, direitos humanos, e cidadania, bem como ferramentas informacionais aplicadas à atividade policial e Incentivar a produção de conhecimentos sobre segurança pública, criminalidade e conflitos sociais apoiados por métodos e tecnologias informacionais (PPGSP, 2018d).

## Metodologia

A pesquisa tem natureza quantitativa sendo do tipo exploratória que objetiva maior compreensão da problemática a ser abordada bem como o aprimoramento de ideias e descritiva que objetiva a caracterização de determinada população ou fenômeno permitindo a relação entre as variáveis presentes no estudo (GIL, 2002).

Os dados abordados no estudo são referentes aos 74 egressos do PPGSP pertencentes as turmas que se estendem do período de 2011 a 2017. Os dados foram coletados por meio do questionário eletrônico (Apêndice A) titulado como “Perfil dos egressos do PPGSP-UFPA”. Após a coleta houve a construção do banco de dados com auxílio do Excel 2010.

No intuito de atender os objetivos do presente estudo, foram selecionadas as seguintes variáveis: (i) Ano de Ingresso no PPGSP; (ii) Ano de Saída do PPGSP; (iii) Não concluintes; (iv) Taxa de sucesso do programa; (v) Nível de Satisfação com o Corpo docente do PPGSP; (vi) Nível de Satisfação com a secretaria do PPGSP; (vii) Nível de Satisfação com os Recursos Audiovisuais do PPGSP; (viii) Nível de Satisfação com os Recursos Materiais do PPGSP; (ix) Avaliação da Relação Corpo Docente e Aluno; (x) Avaliação da Relação Orientador e aluno; (xi) Avaliação do Comparecimento dos Docentes nas aulas; (xii) Avaliação do cumprimento do Programa de Aulas; (xiii) Avaliação da Clareza na Apresentação das Aulas; (xiv) Avaliação da Utilização de Metodologias que Favorecem o aprendizado; (xv) Avaliação do Incentivo a Participação dos Alunos nas aulas; (xvi) Sanar dúvidas dos Alunos durante as Aulas; (xvii) Auxiliar os Alunos Fora do Horário de Aula; (xviii) Coerência entre nível de exigência e Conteúdo Ministrado em Sala; (xix) Autoavaliação dos alunos no seu comparecimento nas aulas; (xx) Autoavaliação dos alunos na sua busca por orientação; (xxi) Autoavaliação dos alunos na sua dedicação aos estudos em hora extra; (xxii) Autoavaliação dos alunos na realização das atividades solicitadas; (xxiii) Interesse em Realizar Publicações; (xxiv) Interesse em Participar de Eventos Científicos; (xxv) Interesse em Realizar Pesquisas; (xxvi) Relação com os colegas de Classe; (xi) Exerce Atividades de pesquisas atuais; (xxvii) Migração para outros cursos; (xxviii) Quais: Doutorado, Especialização, Graduação e Mestrado;

Para a análise inicial se utilizou a análise exploratória de dados que permite o grupamento detalhado dos dados transformando-os posteriormente em informações estatísticas descritivas ou inferenciais (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

Posteriormente, se utilizou a estatística descritiva que tem como finalidade a organização e a apresentação sintetizada dos dados em gráficos, tabelas e figuras com o auxílio do Programa Microsoft Office Excel 2010 os dados foram sintetizados e transformados em figuras e tabelas (REIS; REIS, 2002).

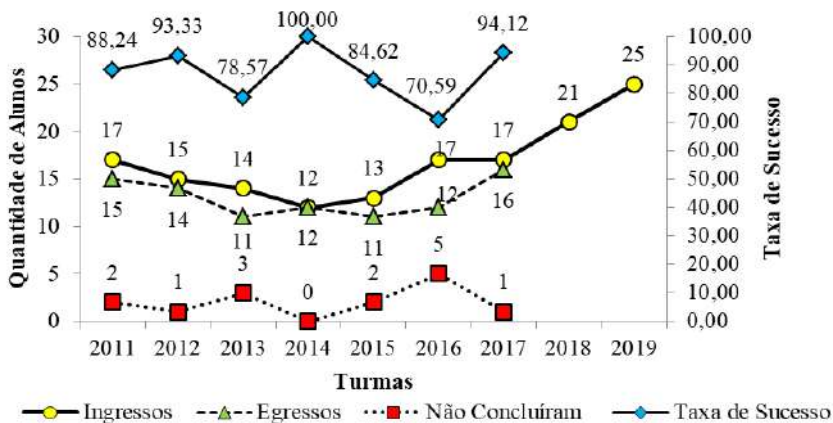
## **Resultados e discussão**

A partir da Figura 1, pode-se observar que houve o ingresso de 151 discentes no PPGSP-UFPA no período de 2011 a 2019. Nota-se que houve

uma tendência de redução na quantidade de vagas no período de no período de 2012 a 2014 (Figura 1). A partir de 2015, o número de alunos que ingressou no PPGSP aumentou, chegando a 25 discentes em 2019 (Figura 1). Nessa perspectiva, o crescimento no ingresso dos alunos é um fator importante, uma vez que, o mercado de trabalho é um cenário competitivo que necessita da inserção de profissionais capacitados que possam contribuir de maneira diferenciada nas ações efetivas de combate à criminalidade, por exemplo (ORTIGOZA; POLTRONIÉRI; MACHADO, 2012).

Até fevereiro de 2019 o PPGSP-UFGA conta com 90 dissertações defendidas, isto é, sua taxa de sucesso é de 87,03%. Destaca-se que apenas as turmas que ingressaram nos anos de 2013 (78,57%) e 2016 (70,59%), ficaram com desempenho abaixo da taxa média do PPGSP-UFGA (Figura 1). A Turma de 2014 alcançou 100% de sucesso na conclusão do curso (Figura 1).

**Figura 1:** Quantidade de Alunos Ingressos, Egressos e Não concluintes do PPGSP-UFGA por turma do período de 2011 a 2019.



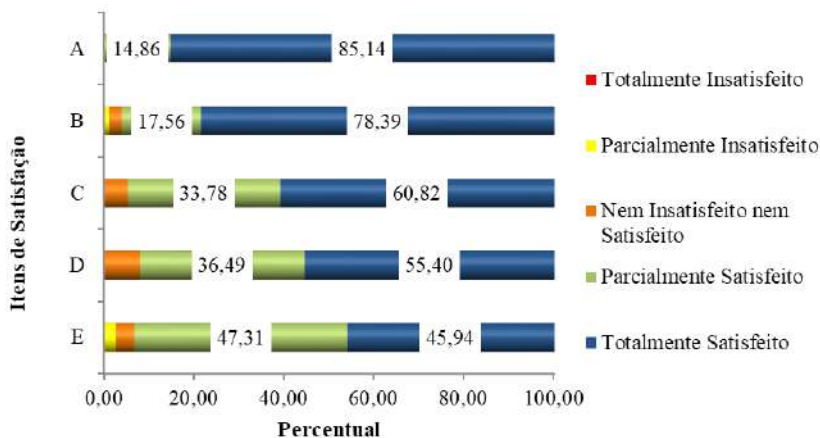
**Fonte:** Autores.

A maioria dos egressos afirma estar totalmente satisfeita com o corpo docente, secretaria e os recursos audiovisuais disponibilizados pelo programa (Figura 2). Pouco mais da metade dos egressos, isto é, 55,40% avaliaram o seu nível de satisfação na variável “recursos materiais” como totalmente satisfeitos e 36,49% dos ex-alunos avaliou como parcialmente satisfeito (Figura 2). Além disso, no Figura 2 é possível observar que a maior parte dos

egressos, ou seja, (47,31%) afirmaram estar parcialmente satisfeitos com a grade curricular apresentada pelo programa de pós Graduação em Segurança Pública seguida de 45,94% que afirmaram esta totalmente satisfeitos. Outro ponto importante a ser destacado é a avaliação “nem satisfeito, nem satisfeito” nas variáveis “secretaria, recursos audiovisuais, recursos materiais e grade curricular”, além da avaliação “parcialmente insatisfeito” nas categorias “secretaria e grade curricular do curso” (Figura 2).

Por outro lado, é importante inferir que as pesquisas de avaliação e satisfação não expressam a satisfação ou avaliação propriamente dita, uma vez que, as percepções são subjetivas e exprimem percepções individuais dos entrevistados sobre determinado assunto (VAITSMAN; ANDRADE, 2005).

**Figura 2:** Percentual do Nível de Satisfação de Egressos do PPGSP/UFPA por Grade Curricular, Recursos Materiais, Recursos Audiovisuais, Secretaria e Corpo Docente no período de 2011 a 2017



A: Corpo Docente; B: Secretaria; C: Recursos Audiovisuais; D: Recursos Materiais; E: Grade Curricular.

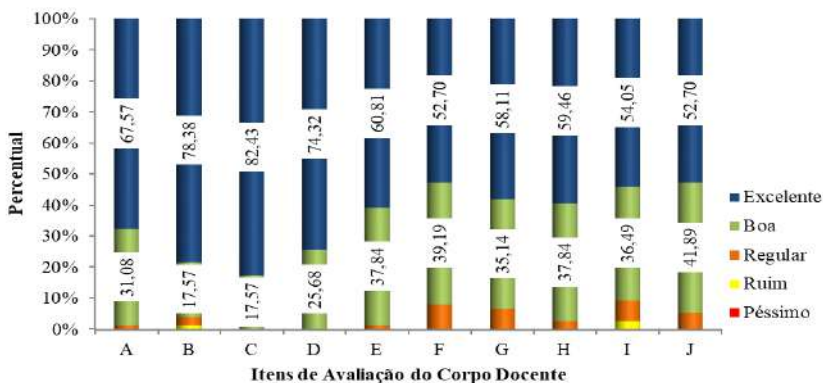
**Fonte:** Autores.

Além do que foi exposto acima, percebe-se que a maioria dos egressos avaliou todas as variáveis dispostas na Figura 3 como excelente. No entanto, destaca-se que houve a avaliação “regular nas variáveis “relações corpo docente e aluno, relação orientador e aluno, clareza na apresentação das aulas, utilização de metodologias que favorecem o aprendizado, incentivo

a participação dos alunos nas aulas, sanar dúvidas dos alunos durante as aulas, auxiliar os alunos fora do horário de aula e coerência entre os níveis de exigência e conteúdo ministrado em sala” (Figura 3). Outro ponto a ser observado na Figura 3 é a avaliação “ruim” nas categorias “relação orientador e aluno e auxiliar os alunos fora do horário de aula.”

As pesquisas de avaliação foram introduzidas inicialmente em países europeus e nos EUA na década de 60 com o objetivo avaliar a aderência de usuários à diversificados tipos de tratamento e, posteriormente, para avaliar qualidade de serviços em saúde (ESPERIDIÃO; TRAD, 2005). Com isso, várias técnicas de avaliação foram desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo das quais, destaca-se a avaliação de satisfação dos indivíduos diante de determinados serviços, podendo ser aplicados a avaliação de cursos de ensino superior, por exemplo, (ESPERIDIÃO; TRAD, 2005).

**Figura 3:** Percentual de avaliação dos Egressos em relação ao corpo docente do PPGSP/UFPA durante o curso no período de 2011 a 2017



**A:** Relação Corpo Docente e Aluno; **B:** Relação Orientador e Aluno; **C:** Comparecimento dos Docentes nas Aulas; **D:** Cumprimento do Programa de Aulas; **E:** Clareza na Apresentação das Aulas; **F:** Utilização de Metodologias que Favorecem o Aprendizado; **G:** Incentivo a Participação dos Alunos nas Aulas; **H:** Sanar Dúvida dos Alunos Durante as Aulas; **I:** Auxiliar os Alunos Fora do Horário de Aula; **J:** Coerência entre Nível de Exigência e Conteúdo Ministrado em sala

**Fonte:** Autores.

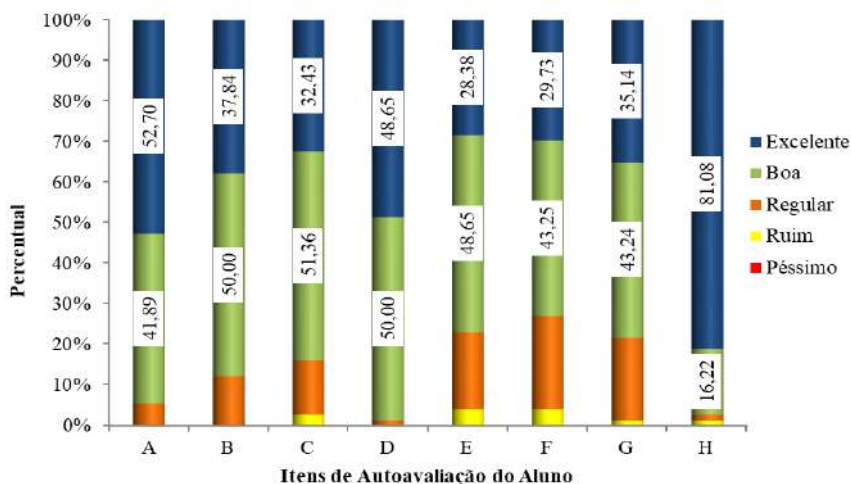
Em relação à auto avaliação dos egressos enquanto alunos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA, percebe-se que a maioria avaliou seu comparecimento nas aulas e sua relação com seus colegas de classe como excelente (Figura 4). No entanto, metade ou maior parte dos



egressos avaliou sua busca de orientação, dedicação aos estudos em hora extra, cumprimentos d atividades solicitada, interesse em realizar publicações, interesse em participar de eventos científicos e interesse em realizar pesquisas como “bom” (Figura 4). Além disso, percebe-se que houve avaliação “regular” para todas as categorias e “ruim” nas categorias “dedicação aos estudos em hora extra, interesse em realizar publicações, interesse em participar de eventos científicos, interesse em realizar pesquisas e relação com os colegas de classe” (Figura 4). A avaliação “péssima” não foi registrada em nenhuma categoria.

Para Silva et al. (1995) mesmo que a maioria das variáveis de um estudo tenham altos índices de satisfação, é necessário destacar cuidadosamente as avaliação “negativas”, pois, por meio delas é possível identificar problemas potenciais e, conseqüentemente, desenvolver estratégias para resolvê-los.

**Figura 4:** Percentual de Auto avaliação dos Egressos do PPGSP/UFPA durante o curso no período de 2011 a 2017



**A:** Comparecimento nas Aulas; **B:** Busca de Orientação ; **C:** Dedicação aos Estudos em Hora Extra; **D:** Cumprimento das Atividades Solicitadas; **E:** Interesse em Realizar Publicações ; **F:** Interesse em Participar de Eventos Científicos; **G:** Interesse em Realizar Pesquisas; **H:** Relação Com os Colegas de Classe.

**Fonte:** Autores.

Na Tabela 1, observa-se que 33 (44,59%) egressos exercem atividades de pesquisa atualmente, representando um grande avanço científico no que



tange a proposta dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que, após a titulação no programa os egressos realizam atividades de pesquisa em suas respectivas áreas de atuação no objetivo de fornecer subsídios para a realização de práticas efetivas no âmbito da segurança pública (QUELHAS; FILHO; FRANCA, 2005). Além disso, 16 (21,62%) migraram para outros cursos sendo 9 (12,16%) para o doutorado (Tabela 1).

**Tabela 1:** Percentual da Trajetória dos Egressos do PPGSP/UFPA após a Titulação no período de 2011 a 2017

Variável	Categoria	Percentual
Exerce Atividades de Pesquisa	Não	55,41
	Sim	44,59
Migrou Para Outros Cursos	Não	78,38
	Sim	21,62
Quais	Doutorado	12,16
	Especialização	4,05
	Graduação	2,70
	Mestrado	2,70

**Fonte:** Autores.

### Considerações finais

Os resultados demonstram a eficiência do programa na vida dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal. Contudo, destaca-se que, apesar da maioria da avaliação representar pontos positivos, algumas variáveis avaliadas abaixo do esperado precisam ser trabalhadas no intuito de proporcionar um ambiente favorável as relações interpessoais entre alunos e docentes no sentido de promover o avanço da ciência e, posteriormente, ações efetivas na área da segurança pública.

## Referências

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CAIRUS, R. **Globalização: aspectos gerais, consequências e influencia na educação**. p. 39. Dissertação (Pós-Graduação em Docência do Ensino Fundamental e Médio) – Instituto de Pesquisas Sócio-Pedagógicas, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2001.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre Avaliação de Cursos, 2010**. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf\\_SegurancaPublica.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf) . Acesso em: 25 abr. 2019.

ESPERIDIÃO, M.; TRAD, L. A. B. Avaliação de satisfação de usuários. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, Setembro, p. 303-312. 2005.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.; 2002.

ORTIGOZA, S. A. G.; POLTRONIÉR, L. C.; MACHADO, L. M. C. P. A atuação profissional dos egressos como importante dimensão no processo de avaliação de programas de pós-graduação. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 22, n. 2, maio/ago., p. 243-254. 2012.

PPGSP. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Apresentação**. 2018a. Disponível em: <http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 21 dez. 2018.

PPGSP. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Apresentação**. 2018b. Disponível em: <http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 21 dez. 2018.

PPGSP. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Documentos**. 2018c. Disponível em: [http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento\\_e\\_normas/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%204.800%20-%20PPGSP.pdf](http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento_e_normas/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%204.800%20-%20PPGSP.pdf). Acesso em: 21 dez. 2018.

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Apresentação**. 2018d. Disponível em: <http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 21 dez. 2018.

QUELHAS, O. L. G.; FILHO, J. R. F.; FRANCA, S. L. B. O mestrado profissional no contexto do sistema de pos-graduacao brasileiro. **Revista Brasileira de Pos-Graduacao**, v. 2, n. 4, p. 97. 2005.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVA L, M. W.; NETO, I. R.; SCHETINGER, M. R. C. O processo de Internacionalização da Pós-Graduação Stricto Sensu Brasileira. **Revista Contexto e Educação**, v. 33, n. 105, maio/ago., p. 341-364, 2018.

SILVA, L. M. V.; FORMIGALI, V. L. A.; CERQUEIRA, M. P.; KRUCHEVSKY, L.; TEIXEIRA, M. M. A.; BARBOSA, A. S. M.; CONCEIÇÃO, P. S. A.; KHOURI, M. A.; NASCIMENTO, C. L. O Processo de Distritalização e a Utilização de Serviços de Saúde – Avaliação do Caso de Pau da Lima, Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 11, n. 1, Janeiro/Março, p. 72-84. 1995.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. Satisfação e responsividade: formas de medir a qualidade e a humanização da assistência à saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, abril, p. 599-613, 2005.

## Apêndice A: Questionário de Pesquisa



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Ciências Exatas e Naturais  
Autoavaliação do PPGSP

Questionário N°: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/2018.

### AUTOAVALIAÇÃO DO PPGSP

- 1) Qual nota você atribui a Grade Curricular do PPGSP? 1 a 10pts \_\_\_\_\_
- 2) Qual nota você atribui os recursos materiais utilizados pelo PPGSP? 1 a 10pts \_\_\_\_\_
- 3) Qual nota você atribui aos recursos audiovisuais e materiais disponibilizados pelo PPGSP? 1 a 10pts \_\_\_\_\_
- 4) Qual nota você atribui a secretaria do PPGSP? 1 a 10pts \_\_\_\_\_
- 5) Qual nota você atribui ao corpo docente do PPGSP? 1 a 10pts \_\_\_\_\_
- 6) Você indicaria o PPGSP a outras pessoas? Sim  Não

### AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO PPGSP

- 7) Avalie sua relação com o corpo docente do PPGSP:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
- 8) Avalie a sua relação com o(a) seu(ua) orientador(a)?  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
- 9) Avalie de a atuação didática e postura profissional dos docentes quanto à(ao):
  - 9.1 Comparecimento às aulas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.2 Cumprimento do programa de aulas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.3 Clareza na apresentação do conteúdo:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.4 Metodologias que favorecem o aprendizado:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.5 Incentivo a participação dos alunos nas aulas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.6 Sanar dúvidas dos alunos durante as aulas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.7 Atender os alunos fora do horário de aula:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 9.8 Coerência entre avaliações e conteúdo ministrado:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima

### AUTOAVALIAÇÃO DO ALUNO NO PPGSP

- 10) Autoavaliação do aluno quanto à(ao):
  - 10.1 Comparecimento nas aulas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.2 Buscar orientação com os professores:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.3 Dedicção ao estudo em horário extra:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.4 Cumprimento das atividades solicitadas pelos professores:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.5 Interesse em realizar publicações:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.6 Interesse em participar de congressos/outros:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
  - 10.7 Interesse em realizar pesquisas:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima
- 11) Avalie a sua relação com o corpo discente do PPGSP:  Péssima  Ruim  Regular  Boa  Ótima

### ATUALMENTE

- 12) Exerce atividades de pesquisa? Sim  Não
- 13) Migrou para outros cursos? Sim  Não  (Se SIM, Quais?) (múltipla escolha)  
 Especialização  Graduação  Mestrado  Doutorado  Outro: \_\_\_\_\_

# Perfil das Presas do Estado do Pará

*Thayane Caroline Oliveira da Conceição*

*Joyce Gama Souza*

*Carolina Moreira da Costa*

*Camila Stefany Silva de Souza*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** No Brasil, entre 2000 e 2016, a população carcerária feminina teve crescimento considerável, de forma que o Brasil é o terceiro país com a maior população de mulheres privadas de liberdade proporcionalmente, atrás apenas dos Estados Unidos e Tailândia. No Pará, desde 2014, a taxa de crescimento anual se manteve abaixo da média nacional. **Objetivo:** Investigar o perfil das mulheres presas no Estado do Pará. **Metodologia:** A pesquisa tem caráter quantitativo do tipo exploratória. A pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. No intuito de atender os objetivos do presente estudo, foi optado por fazer a análise do ano de 2016. Após a obtenção dos dados, as informações foram convertidas em gráficos e tabelas para melhor análise. **Resultados:** A grande massa tem de 18 a 30 anos, da raça parda, estão em união estável e possuem o ensino fundamental incompleto. Em relação à tipificação criminal, a maioria das mulheres está presa por tráfico de drogas. Quando se trata de atividades de estudo e trabalho a minoria das presas está inserida. **Conclusão:** A pesquisa possibilitou observar que o perfil das mulheres privadas de liberdade do Pará e do Brasil é similar, no qual foi possível perceber que a população carcerária feminina é jovem, tem um baixo grau de escolaridade e está presa por tráfico de drogas.

**Palavras-chave:** Mulheres Presas, Prisão Feminina, Pará.

## Introdução

Durante a década de 1940 e a primeira metade da década de 1950 houve uma grande atenção no debate sobre a prática penitenciária no país e a criação dos estabelecimentos para encarceramento feminino fez parte desse contexto (ANGOTTI, 2018).

No que se refere ao número de mulheres em situação de cárcere no Brasil, destaca-se o aumento de aproximadamente 656% desde o começo dos anos 2000, considerando o número de 42 mil mulheres presas até junho de 2016 (GERMANO et al., 2018). Desta forma, ocupa o terceiro lugar de país com a maior população de mulheres privadas de liberdade proporcionalmente, atrás apenas dos Estados Unidos e Tailândia (BRASIL, 2018).

Com relação ao Estado do Pará, desde 2014, a taxa de crescimento anual se manteve 9%, abaixo da média nacional que é de 12% para a população carcerária feminina (PARÁ, 2016). Com relação aos demais Estados brasileiros, o Pará está em 25º lugar (BRASIL, 2018). Sua população carcerária é de 15.528 presos (PARÁ, 2017), sendo 10.113 (65,12%) sentenciados. A Região Metropolitana de Belém possui 8.999 presos, sendo 8.448 homens (93,88%) e 551 mulheres (6,12%), distribuídos em 23 unidades prisionais com capacidade para 5.456 vagas (PARÁ, 2017). As mulheres encarceradas tendem a ser jovens e vivenciam uma realidade socioeconômica e educacional desfavorecida (MACEDO et al., 2016).

Segundo o levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN) a principal causa para o aumento do encarceramento de mulheres está relacionada ao tráfico de drogas ratificando as estatísticas, que destacam três em cada cinco mulheres respondem por crimes relacionados ao tráfico (BRASIL, 2018). Além disso, evidencia-se que a maioria das mulheres encarceradas passou a traficar drogas por influência do cônjuge, companheiro ou marido (BRASIL, 2018). Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é investigar o perfil das presas do Estado do Pará para fornecer subsídios aos órgãos competentes na realização de práticas resolutivas diante da problemática.

## Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa quantitativa do tipo exploratória e descritiva, onde Jelihovschi (2014) explica que a pesquisa exploratória é utilizada para casos nos quais necessita-se maior precisão para definição do problema, com o objetivo de prover critérios e compreensão. Já a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas (GIL, 2008).

Os dados são referentes às mulheres privadas de liberdade e como recorte espacial, estabeleceu-se o Estado do Pará, o período de estudo foi realizado no mês de Junho de 2016, considerado como o recorte temporal da pesquisa.

A base de dados fornecida pela Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais (GEPEC) e ao Laboratório de Sistemas de Informação e Georreferenciamento (LASIG) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

As variáveis utilizadas no estudo foram: (i) População Carcerária em 2016; (ii) Faixa Etária (em anos); (iii) Raça/Cor; (iv) Estado Civil; (v) Grau de Escolaridade; (vi) Tipificação Criminal; (vii) Atividade Laboral; (viii) Tipo de Atividade Laboral; (ix) Atividades Educacionais e (xii) Tipo de Atividades Educacionais.

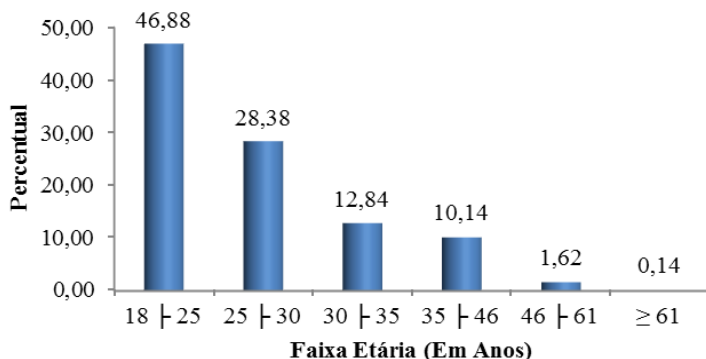
Para melhor análise foi feita a organização e síntese dos dados em gráficos e tabelas por meio do Microsoft Office Excel 2010™.

Utilizou-se, como método de análise, a estatística descritiva objetivando a organização e a apresentação sintetizada dos dados em gráficos e tabelas (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

## Resultados e discussões

A maior parte da população carcerária da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará tem de 18 até menos que 25 anos (46,88%), seguido de 25 até menos que 30 anos (28,38%), totalizando 75,26% dos casos (Figura 1). 50,00% da população prisional feminina no Brasil é formada por jovens consideradas até 29 anos (BRASIL, 2018), segundo classificação do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Desta forma, as informações são condizentes tanto em âmbito nacional quanto estadual.

**Figura 1:** Percentual da População Carcerária da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Faixa Etária.

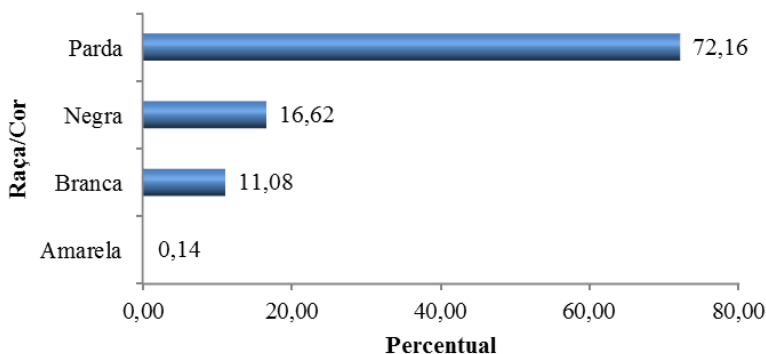


**Nota:** O símbolo ( | ) Inclui a informação à esquerda e exclui a informação à direita.

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

A maioria população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará é da Raça Parda (72,16%) (Figura 2). Segundo Germano et al. (2018) A maior parte das prisioneiras no país é composta por negras e pardas empobrecidas e com baixa escolaridade.

**Figura 2:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Raça/Cor

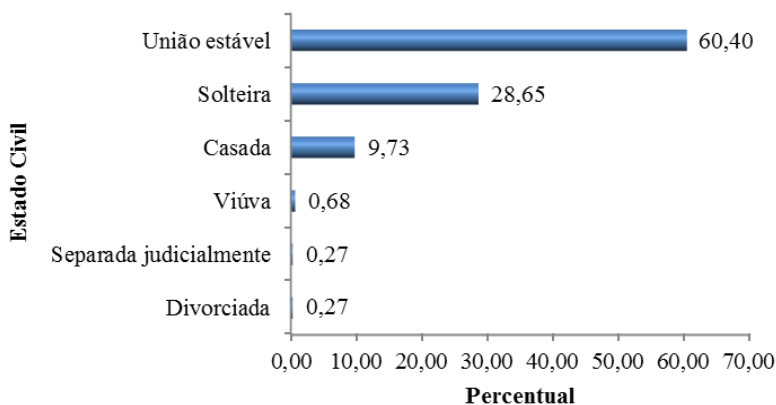


**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.



A maioria da população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará possui estado civil do tipo união estável (60,40%) (Figura 3). No Brasil a maioria das mulheres presas possui estado civil solteira e a distribuição da população prisional de acordo com a faixa etária expressa a concentração de jovens entre essa população, fator que pode contribuir para a concentração de pessoas solteiras (BRASIL, 2018). De modo que, os dados se contrapõem.

**Figura 3:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Estado Civil



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

A maioria da população carcerária feminina em estudo tem no máximo o ensino fundamental completo (66,62%) e 15,54% possui o ensino médio completo (Tabela 1). A baixa escolaridade também é uma marca do encarceramento feminino no país, aproximadamente 66,00% não alcançou o ensino médio, tendo no máximo ensino fundamental incompleto (GERMANO et al., 2018). Para Silva e Arantes (2014), grande parcela das mulheres criminosas provém de uma baixa classe social econômica, onde o nível de escolarização também é precário e suas oportunidades são limitadas pela falta de qualificação, deixando claro à sociedade que pela falta de oportunidades, essas mulheres entram no mundo da criminalidade com o intuito de aumentar a renda familiar.

**Tabela 1:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Grau de Escolaridade

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
<b>Analfabeto</b>	<b>2,03</b>
<b>Alfabetizado Sem Cursos Regulares</b>	<b>1,22</b>
<b>Ensino Fundamental Incompleto</b>	<b>47,42</b>
<b>Ensino Fundamental Completo</b>	<b>15,95</b>
<b>Ensino Médio Incompleto</b>	<b>15,54</b>
<b>Ensino Médio Completo</b>	<b>16,62</b>
<b>Ensino Superior Incompleto</b>	<b>0,95</b>
<b>Ensino Superior Completo</b>	<b>0,27</b>
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

Em relação à tipificação criminal, a maioria da população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará está presa por tráfico de drogas (62,55%) (Tabela 2). De modo geral, os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62,00% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento em 2016 (BRASIL, 2018). Os crimes envolvendo o comércio ilícito de drogas aparecem como principais determinantes de crimes praticados por mulheres e o consequente encarceramento das mesmas (SANTORO; PEREIRA, 2018). Entretanto, é importante ressaltar que a crescente participação feminina no tráfico de drogas, não se explica somente através da leitura de que foram aliciadas ou influenciadas pelos companheiros e familiares envolvidos com a mercancia ilegal, apesar desse fato, para algumas mulheres, o envolvimento com esse crime foi assumido como ato de escolha pessoal (CORTINA, 2015).

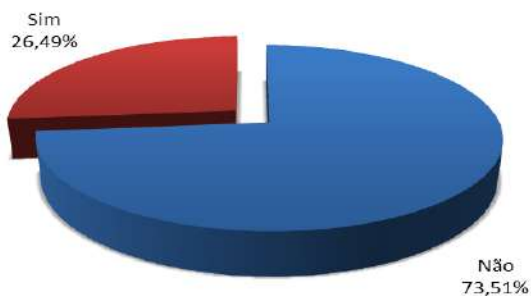
**Tabela 2:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Grau de Escolaridade

<b>Tipificação Criminal</b>	<b>Percentual</b>
Tráfico de Drogas (Art. 12- Lei Nº 6.368/76 e Art. 33- Lei Nº 11.343/2006)	62,55
Roubo Qualificado (Art. 157, § 2º)	6,44
Homicídio Qualificado (Art. 121, § 2º)	5,98
Homicídio Simples (Art. 121, Caput)	4,14
Furto Qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)	4,14
Quadrilha ou Bando (Art. 288)	3,91
Roubo Simples (Art. 157)	3,22
Furto Simples (Art. 155)	2,87
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13/01/1990)	2,07
Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido (Art. 14)	1,49
Latrocínio (Art. 157, § 3º)	1,03
Estelionato (Art. 171)	0,80
Receptação (Art. 180)	0,69
Corrupção Ativa (Art. 333)	0,23
Corrupção Passiva (Art. 317)	0,11
Receptação Qualificada (Art. 180, § 1º)	0,11
Peculato (Art. 312 e 313)	0,11
Tráfico Internacional de Drogas (Art. 18 - Lei Nº 6.368/1976 e Art. 33 e 40, Inciso I - Lei Nº 11.343/2006)	0,11
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

Dentre a população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará, apenas 26,49% possuem atividades laborais (Figura 4). É importante destacar que 70% das mulheres, privadas de liberdade no Brasil, não tinham ocupação antes da prisão, mostrando-se um fator contribuinte para o aumento da inserção da mulher na criminalidade (SANTOS et al., 2018). Contudo, Segundo a Lei de Execução Penal, o trabalho da pessoa condenada terá finalidade educativa e produtiva (BRASIL, 2018).

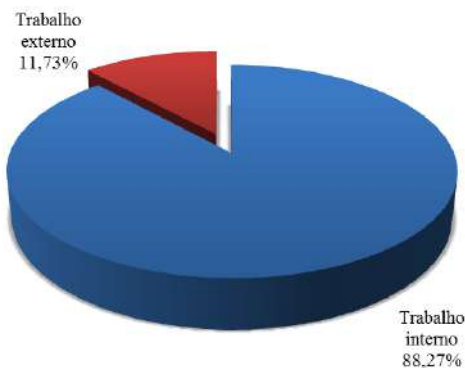
**Figura 4:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, se estão em Atividades Laborais



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

Considerando a população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará que possui atividade laboral, a maioria está inserida no trabalho interno 88,27%, e apenas 11,73% no trabalho externo (Figura 5). O Artigo 36 da Lei de Execução Penal ressalta que o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas às cautelas contra a fuga e em favor da disciplina (BRASIL, 1984).

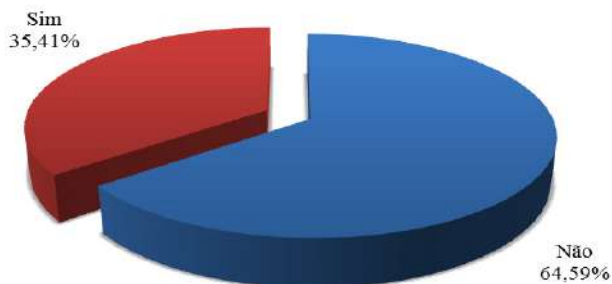
**Figura 5:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Tipo de Trabalho



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

Ao analisar as atividades educacionais, apenas 35,41% da população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará estão envolvidas (Figura 6). A Lei de Execuções Penais em seu Artigo 10 e 11 preconiza que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ao egresso (BRASIL, 1984). A assistência será: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (BRASIL, 1984). O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena (BRASIL, 1984).

**Figura 6:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, se estão em Atividades Educacionais



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

Em relação ao tipo de atividade educacional, a maioria da população carcerária feminina da superintendência do sistema penitenciário do Estado do Pará está inserida no ensino fundamental (59,54%) (Tabela 3). As atividades educacionais foram discriminadas entre atividades de ensino escolar, que compreendem as atividades de alfabetização, formação de ensino fundamental até ensino superior (BRASIL, 2018).

**Tabela 3:** Percentual da População Carcerária Feminina da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, em Junho de 2016, por Tipo de Atividade Educacional

Ensino	Percentual
Alfabetização	17,94
Ensino Fundamental	59,54
Ensino Médio	22,52
Ensino Superior	-
Total	100,00

**Nota:** A categoria com (-) não foi citada;

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informações do Depen/ Pará, 2019.

## Conclusão

A partir da contextualização da origem do encarceramento foi possível perceber que a mulher era tratada como um ser inocente e seus crimes eram considerados um desvio no que a sociedade considerava padrão, evidenciando na época um reflexo de uma sociedade machista. Nesse contexto, mulheres que iam contra o que a sociedade considerava padrão eram consideradas criminosas. Das mulheres privadas de liberdade perceber-se que, a grande massa tem de 18 a 30 anos, da raça parda, estão em união estável e possuem o ensino fundamental incompleto. Em relação à tipificação criminal, a maioria das mulheres está presa por tráfico de drogas, onde a principal motivação é pelo marido, companheiro ou cônjuge. Quando se trata de estudo e trabalho, um direito das presas garantido, que além da ressocialização, também pode haver a remissão da pena, apenas 26,49% das detentas trabalham e apenas 35,41% estudam. Apesar do Estado do Pará ser o 9º Estado mais populoso do Brasil e em termos territoriais ser o 2º em maior área, em relação à população carcerária feminina ele é o 25º, mantendo uma taxa de crescimento anual abaixo da média nacional desde 2014. É de grande importância compreender que apesar do índice das encarceradas serem baixos, não se pode ignorar a evolução quantitativa, se mostrando mais presentes no mundo do crime. Desta forma, conclui-se que o perfil das presas no Estado do Pará é semelhante com o perfil das mulheres presas no Brasil, de modo que, a população carcerária

feminina é jovem, tem um baixo grau de escolaridade e que está presa por tráfico de drogas, onde há uma grande necessidade em políticas de prevenção, principalmente para as mulheres periféricas, no qual a baixa escolaridade é evidente. Se faz necessário também soluções alternativas quanto ao cárcere e a criminalização, de modo que a ressocialização seja mais eficaz, pois o índice quanto a inserção das mulheres em atividades laborais e escolares é baixo.

## Bibliografia

ANGOTTI, B. **Entre as Leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos**. 2. ed., San Miguel de Tucumán, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial. Brasília, 11 de julho de 1984.

BRASIL. **Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013**. Institui a Lei dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude. Diário Oficial. Brasília, 05 de Agosto de 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen Mulheres**. Brasil, Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça, 2018.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CORTINA, M. O. de C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**. v. 23, n. 3, set./dez., 2015.

GERMANO, I. M. P.; MONTEIRO, R. A. F. G.; LIBERATO, M. T. C. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 2, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JELIHOVSCHI, E. **Análise exploratória de dados usando o R**. Ilhéus, Bahia: Editus, 2014.

MACEDO, F. R. M.; TERRA, F. de S.; SANTOS, S. V. M.; MIRANDA, R. P. R.; SANTANA, A. P. A.; PEREIRA, S. A. Perfil socioeconômico e saúde ginecológica de presidiárias. **Sanare**, Sobral, v. 15, n. 2, p. 30-36, jun./dez., 2016.

MELO, D. C.; LOPES, R. M. F.; ESTEVES, C. S.; BÄUMER, A.; ARGIMON, I. I. L. Influência da religiosidade e sintomas de desesperança em mulheres prisioneiras. **Psicología para América Latina**, São Paulo, v. 24, p. 97-108, 2013.

PARÁ. SUSIPE. **Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará**. SUSIPE em números, 2017.

PARÁ. SUSIPE. **Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará**. Pesquisa revela que número de mulheres presas no Pará está abaixo da média nacional, 2016.

SANTORO, A. E. R; PEREIRA, A. C. A. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum**, Belo Horizonte. v. 13, n. 1, jan./jun., 2018.

SANTOS, W. P.; FREITAS, F. B. D.; LIMA, G. M. B.; NETO, A. P. F. Perfil de mulheres sob privação de liberdade: aspectos sociodemográficos, ocupacionais e criminais. **Revista de Ciências da Saúde, Nova Esperança**, v. 16, n. 1, abr. 2018.

SILVA, D.; ARANTES, A. O processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade no anexo penitenciário de sinop-mt. **Revista Eventos Pedagógicos**. v. 5, n. 2, jun./jul., 2014.



# O atendimento aos adolescentes institucionalizados no centro socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho: uma análise crítica da aplicabilidade das políticas públicas como garantia de direitos

*Vanessa Francisca Chagas de Oliveira*  
*Nanníbia Oliveira Cabral*  
*Leila Chagas de Souza Costa*

## RESUMO

**Importância:** Em Boa Vista-Roraima, o aumento da criminalidade, especialmente os praticados por Organizações Criminosas tem levado um número crescente de adolescente ao mundo do crime, de modo que se revelou necessário o estudo de como o Estado tem atuado no atendimento aos adolescentes institucionalizados no Centro Socioeducativo Homero de Sousa Cruz Filho no ano de 2016. **Objetivo:** Verificar a aplicabilidade das políticas de atendimento interno aos adolescentes socioeducandos. **Metodologia:** Para isto, utilizou-se no primeiro momento a pesquisa descritiva com procedimento bibliográfico e documental para obter o aporte legal que trata das políticas de atendimentos aos socioeducandos, no segundo momento foi realizado o estudo de caso com visitação e técnica de observação do ambiente e comportamento dos adolescentes, ladeados pelo atendimento oferecido e no terceiro momento a pesquisa qualitativa possibilitou uma análise a respeito da aplicação pelo Estado de cada política contemplada. **Resultados:** A estrutura do Centro não atende aos requisitos prediais, condizente para receber adolescentes em cumprimento de medidas, há inadequação de atendimento por falta de recursos financeiros e humanos, que colaboram para a falta de atividades que são preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. **Conclusão:** É imprescindível que o Estado de Roraima aloque esforços em ações de redução à desigualdade social a partir da educação, garantindo-se assim a dignidade da pessoa humana, já que essa disparidade vem ganhando proporção descomunal no atual cenário.

**Palavras-chave:** Adolescente. Institucionalizados. Atendimento.

## Introdução

Esta pesquisa é o resultado de um estudo realizado no ano de 2016, pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e teve como principal objetivo demonstrar por meio do seu tema uma análise descritiva e bibliográfica sobre o atendimento institucional no Centro Sócio Educativo Homero de Sousa Cruz Filho em Boa Vista-Roraima, dispensados aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, onde apesar das garantias de direitos estabelecidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que possibilita o acesso aos seus direitos civis e sociais com qualidade de serviços por meio das políticas públicas, pode-se contemplar uma gama de violações desses direitos.

O tema proposto surgiu diante da necessidade de trazer uma contribuição para que mais atores sociais se aproximem da temática como forma de ampliar a base crítica e dar maior celeridade na efetivação de políticas públicas que venham a afirmar a cidadania de cada adolescente o que solicita uma pesquisa descritiva com procedimento bibliográfico e documental para obter o aporte legal que trata das políticas públicas de atendimentos aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade, dando ênfase nas legislações que permeiam o contexto brasileiro, no segundo momento foi realizado o estudo de caso com visitação e técnica de observação do ambiente e comportamento dos adolescentes, ladeados pelo atendimento oferecido o que colaborou para o resultado da pesquisa e no terceiro momento a pesquisa qualitativa possibilitou uma análise a respeito da aplicação pelo Estado de cada política contemplada.

Muitos adolescentes que estão em risco social e propensos a criminalidade tiveram em sua grande maioria os seus direitos básicos como: moradia, alimentação, educação, saúde, que possibilitaria o acesso a uma cidadania, negados pelas instituições (Estado, família e sociedade) responsáveis por sua proteção. O Estado, enquanto mantenedor majoritário de políticas públicas tem se mostrado insuficiente por meio de suas ações, onde se pode contemplar as implicações ocasionadas da não efetividade de tais políticas.

## Revisão Bibliográfica

A Lei Nº 8.060/1990 (BRASIL, 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 2º define adolescente como sendo a

pessoa que tenha entre doze e dezoito anos de idade que estão em fase de desenvolvimento, sujeitos à proteção especial pela família, pela sociedade e pelo Estado, em regime de responsabilidade compartilhada.

Nessa perspectiva, o adolescente deve ter seus direitos fundamentais garantidos, de forma a efetivar uma proteção integral que atinja o seu pleno desenvolvimento, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e reafirmada posteriormente na Lei Nº 8.060/1990, pois o processo de expansão capitalista tem promovido uma crise e sua recriação, afetando de maneira perversa a vida do ser social por meio de uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, limitando as possibilidades de desenvolvimento do adolescente e cerceando as chances de ampliação de uma “vida cheia de sentido” (ANTUNES, 1995).

É nesse momento que há um chamamento do Estado para intervir a partir de suas políticas públicas de proteção e garantias aos adolescentes, especialmente aos que estão passando pelo fenômeno da socioeducação e institucionalizados.

Passam pela socieducação, os adolescentes que praticam ato infracional, que conforme preceitua o Art. 103 do ECA (BRASIL, 1990), é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal, estando os adolescentes sujeitos a um Regime Jurídico Especial, de modo que ao praticar ato infracional recebe como consequência a aplicação de medida protetiva (no caso de criança ou adolescente) ou socioeducativa (somente no caso de adolescente).

O ato infracional não decorre simplesmente da má índole ou de um desvio moral do adolescente, mas está associado ao reflexo da luta pela sobrevivência, abandono social, das carências e violências a que estão submetidos, e aqui é preciso trazer à tona o sistema gerador dos fatores supracitados, chamado capitalismo, que dissemina o aviltamento social.

Entende-se que na socioeducação a atenção por parte do Estado ao adolescente infrator tenha que ser com mais afinco, por se presumir que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas já tenham vivenciado a desigualdade econômica e injustiça social de uma sociedade capitalista e segregadora.

Visando a construção e manutenção da dignidade humana o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), nos seus Artigos 123 e 124, Incisos XI e XII, prevê como direito do socioeducando a obrigatoriedade da existência de atividades pedagógicas, a oferta de escolarização e profissionalização, bem como a execução de atividades culturais, esportivas

e de lazer, evitando-se a defesa de um conteúdo punitivo nas medidas socioeducativas, especialmente de privação e restrição de liberdade.

Por essa razão, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que institui as Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e a Adolescência que traça como linhas de ações a educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer e ações especiais.

Assim, o CONANDA e o ECA (BRASIL, 1990), assegura que as instituições de atendimento a adolescentes socioeducandos devem trabalhar de forma articulada nessas linhas de ações por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que foi criado para garantir que a “reinserção social do adolescente em conflito com a lei, e neste sentido, o sistema de atendimento às medidas socioeducativas não pode estar desvinculado do sistema de proteção integral, onde se inserem as políticas sociais públicas” (BRASIL, 2006).

Por oportuno, qualquer rompimento com as diretrizes delineadas pelo CONANDA e pelo ECA (BRASIL, 1990), agravará o contexto de violências sofridas ou praticadas por adolescentes, possibilitando a não sócio educação e dificultando a reinserção social dos jovens que cometeram atos infracionais e encontram-se institucionalizados por decisão judicial. E nesse ponto, o CONANDA trata que “o que se tem de realidade é que, na esfera da execução da medida socioeducativa aplicada aos adolescentes, os direitos assegurados em lei são sistematicamente violados, sobretudo em relação à medida de internação” (BRASIL, 1991).

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e Adolescente, prevê a criação de entidades que desenvolvem programas de internação aos adolescentes em conflito com a lei e que passam pela internação, estabelecendo as suas obrigações:

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

(...) III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

(...) VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou

impossível o reatamento dos vínculos familiares;  
(...) IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;  
X - propiciar escolarização e profissionalização;  
XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;  
(...) XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento (BRASIL, 1990).

Por fim, a proposta da internação para adolescentes tem como característica fundamental a privação ao direito de ir e vir, resguardando as garantias individuais e os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Após o ingresso do adolescente na Unidade de Privação de Liberdade inicia-se o processo de participação nas atividades socioeducativas que são as Atividades Escolares; Atividades Recreativas e Culturais; Atividades Profissionalizantes; Atividade Religiosa; Atendimento Médico e Atendimento psicossocial.

## **Materiais e Métodos**

O presente estudo apresenta uma análise observacional no Centro Sócio Educativo Homero de Sousa Cruz Filho que fica na cidade de Boa Vista-Roraima no ano de 2016. A técnica de observação direta no campo de pesquisa possibilitou abstrair informações que contribuíram, de forma valorosa, para compor o resultado do trabalho. A pesquisa de campo foi precedida de pedido de anuência ao Departamento de Proteção Social Especial-DPSE que faz parte da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), ao qual o Centro Socioeducativo (CSE) está subordinado, ficando assim caracterizado como um braço da política de Assistência Social brasileira.

O estudo apresentou caráter exploratório, com levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Assumindo a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O importante é que a efetivação da pesquisa bibliográfica e o processo de observação direta das condições de atendimento aos adolescentes por meio de

políticas públicas estatais no CSE permitiram a realização de uma análise com abordagem qualitativa, com o objetivo de conhecer a essência do fenômeno.

Neste sentido, a metodologia de investigação sobre o objeto de pesquisa delineado, tentou seguir um rigor teórico para o entendimento no que concerne ao acesso pelos adolescentes que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, as políticas públicas delineadas pela Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e reescritas na Lei Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) e que são observadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes-CONANDA.

## Resultados e Discussões

Em Boa Vista-Roraima, a internação acontece no Centro Sócio Educativo Homero de Sousa Cruz Filho (CSEHSCF) que foi criado em 1996 para atender 88 adolescentes, distribuídos em quatro unidades para permitir uma prática educativa de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente objetivando reconduzir o reeducando ao convívio familiar e à sociedade.

Os adolescentes que cumprem medidas Socioeducativas no CSE são amparados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Posterior a sua criação no estado de Roraima, contou com a forte atuação da Promotoria da Infância e Juventude, que em ações conjuntas com a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Roraima desenvolveram trabalhos que resultaram na efetiva aplicação de políticas públicas e na excelência no atendimento, que levou o Centro a ser referência nacional, lhe garantindo assim vários prêmios no período.

No ano de 2014 o CSEHSCF ganhou um novo prédio, sua sede passou a funcionar na RR-321 (estrada do Bom Intento), afastado do perímetro urbano e das comunidades, mas com uma moderna estrutura física, similar a um presídio, não atendendo aos parâmetros arquitetônicos e pedagógicos propostos pelo Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), contando com a capacidade para atender 72 (setenta e dois) adolescentes.

Atualmente, o CSEHSCF é estruturado em três unidades, sendo duas masculinas e uma feminina. A primeira é do setor masculino, onde ficam os adolescentes que estão cumprindo internação provisória; na segunda, os jovens sentenciados. A terceira unidade é para atender adolescentes do sexo feminino

e contempla diferentes estágios de tratamento. O número de dependências leva em conta a incidência de atos infracionais praticados por eles.

À época da pesquisa, havia 55 (cinquenta e cinco) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo que 51 (cinquenta e um) eram do sexo masculino e 04 (quatro) do sexo feminino, número este que modifica quando acontecem novas institucionalizações ou com a retomada do convívio em família e em sociedade.

Pode-se apreender ao longo da pesquisa que há uma gama de violações de direitos adquiridos e preconizados nas leis protecionistas. Em relação ao atendimento à saúde, constatou-se que os adolescentes recebem atendimento médico e acompanhamento de enfermagem. Quando institucionalizados, fazem uma série de exames para verificar suas condições de saúde, no caso de necessidade de medicação, há uma articulação com as farmácias públicas para atendê-los, porém, algumas indigências de medicamentos nem sempre são atendidas, alguns estando inclusive suspenso.

No que se refere a atendimento odontológico, não foi contemplado a presença de um profissional da área na instituição, o mesmo acontece com os profissionais ligados a saúde mental, onde havendo demanda, são encaminhados a tratamento no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs).

Sob esse aspecto, é sabido que ao adolescente que se encontra institucionalizado por cometimento de ato infracional, só será permitido realizar o acompanhamento devido nos CAPs, se houver comprometimento dos profissionais que realizam o atendimento, articulando a percepção do que é “necessário” aos adolescentes diante de um estudo dos aspectos que nortearam as institucionalizações, com o objetivo de garantir uma ressocialização digna a esse público tão carente de atenção de forma a não subjugar-los.

No que se refere a política de educação, aplicada pela Secretaria Estadual de Educação de Roraima, é disponibilizado uma equipe de educadores vinculados à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jaceguai Reis Cunha, que oferecem na unidade, com o atendimento nas salas descentralizadas, que ficam atendimento interno e externo aos adolescentes, porém, durante a pesquisa, observou-se que não havia aulas em razão da greve dos professores, sendo oferecido apenas um reforço escolar que em várias oportunidades foi suspenso em razão de conflitos internos entre os adolescentes.

De acordo com a disposição expressa do Art. 54 do ECA (BRASIL, 1990), é dever do Poder Público garantir que a criança e o adolescente estejam

frequentando instituição regular de ensino, pois, é sabido a importância que tem a concretização desse direito tendo em vista que à educação universaliza o conhecimento de outros direitos que devem ser executados, além de ser relevante para o pleno desenvolvimento saudável do indivíduo, para que no futuro possa ser inserido na divisão sócio técnica do trabalho e assim ter assegurado o abrandamento das desigualdades que o mercado competitivo insurge a todo momento.

É imprescindível que o estado de Roraima aloque esforços em ações de redução à desigualdade social a partir da educação, garantindo-se assim a dignidade da pessoa humana, já que essa disparidade vem ganhando proporção descomunal no atual cenário, sendo preciso que se garanta a aplicação de direitos fundamentais como forma de garantir a construção da cidadania, assegurando uma maior igualdade social.

A efetivação de direitos adquiridos vai à contramão das vulnerabilidades sociais pelas quais muitos jovens são submetidos, permitindo a construção de um destino diferente ao de privação de liberdade, que lhes rouba parte de suas vidas e os coloca muitas vezes em condições sub-humanas.

No concernente a oferta de cursos profissionalizantes, notou-se que não havia disponibilidade. A justificativa foi de que faltavam parceiros para viabilizar a realização dos cursos. Além disso, os adolescentes não contavam com a realização de atividades culturais e de lazer, contando apenas com a prática esportiva (jogo de futebol) como instrumento de interação e socialização, mas que por diversas vezes também houve suspensão das atividades proveniente da redução do quadro de servidores sócio orientadores para acompanhá-los.

A localização do CSEHSCF fora do perímetro urbano dificulta o acesso de recursos humanos que possam participar de atividades junto ao Centro, contando apenas com a participação da Igreja Assembleia de Deus, entidade religiosa, que realiza cultos uma vez por semana na capela da instituição.

A falta de atividades, sejam elas educativas, culturais e de lazer tornam os adolescentes ociosos, fortalecendo os sentimentos de revoltas que fomentava o pensamento de fuga, o que culminou inclusive no flagrante de adolescentes cavando um buraco em um dos quartos onde ficam os sentenciados, que relataram o descontentamento com o tratamento que a instituição vinha ofertando a eles.

Se não fosse o bastante, por diversas vezes os internos deixaram de receber banho de sol por não haver um quantitativo suficiente de servidores



para acompanhá-los. Tais constatações demonstram que os problemas institucionais afeta de forma significativa a condução da socioeducação dos adolescentes privados de liberdade. O Estado e a sociedade devem voltar suas atenções para este público subjugado e esquecido.

A respeito do processo de institucionalização para cumprimento de medidas socioeducativas Hamoy (2008) explica:

Não cabe aqui reportar todos os prejuízos derivados da institucionalização, lembrando apenas que, para adolescentes, ela favorece a identificação com o universo do crime e tem como resultante uma devastadora estigmatização que impactará toda vida do egresso. Decorre então, de tal leitura, a certeza, irradiada em todos os aspectos do programa, que internação boa não existe e se internação boa não existe o que se deve, antes de tudo, é buscar fazê-la o menos prejudicial possível (HAMOY, 2008, p.18).

Hamoy (2008, p.41) afirma ainda que “a dignidade humana deve nortear todo o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas”, não se podendo admitir a superlotação dos Centros de Internamento, tão pouco que os quartos sejam sem ventilação ou luz solar, com notícias de agressões e de ausência de atividades pedagógicas que são norteadoras das medidas socioeducativas, com ausência de condições mínimas de saúde, de educação, de cultura e não violência.

O autor afirma ainda que os adolescentes estão “sofrendo todos os tipos de violação de direitos no cumprimento da medida, pela simples ação ou omissão de quem tenha o dever de garantir o acesso a um atendimento que respeite a dignidade” (HAMOY, 2008, p. 41).

É notório que se compararmos a antiga instalação do CSEHSCF com a atual, observar-se avanços, porém a nova estrutura também não atende aos requisitos prediais como especifica o SINASE, sua estrutura não é condizente para receber adolescentes em cumprimento de medidas.

Dentre os motivos encontrados para a inadequação do CSEHSCF estão a falta de recursos financeiros e humanos, que colaboram para a falta de atividades que são preconizadas pelo ECA (BRASIL, 1990) e pelo CONANDA, afim de que os adolescentes não fiquem ociosos, sem possibilidades de socioeducação.

Por fim, há uma necessidade urgente de que se faça um trabalho articulado em rede, que compreende os conselhos da criança e adolescente nas três esferas de governo, o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria da Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça Estadual, a partir da Vara da Infância e Juventude, as instituições de saúde, educação, do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para que os adolescentes institucionalizados em cumprimento de medida socioeducativa e sua família recebam tratamento adequado, e, que de fato sejam vistos como sujeitos de direitos, atendendo assim suas necessidades na completude, para que ao voltarem ao convívio social, não sejam estigmatizados efetivando assim a aplicabilidade das políticas públicas.

### **Considerações Finais**

Este trabalho apresentou um estudo a respeito da aplicabilidade de políticas públicas estatais aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no regime de privação de liberdade em Boa Vista-RR, por meio de pesquisa de observação direta no Centro Sócio Educativo Homero de Sousa Cruz Filho.

A pesquisa bibliográfica teve como principal vantagem o fato de ter permitido a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem tornou-se particularmente importante para que o problema de pesquisa pudesse ser delineado de forma abrangente. Além disso, a pesquisa bibliográfica é indispensável para a realização de estudos históricos, como foi o caso da construção cronológica da história da construção do sistema socioeducativo em Roraima. O ponto negativo deste método é porque muitas vezes são encontrados dados equivocados, ou processados erroneamente. Desse modo, foi de salutar importância ter atenção para não acreditar em informações erradas, sendo necessário buscar o maior número de fontes possíveis.

Observou-se ao longo deste trabalho que os direitos da criança e do adolescente, conforme preconizados na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente, não vêm sendo respeitados, tendo em vista que foi possível

contemplar violações de direitos na aplicação das políticas públicas preconizadas nas leis de atendimento socioeducativo.

O Estado neoliberal, com suas políticas públicas focalizadas, não atende as necessidades humanas, ficando clara na pesquisa a deficiência no âmbito educacional e nas demais políticas, que se apresentaram de forma fragmentada e ineficiente. Entende-se que os adolescentes precisam receber atendimento adequado e contínuo, e que esse tratamento possa chegar aos jovens privados de liberdade para que, quando voltarem a viver em sociedade, tenham maior resistência à reincidência no crime. Analisar a aplicabilidade de políticas públicas no centro socioeducativo foi importante para compreender que há um distanciamento das leis elencadas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no ECA (BRASIL, 1990) com o que vem sendo posto no cotidiano dos jovens, para que haja a efetiva ressocialização.

Tornou-se evidente que as influências da sociedade capitalista, que disseminam o individualismo e precarizam e sucateiam as relações de produção e reprodução social, bem como a incipiente atuação do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, são elementos centrais na determinação da violência, criminalização. Portanto, entende-se que este estudo contribuiu de forma significativa para conhecer o objeto de estudo proposto. Espera-se que essa sistematização possa subsidiar novas pesquisas, pois a temática é abrangente e necessita de estudos de modo continuado, com o objetivo de conhecer para enfrentar a raiz das mazelas sociais que impulsionam a não efetivação de políticas públicas brasileiras de atenção e proteção a adolescentes.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 1. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Lei Federal Nº 8.242**, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes. Brasília, DF: Senado Federal, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 8069, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

HAMOY, Ana Celina Bentes (Org.). **Direitos humanos e medidas socioeducativas**: uma abordagem jurídico-social. Movimento República de Emaús; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-EMAÚS), 2008.

## Índice Remissivo

### A

- abuso, 152, 197, 210, 211, 213, 215, 216, 232
- Abuso, 151
- acidente, 140, 147, 149, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 288, 289, 293, 294, 296, 298, 299, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325
- Acidente, 299, 311, 313, 319, 320
- acidente de trânsito, 275, 276, 278, 289, 293, 296, 299, 303, 304, 309, 310, 311, 314, 315, 317, 319, 320, 321, 324
- ações criminosas, 33, 202, 340
- acusado, 24, 256
- agente, 29, 37, 45, 67, 86, 120, 127, 170, 217, 253, 258, 259, 260, 266, 268, 272, 305, 308, 319, 329, 353, 358, 359, 397
- agentes de segurança, 121, 146, 397, 468, 482, 483
- agentes de segurança pública, 121, 468, 482, 483
- agentes públicos, 25, 68, 73, 117, 160
- agressão, 157, 160, 194, 195, 209, 257, 390, 391, 392
- Agressão, 158, 291
- agressão física, 160, 257
- agressor, 151, 156, 157, 158, 162, 163, 193, 198, 201, 202, 231, 232, 233, 235, 441, 445, 453, 454, 455
- Agressor, 158, 232, 422
- ambiente, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 108, 109, 113, 114, 121, 122, 127, 140, 142, 144, 146, 193, 194, 209, 215, 223, 227, 228, 260, 313, 314, 327, 328, 329, 331, 332, 337, 346, 348, 363, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 375, 376, 377, 379, 380, 398, 400, 431, 432, 433, 437, 439, 445, 447, 448, 449, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 467, 473, 481, 489, 505, 506, 508
- Ambiente, 92, 94, 99, 367, 369, 465, 469, 473
- ambiente prisional, 108, 109, 113, 114
- ambiente virtual, 375, 376, 437, 439, 445, 447, 448, 449
- ameaça de morte, 257
- análise, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 52, 60, 61, 62, 66, 67, 70, 78, 81, 82, 92, 97, 106, 108, 119, 122, 123, 130, 132, 134, 146, 160, 161, 162, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 184, 185, 188, 189, 190, 193, 195, 196, 203, 227, 230, 231, 233, 235, 236, 241, 244, 247, 249, 251, 255, 263, 264, 266, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 287, 289, 290, 294, 296, 298, 301, 302, 310, 311, 313, 315, 316, 322, 330, 335, 343, 351, 352, 370, 375, 377, 381, 384, 387, 412, 417, 429, 430, 431, 432, 433, 437, 441, 449, 457, 465, 467, 469, 481, 484, 493, 495, 505, 506, 507, 509, 510, 511, 513, 515
- Análise, 61, 71, 128, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 190, 196, 202, 260, 266, 270, 273, 275, 277, 279, 281, 283, 285, 316, 343, 355, 390, 410, 413, 430, 442, 443, 446, 447, 448, 452, 453, 464, 465, 467, 477, 481, 491, 503
- análise criminal, 384
- análise de correspondência, 263, 266, 270, 271, 272
- análise descritiva, 52, 134, 179, 249, 263, 272, 313, 316, 351, 387, 506
- Análise descritiva, 71, 343, 355, 390, 430
- análise estatística, 171, 172, 184, 185
- análise exploratória de dados, 196, 266, 272, 457, 467, 469, 481, 484
- Análise exploratória de dados, 464, 503
- análise fatorial, 263, 266, 270, 272
- Análise fatorial, 270
- análise multivariada, 264, 272

arma, 42, 73, 133, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 153  
Arma, 201, 499  
arma de fogo, 73, 133, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 153  
armamento, 357  
armas, 121, 163, 169, 215, 395, 397  
assassinato, 188, 257  
atividade criminosa, 242, 448  
autoridade, 44, 205, 208, 212, 243, 244, 303, 305, 306, 456, 508  
autoridade policial, 212, 303, 305, 306  
autoridades públicas, 115, 116, 151, 163

## B

boletim, 309, 315, 413, 417, 420  
Boletim, 190, 211, 260, 287, 299, 304, 305, 312  
boletim de ocorrência, 413, 417, 420  
briga, 150  
bullying, 454, 455, 456, 457, 458, 460, 461, 462, 463, 464, 465  
Bullying, 421, 453, 454, 455, 457, 459, 461, 462, 463, 464, 465

## C

cadeia, 69, 70, 315, 338  
cárcere, 33, 251, 252, 254, 255, 259, 494, 503  
Cárcere, 63, 251  
cidadania, 27, 30, 47, 153, 205, 215, 216, 273, 331, 366, 468, 483, 506, 512  
Cidadania, 26, 63, 76, 110, 274, 334, 361  
cocaína, 79, 82, 84, 85, 91, 239, 246, 248, 249  
Cocaína, 247, 260  
código penal, 382  
comércio de drogas, 207, 218, 256  
conflitos, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 49, 50, 73, 131, 133, 152, 205, 208, 209, 231, 234, 235, 252, 281, 341, 401, 427, 428, 435, 454, 456, 461, 468, 483, 511  
Conflitos, 164, 238, 482, 483  
conflitos sociais, 33, 468, 483

controle social, 22, 25, 33, 37, 42, 44, 141, 207, 240, 248, 261, 263, 355, 372, 396, 411  
crack, 209, 246, 258, 262  
Crack, 217, 247  
crime, 27, 40, 45, 47, 50, 79, 85, 87, 88, 108, 116, 117, 130, 153, 156, 171, 177, 183, 193, 194, 196, 197, 201, 208, 211, 212, 215, 227, 228, 231, 234, 239, 240, 241, 242, 243, 247, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 272, 273, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 320, 339, 354, 396, 398, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 421, 437, 438, 439, 445, 446, 448, 449, 450, 498, 501, 502, 504, 505, 507, 513, 515  
Crime, 44, 50, 63, 82, 249, 260, 261, 262, 301, 305, 421, 422, 446, 447, 452  
crime de trânsito, 320  
crime organizado, 79, 85, 87, 88, 239, 260, 266, 339, 354  
crime virtual, 437, 438, 446, 448, 449, 450  
crimes de tráfico de drogas, 248, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273  
criminalidade, 25, 27, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 49, 68, 69, 121, 140, 164, 169, 176, 189, 240, 248, 249, 262, 331, 378, 384, 388, 398, 406, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 468, 483, 485, 497, 499, 505, 506  
Criminalidade, 77, 335, 406, 409, 410, 413, 416, 418, 419, 420  
criminalidade violenta, 248

## D

dados estatísticos, 161, 276  
delegacia, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 211, 232, 238, 359, 445  
Delegacia, 151, 153, 220, 223, 441, 442, 445, 446, 447, 448, 449  
delegacia especializada, 160

delinquência, 262, 439  
Delinquência, 164, 165  
Delinquência juvenil, 164, 165  
delito, 24, 40, 46, 158, 305, 308, 382,  
383, 409, 413  
Delito, 63, 158, 422  
denúncia, 152, 156, 158, 162, 406, 411,  
423  
Denúncia, 160, 172  
desigualdade, 41, 49, 167, 168, 169, 171,  
173, 175, 177, 179, 188, 190, 265,  
440, 505, 507, 512  
desigualdade social, 167, 169, 171, 173,  
175, 177, 179, 190, 265, 505, 512  
direito, 29, 34, 39, 40, 59, 94, 96, 98, 102,  
106, 108, 109, 111, 113, 115, 116,  
117, 118, 143, 195, 253, 299, 302,  
303, 312, 315, 331, 366, 378, 382,  
384, 396, 502, 507, 509, 512  
Direito, 29, 40, 50, 63, 76, 92, 103, 105,  
115, 118, 247, 262, 446  
direito penal, 34, 39, 40, 315  
direitos humanos, 95, 109, 110, 116, 117,  
153, 177, 195, 217, 358, 397, 435,  
468, 483  
Direitos humanos, 516

**E**

entorpecentes, 86, 227, 232, 234, 239,  
241, 258  
espaço, 43, 47, 69, 78, 79, 92, 95, 164,  
165, 180, 190, 208, 209, 212, 215,  
227, 234, 236, 261, 279, 281, 327,  
328, 329, 330, 331, 333, 345, 366,  
384, 406, 446  
Espaço, 405  
espaço doméstico, 366  
espaço público, 47, 331, 406  
Espaço público, 405  
espaço urbano, 165, 190  
espaços públicos, 395, 398, 401, 404  
estatística descritiva, 123, 266, 390, 437,  
449, 458, 469, 484, 495  
estatísticas criminais, 40  
Estatísticas criminais, 77, 422

evidência, 131, 140, 338  
exclusão social, 169, 206, 434

## **F**

fenômeno social, 396, 431  
flagrante delito, 308  
força, 74, 120, 127, 135, 194, 205, 208,  
212, 258, 259, 265, 319, 328, 333, 334,  
355, 398, 455  
Força, 363, 364, 365, 367, 369, 371, 372,  
373, 472  
força física, 127, 194, 355, 455  
força policial, 120, 328, 334  
forças policiais, 30, 127, 142, 354, 356  
furto, 387, 390, 391, 393, 400, 409, 413,  
445, 446  
Furto, 158, 416, 446, 447, 499

## **G**

guerra, 44, 53, 150, 206, 207, 208, 216,  
218, 225  
Guerra, 233, 236, 341, 342

## **H**

homicídio, 27, 131, 153, 167, 168, 169,  
170, 171, 172, 175, 176, 180, 182, 231,  
263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270,  
271, 272, 273, 305, 306, 359, 387, 388,  
409, 412, 413, 419  
Homicídio, 167, 191, 238, 416, 422,  
452, 499  
homicídio culposo, 305, 306  
homicídio doloso, 131, 167, 168, 169, 170,  
171, 172, 175, 176  
Homicídio doloso, 416

## **I**

ilícito, 178, 242, 243, 250, 498  
Ilícito, 452  
índice, 72, 120, 123, 124, 125, 126, 128,  
158, 160, 168, 171, 173, 174, 175, 176,  
179, 263, 264, 265, 266, 270, 271, 272,  
314, 321, 387, 388, 393, 395, 409, 412,  
414, 415, 416, 417, 418, 419, 421, 422,  
502, 503

Índice, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 270, 402, 403, 409, 411, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 516  
índices de criminalidade, 265, 387, 395, 397, 398, 399, 401, 403, 406, 417  
infração, 37, 45, 247, 302  
infração penal, 247  
infrações penais, 44, 160, 306, 312, 351, 438, 450  
infrator, 306, 507  
inquérito, 153, 244, 305, 307, 309  
inquérito policial, 244, 305, 307, 309  
inquéritos policiais, 193, 195, 196, 357  
insegurança, 205, 209, 210, 265, 354, 383, 387, 388, 390, 421, 468  
Insegurança, 387  
investigação, 27, 44, 47, 207, 266, 275, 282, 316, 340, 354, 429, 438, 451, 510  
Investigação, 289, 299, 340  
investigação científica, 207  
investigação de crimes, 451

## J

justiça, 22, 33, 37, 38, 42, 45, 46, 47, 49, 85, 115, 153, 168, 172, 247, 248, 249, 275, 277, 313, 320, 355, 357, 358, 375, 376, 377, 378, 379, 384, 385, 386  
Justiça, 25, 29, 34, 36, 42, 63, 66, 70, 76, 89, 109, 111, 118, 169, 178, 180, 211, 217, 218, 232, 238, 274, 334, 339, 343, 364, 372, 375, 383, 386, 394, 406, 421, 422, 438, 450, 472, 482, 503, 510, 514  
justiça criminal, 47, 248  
juventude, 207, 427, 428  
Juventude, 25, 191, 343, 423, 495, 503, 510, 514

## L

latrocínio, 409, 413, 417, 419  
Latrocínio, 416, 499  
laudo, 243, 244, 247, 309, 315, 321, 322  
lavagem de dinheiro, 452

lesão, 144, 147, 161, 162, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 257, 259, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 409, 413, 419  
Lesão, 194, 305, 416  
lesão corporal, 161, 162, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 257, 259, 301, 302, 303, 305, 307, 308, 309, 311, 409, 413, 419  
Lesão corporal, 194, 416

## M

maconha, 82, 85, 87, 89, 209, 239, 246, 248, 249  
Maconha, 247  
medo, 24, 163, 165, 215, 230, 258, 259, 274, 358, 387, 411  
Medo, 237, 421  
militares, 46, 87, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 207, 225, 319, 324, 341, 342, 347, 356, 364, 395, 396, 397, 399, 400  
Militares, 31, 119, 138, 319, 349, 363, 368  
Ministério, 34, 63, 66, 70, 72, 74, 88, 89, 99, 109, 118, 126, 127, 153, 160, 162, 169, 178, 180, 184, 203, 217, 243, 250, 274, 275, 276, 284, 288, 298, 302, 303, 306, 307, 309, 310, 311, 318, 334, 339, 343, 363, 364, 372, 384, 396, 406, 435, 436, 447, 450, 464, 472, 482, 503, 514  
mobilidade urbana, 328  
morte, 27, 85, 131, 133, 134, 136, 168, 169, 170, 175, 182, 183, 190, 194, 195, 209, 220, 228, 232, 234, 235, 238, 255, 256, 257, 259, 302, 317, 355, 409, 413, 416, 419  
mortes, 25, 36, 38, 39, 72, 131, 142, 146, 165, 168, 169, 189, 206, 230, 275, 276, 287, 288, 299, 302, 313, 314, 317, 323, 324, 327, 328, 388, 396  
Mortes, 288, 298, 311, 313, 314, 320, 325  
mulheres, 110, 132, 141, 153, 194, 195, 197, 198, 203, 233, 437, 438, 439,



440, 441, 442, 443, 445, 446, 447,  
448, 449, 450, 451, 452, 477, 493,  
494, 495, 497, 498, 499, 502, 503, 504  
Mulheres, 223, 282, 437, 450, 477, 493,  
503

## N

narcotráfico, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85,  
86, 87, 88, 90, 260  
número de caso, 202, 393  
número de homicídio, 170, 188, 441  
número de policiais, 130, 131, 134

## O

óbito, 142, 227, 234, 275, 306, 314,  
316, 321  
óbitos, 170, 181, 184, 276, 288, 313,  
314, 315, 323  
Óbitos, 298, 311  
ofensa, 194  
organização, 42, 45, 66, 111, 124, 140,  
165, 177, 235, 253, 256, 265, 328,  
338, 352, 356, 364, 365, 367, 369,  
372, 377, 379, 381, 382, 386, 390,  
426, 428, 429, 430, 439, 458, 484, 495  
Organização, 99, 118, 119, 120, 123, 124,  
126, 194, 314, 325, 361  
organização policial, 140  
organização social, 45, 356, 439

## P

perícia, 243, 276, 310, 313, 314, 315, 316,  
319, 320, 321, 322, 324  
Perícia, 284, 313, 315, 317, 319, 320,  
321, 323, 325  
planejamento estratégico, 382  
poder público, 94, 98, 266, 316, 328,  
377, 380, 385  
polícia, 27, 28, 30, 32, 36, 42, 44, 45, 47,  
49, 73, 74, 130, 139, 140, 142, 143,  
145, 206, 208, 213, 214, 216, 235,  
266, 268, 345, 351, 353, 354, 355,  
356, 357, 358, 359, 360, 361, 393,  
395, 396, 397, 398, 445  
Polícia, 28, 29, 30, 40, 69, 77, 84, 86, 87,

119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126,  
127, 128, 130, 132, 137, 138, 139, 147,  
150, 170, 171, 173, 174, 206, 208, 217,  
218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 239,  
241, 243, 244, 248, 284, 287, 289, 290,  
299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307,  
309, 310, 311, 312, 318, 319, 320, 322,  
324, 325, 344, 351, 352, 353, 354, 355,  
356, 357, 360, 361, 363, 364, 372, 386,  
395, 397, 399, 407, 421, 422, 437, 438,  
451, 452, 467, 472, 473

polícia civil, 74, 358

polícia comunitária, 27, 28, 32, 206, 208

polícia judiciária, 351, 356, 358

polícia militar, 73, 74

políticas públicas, 22, 23, 24, 25, 33, 68,  
71, 73, 77, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99,  
100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 112,  
116, 118, 151, 152, 162, 169, 177, 183,  
188, 189, 205, 213, 236, 240, 241, 249,  
320, 327, 329, 331, 332, 333, 335, 353,  
393, 395, 409, 410, 417, 420, 421, 441,  
468, 505, 506, 507, 509, 510, 511, 513,  
514, 515

Políticas públicas, 335

prisão, 58, 59, 153, 232, 238, 261, 307,  
308, 499, 504

Prisão, 76, 493

prisão preventiva, 153

probabilidade, 47, 135, 142, 146, 195, 242

Probabilidade, 394

processo, 43, 44, 50, 59, 60, 72, 73, 74,  
81, 100, 106, 111, 112, 113, 121, 122,  
133, 134, 135, 137, 139, 141, 144, 148,  
149, 150, 159, 183, 206, 208, 210, 213,  
215, 227, 231, 237, 255, 256, 264, 265,  
303, 308, 310, 330, 338, 339, 346, 347,  
353, 354, 357, 361, 364, 365, 366, 370,  
371, 373, 375, 377, 379, 380, 381, 382,  
383, 384, 386, 399, 400, 401, 411, 412,  
434, 455, 458, 462, 465, 490, 491, 504,  
507, 509, 513

Processo, 42, 50, 308, 311, 375, 377, 383,  
451, 491

## Q

queixa, 151, 153, 160, 211

## R

rebeliões, 257, 259

redes sociais, 73

risco, 30, 47, 113, 121, 129, 130, 131, 133, 134, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 149, 150, 152, 170, 182, 183, 189, 206, 209, 219, 225, 228, 231, 238, 249, 317, 341, 357, 358, 411, 439, 506

Risco, 150

roubo, 387, 400, 409, 413, 415, 419

Roubo, 416, 499

## S

segurança, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 42, 49, 54, 59, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 85, 86, 109, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 150, 153, 167, 168, 176, 177, 183, 184, 195, 202, 205, 207, 208, 212, 217, 219, 220, 225, 231, 241, 243, 247, 249, 251, 252, 258, 260, 261, 266, 274, 277, 287, 288, 291, 294, 302, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 378, 379, 384, 385, 387, 388, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 406, 409, 410, 411, 412, 422, 467, 468, 476, 481, 482, 483, 489

Segurança, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 61, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83,

85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 278, 280, 282, 284, 288, 290, 292, 294, 296, 298, 299, 302, 304, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 354, 355, 356, 358, 360, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 391, 392, 394, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 404, 406, 407, 410, 412, 413, 414, 416, 418, 420, 421, 422, 424, 426, 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444, 446, 448, 450, 452, 454, 456, 458, 460, 462, 464, 466, 467, 468, 470, 472, 474, 476, 477, 480, 481, 482, 483, 484, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 494, 496, 498, 500, 502, 504, 506, 508, 510, 512, 514, 516

segurança pública, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 37, 42, 49, 54, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 83, 112, 118, 119, 121, 122, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 153, 167, 168, 176, 177, 184, 195, 202, 205, 207, 208, 217, 219, 220, 225, 241, 243, 247, 249, 251, 252, 260, 274, 287, 302, 320, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 347, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 359, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 378,

- 379, 384, 385, 393, 395, 396, 397, 399, 400, 401, 406, 410, 411, 467, 468, 481, 482, 483, 489
- Segurança pública, 66, 150, 274, 363
- sistema, 22, 23, 24, 27, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 72, 73, 86, 116, 118, 135, 145, 147, 162, 184, 239, 240, 241, 243, 247, 248, 249, 251, 252, 255, 257, 258, 259, 276, 292, 295, 312, 313, 319, 322, 323, 332, 354, 356, 365, 375, 377, 379, 380, 381, 382, 383, 399, 411, 434, 454, 482, 491, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 504, 507, 508, 514
- Sistema, 25, 27, 28, 30, 33, 34, 36, 53, 55, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 86, 109, 110, 111, 112, 118, 178, 181, 184, 216, 239, 243, 244, 248, 250, 288, 298, 302, 311, 320, 323, 343, 348, 399, 407, 413, 438, 447, 472, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 504, 508, 510, 516
- sistema carcerário, 63
- sistema de justiça, 41, 46
- sistema de justiça criminal, 46
- sistema de segurança, 67, 73, 239, 241, 248, 332
- sistema penitenciário, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 116, 251, 252, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 504
- sistema punitivo, 40
- sistemas de segurança, 169, 375, 384
- sociologia, 50, 106, 108
- Sociologia, 50, 218, 261, 274
- T**
- taxa, 25, 54, 55, 56, 131, 132, 169, 175, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 201, 263, 268, 270, 271, 272, 273, 375, 376, 388, 396, 413, 414, 415, 418, 441, 485, 493, 494, 502
- Taxa, 185, 186, 202, 268, 269, 270, 414, 484
- taxa de homicídio, 175, 185, 188, 263, 268, 270, 271, 272, 273, 388, 441
- taxa de homicídios, 175, 185, 188, 268, 270, 271, 272, 273, 441
- taxa de incidência, 270
- Taxa de incidência, 268, 269
- taxa de suicídio, 131
- taxas de criminalidade, 264, 354
- taxas de homicídio, 167, 168, 177, 189, 263, 388, 441
- taxas de violência, 219
- técnica estatística, 263, 272, 442, 453, 467, 481
- tecnologia da informação, 353, 376, 378, 385
- Thugs, 165
- tráfico, 47, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 215, 239, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 387, 431, 433, 452, 493, 494, 498, 502, 503, 504
- Tráfico, 167, 174, 176, 274, 499
- tráfico de drogas, 89, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 215, 239, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 387, 493, 494, 498, 502, 503, 504
- Tráfico de drogas, 176, 274
- tragédias, 453, 454
- U**
- urbanização, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274
- Urbanização, 270
- urbanização acelerada, 265
- V**
- vingança, 22, 33, 258, 449
- violência, 23, 24, 25, 27, 31, 33, 36, 39, 45, 48, 49, 50, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 110, 121, 130, 133, 134,

- 140, 142, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 175, 177, 180, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 214, 219, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 248, 251, 252, 253, 255, 256, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 274, 288, 302, 316, 320, 324, 327, 328, 329, 331, 334, 354, 355, 379, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 399, 401, 402, 403, 404, 405, 407, 410, 411, 412, 421, 437, 438, 440, 441, 445, 447, 449, 450, 453, 454, 455, 457, 458, 461, 462, 463, 464, 465, 468, 482, 513, 515
- Violência, 25, 77, 165, 169, 178, 179, 180, 188, 190, 203, 217, 232, 237, 238, 260, 263, 265, 267, 269, 271, 273, 274, 329, 332, 388, 393, 394, 407, 422, 437, 441, 450, 451, 452, 453, 464, 465
- violência contra a mulher, 194, 195, 437, 438, 440, 441, 447
- violência de gênero, 437, 438, 440, 441, 449
- Violência de gênero, 437
- violência doméstica, 156, 160, 163, 193, 194, 195, 196, 202, 203, 237, 441, 450
- Violência doméstica, 203, 451
- violência escolar, 454, 465
- violência física, 157, 161, 163, 193, 201, 203, 227, 234, 440, 447, 449, 455, 462
- violência no trânsito, 288, 316, 320, 324
- violência policial, 214
- violência sexual, 67, 157, 163, 194, 195
- violência social, 164, 395, 397, 399, 401, 403, 405, 407, 482
- violência urbana, 66, 70, 164, 165, 169, 219, 225, 240, 263, 264, 265, 274, 327, 328, 354, 355, 388, 468
- Violência urbana, 263, 265, 267, 269, 271, 273
- vítima, 24, 44, 151, 153, 156, 160, 161, 162, 163, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 231, 232, 235, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 319, 323, 324, 392, 400, 445, 448, 453, 455, 456, 457
- Vítima, 232, 422, 462
- vítima de violência, 160
- vítima fatal, 319
- vítimas de violência, 152, 153, 195, 197, 202
- vitimização, 138, 146, 148, 150, 183, 188, 225, 387
- Vitimização, 191
- vulnerabilidade, 45, 151, 152, 156, 171, 174, 175, 179, 220, 277, 439, 440
- Vulnerabilidade, 167, 169, 170, 171, 174, 176, 178

## Z

zona, 67

# Autores

---

Adriano Roberto de Souza Ferreira  
Adriano Xavier Araújo  
Aloísio Machado da Silva Filho  
Ana Clara de Rebouças Carvalho  
Ana Maria Lima de Freitas  
André Luiz de Almeida e Cunha  
Andréa Bittencourt Pires Chaves  
Antonio Gelson de Oliveira Nascimento  
Brenno Moraes Miranda  
Bruna Cabral Silva  
Camila Stefanu Silva de Souza  
Carlos Alberto Malcher Bastos  
Carolina Moreira da Costa  
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante  
Clay Anderson Nunes Chagas  
Cristiane Alves dos Santos  
Cristiane Nazaré Pamplona de Souza  
Daniel Deivson Alves Portella  
Edevaldo Sousa Gomes  
Edimar Marcelo Coelho Costa  
Edna Maria de Araújo Enfermeira  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Emilson Pinheiro Coelho Neto  
Eva Bulcão Mota  
Fernando da Cunha Dantas  
Flaviane Pantoja Garcia  
Francisco Wesley Patrício Vieira  
Gabriel Santiago  
Giselle dos Santos de Almeida  
Glacy Lenny de Souza Rocha  
Helisa Couto Vidigal  
Herick Wendell Antônio José Gomes  
Horácio Nelson Hastenreiter Filho  
Hugo Alexandre Santos Regateiro  
Humberto Ribeiro Junior  
Isabella Erthal Villarroel  
Iuri Aguiar de Melo  
Ivone Freire Costa  
Izaura Rodrigues Nascimento  
Jaciane do Carmo Ribeiro  
Jatniel Rodrigues Januário  
Jeanderson da Silva Saraiva  
Joana Macedo Abdel Hal Ahmoud  
Joara Raíza Fontes Barros Bomfim  
José Gracildo de Carvalho Júnior  
Josemar Dias Cerqueira  
Jouyce Gama Souza  
Karol Stefanu Oliveira Rabelo  
Kátianne Cabral Nunes Mattos  
Leandro Domínguez Barretto

Leila Chagas de Souza Costa  
Leomar Narzila Maués Pereira  
Leonardo André Seefeld  
Letícia Estefanu Santana Pensador  
Lídia Maria Batista Brandão Toutain  
Luciane Cavalcante Lopes  
Luciano Nascimento Silva  
Manoel Alves de Araujo Neto  
Marchezan Nacarato Rocha  
Márcio Costa de Souza  
Márcio Luiz Azevedo Pereira  
Marco Antônio Maia dos Santos  
Marco Antônio Rocha dos Remédios  
Maria Salete Souza de Amorim  
Mário Luís Cardoso Oliveira  
Maristela Bortolon de Matos  
Matheus Souza  
Melquisedeque Cerqueira dos Anjos  
Nannibia Oliveira Cabral  
Natália dos Reis Andrade  
Nelmo dos Santos Passos  
Patrícia Brandão Ribeiro  
Paula Monique de Oliveira Januário  
Paulo Henrique Stöeberl  
Paulo Victor do Espírito Santo da Silva  
Pedro Ivo Nogueira Loureiro  
Pedro Rogério Castro Godinho  
Poliana Conceição dos Santos  
Rair Valente Soares  
Reinaldo Marcio Costa  
Roberto Magno Reis Netto  
Rodolfo Gomes do Nascimento  
Rui Machado Junior  
Samara Dantas Pinheiro  
Samara Viana Costa  
Sheila Marta Carregosa Rocha  
Sílvia dos Santos de Almeida  
Simone Souza da Costa  
Sueli Ribeiro Mota Souza  
Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho  
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa  
Tércio Silva Damasceno  
Thayane Caroline Oliveira da Conceição  
Thays Suelen Santos Brito  
Vanessa Francisca Chagas de Oliveira  
Waldriane Nascimento da Silva  
Wander Cleber Maria Pereira da Silva  
Wando Dias Miranda  
Wesley Bomfim Siqueira

---